ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

ETAPA II - PRODUTOS 5, 6 E 7
DIAGNÓSTICO MUNICIPAL (LEITURAS TÉCNICA E PARTICIPATIVA)

SAFRA PLANEJAMENTO E GESTÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ

PREFEITO MUNICIPAL
Gilberto Martins Esteves

EMPRESA DE PLANEJAMENTO CONTRATADA

SAFRA GEOTECNOLOGIA E GESTÃO
CNPJ: 08.021.788/0001-24
Rua Doutor Bruno Chaves, 175, Três Vendas
CEP 96055-040 - Pelotas /RS
www.safraplanejamento.com.br

EQUIPE TÉCNICA

Fabrício Vergara Mota
Arquiteto e Urbanista - Especialista em Geoprocessamento - CAU A32284-9
Gestor de Projeto

Luciana Quevedo Nunes Honda
Arquiteta e Urbanista - Especialista em Planejamento Ambiental
Mestra em Geografia - Dinâmica Socioespacial - CAU A29674-0
Coordenadora Geral

Pauline Kalau Costa Ferreira
Engenheira Civil - CREA PR-169.073/D

Eduardo Valero Molina
Geógrafo - CREA PR-162531/D

Luís Portella Pereira
Advogado - OAB-RS 26.682

Rogélio Gerônimo dos Santos
Economista - Mestre em Economia Regional - CORECON 8196/PR

Tauany Santos Castro Tomé
Assistente Social - CRESS 10.232 PR

Camilla Miranda Pinheiro
Auxiliar Administrativo

Rodrigo de Rose Vasconcellos
Publicitário

NÚCLEO GESTOR DO COMITÊ MUNICIPAL DO PDM

Bernard de Oliveira Casamasso
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão
Presidente do Núcleo Gestor do Comitê Municipal do PDM

Michel Charles de Azevedo
Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes

Alexandre de Souza Santos
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Ebnezer Maia Guedes
Secretaria Municipal de Fazenda

Rogério Caputo
Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico

Régis Silveira da Silva
Secretaria Municipal da Família. Ação Social, Cidadania e Habitação

Bruno Medeiros Bento
Secretaria Municipal de Saúde

Manuella da Silva Medeiros
Procuradoria Geral do Município

Felipe Machado Cairo Baltazar
Poder Legislativo

António Carlos Vilhena de Carvalho
Renasce São José

Antonio Ilário
Associação de Moradores

Camila da Silva Pereira
CREA/CAU

José Marcos da Silva
Ordem dos Ministros Evangélicos do Vale do Rio Preto (OMEVARP)

Nivaldo Limongi de Mello
Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL)

SUMÁRIO

ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL II
EMPRESA DE PLANEJAMENTO CONTRATADA III
NÚCLEO GESTOR DO COMITÊ MUNICIPAL DO PDM IV
SUMÁRIO V
LISTA DE FIGURAS XI
LISTA DE MAPAS XV
LISTA DE TABELAS E QUADROS 16
LISTA DE SIGLAS 22

APRESENTAÇÃO 27

ASPECTOS REGIONAIS 33

REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 34
INSERÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO NO CONTEXTO REGIONAL 35
Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro 35
Microrregião Serrana 37
Associação Estadual dos Municípios do Rio de Janeiro (AEMERJ) 38
O Município de São José do Vale do Rio Preto 39
Histórico 39
Características Geográficas Básicas 40

ASPECTOS AMBIENTAIS 41

ASPECTOS FÍSICOS 42
Fatores Climáticos 42
Geologia e Geomorfologia 44
Recursos Minerais e Royalties do Petróleo 48
Pedologia 50
Hipsometria e Declividade 52
Hidrografia 56
ASPECTOS BIÓTICOS 65
Flora 65
Proteção e Preservação 69
Unidades de Proteção Ambiental e Afins no Território de São José do Vale do Rio Preto 71
ICMS Verde (Lei Estadual nº 5.100/2007) 74
Arborização Urbana 76
Fauna 79
SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE 79
Secretaria Municipal de Meio Ambiente 81
Demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente 85
Licenciamento Ambiental 86
Programas Ambientais Desenvolvidos no Município 87
Problemas Ambientais Enfrentados 88

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....91

CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO.....92
Estrutura Etária e Razão de Dependência.....94
Longevidade, Mortalidade e Fecundidade.....97
Desenvolvimento Humano Municipal.....98
ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO VISANDO A ELABORAÇÃO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....100
Introdução.....100
O PERFIL ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO.....102
Atividades Agrossilvipastoris.....124
Indústria, Comércio e Serviços.....132
Turismo.....133

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS.....139

CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL.....140
Evolução do Espaço Urbano e Rural.....140
Aspectos Urbanísticos.....143
HABITAÇÃO.....145
Necessidades Habitacionais em São José do Vale do Rio Preto.....147
O Déficit Habitacional.....148
Déficit Quantitativo ou Por Reposição de Estoque.....149
Domicílios Rústicos.....149
Domicílios Improvisados.....150
Coabitação Familiar.....151
Ônus Excessivo com Aluguel.....151
Necessidade de Remoção - Ocupação Irregular.....152
Déficit Qualitativo.....153
Carência de Infraestrutura.....154
Adensamento Excessivo.....154
Problemas de Natureza Fundiária.....154
Ausência de Unidade Sanitária Exclusiva.....154
Demanda Demográfica.....154
OFERTA HABITACIONAL.....156
Disponibilidade de Solo Urbanizado - ZEIS.....157
Domicílios Vagos.....158
Cadastro Municipal.....159
Produção de Moradias.....159
Conjuntos Habitacionais - Sede.....159
Sistema Viário Regional.....160
Sistema Viário Municipal.....161
Sistema Viário Urbano.....163
Sede Urbana.....163
Transportes.....165

ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA.....167

SANEAMENTO BÁSICO 168
Abastecimento de Água 168
Esgotamento Sanitário 174
Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos 176
Drenagem Urbana e Manejo das Águas Pluviais 180
PAVIMENTAÇÃO E ACESSIBILIDADE URBANA E RURAL 184
ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA 188
Energia Elétrica 188
Iluminação Pública 193
COMUNICAÇÃO 194
Telefonia Móvel 195
Telefonia Fixa 195
Comunicação Multimídia - *Internet* Banda Larga e TV por Assinatura 196
Radiofusão 199
Jornais e Periódicos 200
Correios 200

ASPECTOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS 201

SAÚDE 202
Atenção Básica de Saúde em São José do Vale do Rio Preto 204
Unidades de Saúde de São José do Vale do Rio Preto 205
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) 211
Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) - Clínica da Família 211
A Odontologia no Município de São José do Vale do Rio Preto 212
Atendimentos dos Serviços de Saúde 213
Atendimentos de Urgência e Emergência 214
Assistência Hospitalar 216
Serviços em Saúde de Média e Alta Complexidade 217
Mortalidade 218
Considerações sobre Mortalidade 220
Vigilância em Saúde 221
Vigilância Epidemiológica 221
Doenças Emergentes e Endemias - Combate à Dengue, Zika e Chikungunya 222
Doenças de Notificação Compulsória 222
Doenças Redutíveis por Saneamento Básico 222
Doenças Redutíveis por Imunização 224
Programa Saúde na Escola 225
Vigilância Sanitária 227
Vigilância Ambiental 227
Notificação Conforme Eventos 228
Liberação de Licença 228
Recebimento e Atendimento a Denúncias Recebidas, Inspeções Sanitárias e Emissão de Autos e/ou Termos 228
Profissionais da Saúde em São José do Vale do Rio Preto 228

Frota de Veículos da Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto e o Transporte de Pacientes 235
Gestão Financeira da Saúde Municipal 235
Controle Social 237
Considerações Finais sobre a Saúde em São José do Vale do Rio Preto 238
Posto de Saúde 238
Centro de Saúde 238
EDUCAÇÃO E CULTURA 239
EDUCAÇÃO 239
Estabelecimentos Escolares 240
Programas Educacionais 247
Educação Para Jovens e Adultos (EJA) 248
Educação Inclusiva - Especial 249
Recursos Humanos 252
Estudantes 253
Transporte Escolar 254
Merenda Escolar 255
EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE 256
EDUCAÇÃO SUPERIOR 259
A Educação Superior em São José do Vale do Rio Preto 261
CULTURA 263
Espaços e Estabelecimentos Culturais 263
Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Cultural 264
Patrimônio Material 265
Patrimônio Imaterial 267
Símbolos Culturais e Históricos de São José do Vale do Rio Preto 267
Letra do Hino de São José do Vale do Rio Preto 268
Brasão de São José do Vale do Rio Preto 269
Bandeira de São José do Vale do Rio Preto 270
Calendário de Eventos 270
Programas Culturais Desenvolvidos em São José do Vale do Rio Preto 271
ASSISTÊNCIA SOCIAL 273
Equipamentos de Serviços Públicos do Setor de Assistência Social de São José do Vale do Rio Preto 275
Serviços Socioassistenciais Governamentais 276
Proteção Social Básica (PSB) 277
Proteção Social Especial (PSE) 283
Proteção à Criança e ao Adolescente 285
Proteção ao Idoso 285
Serviços Socioassistenciais Não Governamentais 285
Gestão Municipal do Setor de Assistência Social de SJVRP 286
Instrumentos de Planejamento, Gestão, Controle e Avaliação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) 292
ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO 295
SEGURANÇA PÚBLICA 299
DEFESA CIVIL 303

Programas da Defesa Civil do Estado 306
Legislação relacionada à Defesa Civil 307
Federal 307
Estadual - Rio de Janeiro 311
SERVIÇOS FUNERÁRIOS 313

ASPECTOS INSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVOS 319

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 320
Estrutura Organizacional 322
Condições de Trabalho dos Setores e Secretaria Municipais 326
Recursos Humanos 335
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL 336
Sistema de Informações 337
FINANÇAS PÚBLICAS 339
COMPORTAMENTO DAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, NO PERÍODO DE 2012-2016 339
Projeção das Receitas para o Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de 2018-2022 343
Gastos com Pessoal no Município de São José do Vale do Rio Preto 347
Gastos com Saúde Pública no Município de São José do Vale do Rio Preto 353
Gastos com a Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino no Município de São José do Vale do Rio Preto 356
Recursos Destinados às Despesas de Capital 358
Comportamento das Receitas *Per Capita* dos Impostos do Município de São José do Vale do Rio Preto com os Demais Municípios da Microrregião Serrana, Após o Início da Crise Econômica 361
Limites de Endividamento 365
Operações de Créditos Realizadas 366
Comprometimento Anual no Pagamento de Juros, Amortizações e Demais Encargos, Conforme Resolução nº 43/2001 368
Garantias e Contragarantias Conforme Resolução 43/2001 369
CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO 370
LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO 374
Legislação Federal 374
Legislação Estadual 376
Legislação Municipal 379
ATORES SOCIAIS DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO E SUAS CAPACIDADES 383
ESTRUTURAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PDM 389
Relato da Leitura Participativa 393
Sistematização dos Dados do Processo Participativo 396

CONSIDERAÇÕES FINAIS 445

METODOLOGIA CDP 446
Condicionantes 447
Deficiências 447
Potencialidades 448
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 452

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico Climático de São José do Vale do Rio Preto/RJ. 44
Figura 2 - Domínios Tectono-magmáticos do Estado do Rio de Janeiro. 46
Figura 3 - Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janerio (CERHI-RJ nº 107/2013). 58
Figura 4 - Área de Atuação do Comitê Piabanha. 59
Figura 5 - Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, 2012. 66
Figura 6 - Unidades de Conservação da Natureza do Estado do Rio de Janeiro. 70
Figura 7 - Evolução do IFCA em São José do Vale do Rio Preto. 76
Figura 8 - Localização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e demais Equipamentos. 83
Figura 9 - Gráfico da Evolução Populacional 1991-2010. 93
Figura 10 - Município e São José do Vale do Rio Preto - Delimitação da Sede Urbana Disposta Linearmente ao Longo do Vale do Rio Preto. 94
Figura 11 - Pirâmide Etária de São José do Vale do Rio Preto, 2000. 96
Figura 12 - Pirâmide Etária de São José do Vale do Rio Preto - 2010. 96
Figura 13 - Gráfico da Evolução do IDHM em São José do Vale do Rio Preto. 100
Figura 14 - Composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Município de São José do Vale do Rio Preto em 1999, por Setor Econômico. 108
Figura 15 - Composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Município de São José do Vale do Rio Preto em 2014, por Setor Econômico. 109
Figura 16 - Número de Alunos Matriculados na Pré-Escola nos Anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015, no Município de São José do Vale do Rio Preto - Instituição Pública e Privada. 110
Figura 17 - Número de Alunos Matriculados no Ensino Fundamental nos Anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015, no Município de São José do Vale do Rio Preto, por Tipo de Instituição. 111
Figura 18 - Número de Alunos Matriculados no Ensino Médio nos Anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015, no Município de São José do Vale do Rio Preto, por Tipo de Instituição. 113
Figura 19 - Número de Professores nas Instituições de Ensino da Pré-escola nos Anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015, no Município de São José do Vale do Rio Preto. 115
Figura 20 - Número de Professores nas Instituições de Ensino Fundamental nos Anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015, no Município de São José do Vale do Rio Preto. 116
Figura 21 - Número de Professores nas Instituições de Ensino Médio nos Anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015, no Município de São José do Vale do Rio Preto. 118

Figura 22 - Unidades de Estabelecimentos Empresariais e Pessoal Ocupado, no Período de 2006 e 2015, no município de São José do Vale do Rio Preto. 119
Figura 23 - Número de Pessoal Ocupado Assalariado no Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de 2006 a 2015. 121
Figura 24 - Salário Mínimo Médio Mensal dos Trabalhadores Assalariados no Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de 2006 a 2015. 122
Figura 25 - Salário e Outras Remunerações no Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de 2006 a 2015. 123
Figura 26 - Estação Ferroviária de São José do Vale do Rio Preto. 141
Figura 27 - Esquema do *Déficit* Quantitativo. 149
Figura 28 - Esquema do *Déficit* Qualitativo. 153
Figura 29 - Tabela Síntese das Necessidades Habitacionais de SJVRP - Déficit Quantitativo e Qualitativo, 2010. 156
Figura 30 - Percentual de Morados Urbanos com Acesso a Água ligada à Rede e Esgoto Sanitário Adequado - 1991/2000/2010. 172
Figura 31 - Gráfico da Provável Evolução do Tipo de Atendimento por Abastecimento de Água no Município. 174
Figura 32 - Caçambas para Disposição dos Resíduos Sólidos Domiciliares em São José do Vale do Rio Preto. 176
Figura 33 - Mapa com a Localização do Ponto de Disposição Final dos Resíduos Sólidos Urbanos do Consórcio da Região Serrana 1. 177
Figura 34 - Percentual de Morados Urbanos com Serviço de Coleta de Resíduos Sólidos - 1991/2000/2010. 178
Figura 35 - Via sem Dispositivos de Drenagem Urbana e de Contenção de Encostas. 183
Figura 36 - Via sem Passeio Público, com Pavimentação Precária e sem Dispositivos de Drenagem - com Processos Erosivos. 185
Figura 37 - Passeio Público Em SJVRP, com Obstáculos. 188
Figura 38 - Mapa de Conjuntos Elétricos (ENEL) no Rio de Janeiro, com Destaque para São José do Vale do Rio Preto. 190
Figura 39 - Valores de DEC por Conjunto Elétrico para o Município de São José do Vale do Rio Preto. 191
Figura 40 - Valores de FEC por Conjunto Elétrico para o Município de São José do Vale do Rio Preto. 192
Figura 41 - Localização dos Telefones Públicos na Área Urbana de São José do Vale do Rio Preto. 196
Figura 42 - Organograma da Distribuição do Atendimento pela Atenção a Saúde em São José do Vale do Rio Preto. 206
Figura 43 - Unidade de Saúde da Família de Roçadinho. 207
Figura 44 - Unidade de Saúde da Família de Pouso Alegre. 207
Figura 45 - Centro Médico Integrado de São José do Vale do Rio Preto. 208
Figura 46 - Policlínica Municipal de São José do Vale do Rio Preto. 210

Figura 47 - Igreja Matriz de São José do Vale do Rio Preto. 266
Figura 48 - Brasão do Município de São José do Vale do Rio Preto. 269
Figura 49 - Bandeira do Município de São José do Vale do Rio Preto. 270
Figura 50 - Ranking do IGDSUAS-M - Municípios do Estado do Rio de Janeiro, 2016. 290
Figura 51 - Sistema de Assistência Social de SJVRP, 2016. 291
Figura 52 - Problemas no Sistema de Assistência Social de SJVRP, 2016. 292
Figura 53 - Equipamentos de Segurança Pública na 7ª RISP da Região Serrana/RJ. 300
Figura 54 - Organograma da Estrutura Organizacional da Prefeitura de SJVRP. 321
Figura 55 - Evolução do Índice de Gastos com Pessoal, no Período de 2006 a 2016, no Município de São José do Vale do Rio Preto. 351
Figura 56 - Evolução do Índice de Gastos com Saúde, no Período de 2006 a 2016, no Município de São José do Vale do Rio Preto. 354
Figura 57 - Evolução do Índice de Gastos com Educação, no Período de 2006 a 2016, no Município de São José do Vale do Rio Preto. 357
Figura 58 - Evolução da Participação Percentual das Despesas de Capital no Total das Despesas do Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de 1998 a 2016. 359
Figura 59 - Gráfico com os Pontos Positivos Apontados por Categorias Mencionadas - Participação da População na 1ª Audiência Pública da Revisão do PDM de SJVRP. 398
Figura 60 - Gráfico com os Pontos a Melhorar Apontados por Categorias Mencionadas - Participação da População na 1ª Audiência Pública da Revisão do PDM de SJVRP. 400
Figura 61 - Gráfico com as Propostas Sugeridas por Categorias Mencionadas - Participação da População na 1ª Audiência Pública da Revisão do PDM de SJVRP. 403
Figura 62 - Gráfico com Deficiências Apontados por Categorias - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 1ª/2ª RC. 413
Figura 63 - Gráfico com Possíveis Soluções Apontados por Categorias - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 1ª/2ª RC. 418
Figura 64 - Gráfico com Deficiências Apontados por Categorias - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 3ª/4ª RC. 426
Figura 65 - Gráfico com Possíveis Soluções Apontados por Categorias - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e

"Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 3ª/4ª RC. 432
Figura 66 - Gráfico com Deficiências Apontados por Categorias - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 5ª RC. 440
Figura 67 - Gráfico com Possíveis Soluções Apontados por Categorias - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 5ª RC. 442

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Regionalização do Estado do Rio de Janeiro, IBGE. 34
Mapa 2 - Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, IBGE. 36
Mapa 3 - Microrregião Serrana do Rio de Janeiro, IBGE. 37
Mapa 4 - Município de São José do Vale do Rio Preto. 40
Mapa 5 - Municípios Limítrofes. 40
Mapa 6 - Classes Rochosas Predominantes em São José do Vale do Rio Preto. 46
Mapa 7 - Litotipos Predominantes em São José do Vale do Rio Preto. 46
Mapa 8 - Morfoestruturas Existentes em São José do Vale do Rio Preto. 47
Mapa 9 - Pedologia. 52
Mapa 10- Modelo Digital do Terreno (MDT). 53
Mapa 11 - Unidades de Conservação, Áreas de Preservação Ambiental, Parques, Estação Ecológica, Monumentos Naturais, Reserva Biológica e Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) no Território de São José do Vale do Rio Preto. 53
Mapa 12 - Declividade. 54
Mapa 13 - Uso e Ocupação do Solo Municipal. 55
Mapa 14 - Áreas de Risco segundo o Serviço Geológico do Estado Rio de Janeiro. 56
Mapa 15 - Abrangência Territorial do Rio Preto. 60
Mapa 16 - Microbacias Hidrográficas do Município de São José do Vale do Rio Preto. 63
Mapa 17 - Áreas de Concentração Urbana no Município. 143
Mapa 18 - Principais Áreas de Confluência de Uso do Solo Urbano e Rural. 145
Mapa 19 - Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) Ocupadas. 158
Mapa 20 - Sistema Viário Regional. 160
Mapa 21 - Rodovia BR-492/RJ-134 no Território de São José do Vale do Rio Preto. 161
Mapa 22 - Hierarquia das Vias. 164
Mapa 23 - Abrangência do Abastecimento de Água em São José do Vale do Rio Preto. 168
Mapa 24 - Abrangência dos Equipamentos Públicos de Saúde de São José do Vale do Rio Preto. 211
Mapa 25 - Abrangência dos Equipamentos Públicos de Educação da Sede de São José do Vale do Rio Preto. 242
Mapa 26 - Equipamentos Públicos de Assistência Social de SJVRP. 276
Mapa 27 - Equipamentos Públicos de Esporte, Lazer e Recreação de São José do Vale do Rio Preto. 295
Mapa 28 - Equipamentos Públicos dos Serviços Funerários da Sede Urbana de São José do Vale do Rio Preto. 314

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Municípios que Compõem a Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro. 36
Tabela 2 - Royalties dos Municípios da Microrregião Serrana, 2011. 49
Tabela 3 - Abrangência das Classes de Declividade. 54
Tabela 4 - Unidades de Conservação de São José do Vale do Rio Preto, por Categorias. 71
Tabela 5 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana - São José do Vale do Rio Preto. 92
Tabela 6 - Estrutura Etária da População - São José do Vale do Rio Preto. 95
Tabela 7 - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade em São José do Vale do Rio Preto. 97
Tabela 8 - Componentes do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São José do Vale do Rio Preto. 99
Tabela 9 - Produto Interno Bruto do Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de 1999-2014. 103
Tabela 10 - Valor Adicionado Bruto Agropecuário do Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de 1999 a 2014. 104
Tabela 11 - Valor Adicionado Bruto Industrial do Município de São José do Vale do Rio Preto. 106
Tabela 12 - Valor Adicionado Bruto de Serviços do Município de São José do Vale do Rio Preto. 107
Tabela 13 - Produção da Lavoura Permanente no Município. 127
Tabela 14 - Produção da Pecuária no Município. 128
Tabela 15 - Produção da Pecuária no Município, Segundo IBGE (2016). 128
Tabela 16 - Situação Domiciliar, 2010. 146
Tabela 17 - Número de Domicílios Particulares Permanentes, Segundo a Condição de Ocupação, 2010. 146
Tabela 18 - Número de Famílias, em Domicílios Particulares Permanentes, Segundo Composição, 2010. 147
Tabela 19 - Indicadores de Habitação, São José do Vale do Rio Preto-RJ. 147
Tabela 20 - Domicílios Particulares por Situação de Domicilio e Pagamento de Aluguel, por Faixas de Renda Familiar. 152
Tabela 21 - Frota do Município de São José do Vale do Rio Preto. 166
Tabela 22 - Relação dos Poços de Captação de Água para o Abastecimento da População de São José do Vale do Rio Preto e suas Especificações. 171
Tabela 23 - Atendimento e *Déficit* em Abastecimento de Água no Município de São José do Vale do Rio Preto. 173
Tabela 24 - Formas de Esgotamento Sanitário e Existência de Banheiro e Sanitário no Município de São José do Vale do Rio Preto, 2010. 175
Tabela 25 - Formas de Coleta de Resíduos Sólidos no Município de São José do Vale do Rio Preto. 176

Tabela 26 - Energia Elétrica no Município de São José do Vale do Rio Preto, 2010. 189
Tabela 27 - Conjuntos Elétricos, Códigos e Distribuidora para o Município. 190
Tabela 28 - Tipo de Lâmpadas Utilizadas na Iluminação Pública de São José do Vale do Rio Preto. 194
Tabela 29 - Projeto Banda Larga nas Escolas no Município de São José do Vale do Rio Preto. 198
Tabela 30 - Rádios Comunitárias no Município de São José do Vale do Rio Preto. 199
Quadro 01 - Unidades Básicas de Saúde - PSF em São José do Vale do Rio Preto. 205
Tabela 31 - Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). 211
Tabela 32 - Total Atendimentos nas Unidades de Saúde em 2013. 213
Tabela 33 - Distribuição de Óbitos de Pessoas Residentes em São José do Vale do Rio Preto, 2005 - 2014. 219
Tabela 34 - Mortalidade Infantil em São José do Vale do Rio Preto, 2008 - 2014. 220
Quadro 02 - Principais Vacinas, Soros Administrados e Testes Executados - Vigilância Epidemiológica - Imunização, 2017. 225
Tabela 35 - Profissionais da Secretaria Municipal da Saúde de São José do Vale do Rio Preto. 229
Tabela 36 - Profissionais da Unidade de Saúde da Família São Lourenço - Equipe Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidade I. 230
Tabela 37 - Profissionais da Unidade de Saúde da Família Barrinha - Equipe Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidade I. 230
Tabela 38 - Profissionais da Unidade de Saúde da Família Boa Vista - Equipe Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidade I. 230
Tabela 39 - Profissionais da Unidade de Saúde da Família Roçadinho - Equipe Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidade I. 231
Tabela 40 - Profissionais da Unidade de Saúde da Família Contendas - Equipe Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidade I. 231
Tabela 41 - Profissionais da Unidade de Saúde da Família Jaguara - Equipe Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidade I. 231
Tabela 42 - Profissionais da Unidade de Saúde da Família Pouso Alegre - Equipe Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidade I. 232
Tabela 43 - Profissionais da Unidade de Saúde da Família Centro - Equipe Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidade I. 232
Tabela 44 - Profissionais da Policlínica Municipal - Equipe Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidade I. 232
Tabela 45 - Profissionais da Unidade de Fisioterapia. 233
Tabela 46 - Profissionais da Unidade de Centro Especializado em Ortodontia (CEO). 233
Tabela 47 - Profissionais do SAMU. 233
Tabela 48 - Profissionais da Unidade de Saúde Mental. 233

Tabela 49 - Profissionais do Hospital Maternidade de Santa Terezinha - Setor Administrativo e Outros. 234
Tabela 50 - Profissionais do Hospital Maternidade de Santa Terezinha - Setor Enfermagem. 234
Tabela 51 - Profissionais do Hospital Maternidade de Santa Terezinha - Médicos Plantonistas - Clínica Médica e Pediatria - Centro Cirúrgico. 235
Tabela 52 - Turnos de Funcionamento das Escolas Municipais em São José do Vale do Rio Preto. 241
Tabela 53 - Nível de Instrução da População de São José do Vale do Rio Preto (2010). 243
Tabela 54 - Educação de Jovens e Adultos (EJA) de São José do Vale do Rio Preto, 2014. 249
Tabela 55 - População Estudantil - Educação Infantil de São José do Vale do Rio Preto. 253
Tabela 56 - População Estudantil - Ensino Fundamental de São José do Vale do Rio Preto. 253
Tabela 57 - População Estudantil - Ensino Médio de São José do Vale do Rio Preto 254
Tabela 58 - População estudantil - Total por Rede de São José do Vale do Rio Preto 254
Tabela 59 - Veículos do Transporte Escolar Municipal em São José do Vale do Rio Preto, 2017. 255
Tabela 60 - Ensino Profissionalizante em São José do Vale do Rio Preto - CETEP, 2015. 257
Tabela 61 - Ensino Profissionalizante para São José do Vale do Rio Preto, 2015. 258
Tabela 62 - Transporte de Estudantes do Ensino Superior. 262
Tabela 63 - Famílias Inscritas no Cadastro Único em SJVRP de Acordo com o Relatório de Informações Sociais - CadÚnico - Ministério do Desenvolvimento Social, 2017. 279
Tabela 64 - Pessoas Inscritas no Cadastro Único em SJVRP de Acordo com o Relatório de Informações Sociais - CadÚnico - Ministério do Desenvolvimento Social, 2017. 279
Tabela 65 - Atualização Cadastral do CadÚnico em SJVRP de Acordo com o Relatório de Informações Sociais - Ministério do Desenvolvimento Social, 2017. 279
Tabela 66 - Quantidade de Famílias Beneficiárias do PBF em SJVRP de Acordo com o Relatório de Informações Sociais - CadÚnico- Ministério do Desenvolvimento Social, 2017. 280
Tabela 67 - Condicionalidades do PBF para SJVRP de Acordo com o Relatório de Informações Sociais - CadÚnico- Ministério do Desenvolvimento Social, 2017. 281
Tabela 68 - Evolução do Atendimento do Programa Bolsa Família no Município de SJVRP, 2006-2016. 282

Tabela 69 - Número de Pessoas Cadastradas no CadÚnico e Atendidas pelo PBF por Faixa Etária no Município de SJVRP, 2011. 283
Tabela 70 - Histórico de Repasse de Recursos do BPC no Município de SJVRP, 2010-2016. 283
Tabela 71 - Balanço Social do Município de SJVRP, 2017. 286
Tabela 72 - Fundamentos que Compõem o Índice de Gestão Decentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGDSUAS-M) em SJVRP (2107)- CadÚnico- Ministério do Desenvolvimento Social, 2017. 289
Tabela 73 - Fundamentos do IGD de SJVRP, 2017. 290
Tabela 74 - Demonstrativo das Receitas Correntes do Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de 2012-2016. 340
Tabela 75 - Demonstrativo das Receitas Projetadas do Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de 2018-2022. 344
Tabela 76 - Demonstrativo dos Gastos com Pessoal do Município de São José do Vale do Rio Preto, no Ano de 2016. 350
Tabela 77 - Coeficientes das Regressões do Município de São José do Vale do Rio Preto, em Relação aos Demais Municípios da Microrregião Serrana, no Período de 2000 a 2016. 364
Tabela 78 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida em 31/12/2016, no Município de São José do Vale do Rio Preto. 366
Tabela 79 - Operações de Créditos Realizadas pelo Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de Janeiro a Dezembro de 2016. 367
Tabela 80 - Limites e Comprometimento Anual com Amortização, Juros, e Demais Encargos da Dívidas, Posição em 31 de Dezembro de 2016. 368
Tabela 81 - Limites para Garantias no Período de Janeiro a Dezembro de 2016. 369
Tabela 82 - Sistematização dos Formulários - Pontos Positivos - Participação da População na 1ª Audiência Pública da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP. 397
Tabela 83 - Síntese dos Pontos Positivos por Categorias Mencionadas - Participação da População na 1ª Audiência Pública da Revisão do PDM de SJVRP. 398
Tabela 84 - Sistematização dos Formulários - Pontos a Melhorar - Participação da População na 1ª Audiência Pública da Revisão do PDM de SJVRP. 399
Tabela 85 - Síntese dos Pontos a Melhorar por Categorias Mencionadas - Participação da População na 1ª Audiência Pública da Revisão do PDM de SJVRP. 400
Tabela 86 - Sistematização dos Formulários - Propostas - Participação da População na 1ª Audiência Pública da Revisão do PDM de SJVRP. 401
Tabela 87 - Síntese das Propostas Sugeridas por Categorias Mencionadas - Participação da População na 1ª Audiência Pública da Revisão do PDM de SJVRP. 402
Tabela 88 - Sistematização Material Proveniente da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/ Cidade que Queremos" Aplicada nas Reuniões

Comunitárias (RCs) da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 1ª/2ª RC - Deficiências Apontadas por Categorias. 410
Tabela 89 - Síntese das Deficiências Apontadas por Categorias - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 1ª/2ª RC. 413
Tabela 90 - Sistematização Material Proveniente da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 1ª/2ª RC - Possíveis Soluções Apontadas por Categorias e por Bairros. 414
Tabela 91 - Síntese das Possíveis Soluções Apontadas por Categorias e por Bairros - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 1ª/2ª RC. 417
Tabela 92 - Sistematização Material Proveniente da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 3ª/4ª RC - Deficiências Apontadas por Categorias. 423
Tabela 93 - Síntese das Deficiências Apontadas por Categorias - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 3ª/4ª RC. 426
Tabela 94 - Sistematização Material Proveniente da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 3ª/4ª RC - Possíveis Soluções Apontadas por Categorias e Por Bairros. 428
Tabela 95 - Síntese das Possíveis Soluções Apontadas por Categorias e por Bairros - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 3ª/4ª RC. 431
Tabela 96 - Sistematização Material Proveniente da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 5ª RC - Deficiências Apontadas por Categorias. 437
Tabela 97 - Síntese das Deficiências Apontadas por Categorias - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 5ª RC. 440
Tabela 98 - Sistematização Material Proveniente da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 5ª RC - Possíveis Soluções Apontadas por Categorias e Por Bairros. 441
Tabela 99 - Síntese das Possíveis Soluções Apontadas por Categorias e por Bairros - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e

"Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 5ª RC..... 441
Tabela 100 - Sistematização das Propostas Sugeridas por Categorias. 449

LISTA DE SIGLAS

ACE - Agentes de Combate a Endemias

ACS - Agentes Comunitários de Saúde

ANA - Agência Nacional de Águas

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

APP - Área de Preservação Permanente

ART - Anotação de Responsabilidade Técnica

AVC - Acidente Vascular Cerebral

BB - Banco do Brasil

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH - Banco Nacional de Habitação

BPC - Benefício de Prestação Continuada

BPM - Batalhão de Polícia Militar

CadÚnico - Cadastramento Único do Governo Federal

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo

CEF - Caixa Econômica Federal

CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola

CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONDEC - Conselho Nacional de Defesa Civil

CONPDEC - Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil

CPF - Cadastro de Pessoa Física

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREA-RJ - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DataSUS - Departamento de Informática do SUS - Sistema de Informação do SUS

DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPI - Equipamentos de Proteção Individual

ESF - Equipes de Saúde da Família

ETA - Estação de Tratamento de Água

ETE - Estação de Tratamento de Esgoto

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FJP - Fundação João Pinheiro

FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

GIS - *Geographic Information Systems*

GTA - Guia de Trânsito de Animais

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICH - Índice de Carência Habitacional

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITCF - Instituto de Terras Cartografia e Florestas

ITCG - Instituto de Terras, Cartografia e Geociências

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei do Orçamento Anual

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

MC - Ministério das Cidades

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MEC - Ministério da Educação

ODM - Objetivos do Desenvolvimento do Milênio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAI - Plano de Ação e Investimentos

PCCS - Plano de Cargos, Carreira e Salário

PCH - Pequena Centra Hidrelétrica

PDM - Plano Diretor Municipal

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PMGIRS - Plano Municipal de Gerenciamento e/ou Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

PGV - Planta Genérica de Valores

PIB - Produto Interno Bruto

PlanHab - Plano Nacional de Habitação

PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social

PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida

PMGIRS - Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos

PMS - Plano Municipal de Saúde

PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNE - Plano Nacional de Educação

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

PNHU - Programa Nacional de Habitação Urbana

PNPDEC - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA - Plano Plurianual

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PSF - Programa Saúde da Família

RCC - Resíduos da Construção Civil

RRT - Registro de Responsabilidade Técnica

RSS - Resíduos de Serviço de Saúde

SAA - Sistema de Abastecimento de Água

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESC - Serviço Social do Comércio

SESI - Serviço Social da Indústria

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SINDEC - Sistema Nacional de Defesa Civil

SINPDEC - Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISU - Sistema Integrado de Saúde

SJVRP - São José do Vale do Rio Preto

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

VAB - Valor Adicionado Bruto

VAB-A - Valor Adicionado Bruto Agropecuário

VAB-I - Valor Adicionado Bruto Industrial

VAB-S - Valor Adicionado Bruto Serviços

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

APRESENTAÇÃO

As cidades brasileiras têm passado por inúmeros percalços nas últimas décadas para abrigar a grande massa de população que tem se concentrado no meio urbano em busca de possível melhoria na qualidade de vida e de oportunidades econômicas. Contudo, o despreparo dos municípios para agregar tanta população tem refletido diretamente nos impactos ambientais e na desigualdade social. As cidades que concentram a maior parte da população - as áreas metropolitanas - são comumente as que apresentam impactos e desigualdades mais evidentes, seja pela falta de planejamento e gestão urbana ou pelas fracas políticas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Esse processo iniciou-se na década de 1970 com a crise do Estado Desenvolvimentista e a emergência de um novo sistema financeiro global que passou a delinear novas formas na divisão territorial e social do trabalho, conforme aponta Rückert (2004).

A partir disso, a "flexibilização dos lugares" provocada pela alta mobilização do capital fez com que as políticas federais iniciassem um processo de descentralização, ou seja, as responsabilidades de ordenamento econômico e socioespacial passaram a ser dos estados e municípios, cabendo às leis federais nortearem as diretrizes legislativas e aos outros entes da federação a constituir sua própria estrutura, com base nos princípios ditados pela primeira.

Inerente a este processo, Rolnik (2001) afirma que surge no Brasil a concepção de planejamento urbano, na tentativa de preceituar as cidades que passavam por transformações extremas.

Este processo conduziu a enormes taxas de êxodo rural, já que a população passou a procurar nas cidades melhores condições de vida e emprego conduzindo assim, a formação de inúmeros aglomerados urbanos.

Grostein (2001), afirma que na segunda metade do século XX, observou-se a formação de 12 regiões metropolitanas e 37 aglomerações não metropolitanas que concentravam aproximadamente 47% da população do país, sendo que nestas regiões metropolitanas, o contingente populacional era de 52,7 milhões de habitantes.

Entretanto, a população que não logrou a inserção na nova estrutura produtiva das cidades passou a fazer parte de uma dualidade urbana: de um lado os residentes das cidades formais e de outro, das cidades informais.

Rolnik (2001) diz que as cidades formais são aquelas que possuem toda a "urbanidade", ou seja, ruas pavimentadas, ajardinadas, com infraestrutura completa, e a cidade informal é aquela cuja infraestrutura é inexistente e que se

aproxima muito mais na ideia de um "acampamento" do que propriamente uma cidade.

A população residente nessa informalidade acaba por morar naqueles locais pouco valorizados: vazios urbanos sem infraestrutura, áreas de preservação permanente e locais que apresentam risco ambiental, constituindo intensa segregação social.

Segundo Maricato (2003), a segregação urbana e/ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento básico (água, esgoto, coleta de resíduos e drenagem inexistente e/ou deficiente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, entre outros) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres, crianças e idosos, difícil acesso à justiça oficial, ao lazer e à cultura.

A partir deste contexto, na busca de justiça social e da garantia do direito à cidade a toda a população surge, no Brasil, marcos jurídicos para garantir a todos a "urbanidade" necessária para a vida em harmonia nas cidades.

O marco inicial nesse quadro, a Constituição Federal de 1988, implementa a descentralização administrativa e fortalece o papel dos municípios e da participação popular. Fazem parte desse contexto a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, com a exigência para que os municípios promovam o planejamento e a gestão territorial mediante a elaboração e aplicação dos Planos Diretores Municipais, a criação do Ministério das Cidades em 2003, e a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) em 2005, que possibilita a articulação de ações e recursos destinados a enfrentar o problema habitacional.

O documento a seguir tem por objetivo apresentar o Diagnóstico Municipal (Leituras Técnica e Participativa) - Produtos 5, 6 e 7 da Elaboração/Revisão do Plano Diretor Municipal de São José do Vale do Rio Preto em cumprimento ao Contrato de Prestação de Serviços nº 2895/2016, firmado entre o Município de São José do Vale do Rio Preto e a empresa Safra Planejamento e Gestão em 29/12/2016.

Este caderno será apresentado ao Poder Executivo, Poder Legislativo e ao Núcleo Gestor do Plano Diretor Municipal, com o diagnóstico da realidade local para definição dos objetivos, diretrizes e proposições, bem como do plano de

ação e investimentos para o planejamento sustentável nos próximos cinco e dez anos de vigência do Plano. Este documento segue as diretrizes do Termo de Referência do Processo Contratual, formulado pelo Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Cabe destacar que o diagnóstico tem como objetivo levantar as principais condicionantes, deficiências e potencialidades para o planejamento de ações conjuntas, articuladas e sustentáveis. Trata-se de importante subsídio, parte da Leitura Técnica, para a definição das novas ações e investimentos dentro do horizonte de uma década.

Contudo, o diagnóstico não é a única fonte de informações para o planejamento das fases seguintes da Elaboração/Revisão do PDM, pois esta foi embasada também na análise da legislação local vigente e na Leitura Comunitária, ambas as tarefas desenvolvidas nesta fase do trabalho.

Para compor este documento, ainda foram realizados diversos levantamentos em campo, junto à Prefeitura e a órgãos e entidades estaduais e federais.

Para os municípios que já possuem Plano Diretor, faz-se necessária a atualização e revisão periódica do plano vigente com vistas à melhoria constante dos princípios e instrumentos urbanísticos, como meio de garantir à população melhor qualidade de vida, assim como, a conservação e a preservação dos recursos ambientais não renováveis.

No caso de São José do Vale do Rio Preto, foi necessária a elaboração de um diagnóstico, que levantasse/atualizasse as informações pertinentes ao processo de elaboração/revisão do sistema de planejamento territorial.

Os Produtos 5, 6 e 7 da Elaboração/Revisão do PDM de São José do Vale do Rio Preto - Diagnóstico Municipal (Leitura Técnica + Leitura Participativa) - contêm o levantamento e a análise das informações e dados atualizados referentes aos principais aspectos do planejamento urbano, estabelecidos por meio das leituras técnica e participativa resultantes desta etapa do trabalho. Este produto servirá de subsídio para elaboração das etapas seguintes, sendo este o guia para a aplicação/implantação das ações, programas e projetos para o alcance das metas estabelecidas para o horizonte do PDM.

Os principais aspectos abordados no Diagnóstico encontram-se agrupados da seguinte maneira: Caracterização Geral do Município, Inserção Regional, Aspectos Ambientais, Socioeconômicos, Socioespaciais, de Infraestrutura, de Serviços Públicos e Institucionais.

Os dados técnicos que compõem o Diagnóstico são apresentados na forma de textos, tabelas, gráficos, figuras e mapas, tendo como fonte o levantamento em campo, assim como, a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, o IBGE, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Sistema de Informação do SUS (DataSUS) o Atlas de Desenvolvimento Humano, Ampla, Energia e Serviços, Departamento Municipal de Água e Esgoto (DAE), Agência Nacional de Águas (ANA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER) - RJ, entidades de ensino estaduais e federais, diversas Secretarias do Estado do Rio de Janeiro, Ministérios, entre outros.

Além disso, foram dispostas nesta Etapa as informações coletadas na ocasião da Leitura Participativa mediante as Reuniões Técnicas e de Trabalho com o Núcleo Gestor (NG), da 1ª Audiência Pública e das Reuniões Comunitárias da Elaboração/Revisão do PDM de São José do Vale do Rio Preto e das sugestões enviadas por meio digital - Espaço PDM.

ASPECTOS REGIONAIS

REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Em conformidade com informações disponibilizadas pela Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), a divisão regional pode ser construída de diferentes maneiras e deve ser alterada de acordo com os objetivos que se têm em função das informações disponíveis. Constitui-se em importante instrumento de análise e ação com vistas ao planejamento e gestão territorial (CEPERJ, 2017).

Ao longo do tempo, foram elaboradas diversas regionalizações para o Estado do Rio de Janeiro, entretanto, para o planejamento e gestão do território, duas são as mais utilizadas e conhecidas: a do IBGE e a do Governo do Estado (CEPERJ, 2017).

A regionalização adotada para a elaboração deste diagnóstico foi a do IBGE, baseada em mesorregiões e microrregiões geográficas.

A mesorregião geográfica expressa, em nível regional, a realidade do espaço geográfico decorrente das ações praticadas pela sociedade ao longo do tempo. É definida "[...] com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial" (IBGE, 2005. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em: 18.abr.2017).

Já a microrregião geográfica expressa, em nível local, a realidade do espaço geográfico resultante de elementos particulares, seja do quadro natural, seja das relações sociais e econômicas ou da associação de ambos. Em geral, a mesorregião compreende mais de uma microrregião (CEPERJ, 2017).

Essa regionalização pode ser aplicada na elaboração de políticas públicas, servindo para "[...] subsidiar o sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias; subsidiar o planejamento, estudos e identificação de estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais" (IBGE, 2005. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em: 18.abr.2017).

De acordo com a regionalização do IBGE, o Estado do Rio de Janeiro é formado por seis Mesorregiões e dezoito Microrregiões.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 1 - Regionalização do Estado do Rio de Janeiro, IBGE.

INSERÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO NO CONTEXTO REGIONAL

Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro

A Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro é formada por 30 municípios subdivididos em 5 microrregiões. Concentra ainda a maior parte dos municípios com mais de 100 mil habitantes, ou seja, possui a rede urbana mais expressiva do Estado, sendo a mais densamente povoada e economicamente relevante.

A Tabela 1 apresenta os municípios presentes na Mesorregião Metropolitana com destaque para a estimativa populacional destes em 2017 e as respectivas Microrregiões nas quais estão inseridos.

Tabela 1 - Municípios que Compõem a Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro.

Município	Estimativa Populacional (2017)	Microrregião	Mesorregião
Seropédica	84.416	Itaguaí	Metropolitana
Mangaratiba	42.415	Itaguaí	Metropolitana
Itaguaí	122.369	Itaguaí	Metropolitana
Rio Bonito	58.272	Macacu-Caceribu	Metropolitana
Cachoeiras de Macacu	57.048	Macacu-Caceribu	Metropolitana
São Gonçalo	1.049.826	Rio de Janeiro	Metropolitana
Niterói	499.028	Rio de Janeiro	Metropolitana
Duque de Caxias	890.997	Rio de Janeiro	Metropolitana
Guapimirim	57.921	Rio de Janeiro	Metropolitana
Tanguá	32.970	Rio de Janeiro	Metropolitana
São João de Meriti	460.461	Rio de Janeiro	Metropolitana
Japeri	101.237	Rio de Janeiro	Metropolitana
Itaboraí	232.394	Rio de Janeiro	Metropolitana
Nilópolis	158.329	Rio de Janeiro	Metropolitana
Rio de Janeiro	6.520.266	Rio de Janeiro	Metropolitana
Queimados	145.386	Rio de Janeiro	Metropolitana
Nova Iguaçu	798.647	Rio de Janeiro	Metropolitana
Mesquita	171.280	Rio de Janeiro	Metropolitana
Maricá	153.008	Rio de Janeiro	Metropolitana
Magé	237.420	Rio de Janeiro	Metropolitana
Belfort Roxo	495.783	Rio de Janeiro	Metropolitana
Petrópolis	298.235	Serrana	Metropolitana
Teresópolis	176.060	Serrana	Metropolitana
S. J. do Vale do Rio Preto	**21.114**	**Serrana**	**Metropolitana**
Vassouras	35.768	Vassouras	Metropolitana
Paty de Alferes	26.991	Vassouras	Metropolitana
Paracambi	50.447	Vassouras	Metropolitana
Miguel Pereira	24.871	Vassouras	Metropolitana
Eng. Paulo de Frontin	13.576	Vassouras	Metropolitana
Mendes	18,123	Vassouras	Metropolitana

Fonte: IBGE, 2017.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 2 - Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, IBGE.

Mesmo apresentando população relativamente pequena (21.114 mil habitantes) e índices socioeconômicos baixos, São José do Vale do Rio Preto desempenha papel importante na Mesorregião, sendo um dos principais fornecedores de produtos hortifrutigranjeiros.

A produção agropecuária/hortifrutigranjeira de São José do Vale do Rio Preto abastece praticamente toda a extensão da Mesorregião Metropolitana do RJ, o que indica a necessidade de articulação estratégica melhor estabelecida em termos de infraestrutura, comercialização e logística regional. Atualmente, as maiores dificuldades que envolvem o escoamento da produção de São José para os municípios da Mesorregião são relativas à estrutura rodoviária que não corresponde às necessidades regionais.

A Mesorregião Metropolitana possui importante dinâmica econômica, sendo a mais expressiva do estado do Rio de Janeiro, entretanto, há pouca articulação política entre os municípios o que, associado à iliquidez financeira do Estado, culmina na falta de ações intermunicipais em prol do desenvolvimento regional.

Microrregião Serrana

A Microrregião Serrana é formada por três municípios: Petrópolis, Teresópolis e São José do Vale do Rio Preto.

Petrópolis e Teresópolis caracterizam-se por apresentar grande dinamismo econômico em função das atividades turísticas, industriais e de prestação de serviços em geral. A produção de hortifrutigranjeiros nos vales intermontanos também ocorre nestes municípios, no entanto, São José do Vale do Rio Preto destaca-se como principal produtor regional de hortifrutigranjeiros (um dos maiores do Estado).

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 3 - Microrregião Serrana do Rio de Janeiro, IBGE.

O setor primário regional destaca-se pela olericultura, avicultura e inclusive floricultura. A agricultura constitui atividade estável e com algumas características empresariais e cooperativas.

Petrópolis desempenha papel de polo, em função, principalmente, do setor industrial, distinguindo-se os gêneros mecânica, têxtil e vestuário, além de suprir com o seu comércio e serviços as necessidades da população dos municípios próximos. As indústrias têxteis e de vestuário de Petrópolis também formam um Arranjo Produtivo Local (APL) voltado para a moda feminina. De acordo com o SEBRAE/RJ (2004), este APL é o segundo mais importante do

Estado no ramo têxtil-vestuário, sendo formado por micro e pequenas empresas.

Teresópolis destaca-se no setor turístico e principalmente na prestação de serviços, sendo o setor terciário o mais relevante economicamente no Município.

A relação de polarização e interdependência entre os municípios da Microrregião caracterizam relevância estratégica para o desenvolvimento regional. É fundamental que Petrópolis, Teresópolis e São Jose do Vale do rio Preto atuem de forma mais articulada junto ao Poder Público Estadual para conduzir melhorias estruturais para a Microrregião.

Associação Estadual dos Municípios do Rio de Janeiro (AEMERJ)

A Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro, fundada na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, no dia 15 de junho de 1999, trata-se de associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, com autonomia administrativa e financeira, de duração indeterminada, regida por Estatuto e pelas leis brasileiras, sendo o órgão de representação máxima dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (AEMERJ, 2017).

A AEMERJ tem por finalidades:

- Unir esforços em benefício dos Municípios Fluminenses, vedada a sua atuação, em caráter discriminatório, para beneficiar interesse individual de qualquer Município associado;
- Representar os Municípios do estado do Rio de Janeiro nas lutas por seus direitos e interesses comuns, na ampliação dos espaços democráticos do Estado, na conquista da justiça social e na defesa dos municípios fluminenses promovendo:
  - ✓ O desenvolvimento do espírito associativo entre os Municípios fluminenses;
  - ✓ A realização permanente de estudos dos problemas sociais, econômicos e políticos das comunidades e municípios do estado do Rio de Janeiro;
  - ✓ A formulação de programas para contribuir com as soluções dos problemas locais, regionais e estaduais;
  - ✓ A interligação sistêmica para a troca de informações nas áreas administrativa, técnica e legislativa;

- ✓ A defesa do regime representativo e do sistema municipalista, por meio de meios disponíveis;
- ✓ A defesa das reivindicações dos municípios fluminenses buscando a otimização da distribuição de renda Estadual e Municipal;
- ✓ O intercâmbio com entidades nacionais e internacionais mediante convênios, inclusive presenciais, objetivando o conhecimento e a troca de experiências na área de gestão pública municipal com outros estados e países.

▪ Promover de forma cooperativa subsidiária o desenvolvimento da gestão pública municipal em toda a multiplicidade de seus aspectos;

Publicar e incentivar a mídia escrita ou falada, na divulgação de assuntos de interesse dos Municípios e do movimento municipalista (AEMERJ, 2017)

A existência da AEMERJ é fato importante a ser considerado na mobilização política de São José do Vale do Rio Preto, pois o município faz parte da associação e, isolado, tende a ter mais dificuldades para reivindicar recursos em nível estadual, bem como para instituir consórcios intermunicipais multissetoriais.

O Município de São José do Vale do Rio Preto

Histórico

Os primeiros povoados nos entornos do Rio Preto foram constituídos na segunda metade do século XIX por migrantes mineiros que cruzavam o Rio Paraíba do Sul em busca de novas terras para a agricultura após o declínio do ciclo da mineração. No início do século XX, com o intenso processo de imigração europeia para o sudeste brasileiro, muitos colonos portugueses e italianos também se alocaram na região.

Na província do Rio de Janeiro, a cultura do café produziu os seus primeiros efeitos com a instalação das grandes fazendas e o surgimento dos barões do café. Em São José, pode-se citar como exemplos dessa nobreza latifundiária os Barões de Águas Claras e de Bemposta. A cafeicultura foi responsável pela construção das grandes sedes de fazendas em São José, tais como do Calçado Grande, Nossa Senhora do Belém, Sossego e Águas Claras.

O ciclo do café começou a desmantelar-se com o esgotamento do solo, a libertação dos escravos e a queda internacional do preço do produto, de 1888 a 1929. A crise que se seguiu à derrocada do café fez com que a região do Rio Preto, a exemplo de outras, sofresse um período de retrocesso econômico.

Um novo ciclo econômico se instalou na região de São José do Vale a partir da década de 1940 por meio da avicultura, que consolidou novo contexto de prosperidade econômica. O ciclo da avicultura harmonizou-se com a agricultura, mediante o fornecimento de adubo para a lavoura. A olericultura, anteriormente realizada apenas para subsistência, também ganha escala e passa a ser importante para e economia local.

De 1950 a 1960, no auge da avicultura, São José do Vale do Rio Preto, então Distrito de Petrópolis, foi considerado o maior centro avícola da América do Sul. Começaram, nesta época, a surgir novos loteamentos, comércios, colégios, hospitais, entre outros estabelecimentos, trazendo crescimento e progresso.

Apesar do grande território e do dinamismo econômico, São José do Vale do Rio Preto emancipou-se enquanto Município apenas em 1987, sendo até esta data Distrito do município de Petrópolis.

Características Geográficas Básicas

O município de São José do Vale do Rio Preto possui área total de aproximadamente 220 km², com população estimada em 21.114 habitantes (IBGE, 2017). A densidade demográfica média do Município é de 91,87 habitantes por km².

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 4 - Município de São José do Vale do Rio Preto.

São José do Vale do Rio Preto tem seus limites territoriais compartilhados com os municípios de Três Rios, Petrópolis, Teresópolis, Areal, Sapucaia e Sumidouro.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 5 - Municípios Limítrofes.

O principal acesso à cidade é realizado pela estrada BR-116, para Teresópolis, ao sul, e Sapucaia, ao norte. A RJ-134 realiza a ligação com Areal e Petrópolis, a oeste, conectando com a BR-040, a Rio-Juiz de Fora. O Município encontra-se a 129 km da cidade do Rio de Janeiro.

As informações e análises geográficas completas se encontram ao longo dos aspectos ambientais e socioeconômicos desse diagnóstico.

ASPECTOS AMBIENTAIS

A identificação dos sistemas ambientais e seus componentes físicos relacionados direta ou indiretamente com o planejamento e o ordenamento de um território, são de extrema importância para a manutenção da qualidade do ambiente e das comunidades que o integram.

De acordo com Christofoletti (1999, p. 37) os sistemas ambientais

> [...] representam a organização espacial resultante da interação dos elementos componentes físicos e biológicos da natureza", além disso, "possuem expressão espacial na superfície terrestre, funcionando por meio da interação areal dos fluxos de matéria e energia entre seus componentes (CHRISTOFOLETTI, 1999).

A identificação dos aspectos ambientais e a avaliação dos impactos associados a determinado empreendimento e/ou atividade, deve procurar selecionar todos procedimentos, produtos e serviços relacionados à dinâmica produtiva, de modo a destacar o maior número possível de impactos ambientais gerados, reais e potenciais, benéficos e adversos, decorrentes de cada aspecto identificado, considerando, sempre, se são significativos ou não (BACCI, 2006). Para atender às expectativas de melhoria no desempenho ambiental deve haver o conhecimento e divulgação dos aspectos ambientais de um empreendimento e/ou atividade (VALLE, 2007). Isso também se aplica ao planejamento e ordenamento territorial de um município.

Os componentes físicos do território são representados por aspectos climáticos, geológicos, geomorfológicos, pedológicos e hidrográficos, já os componentes biológicos são representados pela fauna e flora.

Para complementar o diagnóstico dos aspectos ambientais é realizada uma análise acerca do uso e cobertura do solo municipal.

ASPECTOS FÍSICOS

Fatores Climáticos

Compreender os aspectos climáticos e respeitar as limitações de uso e ocupação do solo é fator importante em São José do Vale do Rio Preto, bem como em toda região serrana, pois os condicionantes geográficos (declividade e hidrografia) associados aos processos meteorológicos, historicamente geram sérios problemas e restrições para a população que vive nessas áreas.

Segundo a classificação de Köppen e Geiger, o clima de São José do Vale do Rio Preto é do tipo Cwa, isto é, temperado (com características tropicais de altitude), havendo maior concentração de pluviosidade no verão e invernos predominantemente secos.

A temperatura média anual do Município é de 20,2°C e a pluviosidade média é de 1557 mm/ano. O mês que historicamente apresenta menor pluviosidade é julho, com média de 25 mm de precipitação. O mês de dezembro é o que concentra maior pluviosidade, apresentando média de 288 mm. Com temperatura média de 23,4°C, janeiro é o mês mais quente do ano, enquanto julho, com média de 16,8°C é costumeiramente o mês mais frio.

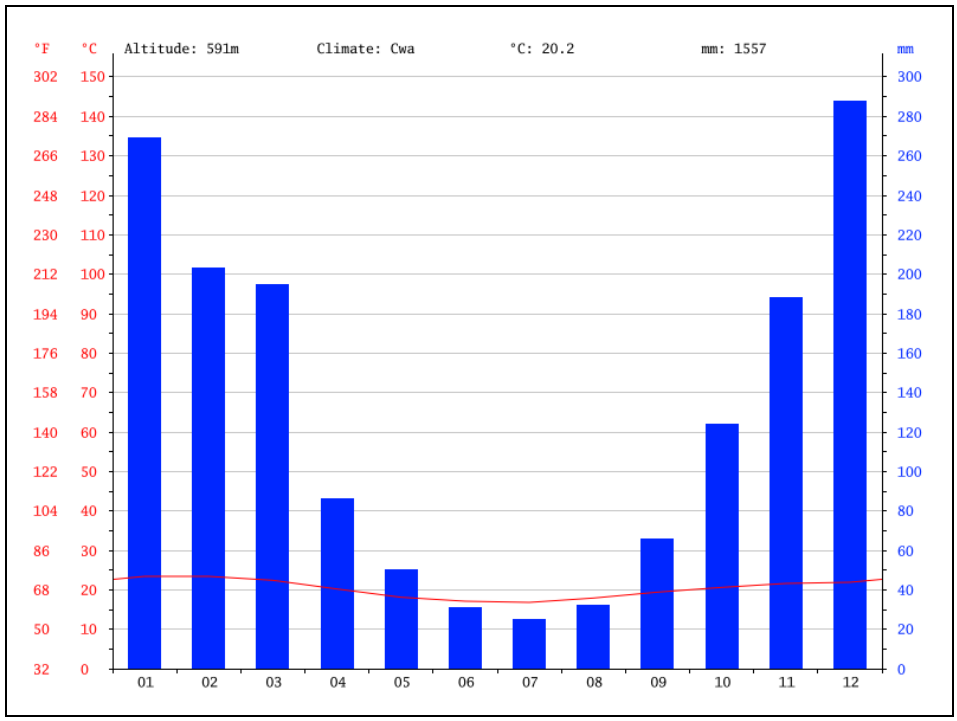
O período mais chuvoso, como pode ser observado na Figura 1 (gráfico climático), ocorre entre outubro e março, quando acontecem as chuvas mais intensas. Nesse período é importante a ação preventiva da Defesa Civil, atuando de forma contínua especialmente junto à população de baixa renda com objetivo de mitigar catástrofes mais agudas.

Devido às particularidades geomorfológicas e hidrográficas da região serrana, as chuvas não interferem apenas na escala local, pois alimentam toda rede hidrográfica que, associada à altas declividades, geram processos intensos de movimento de massa (deslizamentos), inundações e catástrofes em áreas habitadas. Neste sentido, é fundamental que os municípios da Microrregião Serrana (Petrópolis, Teresópolis e São José) atuem conjuntamente para mitigar impactos decorrentes das chuvas, pois isoladamente é praticamente impossível a realização de ações eficazes, sobretudo em São José do Vale do Rio Preto, que possui menor aparato financeiro e estrutural para dar suporte à população.

A celebração de Consórcio Intermunicipal com vistas à mitigação de impactos socioambientais pode ser um caminho a ser seguido pelos municípios da Microrregião Serrana, estabelecendo linha de planejamento e organização para lidar com o tema

O desenvolvimento institucional da Defesa Civil trata-se de ação de extrema importância para a mitigação dos impactos socioambientais na região, entretanto, a deficiência de investimentos em nível de Estado é fator limitante para o incremento do setor.

Figura 1 - Gráfico Climático de São José do Vale do Rio Preto/RJ.



Fonte: CLIMATE-DATA.org, 2017.

Geologia e Geomorfologia

De acordo com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM, 2001),

> O estado do Rio de Janeiro está geotectonicamente contido na formação Mantiqueira, uma das províncias estruturais definidas por Almeida et al. (1981). Essa formação cobre extensa área (cerca de 700.000 km^2), sendo a mais complexa província estrutural afetada pelo ciclo orogenético neoproterozóico/cambriano na América do Sul (CPRM, 2001).

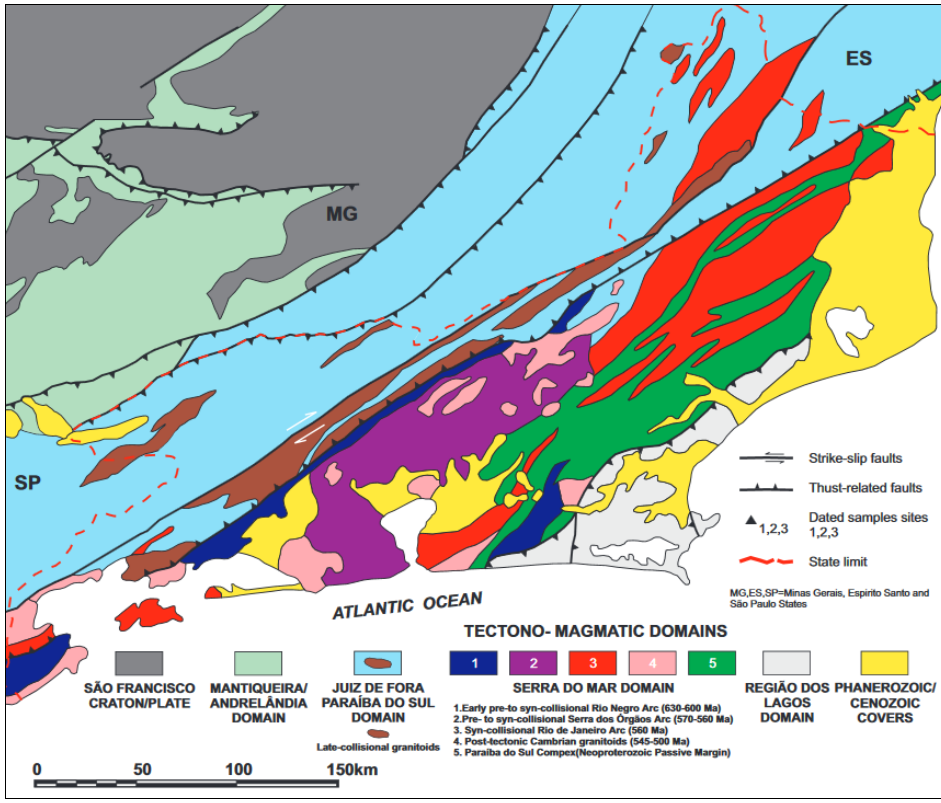
Partindo do embasamento desta antiga província estrutural, o estado do Rio de Janeiro subdivide-se em três domínios geológicos: Domínio Juiz de Fora/Paraíba do Sul, Domínio Serra do Mar e Domínio Região dos Lagos, os quais também subdividem-se em complexos específicos, estes classificados de acordo com o período de consolidação.

São José do Vale do Rio Preto está localizado no Domínio Juiz de Fora/Paraíba do Sul, no limite entre formações derivadas do metamorfismo de rochas ígneas (porção sul) e metamorfismo de rochas sedimentares (porção norte).

> O Domínio Juiz de Fora/Paraíba do Sul ocupa uma extensa faixa de orientação nordeste em toda a porção centro-norte e ocidental do estado, subparalela ao corredor de cisalhamento do rio Paraíba do Sul. [...]. Faz limite, NW com o Domínio Mantiqueira/Andrelândia, na Zona de Cisalhamento Rio Preto, e a SE com o Domínio Serra do Mar, pela Zona de Cisalhamento de Paracambi, também designada como Limite Tectônico Central por Almeida et al. (1998), correspondendo ao limite dos terrenos Ocidental e Oriental de Heilbron et al (2000). Nessa zona limítrofe, o Domínio Juiz de Fora/Paraíba do Sul é marca do pelo empurrão, com vergência do topo para SE, dos paragnaisses Paraíba do Sul sobre os batólitos (arcos) Rio Negro e Serra dos Órgãos, no Domínio Serra do Mar (CPRM, 2001).

A Figura 2 apresenta os domínios tectono-magmáticos do estado do Rio de Janeiro, bem como as formações adjacentes aos domínios e as estruturas geológicas presentes no território (falhas, dobras e suítes).

Figura 2 - Domínios Tectono-magmáticos do Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: CPRM, 2001.

A área na qual está inserido o território de São José é caracterizada por falhas geológicas estruturais e diferentes litotipos, com predominância de rochas metamórficas e ígneas em diferentes horizontes estratigráficos. Como pode ser verificado no Mapa 6, as rochas ígneas concentram-se predominantemente na extensão sul e em menor escala na extensão norte, conjuntamente às rochas metamórficas, que concentram-se na extensão norte, central e afloramentos ao longo de todo território.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 6 - Classes Rochosas Predominantes em São José do Vale do Rio Preto.

O Mapa 7 apresenta os principais litotipos de acordo com as classes rochosas distribuídas no Município, com destaque para as falhas e estruturas geológicas.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 7 - Litotipos Predominantes em São José do Vale do Rio Preto.

Em relação à geomorfologia, o território de São José está inserido na Unidade Geomorfológica (morfoestrutural) Planalto Reverso da Região Serrana, uma das mais importantes unidades geomorfológicas do estado do Rio de Janeiro. As morfoestruturas presentes no território municipal são: Serra do Paquequer, Paraíba do Sul, Rio Negro, Serra das Araras e Serra dos Órgãos. O Mapa 8 apresenta as morfoestruturas presentes no território municipal.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 8 - Morfoestruturas Existentes em São José do Vale do Rio Preto.

Segundo Dantas (2005), cabe destacar que o Planalto da Região Serrana, domínio onde está contida a maior porção do território de São José do Vale, é formado predominantemente por morros elevados, colinas, vales intramontanos e morros baixos.

> O planalto da Região Serrana situa-se imediatamente a norte do reverso montanhoso da serra do Mar, [...] constitui-se de um relevo bastante movimentado, contudo com declividades e amplitudes de relevo bastante inferiores aos do setor montanhoso adjacente, principalmente, à medida que esses terrenos se aproximam da calha do baixo-médio curso do rio Paraíba do Sul. Esse domínio, que abrange localidades, como São José do Vale do Rio Preto, Duas Barras, Carmo, Cantagalo, Cordeiro e São Sebastião do Alto, consiste predominantemente de morros elevados e, subordinadamente, por colinas e morros baixos (DANTAS, et al, 2005).

Há ainda em São José do Vale do Rio Preto uma série de afloramentos rochosos (metamórficos) concentrados ao longo do limite entre as unidades Rio Negro e Serra das Araras, também há afloramentos nas unidades Serra dos Órgãos e Paquequer, porém com menor expressividade, como pode ser observado no Mapa 8.

A condição geológica e geomorfológica de São José do Vale do Rio Preto é determinante para a consolidação pedológica e consequentemente dos padrões de uso e ocupação do solo.

> Esse conjunto de terrenos pode ser indicado tanto para atividades silvipastoris, nas mais secas, quanto para atividades agroflorestais, nas áreas mais úmidas, adjacentes ao domínio montanhoso. As vertentes mais íngremes e

> elevadas dos morros e "pães-de-açúcar" disseminados na região, assim como as cabeceiras de drenagem, devem ser destinadas à preservação e à recomposição florestal (DANTAS, et al, 2005).

Recursos Minerais e Royalties do Petróleo

Apesar do Município estar localizado numa província geológica complexa com litotipos potencialmente comercializáveis (principalmente granitos e quartzo), a economia local não está atrelada significativamente à atividade da mineração.

Existem empresas legalizadas que realizam a extração e comercialização de quartzo (areia) no território municipal, entretanto, há histórico de extração ilegal no Município que vem sendo constantemente investigado pela Unidade de Policiamento Ambiental Marítimo e Fluvial (UPAM). Práticas de extração ilegal de recursos minerais, inclusive água, constituem crime e devem ser coibidas pelos poderes público municipal, estadual e federal.

Apesar de não estar localizado na zona principal de extração de Petróleo, São José do Vale do Rio Preto recebe royalties relativos à produção petrolífera do Estado do Rio de Janeiro.

> Royalties e Participações Especiais constituem compensações financeiras devidas ao Estado pelas empresas concessionárias, no caso, produtoras de petróleo e gás natural no território brasileiro, e distribuídas aos Estados, aos Municípios, ao Ministério de Ciência e Tecnologia, ao Comando da Marinha, e ao Fundo Especial administrado pelo Ministério da Fazenda, que repassa de acordo com critérios definidos por legislação. Essas compensações constituem uma remuneração à sociedade pela exploração de um recurso escasso e não renovável e pelos danos causados pela atividade no território específico onde ocorre ou influência (IBAM, 2009).

De acordo com o IBGE (2010), São José do Vale do Rio Preto está localizado na zona limítrofe à de produção principal de petróleo, recebendo alíquota específica que leva em conta a localização e também a população censitária. A legislação que determina a distribuição dos royalties é composta pelas Leis Federais nº 9.478/1997 e nº 12.351/2010. O Departamento de Geociências do IBGE é o responsável por elaborar a regionalização das áreas de

interesse para captação de royalties. Em conformidade com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM),

> [...] trinta por cento (30%) [do total dos royalties] se destinam aos Municípios à Zona Limítrofe à de produção principal (ZL), excluídos os da zona de produção secundária. São aqueles que fazem fronteira ou estão localizados numa mesma área geoeconômica com alguns da zona de produção principal: esse é o maior grupo, formado por 59 Municípios (IBAM, 2009).

De acordo com o SEBRAE (2015), São José do Vale do Rio Preto, embora receba um valor bem menor de royalties que os demais municípios da microrregião serrana, apresenta participação mais elevada de royalties na receita orçamentária total (14%). Esse município recebe o valor mais alto de royalties *per capita* da região (R$ 323,3). O oposto acontece com Petrópolis, cujos royalties *per capita* não passam de R$ 56,9 por habitantes (Tabela 2).

Tabela 2 - Royalties dos Municípios da Microrregião Serrana, 2011.

Municípios	Royalties recebidos em 2011 (R$ milhões)	Royalties *per capita* em 2011 (R$)	Proporção dos royalties na receita total (2011)
Petrópolis	17	56,9	3%
São José do Vale do Rio Preto	7	323,3	14%
Teresópolis	12	70,5	4%

Fonte: SEBRAE, 2015.

Conforme Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2015, São José do Vale do Rio Preto recebeu 6,51 milhões de reais em royalties, equivalendo a R$311,37 *per capita* e representando 11% da receita municipal.

A previsão do Município para 2017 é arrecadação de R$6,14 milhões em royalties, representando aproximadamente 10% da receita total. De acordo com o Diário Oficial do Município, entre os meses de janeiro e agosto de 2017, São José recebeu o montante de R$4.891.597,58 em royalties, equivalendo a R$235,93 *per capita* (projeção populacional IBGE 2017).

Como a receita de São José do Vale do Rio Preto possui forte relação com a captação de royalties, a oscilação cambial dos preços relativos ao Petróleo pode interferir diretamente na capacidade financeira do Município, o

que indica a necessidade de incremento da receita total por outros meios, principalmente a receita própria, a fim de reduzir a dependência dos royalties.

Pedologia

Devido às características geográficas do território de São José do Vale do Rio Preto, a formação pedológica local possui algumas particularidades, como a existência de solos rasos nas encostas e morros, constantes movimentos de massa, muitos afloramentos rochosos, dentre outros aspectos relevantes.

> As zonas mais elevadas das escarpas serranas e das zonas montanhosas, constituídas por solos rasos ou paredões subverticais rochosos, evidentemente, devem ser mantidos preservados. Um caso peculiar registra-se no planalto do Itatiaia e, em menor escala, no planalto do Açu, entre Petrópolis e Teresópolis. Esses planaltos alçados a 2.200m de altitude possuem um clima excessivamente frio e solos muito rasos para o desenvolvimento da cobertura florestal. Nestes planaltos muito elevados, os terrenos são recobertos por campos de altitude (DANTAS, et al, 2005).

O território de São José do Vale do Rio Preto possui três classes de solos predominantes, sendo:

LVAd7 - Latossolos Vermelho-Amarelos Distróficos (predominante) + Cambissolos Háplicos Eutróficos;

> De grande expressão geográfica, esses solos distribuem-se por todo o estado do Rio de Janeiro, em condições climáticas bastante distintas, desde as áreas mais secas e quentes do Norte Fluminense às de temperaturas amenas e chuvosas das regiões serranas, o que se reflete de forma marcante no aspecto da vegetação original de floresta, que apresenta caráter perene até subcaducifólio. A influência dessas condições ambientais diversas é também verificada nas próprias características pedológicas. Assim, embora não se constitua uma regra geral, observa-se a tendência de os solos das regiões mais frias e úmidas apresentarem menores teores de bases e saturação com alumínio mais elevada. A presença de horizonte superficial mais desenvolvido e rico em matéria orgânica, do tipo A proeminente ou mesmo húmico, é também típica dessas áreas. Devido ao relevo em geral movimentado em que ocorrem e à baixa fertilidade, a pastagem é o uso dominante nesses solos (EMBRAPA, 1988).

No caso específico de São José do Vale do Rio Preto, os Latossolos Vermelho-Amarelo combinados a Cambissolos Háplicos Eutróficos predominam por toda extensão sul, sendo o tipo de solo mais expressivo no Município. A olericultura é a atividade predominante sobre esse tipo pedológico, entretanto, a topografia acidentada condiciona a localização da atividade nos vales intramontanos.

CXbe1 - Cambissolos Háplicos Eutróficos (predominante) + Latossolos Vermelho-Amarelos Distróficos;

> Essa classe compreende solos minerais não hidromórficos[...]. São solos pouco evoluídos, de características bastante variáveis, mas em geral [...] rasos e com teores de silte relativamente elevados. [...] Devido a seu desenvolvimento ainda incipiente, as características desses solos são em geral bastante influenciadas pelo material de origem. São os solos dominantes nas regiões serra [...]. Em geral, ocorrem associados a Latossolos Vermelho-Amarelos, dos quais se diferenciam basicamente pela pouca espessura do horizonte B dos Cambissolos, em relevo montanhoso e forte ondulado [...] (EMBRAPA, 1988).

Os Cambissolos Háplicos combinados à Latossolos Vermelho-Amarelos Distróficos são o segundo tipo pedológico mais expressivo do Município, ocupando a maior parte da porção norte do território. Apesar de apresentar estrutura pedológica pouco desenvolvida e fertilidade moderada, a olericultura também ocupa a maior parte deste tipo de solo no Município.

PVd1 - Argissolos Vermelhos Distróficos.

> Apresentam grande expressão espacial no estado, em relevo que varia de suave ondulado a montanhoso, sob vegetação original de floresta subcaducifólia [...]. É comum a presença de solos com características intermediárias com Latossolos, com os quais se encontram frequentemente associados. Nessas áreas apresentam, geralmente, caráter distrófico ou álico e perfis bastante espessos [...]. São predominantemente cauliníticos, com argila de baixa atividade, geralmente bem drenados, de textura média/argilosa ou média/muito argilosa (EMBRAPA. 1988).

Os Argissolos são os menos expressivos no território de São José do Vale, concentrando-se no limite municipal com Sapucaia e no Pião, em áreas com

topografia ondulada e consolidação geológica ígnea/metamórfica. São solos menos lixiviados se comparados aos demais, entretanto, os processos de intemperismo também são intensos devido à umidade e declividade.

O Mapa 9 apresenta a distribuição das classes pedológicas no território municipal de acordo com as informações da EMBRAPA (2011).

> O planalto reverso da Região Serrana apresenta uma ocupação humana que remonta ao século XIX, irradiando-se a partir de cidades que se assentaram em alvéolos intramontanos, como Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo. Tais áreas apresentam também solos pouco espessos e lixiviados (Cambissolos e Latossolos Vermelho-Amarelos álicos) e um clima úmido e ameno, indicado para o turismo e o incremento do sistema agroflorestal. As atividades agrícolas, com destaque para a olericultura, ocupam as restritas planícies fluviais e as baixas vertentes menos declivosas do domínio montanhoso (DANTAS, et al, 2005).

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 9 - Pedologia.

Questão importante relacionada diretamente à pedologia, devido à fragilidade natural por conta dos condicionantes ambientais, é o manejo adequado solo. É fundamental o esforço conjunto entre poder público, associações e produtores rurais com objetivo de promover técnicas de manejo e conservação do solo, colaborando com o desenvolvimento das atividades agrícolas do Município.

Devido às particularidades e fragilidades ambientais de São José do Vale do Rio Preto, o manejo adequado do solo deve ser um dos fatores imprescindíveis para a elaboração de políticas públicas para o campo, pois a economia municipal depende da sustentabilidade e incremento das atividades agrícolas.

Hipsometria e Declividade

A hipsometria do território de São José do Vale do Rio Preto é fator condicionante ao uso e ocupação do solo municipal, sendo determinante para a definição de legislações e políticas públicas com objetivo de preservar o meio ambiente e proporcionar melhor qualidade de vida à população local.

O Mapa 10 apresenta o Modelo Digital do Terreno (MDT) do município de São José do Vale do Rio Preto.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 10- Modelo Digital do Terreno (MDT).

Como pode ser analisado no Mapa 10, o território municipal é caracterizado por forte amplitude altimétrica, ou seja, muita variação de altitude tanto no eixo norte/sul como no eixo leste/oeste. Considerando que o vale do Rio Preto (área mais baixa) encontra-se a cerca de 500 metros a cima do nível do mar e as áreas mais altas a cerca de 1.400 metros, a amplitude altimétrica do terreno chega a 900 metros.

A extensão que abrange a porção sul e leste do território (Domínio Geomorfológico da Região Serrana) concentra as maiores altitudes, majoritariamente acima de 800 metros, alcançando picos de até 1.400 metros na fronteira com Teresópolis. Nesta porção do território, devido às características topográficas e aos remanescentes florestais, foram instituídas a Área de Proteção Ambiental (APA), a Reserva Ecológica, o Monumento e o Parque Natural.

Toda extensão superior do território, caracterizada pelo Domínio Geomorfológico do Planalto Reverso da Região Serrana, delimitado pelo vale do Rio Preto, apresenta grande amplitude altimétrica, indo das áreas de vales dos rios e intramontanos (430 a 780 metros), até áreas mais altas com até 1.000 metros, onde encontra-se a Estação Ecológica.

O Mapa 11 apresenta as Unidades de Conservação (UCs) - Área de Preservação Ambiental (APA), Parques, Estação Ecológica, Monumentos Naturais, Reserva Biológica e Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) - no território de São José do Vale do Rio Preto.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 11 - Unidades de Conservação, Áreas de Preservação Ambiental, Parques, Estação Ecológica, Monumentos Naturais, Reserva Biológica e Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) no Território de São José do Vale do Rio Preto.

A declividade é um dos aspectos levados em conta para determinação de Áreas de Preservação Permanente (APP), pois a cobertura vegetal é de extrema importância para evitar desmoronamentos e movimentos de massa. Além da determinação das APPs, a declividade é um fator decisivo para o planejamento da expansão urbana e dos aspectos de uso e ocupação do solo.

O Mapa 12 apresenta as classes de declividade do terreno identificadas no território de São José de acordo com a classificação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (1979). A Tabela 3 identifica as mesmas classes de declividade, a área correspondente em km² de cada classe e o percentual em relação à área total do Município.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 12 - Declividade.

Tabela 3 - Abrangência das Classes de Declividade.

Classes	% de Declividade	Área em km²	% da Área Total
Plano	0 - 3%	2,24	1,01
Suave Ondulado	3 - 8%	9,33	4,23
Ondulado	8 - 20%	40,67	18,46
Forte Ondulado	20 - 45%	114,26	51,86
Montanhoso	45 - 75%	46,87	21,26
Forte Montanhoso	> 75%	6,92	3,14
Total	-	220,29	100

Fonte: EMBRAPA, 1979 / INPE, 2017.

Como pode ser analisado no Mapa 12 e na Tabela 3, o território de São José do Vale do Rio Preto, que possui cerca de 220,29 km², tem 51,86% de sua área classificada como relevo "Forte Ondulado", ou seja, com declividades entre 20% e 45%. A segunda classe mais expressiva é a de relevo "Montanhoso", que compreende declividades entre 45% e 75% (21,26% da área territorial).

As áreas onde o terreno é classificado como "Plano" (0 - 3%) e "Suave Ondulado" (3 - 8%), mais propícias à ocupação, correspondem apenas a 5,24% do território municipal, o que ilustra de forma clara as limitações que a topografia implica ao uso e ocupação do solo. As áreas onde o terreno é classificado como "Ondulado" (8 - 20%) correspondem à 18,46% do território municipal.

As áreas classificadas como terreno "Forte Montanhoso" (>75% de declividade) correspondem às encostas mais íngremes do território e são compostas majoritariamente por Áreas de Preservação Permanente (APPs). De acordo com a legislação do Código Florestal, áreas com declividade acima de 45° (100%) se enquadram como APPs. No caso específico de São José do Vale do Rio Preto, há encostas com declividade superior a 200% de declividade, ou seja, uma relação de 200 metros verticais para 100 metros percorridos na horizontal.

Neste sentido, o manejo adequado dessas áreas é essencial para o equilíbrio socioambiental, tanto em relação à conservação de recursos naturais, quanto pela prevenção de acidentes e impactos.

Em relação à área urbanizada propriamente dita, o Município possui uma ocupação consolidada majoritariamente ao longo do vale do Rio Preto e nas encostas rochosas adjacentes ao mesmo, primordialmente devido à existência de áreas mais planas e suavemente onduladas, entretanto, este fato traz responsabilidades importantes para o Município no sentido de agregar qualidade e proteção ambiental com a infraestrutura, habitação e atividades econômicas, o que não acontece atualmente.

Devido às características geológicas e geomorfológicas do local, verifica-se que o vale do Rio Preto possui um formato encaixado em "V", com o leito e encostas predominantemente rochosos. Ao longo da área de concentração urbana as classes de declividade mais expressivas são "Forte Ondulado", "Ondulado" e "Suave Ondulado" respectivamente.

No ano de 2006 foi realizado um estudo sobre o potencial de expansão urbana no Município, conduzido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O estudo partiu da reclassificações de dados raster[1] de declividade e fragilidade ambiental a fim de realizar um avaliação territorial por meio de notas (0 a 10) e identificar as melhores áreas para expansão urbana. Como resultado do estudo foi elaborado mapa temático representando as notas de 0 a 10 para cada parcela do território, entretanto, o estudo não foi levado adiante com análises e refinamento dos dados obtidos.

O Mapa 13 apresenta o Uso e Ocupação do Solo Municipal, demonstrando que as atividades se distribuem em função das características geográficas, contudo, há uma forte pressão das atividades tipicamente urbanas sobre o campo e vice-versa, pois há poucas áreas propícias para expansão urbana. Na consolidação do espaço geográfico local, nota-se forte confluência de atividades, sendo o uso misto do solo muito comum (habitação e produção).

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 13 - Uso e Ocupação do Solo Municipal.

Uma das questões ambientais mais relevantes ao bem-estar da população, diretamente ligada à declividade e ao uso/ocupação do solo, é a

1 Os dados raster são compostos por linhas (horizontais) e colunas (verticais) de pixels (também conhecidas como células). Cada pixel representa uma região geográfica, e o valor do pixel representa uma característica dessa região.

abrangência das áreas de risco com potencial iminente de escorregamentos e movimentos de massa.

No território de São José do Vale do Rio Preto há diversas áreas de risco identificadas pelo Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro (DRM-RJ), sendo associadas à declividade, cobertura vegetal e substrato geológico. As áreas foram identificadas a partir do projeto "Cartografia de Riscos e Escorregamentos em Encostas nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro", desenvolvido em parceria com a Defesa Civil e empresas privadas ao longo do ano de 2011. O Mapa 14 apresenta as áreas de risco identificadas pelo DRM-RJ ao longo do ano de 2011.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 14 - Áreas de Risco segundo o Serviço Geológico do Estado Rio de Janeiro.

As áreas de risco identificadas em São José do Vale do Rio Preto em 2011, ainda correspondem às áreas de risco existentes atualmente do Município, visto que não houve, ao longo dos últimos seis anos, tratamento e/ou recuperação da maioria delas, sendo fundamental a intervenção física, o monitoramento e ações no sentido de minimizar os impactos ambientais nesses pontos.

Como pode ser visualizado no Mapa 14, são aproximadamente 60 locais identificados como áreas de risco em SJVRP, concentrando-se ao longo do vale do Rio Preto e em áreas com maior densidade de ocupação. As áreas estão localizadas majoritariamente em terreno com declividade entre 20% e 45% (Forte Ondulado) e com pouca ou nula cobertura vegetal. O solo exposto é propício aos processos de escorregamento, portanto é importante ações de conservação e preservação da cobertura vegetal, bem como de reflorestamento e manejo adequado do solo.

Hidrografia

A água é um elemento determinante para a sobrevivência humana e de outras espécies. As consequências da qualidade e disponibilidade de oferta da água repercutem diretamente sobre a saúde humana e dos ecossistemas, impactando as atividades agrícolas e industriais, a irrigação das culturas, o abastecimento de alimentos, de água potável, os meios de transporte e a produção de energia, influenciando ainda na qualidade do ambiente para atividades como o esporte, o turismo e o lazer (INEA-RJ, 2017).

A Lei Federal nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelece como um dos seus instrumentos o enquadramento dos

corpos d'água em classes, segundo os usos preponderantes. O enquadramento tem o objetivo de assegurar a qualidade da água compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas. A Lei define que toda outorga de direito de uso da água deve respeitar a classe em que o corpo hídrico estiver enquadrado (INEA-RJ, 2017).

A Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 357/2005 classifica os corpos d´água em cinco classes (especial e classes 1 a 4), sendo a mais restritiva a especial, cujo uso destina-se ao abastecimento humano e à proteção do equilíbrio de comunidades aquáticas em unidades de conservação. A menos restritiva é a classe 4, cujo uso destina-se à navegação e à harmonia paisagística (INEA-RJ, 2017).

A Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro foi instituída pela Lei nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, criou o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH) e regulamentou a Constituição Estadual, em seu artigo 261, parágrafo 1º, inciso VII. É executada pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) (INEA-RJ, 2017).

O SEGRH é composto pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI), pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI), pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, pelas Agências Reguladoras de uso das Águas e pelos organismos dos poderes públicos federal, estadual e municipais, cujas competências se relacionem com a gestão dos recursos hídricos (INEA-RJ, 2017).

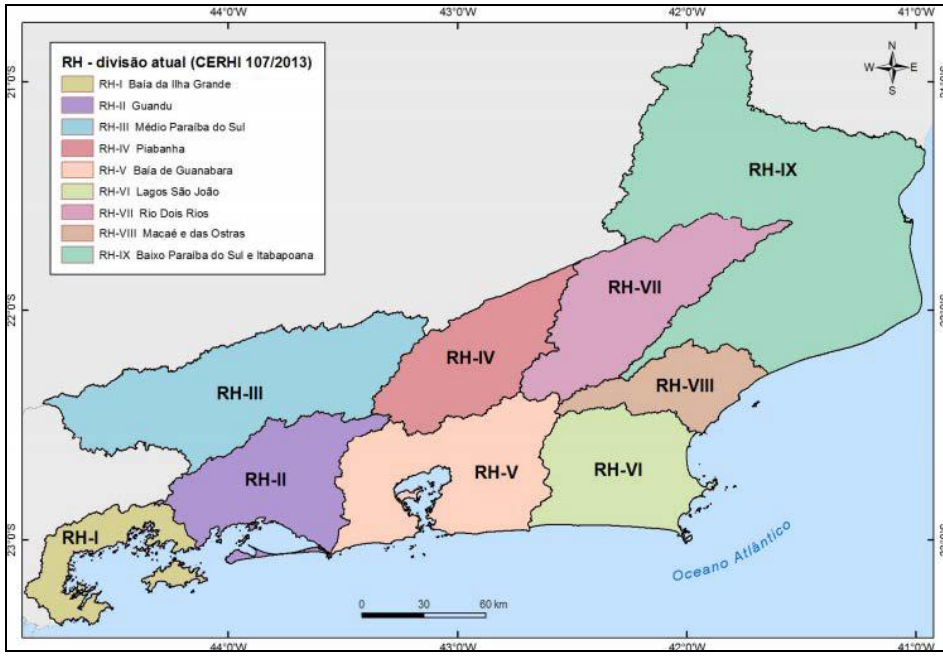
Para fins de planejamento e gestão das águas e do meio ambiente, em 2013, uma resolução do CERHI-RJ (nº 107, de 22 de maio de 2013), aprovou nova definição das Regiões Hidrográficas do estado do Rio de Janeiro e revogou a resolução CERHI-RJ n° 18, de 08 de novembro de 2006 (INEA-RJ, 2017).

A resolução CERHI-RJ nº 107/2013 dividiu o território do estado do Rio de Janeiro, para fins de gestão de Recursos Hídricos, em nove Regiões Hidrográficas (RHs), abaixo elencadas:

- RH I - Região Hidrográfica Baía da Ilha Grande;
- RH II - Região Hidrográfica Guandu;
- RH III - Região Hidrográfica Médio Paraíba do Sul;
- **RH IV - Região Hidrográfica Piabanha;**
- RH V - Região Hidrográfica Baía de Guanabara;
- RH VI - Região Hidrográfica Lagos São João;
- RH VII - Região Hidrográfica Rio Dois Rios;

- RH VIII - Região Hidrográfica Macaé e das Ostras;
- RH IX - Região Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (INEA-RJ, 2017).

Figura 3 - Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janerio (CERHI-RJ nº 107/2013).



Fonte: INEA-RJ, 2017.

A área da Superintendência Regional Piabanha (SUPPIB), correspondente à Região Hidrográfica IV e se destaca por sua vasta cobertura vegetal, composta pelos mais expressivos remanescentes da Mata Atlântica e pela consequente riqueza de sua fauna (INEA-RJ, 2017).

Com sede em Petrópolis, a SUPPIB atende, integralmente, aos municípios de Areal, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto, Carmo e Sapucaia, e, parcialmente, aos municípios de Petrópolis, Paraíba do Sul, Três Rios e Paty do Alferes (INEA-RJ, 2017).

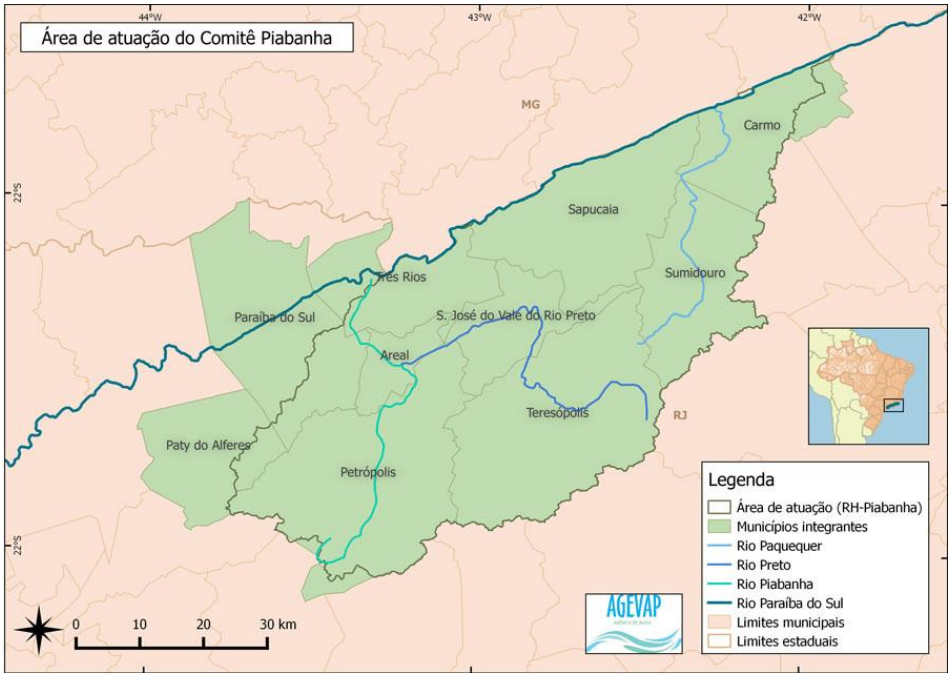
O território de São José do Vale do Rio Preto encontra-se na área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e das Sub-bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto (Comitê Piabanha - www.comitepiabanha.org.br), (INEA-RJ, 2017).

A área de atuação do Comitê Piabanha corresponde às bacias hidrográficas dos rios Piabanha, Paquequer e Preto e parcelas fluminenses da

bacia do rio Paraíba do Sul, desenvolvendo-se no sentido sudoeste-nordeste dos municípios de Paty do Alferes ao município de Carmo e no sentido norte-sul de Sapucaia a Teresópolis (AGEVAP, 2006).

Com 80 km de extensão o rio Piabanha banha os municípios de Petrópolis, Areal e Três Rios e seu principal afluente é o rio Preto, que tem 54 km de curso. O rio Paquequer, afluente do rio Preto, apresenta extensão de 37 km e banha Teresópolis, em seu trecho inicial (AGEVAP, 2006).

Figura 4 - Área de Atuação do Comitê Piabanha.



Fonte: AGEVAP, 2017.

Como a hidrografia não é um aspecto isolado, a compreensão dos aspectos regionais que interferem na realidade hidrográfica local de São José do Vale do Rio preto é fundamental.

No tocante ao saneamento ambiental, mais especificamente quanto ao abastecimento de água e a coleta de esgotos sanitários, a área em questão, apresenta índices de cobertura, respectivamente, de 90,8% e 54,7%, sendo apenas 14,6% dos esgotos produzidos tratados (AGEVAP, 2006).

O índice de atendimento em abastecimento de água é bem superior aos índices médio brasileiro (76,1%) e da região Sudeste (84,6%), para o ano de 2000, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. Na questão dos esgotos sanitários, embora o índice de coleta seja superior aos índices

verificados para o Brasil (41,0%) e pouco inferior ao da região Sudeste (63,6%), de acordo com a mesma pesquisa (AGEVAP, 2006).

O cenário referente aos resíduos sólidos encontra-se precário no que diz respeito aqueles de origem doméstica, visto que quase todas localidades da região, não possuem disposições finais adequadas, com índices IQR inferiores a 3,0, à exceção de Petrópolis cuja IQR foi de 6,0 (AGEVAP, 2006).

Situação semelhante é apresentada pelos resíduos de origem dos serviços de saúde, que de forma geral, não têm destino conveniente, assim como os de origem industrial classificados como classe II (não inertes). Por outro lado, quanto à disposição final dos resíduos industriais de classe I (perigosos), encontram-se equacionados (AGEVAP, 2006).

Tais informações demonstram que, em linhas gerais, a região possui grande fragilidade ambiental, pois os rios estão sujeitos a demasiada carga de esgoto não tratado e resíduos, o que compromete a qualidade da água em determinados locais, a exemplo de São José do Valeo do Rio Preto.

O principal rio do Município, que acompanha a área urbana de São José do Vale do Rio Preto, em toda sua extensão, é o Rio Preto, curso d'água que inspirou o nome da Cidade. A bacia hidrográfica do Rio Preto possui cerca de 54 km de extensão, sendo sua maior porção (cerca de 30 km) localizada dentro dos limites territoriais de São José do Vale do Rio Preto. O Rio Preto tem como um dos seus principais afluentes o Rio Paquequer, que recebe grande carga de resíduos provenientes das atividades urbanas e rurais de Teresópolis. O Mapa 15 apresenta a bacia hidrográfica do Rio Preto e seus principais afluentes.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 15 - Abrangência Territorial do Rio Preto.

O Rio Preto recebe emissários de galerias pluviais, sedimentos do processo de erosão das encostas, bem como grande carga de esgoto doméstico e industrial, em sua maioria sem qualquer tipo de tratamento prévio, o que gera sérios problemas de assoreamento, poluição e contaminação de suas águas.

Junto aos impactos decorrentes dos processos de assoreamento e poluição do Rio Preto, a degradação das matas ciliares (Áreas de Preservação Permanente - APPs), principalmente nos trechos com maior concentração urbana e densidade populacional, também é um sério problema a ser enfrentado pela gestão municipal.

As áreas que deveriam ser preservadas, ao longo do curso do Rio Preto no Município de acordo com a legislação federal (Código Florestal Nacional) são as APPs (Mapa 11).

Áreas com declividade superior a 45° (100%), bem como o entorno dos demais cursos d'água presentes no Município também configuram APPs e devem ser fiscalizados. Ações no sentido de preservação das APPs são fundamentais para o Município, pois a qualidade de vida da população está diretamente ligada à salubridade dos recursos ambientais.

A ocupação histórica das margens do Rio Preto trata-se de fator limitante em relação à preservação ambiental, contudo as consequências desta ocupação associadas à eventos de cheias e chuvas intensas são eventualmente catastróficas. Além do processo natural de erosão, as ocupações irregulares das encostas dos morros, comuns no Município, podem gerar desbarrancamentos e intensificação da erosão, devendo ser fiscalizadas e coibidas com objetivo de mitigar impactos socioambientais.

O território municipal de São José do Vale do Rio Preto encontra-se dividido em dez Microbacias Hidrográficas, sendo elas e seus respectivos Bairros:

- **MB Valverde** - Abrange os Bairros:
  - ✓ Valverde;
  - ✓ Pouso Alegre;
  - ✓ Buracão;
  - ✓ Felisberto;
  - ✓ Samambaia;
  - ✓ Boa Vista;
  - ✓ Poço Fundo.
- **MB Centro** - Abrange os Bairros:
  - ✓ Centro;
  - ✓ Santa Fé;
  - ✓ Novo Centro;
  - ✓ Floresta;
  - ✓ Parque Vera Lucia Cabral;
  - ✓ Sossego da Vovó;
  - ✓ Estação;
  - ✓ Dirindi;
  - ✓ Cachoeira.
- **MB Morro Grande** - Abrange os Bairros:
  - ✓ Morro Grande;

- ✓ Roçadinho;
- ✓ Glória;
- ✓ Ventania;
- ✓ Areias.

- **MB Calçado** - Abrange os Bairros:
  - ✓ Calçado;
  - ✓ Belém;
  - ✓ Agua Fria;
  - ✓ Sossego;
  - ✓ Paraiso;
  - ✓ São João de Paqueta;
  - ✓ Boa Sorte;
  - ✓ Tubatão;
  - ✓ Beleza.
- **MB Palmital** - Abrange os Bairros:
  - ✓ Palmital;
  - ✓ São Lourenço;
  - ✓ Pedras Brancas;
  - ✓ Torrão de Ouro;
  - ✓ Grota Funda;
  - ✓ Pinheiros.
- **MB Águas Claras** - Abrange os Bairros:
  - ✓ Águas Claras;
  - ✓ Palmeiras;
  - ✓ Queiroz;
  - ✓ Santa Maria.
- **MB Jaguara** - Abrange os Bairros:
  - ✓ Jaguara;
  - ✓ Iris;
  - ✓ Jaguarita;
  - ✓ Vinagre;
  - ✓ Camboatá.
- **MB Rio Bonito** - Abrange os Bairros:
  - ✓ Rio Bonito;

- ✓ Barrinha;
- ✓ Quices;
- ✓ Albertos;
- ✓ Córrego Sujo;
- ✓ Morelli.

- **MB Contendas** - Abrange os Bairros:
  - ✓ Contendas;
  - ✓ Sertão;
  - ✓ Petecas;
  - ✓ Grotão.
- **MB Rio Bahia** - Abrange os Bairros:
  - ✓ Rio Bahia;
  - ✓ Pião;
  - ✓ Serra do Capim.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 16 - Microbacias Hidrográficas do Município de São José do Vale do Rio Preto.

O Mapa 16 apresenta as Microbacias Hidrográficas do Município de São José do Vale do Rio Preto.

As Microbacias Hidrográficas são parte importante do planejamento ambiental, urbanístico e estratégico do Município, sendo fundamental a elaboração de diretrizes, objetivos e ações a fim de constituir um sistema de gestão eficiente das demandas locais, vinculadas principalmente à emissão de esgoto sem tratamento nos córregos, reconstituição da mata ciliar, controle de zoonoses e ocupações irregulares.

Além da função primordial de planejamento ambiental, a regionalização por Microbacias se mostra coerente para o planejamento urbano e institucional do Município, que hoje possui problemas na delimitação geográfica dos bairros. A utilização das Microbacias como meio de regionalização administrativa se mostra como opção viável ao poder público.

Em relação aos problemas e impactos relacionados aos recursos hídricos do Município, destaca-se a emissão sucessiva de esgoto sem tratamento nos rios e córregos, comprometendo a qualidade da água e o aproveitamento eficiente das águas superficiais.

A proximidade dos rios e córregos às residências e atividades econômicas sem o devido planejamento acarreta impactos socioambientais que vão desde a poluição propriamente dita dos recursos hídricos, como inundações e insalubridade ambiental, comprometendo a qualidade de vida da população local.

O déficit de tratamento de esgoto em toda área de abrangência da Bacia do Piabanha afeta diretamente a qualidade da água a nível regional, devendo ser uma ação articulada também entre os municípios do Comitê (RH-IV).

A ocupação ao longo dos vales e o desmatamento das APPs, localizadas principalmente nas encostas dos vales e morros, gera diversos impactos, aprofundando o processo de erosão e assoreamento dos rios, deslizamentos de terra e desmoronamentos.

A contaminação de recursos hídricos por metais pesados, principalmente em áreas de manancial de abastecimento, tem gerado grande preocupação para a sociedade de São José do Vale do Rio Preto. Estudos recentes (outubro, 2017) apontaram concentração de Urânio acima do permitido em áreas de captação de água para consumo, forçando o poder público a tomar providências imediatas para identificação e mitigação da contaminação. Atualmente, estão sendo realizados testes e elaborados laudos técnicos em parceria com institutos especializados de pesquisa com objetivo de apontar as causas da contaminação. Como ação preventiva, a área de manancial onde foi identificada a presença de Urânio foi isolada.

Por outro lado, pode-se destacar como potencialidades a abundância de recursos hídricos superficiais, as características geográficas propícias à produção de energia hidráulica, as possibilidades acerca do ecoturismo, bem como a relação direta entre ambiente e sociedade. A relação entre ambiente e sociedade, que atualmente encontra-se em desequilíbrio, abre portas para ações de sensibilização/conscientização e educação ambiental com objetivo de propiciar maior harmonia no uso e ocupação do solo, com foco na proteção ambiental e no bem-estar social.

O Código Ambiental do Município (2012) apresenta em seu Título V, Capítulo I, as atribuições da Política Municipal de Recursos Hídricos. Em relação aos instrumentos de gestão de planejamento de recursos hídricos previstos no Código Ambiental, há as seguintes definições:

> Art. 86. São instrumentos da Política Municipal de Recursos Hídricos, os seguintes institutos:

I. o Plano Municipal de Recursos Hídricos (PMRHI);

II. o Programa Municipal de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos (PROAGUA);

III. os Planos de Bacia Hidrográfica (PBHs);

IV. o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes dos mesmos;

V. a outorga do direito de uso dos recursos hídricos;

VI. a cobrança aos usuários, pelo uso dos recursos hídricos;

VII. o Sistema Municipal de Informações sobre Recursos Hídricos (SMIRHI). (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 2012)

Apesar das definições do Código Ambiental Municipal, da Lei Federal nº 9.433/1997 e da Lei Estadual nº 3.239/1999, cabe destacar que o Município não possui Plano Municipal de Recursos Hídricos, o que inviabiliza a afirmação da política direcionada aos recursos hídricos por meio do Código Ambiental.

A elaboração do Plano Municipal de Recursos Hídricos como meio de planejar e gerir ações integradas para a recuperação, conservação e preservação dos recursos hídricos locais trata-se de ação inadiável. O Plano também visa a instituição de Legislação Municipal específica e de sistema de indicadores de monitoramento da qualidade das águas locais. Além disso, a simples existência do Plano facilita o acesso a recursos estaduais e federais para as intervenções priorizadas junto aos cursos d'água do Município.

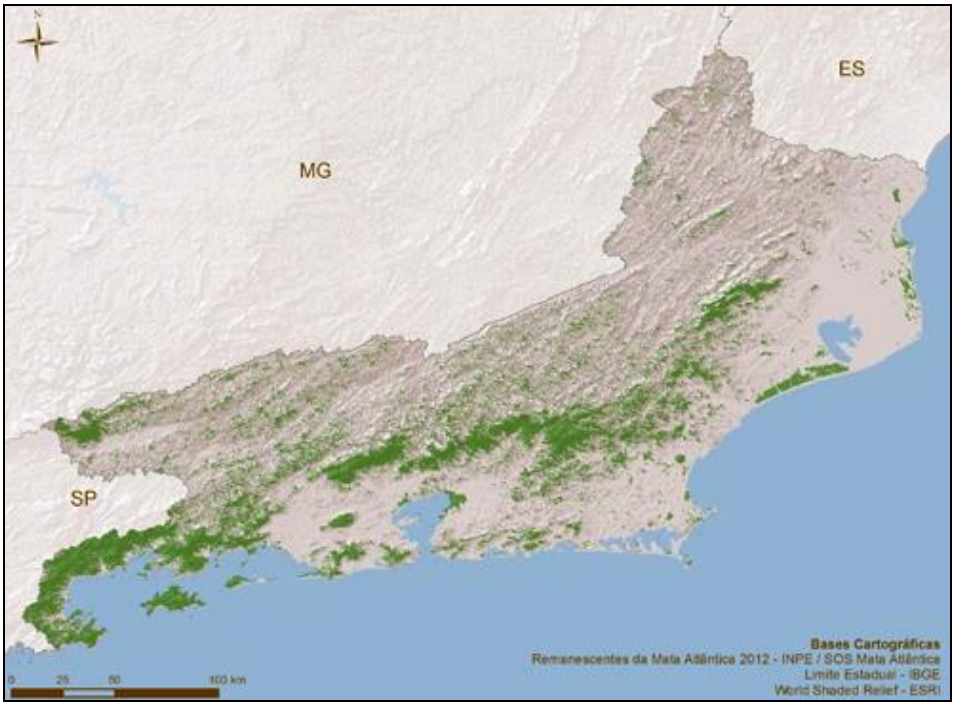
ASPECTOS BIÓTICOS

Flora

O estado do Rio de Janeiro encontra-se inserido no bioma de Mata Atlântica, seus remanescentes ocupam atualmente cerca de 17% da área total do Estado, computando os diversos ecossistemas associados ao bioma: floresta ombrófila densa, floresta estacional decidual, floresta estacional semidecidual, manguezais, restingas, campos de altitude e banhados.

A Figura 5 apresenta os remanescentes do bioma de Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2012, de acordo com levantamentos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) junto ao INEA.

Figura 5 - Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, 2012.



Fonte: INEA-RJ, 2012.

Como pode ser observado na Figura 5, as áreas remanescentes de Mata Atlântica concentram-se ao longo do litoral e da região serrana, cada qual com suas particularidades em termos de ecossistemas.

Atualmente, segundo dados do INEA, restam apenas 8,5% de remanescentes florestais acima de 100 hectares no Estado. Somados todos os fragmentos de floresta nativa acima de 3 hectares, restam 12,5% dos 1,3 milhões de quilômetros quadrados originais (INEA-RJ, 2012).

A área da Superintendência Regional Piabanha (SUPPIB), correspondente à Região Hidrográfica IV, destaca-se por sua vasta cobertura vegetal, composta pelos mais expressivos remanescentes da Mata Atlântica do Estado e pela consequente riqueza de sua flora e fauna. De acordo com o INEA,

> A bacia do Rio Piabanha apresenta grande extensão de cobertura florestal, estimada em mais de 20% de suas terras, onde estão os mais expressivos remanescentes da Mata Atlântica. Destaca-se também, com 46% de cobertura florestal, a maior entre todas as sub-bacias individualizadas do Paraíba do Sul, a sub-bacia do Rio Paquequer (INEA-RJ, 2017).

As características morfoclimáticas regionais produzem ecossistemas com peculiaridades faunísticas, sendo os principais ecossistemas presentes na Região Hidrográfica IV a floresta ombrófila densa, a floresta ombrófila mista e a floresta estacional semidecidual.

A floresta ombrófila densa, também conhecida como floresta tropical pluvial, é a que possui maior representatividade em São José do Vale do Rio Preto, sendo diretamente relacionada às características morfoclimáticas locais. Os compartimentos do relevo do Município, associados à pluviosidade e às características pedológicas confluem na diversidade faunística local.

Nesse contexto, a flora nativa do Município, caracterizada pela floresta ombrófila densa, subdivide-se geomorfologicamente em áreas aluviais (ao longo dos cursos d'água), áreas de submontana (nos vales intramontanos) e áreas de montana (picos e encostas de maior altitude).

As áreas aluviais, formadas por matas ciliares[2], são as que recebem maior pressão pela ocupação urbana do Município, sendo sucessivamente desmatadas desde o início da ocupação do território.

O Rio Preto, bem como seus afluentes, encontram-se em estado crítico quanto a preservação das matas ciliares, que se encontram profundamente degradadas, sendo fundamental o desenvolvimento de ações direcionadas à recuperação ambiental com objetivo de cumprir a legislação federal do Código Florestal Nacional.

> Esta formação é constituída por macro, meso e microfanerófitos[3] de rápido crescimento, em geral de casca lisa, com o tronco cônico e, por vezes, com a forma característica de botija e raízes tabulares. Apresenta com frequência um dossel emergente uniforme. É uma formação com bastante palmeiras no estrato dominado e na submata, e nesta ocorrem nanofanerófitos e alguns caméfitos no meio de plântulas da densa reconstituição natural do estrato dominante. Em contrapartida, a formação apresenta muitas lianas lenhosas e herbáceas, além de grande número de epífitas e poucas parasitas (VELOSO et al, 1991).

2 Matas ciliares configuram Áreas de Preservação Permanente de acordo com o Código Florestal.

3 De acordo com o Sistema de Raunkjaer, a categoria Fanerófitos representa todas as plantas lenhosas ou herbáceas vivazes (árvores, arbustos, canas ou grandes ervas) cujas gemas de renovo são encontradas a mais de 25 cm acima do nível do solo. São classificadas como macrofanerófitos (ultrapassam 8 m de altura), mesofanerófitos (entre 2 a 8 metros), microfanerófitos (0,5 a 2 metros) e nanofanerófitos (até 0,5m).

As áreas de submontana que apresentam, em geral, solos mais profundos e concentram atualmente a maior parte das atividades agrícolas do Município, eram originalmente ocupadas por palmeiras de pequeno porte, vegetação arbustiva e havia presença de árvores de médio a grande porte. De acordo com Veloso (1991),

> O dissecamento do relevo montanhoso e dos planaltos com solos medianamente profundos é ocupado por uma formação florestal que apresenta fanerófitos com altura aproximadamente uniforme. A submata é integrada por plântulas de regeneração natural, poucos nanofanerófitos e caméfitos, além da presença de palmeiras de pequeno porte e lianas herbáceas em maior quantidade. Suas principais características são os fanerófitos de alto porte, [...] raramente os 30 m [...] (VELOSO et al, 1991).

As áreas de montana, caracterizadas pelos picos, plataformas e encostas de maior altitude, com solo em geral mais raso, apresentam melhores índices de preservação ambiental notoriamente devido à condição geográfica, impedindo o uso e ocupação.

Apesar de apresentar melhores índices de preservação em relação aos demais compartimentos, o solo raso das áreas de montana tende a ceder com eventos climáticos intensos, o que demonstra a necessidade de mantê-las preservadas com intuito de evitar desmoronamentos. Ainda, de acordo com Veloso (1991),

> Trata-se de uma formação arbórea mesofanerofítica com aproximadamente 20 metros de altura, que se localiza no cume das altas montanhas com solos litólicos [...]. Sua estrutura é integrada por fanerófitos com troncos e galhos finos, folhas miúdas, coriáceas e casca grossa com fissuras (VELOSO et al, 1991)

Segundo informações repassadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, não há em São José do Vale do Rio Preto cadastramento ou levantamentos relacionados à flora municipal, no entanto, há um levantamento florístico da Estação Ecológica Monte das Flores.

Ao longo da realização dos trabalhos de campo no Município, foi constatado que o desmatamento é proveniente principalmente do uso e

ocupação do solo desregrado, o que incide em arborização precária de vias públicas, desmoronamentos e degradação intensa de Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Em conformidade com dados da Superintendência Regional do Piabanha, os principais impactos ambientais verificados na área de abrangência da Região Hidrográfica IV são relativos à ocupações irregulares e movimentos de terra em APPs, despejo de efluentes *in natura* em corpos hídricos, desmatamento de fragmentos florestais nos municípios, uso intensivo de agrotóxicos, ação de caçadores e queimadas.

Proteção e Preservação

Em 2012, o estado do Rio de Janeiro apresentou 1.082.290 ha de área total protegida sobre a área total do Estado de 4.376.660 ha, o que revela que 24% da área territorial do Estado está sob áreas protegidas. Porém, deve-se considerar as possíveis sobreposições entre as Unidades de Conservação, fator que provoca a majoração do quantitativo das áreas protegidas. A variação do período 2011-2012 mostra um crescimento de aproximadamente 17% dessas áreas. Nessa mesma época, o Estado contava com 416 Unidades de Conservação Municipais, 91 Unidades de Conservação Estaduais, 63 Unidades de Conservação Federais e 144 Unidades de Conservação Particulares, perfazendo um total de 714 Unidades de Conservação.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro reunia 221.149 ha de áreas protegidas, correspondiam a 5% do total do Estado. Neste quesito destacavam-se as regiões de Governo da Costa Verde e das Baixadas Litorâneas, que representam 13% e 21% do território de áreas protegidas, respectivamente (INEA, 2012).

O INEA, por meio da Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas (DIBAPE), administra amplo conjunto de Unidades de Conservação da Natureza (UCs) em todo o estado do Rio de Janeiro, que protegem amostras representativas de todos os ecossistemas nativos associados à Mata Atlântica fluminense (floresta ombrófila densa, floresta estacional, campos de altitude, restingas, manguezais e áreas úmidas como brejos, banhados, lagoas e lagunas), garantindo refúgio para inúmeras espécies de plantas e animais vulneráveis ou ameaçados de extinção.

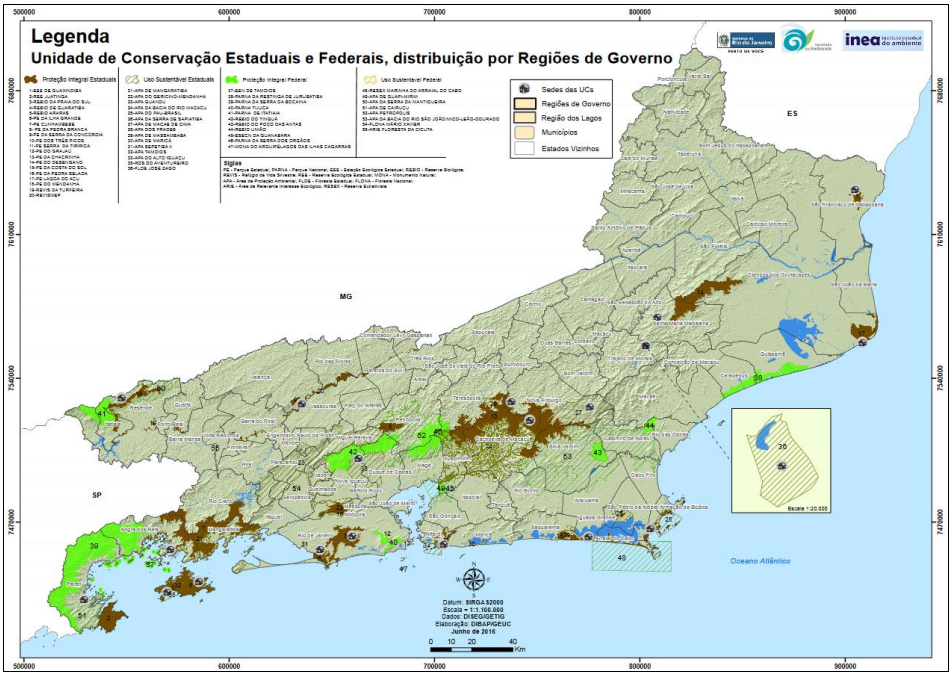
Em conformidade com dados do INEA, são cerca de 462.541,52 mil hectares (posição em 2016) em Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável, não incluída a área total em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), que são unidades de conservação reconhecidas por

Lei e pelos órgãos ambientais, criadas voluntariamente e sob a administração dos respectivos proprietários, e têm inestimável valor para a proteção da biodiversidade e para a integração de corredores ecológicos.

Ao todo, 36 unidades de conservação (posição em 2017) vêm recebendo máxima atenção na sua implantação e gestão, para que cumpram da melhor maneira possível as finalidades de sua criação: preservação da biodiversidade, das paisagens naturais e de amostras dos ecossistemas nativos e oferecimento de oportunidades para pesquisa científica, visitação e difusão de conhecimentos, de recreação em contato com a natureza (no caso das UCs de proteção integral); e de geração de oportunidades de empregos e negócios associados ao turismo em todas as suas formas, possibilitando o uso permanente e sustentável dos recursos naturais no atendimento das demandas da população humana (no caso das UCs de uso sustentável).

A Figura 6 mostra as Unidades de Conservação de administração estadual e federal no estado do Rio de Janeiro (INEA, junho de 2016).

Figura 6 - Unidades de Conservação da Natureza do Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: INEA-RJ, 2017.

O Código Ambiental do Munício de São José do Vale do Rio Preto (Lei nº 1.700/2012), contempla definições sobre o controle ambiental, tomando por base os seguintes aspectos:

- Qualidade Ambiental e Controle da Poluição;
- Recursos Minerais;
- Qualidade do Ar;
- Proibição de Queimadas;
- Controle de Agrotóxicos.

Para cada um desses aspectos, há definições específicas quanto às obrigações do poder público, dos munícipes e da iniciativa privada.

Unidades de Proteção Ambiental e Afins no Território de São José do Vale do Rio Preto

O município de São José do Vale do Rio Preto possui seis Unidades de Conservação (UCs) de diferentes categorias, sendo uma Área de Preservação Ambiental (APA), um Monumento Natural, uma Estação Ecológica, uma Reserva Biológica, um Parque Natural e uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). A Tabela 4 apresenta as Unidades de Conservação do Município, contemplando a área total em hectares e a respectiva categoria.

Tabela 4 - Unidades de Conservação de São José do Vale do Rio Preto, por Categorias.

Unidade de Conservação	Área (ha)	Decreto/Portaria
APA Maravilha	11.315 ha (aproximadamente)	DEC. 1652 05-06-06
Monumento Natural Pedra das Flores	346,35 ha	DEC. 1651 05-06-06
Estação Ecológica Monte das Flores	211,2 ha	DEC. 1654 05-06-06
Reserva Biológica do Dindi	984,34 ha	DEC. 1765 14-11-07
Parque Natural Municipal Araponga	1.476,43 ha	DEC. 1653 05-06-06
RPPN Fazenda Miosótis	93 ha	PORTARIA INEA/RJ/PRES. nº 362 09-08-12

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2017.

O Mapa 11, já apresentando anteriormente, demonstra a espacialização das UCs no território Municipal.

De acordo com o Código Ambiental Municipal (Lei nº 1.700/2012), as UCs devem obedecer às seguintes normas:

> Art. 24. As unidades de conservação municipais serão criadas por ato do Poder Público e definidas de acordo com

> as normas e as categorias estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).
>
> Parágrafo primeiro - Deverão constar no ato do Poder Público a que se refere o caput deste artigo as diretrizes para a regularização fundiária, demarcação e fiscalização adequada, bem como a indicação da respectiva área do entorno;
>
> Parágrafo segundo - A alteração adversa, a redução da área ou a extinção de unidades de conservação municipais somente será possível mediante lei municipal.
>
> Art. 25. O Poder Público poderá reconhecer, na forma de lei, as unidades de conservação de domínio provado e estabelecer a redução do imposto territorial urbano conforme decreto regulamentar (SÃO JOSÉ DO VALEO DO RIO PRETO, 2012).

O alto grau de devastação da Mata Atlântica justifica, em diversos níveis executivos, estratégias de proteção dos seus remanescentes. Nesse sentido, o Município, no início da década de 1990, iniciou a criação das APAs Municipais da Serra da Maravilha (Lei Municipal nº 418/1993) e da Serra do Taquaruçú (Decreto Municipal nº 352/1994).

Ao longo do ano de 2005, o Município buscou, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a elaboração de Sistema Municipal das Unidades de Conservação, porém o Sistema não foi instituído enquanto política pública. Ainda em 2005, foi organizado um Grupo de Trabalho (GT), por meio da portaria Municipal nº 252/2005, com intuito de propor alterações e novos escopos de gestão para as UCs do Município.

A partir da promulgação da portaria, o GT conseguiu efetivar a APA da Serra do Taquaruçu como Parque Municipal e instituir o Monumento Natural Pedra das Flores, já trabalhando a ideia da ampliação do primeiro e do fomento a projeto de visitação, monitoria e educação ambiental no segundo, além da criação da Reserva Biológica do Dindi, da Estação Ecológica Monte das Flores e da ampliação da APA Maravilha. Todos os projetos foram desenvolvidos com objetivo da inserção da área total do Município em mosaico de áreas protegidas de diversas categorias (inseridas em matriz APA), mudando os paradigmas de planejamento público e de interação da sociedade com o meio ambiente. Entretanto, o Decreto nº 352 de 02/12/1994, que deu origem a tal APA foi revogado no ato da criação efetiva da APA Maravilha, por meio do Decreto 1.652 de 05/06/2006.

Devido às características do território Municipal, nota-se grande potencialidade das propriedades rurais em estabelecer Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Presentemente, há apenas uma RPPN no Município, a Fazenda Miosótis, com 93 hectares.

As RPPNs são unidades de conservação privadas, criadas voluntariamente pelos proprietários e averbadas na matrícula dos imóveis. Seu título de reserva é perpétuo, acompanham a vida da propriedade, que pode ser vendida, doada, transmitida a qualquer novo proprietário. Nesse sentido, é uma ferramenta estratégica para a conservação da Mata Atlântica, uma vez que aproximadamente 80% deste bioma encontra-se em terras privadas. Atualmente, já existem 81 Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs) no território fluminense.

De acordo com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEA-RJ), para criar uma RPPN, o proprietário deve protocolar o requerimento para criação no INEA, que após analisada a relevância ambiental da área, irá publicar a Portaria de reconhecimento no Diário Oficial do Estado. A partir desse momento, o proprietário assinará um Termo de Compromisso com o Presidente do INEA que deverá ser averbado na matrícula do imóvel. Por fim, o INEA emite o certificado de reconhecimento definitivo da área como RPPN.

Os proprietários que criarem RPPNs em suas terras, além de colaborar com a preservação do meio ambiente, tem como benefícios a isenção do Imposto Territorial Rural (ITR), maior facilidade em estabelecer parcerias com instituições pública e privadas, bem como a possibilidade de promover o ecoturismo e plano de manejo adequado.

Cabe ressaltar que qualquer propriedade, rural ou urbana, que tenha grande valor natural, histórico ou arqueológico, pode ser efetivada como RPPN junto ao INEA.

Atualmente, não há projetos estruturados em nível de gestão que contribuam com a assimilação simbólica e cultural da sociedade para com os recursos ambientais do Município, fato identificado ao longo dos trabalhos desenvolvidos em campo. Em geral, a população de São José reconhece as belezas da paisagem local, porém não há identificação cultural com a vocação socioambiental do Município, o que dificulta, por exemplo, a interlocução junto a proprietários rurais para a estabelecimento de RPPNs.

De acordo com informações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, as UCs são pouco utilizadas, pois simplesmente não possuem plano de manejo, bem como organização para visitação, sendo muitas vezes desconhecidas por grande parte da população.

Nesse contexto, a manutenção e diversificação das ações direcionadas às UCs municipais é imprescindível, pois é a única forma de garantir a conservação dos remanescentes florestais do Município e ampliar a força das questões ambientais no cotidiano de gestão e planejamento do poder público.

Em relação às áreas verdes municipais, o Código Ambiental do Município traz as seguintes definições:

> Art. 26. As áreas verdes e espaços livres citados pela Lei n° 6766, de 19 de dezembro de 1979, e suas modificações serão regulamentadas por ato do Poder Público Municipal.
>
> Parágrafo único. O órgão municipal de meio ambiente definirá e o COMMA aprovará as formas de reconhecimento de áreas verdes de domínio particular, para fins de integração ao Plano Diretor de Áreas Verdes ou de sistemas urbanos afins (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 2012)

Uma das principais demandas levantadas junto à sociedade local foi a necessidade de mais praças e áreas verdes nos bairros do Município, que atualmente são insuficientes.

ICMS Verde (Lei Estadual nº 5.100/2007)

A Lei do ICMS Verde (Lei Estadual nº 5.100/2007) tem como objetivos:

- Ressarcir os municípios pela restrição ao uso de seu território, notadamente no caso de unidades de conservação da natureza e mananciais de abastecimento;
- Recompensar os municípios pelos investimentos ambientais realizados, uma vez que os benefícios são compartilhados por todos os vizinhos, como no caso do tratamento do esgoto e na correta destinação de seus resíduos.

O ICMS Verde é composto pelos seguintes critérios: 45% para Unidades de Conservação; 30% para qualidade da água; e 25% para gestão dos resíduos sólidos.

Para se habilitar a receber os recursos, os municípios devem dispor de Sistema Municipal de Meio Ambiente, composto por órgão executor de política ambiental, conselho e Fundo de Meio Ambiente, além de guarda ambiental.

Os repasses são proporcionais às metas alcançadas nessas áreas, ou seja, quanto melhores os indicadores, mais recursos as prefeituras recebem. A cada

ano, os índices são recalculados, dando oportunidade para que os municípios que investiram em conservação ambiental aumentem sua participação no repasse de ICMS.

De acordo com a SEA, o Índice Final de Conservação Ambiental (IFCA), que indica o percentual do ICMS Verde que cabe a cada município, é composto por seis subíndices temáticos com pesos diferenciados:

- Tratamento de Esgoto (ITE): 20%;
- Destinação de Lixo (IDL): 20%;
- Remediação de Vazadouros (IRV): 5%;
- Mananciais de Abastecimento (IrMA): 10%;
- Áreas Protegidas - todas as Unidades de Conservação - UC (IAP): 36%;
- Áreas Protegidas Municipais - apenas as UCs Municipais (IAPM): 9%.

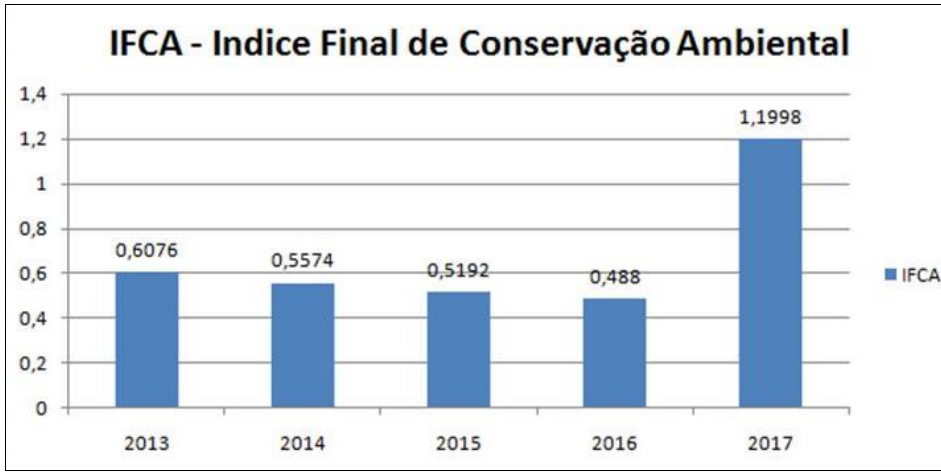
Cada subíndice temático possui fórmula matemática que pondera e/ou soma indicadores. Após o cálculo do seu valor, o subíndice temático do município é comparado ao dos demais municípios, sendo transformado em subíndice temático relativo pela divisão do valor encontrado para o município pela soma dos índices de todos os municípios do Estado.

De acordo com informações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o Município obteve crescimento recorde no ICMS Verde de 146% no ano de 2017 em relação ao ano de 2016, resultando, assim, no melhor Índice Final de Conservação Ambiental (IFCA) desde o começo dos repasses ao Município.

São José passou do índice 0,488 no ano de 2016 para 1,199 em 2017, o que renderá aumento substancial no valor a ser repassado ao Município referente ao ICMS verde em 2018, o que significa que após anos seguidos de queda nesta avaliação, o Município sairá da posição 68ª no ranking estadual em gestão e comprometimento ambiental e assumirá a 31ª posição num universo de 92 municípios. Os municípios que apresentaram os melhores índices do Estado foram Rio Claro (4,759), Silva Jardim (4,389) e Paraty (3,053).

Segundo o Chefe da Divisão de Conservação Ambiental e Fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a melhora na classificação se deu, principalmente, pela qualidade dos dados enviados para análise, validação das informações das unidades de conservação municipais, (Monumento Natural Pedra das Flores, Estação Ecológica Monte das Flores, Reserva Biológica do Dindi, Parque Natural Municipal Araponga), elaboração de mapeamento georreferenciado da APA Maravilha, bem como envio de dados mais consistentes e mapas georreferenciados da RPPN Fazenda Miosótis.

Figura 7 - Evolução do IFCA em São José do Vale do Rio Preto.



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2017.

A implementação do PDM (diagnóstico, plano de ação e investimentos e conjunto da legislação básica) será de fundamental importância para o desenvolvimento progressivo do IFCA do Município pois, irá planificar as diretrizes, objetivos e ações ambientais no horizonte de vigência do PDM.

O incremento do ICMS Verde deve ser encarado como consequência prática do processo de planejamento e gestão ambiental do Município, pois o desenvolvimento do setor deve ter como principal objetivo a busca pelo equilíbrio socioambiental, garantindo a proteção, a recuperação e o uso adequado dos recursos naturais.

Arborização Urbana

Entende-se por arborização urbana toda cobertura vegetal predominantemente de porte arbóreo existente nas cidades. Essa vegetação ocupa, basicamente, três espaços distintos: as áreas livres de uso público e potencialmente coletivas, as áreas livres particulares e acompanhando o sistema viário (EMBRAPA, 2000 apud RIBEIRO, 2009, p. 2).

A arborização urbana, além da função paisagística, contribui significativamente na melhoria da qualidade do ambiente urbano, desde que bem planejada e adequada aos demais elementos e estruturas da cidade. Segundo MASCARÓ (2005),

> As árvores, os arbustos e outras plantas menores e no seu conjunto constituem elementos da estrutura urbana. Caracterizam os espaços da cidade por suas formas, cores e

> modo de agrupamento; são elementos de composição e de desenho urbano ao contribuir para organizar, definir e até delimitar esses espaços (MASCARÓ, 2005).

Além disso, as árvores no meio urbano têm grande importância, pois:

- Auxiliam o processo de purificação do ar pela fixação de poeiras e gases tóxicos e pela reciclagem de gases por meio dos mecanismos fotossintéticos;
- Promovem melhoria do microclima da cidade, pela retenção da umidade do solo e do ar e pela geração de sombra, evitando que os raios solares incidam diretamente sobre os espaços urbanos;
- Reduzem a velocidade do vento;
- Influenciam no balanço hídrico, favorecendo a infiltração da água no solo e provocando evapotranspiração mais lenta;
- Auxiliam na fixação do solo
- Proporcionam abrigo à fauna, favorecendo maior variedade de espécies, e, como consequência, influenciam positivamente o equilíbrio das cadeias alimentares e a diminuição de pragas e agentes vetores de doenças;
- Amortecem ruídos.

Outra função importante da arborização que acompanha o sistema viário das cidades é seu préstimo como corredor ecológico, interligando as áreas urbanas livres vegetadas, como praças e parques. Além disso, em muitas ocasiões, uma árvore defronte à residência ou ao estabelecimento comercial confere identidade particular e propicia o contato direto dos moradores com um elemento natural significativo, considerando todos os seus benefícios.

Em conformidade com o Código Ambiental do Município, cabe ao poder público municipal a elaboração do Plano Diretor de Arborização, como consta no Art. 45 da mencionada Lei.

> Art. 45. O Poder Executivo instituirá o Plano Diretor de Arborização (PDA) o qual estabelecerá as diretrizes adequadas à compatibilização da arborização municipal com os sistemas prediais e de serviços urbanos.
>
> Art. 46. São objetivos do PDA:
>
> I. definir diretrizes, normas e padrões para a implantação de projetos de arborização urbana;

> II. estabelecer critérios, condições e recomendações para a elaboração e aprovação de projetos de arborização destinados às áreas de uso público e/ou coletivo;
>
> III. estabelecer normas e mecanismos de incentivo à implantação e manutenção de arborização sob sistema de parceria público-privada;
>
> IV. fomentar a adoção de processos de educação ambiental e de participação comunitária na implantação e manutenção de projetos de arborização urbana;
>
> V. contribuir para estratégias de conservação de espécies arbóreas raras, endêmicas ou em risco de extinção (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 2012).

Apesar dos dispositivos legais do Código Ambiental relacionadas a essa temática, em São José do Vale do Rio Preto a arborização urbana é quase inexistente nas vias urbanas devido a presença de sistema viário com conformações bastante caóticas e, na maioria das vezes, à inexistência de passeio público. Nas vias em que há passeios, a pouca largura dos mesmos muitas vezes inviabiliza o plantio de vegetação arbustiva ou arbórea.

Segundo informações repassadas pela Secretaria de Meio Ambiente, a manutenção das áreas verdes (praças) são de responsabilidade da Secretaria de obras, que realiza limpeza, manutenção de equipamentos (bancos, coreto, academias) e iluminação. As podas são de responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente. A manutenção do Parque Municipal de Exposições é de responsabilidade da Secretaria de Agricultura. Portanto, a arborização propriamente dita é responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente.

A poda é realizada mediante aprovação de processo administrativo ou mediante análise de risco de queda em via pública, sendo realizada pela própria Prefeitura Municipal ou pela ENEL (concessionaria de energia elétrica) quando há interferência na rede elétrica.

É importante destacar que não há no Município sistema ou indicador específico para o monitoramento de atendimento da arborização urbana, o que denota a necessidade de elaboração de Plano Arborização Urbana.

Nota-se a escassez de árvores próximo a córregos urbanos (fundos de vale), principalmente nas áreas de preservação ambiental (APPs) ao longo do Rio Preto, bem como nas poucas praças existentes na Sede. Esse é outro ponto que demonstra carências, as áreas verdes públicas de São José apresentam-se desestruturadas e, muitas vezes, sem vegetação. Na ocasião de realização de todas as Reuniões Comunitárias da elaboração do PDM, essas carências foram

apontadas como problemas e/ou deficiências e a solicitação de implantação de novas áreas verdes repetiu-se em todos os eventos.

O Município possui horto de mudas, estabelecimento de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico, por meio do qual são realizadas doações de mudas para produtores locais, porém não há produção de mudas para de espécies para a arborização urbana.

Fauna

No tocante à fauna característica da região, dentre as espécies em extinção encontradas na região do Piabanha, estão a suçuarana (*Puma concolor*), o macaco Muriqui (*Brachyteles arachnoides*), o maior primata das Américas, a lontra (*Lutra longicaudis*), a jaguatirica (*Leopardus pardalis*), o gavião-pega-macaco (*Spizaetus tyrannus*) e as aves saudade (*Tijuca atra*) e macuco (*Tinamus solitarius*) (INEA-RJ, 2017).

Com relação à caracterização da fauna local, devido à ausência de levantamentos faunísticos, não há dados específicos para o Município em análise, o que denota a necessidade de realização de inventário que reúna informações sobre as espécies encontradas no território de São José do Vale do Rio Preto, para a sua devida proteção e preservação. Não há sequer dados sobre a ictiofauna das microbacias municipais.

A realização dessa ação é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que deverá buscar parcerias junto a entidades de pesquisa para a elaboração e registro, tanto de um inventário faunístico, quanto florístico do Município.

SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Em 29 de setembro de 2009, foi instituído o Código Ambiental do Município de São José do Vale do Rio Preto, que atualizou a Política Ambiental inicialmente estabelecida pela Lei Orgânica, incorporando elementos do Código Florestal Nacional e fundando o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SMMA), composto pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente (FUMMA).

Além da criação do SMMA, o Código Ambiental estabeleceu as normas e diretrizes para a elaboração do Plano Diretor Municipal. Em 2012, com a revisão

do Código Florestal Nacional, foi realizada atualização do Código Ambiental do Município por meio da Lei nº 1.700/2012.

De acordo com o Código Ambiental (Lei nº 1.700/2012), os instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente são os seguintes:

> Art. 4°. São instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente:
>
> I. o zoneamento ambiental;
>
> II. a criação de espaços territoriais especialmente protegidos;
>
> III. os parâmetros e padrões de emissão e da qualidade ambiental;
>
> IV. a avaliação dos impactos ambiental e de vizinhança;
>
> V. o licenciamento ambiental;
>
> VI. o monitoramento ambiental;
>
> VII. o sistema municipal de informações e cadastros ambientais;
>
> VIII. os Planos Diretores: a) das unidades de conservação; b) de Arborização; c) de Áreas Verdes;
>
> IX. a educação ambiental (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 2012).

Como pode ser observado no Art. 4º do Código Ambiental Municipal, o Plano Diretor é um dos instrumentos previstos para a efetivação da política ambiental, bem como a legislação a ele pertinente.

Em relação à estrutura do Sistema Municipal de Meio Ambiente, o Código Ambiental Municipal traz as seguintes definições:

> Art. 7°. Integram o Sistema Municipal de Meio Ambiente:
>
> I. a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA);
>
> II. o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMA);
>
> III. o Fundo Municipal de Meio Ambiente (FUMMA).
>
> Parágrafo único - Os órgãos e entidades que integram o SISMMA atuarão de forma harmônica e integrada, sob coordenação da SMMA, observada a competência do COMMA (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 2012).

O Código Ambiental do Município imprimiu avanços significativos no tocante à consolidação de base legal para a implementação do planejamento ambiental de fato, no entanto, a não elaboração do Plano Diretor logo após a promulgação do Código Ambiental Municipal impediu a afirmação deste processo enquanto política pública.

O Código Ambiental contempla todos os aspectos relevantes ao desenvolvimento do planejamento e gestão ambiental no Município, entretanto, a legislação isoladamente não proporciona esse desenvolvimento, sendo fundamental o respaldo do Plano Diretor (com seus diferentes produtos e legislações complementares) para o efetivo estabelecimento das diretrizes, objetivos e instrumentos previstos no Código Ambiental Municipal.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Como referido no Código Ambiental Municipal, São José do Vale do Rio Preto possui Secretaria Municipal de Meio Ambiente (instituída pela Lei Municipal nº 1.173/2005) para a realização das ações, intervenções, monitoramento e fiscalização ambiental local. De acordo com a referida Lei, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem por finalidade planejar, programar, implantar, orientar, coordenar, fiscalizar e licenciar a elaboração de programas e projetos ligados ao meio ambiente e ainda:

> I. promover, estimular e apoiar as iniciativas privadas e públicas relacionadas com o meio ambiente;
>
> II. planejar e implantar políticas de preservação do meio ambiente, zoneamento agrícola, conservação e utilização do solo, em conjunto com a Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Pesca;
>
> III. planejar e implantar a coleta seletiva de lixo, urbano, rural e industrial e seu sucessivo tratamento e reciclagem;
>
> IV. planejar e implantar políticas públicas de Educação Ambiental, em conjunto com a Secretaria de Educação e Cultura;
>
> V. planejar e implantar políticas públicas de controle e prevenção de uso indiscriminado de agrotóxicos, em conjunto com as Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca e de Saúde;

> VI. fomentar o florestamento, o reflorestamento e a agroecologia em conjunto com a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca;
>
> VII. planejar e implantar políticas públicas voltadas para a subsistência de hortas alimentares e medicinais, em conjunto com as Secretarias de Agricultura, Abastecimento e Pesca e de Ação Social;
>
> VIII. planejar e implantar políticas públicas visando o desenvolvimento humano através da consciência ecológica, em conjunto com a Secretaria de Ação Social;
>
> IX. planejar e implantar políticas públicas voltadas ao ecoturismo em conjunto com a Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer;
>
> X. planejar e implantar o plano diretor do município e de suas APAs, em conjunto com a Secretaria de Planejamento e Gestão;
>
> XI. executar a política pública voltada para a preservação, licenciamento e fiscalização do meio ambiente em integração com demais setores governamentais e não-governamentais;
>
> XII. executar a política ambiental relacionada à "Agenda 21 Local" e "Agenda Ambiental" através da preparação e implementação de programas, projetos e ações estratégicas, dirigidos às questões ambientais prioritárias para o desenvolvimento sustentável e integrado;
>
> XIII. emitir pareceres nos processos administrativos de sua competência; promover o paisagismo e a arborização dos logradouros públicos, providenciando o plantio e o tratamento das espécies nativas, de acordo com o Código Florestal;
>
> XIV. realizar, nos espaços verdes que estejam sob sua administração, a manutenção adequada, bem como a sua proteção, afora outras políticas que visem concorrer para a melhoria das condições de vida da população do Município de São José do Vale do Rio Preto, promovendo o desenvolvimento de comunidades sustentáveis, além de outras que vierem a ser fixadas (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 2005).

A Figura 8 apresenta a localização da sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e demais equipamentos (galpão de reciclagem, ponto de transbordo de resíduos e horto). Como pode ser observado na imagem, as

dependências encontram-se localizadas próximas ao Rio Preto, numa área terraplanada ao lado de um morro.

Segundo informação dos Técnicos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, na metade do ano de 2017 (Julho) ocorreu a mudança da sede administrativa para algumas salas junto ao prédio da Secretaria Municipal de Obras, melhorando significativamente o local e o ambiente de trabalho, tanto para os funcionários, quanto aos munícipes. No antigo local, ficaram apenas o galpão de reciclagem e o galpão de transbordo de resíduos.

Figura 8 - Localização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e demais Equipamentos.

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2017.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente hoje é responsável, por meio do Departamento de Água e Esgotamento Sanitário (DAES), pelo abastecimento de água de todo Município, incluindo ações de captação, adução, tratamento, distribuição, bem como instalação de hidrômetros, ampliação e consertos de redes, faturamento e cobrança.

Quanto ao esgoto municipal, praticamente a totalidade do Município possui rede unitária, ou seja, a rede pluvial capta também o esgoto sanitário, com exceção dos bairros de Parque Vera Lucia e Barrinha, que possuem rede de esgoto separada da rede pluvial, sendo a manutenção feita pela Secretaria de Meio Ambiente por meio do DAES. Cabe destacar que essa não é a solução adequada para o esgotamento sanitário. De acordo com as normas ambientais e sanitárias vigentes, o esgoto sanitário deverá ser coletado, conduzido, tratado e disposto por meio de dispositivos próprios, ou seja, em sistema separado e

isolado dos sistemas de drenagem das águas pluviais. Ligações clandestinas de esgoto em rede pluvial e vice-versa, comprometem o funcionamento de ambos os sistemas, podendo causar sobrecargas nos processos, entupimentos e até mesmo a falência dos sistemas de esgotamento e ou drenagem. Planejar o sistema de esgotamento sanitário em separado dos sistemas de microdrenagem, trata-se de ação urgente que deverá constar do Plano Municipal de Saneamento Básico, elaborado em 2014, mas que já necessita de atualização.

Quanto aos resíduos, tanto a coleta, como a roteirização e o gerenciamento são executados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sendo o transporte e a disposição final feitas atualmente por empresa terceirizada. Na ocasião do levantamento em campo, o transbordo de resíduos tratava-se de problema complexo a ser resolvido pelo Município, pois parte dos resíduos produzidos era depositada em área desprotegida, irregular e próxima ao Rio Preto. Segundo informações repassadas pelos Técnicos da Prefeitura, esse problema foi resolvido recentemente, sendo agora realizado em galpão coberto, com solo totalmente impermeabilizado, calha coletora de chorume e fossa séptica, faltando somente o licenciamento do mesmo (Janeiro, 2018).

Também, toda a administração dos serviços inerentes aos cemitérios municipais estão a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (sepultamentos, exumações, entre outros).

A fiscalização ambiental é exercida e administrada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente por meio dos guardas ambientais. A fiscalização é um dos aspectos mais deficitários da gestão ambiental do Município, sendo fundamental maior estruturação do setor.

A Secretaria fornece apoio técnico aos proprietários rurais para elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) das propriedades do Município, a fim de regularizá-las junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e também dá suporte ao cadastramento de outorgas no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH).

Quanto ao órgão ambiental fiscalizador do Estado, que presta orientação e atendimento a São José do Vale do Rio Preto, tem-se o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Superintendência Regional Piabanha (SUPPIB), correspondente à Região Hidrográfica IV, que atende, integralmente, aos municípios de Areal, Teresópolis, **São José do Vale do Rio Preto**, Carmo e Sapucaia, e, parcialmente, aos municípios de Petrópolis, Paraíba do Sul, Três Rios e Paty do Alferes. Cabe destacar que não há no Município base avançada

do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do INEA.

No que tange ao controle social das ações ambientais locais, conta-se com a atuação do Conselho Municipal do Meio Ambiente, instituído pela Portaria Municipal nº 151/2014. Esse Conselho atua como órgão consultivo e deliberativo nas discussões e ações ambientais programadas.

Ainda em relação ao controle social, o Município possui Controladoria Interna e Ouvidoria, mas não são específicos do Meio Ambiente, porém, as informações recebidas pela Ouvidoria são repassadas aos setores responsáveis.

Demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

A sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente apresenta estado de conservação precário, o local era uma antiga baia, onde se colocava material da coleta seletiva, necessitando de ampla reforma e ampliação, ou mesmo a realocação da Secretaria para outro local.

O galpão de triagem para coleta seletiva também apresenta estado de conservação precário, necessitando de reformas, ampliação e readequações. Já o galpão de transbordo apresenta estado de conservação regular, necessitando de reforma para adequação à atividade de transbordo de resíduos, sem prejudicar o entorno imediato do local, bem como evitar escoamento de chorume para o Rio Preto. Cabe destacar aqui, que o ideal é que não haja mais disposição de resíduos nessa área, entretanto, enquanto não houver outra solução, esse último galpão deverá ser adaptado para o recebimento temporário de resíduos.

Quanto aos cemitérios do Município, o Cemitério Municipal João Manoel Winter apresenta bom estado de conservação, porém necessita de novo terreno para ampliação das atividades e novos funcionários. Os Cemitérios Municipal da Irmandade e Municipal de Córrego Sujo também encontram-se em bom estado de conservação, porém também necessitam de área para ampliação e de algumas adequações. Já o Cemitério da Cruz, localizado no Pião, apresenta estado de conservação regular, necessitando de ampliação e adequações.

Em relação às necessidades operacionais do setor, foram identificados as seguintes demandas:

- Capacitação profissional e compra de EPIs para os bombeiros e trabalhadores braçais;
- Capacitação profissional para os guardas ambientais e servidores da gestão administrativa;

- Três computadores (mínimo com processador i5, 6GB de memória RAM e 1TB de HD);
- Duas impressoras (sendo uma colorida);
- Uma máquina fotográfica de boa resolução;
- Um GPS de precisão;
- Seis mesas de escritório;
- Três armários de escritório (tipo estante);
- Três armários tipo arquivo morto (pastas suspensas);
- Dois caminhões caçamba;
- Uma máquina retroescavadeira;

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente conta com poucos servidores para a realização de todas as suas tarefas e, apesar do bom trabalho desenvolvido, a pequena equipe não consegue atender a toda demanda local.

Licenciamento Ambiental

De acordo com o Código Ambiental Municipal (2012), São José do Vale do Rio Preto, não realiza o licenciamento ambiental de empreendimentos por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, todavia, esse Setor é responsável por acompanhar os processos junto aos órgãos federais e estaduais.

> Art. 36. Nos empreendimentos ou atividades com impactos ambientais diretos ou indiretos ao Município, nas quais legalmente a exigência de estudos ambientais for da competência do órgão ambiental estadual ou federal, o órgão municipal de meio ambiente será o responsável pela participação do Município no acompanhamento e análise dos mesmos durante o processo de licenciamento.
>
> Art. 37. A construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de estabelecimentos e atividades relacionados com o uso de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como, os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento por parte da Entidade Executora, integrante do SISMMA, sem prejuízo de outras exigências (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 2017)

Além do acompanhamento dos processos, cabe ao poder público municipal a fiscalização dos empreendimentos, obras e atividades com potencial de gerar impactos ambientais. A atuação do poder público deve ser articulada por meio do Sistema Municipal de Meio Ambiente.

Programas Ambientais Desenvolvidos no Município

Em conformidade com o Código Ambiental Municipal, São José do Vale do Rio Preto deveria promover uma série de programas ambientais no Município, tais como:

- Programa Municipal de Monitoramento da Qualidade do Meio Ambiente;
- Programas de Educação Ambiental;
- Programa de Comunicação Social Integrada ao Meio Ambiente;
- Programas de Incentivo à Responsabilidade Ambiental;
- Programa Municipal de Conservação e Revitalização dos Recursos Hídricos (PROAGUA).

Ainda segundo o Código Ambiental Municipal, o único programa efetivado legalmente é o PROAGUA, no entanto, o Poder Público,, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, não conseguiu instituir de fato as ações para o programa pois, não há estrutura suficiente para suprir as demandas estabelecidas. O Código Ambiental Municipal (2012), estabelece em seu Art. 92 que:

> Art. 92. Fica criado o PROAGUA como instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos pela Política Municipal de Recursos Hídricos, mensurados por metas estabelecidas no PMRHI e no Plano Plurianual.
>
> Parágrafo primeiro - O objetivo do PROAGUA é proporcionar a revitalização, quando necessária, e a conservação, onde possível, dos recursos hídricos, como um todo, sob a ótica do ciclo hidrológico, através do manejo dos elementos dos meios físico e biótico, tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e execução.
>
> Parágrafo segundo - O PROAGUA integra a função governamental de Gestão Ambiental, a qual, como maior nível de agregação das competências do setor público, subentende as áreas de Preservação e Conservação Ambientais, Controle Ambiental, Recuperação de Áreas

Degradadas, Meteorologia e Recursos Hídricos (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 2012).

Destaca-se que a execução de programa de tamanha relevância estratégica implica na construção de estrutura técnico-operacional condizente às demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Devido às diversas atividades desenvolvidas pelo setor e ao número reduzido de servidores, não há planejamento estratégico aprofundado no sentido de estruturação dos programas ambientais previstos em curto, médio e longo prazo. As atividades de educação ambiental desenvolvidas ao longo do ano, por exemplo, são esporádicas e realizadas em geral junto às instituições de ensino, porém não há programas ambientais efetivos, estruturados e contínuos no Município; o que há são ações isoladas que buscam atender às exigências do Código Ambiental Municipal, nem sempre com sucesso.

As atividades de Educação Ambiental são exercidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente em parceria com instituições como o INEA e universidades da região, por intermédio de visitas às escolas municipais, promovendo visitas às unidades de conservação, palestras com temas variados, caravana ecológica, plantio de mudas, entre outras atividades.

Problemas Ambientais Enfrentados

Entre os principais problemas ambientais enfrentados pelo setor ambiental em São José do Vale do Rio Preto estão: à falta de consciência da população para a preservação ambiental, seja em relação à segregação dos resíduos recicláveis na origem, no controle do consumo e utilização da água tratada ou na conservação e proteção das áreas verdes e APPs urbanas e rurais; e à falta de autonomia e escassez de recursos específicos (dotação orçamentária para o setor público ambiental do Município).

Partindo das informações apresentadas nos aspectos ambientais, pode-se concluir que São José do Vale do Rio Preto possui grande convergência de fatores territoriais físicos e humanos que geram diversos problemas de cunho socioambiental.

Os problemas e impactos, por mais que possuam especificidades, não ocorrem de modo isolado, materializando-se na atual complexidade ambiental do Município.

Como apontado nas análises anteriores, a ocupação desregrada ao longo do vale do Rio Preto e dos demais cursos d'água acarreta uma série de

impactos e riscos, como a intensa degradação da biodiversidade presente nas matas ciliares, emissão de efluentes *in natura* nos rios, poluição dos recursos hídricos, urbanização precária, inundações e deslizamentos.

O desmatamento de APPs, principalmente em vales e áreas com declividade superior a 45º, associado à ocupação irregular de encostas instáveis também impacta severamente o ambiente, gerando processos erosivos intensos que resultam em movimentos de massa, assoreamento de corpos hídricos, degradação da mata nativa e riscos de fatalidades. Há muita defasagem na recomposição da mata ciliar (APP), apesar dos esforços do poder público para tanto.

As localidades dispostas ao longo do Rio Preto e dos demais corpos hídricos apresentam sérios riscos sociais e de saúde pública devido à ocupação de APPs e à precariedade de alguns dos assentamentos, das unidades habitacionais e das condições de infraestrutura e saneamento básico. Ações no sentido de promover a desocupação e a regularização fundiária das famílias assentadas nessas localidades deverão ser previstas no horizonte de atuação do PDM, do PMSB e do PLHIS.

A drenagem deficiente das áreas urbanizadas configura em sério problema ambiental devido à condição topográfica do território, sendo fundamental a elaboração e o desenvolvimento de um Plano de Micro e Macrodrenagem para o Município. Deslizamentos e inundações são consequências diretas das deficiências da drenagem, da degradação das APPs e da ocupação irregular.

A coleta, o transbordo e a disposição final de resíduos sólidos também se mostra um problema em potencial no Município, que não possui aterro sanitário próprio. O transporte dos resíduos é realizado por empresa terceirizada e não há controle de rejeitos específicos (com exceção dos rejeitos hospitalares). Não há coleta seletiva no Município.

A localização e os resíduos e efluentes provenientes dos aviários e abatedouros/frigoríficos no Município também configuram preocupação do ponto de vista ambiental, pois aqueles demasiadamente próximos às áreas urbanas e/ou aos mananciais de abastecimento de água podem acarretar sérios riscos de poluição e contaminação. Portanto, é imprescindível que ocorra o acompanhamento e a fiscalização destes estabelecimentos a fim de que os resíduos e efluentes sejam corretamente coletados, tratados e destinados.

Quanto à qualidade da água dos cursos hídricos de São José do Vale do Rio Preto, inclusive dos mananciais de abastecimento, constatou-se que a maior dificuldade enfrentada refere-se aos seguintes riscos:

- Contaminação dos recursos hídricos e do solo por defensivos agrícolas, pelos resíduos e efluentes provenientes do processo de beneficiamento da produção agrícola e dos abatedouros de frango e pelo lançamento de esgotos sem tratamento;
- Contaminação da água de mananciais por metais pesados;
- Falta de consciência de alguns produtores rurais em relação à proteção, recomposição da mata e preservação das nascentes e minas inseridas em suas propriedades;
- Ineficiência e/ou inexistência de processos de conservação do solo, que ocasionam assoreamento dos cursos hídricos.

Apesar destas dificuldades serem inerentes a quaisquer municípios, em muitos os produtores contribuem, por meio de ações isoladas, para suprirem as necessidades ambientais e infraestruturais locais.

Além dos problemas ambientais propriamente ditos, a falta de fiscalização devido à estrutura deficitária do poder público compromete o processo de planejamento e gestão ambiental, sendo fundamental o incremento da guarda ambiental e da fiscalização de obras sem o devido licenciamento.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Os levantamentos para a caracterização dos aspectos socioeconômicos de São José do Vale do Rio Preto-RJ foram feitos mediante consultas em fontes secundárias de órgãos oficiais, sobretudo IBGE, FJP, IPEA, PNUD, entre outras. O Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, de 2013, foi um dos documento base desse item, por conter os dados mais atuais e que agregam toda a dimensão socioeconômica desejada. Além disso, dados sobre a economia local foram repassados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico.

CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO

A população de São José do Vale do Rio Preto em conformidade com o Censo do IBGE, 2010 era de 20.251, correspondente a 3,2% do contingente da Região Serrana, com densidade demográfica de 91,87 hab./km^2. A população feminina era inferior à masculina e a taxa de urbanização era de 44%. Atualmente, a população estimada pelo IBGE é de 21.114 habitantes, com densidade demográfica (IBGE, 2017).

A Tabela a seguir mostra a evolução da população do Município entre os anos de 1991 e 2010, subdivida nas classes Homens, Mulheres, Rural e Urbana, a fim de contemplar cenário evolutivo acerca das transformações socioespaciais que ocorreram e ocorrem em São José do Vale do Rio Preto.

Tabela 5 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana - São José do Vale do Rio Preto.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População Total	15.169	100,00	18.644	100,00	20.251	100,00
Homens	7.688	50,68	9.348	50,14	10.145	50,1
Mulheres	7.481	49,32	9.296	49,86	10.106	49,9
Urbana	7.192	47,41	9.007	48,31	9.007	44
Rural	7.977	52,59	9.637	51,69	11.244	55,52
Taxa de Urbanização	-	47,41	-	48,31	-	44,48

Fonte: PNUD; IPEA; FJP, 2017.

Como pode-se observar na Tabela 5, entre os ano 2000 e 2010, a população de São José do Vale do Rio Preto teve taxa média de crescimento anual de 0,83%. Na década anterior, ou seja, de 1991 a 2000, a taxa média foi de 0,32%. No Estado, essas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e, 1,01% entre 1991 e 2000. No País, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e

2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 6,19%. A evolução populacional do município é apresentada na Figura a seguir.

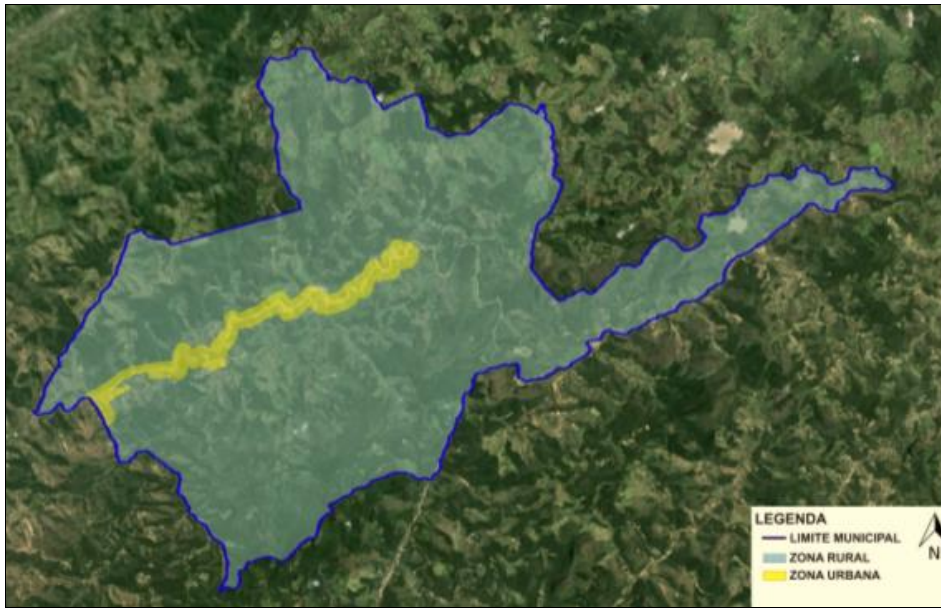
Figura 9 - Gráfico da Evolução Populacional 1991-2010.

Fonte: IBGE, 2010.

É importante ressaltar que o crescimento da população e sua consequente urbanização, aliado à inexistência planejamento urbano, influencia, entre outros aspectos, na drenagem urbana, visto que ocorre maior pavimentação e impermeabilização das áreas ocupadas. Como consequências dessas ocupações, tanto o volume de água da chuva escoado superficialmente, quanto à velocidade deste escoamento, são maiores, provocando inundações e enchentes. Somados a esse processo de crescimento populacional, urbanização desordenada e consequente impermeabilização do solo, estão a geologia e a geomorfologia da região e o volume crescente nas precipitações em São José do Vale do Rio Preto. Juntos, esses fatores contribuem para a vulnerabilidade à deslizamentos, pois o Município está localizado na região serrana do estado do Rio de Janeiro e possui um volume médio de chuvas de 1.650 mm/ano.

A Sede Urbana de São José do Vale do Rio Preto se desenvolve ao longo do vale do Rio Preto, conforme demonstrado na imagem a seguir, o que agrava ainda mais a vulnerabilidade ambiental quanto a enchentes, inundações e deslizamentos.

Figura 10 - Município e São José do Vale do Rio Preto - Delimitação da Sede Urbana Disposta Linearmente ao Longo do Vale do Rio Preto.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Estrutura Etária e Razão de Dependência

Em relação a estrutura etária, é importante esclarecer que a razão de dependência é o percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais, classificados como população dependente, em relação à população de 15 a 64 anos, ou seja, a população potencialmente ativa. Já a taxa de envelhecimento é a razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

A Tabela a seguir mostra a estrutura etária da população de São José do Vale do Rio Preto e sua evolução entre os anos de 1991 e 2010, juntamente à razão de dependência e ao índice de envelhecimento, que são variáveis fundamentais para a compreensão do desenvolvimento humano municipal.

Tabela 6 - Estrutura Etária da População - São José do Vale do Rio Preto.

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	4.878	32,16	5.422	29,08	4.722	23,32
15 a 64 anos	9.591	63,23	12.195	65,41	14.085	69,55
65 anos ou mais	700	4,61	1.027	5,51	1.444	7,13
Razão de Dependência	58,16	-	52,88	-	53,78	-
Taxa de Envelhecimento	4,61	-	5,51	-	7,13	-

Fonte: PNUD; IPEA; FJP, 2013.

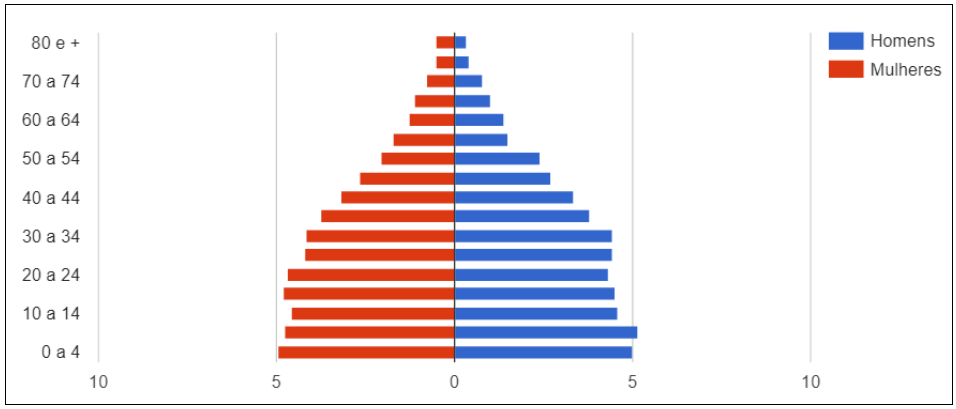
Em SJVRP, entre 2000 e 2010, a razão de dependência no Município passou de 52,88% para 43,78% e a taxa de envelhecimento, de 5,51% para 7,13%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 58,16% e 4,61%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-jose-do-vale-do-rio-preto_rj#caracterizacao. Acesso em: 26.out.2017).

Um dado que se pode verificar é a diminuição da população com 15 anos ou menos na composição geral da população entre os anos 2000 e 2010. Em 2000, esta parcela representava 29,08% da população total, enquanto em 2010 representa 23,32%, um decréscimo considerável que assinala para redução gradual na taxa de fecundidade e consequentemente no crescimento vegetativo da população de São José do Vale do Rio Preto.

Entre 2000 e 2010 a parcela da população entre 15 e 64 anos manteve-se relativamente estável, com uma variação positiva de 2,18% de representatividade, o que indica manutenção da população em idade ativa e, consequentemente, maior pressão por geração de empregos.

Comparando as pirâmides etárias de São José do Vale do Rio Preto entre os anos 2000 e 2010 pode-se verificar os processos que atualmente são hegemônicos na estrutura etária dos municípios brasileiros: o aumento no índice envelhecimento e a redução da taxa de fecundidade da população (Figuras 11 e 12).

Figura 11 - Pirâmide Etária de São José do Vale do Rio Preto, 2000.

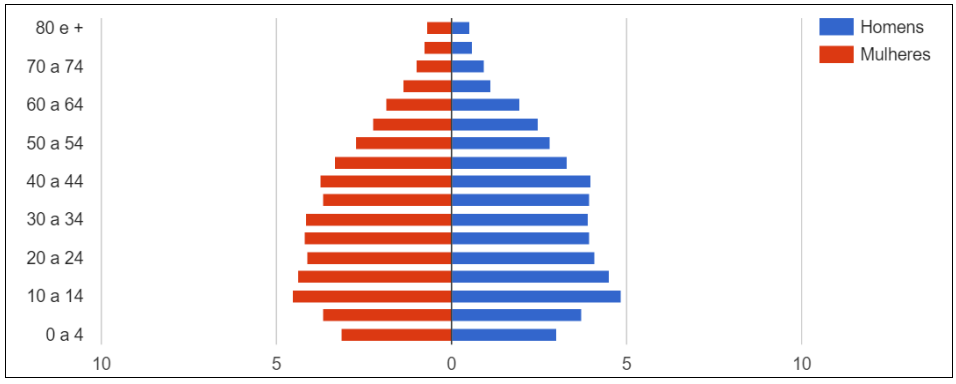


Fonte: PNUD; IPEA; FJP, 2013.

Em 2000, a parcela da população que mais se destaca na composição geral é aquela entre 0-24 anos, com um afunilamento da pirâmide a partir da linha dos 40 anos, diferentemente do cenário de 2010, onde tem-se certo equilíbrio da pirâmide até a linha dos 44 anos.

A transformação da pirâmide durante a década indica, em tese, um salto qualitativo no índice de desenvolvimento humano municipal, no entanto, este novo cenário gera demandas sociais que o Município precisa estar apto a responder e recriar, necessitando, portanto, de planejamento sócio territorial mais ativo.

Figura 12 - Pirâmide Etária de São José do Vale do Rio Preto - 2010.



Fonte: PNUD; IPEA; FJP, 2013.

Em 2010, a parcela da população que mais se destacou na composição geral é a entre 10-14 anos, o que tem como consequência direta maior demanda por serviços públicos de ensino fundamental e médio.

Parcela expressiva da pirâmide encontra-se nas faixas etárias que abrange 20-34 anos, o que tem como consequência incremento na demanda por empregos no mercado de trabalho local. Essa demanda, se não correspondida, acaba por impulsionar a migração populacional para cidades maiores, principalmente da população entre 20-24 anos, em busca de novas oportunidades de estudo e trabalho.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

De acordo com dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2013), a mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em São José do Vale do Rio Preto passou de 24,1 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 16,5 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 32,7. Já na UF, a taxa era de 14,2, em 2010, de 21,2, em 2000 e 29,9, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no País caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos. Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no País deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015 (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-jose-do-vale-do-rio-preto_rj#caracterizacao. Acesso em: 26.out.2017).

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em SJVRP, a esperança de vida ao nascer cresceu 5,9 anos na última década, passando de 67,4 anos, em 2000, para 73,3 anos, em 2010. Em 1991, era de 65,6 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer era de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991 (Tabela 7) (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-jose-do-vale-do-rio-preto_rj#caracterizacao. Acesso em: 26.out.2017).

Tabela 7 - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade em São José do Vale do Rio Preto.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	65,6	67,4	73,3
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	32,7	24,1	16,5
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	37,4	27,3	18,6
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	3,2	2,8	1,9

Fonte: PNUD; IPEA; FJP, 2013.

Desenvolvimento Humano Municipal

O conceito de Desenvolvimento Humano parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Atualmente, os três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e renda) são mensurados da seguinte forma:

- Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
- O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;
- E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* expressa em Poder de Paridade de Compra (PPC) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de São José do Vale do Rio Preto era de 0,660, em 2010, o que situava esse Município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,806, seguida de Renda, com índice de 0,670, e de Educação, com índice de 0,533 (Tabela 8) (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-jose-do-vale-do-rio-preto_rj#caracterizacao. Acesso em: 26.out.2017).

Tabela 8 - Componentes do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São José do Vale do Rio Preto.

IDHM e Componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,219	0,379	0,533
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	16,03	21,66	36,74
% de 5 a 6 anos frequentando escola	40,93	80,73	98,43
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	27,08	63,4	80,92
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	18,18	39,97	44,93
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	16,68	16,12	32,67
IDHM Longevidade	0,676	0,707	0,806
Esperança de vida ao nascer (em anos)	65,55	67,4	73,33
IDHM Renda	0,557	0,643	0,670
Renda *per capita* (em R$)	256,87	437,05	517,99

Fonte: PNUD; IPEA; FJP, 2013.

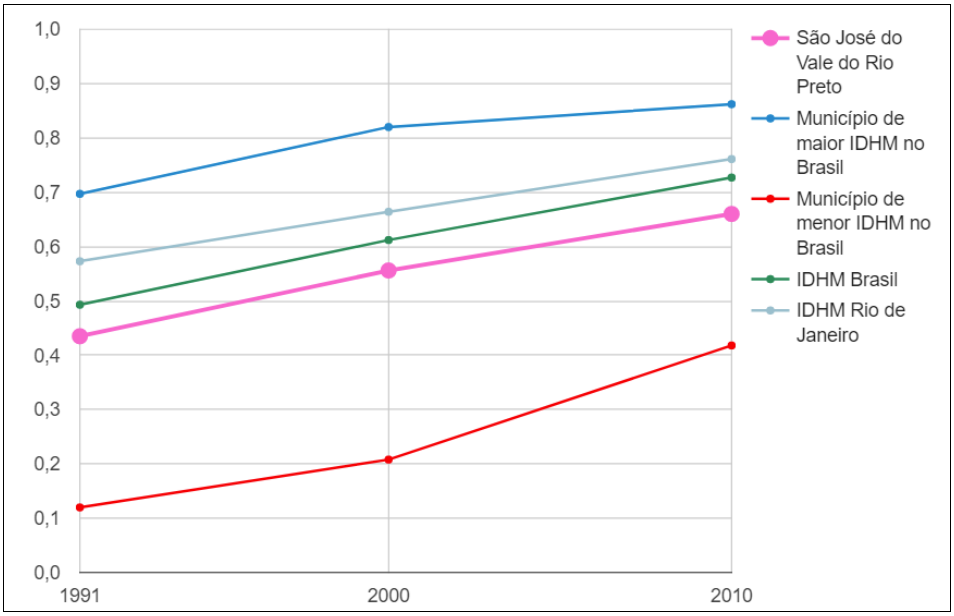
Entre 1991 e 2000, o IDHM de SJVRP passou de 0,435 em 1991 para 0,556 em 2000, representando taxa de crescimento de 27,82%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 78,58% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,160), seguida por Renda e por Longevidade (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-jose-do-vale-do-rio-preto_rj#caracterizacao. Acesso em: 26.out.2017).

Já entre 2000 e 2010, o IDHM de SJVRP passou de 0,556 em 2000 para 0,660 em 2010, representando taxa de crescimento de 18,71%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do Município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 76,58% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos continuou sendo a Educação (com crescimento de 0,154), entretanto, houve inversão nas dimensões que a sucederam em relação à década anterior, sendo a Educação, seguida por Longevidade e por Renda.

De 1991 a 2010, o IDHM do Município passou de 0,435, em 1991, para 0,660, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em taxa de crescimento de 51,72% para o Município e 47% para a UF; e em taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 60,18% para o Município e 53,85% para a UF. No Município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,314), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos também foi Educação (com

crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-jose-do-vale-do-rio-preto_rj#caracterizacao. Acesso em: 26.out.2017).

Figura 13 - Gráfico da Evolução do IDHM em São José do Vale do Rio Preto.



Fonte: PNUD; IPEA; FJP, 2013.

São José do Vale do Rio Preto ocupa a 2898ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM era 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço) (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-jose-do-vale-do-rio-preto_rj#caracterizacao. Acesso em: 26.out.2017).

ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO VISANDO A ELABORAÇÃO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Introdução

O município de São José do Vale do Rio Preto, fundado em dezembro de 1987, está localizado na mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, Microrregião Serrana, a uma distância aproximada de 130 km da capital do

Estado. A população projetada para 2017 foi de 21.114 habitantes distribuídas em uma área de 239,950 km² (IBGE, 2017). A densidade demográfica em 2010 foi de 91,87 hab./km². A faixa etária com maior número de pessoas é a de 10 a 14 anos seguida pela de 15 a 19 anos, respectivamente, com 9,41% e 8,90% do total da população. O Município, também, registrou duas pessoas com 100 anos ou mais de idade, sendo uma de cada sexo (IBGE, 2010). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2010 do Município em tela foi de 0,66 (IBGE, 2010). Quanto à religião, 40,92% declararam católicos, 38,97% evangélicos e 0,91% espíritas e por fim, 19,20% da população não responderam ou não possui nenhum tipo de religião (IBGE, 2010).

A economia é pautada no setor de serviços seguido pelo setor agropecuário e industrial. O setor de serviços, inclusive saúde, educação, seguridade social e as atividades da administração pública, em 2014, foi responsável por 71,73% do total do Valor Adicionado Bruto (VAB) do município de São José do Vale do Rio Preto. Já o setor agropecuário correspondeu por 20,90%. E por fim, o setor industrial participou em 7,37% do total do VAB de São José do Vale do Rio Preto (IBGE, 2017).

O objetivo dessa análise econômica e financeira foi realizar diagnóstico sobre os aspectos socioeconômicos do município de SJVRP para fundamentar a elaboração das próximas etapas da revisão do PDM e projetar o Plano de Ação e Investimentos (PAI) para os cinco primeiros anos de horizonte temporal do Plano.

Para alcançar os objetivos pretendidos, o estudo foi estruturado em catorze tópicos, além, desta Introdução. No segundo tópico foi realizado, de forma analítica, o perfil econômico do município de São José do Vale do Rio Preto com os principais indicadores socioeconômicos.

Em seguida, no terceiro tópico, avaliou-se o comportamento das receitas do Município, no período de 2012 a 2016. No tópico quarto, fez-se a projeção das receitas do município de São José do Vale do Rio Preto no período de 2018 a 2022, com base na previsão de crescimento econômico defendido pelo Governo Federal. Após, no quinto tópico, realizou-se a análise dos gastos com pessoal do Município, de forma pontual, e também a sua evolução em relação às receitas correntes líquidas, no período de 2006 a 2016 de acordo com o previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Posteriormente, no sexto tópico, foram avaliados os gastos com saúde pública com relação ao mínimo estabelecido na Emenda Constitucional 29/2000, no período de 2006 a 2016. Após, no sétimo tópico, realizou-se a análise dos gastos designados para a manutenção e o desenvolvimento do ensino no município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2007 a 2016. Depois, no oitavo tópico, avaliou-se o

desempenho das despesas de capital, comparativamente, ao total das receitas auferidas pelo Município, no interstício de 1998 a 2016. No nono tópico, mediu-se os impactos da crise econômica no comportamento das receitas *per capita* dos impostos arrecadados pelo município de São José do Vale do Rio Preto comparativamente aos demais municípios da Microrregião Serrana. Nos tópicos 10 e 11 foram avaliados, respectivamente, os limites de endividamentos e as operações de créditos realizadas pelo município de São José do Vale do Rio Preto. No tópico 12, mediu-se o comprometimento, no ano de 2016, do pagamento de juros, amortizações e demais encargos da dívida. Depois, no tópico 13, foram abordadas as garantias e contragarantias realizadas pelo município. E por fim, foram feitas as considerações finais.

O PERFIL ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

O município de São José do Vale do Rio Preto, localizado na Microrregião Serrana da Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro no último Censo (2010) foi registrada população de 20.251 pessoas. Esta população coloca o Município na 1622º posição dentre todos os municípios do país. No estado do Rio de Janeiro o Município está na 64ª posição. Na Microrregião Serrana é o último colocado, pois, existem apenas 3 municípios.

Principal indicador da atividade econômica, o Produto Interno Bruto (PIB) expressa o valor da produção realizada dentro das fronteiras geográficas de um país num determinado período, independentemente da nacionalidade das unidades produtoras. Por meio de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 1999-2014, chega-se aos seguintes dados conforme demonstrados na Tabela 9, denominada de Produto Interno Bruto do município de São José do Vale do Rio Preto atualizados pelo IPCA-E a preços de dezembro de 2016.

Tabela 9 - Produto Interno Bruto do Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de 1999-2014.

Ano	Valores em Reais
1999	223.868.328,85
2000	217.718.437,28
2001	235.735.032,21
2002	241.049.607,16
2003	229.536.402,18
2004	241.008.956,47
2005	243.224.506,50
2006	242.445.728,62
2007	243.000.380,42
2008	287.754.939,63
2009	872.715.769,98
2010	976.873.343,51
2011	608.153.834,70
2012	335.548.782,42
2013	428.380.748,64
2014	409.148.730,32

Fonte: IBGE (2017). Valores atualizados a preços de 12/2016.

O PIB do município de São José do Vale do Rio Preto aumentou em 82,76% no período avaliado, ou seja, entre os anos de 1999 a 2014. A série histórica do PIB manteve-se praticamente constante entre os anos de 1999 a 2007, com variação positiva de 8,54%. Neste período, o ano que o PIB ficou mais baixo foi em 2000, onde atingiu R$ 217.718.437,208, que equivaleu a um recuo de 2,74% em relação a 1999. Em 2008 o PIB do município de São José do Vale do Rio Preto alcançou o maior patamar desde o início da série avaliada neste estudo e atingiu R$ 287.754.939,63, que corresponde à variação positiva em relação ao ano de 2007 de 18,41%. No ano seguinte, o seja, em 2009 o valor do PIB voltou a atingir o maior valor da série até àquela data, com R$ 872.715.769,98, que correspondeu à variação de 203,28% em relação ao ano de 2008. O ápice foi atingido, em 2010, em R$ 976.873.343,51, variação positiva de 11,93% comparada ao ano de 2009. Todavia, no biênio 2011-2012 ocorreram recuos no PIB e atingiram, respectivamente, R$ 608.153.834,70 e R$ 335.548.782,42. A variação negativa do ano de 2011 em relação ao ano de 2010 foi de 37,74%. A variação do ano de 2012 comparado com 2011 apresentou recuou de 44,82%. Em 2013, o PIB do município de São José do Vale do Rio

Preto voltou a variar positivamente em 27,66% e atingiu R$ 428.380.748,64. E no ultimo ano avaliado, voltou a regredir a uma taxa de 4,48% e atingiu R$ 409.148.730,32.

A Tabela 10 demonstra o Valor Adicionado Bruto Agropecuário (VAB-A) do município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 1999-2014.

Tabela 10 - Valor Adicionado Bruto Agropecuário do Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de 1999 a 2014.

Ano	Valores em Reais
1999	25.691599,19
2000	22.414.373,90
2001	31.861.390,36
2002	63.322.189,41
2003	43.433.606,85
2004	77.454.382,57
2005	73.540.507,80
2006	62.592.869,73
2007	52.715.824,98
2008	65.176.786,22
2009	66.269.397,92
2010	73.128.734,95
2011	82.476.327,39
2012	85.123.597,08
2013	92.447.390,13
2014	78.452.461,95

Fonte: IBGE (2017). Valores atualizados a preços de 12/2016.

Durante o período de 1999 a 2014 o VAB-A variou positivamente em 205,36%, passando de R$ 25.691.599,19 em 1999 para R$ 78.452.461,95 em 2014. No ano 2000 recuou 12,75% em relação ao ano anterior e chegou a R$ 22.414.373,90. Em 2001 voltou a subir e atingiu R$ 31.861.390,36 com aumento de 42,14%. Em 2002 foi o ano apresentou maior crescimento com taxa de 98,74% em reação ao ano de 2001 chegando ao montante de R$ 63.322.189,41. Porém, em 2003, o VAB-A do município de São José do Vale do Rio Preto variou negativamente a uma taxa de 31,40% comparado ao ano de 2002 chegando-se a R$ 43.433.606,85. No ano de 2005 o VAB-A chegou à R$ 77.454.382,57 com taxa de crescimento de 78,32% em relação ao ano anterior. Mas no triênio seguinte, ou seja, 2005-2007 os valores do VAB-A do município de São José do

Vale do Rio Preto foram, respectivamente, de R$ 73.540.507,80, R$ 62.592.869,73, e R$ 52.715.824,98. As taxas de variações foram negativas de 5,05%, 14,88% e 15,77%, respectivamente, nos anos de 2005, 2006 e 2007.

No sexênio 2008-2013 o VAB-A variou de forma positiva a uma taxa de 23,63%, 1,67%, 10,35%, 12,78%, 3,20%, 8,60%, respectivamente, nos anos 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013. Os valores passaram de R$ 52.715.824,98, em 2007, e chegou-se à R$ 92.447.390,13 no ano de 2013 que corresponde à variação positiva de 75,36%. No último ano avaliado, o VAB-A do município de São José do Vale do Rio Preto recuou 15,13% e atingiu R$ 78.452.461,95.

A Tabela 11 demonstra o Valor Adicionado Bruto Industrial (VAB-I) do município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 1999 a 2014. O VAB-I de São José do Vale do Rio Preto variou positivamente em 23,61%, no período de 1999-2014. O VAB-I do ano 2000 variou positivamente 8,35% em relação ao ano anterior. No quadriênio seguinte, ou seja, entre 2001-2004, as variações foram negativas com taxas, respectivamente, de 4,96%, 9,65%, 21,53% e 1,33%, e os valores atingiram R$ 16.123.428,01 em 2004. No ano seguinte voltou a subir, porém a uma taxa de apenas 1,18%. Nos anos de 2006 e 2007 as taxas variaram, de forma negativa, respectivamente, em 12,25% e 5,91% com valores em reais de R$ 14.315.175,25 e R$ 13.469.723,67, os seja, os mais baixos da série avaliada. Em 2008 o VAB-I do município de São José do Vale do Rio Preto sofreu a maior variação da série, com uma taxa positiva de 62,04% e chegou-se em R$ 21.826.097,62. No ano de 2009 voltou a recuar em 18,95% com um montante de R$ 17.689.345,77.

Tabela 11 - Valor Adicionado Bruto Industrial do Município de São José do Vale do Rio Preto.

Ano	Valor em Reais
1999	22.380.763,53
2000	24.248.951,60
2001	23.047.254,48
2002	20.822.576,89
2003	16.340.376,00
2004	16.123.428.01
2005	16.313.769,69
2006	14.315.175,25
2007	13.469.723,67
2008	21.826.097,62
2009	17.689.345,77
2010	21.926.139,38
2011	19.155.609,67
2012	21.494.775,97
2013	25.456.380,98
2014	27.665.948,46

Fonte: IBGE (2017). Valores atualizados a preços de 12/2016.

Em 2010 os valores do VAB-I do município de São José do Vale do Rio Preto subiram a uma taxa de 23,95% e atingiram R$ 21.926.139,38. Porém, em 2011, a taxa de crescimento novamente voltou a decrescer, agora em 12,64% e os valores do VAB-I atingiram R$ 19.155.609,67. No último triênio, ou seja, entre os anos de 2012-2014, as taxas de crescimentos foram positivas na ordem de 12,21%, 18,43% e 8,68% respectivamente. Em 2014, o VAB-I do município de São José do Vale do Rio Preto atingiu R$ 27.665.948,46.

A Tabela 12 demonstra o Valor Adicionado Bruto Serviços (VAB-S) do Município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 1999 a 2014. Observa-se que no cômputo dos VAB-S está incluso os valores dos serviços de saúde, educação pública, da seguridade social e da administração. No período avaliado neste estudo o VAB-S do Município de São José do Vale do Rio Preto variou positivamente em 63,44% passando de R$ 164.716.350,18 em 1999 para R$ 269.215.854,34 em 2014. No ano 2000 os valores recuaram 0,68% em relação ao ano de 1999 e atingiram o menor valor da série ficando em R$ 163.582.702,77. No quadriênio seguinte o VAB-S variou positivamente a taxas de 5,67%, 106,04%, 3,43% e 2,41%, respectivamente, nos anos de 2001, 2002,

2003 e 2004. Com estas taxas os valores chegaram-se a R$ 172.866.344,70, R$ 356.190.349,71, R$ 368.433.906,18 e R$ 377.321.190,17. No ano seguinte mantiveram-se praticamente estável com variação negativa de 0,13%. Mas, no quinquênio seguinte, as taxas variaram de forma positiva de 4,06%, 9,03%, 12,10%, 21,61% e 7,52%, respectivamente, nos anos de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010. Nestes anos o VAB-S atingiram, respectivamente, R$ 392.100.707,89, R$ 427.529.594,02, R$ 479.282.880,70, R$ 582.877.868,66 e R$ 626.745.333.42.

Tabela 12 - Valor Adicionado Bruto de Serviços do Município de São José do Vale do Rio Preto.

Ano	Valor
1999	164.716.350,18
2000	163.582.702,77
2001	172.866.344,70
2002	356.190.349,71
2003	368.433.906,18
2004	377.321.190,17
2005	376.800.820,97
2006	392.100.707,89
2007	427.529.594,02
2008	479.282.880,70
2009	582.877.868,66
2010	626.745.333,42
2011	414.487.565,96
2012	245.604.089,84
2013	253.784.197,07
2014	269.215.854,34

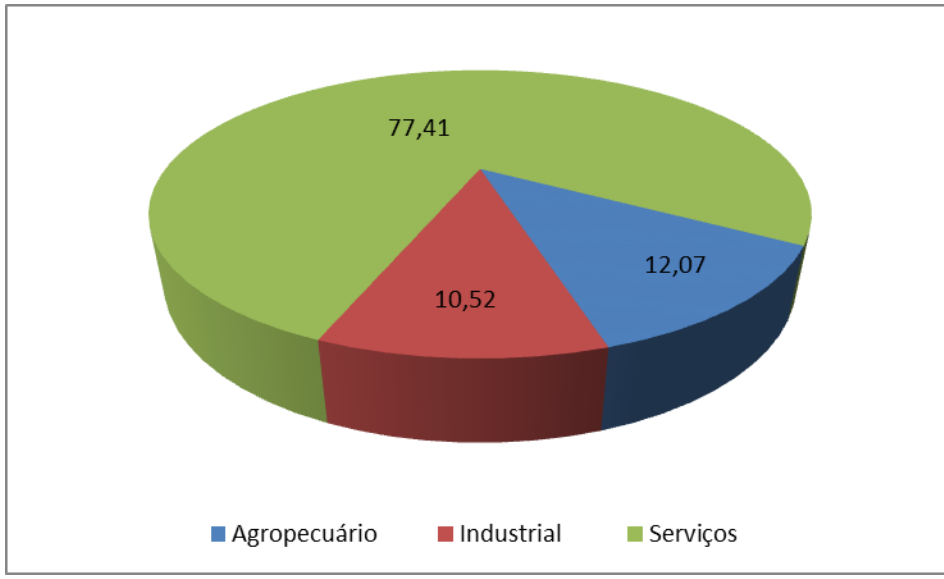
Fonte: IBGE (2017). Valores atualizados a preços de 12/2016.

No biênio 2011-2012 as taxas do VAB-S recuaram, respectivamente, 33,86% e 40,74% e atingiram R$ 414.487.565,96 e R$ 245.604.089,84 em 2011 e 2012. Porém, o VAB-S voltou a subir no biênio 2013-2014 com taxas de 3,30% e 6,08% atingindo R$ 253.784.197,07 e R$ 269.215.854,34, respectivamente, em 2013 e 2014.

Os dados disponibilizados nas Tabelas 10, 11 e 12 permitiram concluir que o VAB-S é o maior representante do VAB do município de São José do Vale do Rio Preto. Isto é ratificado pelas Figuras 14 e 15 que demonstram a

composição dos setores econômicos, respectivamente, nos anos de 1999 e 2014.

Figura 14 - Composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Município de São José do Vale do Rio Preto em 1999, por Setor Econômico.

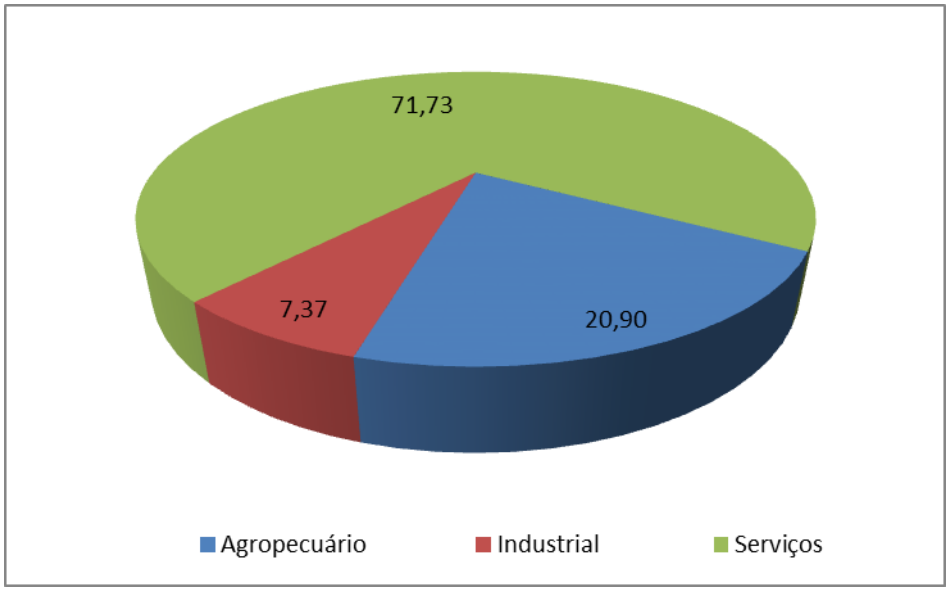


Fonte: IBGE (2017). Valores atualizados a preços de 12/2016. Valores em porcentagens.

A Figura 14 permite inferir que o setor de serviços tem suma importância na composição econômica do município de São José do Vale do Rio Preto, pois, em 1999 correspondeu por 77,41% do total do VAB. Em 1999 a agropecuária foi responsável por 12,07% do total do VAB produzido pelo município de São José do Vale do Rio Preto. E por fim, o setor de industrial foi responsável por 10,52% do total do VAB.

A Figura 15 demonstra a composição do VAB do município de São José do Vale do Rio Preto no ano de 2014, dividido por setor.

Figura 15 - Composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Município de São José do Vale do Rio Preto em 2014, por Setor Econômico.



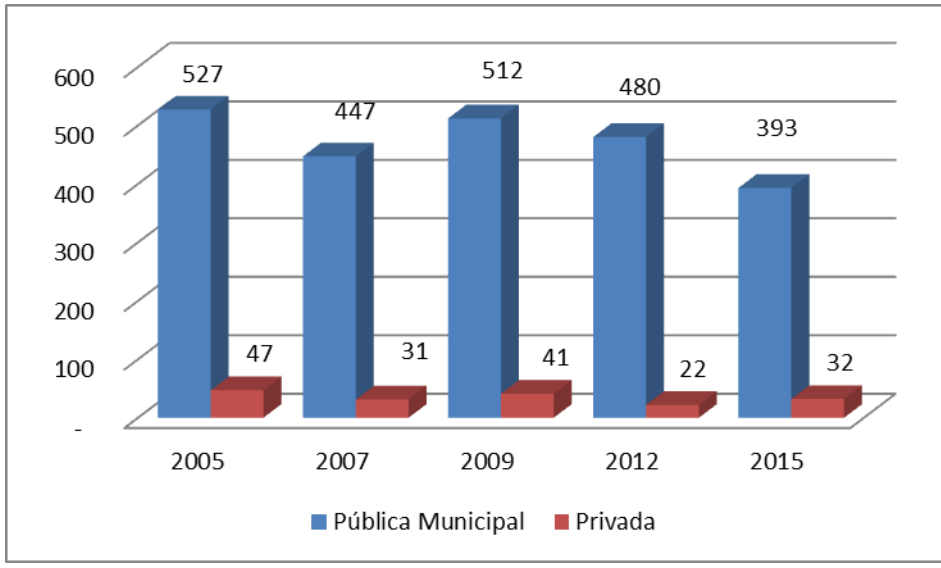
Fonte: IBGE (2017). Valores atualizados a preços de 12/2016. Valores em porcentagens.

A Figura 15 demonstra que ocorreram mudanças na participação de cada setor no VAB do município de São José do Vale do Rio Preto comparativamente ao ano de 1999. Em 2014 o setor de serviços continua a ser o responsável por maior parte da atividade econômica do Município, porém, com recuo na participação, que está em 71,73%. O setor agropecuário em 2014 é responsável por 20,90% do total do VAB do município de São José do Vale do Rio Preto. Já o setor industrial recuou e foi responsável por 7,37% do total do VAB do município de São José do Vale do Rio Preto no ano de 2014.

O que chama atenção nesses dados é que, apesar do município de São José do Vale do Rio Preto fazer parte da Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, a importância do setor agropecuário na economia do Município é expressiva. Outro fato que merece destaque é a participação dos serviços saúde, de educação, administração pública e da seguridade social na participação do setor de serviços com 71,78% do total do VAB-S do município de São José do Vale do Rio Preto. O recuo do setor de serviços no ano de 2014 em relação ao ano de 1999 contraria a tendência nacional. Outro ponto que contraria a tendência nacional é o aumento da participação do setor agropecuário no VAB do Município em tela.

A Figura 16 demonstra o número de alunos matriculados na pré-escola nas instituições públicas e privadas, nos anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015 no município de São José do Vale do Rio Preto.

Figura 16 - Número de Alunos Matriculados na Pré-Escola nos Anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015, no Município de São José do Vale do Rio Preto - Instituição Pública e Privada.



Fonte: IBGE (2017).

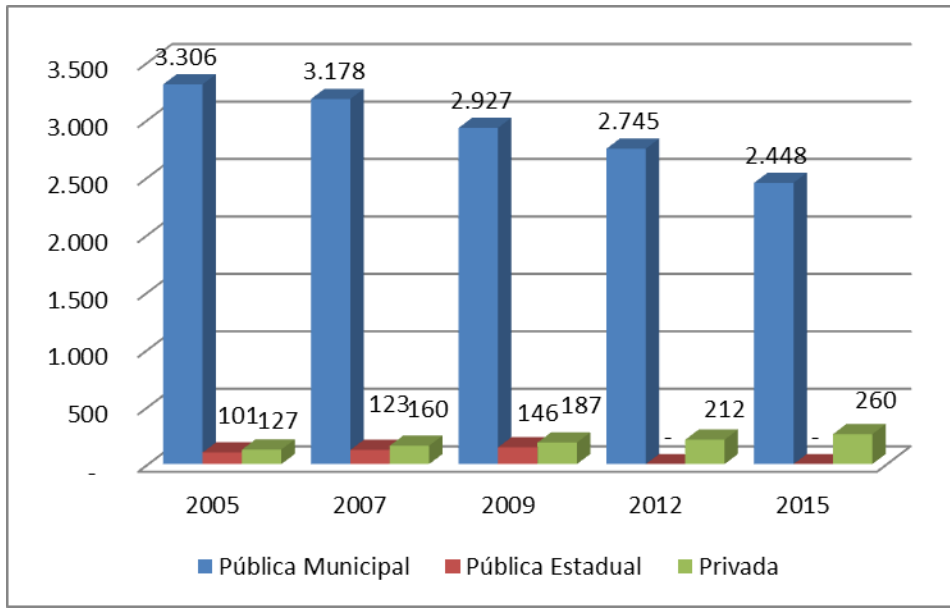
O número de alunos matriculados na pré-escola no ano de 2005 em escola municipal foi de 527. Em 2007 foram matriculados 447 alunos na pré-escola municipal que correspondeu em redução de 15,18% comparado ao ano de 2005. Em 2009 voltou a subir e atingiu 512 matriculados, que equivale à variação positiva 14,54%. Porém, nos anos de 2012 e 2015 ocorreram variações negativas na taxa de alunos matriculados de 6,25% e 18,12%, respectivamente. Assim, em 2012, o número de alunos matriculados na pré-escola foi de 480 e em 2015 de 393. Entre os anos de 2005 e 2015 a redução no número de alunos matriculados na pré-escola em instituição pública no município de São José do Vale do Rio Preto atingiu 25,42%.

O número de alunos matriculados na pré-escola no ano de 2005 em instituição privada foi 47 no município de São José do Vale do Rio Preto. Em 2007 foram matriculados 31 alunos na pré-escola de origem privada que correspondeu à redução de 34,04% em relação a 2005. Em 2009 voltou a subir e atingiu 41 alunos matriculados que equivale à variação positiva 32,25%. Porém, no ano de 2012 ocorreu forte queda no número de matriculados, na ordem de 46,34% e chegando a apenas 22 alunos. Em 2015 houve uma forte variação positiva que atingiu 45,45% e o número de alunos matriculados ficou em 32. Entre os anos de 2005 e 2015 ocorreu variação negativa na taxa de matriculados em escolas pertencentes à rede privada de 31,91% no que se refere aos alunos da pré-escola no município de São José do Vale do Rio Preto.

O número de matriculados na pré-escola reduziu na escola pública municipal e na escola privada, no município de São José do Vale do Rio Preto, ou seja, reduziu o número total de matriculados neste nível de ensino. O número de matriculados na rede pública municipal reduziu, em média, 6,25% nos anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015. Já no número total de matriculados a redução nos mesmos anos foram, em média, de 6,39%. E por fim, a redução dos alunos matriculados na pré-escola da rede privada de ensino foi de 0,66%. Esses dados demonstram, aparentemente, que há correlação entre o desempenho do número total de matriculados e os matriculados nas escolas da rede pública e nas escolas da rede privada no município de São José do Vale do Rio Preto.

A Figura 17 demonstra o número de alunos matriculados no ensino fundamental nos anos 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015, por instituição (pública municipal, pública estadual e privada), no município de São José do Vale do Rio Preto.

Figura 17 - Número de Alunos Matriculados no Ensino Fundamental nos Anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015, no Município de São José do Vale do Rio Preto, por Tipo de Instituição.



Fonte: IBGE (2017).

O número de alunos matriculados no ensino fundamental no ano de 2005 em escola municipal pública foi de 3.306. Em 2007 foram matriculados 3.178 alunos no ensino fundamental, o que correspondeu a redução de 3,87% comparado ao ano de 2005.

Em 2009, manteve-se a tendência de queda e variou negativamente em 7,89% e atingiu 2.927 matriculados. Seguindo a tendência de redução no número de matriculados na rede municipal de ensino de nível fundamental, em 2012, a retração foi a uma taxa de 6,21%, que deixou o município de São José do Vale do Rio Preto com apenas 2.745 na rede municipal de ensino fundamental. No ano de 2015 a redução foi ainda maior e chegou à variação negativa a uma taxa de 10,81%, resultando a apenas 2.448 alunos matriculados na rede pública municipal de ensino fundamental no município de São José do Vale do Rio Preto. Entre os anos de 2005 e 2015 o número de alunos matriculados no ensino fundamental em instituição pública municipal pertencente ao Município variou negativamente em 25,42%.

O número de alunos matriculados no ensino fundamental em instituição pública estadual no ano de 2005 no município de São José do Vale do Rio Preto foi de 101. Em 2007 o número matriculado nesse nível de ensino em instituição pública estadual foi de 123 alunos que correspondeu um aumento de 21,78% em relação a 2005. Em 2009 voltou a subir a uma taxa de 18,69% e atingiu 146 alunos matriculados no ensino fundamental em escola pública estadual. Nos anos de 2012 e 2015 não constam registros de alunos matriculados do nível fundamental em escola pública estadual no município de São José do Vale do Rio Preto.

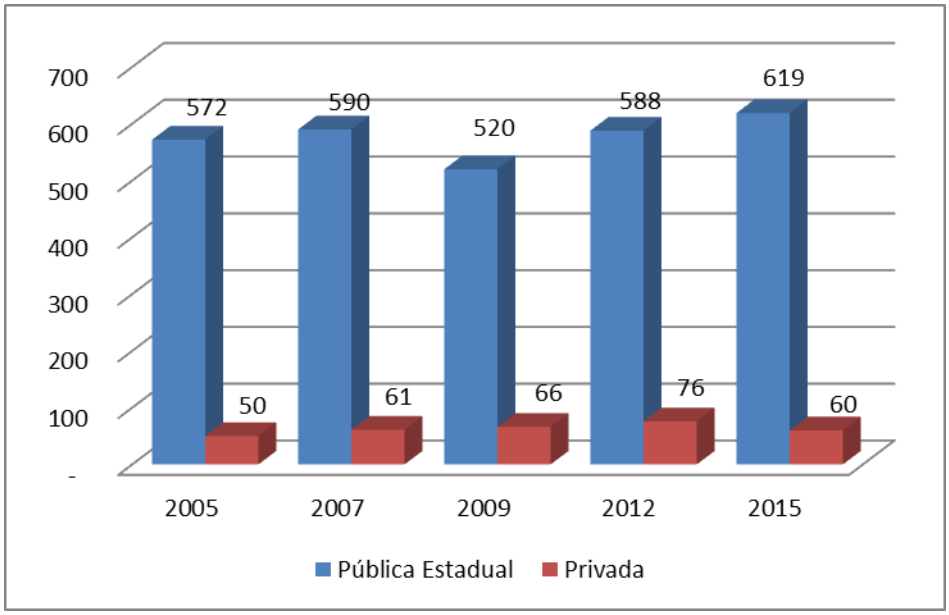
O número de alunos do ensino fundamental matriculados em escola privada no ano 2005 no município de São José do Vale do Rio Preto foi de 127. Em 2007 foram matriculados 160 alunos no ensino fundamental em instituição privada com aumento de 25,98% em relação ao ano de 2005. Voltou a subir em 2009 comparativamente a 2007 a uma taxa de 16,87% e chegou a 187 alunos matriculados. No ano de 2009 manteve a trajetória ascendente apesar de atingir taxa menor de crescimento de 13,36%, com 212 alunos matriculados em instituição privadas de ensino fundamental. Já em 2015, a taxa de crescimento no número de alunos matriculados em instituição privada para cursar o ensino fundamental atingiu 22,64%, com 260 alunos. Entre os anos 2005 e 2015 o número de alunos matriculados no ensino fundamental em instituição privada cresceu 104,72% no município de São José do Vale do Rio Preto.

Vale ressaltar que o número de matriculados em instituição privada para cursar o ensino fundamental no município São José do Vale do Rio Preto, entre os anos de 2005 e 2010 cresceu 104,72%, enquanto o número de matriculados em instituição pública municipal recuou em 25,95%. Isto pode ter ocorrido em virtude do ensino fundamental ofertado pelas escolas estaduais não terem registros a partir de 2012, porém, é pouco provável. O que se pode afirmar é que o número de alunos matriculados no ensino fundamental no município de

São José do Vale do Rio Preto, independente da instituição, tem reduzido, nos anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015, em média de 6,39% ao ano. Já o número de alunos matriculados nas instituições públicas municipais de nível fundamental reduziram em média 7,20% nos anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015. Em princípio, parece que existe relação entre o número total de matriculados no Município e o número de matriculados em escola pública municipal do de São José do Vale do Rio Preto, nos anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015.

A Figura 18 demonstra o número de alunos matriculados no ensino médio nos anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015, no município de São José do Vale do Rio Preto por tipo de instituição, ou seja, escola privada e escola pública estadual.

Figura 18 - Número de Alunos Matriculados no Ensino Médio nos Anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015, no Município de São José do Vale do Rio Preto, por Tipo de Instituição.



Fonte: IBGE (2017).

Em 2005 o número de alunos matriculados em escola pública estadual, de nível médio, no município de São José do Vale do Rio Preto, foi de 572. Dois anos depois, ou seja, em 2007 esse número de matriculados chegou a 590, o que equivale à variação positiva 3,15%. Porém, no ano de 2009 ocorreu forte queda de 11,86%, com o número de matriculados chegando a 520 alunos. Em 2012, o número de matriculados em escola estadual de ensino de nível médio variou positivamente em 13,08%, comparado a 2009, atingindo 588 alunos. Já

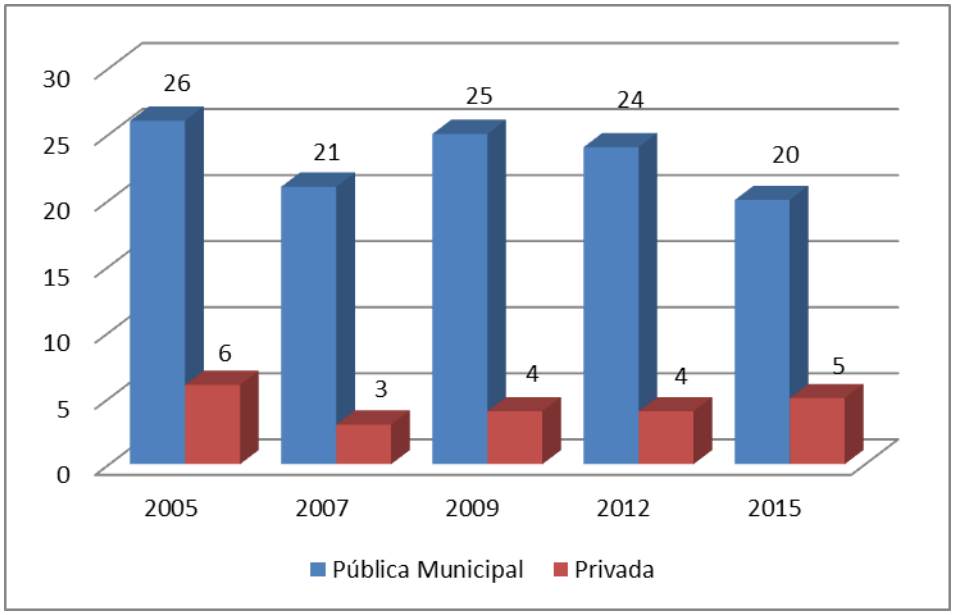
em 2015, com relação a 2012, a variação foi de 5,27%, chegando a 619 alunos matriculados na rede pública estadual de ensino médio. Entre os anos de 2005 e 2015 o número de alunos matriculados no ensino médio na rede estadual de ensino no município de São José do Vale do Rio Preto aumentou 8,22%. Em média o crescimento, nos anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015 foi de 2,41%.

Com relação aos alunos da rede privada do município de São José do Vale do Rio Preto, em 2005, foram matriculados 50 no ensino médio. Em 2007 passou para 61 alunos, com um crescimento de 8,20% em relação ao ano de 2005. Voltou a crescer em 2012 a uma taxa de 15,15% e chegou a 76 alunos matriculados no ensino médio. Porém, em 2015, ocorreu forte recuo de matriculados no ensino médio de 21,05% chegando a 60 alunos. Entre os anos de 2005 a 2015 ocorreu variação positiva de 20% no número de alunos matriculados no ensino médio no município de São José do Vale do Rio Preto.

A quantidade total de alunos matriculados em escola pública estadual e escola privada de ensino médio no município de São José do Vale do Rio Preto cresceu 9,16% em 2015 comparado ao ano de 2005. O crescimento médio dos alunos matriculados em escola pública estadual do ensino médio nos anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015 foi de 2,41%. Observa-se que é muito próximo do crescimento total de alunos matriculados nos mesmos anos, com taxa de 2,56%. Já o desempenho da taxa de crescimento referente aos alunos matriculados nas instituições de origem privada, no ensino médio, nos anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015 foi de 6,07%, em média.

A Figura 19 demonstra o número de professores que lecionaram na pré-escola nos anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015 no município de São José do Vale do Rio Preto, por tipo de instituição, ou seja, escola privada e escola pública estadual.

Figura 19 - Número de Professores nas Instituições de Ensino da Pré-escola nos Anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015, no Município de São José do Vale do Rio Preto.



Fonte: IBGE (2017).

Em 2005 o número de professores vinculados às instituições de ensino da rede pública municipal destinada à pré-escola do município de São José do Vale do Rio Preto, foi de 26. Dois anos depois, ou seja, em 2007 esse número recuou para 21 professores. Voltou a subir no ano de 2009 e atingiu 25 professores. Em 2012 e 2015 o número de professores foi, respectivamente, de 24 e 20.

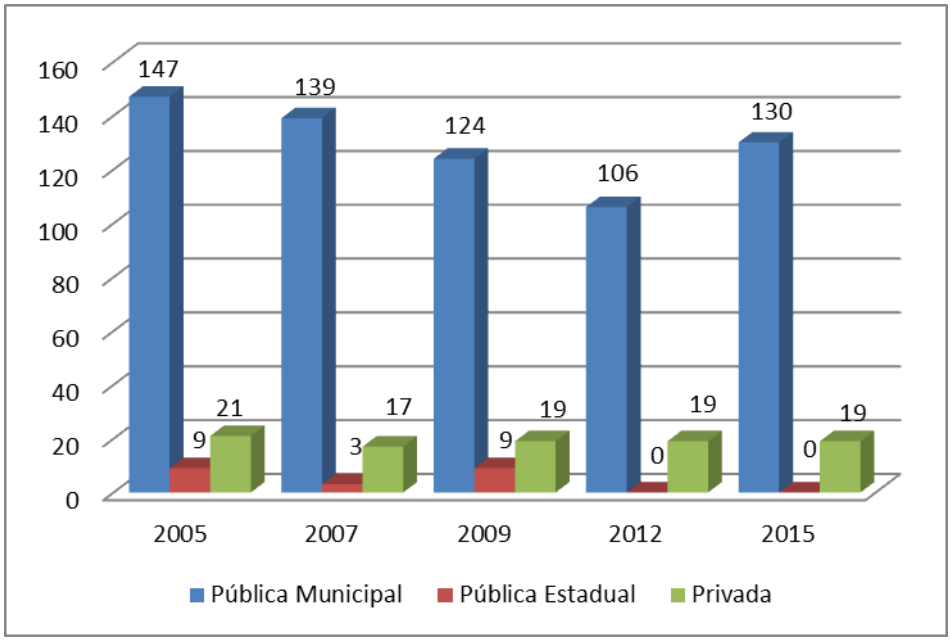
Em 2005, foram cinco professores vinculados às instituições privadas com a finalidade de ensinar na pré-escola do município de São José do Vale do Rio Preto. Dois anos depois, ou seja, em 2007 esse número recuou para apenas três professores. Voltou a subir no ano de 2009 e atingiu quatro professores que se mantiveram em 2012. No ano de 2015 variou positivamente à taxa de 25% e chegou a 5 professores.

Entre os anos de 2005 e 2015 o número de professores de ensino na instituição pública na pré-escola do município de São José do Vale do Rio Preto variou negativamente a uma taxa de 23,07%. Quanto ao número de professores que atuaram no ensino da pré-escola, porém, na iniciativa privada, recuou a uma taxa de 16,66%. Já o número total de professores que atuaram nas escolas que se dedicam ao ensino de nível pré-escolar, reduziu entre os anos de 2005 e 2015 a uma taxa de 21,87%. Em suma, houve redução no número de professores da rede pública municipal superior às reduções na rede privada e

no total de professores que ensinavam na pré-escola no município de São José do Vale do Rio Preto.

A Figura 20 demonstra o número de professores nas instituições de ensino fundamental nos anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015 no município de São José do Vale do Rio Preto, por tipo de instituição, ou seja, escola privada e escola pública municipal e escola pública estadual.

Figura 20 - Número de Professores nas Instituições de Ensino Fundamental nos Anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015, no Município de São José do Vale do Rio Preto.



Fonte: IBGE (2017).

Em 2005 o número de professores vinculados às instituições de ensino da rede pública municipal destinada ao ensino fundamental no município de São José do Vale do Rio Preto, foi de 147. Dois anos depois, ou seja, em 2007 esse número recuou para 139 professores. Em 2009 continuou a reduzir o número de professores e chegou a 124, e em 2012 o recuo foi ainda maior chegando a 106 professores. Já em 2015 subiu consideravelmente a chegou a 130 professores de ensino fundamental na rede pública municipal.

Quanto ao número de professores dedicados ao ensino fundamental em escola pública estadual no município de São José do Vale do Rio Preto em 2005 eram 9. Em 2007 esse número foi reduzido para apenas 3 professores. Porém, em 2009 voltou ao número de 2005 com 9 professores ensinando no fundamental de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro no município de

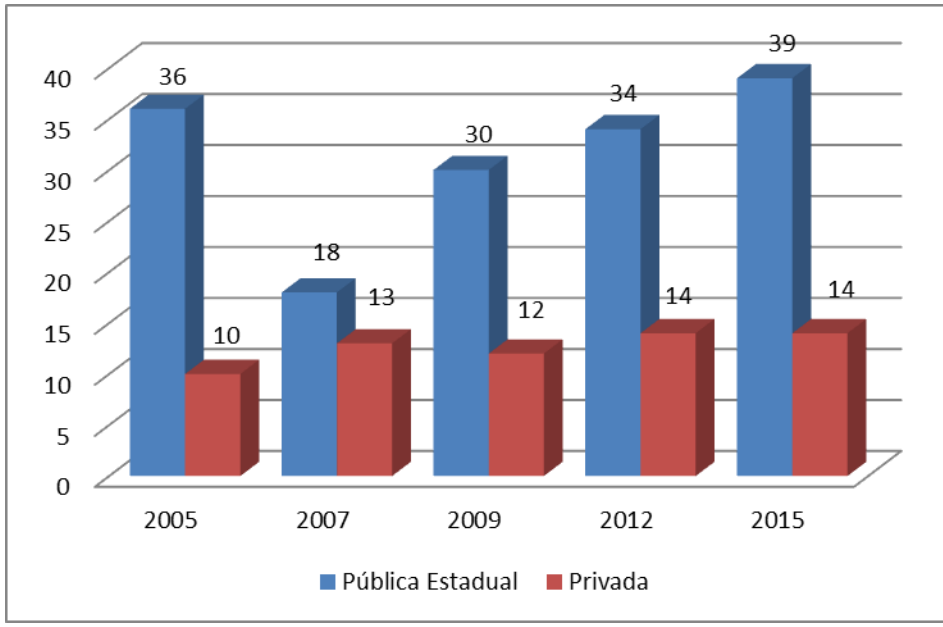
São José do Vale do Rio Preto. Observa-se que não há registros de professores em instituição estadual destinada ao ensino fundamental nos anos de 2012 e 2015 no município de São José do Vale do Rio Preto.

O número de professores vinculados à instituição privada de ensino fundamental no município de São José do Vale do Rio Preto em 2005 era de 21. Em 2007 este número foi reduzido para 17. Nos anos de 2009, 2012 e 2015 a quantidade de professores lecionando nas escolas de ensino fundamental da rede particular no município de São José do Vale do Rio Preto manteve-se constante, com 19 professores.

O total de professores que lecionaram no ensino fundamental (pública municipal, pública estadual e privada) entre os anos de 2005 e 2015 foi reduzido em 15,81%. O mesmo tem acontecido com os professores da rede pública municipal e da rede privada de ensino fundamental do município de São José do Vale do Rio Preto que, respectivamente, recuaram em 11,56% e 9,52% entre os anos de 2005 e 2015. Observa-se que nos anos de 2012 e 2015 não constam registros de professores vinculados ao estado do Rio de Janeiro que lecionaram para o ensino fundamental.

A Figura 21 demonstra o número de professores que lecionaram no ensino médio nos anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015, no município de São José do Vale do Rio Preto.

Figura 21 - Número de Professores nas Instituições de Ensino Médio nos Anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015, no Município de São José do Vale do Rio Preto.



Fonte: IBGE (2017).

Em 2005 o número de professores vinculados às instituições de ensino da rede pública estadual destinados ao ensino médio no município de São José do Vale do Rio Preto, foi de 36. Dois anos depois, ou seja, em 2007 esse número recuou para 18 professores. Porém, voltou a subir no ano de 2009 e atingiu 30 educadores. Em 2012 e 2015 os professores do ensino médio do estado do Rio de Janeiro que lecionaram no município de São José do Vale do Rio Preto foram, respectivamente, de 34 e 39.

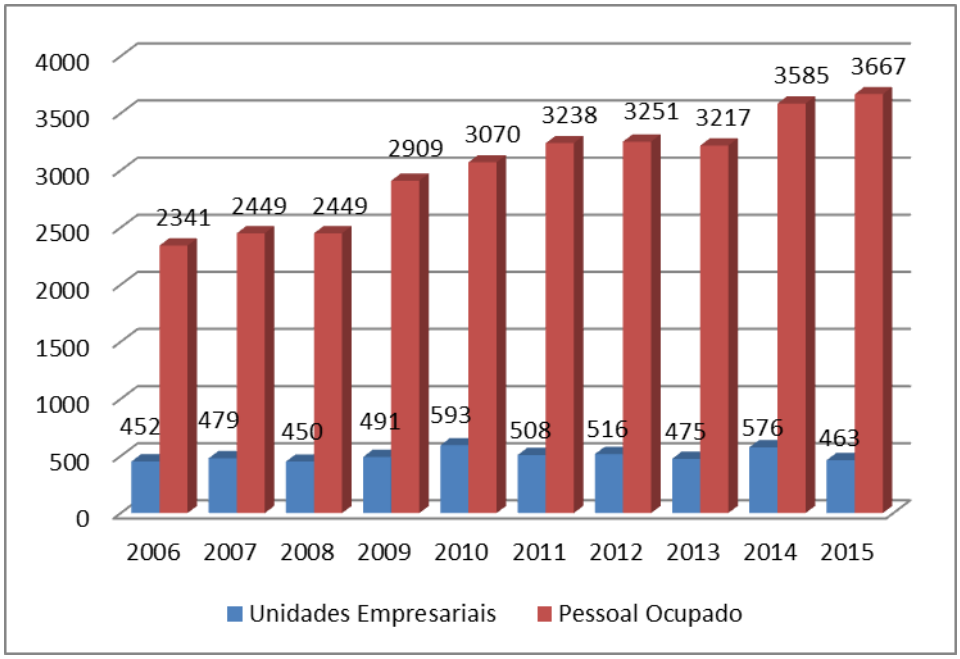
Em 2005 o número de professores vinculados às instituições privadas destinadas a alunos do ensino médio no município de São José do Vale do Rio Preto era de 10. Dois anos depois, ou seja, em 2007 subiu 30% e chegou a 13 professores que lecionaram na rede privada do Município em tela. Porém, no ano de 2008 esse número recuou e chegou a 12 professores que lecionaram no ensino médio em instituição particular. Nos anos de 2012 e 2015, o número de professores manteve-se constante em 14 profissionais neste tipo de instituição.

Entre os anos de 2005 e 2015 o número de professores que lecionaram em instituição pública estadual para o ensino médio variou 8,33%, no município de São José do Vale do Rio Preto. Já com relação à quantidade de professores que lecionaram para o ensino médio em escola do setor privado ocorreram, também, variações positivas a uma taxa de 40% entre os anos de 2005 e 2015.

Com relação ao total de professores que lecionaram nos cursos de ensino médio em São José do Vale do Rio Preto também alcançou variação positiva de 15,21% entre os anos de 2005 e 2015.

A Figura 22 demonstra o número de estabelecimentos empresariais cadastrados e o número de pessoal ocupado, no período de 2006 a 2015, no município de São José do Vale do Rio Preto.

Figura 22 - Unidades de Estabelecimentos Empresariais e Pessoal Ocupado, no Período de 2006 e 2015, no município de São José do Vale do Rio Preto.



Fonte: IBGE (2017).

O município de São José do Vale do Rio Preto no ano de 2006 possuía 452 unidades de estabelecimentos empresariais. No mesmo ano o número de pessoal ocupado foi de 2.341 trabalhadores. No ano seguinte as unidades empresariais subiram para 479, o que equivale a um percentual de 5,97%. O número de pessoas ocupadas também aumentou no ano de 2007, porém, em percentual menor, ou seja, 4,61%.

No ano de 2008 o município de São José do Vale do Rio Preto perdeu 29 unidades empresariais comparadas ao ano de 2007, mas conseguiu manter constante o número de pessoal ocupado. Em 2009 o município criou 41 unidades empresariais e fechou o ano com 491 empresas cadastradas, o que ajudou de forma direta e indireta na criação de 460 novas vagas. Observa-se

que o aumento no número de pessoas ocupadas foi de 18,78% em relação ao ano de 2008.

No ano de 2010 ocorreram variações positivas de 20,77% no número de empresas cadastradas e 5,53% no número de pessoas ocupadas no município de São José do Vale do Rio Preto. Vale ressaltar que em 2010, 161 novas pessoas entraram no mercado de trabalho e 102 novas unidades empresariais foram abertas. Assim o resultado foi um ano com 3.070 pessoas ocupadas e 593 empresas cadastradas. O número de unidades empresariais cadastradas no ano de 2011 apresentou recuo de 14,33% em relação ao ano anterior. Porém, no mesmo ano o número de pessoas ocupadas variou positivamente em 5,47% em relação ao ano anterior. Assim, o número de pessoas ocupadas passou a ser de 3.238 trabalhadores e de 508 unidades empresariais.

Em 2012 o número de empresas cadastradas no município de São José do Vale do Rio Preto foi de 516, o que correspondeu à variação percentual positiva de 1,57% em relação ao ano anterior. Com relação ao número de pessoas ocupadas, o percentual de aumento foi de apenas 0,40%, o que correspondeu a 13 novas pessoas trabalhando no Município em relação ao ano de 2011. No ano de 2013 o número de empresas cadastradas no município de São José do Vale do Rio Preto foi de 475, com redução de 7,95% comparada ao ano anterior. O número de pessoal ocupado também reduziu, todavia em apenas 1,04% e encerrou o ano com 3.217 pessoas ocupadas.

No ano de 2014 ocorreu forte variação no desempenho do número de unidades empresariais de 21,26% e atingiu 576 empresas cadastradas no Município. Quanto ao número de pessoal ocupado o município atingiu 3.585 pessoas ocupadas, o que correspondeu a aumento de 11,43% em relação ao ano de 2013. Já, no ano de 2015 ocorreu forte redução no número de empresas cadastradas no Município em tela. Todavia, com relação ao pessoal ocupado ocorreu aumento de 2,28%.

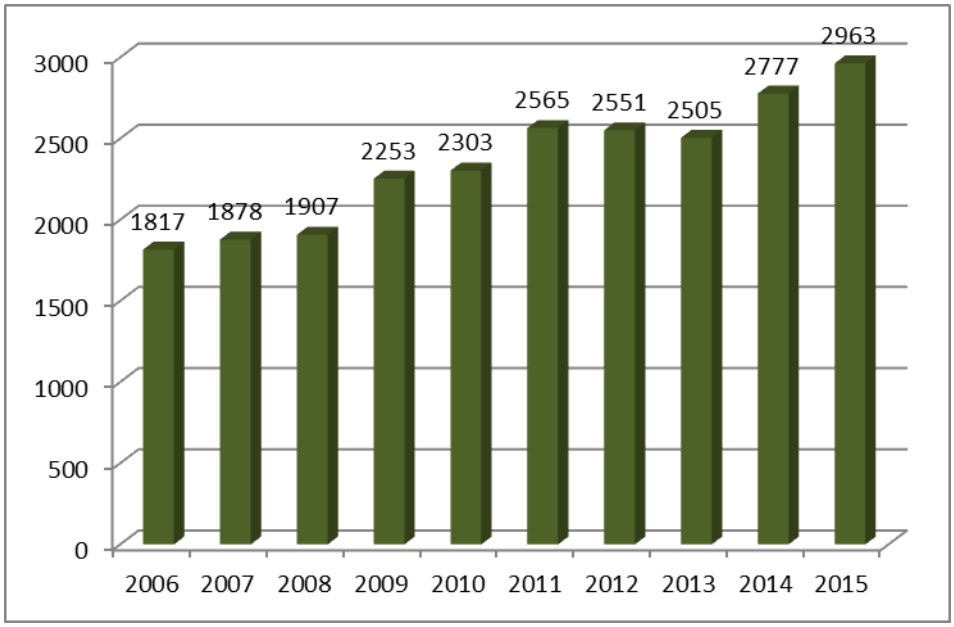
Vale salientar que em 2015 o país já se encontrava em grave crise econômica e, mesmo assim, o Município em tela conseguiu aumentar o número de pessoas ocupadas, apesar de ter reduzido o número de empresas cadastradas.

O número de empresas entre os anos de 2006 e 2015 alcançou crescimento de 2,43%, ou seja, passou de 452 para 463 unidades empresariais, respectivamente, no ano de 2006 e 2015. Já com relação ao número de pessoal ocupado a variação também foi positiva, todavia, com espetacular 56,64%, ou seja, passou de 2.341 em 2006 para 3.667 pessoas ocupadas no ano de 2015. A média de crescimento do número de empresas no período de 2006 a 2015 foi

de 1,19% ao ano. Com relação ao desempenho médio do pessoal ocupado, no período de 2006 a 2015 foi de 5,28% ao ano. Assim, as informações demonstradas na Figura 22 permitem afirmar que o município de São José do Vale do Rio Preto alcançou, no período de 2006 a 2015, bom desempenho no que se refere ao pessoal ocupado e ao número de empresas cadastradas.

A Figura 23 demonstra o número de pessoal ocupado assalariado no município de São José do Vale do Rio Preto no período de 2006 a 2015.

Figura 23 - Número de Pessoal Ocupado Assalariado no Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de 2006 a 2015.



Fonte: IBGE (2017).

Em 2006 o número de pessoal ocupado assalariado no município de São José do Vale do Rio Preto foi de 1.817 trabalhadores. No ano seguinte, ou seja, em 2007 alcançou aumento de 1,54% e chegou a 1.878 pessoas laborando em regime assalariado. O maior aumento da série, em termos percentuais, demonstrado na Figura 23 foi alcançado no ano de 2009, com 18,14% de variação em relação ao ano anterior. Dessa forma, em 2009 o número de trabalhadores ocupados assalariados foi de 2.253 pessoas.

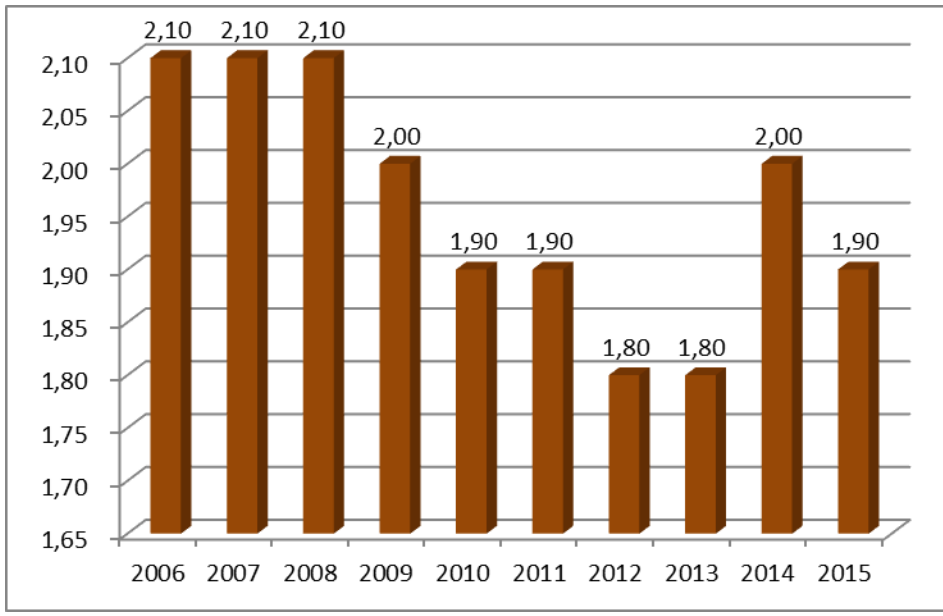
Em 2010 o número de pessoal ocupado assalariado continuou a subir, porém, em níveis inferiores, ou seja, em 2,22% e atingiu 2.303 trabalhadores. No ano de 2011 ocorreu outra variação positiva no número de pessoal ocupado assalariado, desta vez novamente chegando à casa de dois dígitos (11,38%) atingindo 2.565 trabalhadores. Porém, no biênio seguinte, ou seja, nos anos

2012 e 2013 ocorreram variações negativas no número de pessoas ocupadas assalariadas, respectivamente, em 0,55% e 1,80%. Dessa forma, em 2012 e 2013 o município de São José do Vale do Rio Preto atingiu 2.552 e 2.505 pessoas ocupadas em regime assalariado. Todavia, no ano de 2014, mais uma vez o crescimento percentual do pessoal ocupado atingiu a casa dos dois dígitos e chegou a 10,86%, com 2.777 trabalhadores assalariados. Já em 2015, mais uma vez ocorreu variação positiva de 6,70% no número de pessoal ocupado em regime de trabalho assalariado, com 2.963 trabalhadores.

Os dados demonstrados na Figura 23 permitiram inferir que entre os anos de 2006 a 2015 o número de pessoal ocupado em regime de trabalho assalariado variou positivamente em 63%. A variação média do desempenho do pessoal ocupado a cada ano foi de 5,76%. Observa-se que a crise política e, consequentemente, a crise econômica que se iniciou em meados do ano de 2014 não impediu que ocorressem aumentos no número de pessoal ocupado no município de São José do Vale do Rio Preto, em 2014 e 2015.

A Figura 24 demonstra quantos salários mínimos médios os trabalhadores assalariados do município de São José do Vale do Rio Preto recebem mensalmente, no período de 2006 a 2015.

Figura 24 - Salário Mínimo Médio Mensal dos Trabalhadores Assalariados no Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de 2006 a 2015.

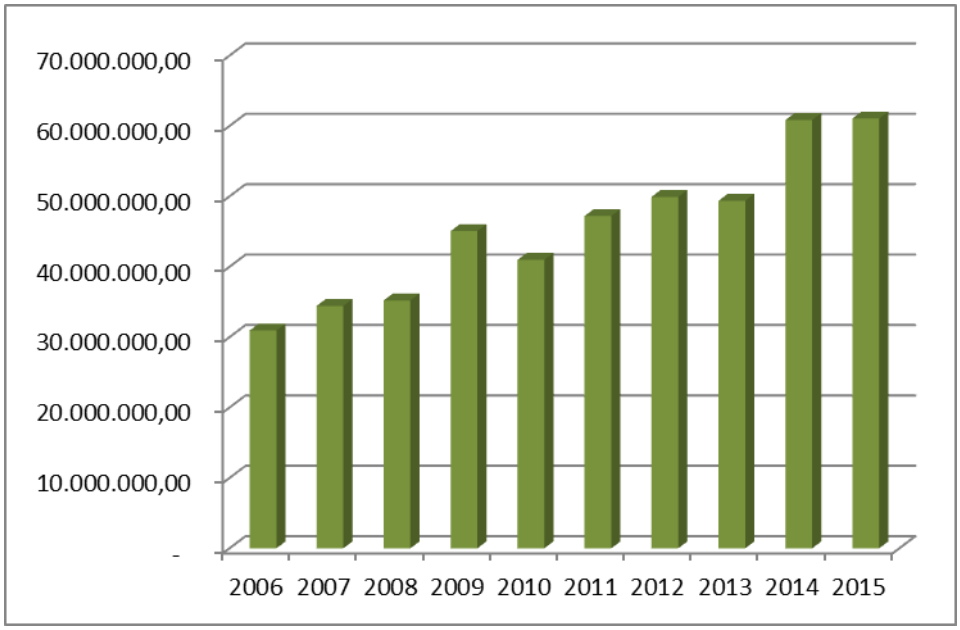


Fonte: IBGE (2017).

A Figura 24 demonstra que os trabalhadores assalariados do município de São José do Vale do Rio Preto receberam em média 2,10 salários mínimos por mês no triênio 2006-2008. Em 2009 a média recuou 4,76% e ficou em 2 salários mínimos. Em 2010 ocorreu recuou de 5% na média dos vencimentos dos trabalhadores assalariados e ficou em 1,90 salários mínimos ao mês. No ano seguinte, ou seja, em 2011, o salário mínimo médio dos trabalhadores ficou constante, isto é, em 1,90 salários mínimos ao mês. No biênio 2012-2013 o salário médio mensal recuou 5,26% em relação a 2011 e ficou em 1,80 salários mínimos. Porém, em 2014 o salário médio subiu 1,11% em relação ao ano de 2013 e atingiu 2 salários mínimos por mês. Já em 2015, voltou a recuar 5% e voltou a patamares de 2010, em 1,90 salários mínimos médios ao mês. Entre os anos de 2006 a 2015 ocorreu retração de 9,52% no valor médio dos proventos dos trabalhadores em regime assalariado no município de São José do Vale do Rio Preto, passando de 2,10 salários mínimos em 2006 para 1,90 salário mínimo anual em 2015.

A Figura 25 demonstra os salários e outras remunerações do pessoal ocupado no município de São José do Vale do Rio Preto no período de 2006 a 2015, em reais, atualizados a valores de dezembro de 2015.

Figura 25 - Salário e Outras Remunerações no Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de 2006 a 2015.



Fonte: IBGE (2017). Valores em reais atualizados pelo IPCA-E a preços de 12/2015.

A Figura 25 demonstra que os salários e outras remunerações no município de São José do Vale do Rio Preto foram, em média, de R$ 30.941.262.87 ao mês no ano de 2006. Em 2007 a média mensal alcançou aumento de 11,30% e chegou a R$ 34.438.511,26. No ano seguinte, ou seja, em 2008 continuou apresentando variações positivas e subiu 2,24% com média mensal de R$ 35.211.666,40.

Em 2009, o aumento foi o maior da série avaliada, de 27,96% em relação ao ano anterior que, consequentemente, provocou média de salário e outras remunerações na ordem de R$ 45.059.689,32 ao mês. No ano de 2010 ocorreu retração de 9,07% em relação ao ano de 2009 e a média mensal dos salários e outras remunerações no município de São José do Vale do Rio Preto ficou em R$ 40.972.602,68. Mas, no ano seguinte novamente aconteceu forte aumento de 15,19%, que culminou em média mensal R$ 47.197.419,55 e continuou a auferir resultados positivos e, em 2012, os salários e outras remunerações subiram 5,76% comparativamente ao ano de 2011, com média mensal de R$ 49.919.290,99. Todavia, em 2013, os salários e outras remunerações recuaram 1,11% em relação ao ano de 2013, assim os salários e outras remunerações mensais ficaram em R$ 49.363.661,32.

No ano de 2004 alcançaram média mensal de R$ 60.840.587,69 no município de São José do Vale do Rio Preto, o que equivale à variação positiva de 23,24% em relação ao ano de 2013. Já em 2015, o valor médio mensal dos salários e outras remunerações subiu 0,34% comparado ao ano de 2015 e chegou a R$ 61.053.109,40. A média de crescimento do período foi de 8,43% ao ano.

Se comparar os salários e outras remunerações de 2015 com os salários e outras remunerações de 2006, ocorreu aumento de 97,31%, passando, respectivamente, de R$ 30.941.262,87 para R$ 61.053.109,40.

Atividades Agrossilvipastoris

Segundo informações repassadas pela Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico de São José do Vale do Rio Preto (2017) os principais programas do setor agropecuário do Município são os descritos a seguir:

- Patrulha Agrícola - por meio da Secretaria, são ofertados aos produtores rurais maquinário do Município, com o intuito de auxiliá-los na resolução de problemas de infraestrutura e logística para escoamento da produção. Abertura de reservatórios, terraceamentos e terraplanagens, execução de platôs para construção de ganjas ou estufas, bem como

limpeza e nivelamento de estradas vicinais, entre outras intervenções, são realizadas com auxílio dos maquinários disponíveis;

- Horto Municipal - onde é desenvolvido programa de produção e doação de mudas agrícolas aos produtores locais;
- CAR - auxílio aos produtores rurais para execução do Cadastro Ambiental Rural (CAR), em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Defesa Agropecuária - por meio de Convênio de Cooperação Técnica firmado com a Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janerio (Defesa Agropecuária), há a fiscalização de granjas, emissão de Guia de Trânsito Animal.(GTA), campanhas de vacinação contra a febre aftosa, entre outras ações;
- EMATER - por meio de convênio estabelecido com a Prefeitura/Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER-RJ) auxilia os produtores rurais mediante assistência técnica, análise de solos, emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF[4] (DAP), entre outras ações;
- Micro Agroindústria - disponibilização de espaço físico a Associação dos Agricultoras Familiares (ASSAF) de São José do Vale do Rio Preto, local onde estão instalados os microprocessadores de alimentos e outros equipamentos para o beneficiamento da safra local;
- Apoio ao Pequeno Produtor - auxílio ao pequeno produtor rural na inscrição do Documento de Cadastro do ICMS (DOCAD) e Declaração Anual para o IPM (DECLAN-IPM).

Quanto à estrutura física da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico, o complexo, localizado no Bairro Pouso Alegre, encontra-se com o estado de conservação de razoável a bom. O prédio da Secretaria atende bem as necessidades e demandas do Setor, entretanto, há onze estufas necessitando de reparos e de reformas em geral. O Parque de Exposições, anexo ao espaço físico da Secretaria e vinculado à mesma, possui alguns equipamentos que estão em razoável estado de

4 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado pelo governo federal em 1995, atendendo a uma reivindicação dos Movimentos Sociais, que há anos vinham lutando pela implementação de políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar. O programa foi instituído através do Decreto Federal nº 1.946/1995, em quatro linhas de ação básicas: Crédito rural de custeio e investimento; Apoio à infraestrutura e serviços nos municípios; Fomento à pesquisa e assistência técnica e extensão rural; Apoio à formação profissional e à capacitação de lideranças, agricultores familiares e técnicos. As contínuas reivindicações dos movimentos sociais têm ainda promovido melhorias no programa como a redução progressiva das taxas de juros praticadas, tornando os financiamentos de custeio e investimento mais acessíveis.

conservação. No que se refere às necessidade operacionais do Setor, estão relacionadas à escassez de recursos humanos, capacitação profissional, equipamentos de informática, *softwares* e veículos.

É importante destacar que a Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico conta com o auxílio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e de Meio Ambiente para o planejamento, gestão e incremento das atividades agrossilvipastoris no Município.

Em relação ao custo do solo rural no Município, em conformidade com dados repassados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico (abril, 2017), em média está na casa de R$ 15 mil/ha. As terras mais baratas são aquelas cobertas por mata nativa, localizadas, principalmente, nos Bairros Ventania, Beleza, Boa Sorte, Areias, Araponga e Maravilha e as mais caras, as próximas à Rodovia Silveira da Motta, ao longo dos Bairros Jaguara, Contendas, entre outros.

As terras mais férteis estão distribuídas por todo o território municipal, sendo aquelas com menores declividades as mais produtivas.

Cabe destacar que o Município utiliza a Microbacia Municipal como unidade de planejamento rural e urbana (ver Capítulo sobre Hidrografia desse diagnóstico).

As principais atividades agropecuárias do Município são a Oleicultura (Hortifrutigranjeiros) e Avicultura, sendo que as agrícolas estão mais concentradas nas Microbacias do Morro Grande, Palmital, Águas Claras e Contendas, contudo, há produção de flores no Bairro Ventania.

Em conformidade com dados sistematizados pela EMATER, repassados pela Prefeitura Municipal (2014), o Município tem se mantido na condição de um dos maiores depositários de hortifrutigranjeiro no CEASA-RJ. As produções de caqui e de frango neste ano eram as maiores do estado do Rio de Janeiro. O chuchu respondia por 55% da produção do Estado e fazia de SJVRP o maior produtor de caixaria pesada do Estado. Ainda, começavam a despontar no Município culturas alternativas como hidroponia, piscicultura, floricultura e cultivo de produtos orgânicos com o selo ABIQ.

A agricultura local é bastante diversificada, destacando-se a produção de chuchu, sendo o Município de São José do Vale do Rio Preto o maior produtor do Estado do Rio de Janeiro. Os cultivos predominantes e principais produtos produzidos em lavoura permanente, além do chuchu, são, conforme Tabela 13: café, caqui, alface, couve-flor, repolho, abobrinha, berinjela, ervilha, jiló, maxixe,

pepino, pimentão, tomate, vagem, cenoura, maracujá, tangerina, feijão, conforme dados de 2014, disponibilizados pelos Técnicos da Prefeitura Municipal - Diretoria do PDM.

Tabela 13 - Produção da Lavoura Permanente no Município.

Produto	Produção (toneladas)
Alface	700
Couve flor	3.320
Repolho	1.800
Abobrinha	2.505
Berinjela	2.968
Chuchu	74.400
Ervilha	105
Jiló	2.250
Maxixe	456
Pepino	6.090
Pimentão	1.980
Tomate	12.900
Vagem	4.050
Cenoura	575
Banana	156
Caqui	8.925
Maracujá	260
Tangerina	4.800
Café	1.404

Fonte: EMATER-RJ, 2014.

No que tange à agropecuária, segundo dados da EMATER, fornecidos pela Secretária Municipal de Agricultura, Abastecimento, observa-se o quantitativo expressivo da produção pecuária na região (Tabela 14).

Tabela 14 - Produção da Pecuária no Município.

Rebanho	Produção
Frango Industrial	33.750 Ton.
Frango Caipira	208 Ton.
Marreco	225 Ton.
Suinocultura	225 Ton.
Bovino de Corte	113,4 Ton.
Mel de Abelha	7,04 Ton.
Galinha da Angola	100.000 cabeças
Ovos Industrial	3.250.000 dúzias
Ovos Caipira	120.000 dúzias
Ovos de Codorna	875.000 dúzias

Fonte: EMATER-RJ, 2014.

Na pecuária também era destaque em 2014 a bovinocultura de leite, caprinocultura e cotonicultura.

Dados do IBGE (2016) apontam os seguintes resultados para a pecuária local (Tabela 15):

Tabela 15 - Produção da Pecuária no Município, Segundo IBGE (2016).

Rebanho	Efetivo do Rebanho	Especificações	Produção
Bovino de Leite	3.300 cabeças	Vacas ordenhadas - 360 cabeças	Leite de vaca - 657 (x1000) litros
Bubalino	8 cabeças	-	-
Caprino	620 cabeças	-	-
Codorna	180 cabeças	-	Quantidade produzida de ovos - 375 (x1000) dúzias
Equino	210 cabeças	-	-
Galináceo	3.100.000 cabeças	Galinhas - 178.000 cabeças	Quantidade produzida de ovos - 4.200 (x1000) dúzias
Ovino	80 cabeças	-	-
Suíno	1.600 cabeças	-	-
Mel de Abelha	-	-	9.600 kg

Fonte: IBGE, 2016.

Destaca-se que no ano de 2014 tinha-se registro de 615 propriedades e 1.500 produtores rurais.

Em relação às diferentes atividades agroindustriais desenvolvidas no Município, encontram-se dispersas pelo território, sendo que há concentração

das agroindústrias no Bairro Valverde e maior número de granjas de criação avícola no Bairro Morro Grande (Mapa 16). Destaca-se ainda, a presença em SJVRP da Cooperativa dos Produtores Rurais Hortifrutigranjeiros do Vale do Rio Preto (COOPERVALE) (Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico, 2017).

Em São José do Vale do Rio Preto não existem acampamentos ou assentamentos agrários, tampouco ocupações irregulares em áreas rurais. Também não existem vilas rurais, existem apenas as comunidades rurais isoladas, todas bastante integradas às áreas urbanizadas, cada uma com suas peculiaridades, costumes, cultura, atividades e natureza religiosa. No espaço rural há alguns equipamentos e estabelecimentos que prestam serviços públicos (saúde, educação, esporte e lazer), que serão descritos e detalhados nesse diagnóstico, nos Capítulos específicos a cada setor. Além disso, há os abastecedores de água comunitários no Município, porém a Secretaria de Agricultura não possui informações sobre quantos são e onde estão localizados, segundo os Técnicos do Setor, essa informação somente poderá ser fornecida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico, 2017). Nota-se aqui a falta de integração dos dados diagnósticos do Município entre as diversas secretarias, o que justifica a criação e implantação de um sistema único de dados, composto por banco de dados em ambiente Sistema de Informações Geográficas (SIG) - cadastro das informações municipais multifinalitário.

Devido a estrutura fundiária do Município ser constituída por 95% de médias e pequenas propriedades rurais e o sistema de exploração ser formado por proprietários, meeiros e arrendatários, não existe demarcação específica para definir pequenos, médios e grandes produtores (Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico, 2017).

Importa destacar que o Município possui relatório do perfil agrícola municipal - Relatório Anual da EMATER, que contempla, entre outros aspectos, as principais atividades agrossilvipastoris locais, acompanha a evolução de suas produções, o incremento do beneficiamento e como são os processos de comercialização das safras.

Outro documento importante, fornecido pela Secretaria para o desenvolvimento desse diagnóstico, trata-se dos cadernos de Estudos e Diagnósticos do Setor Rural de São José do Vale do Rio Preto, elaborados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no ano de 2014. Esses relatórios trazem a base diagnóstica do setor rural local, apresentando informações socioeconômicas e agrícolas, bem como levantamento das implicações e

vulnerabilidades municipais. Além disso, entre as atividades previstas nessa parceria, foram realizadas pelo SEBRAE/Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico de SJVRP, na ocasião do desenvolvimento dos estudos, oficinas de capacitação para os interessados (moradores e produtores) em diversas comunidades do Município (Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico, 2017).

Cabe ressaltar que esses estudos sugerem a criação de modelo de gestão social do setor agrossilvipastoril, por meio de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário para o município de SJVRP (SEBRAE-RJ - Estudos e Diagnósticos do Setor Rural de São José do Vale do Rio Preto, 2014). No entanto, existe o Plano Diretor Rural do Município de São José do Vale do Rio Preto, instituído pela Lei nº 09, de 20 de julho de 1992, que se trata de instrumento básico de implemento das políticas de desenvolvimento da zona rural, garantindo o pleno exercício das funções sociais da propriedade rural e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado da terra, de forma a assegurar o bem-estar de seus habitantes, em conformidade com seu Art. 1º. Esse Plano disciplina os procedimentos normativos e executivos, fixa as diretrizes, prevê instrumentos e estabelece a política e programas para o desenvolvimento da política rural do Município, bem como orienta a elaboração e a implementação de programas e projetos voltados para a zona rural, porém, muitas das ações e dos instrumentos previstos no mesmo nunca saíram do papel.

Em relação à comercialização da produção agrícola municipal, predominantemente, hortifrutigranjeira, os produtos resultantes das propriedades organizadas em associações (ASSAF, COOPERVALE, Horta Orgânica, Associação Morro Grande, Associação do Palmital, além das associações não formalizadas) são comercializados no próprio Município junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além de serem encaminhados às Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA-RJ). Os demais agricultores costumam comercializar suas produções por meio dos atravessadores (carreteiros), que compram os produtos e os levam à Capital para a comercialização. No entanto, já há em São José os programas de beneficiamento da produção que agregam maior valor na hora da comercialização, que são, os já mencionados PNAE e PAA, e os programas de agroindústria (ASSAF, COOPERVALE, abatedouros avícolas, entre outros), do

PRONAF, o Programa Rio Rural[5] e por meio das vendas institucionais (Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico, 2017).

As entidades associativas dos produtores rurais atuam fortemente na comercialização da produção agrícola e na reivindicação de melhorias para suas comunidades junto aos órgãos competentes. Entre as principais reivindicações estão melhorias das estradas rurais, incremento no fornecimento de energia elétrica, maior acesso a crédito rural e promoção de incentivos para a produção (Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico, 2017).

Quanto à pecuária, a atividade no Município mostra-se bastante restrita devido à topografia acidentada e ao tamanho das propriedades rurais (predominantemente de médio e pequeno porte). No que se refere ao controle de vacinação dos rebanhos existentes, São José do Vale do Rio Preto conta com a aplicação da vacina contra a febre aftosa, programa controlado pelo Núcleo da Defesa Agropecuária (NDA), posto local, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Rio de Janeiro (Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico, 2017).

No que se refere à atuação no setor do agronegócio em São José do Vale do Rio Preto, está relacionada ao agricultor familiar e à agroindústria (com a presença de sete abatedouros de aves de corte no Município), contudo, o Município não possui política rural específica que aborde o agronegócio. Mesmo assim, tem-se registrado movimento crescente do setor local e a Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico tem promovido o estreitamento de laços entre o agronegócio local e a Federação da Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e outras entidades de interesse (Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico, 2017).

Por fim, quanto à estrutura viária para o escoamento da produção agrossilvipastoril, as principais vias de estruturação municipal, mais utilizadas pelos moradores e produtores, são as inseridas nas Microbacias Municipais do Morro Grande, Palmital, Valverde e Contendas. Não foi repassado o estado de conservação dessas vias, entretanto, em visita técnica e levantamento em campo, foi possível perceber que boa parte das estradas rurais encontra-se em

5 Programa Rio Rural - Programa de Desenvolvimento Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Governo do Estado do Rio de Janerio, que só em 2016 teve liberados 7.375 projetos (investimento de R$ 21 milhões), que atenderam a 18.500 produtores rurais com capacitação técnica (investimento de R$ 500 mil). Infelizmente, esse programa está suspenso em função do endividamento do Estado (novembro, 2017).

estado precário de conservação, o que dificulta a mobilidade e o transporte de cargas, denotando necessidade urgente de programa de readequação dessas vias.

Indústria, Comércio e Serviços

No município de São José do Vale do Rio Preto, as atividades relacionadas à indústria, ao comércio e à prestação de serviços atualmente também fazem parte das atribuições da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico, visto que a secretaria específica foi extinta. Entretanto, em conformidade com informações repassadas pelos Técnicos do Setor, não há qualquer programa em andamento voltado para essas atividades econômicas. Um dos motivos dessa carência é a escassez de estrutura adequada e recursos humanos capacitados para o desenvolvimento de atividades e programas nessas áreas da economia local.

No organograma da Prefeitura não há Departamento e/ou Divisão dentro da Secretaria Municipal Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico que trate dessa temática. No prédio dessa Secretaria (junto ao Parque de Exposições) não há sala para o Setor.

Conforme informação repassada pela própria Secretaria há a necessidade de ampliação e/ou construção de espaço físico para instalar o Setor em si e a Sala do Empreendedor. As necessidades operacionais do setor, além de recursos humanos, são: capacitação profissional, equipamentos de informática, *softwares*, *internet*, mobiliário, veículos, entre outras.

Em SJVRP não há distritos industriais, as poucas empresas e indústrias/agroindústrias existentes estão espalhadas pelo território, sem qualquer critério de implantação quanto ao uso do solo ou questões ambientais, o que acaba por gerar sérios conflitos entre as atividades econômicas e residenciais.

Existe legislação local de incentivo a instalação de empresas no Munícipio, com o intuito de atrair novas atividades industriais e incrementar a geração de empregos, contudo, atualmente não há espaço físico e infraestrutura adequada para a implantação de novas indústrias/empresas, o que denota a necessidade urgente de criação e implantação de zona industrial, estrategicamente localizada, tema que será abordado na elaboração da Etapa IV do PDM - Legislação Básica.

Segundo informações dos Técnicos da Secretaria Municipal Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico, uma das limitações para a implantação de novas indústrias no Município é a dificuldade para o

fornecimento de energia elétrica. A ENEL vem trabalhando no sentido de solucionar ou, pelo menos, reduzir esse sério problema, com o intuito de possibilitar a atração de novas atividades econômicas para SJVRP.

Turismo

O município de São José do Vale do Rio Preto possui potencial para o desenvolvimento da atividade turística, contudo, o setor púbico responsável pela organização da atividade - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer - precisa de adequações para o pleno funcionamento. Atualmente (2017), não há políticas locais específicas para o incentivo da atividade turística.

As belezas naturais do território municipal, tais como a topografia acidentada do Município e suas cachoeiras, assim como suas Unidades de Conservação (UCs) Municipais, configuram potenciais atrativos regionais.

O relevo acidentado de São José do Vale do Rio Preto e a presença de rios de expressão no território mostram-se ideais para a prática de esportes radicais como montanhismo e o *rafting*.

As principais áreas de preservação e conservação ambiental, oficialmente existentes, estão localizadas mais ao Sul do Município. As UCs Municipais são as seguintes:

- APA Serra da Maravilha;
- Monumento Natural Pedra das Flores;
- Estação Ecológica Monte das Flores;
- Reserva Biológica Dindi;
- Parque Natural Municipal Araponga;
- RPPN Fazenda Miosótis.

O ecoturismo também demonstra potencial na região frente a existência das Unidades de Conservação, possibilitando áreas para a realização de estudos e pesquisas, com o intuito de preservar o equilíbrio do meio ambiente local, fomentando a educação ambiental nessas áreas.

Além disso, visitações ao patrimônio histórico-arquitetônico-cultural local, como às construções históricas das antigas fazendas de café, da Capela Senhor dos Passos e da Igreja Matriz, já são realidade no Município. O Hotel Fazenda Valverde faz parte do roteiro turístico de SJVRP, combinando natureza exuberante e história regional.

O Instituto Virtual de Turismo (www.ivt -rj.net), junto com o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS), a Universidade Federal do Rio

de Janeiro (UFRJ) e a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro desenvolveram, com início no ano de 2001, projeto relacionado ao potencial da atividade turística no território SJVRP, que teve como síntese um artigo disponibilizado por meio da revista digital Caderno Virtual de Turismo. O conteúdo desse artigo descreve os critérios e dispositivos levados em conta para o desenvolvimento do projeto turístico.

O projeto visou atender a diretrizes estudadas para a implantação do turismo no município de São José do Vale do Rio Preto, mediante à criação de uma Estrada Cênica, ou seja, do preparo de caminho para receber uma série de possibilidades de atividade parte do ramo turístico. A ideia do projeto era permitir à população local a participação e escolha das atividades que melhor se encaixassem em cada trecho da Estrada Cênica e que estivessem relacionadas com as potencialidades de cada localidade, ou seja, a ideia era fomentar possibilidades de serviços que atendessem ao turista.

O objetivo principal do projeto era o de gerar empregos e renda para a população mediante o incremento da atividade turística, bem como desenvolver a região do norte do Estado do Rio de Janeiro mediante novas atividades econômicas, assim como sensibilizar e conscientizar a população em geral para a importância da preservação do meio ambiente natural local.

São José do Vale do Rio Preto é o maior produtor de hortifrutigranjeiros do Estado Rio de Janeiro, entretanto, desejava estudar outras possibilidades para o desenvolvimento socioeconômico local, preservando o meio ambiente. Para tanto, estabeleceu-se diretivas e prioridades para o turismo, as mais adaptadas para a preservação da autenticidade dos lugares e da identidade dos moradores. Assim, procedeu-se ampla pesquisa de campo e contatos com as comunidades locais, que permitiram estabelecer:

- Organização do conjunto de dados relativos à atividade turística local, estabelecido por meio de pesquisas documentais e de investigações no território físico, detectando-se os principais fatores e paisagens ligadas ao meio ambiente municipal (rural e urbano) e a oferta turística local;
- Diagnóstico (elementos qualitativos, percepções dos lugares feitas por meio dos pesquisadores, da população e de alguns visitantes), turístico, sobretudo com a participação dos representantes governamentais (federal, estadual e municipal), dos representantes da atividade turística local (hotelaria, comerciantes, associações de moradores, entidades da sociedade civil organizada, entre outros) e dos moradores em geral;
- Diretrizes de implantação da atividade turística local;

- Identificação de algumas possibilidades de projetos, considerando critérios quanto ao valor científico, cênico, histórico, cultural e econômico das localidades: o Projeto inicial foi a Estrada Cênica do Vale da Ventania.

Destaca-se que não há informações sobre se houve ou não sequência dos trabalhos para a implantação e desenvolvimento desse Projeto.

Além do potencial expressivo para o desenvolvimento do turismo rural e ecológico, o Município demonstra tendência para o turismo de eventos e para o turismo religioso, em função das festas e atividades que promove periodicamente. Ainda, destaca-se tendência de incremento das atividades relacionadas ao turismo esportivo, principalmente aquele relacionado aos esportes radicais.

Conforme a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer, os principais eventos realizados em São José do Vale do Rio Preto com poder de atração de turistas são:

- Carnaval;
- Corrida de São José (março);
- Copa de Velocross (abril);
- Festa do Curato (abril);
- Cavalgada dos Amigos e Passeio Ciclístico (abril);
- Festa das Cruzes (maio);
- Trilhão de Paquetá (maio);
- Cavalgada do Viana (junho);
- Trilhão de Sant'ana (junho);
- SEMIPA (julho);
- Festival de Inverno (julho);
- Festa do Milho (julho);
- Trilhão do Vale (julho).
- Festa de São Pedro (agosto);
- Festa de Agosto - realizada na Praça João Werneck, no dia de Nossa Senhora da Glória;
- Bye Bye (Moto) (setembro);
- Adorai! (outubro);
- Trilhão de Santa Fé (outubro);
- Diversity of Models do Vale (novembro);
- Festival de Música (novembro);

- Aniversário da Cidade (15 de dezembro).

Os pontos estratégicos para o turismo na sede urbana de São José do Vale do Rio Preto são o Parque de Exposições, a Praça da Igreja Matriz, o Shopping da Praça e próprio Centro da Cidade, onde se concentra a maior parte das atividades comerciais.

Quanto à estrutura física de atendimento à atividade turística, São José do Vale do Rio Preto conta com diversos estabelecimentos que prestam serviços de alimentação e poucos estabelecimentos que prestam serviços de hospedagem, sendo que nenhum deles encontra-se certificado e/ou cadastrado no Ministério do Turismo. Tais procedimentos qualificam a hospedagem, garantindo também a acessibilidade universal.

Os quesitos hospedagem, transporte e sinalização turística deixam a desejar no Município e deverão ser priorizados no momento da reestruturação do setor turístico.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer, o Município não possui Central de Informações Turísticas, tampouco, material gráfico informativo, levantamentos, mapeamentos ou inventário turístico, o que dificulta a acessibilidade do turismo no território municipal. No entanto, a população local é bastante acolhedora e demonstra boa aceitação quanto às atividades e atrativos turísticos.

Levantamentos sobre o patrimônio e potencial turístico do Município já foram iniciados por diversas vezes pela Gestão Municipal, entretanto, por falta de estrutura física e de recursos humanos, nunca foram concluídos. Vê-se como ação primordial para o incremento do setor turístico em SJVRP a contratação de empresa especializada para a elaboração de Plano Municipal de Turismo. Cabe destacar que há programas do Ministério do Turismo para auxiliar financeiramente e por meio de capacitações, no desenvolvimento desse tipo de planejamento municipal.

A administração municipal necessita incrementar o calendário, bem como o levantamento e registro de inventário turístico para o município de São José do Vale do Rio Preto, com materiais gráficos, panfletos explicativos e educativos, mapas, fotos e informações para estruturação da atividade turística e como meio de orientar sociedade, empreendedores, técnicos, funcionários e usuários do setor. A organização da atividade, por meio das estratégias mencionadas anteriormente, bem como da elaboração do Plano Municipal de Turismo, também possibilitará maior acesso a recursos advindos do Estado e da União para o desenvolvimento do turismo local.

Além da elaboração do Plano Municipal de Turismo, do calendário e inventário turísticos é necessário que a administração busque parcerias e recursos para treinamento e capacitação de pessoal para o desenvolvimento do trabalho no setor turístico. A atividade turística, desde que bem organizada, poderá proporcionar novas fontes de trabalho e renda para a população de São José do Vale do Rio Preto, qualificando a vida das famílias que dela participarem.

A atividade turística, além de gerar divisas ao Município e para a população, contribui de maneira fundamental com a conservação do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural. Partindo dessa ótica, compreende-se a necessidade de pensar a respeito das formas e suas respectivas funções, pois a conservação destes patrimônios ora implica exclusivamente em manter sua forma, ora em manter sua função, caso que se aplica às antigas fazendas de café, por exemplo.

Outro ponto importante a ser considerado é a questão do patrimônio simbólico, ou seja, determinados costumes locais que, se não devidamente tratados como alicerces culturais, tendem a desaparecer ao passar das gerações. As festas tradicionais das Comunidades de SJVRP são ótimos exemplos desse patrimônio simbólico do Município, que deve sempre cuidar para que tal costume não caia no esquecimento e acabe com o passar do tempo.

O turismo deve ser fomentado a partir da consciência de sua importância simbólica, estrutural e ambiental para o Município. A geração de empregos e incremento da renda da população tornar-se-á uma consequência do pensamento maior: preservar as raízes culturais que fizeram e fazem de São José do Vale do Rio Preto essa bela Cidade.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL

A configuração territorial contempla os principais atributos da escala municipal, das relações entre campo e cidade, bem como dos fluxos de pessoas e produtos que ocorrem entre tais meios, buscando a compreensão das formas e processos que integram o Município.

Para elaboração do estudo da configuração territorial do Município foram utilizadas as seguintes referências: o Diagnóstico Ambiental e Urbanístico de São José do Vale do Rio Preto, elaborado pela Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro em parceira com a empresa Purificação Assessoria no ano de 2006 e o Diagnóstico do Setor, elaborado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro (SEBRAE-RJ) em 2014.

Evolução do Espaço Urbano e Rural

A povoação dos Sertões do Rio Preto se deve em princípio à proximidade com os caminhos para Minas Gerais e com o mercado consumidor da cidade do Rio de Janeiro. Situados entre estes dois polos de desenvolvimento, muitas de suas estradas foram vias de escoamento da produção das fazendas originárias das antigas sesmarias distribuídas na região que remetiam a produção para a cidade do Rio de Janeiro e para Minas Gerais.

Os primeiros povoados da região do Rio Preto foram constituídos por famílias mineiras que atravessavam o Rio Paraíba do Sul em busca de novas terras para agricultura após o declínio da atividade de mineração. Também vieram os plantadores de café, trazendo a experiência do plantio realizado em outras regiões da província. Completaria este quadro a presença de colonos portugueses e italianos, bem como africanos devido a utilização de mão-de-obra escrava no ciclo do café. De acordo com o Diagnóstico Rural (SEBRAE-RJ), documentos antigos apontam a existência de lavouras de milho na região anteriores ao ciclo do café, iniciado por volta de 1800.

A ocupação do solo riopretano fez-se incialmente por meio de atividades agrícolas de subsistência com cultivos diversificados, estruturada em pequenas propriedades majoritariamente formadas por posseiros. Os povoados eram isolados e constituídos por pequenos grupos de agricultores.

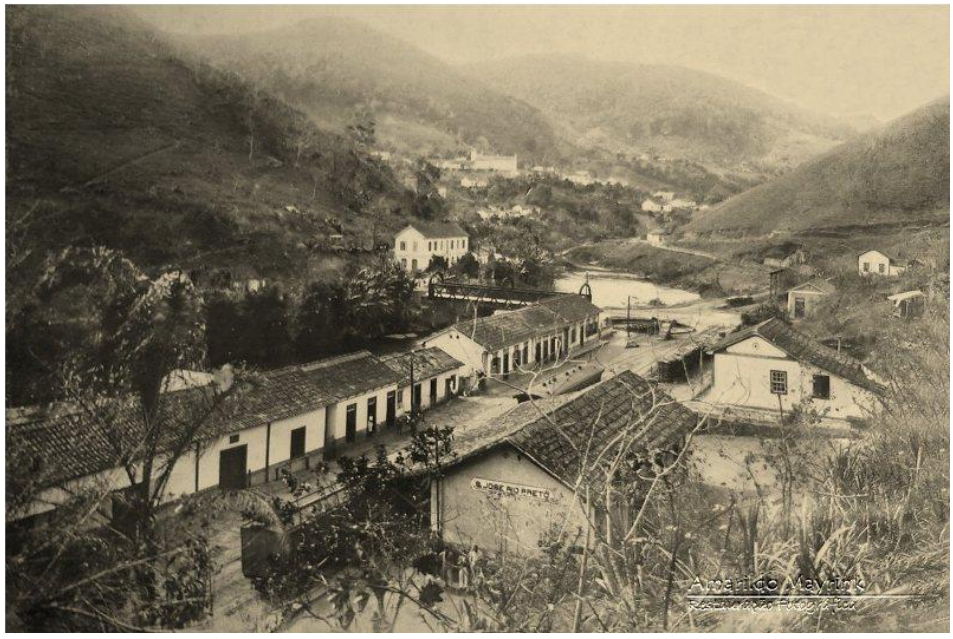
No início do século XIX, período caracterizado pela promulgação da Lei de Terras do Brasil (1850), Dom João VI distribuiu sesmarias e incentivou o plantio de café, que veio a se constituir na nova riqueza nacional. Na Província do Rio de Janeiro, a cultura do café produziu os seus primeiros efeitos com a criação das grandes fazendas e o surgimento dos Barões do Café. Em São José,

pode-se citar como exemplos dessa nobreza latifundiária os Barões de Águas Claras e de Bemposta. A Fazenda de Águas Claras chegou a hospedar D. Pedro II e seus familiares em determinada ocasião.

Portanto, a partir da cafeicultura, se deu a construção das grandes sedes de fazendas, tais como as Fazendas do Calçado Grande, Nossa Senhora do Belém, Sossego e Águas Claras. Neste sentido, a configuração do território de São José, que era estruturado fundamentalmente por pequenas propriedades, alterou-se significativamente. Muitos posseiro perderam suas terras, o trabalho escravo foi inserido e as grandes propriedades passaram a ter função central na economia.

A linha norte da Estrada de Ferro Grão Pará, também conhecida como Estrada Leopoldina, inaugurada em 1886, foi de suma importância para o desenvolvimento econômico da região ao longo do ciclo do café, realizando o transporte da produção e reordenando a lógica de (re)produção do espaço urbano. A estação ferroviária de São José do Vale do Rio Preto, junto aos serviços a ela relacionados, foi responsável pela consolidação do centro urbano primordial da então Freguesia (Figura 26).

Figura 26 - Estação Ferroviária de São José do Vale do Rio Preto.



Fonte: Amarildo Mayrink.

Apesar da centralidade das grandes propriedades e do aporte financeiro da economia cafeeira, que criou as bases da urbanização local, pequenos

agricultores e pecuaristas mantiveram suas atividades de subsistência e trocas comerciais, estimulando a formação de povoados principalmente ao longo do vale do Rio Preto. Em 1892, a então Freguesia de São José do Rio Preto foi incorporada ao município de Petrópolis, com status de distrito, que perdurou até a emancipação política do Município em 1987.

O ciclo do café começou a desmoronar-se com o esgotamento do solo, a libertação dos escravos e a queda internacional do preço do produto, de 1888 a 1929. A crise que se seguiu à derrocada do café fez com que a região do Rio Preto, a exemplo de outras, sofresse um período de retrocesso econômico. Casas comerciais se fecharam, o que afetou diretamente o crédito agrícola, os trilhos da via férrea foram retirados, as grandes fazendas foram despovoadas e a política dominante dos proprietários de terras entrou em declínio. Neste contexto, muitas famílias venderam os seus bens e foram para outras regiões.

Um novo ciclo econômico foi paulatinamente se instalando em São José por meio da avicultura a partir da década de 1940, que trouxe de volta o desenvolvimento e representou, a princípio, um fator econômico altamente socializante, pois as famílias, com o manejo fácil de 3 ou 4 galinheiros, eram capazes de se sustentar e ainda trabalhar em atividades paralelas. As pequenas propriedades voltaram, nesta conjuntura, a desempenhar o papel de centro dinâmico da produção econômica local.

O ciclo da avicultura harmonizou-se com a agricultura, com o fornecimento de adubo para a lavoura e maior suporte econômico para o desenvolvimento de atividades agrícolas e comerciais. Neste contexto, a olericultura tomou grande extensão na produção interna e segue ainda hoje como uma das principais atividades econômicas locais.

De 1950 a 1960, no auge da avicultura, São José do Vale Rio Preto foi considerado um dos maiores centros avícolas da América do Sul. Começaram, nesta época, a surgir novos loteamentos, estabelecimentos comerciais, colégios e equipamentos urbanos. Tal desenvolvimento alterou o patamar de relevância estratégica de São José, que passou a desempenhar papel importante no fluxo socioeconômico regional.

A partir da década de 1970, com o a consolidação das atividades econômicas, a retomada do crescimento populacional e a urbanização emergente, São José passa a ter mais atributos de Município propriamente dito, tonando-se gradativamente menos dependente de Petrópolis.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, com o crescente desenvolvimento técnico-operacional do setor primário e o aumento da demanda macrorregional pelos produtos locais, houve uma intensificação do fluxo econômico em São

José que se materializou num maior adensamento urbano e populacional. A consequência desse movimento é o processo de consolidação política do Município, que passou a ter condições de assumir o controle administrativo do território.

De acordo com registros históricos, São José do Vale do Rio Preto teve as seguintes denominações: Povoado de São José da Serra Acima em 1813; Freguesia de São José da Serra em 1823; Freguesia de São José do Rio Preto em 1825; Paranaúna em 1944; São José do Rio Preto em 1947; e por fim São José do Vale do Rio Preto em 1987. No ano de 1987, foi realizado um plebiscito com a proposta da emancipação política do Município, cujo foi aprovado e originou a consolidação político-administrativa atual de São José do Vale do Rio Preto.

Como pode ser analisado com o histórico apresentado, a configuração territorial de São José passou por diversas transformações ao longo do tempo, tendo sua base estrutural centrada na produção agrícola e nas atividades a ela relacionadas. O modo de produção, bem com a escala, se alteraram com a sucessão dos ciclos econômicos, envolvendo desde a cultura de subsistência dos primeiros camponeses à expressiva produção de café pautado na mão-de-obra escrava, grandes propriedades e exportação, até a retomada das pequenas propriedades e agricultura familiar com a avicultura e a olericultura, com foco no mercado regional.

A estrada de ferro foi determinante para a consolidação do núcleo urbano fundamental de São José, todavia, as particularidades do território confluíram numa urbanização descentralizada, estruturada em pequenos aglomerados ao longo do Rio Preto e das demais microbacias.

O Mapa 17 demonstra as atuais áreas de concentração urbana no território Municipal, com destaque para a descentralização dos aglomerados ao longo do vale do Rio Preto e demais microbacias.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 17 - Áreas de Concentração Urbana no Município.

Aspectos Urbanísticos

Após a firmação político-administrativa em 1987, São José assumiu a responsabilidade do planejamento e gestão do território, entretanto, a ocupação já estava avançada quando se deu a emancipação. A legislação municipal estabelecida após a emancipação (Lei Orgânica, Código de Obras, Lei do Parcelamento e Código de Posturas) não foi suficiente para dar conta da regulamentação do uso e ocupação do solo, o que aprofundou ainda mais as complexidades que perduram até os dias atuais.

Ao longo das décadas de 1990 e 2000, o Município tentou elaborar um Plano Diretor a fim de estabelecer o controle desses aspectos, entretanto, os projetos não foram bem sucedidos e o Plano Diretor não foi elaborado. O que ocorreu na prática foram atualizações e modificações pontuais da legislação vigente para suprir demandas individuais, não modificando de fato as bases de planejamento urbanístico adequadamente.

O sítio urbano do Município apresenta particularidades inerentes às suas características geomorfológicas e topográficas, sendo a urbanização ortogonal, comum em municípios planos, impossibilitada por tais características (diversos obstáculos geográficos). Assim, o processo de urbanização de São José se dá fundamentalmente em eixos geográficos delimitados pela hidrografia, encostas com declividade moderada e plataformas naturais no relevo.

Portanto, o entorno imediato dos rios (áreas de preservação), as encostas menos íngremes e as plataformas naturais do relevo são as áreas que concentram mais edificações, entretanto, a não existência de uma lei efetiva de uso e ocupação do solo permitiu que ao longo do tempo diversas áreas inadequadas fossem ocupadas, sem nenhum controle do poder público. Tal negligência se transformou num grave problema de ordem socioespacial, pois há uma série de conflitos oriundos do uso e ocupação irregular, tais como:

- Loteamentos e edificações ilegais;
- Ocupações irregulares em áreas de preservação ambiental;
- Forte degradação ambiental;
- Total falta de parâmetros urbanísticos;
- Arruamento irregular e sem parâmetros adequados;
- Falta de arborização urbana;
- Passeios públicos em péssimo estado e/ou inexistentes;
- Total falta de acessibilidade;
- Injustiça social;

Na realidade de São José, o espaço rural e o espaço urbano são essencialmente contíguos, tanto no quesito territorial pela coexistência de atividades, quanto no âmbito socioeconômico, pois as atividades urbanas do Município estão profundamente atreladas à capacidade do setor agrícola em dinamizar a economia local. Neste sentido, a evolução do espaço urbano está diretamente atrelado à capacidade produtiva do espaço rural e ambos são condicionados pelas características físico-geográficas do território.

Em relação à contiguidade territorial, evidencia-se no Município uma grande confluência de áreas residências e áreas agrícolas, o que se reflete nos

próprios dados populacionais do IBGE, onde São José aparece com aproximadamente 55% da população residente em áreas rurais, entretanto, este dado não se confirma na prática, pois há dificuldades em delimitar setores censitários urbanos e rurais. A delimitação de perímetros urbanos, contínuos e distritais, será fundamental para o planejamento urbano do Município.

O Mapa 18 apresenta as principais áreas do Município onde há a confluência de atividades urbanas e rurais, cujas devem ser analisadas para a proposição de perímetros e áreas de expansão urbana.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 18 - Principais Áreas de Confluência de Uso do Solo Urbano e Rural.

Atualmente, as maiores dificuldades político-territoriais do Município estão relacionadas aos conflitos de uso e ocupação do solo, estabelecimento de zoneamento urbano e parâmetros urbanísticos, definição de perímetros urbanos, regularização fundiária, tributação e fiscalização em geral.

HABITAÇÃO

A habitação é um dos elementos fundamentais que está ligada intimamente a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Baseia-se na premissa de que o direito à moradia é um direito básico[6] do ser humano, numa perspectiva de inserir e incluir as pessoas, num contexto urbano ou rural, no conjunto do município/cidade, ou seja, o de não focalizar apenas o acesso à casa de forma isolada, mas o de garantir a infraestrutura, serviços públicos, equipamentos sociais, acessibilidade e mobilidade. Além disso, as pessoas necessitam de uma habitação que lhes assegure também um isolamento do meio natural, protegendo do frio, do vento, da chuva, bem como um isolamento do meio social, oferecendo privacidade e comodidade.

As informações descritas a seguir foram, primordialmente, repassadas pela Prefeitura Municipal (2017) e retiradas do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), elaborado de 2010 a 2011, contudo, que não foi institucionalizado, por meio de sua aprovação junto à Câmara Municipal e instituição da Política Municipal de Habitação de Interesse Social. Destacam-se

6 O direito à moradia é um direito básico do ser humano estando anexado à Declaração Universal de Direitos Humanos e no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, entretanto cerca de um bilhão de pessoas não têm acesso à habitação saudável e segura, segundo SAULE JR, Nelson. O Direito à Moradia como Responsabilidade do Estado Brasileiro. In SAULE JR, Nelson (coord.). Direito à Cidade: Trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis. São Paulo: Editora Max Limonad / Instituto Pólis, 1999, pg. 82.

ainda informações do IBGE, da Fundação João Pinheiro (FJP) e de outras instituições ligadas ao tema.

Seguem alguns dados que merecem destaque quanto à habitação em São José do Vale do Rio Preto.

A Tabela 16 mostra a situação domiciliar dos munícipes segundo a localização, se na área urbana ou rural.

Tabela 16 - Situação Domiciliar, 2010.

SITUAÇÃO DOMICILIAR	PESSOAS
Urbana	9.007
Rural	11.244
Total	20.251

Fonte: IBGE, 2010.

A Tabela 17 traz as informações do Censo 2010 a respeito da condição de ocupação domiciliar, sendo especificadas as seguintes condições: próprio, alugado, cedido, outra condição. O destaque também está nos domicílios "próprios" que representam 58,90% do total, seguido por "alugados" com 20,76% do total de domicílios, "cedidos" 19,75% e "outra condição" 0,59%.

Tabela 17 - Número de Domicílios Particulares Permanentes, Segundo a Condição de Ocupação, 2010.

CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO	Nº DE DOMICÍLIOS
Próprio	3.829
Alugado	1.350
Cedido	1.284
Outra condição	38
TOTAL	6.501

Fonte: IBGE, 2010.

A Tabela 18 demonstra a composição e o número de famílias de São José do Vale do Rio Preto em domicílios particulares permanentes. As composições que mais se destacam são com até 2 pessoas e com até 3 pessoas, que reúnem 65,75% do total de famílias.

Tabela 18 - Número de Famílias, em Domicílios Particulares Permanentes, Segundo Composição, 2010.

COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS	Nº DE FAMÍLIAS
Com até 2 moradores	2.361
Com até 3 moradores	1.759
Com até 4 moradores	1.420
Com até 5 moradores	638
Com mais de 6 moradores	323
TOTAL	**6.501**

Fonte: IBGE, 2010.

Em relação ao atendimento por serviços básicos de saneamento e infraestrutura, a Tabela a seguir mostra o percentual da população que possui água encanada, energia elétrica e coleta de lixo em seus domicílios. Os dados são censitários e indicam que São José do Vale do Rio Preto, em 2010, já contava com quase 100% de atendimento à população nos quesitos energia elétrica e coleta de lixo, porém, 52,73% da população não tem agua encanada, sendo sua obtenção por meio de poços artesianos localizados nas propriedades ou próximas a essas (Tabela 19).

Tabela 19 - Indicadores de Habitação, São José do Vale do Rio Preto-RJ.

Indicadores de Habitação	% em 2010
% da População em Domicílios com Água Encanada	48,27
% da População em Domicílios com Energia Elétrica	99,91
% da População em Domicílios com Coleta de Lixo. *Somente para População Urbana.	96,77

Fonte: IBGE, 2010.

Necessidades Habitacionais em São José do Vale do Rio Preto

A mensuração e qualificação das necessidades habitacionais existentes em São José do Vale do Rio Preto são elementos essenciais das diretrizes, objetivos e metas para oferta de serviços habitacionais capazes de nortear as estratégias e instrumentos do PDM e do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS). Uma vez bem identificadas e mensuradas, essas necessidades podem ser qualificadas e hierarquizadas de acordo com as prioridades de atendimento e os recursos a serem alocados.

A identificação das necessidades habitacionais visa não apenas a tarefa de enfrentar o *déficit* habitacional mediante a construção de unidades habitacionais em novos terrenos/loteamentos, mas também a preocupação com as condições das habitações existentes, cuja resolução está relacionada a

melhorias nas unidades, com reformas e ampliação, ou melhorias no entorno, com a solução de problemas de infraestrutura, ou seja, com a qualidade de vida de seus moradores.

Segundo dados do PLHIS de São José do Vale do Rio Preto (2011) e em conformidade com a Fundação João Pinheiro (FJP), as necessidades habitacionais do Município estão relacionadas com o déficit e com a inadequação habitacional.

O Déficit Habitacional

Dentro da metodologia[7] utilizada para o cálculo das necessidades habitacionais de São José do Vale do Rio Preto, existem dois tipos de *déficit* habitacional, um por reposição de estoque e outro por incremento de estoque.

O conceito de *déficit* habitacional por reposição de estoque está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias, englobando aquelas sem condições de serem habitadas em razão da inadequação e precariedade das construções e que, por isso, devem ser repostas. Já o *déficit* por incremento de estoque inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, em função da coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais (FJP, 2013).

Assim, o *déficit* habitacional é calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados. Os componentes são calculados de forma sequencial, na qual a verificação de um critério está condicionada a não ocorrência dos critérios anteriores. A forma de cálculo garante que não há dupla contagem de domicílios, exceto pela coexistência de algum dos critérios e uma ou mais famílias conviventes secundárias (FJP, 2013).

7 O estudo do déficit habitacional feito com base nos dados do IQM Necessidades Habitacionais II, lançado pela Fundação CIDE, que por sua vez acompanha a metodologia da Fundação João Pinheiro (FJP) adotada pelo Ministério das Cidades como metodologia oficial do Governo Federal para mensuração do déficit e da inadequação habitacional. Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - Fundação CIDE - Rio de Janeiro, 2009. Centro de Estatística e Informações Déficit Habitacional Municipal no Brasil/FJP/CEI - Belo Horizonte, 2013.

Déficit Quantitativo ou Por Reposição de Estoque

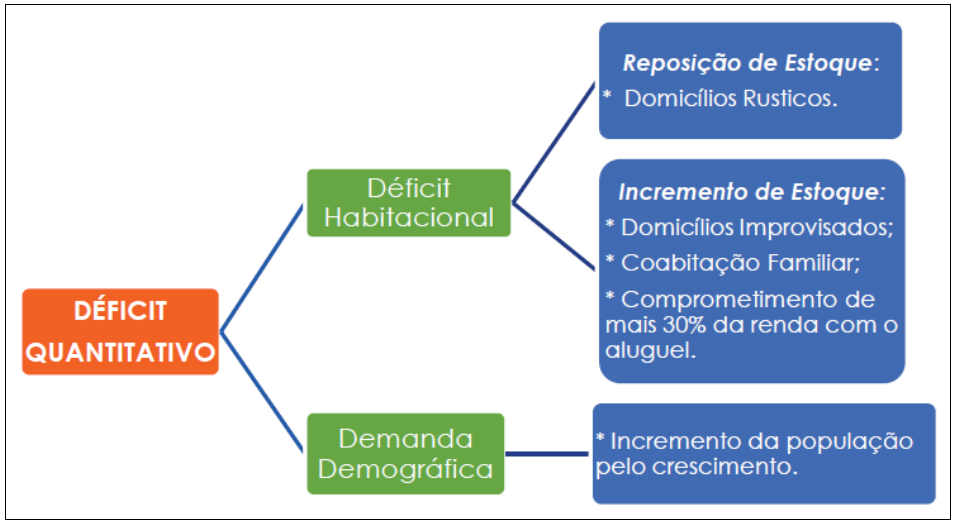
O *Déficit* Quantitativo está diretamente ligado à deficiência do estoque de moradias. Têm-se o *déficit* por reposição do estoque, onde são levados em conta os domicílios rústicos somados aos domicílios depreciados e o *déficit* por incremento de estoque, que faz referência aos domicílios improvisados e à coabitação familiar.

Em termos de *déficit* habitacional, São José do Vale do Rio Preto apresentava índice na ordem de 3.271 imóveis em 2000, sendo 150 na área urbana e 121 na zona rural.

O que se verifica na Cidade, em termos habitacionais, são casas, na maioria, de um a dois pavimentos, em alvenaria e compostas de sala e dois quartos localizada em terrenos individuais, de aclive ou na beira do Rio Preto.

A seguir (Figura 27) apresenta-se a definição dos itens que compõem o *Déficit* Quantitativo com base na metodologia da Fundação João Pinheiro e do Ministério das Cidades.

Figura 27 - Esquema do *Déficit* Quantitativo.



Fonte: FJP, 2011.

Domicílios Rústicos

Segundo a FJP, 2005, "Domicílios rústicos não apresentam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto para seus moradores e risco de contaminação por doenças e devem, portanto, ser repostos".

Em São José do Vale do Rio Preto existem 882 unidades habitacionais de *Déficit* Absoluto para 2010, sendo 752 na área urbana e 131 na área rural. Vale ressaltar que estes números foram levantados em 2010, ou seja, antes da tragédia climática ocorrida em 12 de janeiro de 2011, quando as fortes chuvas inundaram o Município e destruíram dezenas de moradias nas faixas urbanizadas localizadas às margens do Rio Preto.

Em termos de domicílios considerados improvisados, o número apresentado é baixo, totalizando 12 unidades, contudo, este número é bastante elevado se for levando em consideração o número de famílias conviventes (284) e os domicílios considerados rústicos (544).

Em termos de inadequação fundiária o número era de 96 domicílios urbanos que precisam adequar-se (2011). Outro aspecto importante e que tem indicadores elevados está relacionado ao número de domicílios com algum tipo de carência de infraestrutura, na ordem de 2.130 domicílios.

Não há concentração de domicílios rústicos na sede urbana de São José do Vale do Rio Preto, ou seja, encontra-se exemplares desse tipo de domicílio espalhados por toda a área urbanizada. Destaca-se a necessidade de levantamento detalhado e cadastramento das unidades habitacionais que não apresentem condições para moradia ou que apresentem problemas estruturais, gerando riscos aos moradores, classificadas ou não como domicílios rústicos.

Na maioria das situações abordadas foi verificada a falta de alternativas da população que vive nessas condições. A maior dificuldade na resolução destes problemas estará na condição econômica das famílias que vivem nestas moradias, uma vez que muitas delas moram de favor (domicílio cedido) ou pagam aluguel, sendo quase impossível fazer a readequação ou reconstrução destas moradias, até por se tratarem, muitas vezes, de áreas de ocupação irregular.

Domicílios Improvisados

Aos domicílios improvisados foram atribuídos os locais não residenciais que estejam servindo de moradia, indicando a carência de novas unidades habitacionais. Segundo levantamento efetuado pela Prefeitura Municipal, na ocasião da elaboração do PLHIS, 2011, com base nos dados do Censo de 2010, o Município não possuía domicílios improvisados.

Coabitação Familiar

A coabitação familiar compreende a parcela das famílias conviventes secundárias que partilham da mesma moradia com outra família ou aqueles que vivem em cômodos cedidos ou alugados.

As famílias conviventes são constituídas por, no mínimo, duas pessoas ligadas por laço de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência e que residem no mesmo domicílio com outra família denominada principal. Já os domicílios do tipo cômodo contam as famílias que moram em quartos ou cômodos alugados ou cedidos, usando de forma comum áreas de acesso e equipamentos sanitários, sem privacidade.

Conforme PLHIS (2011), São José do Vale do Rio Preto possuía em 2000, 0,01% dos domicílios abrigando mais de uma família.

Ônus Excessivo com Aluguel

Um dos problemas habitacionais reside no montante que é despendido para pagamento de aluguel. Quando o valor do aluguel é muitas vezes superior à capacidade de pagamento por parte da família, a FJP denomina esta condição como Ônus Excessivo com Aluguel, onde há o comprometimento de mais de 30% da renda familiar.

Para este estudo foram consideradas as famílias com rendimento mensal de até 3 salários mínimos, já que não há dados precisos acerca do comprometimento da renda com o aluguel.

Esse contingente entra no cálculo do *déficit* habitacional porque para determinada parcela pobre da sociedade, o aluguel não é uma opção, diferentemente do que ocorre com alguns setores da classe média. Para eles, pagar aluguel em bairros melhores e de mais *status*, é preferível a comprar imóvel em áreas suburbanas de pior localização (Tabela 20).

Tabela 20 - Domicílios Particulares por Situação de Domicilio e Pagamento de Aluguel, por Faixas de Renda Familiar.

São José do Vale do Rio Preto	Urbano			Rural		
	Total	Paga Aluguel	Não Paga Aluguel	Total	Paga Aluguel	Não Paga Aluguel
Total	2.619	673	1.946	2.812	249	2.563
Até 2 salários mínimos	769	238	531	1.293	133	1.160
Mais de 2 a 3 salários mínimos	282	76	206	490	42	448
Mais de 3 a 5 salários mínimos	682	209	473	431	35	396
Mais de 5 a 10 salários mínimos	538	100	438	394	27	368
Mais de 10 salários mínimos	347	50	298	204	13	192

Fonte: IBGE, 2000.

De acordo com dados do PLHIS de São José do Vale do Rio Preto, 2011, a maior porcentagem de domicílios alugados está na faixa de mais de 2 salários mínimos.

Necessidade de Remoção - Ocupação Irregular

Outro ponto que foi considerado na composição do *Déficit* Habitacional no PLHIS de São José do Vale do Rio Preto foram as moradias que ocupam áreas irregularmente, quer pelo risco da ocupação em si (áreas ambientalmente frágeis), pela insegurança da posse ou por ocupar áreas públicas.

O PLHIS (2011) não traz detalhamento sobre as ocupações irregulares de SJVRP, mais uma questão importante que não foi abordada adequadamente na ocasião de elaboração do Plano de Habitação, demonstrando a fragilidade técnica do mesmo e demonstrando a urgente necessidade de revisão do mesmo.

Por se tratar de Município com população inferior a 25 mil habitantes, o IBGE não disponibiliza os dados por setores censitários, nem mapas que demonstrem em detalhes a situação de necessidades habitacionais do São José do Vale do Rio Preto que, por sua vez, não possui Planta Cadastral atualizada e com mapeamento de todos os assentamentos. Também não há imagem atualizada do setor urbano e a imagem aerofotogramétrica existente é antiga e de difícil leitura, com escala superior a 1.50.000, sendo os dados cadastrais igualmente obsoletos. Destaca-se que o cadastro físico foi parcialmente perdido na ocasião da tragédia climática de 2011.

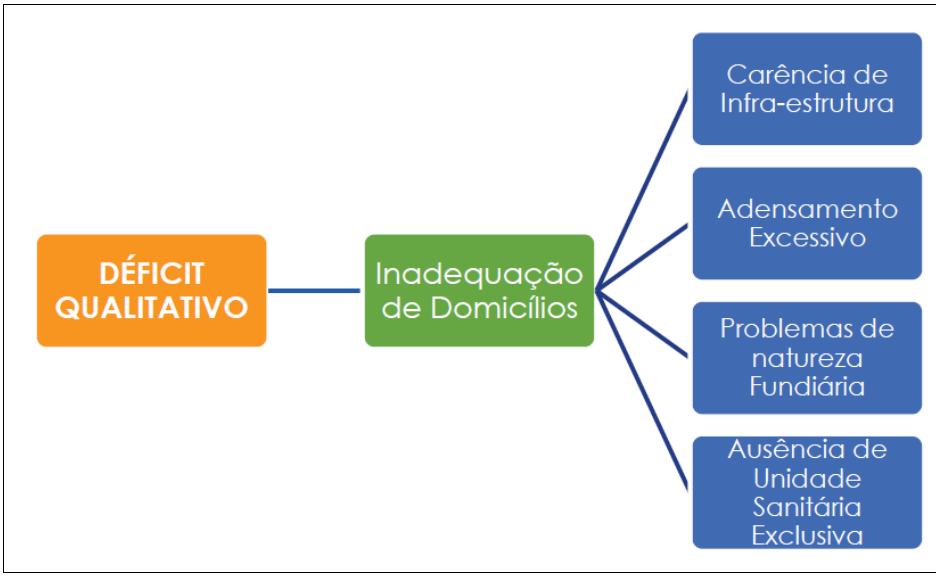
No entanto, é importante ressaltar que o Município se encontra em plena atualização de sua Planta Genérica de Valores, o que atualizará, em parte, o cadastro técnico imobiliário. Mesmo assim, vê-se como primordial a ação de atualização do Cadastro, de modo a possibilitar a qualificação da base cartográfica e dos respectivos dados associados a esses instrumentos de gestão. Outra questão importante na atualização do Cadastro Técnico Imobiliário é a criação de um Cadastro Multifinalitário, que sirva aos interesses e necessidades de todas as Secretarias Municipais, viabilizando a ação da gestão de forma articulada e integrada.

Déficit Qualitativo

O *Déficit* Quantitativo trata da Inadequação de Domicílios. A este *déficit* estão relacionados aqueles domicílios que não necessitam de substituição, ou seja, não existe a prerrogativa de novas construções, como afirma a FJP (2005): "As habitações inadequadas são as que não proporcionam a seus moradores condições desejáveis de habitabilidade, o que não implica, contudo, necessidade de construção de novas unidades".

Segundo FJP, são classificados como domicílios inadequados aqueles com carência de infraestrutura, que possuem adensamento excessivo de moradores, com problemas de natureza fundiária, que apresentem alto grau de depreciação e que não possuam unidade sanitária domiciliar exclusiva. A Figura a seguir agrupa os itens relativos ao *Déficit* Qualitativo.

Figura 28 - Esquema do *Déficit* Qualitativo.



Fonte: FJP, 2011.

Carência de Infraestrutura

De acordo com o PLHIS de São José do Vale do Rio Preto, 2011, os domicílios com carência de infraestrutura são aqueles que apresentam deficiência de atendimento de pelo menos em um dos seguintes serviços básicos: iluminação, abastecimento de água por rede geral com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.

Atualização sobre esses dados no Município se faz necessária por meio da revisão do atual PLHIS.

Adensamento Excessivo

Quando um domicílio apresenta uma média de moradores superior a três pessoas por dormitório, ocorre o adensamento excessivo. No PLHIS, 2011, foram considerados dormitórios todos os cômodos que serviam de dormitório para os moradores e os que tinham caráter permanente. Entram neste cômputo apenas a família principal no caso de coabitação familiar, sendo que as outras famílias conviventes já estão relacionadas no *déficit* quantitativo.

Problemas de Natureza Fundiária

A questão fundiária está relacionada com a posse do terreno, ou seja, casos onde um morador do domicílio detém a posse da moradia, mas não possui totalmente ou parcialmente a propriedade sobre o terreno ou fração ideal de terreno (no caso de apartamento) onde se localiza a moradia (FJP, 2006).

Para validação das informações estatísticas referentes à inadequação fundiária, deve-se realizar novo levantamento *in loco*, com o intuito de atualizar os dados do PLHIS sobre as ocupações e/ou loteamentos irregulares. Novamente, a atualização do PLHIS mostra-se necessária.

Ausência de Unidade Sanitária Exclusiva

Um dos indicadores da qualidade da moradia refere-se a existência ou não de unidade sanitária exclusiva, determinando a inadequação do domicílio. Atualização desses dados no PLHIS também é ação necessária.

Demanda Demográfica

Dentro deste item classifica-se também a demanda demográfica, caracterizada pelo incremento populacional ditado pelo crescimento da população em um determinado período, para este cálculo utiliza-se a taxa de

crescimento da população e a média de moradores por domicílios, que comporão o total de famílias da demanda.

De acordo com os Censos de 2000 e 2010, a população do Município cresceu, passando de 19.278 para 20.251, respectivamente. De acordo com informações da Prefeitura Municipal, 2017, tanto a população urbana quanto o número de domicílios urbanos apresentaram crescimento nos últimos anos, o que também sugere uma demanda demográfica.

Vê-se, a seguir, Figura contendo a tabela síntese das necessidades habitacionais (*Déficit* Quantitativo e Qualitativo, no ano de 2010) diagnosticadas pelo PLHIS (2011) elaborado para São José do Vale do Rio Preto, contudo, não institucionalizado. Cabe lembrar que tais dados foram sistematizados antes da ocorrência da tragédia climática de 2011, o que já os desatualizam. Destaca-se, novamente, a necessidade de revisão do PLHIS, bem como de sua instituição legal e implantação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, frente a aprovação junto à Câmara Municipal, com a sequente constituição do Conselho e do Fundo Habitacional do Município. Somente por meio de tais medidas o setor habitacional local poderá buscar por soluções para a resolução do *Déficit* de moradias em SJVRP.

Figura 29 - Tabela Síntese das Necessidades Habitacionais de SJVRP - Déficit Quantitativo e Qualitativo, 2010.

NECESSIDADES HABITACIONAIS DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO (proj. 2010)			
Déficit habitacional	Reposição de Estoque	Domicílios Rústicos	544
		Condições precárias de habitabilidade	zero
	Incremento de Estoque	Coabitação Familiar	294
		Aluguel de Cômodos	32
		Domicílios Improvisados	12
		Ônus com aluguel	597
Total			1479
Inadequação Habitacional		Depreciação da Construção	868
		Carência de Infraestrutura	2130
		Densidade Excessiva	67
		Inadequação Fundiária	96
		Unidade sem banheiro	57
Total			3218
Tabela criada pela consultoria RJ Planejamento Integrado a partir do Déficit habitacional no Brasil considerando dados da Fundação João Pinheiro e Centro de Estatística e Informações (CEI) do Quadro 15			

Fonte: PLHIS de São José do Vale do Rio Preto, 2011.

OFERTA HABITACIONAL

O intenso processo de urbanização brasileira não acompanhou a demanda por moradias sendo que a população que possui maior dificuldade de mobilidade social é a que mais enfrenta o estigma da problemática habitacional e acesso à terra urbanizada nas cidades brasileiras.

Esse processo de exclusão territorial[8] fez com que aquelas localidades que possuem toda a "terra urbanizada", ou seja, os equipamentos urbanos essenciais para o convívio social harmônico e a infraestrutura para uma sobrevivência digna fossem cada vez mais valorizados em detrimento das áreas periféricas - comumente caracterizada pela falta dessa "urbanidade", ou seja, ausência total de elementos essenciais para uma vida urbana.

Nesse processo, a especulação imobiliária entra como um agente determinante do sistema capitalista de produção do espaço urbano onde os agentes imobiliários - construtores, proprietários de imóveis - são responsáveis por especular a terra que acaba por se transformar num mercado de acumulação de capital.

A literatura mostra muitos casos de especulação imobiliária em municípios de médio e grande porte, não é o caso do município de São José do Vale do Rio Preto. Mesmo assim, esse fenômeno pode ser observado na grande quantidade de anúncios de venda de lotes em loteamentos abertos, na maior parte irregulares, mas que não iniciaram seu processo de ocupação.

Disponibilidade de Solo Urbanizado - ZEIS

Até a década de 70, os assentamentos precários nas cidades, sejam estes ocupações consolidadas ou até com mais de 30 anos de existência eram considerados "provisórios" pelo poder público (ROLNIK, 2009).

A partir da década de 80, com inúmeras reivindicações populares e um novo cenário no planejamento urbano brasileiro uma nova ferramenta foi acrescentada ao zoneamento urbano: a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

A concepção básica do instrumento das ZEIS é incluir no zoneamento da cidade uma categoria que permita, mediante um plano específico de urbanização, estabelecer padrões urbanísticos próprios para determinados assentamentos (ROLNIK, 2009).

Dentre os objetivos da ZEIS está a inclusão da população marginalizada que foi impossibilitada de inserir-se dentro da terra urbana; permitir a introdução de infraestrutura nos locais onde esta não existe; regular o conjunto do mercado de terras urbanas, pois se reduzindo a diferença de qualidade entre os diferentes padrões de ocupação reduz-se também as diferenças de preços entre elas; introduzir mecanismos de participação direta dos moradores no processo de definição dos investimentos públicos em urbanização para consolidar os assentamentos; aumentar a arrecadação do Município, pois as

8 "A exclusão territorial na cidade brasileira é mais do que a imagem da desigualdade, é a condenação de toda a cidade a um urbanismo de risco" (ROLNIK, 1999, p. 100).

áreas regularizadas passam a poder pagar impostos e taxas e aumentar a oferta de terras para os mercados urbanos de baixa renda (ROLNIK, 2009).

Em São José do Vale do Rio Preto não há estabelecimento legal de ZEIS, o que deverá ser feito na ocasião de elaboração da Legislação Básica do PDM. Neste momento caberá considerar que as ZEIS não devem necessariamente localizar-se em áreas de expansão urbana ou periféricas da cidade pela disponibilidade de terra para edificação. Deve-se pensar numa forma de integrar a habitação de interesse social com outras regiões da cidade, utilizando, da melhor maneira possível, os possíveis vazios urbanos, reduzindo desta forma a especulação imobiliária.

Apesar de São José do Vale do Rio Preto ser um Município de pequeno porte, sua malha urbana desenvolve-se linearmente por longa distância ao longo do Rio Preto e do trecho urbano da Rodovia RJ-134 e, por isso, deve-se pensar em impactos futuros ao possibilitar a construção de novos domicílios de interesse social que ampliem ainda mais essa linearidade da malha urbana, pois além de pressionar os limites de expansão do perímetro urbano e, em consequência, a demanda por infraestrutura e serviços públicos disponibilizados pela Prefeitura, poderá ocorrer o crescimento de vazios urbanos que induzem à especulação imobiliária, impactando fortemente na economia municipal.

Atualmente, não há qualquer regulamentação quanto às ZEIS no Município, sequer alguma previsão no PLHIS. Tampouco há a definição de ZEIS para as áreas onde já se encontram instaladas habitações de interesse social, o que deverá ser regularizado por meio da Lei de Uso e Ocupação do PDM, parte da Etapa IV. Entretanto, será necessária também a atualização e complementação do PLHIS no sentido de inserir áreas para a implantação das ZEIS, bem como sua institucionalização como Lei, o que não ocorreu com o PLHIS elaborado em 2011.

Quanto à oferta de áreas para a implantação de ZEIS, ou seja, para construção de novas unidades habitacionais de interesse social, a previsão, por parte da Prefeitura, de possíveis áreas a serem destinadas a esse uso contempla o Morro São Guido, localizado na Reta de Águas Claras.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 19 - Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) Ocupadas.

Domicílios Vagos

Outra questão importante a ser abordada e analisada no quesito necessidade habitacional são os domicílios vagos.

A existência de um montante de domicílios vagos é sempre fonte de questionamento, pois existe no imaginário popular a crença de que o problema do *déficit* poderia ser resolvido, ou mesmo amenizado, a partir da ocupação dos domicílios vagos. A equação, no entanto, não é tão simples. Para que qualquer ação nesse sentido pudesse ocorrer, seria necessário caracterizar melhor os domicílios vagos (condições de habitação, preço, localização, entre outros), de modo a identificar a parcela que mais provavelmente poderia ser direcionada para suprir parte das carências de habitação da população (FJP, 2010).

De qualquer forma, é importante a quantificação do número de domicílios vagos ofertados pelo setor privado, pois, apesar de toda ressalva, esse contingente não pode deixar de ser contabilizado para futuras ações no sentido de melhorias no acesso à habitação.

No município de São José do Vale do Rio Preto, de acordo com dados do PLHIS (2011), foram contabilizados total de 1.360 domicílios vagos, sendo 364 urbanos e 996 rurais (Projeção do *Déficit* Habitacional considerando dados do Censo IBGE - 2000, da Fundação João Pinheiro - FJP e Centro de Estatística e Informações - CEI, 2010).

Assim, além de possível potencial de expansão ofertado pelas áreas urbanas não ocupadas dentro do perímetro urbano, também foi encontrado número expressivo de domicílios com potencial para inclusão em programas habitacionais. Porém, não existe nenhum dado referente à classe social que poderia ser enquadrada tal moradia.

Cadastro Municipal

Segundo informações repassadas pela Prefeitura Municipal, não há atualmente cadastramento de famílias que demandem por habitação de interesse social. As famílias que se enquadraram nos requisitos mínimos determinados pelos programas habitacionais, são: não ter sido beneficiado em programas de habitação social do governo anteriormente; não possuir casa própria ou financiamento em qualquer outro Estado da Federação; e estar dentro da faixa de renda familiar mensal do programa.

Produção de Moradias

Conjuntos Habitacionais - Sede

Em conformidade com informações repassadas pela Prefeitura os últimos conjuntos habitacionais de interesse social construídos no Município (de 2009 a 2014) foram:

- Conjunto Habitacional Contendas I (24 unidades);
- Conjunto Habitacional Pouso Alegre (24 unidades) - recurso federal - convênio com a Caixa Econômica Federal (CEF);
- Conjunto Habitacional Pedras Brancas.

Segundo informações da Prefeitura, 48 famílias foram beneficiadas na ocasião de implantação dos empreendimentos habitacionais tipo apartamentos, contudo, não há informações de quantas famílias foram beneficiadas com as casas construídas.

Não há previsão, em curto e médio prazo, de implantação de novos programas habitacionais de interesse social em SJVRP, o que demonstra a necessidade de revisão do PLHIS no sentido de atualizar as informações sobre o *déficit* habitacional local e de possibilitar projeção de ações voltadas para o incremento de habitações nesse padrão para o Município.

Há instalação de loteamentos, em sua maior parte irregulares (sem aprovação junto aos órgãos competentes), por intermédio da iniciativa privada, sendo a maioria, não destinada à habitação de interesse social.

Cabe destacar que, devido a ausência de marcos regulatórios locais (Lei da Política Habitacional Municipal - PLHIS), não há o desenvolvimento de políticas públicas municipais voltadas para a habitação de interesse social em São José do Vale do Rio Preto.

Sistema Viário Regional

O sistema viário regional é estruturado por três rodovias principais, a BR-116, BR-492 e a BR-040, além de estradas municipais que fazem a articulação entre o interior dos municípios e rodovias estaduais, sendo a RJ-134 a mais relevante para São José do Vale do Rio Preto.

De acordo com informações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), a RJ-134 e a BR-492 são coincidentes no Município, entretanto, a administração do trecho é estadual. A administração da rodovia BR-116 é realizada por meio de concessão federal, assim como a BR-040. Há trechos onde a administração é realizada por meio de convênios de cooperação junto à iniciativa privada.

A Mapa 20 apresenta a estrutura viária regional, com destaque para os municípios limítrofes à São José do Vale do Rio Preto.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 20 - Sistema Viário Regional.

Como pode ser verificado no Mapa 20, a BR-492/RJ-134 realiza a articulação no sentido Leste-Oeste entre São José, Petrópolis, Areal, Teresópolis e Nova Friburgo, sendo o principal eixo de escoamento da produção agrícola de São José, bem como realiza a interligação com as rodovias BR-116 e BR-040, responsáveis pela estruturação Norte-Sul do Estado.

Na conjuntura regional, a BR-116 está localizada no limite territorial entre São José e Teresópolis, sendo responsável pela articulação Norte-Sul entre a região serrana e demais áreas do Estado; a BR-116 juntamente à BR-040 são os principais eixos logísticos da produção industrial de Teresópolis e Petrópolis, bem como dos produtos tradicionais da região produzidos nos demais municípios do entorno.

A reestruturação da rodovia BR-492/RJ-134 é uma das principais necessidades para desenvolver a articulação a nível regional, pois a precariedade de infraestrutura da rodovia, especialmente no território de São José, gera altos custos operacionais e logísticos, dificultando e encarecendo os fluxos econômicos. O fato de São José ser um dos principais fornecedores de produtos oriundos da olericultura e avicultura do Estado é um aspecto importante a ser considerado no âmbito regional, pois é fundamental que os fluxos econômicos sejam promovidos e desenvolvidos.

Além dos aspectos geoeconômicos propriamente ditos, a segurança no tráfego deve ser a principal demanda para a alocação de recursos nas rodovias da região. Atualmente a rodovia BR-492/RJ-134 está em estado precário de conservação, sem infraestrutura mínima de segurança. A rodovia também é fortemente afetada pelas chuvas e deslizamentos de terra, sendo que em alguns trechos é possível verificar áreas devera instáveis. Neste sentido, a celebração de convênios junto à União e iniciativa privada devem ser considerados em regime de urgência.

Sistema Viário Municipal

O sistema viário municipal de São José do Vale do Rio Preto tem como principal eixo a rodovia BR-492/RJ-134, que atravessa o Município acompanhando o curso do Rio Preto ao longo de toda a extensão territorial, como pode ser verificado no Mapa 21.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 21 - Rodovia BR-492/RJ-134 no Território de São José do Vale do Rio Preto.

Apesar de ser um trecho coincidente com a BR-492, a responsabilidade administrativa da rodovia é Estadual.

Devido à rodovia ser o principal eixo do sistema viário municipal e acompanhar o curso do Rio Preto, as áreas de adensamento urbano são localizadas majoritariamente ao longo da rodovia às margens do Rio Preto e nas encostas. Portanto, a rodovia possui características de via arterial para São José.

Além da rodovia, o Município possui diversas estradas que funcionam como vias de estruturação municipal, são vias com características coletoras que realizam a articulação entre os bairros e o eixo principal (RJ-134).

O Mapa 21 demonstra o sistema viário municipal, com destaque para a RJ-134, estradas municipais e logradouros públicos.

A maioria das estradas municipais (rurais) encontram-se em estado de conservação considerado de ruim a péssimo, não possuem passeios públicos, tampouco acostamento, nem barreiras de contenção, apresentando diversas patologias asfálticas (buracos, fissuras, trincas) e não há manutenção de pintura de faixas ou placas sinalizadoras. Muitas vias se encontram em leito natural, dificultando acesso de veículos, principalmente em períodos chuvosos.

Além de serem responsáveis pelo transporte de cargas oriundas da produção local, as estradas municipais são utilizadas para o transporte escolar, o que aprofunda a necessidade de melhor manutenção e seguridade dessas vias.

Quanto às pontes, algumas tem a necessidade de serem substituídas e/ou reformadas, pois foram construídas em madeira e já possuem muito tempo de utilização, outras, entretanto, foram construídas em alvenaria e/ou concreto, mas apresentam larguras inadequadas ao trânsito de maquinários e implementos agrícolas existentes no Município atualmente e, por essa razão, necessitam de alargamento. Devido às chuvas e inundações ocorridas em janeiro de 2011, algumas pontes foram totalmente destruídas, necessitando de construção de novas pontes.

Como a urbanização do Município não ocorre de forma concentrada, havendo diversos aglomerados ao longo da extensão territorial, o transporte de pessoas e cargas por meio das estradas de estruturação municipal é intenso e, devido à precariedade das estradas, muito perigoso. Além da manutenção, o poder público deve atuar com a gestão efetiva das estradas, implantando sistemas de segurança, fiscalização e promovendo a manutenção preventiva.

O fato da rodovia RJ-134 atravessar a totalidade da área urbana gera graves problemas de tráfego, uso e ocupação do solo e insalubridade ambiental. Uma das ações principais para o desenvolvimento urbano do Município é a elaboração de um projeto para desviar o tráfego de cargas do

eixo urbano central, para tal, será imprescindível a atuação conjunta entre poder público municipal, estadual e União, bem como convênios junto à iniciativa privada e associações municipais (AMERJ). Sem a retirada do tráfego pesado do eixo urbano de São José, as demais ações de planejamento urbanísticos tendem a ser inviabilizadas, portanto, o desvio da rodovia RJ-134 é um dos principais aspectos a serem resolvidos no curto/médio prazo.

Sistema Viário Urbano

Sede Urbana

Devido à topografia particular do Município, o sistema viário da sede urbana é estruturado por malha irregular e não planejada, criada para contornar os morros e serras da região.

Como mencionado anteriormente, a rodovia RJ-134 passa ao longo de toda a malha urbana do município, inclusive com tráfego de veículos pesados e cargas perigosas. Há necessidade urgente do desvio dos veículos pesados para fora da área urbana do município, para tanto, a alternativa seria a construção/adequação de vias alternativas para contorno da área urbana.

O Mapa 21 apresenta algumas alternativas apontadas ao longo da realização das Reuniões Comunitárias pela própria sociedade de São José.

A elaboração de um Plano de Mobilidade Urbana e de um estudo viário específico é essencial para o estabelecimento de diretrizes e ações assertivas, entretanto, pode-se destacar necessidades evidentes, como: a manutenção da sinalização de trânsito, estabelecimento de horários e vagas de estacionamento para carga e descarga, delimitação de vagas para estacionamento rotativo (regulamentado), desenvolvimento da acessibilidade universal em toda a área urbana, instituição da Guarda Municipal e principalmente o desvio da Rodovia.

Devido à precariedade no sistema viário urbano, há diversos pontos de gargalo no trânsito, como o cruzamento das vias Rodovia Bianor Esteves (RJ-134/BR-492 trecho urbano), com as Ruas dos Araújos e Cel. João Limongi, para identifica-los e planejar soluções viáveis para todos é necessária elaboração de um estudo de trânsito e sistema viário.

Ao longo da realização das Reuniões Comunitárias, evidenciou-se a necessidade de pesquisas para a expansão dos serviços de transporte coletivo, pois há muitas áreas não atendidas.

Neste contexto, a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana é fundamental para que o Município tenha um diagnóstico completo do setor.

Quanto às transposições dos cursos hídricos nas ruas e estradas do território municipal, por meio das pontes e tubulações, não há qualquer mapeamento ou levantamento sobre o estado de conservação das mesmas. Sabe-se, porém, que algumas das pontes têm a necessidade de serem substituídas e/ou reformadas, pois apresentam larguras inadequadas ao trânsito de veículos de carga, maquinários e implementos agrícolas existentes no Município atualmente e, por essa razão, necessitam de alargamento, caso da ponte do Bairro Volta do Pião.

Em relação à hierarquização das vias, a análise demonstrou que a única via com característica arterial é a RJ-134, cuja é o eixo principal do Município e estabelece a ligação com as demais vias coletoras.

As vias coletoras são caracterizadas pelas principais estradas que tem ligação direta com a RJ-134, como a Estrada de Contendas, Estrada Afonso Rodrigues Bittencourt e Estrada dos Pinheiros. As vias coletoras em geral, por serem estradas, funcionam também como vias de estruturação municipal, entretanto tais vias não apresentam largura diferenciada das demais da malha urbana, normalmente não são mais largas e muitas delas não apresentam passeio público.

Os demais logradouros que realizam as ligações para os loteamentos caracterizam as vias locais, cujas permeiam as áreas residenciais. As vias locais de São José em geral apresentam largura inadequada, inexistência de passeios públicos e diversos problemas infraestruturais.

Tal hierarquia viária pode ser observada no Mapa 22.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 22 - Hierarquia das Vias.

A estrutura do traçado viário urbano existente não atende às necessidades viárias quanto ao uso e ocupação solo e ao porte da cidade, quase não há sinalização vertical e horizontal, sendo necessária a readequação e implantação, principalmente em frente aos equipamentos públicos e no Centro da Sede Urbana.

Em quase todas as vias urbanas é permitida a circulação em mão dupla, o que em alguns casos gera estrangulamento do fluxo. Em alguns trechos há estreitamento de vias ou obstáculos que impedem o prolongamento.

O fluxo de veículos nas vias locais é alto e veloz, principalmente no trecho urbano da RJ-134, sendo maior nas vias principais por estas concentrarem o comércio/serviços, o que acaba por gerar muitos acidentes. É importante ressaltar que a frota local é bastante grande para o porte do Município e tem

ampliado seguindo a tendência nacional de crescimento, o que, ano a ano, aumenta o tráfego urbano. A sede urbana já apresenta problemas relacionados à escassez de estacionamentos nas vias públicas, principalmente nas vias estruturais que concentram a maior parte do comércio e dos serviços, bem como conflitos para o estacionamento de veículos de passeio e de transporte de cargas. Percebe-se a necessidade de implantação de estacionamento regulamentado, tanto para os veículos de passeio, quanto para os veículos de carga.

Outra questão a ser analisada é a construção de um contorno externo, ou seja, um desvio da RJ-134 para fora da malha urbana, que possibilitasse o acesso e a manobra dos veículos de carga para fora das vias urbanas, reduzindo, assim, o tráfego pesado nas vias urbanas.

Transtornos com o tráfego de veículos pesados dentro das malhas urbanas são relatados pelos moradores e foram foco das sugestões de propostas na leitura participativa realizada na ocasião da 1ª Audiência Pública e das Reuniões Comunitárias, constante das Tabelas 84 e 99 deste produto, bem como do Relatório do Processo Participativo, volume final do PDM.

Transportes

Os serviços de transporte rodoviário intermunicipal são prestados pelas Empresas Empresa Viação Progresso e Turismo S/A.

Não há aeródromos no Município, sendo os serviços aeroviários mais próximos localizados em Teresópolis (40 km), Francisco Álvares de Assis (65 km), Nova Iguaçu (86 km), Petrópolis (90 km) e no Rio de Janeiro (150 km).

O Município conta com transporte coletivo (urbano/rural) e com o transporte escolar, entretanto, segundo informações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, o sistema apresenta algumas falhas em diversas localidades. Muito dessas falhas são atribuídas às más condições de conservação das estradas rurais.

Quanto ao transporte individual, conforme dados do Ministério das Cidades e do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) (2016), disponível no *Site* IBGE Cidades (2017), há 9.818 veículos (dentre automóveis de passeio, caminhonetes, camionetas, motocicletas e motonetas) para a população estimada (IBGE, 2017) de 21.114 habitantes, ou seja, 1 veículo para cada 2,15 habitantes (Tabela 21).

Tabela 21 - Frota do Município de São José do Vale do Rio Preto.

Tipo de Veículo	Quantidade
Automóvel de Passeio	5.312
Caminhão	714
Caminhão Trator	80
Caminhonete	693
Camioneta	292
Micro-ônibus	41
Motocicleta	1.986
Motoneta	474
Ônibus	42
Trator de Rodas	6
Utilitário	30
Outros	148
Total de Veículos	**9.818**

Fonte: IBGE Cidades, 2016.

Além dos veículos particulares, São José do Vale do Rio Preto conta com pequena frota de Táxis - carros, cuja está em processo de regulamentação junto à Prefeitura Municipal.

Os veículos da frota do poder público municipal encontram-se, em geral, em condições de conservação precárias a razoáveis, o que exige avaliação para renovação e/ou reparo da frota.

Quanto aos veículos e maquinários que compõem a patrulha mecanizada do Município são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico e, em sua maioria, encontram-se em razoável a bom Estado de conservação. Esses veículos, equipamentos e maquinários são prioritariamente utilizados para o atendimento aos produtores rurais, bem como na manutenção, readequação e pavimentação das estradas e carreadores rurais, mas, quando necessário, são utilizados também em obras e intervenções urbanas/rurais.

ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA

SANEAMENTO BÁSICO

Em conformidade com a Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB), instituída pela Lei Federal nº 11.445/2007, saneamento básico engloba o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. É o conjunto de medidas, que visa: controlar e prevenir doenças, melhorar a qualidade de vida da população, aumentar a produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o conceito de saneamento, em sentido geral, abrange todos os fatores do meio físico que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre a saúde humana, incluindo medidas que visam a prevenir e controlar doenças, sejam elas transmissíveis ou não.

Abastecimento de Água

São José do Vale do Rio Preto têm na sua hidrografia o rio que dá nome ao Município - o Rio Preto, que adentra no Município ao sul, na divisa com Teresópolis, corta o Centro Urbano e segue em direção ao município de Areal.

O serviço de abastecimento de água é prestado pelo Departamento Municipal de Águas e Esgotamento Sanitário (DAES).

Em conformidade com o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), elaborado em 2014, contudo, ainda não institucionalizado legalmente, ou seja, não aprovado como Lei junto à Câmara Municipal (abril, 2017), a captação superficial de água bruta para abastecimento da Cidade é realizada por barramento nos seguintes pontos, que também podem ser observados no Mapa 23:

- Córrego da Maravilha, por barragem, com Q=14l/s, Lat.: 22°10'18.33"S; Log.: 42°54'26.20"O e Alt.: 809 m;
- Captação 1 da Estação de Tratamento de Água (ETA) Araponga, Q=8 l/s, Lat.: 22°13'29.97"S; Log.: 42°57'22.97"O e Alt.: 787m;
- Captação 2 da ETA Araponga, Q= 6l/s, Lat.: 22°13'24.72"S; Log.: 42°57'32.08"O e Alt.: 790m.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 23 - Abrangência do Abastecimento de Água em São José do Vale do Rio Preto.

Na área urbana, o Sistema Maravilha, abastece os Bairros Pouso Alegre, Pedras Brancas, Centro, Parque Vera Lúcia, Floresta, Reta, Brucuçú e Águas Claras. Já o Sistema Araponga abastece os Bairros Jaguara, Barrinha, Parada Morelli, Camboatá, Contendas e Queiroz (PMSB, 2014).

De acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA), o manancial Maravilha é muito sensível aos períodos de estiagem, sendo necessário, em muitas ocasiões, que a Prefeitura abasteça algumas localidades com o auxílio de caminhões pipa, inclusive com diversas ocorrências registradas no inverno de 2014.

O sistema de distribuição de água da área de abrangência do Maravilha é antigo, implantado entre as décadas de 1970 e 1980, quando São José do Vale do Rio Preto ainda fazia parte do município de Petrópolis, não havendo cadastro/mapeamento da rede. Ao longo dos anos, novas derivações foram instaladas para atender o aumento da demanda, havendo a necessidade de desenvolvimento de cadastro, de estudo de setorização e adequação da rede de distribuição (PMSB, 2014). Destaca-se que também não há registro físico ou digital (mapeamento) dos novos ramais de abastecimento de água. Observa-se, com isso, a urgente necessidade de levantamento em campo e espacialização dos dados, preferencialmente em ambiente SIG (Sistema de Informações Geográficas), para o estabelecimento de mapeamento de todo o Sistema de Abastecimento de Água, atualizado e georreferenciado.

Outra preocupação que se apresenta, trata-se da inexistência de sistemas de monitoramento da qualidade da água em São José do Vale do Rio Preto. Ações nesse sentido deverão ser postas em prática em conformidade com as metas estabelecidas no PMSB (2014).

Em relação à distribuição de água tratada do Sistema Araponga sabe-se que a rede é relativamente nova, por se tratar de área com crescimento imobiliário recente, cujas ligações e expansão da rede vêm ocorrendo com maior intensidade nos últimos 10 anos (PMSB, 2014).

Ainda segundo informações da ANA, faz-se necessário a ampliação do sistema de abastecimento existente para o devido atendimento considerando a projeção populacional urbana do Município. Também, segundo informação repassada pelo DAES (maio, 2017), o sistema de abastecimento de água existente atualmente não comporta o atendimento da população urbana nos próximos 10 anos, horizonte temporal da vigência legal do PDM em elaboração.

No que se refere ao abastecimento das comunidades isoladas, a maior parte dessas é abastecida por sistemas próprios, sendo estes operados e mantidos pelas próprias Comunidades, sem a intervenção do DAES que opera o

sistema urbano. Entretanto, destaca-se que, em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007, o Município é o titular dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e, como tal, tem obrigação legal de garantir o abastecimento das localidades rurais ou urbanas isoladas, por meio de sistemas alternativos, podendo estabelecer, para tanto, parcerias com as Comunidades, desde que forneça total apoio técnico e respaldo no processo de monitoramento da qualidade dos serviços prestados.

Para a zona rural, não há viabilidade de se prover serviço de abastecimento de água por meio de soluções coletivas, em função de se tratar de população difusa, cujo nível de dispersão geográfica inviabiliza a instalação de sistemas públicos de saneamento básico. Assim, a universalização da prestação do serviço no meio rural será realizada mediante soluções alternativas e individuais sanitariamente corretas.

Parte da população, no meio rural principalmente, tem o abastecimento de água por meio subterrâneo proveniente de poços artesianos ou nascentes que têm suas vazões bombeadas diretamente para os reservatórios das localidades. A Tabela a seguir mostra a relação dos poços artesianos cadastrados e suas especificações.

Tabela 22 - Relação dos Poços de Captação de Água para o Abastecimento da População de São José do Vale do Rio Preto e suas Especificações.

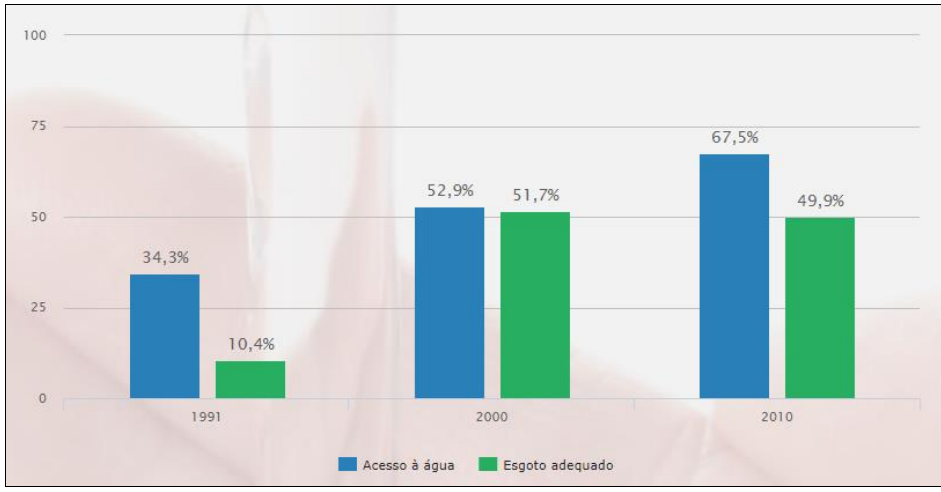
Nº	Localidade	Vazão (l/h)	Quant.	Marca Bomba	Coordenadas	Cota (m)
1	Águas Claras	4.235	1	Schineider	22º10'19" S 42º57'31" O	543
2	Barrinha	6.667	1		22º11'57" S 43º01'04" O	523
3	Brucuçú	6.000	1		-	-
4	Camboatá	11.000	1		22º10'57,63" S 42º58'56,48" O	542
5	Contendas	4.500	1		22º10'40" S 42º58'51" O	536
6	Glória	3.500	1		22º10'12" S 42º55'30" O	757
7	Jaguara	11.000	1		22º11'22,97" S 42º58'31,58" O	570
8	Contendas (Monte Florido)	11.000	1		22º10'08" S 42º58'46" O	534
10	Parada Morelli	6.600	1		22º11'13" S 42º59'51" O	522
11	Parque de Exposições	3.700	1		22º09'52" S 42º56'57" O	531
12	Pedras Brancas	4.500	1		22º08'35" S 42º55'40" O	719
14	Pouso Alegre	10.560	1		22º07'58" S 42º54'09" O	710
15	Queiroz	7.500	1		22º10'36" S 42º57'54" O	544
16	São Lourenço	10.000	1		22º08'31" S 42º56'26" O	631

Fonte: DAES/2014.

Em relação a esse tipo de abastecimento surgem várias implicações, que vão desde a construção do poço (proximidade com fossas, com criação de animais e/ou lavouras) até a conscientização de quem se utiliza dessa água, que são os moradores das áreas rurais mais afastadas da malha urbana consolidada.

O Relatório de Acompanhamento Brasileiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) aponta a evolução dos indicadores de "acesso a água" e "esgoto adequado" em São José do Vale do Rio Preto, entre 1991 e 2010, a partir de dados publicados pelo IBGE nos censos decenais (Figura 30).

Figura 30 - Percentual de Morados Urbanos com Acesso a Água Ligado à Rede e Esgoto Sanitário Adequado - 1991/2000/2010.



Fonte: Relatórios Dinâmicos, ODM; IBGE, 2010.

Cabe destacar que a metodologia de análise do IBGE considera adequado o saneamento de domicílios com ligação à rede geral de esgoto, rede pluvial ou fossa séptica[9]. Cabe observar que o Censo não registra se o esgoto coletado é tratado, nem se o tratamento, quando ocorre, é de tipo primário, secundário ou terciário. O atendimento precário, somado ao *déficit*, é medido dentre o conjunto com fornecimento de água por rede e poço ou nascente à parcela de domicílios que:

- Não possui canalização interna;
- Recebe água fora dos padrões de potabilidade;
- Tem intermitência prolongada ou racionamentos;
- Faz uso de cisterna para reserva de água da chuva, que forneça água sem segurança sanitária e/ou em quantidade insuficiente para a proteção à saúde;
- Faz uso de reservatório abastecido por carro pipa (Tabela 23).

9 Em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007 (PNSB), trata-se de irregularidade ambiental a disposição de esgotos sanitários em redes de captação pluvial.

Tabela 23 - Atendimento e *Déficit* em Abastecimento de Água no Município de São José do Vale do Rio Preto.

Área	Quantidade de Domicílios	Quant. Domicílios c/ Atendimento Adequado	Atendimento Adequado %	Atendimento Precário + Déficit
Urbana	2.972	2.058	69,25%	30,75%
Rural	3.529	3.057	89,63%	13,37%
Total	6.501	5.115	78,68%	21,32%

Fonte: IBGE, 2010.

O PMSB (2014) definiu média de perdas em São José do Vale do Rio Preto em 34%. Essas perdas ocorrem devido a vazamentos, nos sistemas de captação e adução, na ETA, nas unidades de reservação e no faturamento. Considerando ser a redução de perdas a principal premissa técnica, há necessidade de se estruturar um cadastro do sistema, de executar ações para a hidrometração das novas ligações, a setorização e a macromedição.

À medida em que o PMSB do Município vá sendo posto em prática e suas ações executadas, conforme metas e prazos definidos no Plano, os poços localizados na área urbana deixarão de ser utilizados, ficando estes como reserva hídrica, assim como a barragem do Sistema Maravilha.

O conceito de universalização, definido no marco regulatório que instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico, trata da ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados no Município ao saneamento básico (Artigo 3º, Inciso III da Lei Federal nº 11.445/2007). Segundo o PMSB (2014), as metas de universalização dos serviços de abastecimento de água em São José do Vale do Rio Preto foram estabelecidas de forma gradativa, acompanhando a disponibilidade de recursos financeiros para os investimentos nesse componente, devendo as mesmas ser revistas a cada quatro anos, quando da elaboração do Plano Plurianual Municipal.

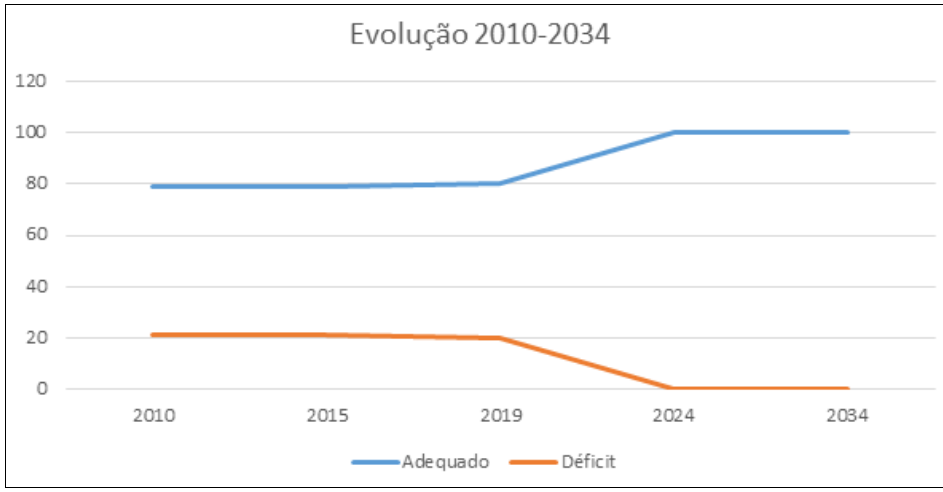
Em conformidade com o PMSB (2014) os serviços de abastecimento de água do Município deverão ser universalizados em médio prazo, até o ano de 2024. Na fixação das metas de universalização serão ponderadas as possibilidades técnicas e econômicas ao longo do horizonte do Plano, delineadas por meio de cronograma de investimentos (em curto, médio e longo prazo) que será utilizado como referência para os prestadores de serviços e acompanhado por meio de indicadores. Entende-se como horizonte do Plano a seguinte divisão de prazos (PMSB, 2014):

- Imediato: 2015 - 2016;

- Curto Prazo: 2017 - 2019;
- Médio Prazo: 2019 - 2024;
- Longo Prazo: 2024 - 2034.

Na medida em que os investimentos previstos na infraestrutura do sistema de abastecimento de água local forem realizados, seja em termos de expansão dos serviços, seja em relação à adequação da qualidade, os níveis de atendimento adequado serão universalizados a toda população do Município (Figura 31).

Figura 31 - Gráfico da Provável Evolução do Tipo de Atendimento por Abastecimento de Água no Município.



Fonte: PMSB, 2014.

Esgotamento Sanitário

De acordo com o Censo do IBGE (2010) apenas 40,3% dos domicílios possuíam esgotamento sanitário naquele ano, ou seja, apresentavam como forma de destinação de seus esgotos domiciliares a rede geral de esgoto ou pluvial e fossas sépticas. No entanto, vale ressaltar que a maior parcela da população tem como forma de destinação dos efluentes domésticos, fossas rudimentares, valas, rios, lagos e outro tipo, como mostra a Tabela 24. Ainda de acordo com esse quadro, quase a totalidade dos domicílios possuíam banheiro ou sanitário no ano de referência.

Tabela 24 - Formas de Esgotamento Sanitário e Existência de Banheiro e Sanitário no Município de São José do Vale do Rio Preto, 2010.

Domicílios Particulares Permanentes					
Total	Existência de Banheiro ou Sanitário				
	Tinham				Não Tinham
	Total	Tipo de Esgotamento Sanitário			
		Rede Geral de Esgoto ou Rede Pluvial	Fossa Séptica	Outro	
6.501	6.498	1.299	1.316	3.883	3

Fonte: IBGE, 2010.

Segundo dados do IBGE (2010) referentes ao esgotamento sanitário, em São José do Vale do Rio Preto a rede coletora de esgoto sanitário chegava a 19,98% dos domicílios do Município; outros 20,24% tinham fossa séptica e 59,73% eram lançados diretamente em um corpo receptor, vala ou em superfície.

O esgotamento sanitário de São José do Vale do Rio Preto reflete a realidade brasileira. A rede de coleta não atinge grande parte das edificações e o tratamento do esgoto sanitário é praticamente nulo. O lançamento de esgotos *in natura* nos rios se mostra como a principal fonte de poluição dos mesmos. A rede de esgotamento sanitária está sendo construída, mas ainda não é extensa.

Embora parte do esgoto domiciliar seja coletada, no Município só há tratamento simplificado dos efluentes, compostos por fossas sépticas e filtros anaeróbios, sendo o efluente resultante desse tipo de tratamento lançado diretamente nos rios (PMSB, 2014).

A exemplo do abastecimento de água, os sistemas de esgotamento sanitário de São José do Vale do Rio Preto também não possuem registro físico ou digital (mapeamento) da rede coletora existente e dos equipamentos de tratamento do esgoto coletado. Também não há qualquer tipo de levantamento, cadastramento e monitoramento sobre os sistemas alternativos de esgotamento sanitário (fossas). Observa-se, com isso, a urgente necessidade de levantamento em campo e espacialização dos dados, preferencialmente em ambiente SIG (Sistema de Informações Geográficas), para o estabelecimento de mapeamento de todo o Sistema de Esgotamento Sanitário, de forma a atualizar e georreferenciar os dados que subsidiarão ações e intervenções, do PDM e do próprio PMSB (2014).

Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Os serviços de coleta de resíduos sólidos urbanos, composto por resíduos domésticos e comerciais (equiparados a domésticos) são realizados diretamente pelo Município, com frequência diária. A principal forma de coleta é realizada por meio de caçambas do serviço de limpeza urbana (Figura 32), como mostram os dados dispostos na Tabela a seguir.

Tabela 25 - Formas de Coleta de Resíduos Sólidos no Município de São José do Vale do Rio Preto.

Destinos dos Resíduos Sólidos por Domicílios			
Coletado Diretamente por Serviço de Limpeza	Coletado em Caçambas de Serviço de Limpeza	Outros (queimado, jogado em terreno baldio e outros despejos inadequados)	Total
895	5.396	210	6.501

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Figura 32 - Caçambas para Disposição dos Resíduos Sólidos Domiciliares em São José do Vale do Rio Preto.

Fonte: Acervo Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Em conformidade com pesquisa realizada pelo Tribunal de Contas Estadual do Rio de Janeiro (TCE-RJ), em 2012, no município de São José do Vale do Rio Preto, foram coletados 8.030 toneladas de resíduos sólidos urbanos, com média de 1,086 kg por habitante.

O município de São José do Vale do Rio Preto participa do programa coleta seletiva solidária, que consiste na coleta dos recicláveis descartados e

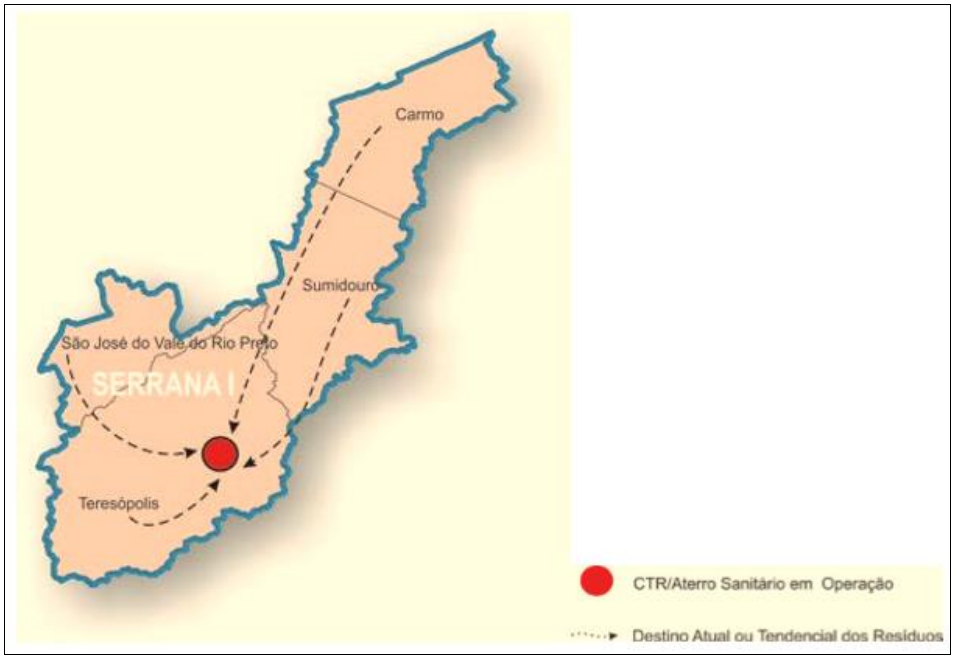
separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, visando fortalecer as organizações comunitárias. Porém, a coleta seletiva atinge menos de 15% da população (TCE-RJ, 2016).

São José do Vale do Rio Preto integra Consórcio Municipal para a prestação de serviços públicos de saneamento básico, conforme autorizam as Leis Estaduais nº 6.333 e 6.334, ambas de 2012.

O Consórcio da Região Serrana 1 compreende uma central de tratamento de resíduos sólidos (CTR), constituída por um aterro sanitário localizado em Teresópolis, com previsão de implantação de unidade de tratamento de resíduos sólidos de saúde (RSS), de unidade de resíduos da construção civil (RCC) e de galpão para triagem dos resíduos.

A Figura 33 a seguir demonstra a composição do arranjo regional e a destinação atual ou tendencial dos resíduos.

Figura 33 - Mapa com a Localização do Ponto de Disposição Final dos Resíduos Sólidos Urbanos do Consórcio da Região Serrana 1.



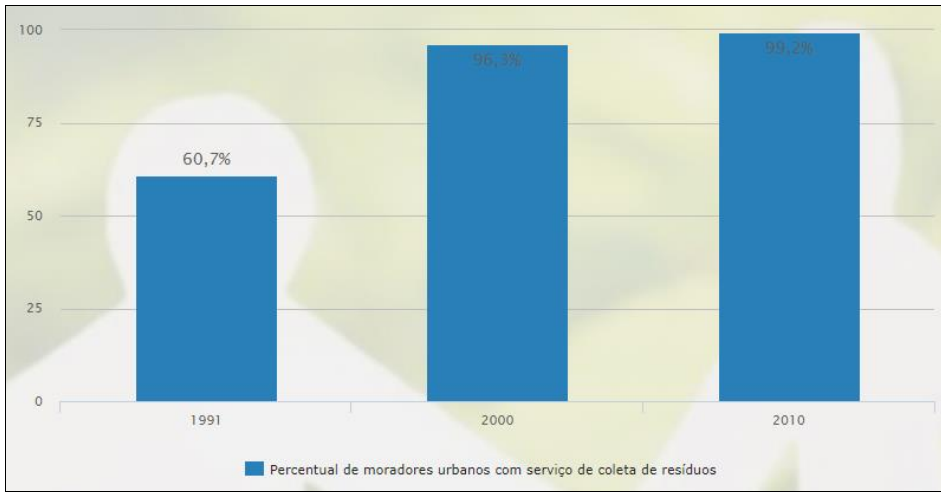
Fonte: Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), 2013.

Segundo o Plano Local de habitação de Interesse Social (PLHIS) elaborado em 2013, porém, ainda não aprovado junto à Câmara Municipal, há, no Bairro Águas Claras, um loteamento denominado Sítio dos Eucaliptos, onde

existe um terreno com disposição irregular de resíduos sólidos (lixão a céu aberto), localizado próximo à concentração dos domicílios.

O Relatório de Acompanhamento Brasileiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) aponta a evolução dos indicadores de coleta de resíduos em São José do Vale do Rio Preto, entre 1991 e 2010, a partir de dados publicados pelo IBGE nos censos decenais. A evolução do percentual de moradores considerados urbanos com acesso a serviços de coleta de resíduos sólidos em São José do Vale do Rio Preto mostra-se conforme Figura a seguir.

Figura 34 - Percentual de Morados Urbanos com Serviço de Coleta de Resíduos Sólidos - 1991/2000/2010.



Fonte: Relatórios dinâmicos, ODM; IBGE, 2010.

Não foram repassadas pela Prefeitura informações sobre os serviços de limpeza e varrição urbana, capina, roçagem, poda e erradicação de arborização urbana. No entanto, foi observado, durante o levantamento em campo, que as vias públicas, de maneira geral, não possuem serviços de limpeza ou varrição.

Também não foram repassadas informações sobre o detalhamento da coleta e destinação dos resíduos domiciliares (orgânicos, potencialmente recicláveis e rejeitos), comerciais, industriais, de serviços de saúde e da construção civil, o que denota necessidade urgente de elaboração de um Plano Municipal de Gerenciamento ou Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - Lei Federal nº 12.305/2010, ação que será prevista no Plano de Ação e Investimentos (PAI), Etapa III do PDM em elaboração.

Cabe destacar aqui, que a Construção Civil é reconhecida como uma das mais importantes atividades para o desenvolvimento econômico e social, e, por outro lado, comporta-se como grande geradora de impactos ambientais, quer seja pelo consumo de recursos naturais, pela modificação da paisagem ou pela geração de resíduos. O setor tem um grande desafio que é o de conciliar uma atividade produtiva desta magnitude com as condições que conduzam ao desenvolvimento sustentável, menos agressivo ao meio ambiente, o que requer grandes mudanças culturais e ampla sensibilização/conscientização. É um dos setores que mais cresceu, nos últimos anos, contudo, sob o ponto de vista ambiental, é um dos setores que mais gera resíduos, considerado grande gerador. Infelizmente na maioria das vezes esses entulhos são indevidamente descartados em terrenos baldios e Áreas de Preservação Permanente (APP), fundos de vale e em áreas públicas.

Nos últimos anos, a conscientização sobre a importância da gestão de resíduos da construção civil tem crescido e as soluções começam a surgir na forma de empreendimentos de reciclagem, que reaproveitam tais materiais, reintroduzindo-os em novos ciclos produtivos para fabricar diversos produtos. Os entulhos da construção civil são matéria-prima de qualidade para agregados, como areia e brita, que podem ser reaproveitados na pavimentação, contenção de encostas, canalização de córregos e uso em argamassas e concretos. Além de reduzir a pressão sobre os recursos naturais (rochas, cascalhos, areia, entre outros), a reciclagem de resíduos da construção civil é portadora de vantagens sociais, econômicas e ambientais. Para as Prefeituras, implica em reduzir despesas e área nos aterros para receber esses entulhos, visto que a responsabilidade de destinação passa a ser do gerador, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010). Tal política é grande estimuladora do estabelecimento desse segmento no País. Segundo a Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição (ABRECON), o ramo da reciclagem ainda é incipiente no Brasil, ao passo que na Europa e outros países já está consolidado, especialmente devido à escassez de recursos naturais. Isso significa que há boas oportunidades para empreendimentos de coleta e reciclagem desses resíduos no Brasil. Ainda é importante destacar que a Lei Federal nº 11.447/2007 já estabelecia diretrizes nacionais para o saneamento básico, sendo a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos um de seus quatro setores, antes mesmo da existência da Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

Importa destacar que São José do Vale do Rio Preto possui Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2014), elaborado em conformidade com as exigências da Lei Federal nº 11.445/2007, entretanto, ainda não

aprovado junto à Câmara Municipal. Também, não possui Plano Municipal de Gerenciamento/Gestão de Resíduos Sólidos (PMGRS), de acordo com o exigido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - Lei Federal nº 12.305/2010, o que dificulta o acesso a programas e recursos provenientes do Estado e da União para a execução de ações no sentido de qualificar e universalizar os serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos prestados pelo Município.

Drenagem Urbana e Manejo das Águas Pluviais

A gestão das águas pluviais trata-se de grande desafio nas cidades Brasileiras. A cada ano, alagamentos, enchentes e deslizamentos de terra espalham-se pelas ruas e bairros, causando estragos em edificações, na infraestrutura urbana, além de prejuízos financeiros e, até mesmo, perdas de vidas.

Nas regiões de serra há mais um agravante no problema das enxurradas: o relevo. O relevo das cidades serranas funciona como uma barreira que impede a passagem das nuvens que, quando concentradas, provocam muita chuva em única área. A parte alta das montanhas normalmente apresenta terreno inclinado e a vegetação nessas áreas cresce sobre uma camada rasa de terra. A água da chuva vai encharcando e infiltrando no solo que se descola da pedra e desliza morro abaixo. O volume de terra desce como uma avalanche, devastando o que encontra pela frente, muitas vezes provocando catástrofes. Normalmente, esse é o cenário frente a fortes chuvas na região de São José do Vale do Rio Preto.

Não existe fórmula mágica para evitar esse tipo de tragédia, mas algumas mudanças na estrutura dos centros urbanos podem minimizar o efeito do excesso de água. O desafio principal é encontrar alternativas para evitar a impermeabilização excessiva do solo e o assoreamento dos cursos hídricos (acúmulo de detritos que causa a redução da profundidade e da vazão dos cursos d'água). Outra questão importante a ser enfrentada é a falta de controle da ocupação urbana e de planejamento no crescimento das cidades. Evitar a ocupação irregular e desordenada em áreas de encostas, sujeitas a deslizamentos, é fator primordial para evitar essas ocorrências.

Sabe-se que reduzir o volume de chuvas não é possível, nem desejável, visto que em muitas regiões a chuva já é escassa. Entretanto, às vezes, o volume de chuva previsto para o mês precipita de uma só vez, em único dia de chuva intensa. Como os dispositivos urbanos de escoamento, na maioria dos casos, não dão conta de drenar tanta água e os rios estão cada vez mais estreitos e

rasos, o resultado são ruas alagadas, trânsito interrompido, perda de patrimônio físico e humano e todo o caos que tal situação gera.

Planejar e buscar alternativas para a resolução ou redução dos problemas com a drenagem urbana é atribuição, não só do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), mas também do PDM. Já existem projetos inovadores que unem a preocupação de como lidar com as fortes chuvas ao planejamento e ao paisagismo urbano. Nesse sentido, há algumas considerações importantes a fazer.

Tem-se conhecimento que áreas cobertas com asfalto e cimento ficam totalmente impermeáveis. Além de impossibilitar a absorção da água da chuva, o solo impermeabilizado faz a água escorrer mais rápido sobre a superfície, intensificando sua força gerando erosão e desmoronamentos nas vias e terreno natural desprotegidos. O uso de pavimentos alternativos ao asfalto, mais permeáveis, trata-se de alternativa viável. Blocos intertravados assentados sobre areia permitem que a água penetre no solo e escoe mais lentamente sob o piso das ruas e avenidas. Pavimentos assim poderão ser utilizados em vias com menor tráfego, principalmente de veículos de carga, assim como em passeios, estacionamentos e largos de praças e parques.

Sabe-se também que quanto mais espaços cobertos por vegetação nas áreas urbanas, tanto maior será a absorção da água pelo solo. Solo não pavimentado absorve até 90% da água da chuva. Nesse sentido, prever o incremento de reserva de espaços urbanos para a implantação de praças e parques é ponto a ser considerado nas legislações urbanísticas. A quantidade mínima de área verde por habitante preconizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 12 m^2 e a ideal é de 36 m^2, cerca de três árvores por morador. Ainda, quanto mais verde a cidade, melhor a qualidade do ar que se respira e mais agradáveis são a paisagem e o clima - a sombras proporcionada pelas copas, a umidade gerada pela vegetação em geral e a quantidade maior de área permeável são características de extremo valor urbanístico.

Outra consideração importante está relacionada ao respeito às legislações urbanísticas e ambientais, tais como normas de uso e ocupação do solo urbano, principalmente àquelas referentes ao zoneamento e aos índices de permeabilidade e taxas de ocupação nos lotes urbanos, à preservação dos recuos e afastamentos obrigatórios, associadas ao uso de passeios ecológicos que possibilitam o plantio de árvores e forrações e a não ocupação e preservação dos fundos de vale urbanos e Áreas de Preservação Permanente (APPs). O cumprimento, à risca, dessas normas mostra-se como fator de extremo impacto para a redução, ou até mesmo, extinção de agravos causados pelas forte chuvas.

Outro ponto importante, é a possibilidade de captação e reservação da água da chuva em cisternas ou reservatórios superficiais, ação que, em escala, auxilia a reduzir o volume de água que chega ao solo e, consequentemente, inundações nos centros urbanos, sendo que tais reservatórios permitem a reutilização da água da chuva armazenada para fins não potáveis (rega de vegetação, descarga sanitária e em serviços de limpeza). Além disso, essa ação agrega valor ambiental devido ao uso consciente dos recursos naturais e preservação da água.

Por fim, sistemas de captação e condução das águas pluviais (macro e microdrenagem), adequadamente projetados e dimensionados e com manutenção frequente, ajudam, em muito, na redução dos alagamentos. No entanto, para a redução dos agravos causados pelas águas pluviais, também é necessária a conscientização da população quanto à adequada disposição de resíduos sólidos urbanos. O lixo proveniente das atividades humanas, espalhado pelas ruas das cidades, além de causar poluição e, em alguns casos, contaminação do solo e da água, reduzindo a oxigenação hídrica e, por consequência, o potencial de vida nos rios e córregos, ainda causa entupimento dos dispositivos de microdrenagem urbana, assoreamento dos cursos hídricos, inclusive dos corpos receptores dos sistemas de drenagem, além de grande degradação ambiental.

Em São José do Vale do Rio Preto o sistema de drenagem urbana municipal é gerido pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes (SOPUT). Segundo informações da própria Secretaria, só a região central da malha urbana conta com rede de drenagem, contudo, não há mapeamento físico ou digital dessa rede.

Além disso, não há, no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2014), no tópico específico informações/mapeamentos detalhados sobre os sistemas e as redes de drenagem existentes no Município, tampouco que apresente os diversos problemas visualizados no levantamento em campo realizado para a elaboração desse diagnóstico. Também não há qualquer tipo de planejamento de macro ou microdrenagem municipal, o que ressalta a urgência de revisão do PMSB, bem como da posterior aprovação desse Plano e instituição da Política Municipal de Saneamento Básico, abordando os quatro setores do saneamento que são direta ou indiretamente interligados e, por essa razão, devem ser planejados e operacionalizados em conjunto, visando a universalização e a equidade na prestação dos serviços pertinentes, como meio de incrementar a saúde e a qualidade de vida da população e reduzir impactos ambientais, perdas de patrimônio e, principalmente, risco de perdas de vidas.

A operacionalização do sistema de drenagem urbana, principalmente no que se refere à manutenção - limpeza de bocas de lobos e galerias de águas pluviais, necessária ao perfeito funcionamento do sistema de drenagem, são realizadas por equipe própria da SOPUT. A periodicidade dessa limpeza depende da demanda, que é identificada, muitas vezes, por meio de solicitação dos munícipes.

Devido a topografia comum à Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, o município de São José do vale do Rio Preto apresenta grande necessidade de obras de drenagem urbana. Os problemas oriundos da inexistência de sistemas de macro e microdrenagem no Município, destacados pelos técnicos da Prefeitura e pela população, incluem alagamentos, deslizamentos, enchentes e erosões por todo o território (urbano e rural). Os Bairros que mais sofrem com esses problemas são os que se localizam às margens do Rio Preto.

Figura 35 - Via sem Dispositivos de Drenagem Urbana e de Contenção de Encostas.

Fonte: Acervo Safra Planejamento e Gestão.

De acordo com o que foi diagnosticado na ocasião do levantamento em campo, existe a necessidade de obras e intervenções de drenagem urbana (rede coletora e galerias pluviais, valetas, contenção de encostas, construção de

emissários finais, entre outras) em praticamente toda a área urbanizada de São José do Vale do Rio Preto.

Importa recordar que em Janeiro de 2011, São José do Vale do Rio Preto, assim como toda a Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, foi atingido por fortes chuvas que provocaram enchentes e deslizamentos. Esse evento foi considerado como a maior catástrofe climática e geotécnica do País e classificado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o 8º maior deslizamento ocorrido no mundo nos últimos 100 anos (Banco Mundial, 2012).

PAVIMENTAÇÃO E ACESSIBILIDADE URBANA E RURAL

Em conformidade com o mencionado no parágrafo anterior e segundo relatório produzido pelo Banco Mundial (2012), no setor de infraestrutura de transportes foram estimadas perdas e danos na ordem de R$ 621 milhões, em função da catástrofe climática de 2011, o que representa 13% dos custos totais do desastre da Região Serrana do Rio de Janeiro, e desses, 8% estão relacionados aos custos atribuídos a São José do Vale do Rio Preto.

Diversos trechos de rodovias estaduais, pontes, pontilhões, pavimentação urbana e outros equipamentos foram destruídos pelas inundações e deslizamentos. Cinco Rodovias Estaduais da Região foram identificadas, pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro (DER-RJ), no plano de intervenções, como críticas e prioritárias para a recuperação, por serem vias de acesso à Região Serrana, e apenas essas somavam custo de recuperação estimado em mais de R$ 292 milhões, que são: RJ-130, RJ-134, RJ-142, RJ-148 e RJ-150. Dessas, a RJ-134 é a principal rodovia que dá acesso ao município de São José do Vale do Rio Preto.

Segundo informações do Relatório de Avaliações de Danos (AVADAN, 2011), elaborado por equipe do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), em São José do Vale do Rio Preto, foram destruídas cinco obras de arte (pontes, pontilhões ou passagens molhadas) e uma foi danificada. O Relatório ainda menciona que 21 km de estradas foram danificadas, porém, nenhuma totalmente destruída. Ainda segundo o relatório, nenhuma via urbana do Município foi danificada ou destruída.

A Rodovia RJ-134 corta o território municipal e em alguns trechos é denominada como Rodovia Bianor Esteves e Estrada Silveira da Mota. Vários pontos do seu trecho urbano, conforme observado em visitas técnicas e levantamentos em campo, encontram-se em precário estado de conservação, oferecendo riscos à população e aos usuários em geral.

Para agravar o estado de conservação das vias locais, assim como atrasar ainda mais o processo de recuperação das mesmas, recentemente (2017), SJVRP foi atingido por incêndio na usina de asfalto do Município. Segundo informações do *site* da Prefeitura a Usina estava em operação, priorizando os serviços tapa-buracos, interrompidos até que se recupere os danos causados ao estabelecimento. Esse fato prejudica não somente a atual operação tapa - buracos, como também possíveis obras de pavimentação na Cidade.

Segundo informações do IBGE (2010), apenas 3,2% dos domicílios urbanos se encontravam em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiros, calçadas, meio-fio e pavimentação) naquela ocasião. A maioria dos bairros possui pavimentação apenas na via principal, sendo que o restante das vias encontram-se revestidas com pedra irregular ou paralelepípedo e, normalmente, sem pavimentação (em leito natural). Segundo informações dos técnicos da Prefeitura, somente o Centro da malha urbana possui calçadas e meios-fios (Figura 36). Mesmo assim, a maioria das calçadas mostram-se inadequadas no quesito acessibilidade universal.

Figura 36 - Via sem Passeio Público, com Pavimentação Precária e sem Dispositivos de Drenagem - com Processos Erosivos.

Fonte: Acervo Safra Planejamento e Gestão, 2017.

De acordo com a Confederação Nacional do Transporte (CNT), mais de 60% do transporte de carga é feito por Rodovias em todo País, e mais de 70% da malha rodoviária brasileira apresenta deficiências (CNT, 2017).

Em São José do Vale do Rio Preto, a produção agropecuária, principalmente de hortifrutigranjeiros, é a base da economia local e a situação das vias e estradas do Município dificulta o escoamento da produção.

Alguns dos problemas identificados nas vias rurais são a condição da base das mesmas (sem qualquer tipo de pavimentação e sem delimitação das faixas de rolagem), já que a maioria encontra-se em leito natural, bem como a inexistência de dispositivos de drenagem e condução das águas das chuvas (curvas de nível, bacias de contenção, entre outros). Em dias chuvosos as estradas, em sua maioria, alagam, impossibilitando o trânsito e dificultando o transporte de carga e humano, por vezes, inviabilizando o transporte escolar e coletivo. Além disso, os processos erosivos se acentuam a cada chuva. A inexistência de pavimentação e de sistemas de drenagem faz com que o leito natural das vias seja erodido e que seus sedimentos cheguem até os cursos d'água, corpos receptores e outros dispositivos do sistema de drenagem urbana, causando problemas como entupimentos das bocas de lobo e galerias, alagamentos, assoreamento do leito dos rios e poluição dos fundos de vale e das águas.

Outro aspecto importante no caso das vias rurais é o não respeito às faixas de domínio e áreas *non aedificandi* das estradas municipais. Na maioria, os cultivos e atividades agrícolas chegam até a borda da faixa carroçável, o que inviabiliza a construção dos dispositivos de drenagem da água das chuvas. Na maioria também, não há a presença de acostamentos regulamentados. A inexistência de sinalização é outra deficiência diagnosticada nas estradas rurais locais e nas vias urbanas.

Destaca-se que SJVRP não possui Lei Municipal que discipline a existência (abertura, readequação) e a manutenção das estradas rurais. Essa matéria legal será tratada na nova Lei Complementar, constante do conjunto de Leis do PDM - a Lei do Sistema Viário Municipal -, que trará disciplinamento quanto à largura e hierarquização das vias (urbanas e rurais), bem como dimensionamentos dos acostamentos, das faixas de domínio e faixas *non aedificandi*, assim como exigências de equipamentos e estruturas de engenharia que garantam seu bom funcionamento e manutenção, entre outros. Nesse sentido, será priorizada a readequação e a manutenção das vias consideradas estruturais no território rural, aquelas responsáveis por garantir o transporte público, escolar e da saúde, escoamento da produção agrossilvipastoril e a mobilidade dos moradores.

Assim também o será quanto às vias urbanas. Essa Lei disciplinará a hierarquização das vias (arteriais, marginais, coletores, locais, ciclovias, entre outras), a abertura e a garantia de continuidade de ruas e avenidas de articulação urbana em novos loteamentos, o tamanho e características construtivas dos passeios públicos, a existência de passeios ecológicos (quando passíveis de construção), a disposição de equipamentos e mobiliário urbano (sinalização, posteamento, arborização, dispositivos de acessibilidade universal), entre outros critérios.

Quanto à acessibilidade universal, está associada à disponibilidade de oportunidades oferecidas ao indivíduo para o seu acesso à cidade, o qual está atribuído a condições viáveis de mobilidade, tanto para indivíduos em sãs condições físicas, quanto para indivíduos com necessidades especiais.

Para que a cidade satisfaça aos direitos e determine os deveres de todos os indivíduos e grupos, deve-se pensar em conjunto de normas e códigos que estimulem a relação entre objetos e pessoas de forma a tornar mais acessível à conexão entre os elementos urbanos.

A questão da acessibilidade nos dias atuais vem sendo trabalhada como importante elemento para o desenvolvimento do ambiente urbano. A distribuição espacial das atividades e dos componentes deste ambiente são peças fundamentais nesse processo, ressaltando que a acessibilidade dar-se-á em função da separação espacial do destino e do lugar de origem.

Em muitas vias urbanas de São José do Vale do Rio Preto não há passeios públicos. Nas vias que apresentam passeios, muitas vezes, os mesmos não possuem padronização nas dimensões, pavimentação e revestimentos adequados. Além disso, em muitos trechos existem buracos, obstruções, obstáculos diversos e mobiliários urbanos mal posicionados que dificultam a acessibilidade, levando os transeuntes a transitarem na caixa de rolagem dos veículos, gerando risco de acidentes.

Muitos dos obstáculos observados nos passeios são causados por munícipes que utilizam o espaço de forma inadequada, descumprindo os padrões de largura das calçadas (Figura 37).

Figura 37 - Passeio Público Em SJVRP, com Obstáculos.

Fonte: Acervo Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Ainda, pisos inadequados, que refletem em excesso o sol, e escorregadios são encontrados em diversos passeios públicos, colocando em risco a segurança dos pedestres.

O espaço urbano contém pluralidade de elementos, usos e práticas. Contudo, tais elementos não se encontram corretamente distribuídos ao longo dos espaços públicos. Em alguns pontos da cidade há desalinhamento entre arborização, postes de iluminação, lixeiras e sinalização, o que atrapalha a circulação de pedestres.

Em alguns pontos da sede urbana, há rampas de acesso aos portadores de deficiência ou pessoas com redução de mobilidade, contudo, a maioria se encontra fora dos padrões estipulados pela NBR 9050. Não há presença de piso tátil na maioria das calçadas da área urbana. A inexistência desses equipamentos atinge também aos estabelecimentos dos serviços públicos municipais.

ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Energia Elétrica

O estado do Rio de Janeiro possui três empresas prestadoras de serviço de energia elétrica: ENEL, Light e ENERGISA Nova Friburgo. O município de São José do Vale do Rio Preto é atendido ENEL Distribuição Rio, que atua de acordo

com a regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e fornece 25 MVA para o Município, sendo que dos sistemas que atendem a população 66% é monofásico, 18% bifásico e 15% trifásico. Há previsão de ampliação na capacidade de distribuição de energia local até o ano 2020, chegando a 32 MVA.

Em conformidade com dados repassados pela Prefeitura e pela ENEL, constantes do PMSB local, em São José do Vale do Rio Preto 99,9% dos domicílios possuem acesso à eletricidade; esse percentual encontra-se acima da média do País que é de 95,5% dos domicílios, para o ano de 2013 (PMSB, 2014). O consumo de energia da Cidade registrado para o mês de junho de 2017 foi de 1.829.795 kWh.

Com relação a existência de energia elétrica para consumo próprio, de acordo com dados do Censo do IBGE - 2010, São José do Vale do Rio Preto tem a distribuição dos domicílios com energia elétrica como mostra a Tabela a seguir. O consumo médio por domicilio na região é de 190 kwh.

Tabela 26 - Energia Elétrica no Município de São José do Vale do Rio Preto, 2010.

Domicílio/Situação	Total
Particulares/ Cia. Distribuidora	6.463
Particulares/ com medidor	6.447
Particulares/ com medidor de uso exclusivo	4.995
Particulares/ com medidor comum a mais de um domicílio	1.452
Particulares/ sem medidor	16
Particulares/ outra fonte	32
Sem fornecimento	6
TOTAL	**6.501**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

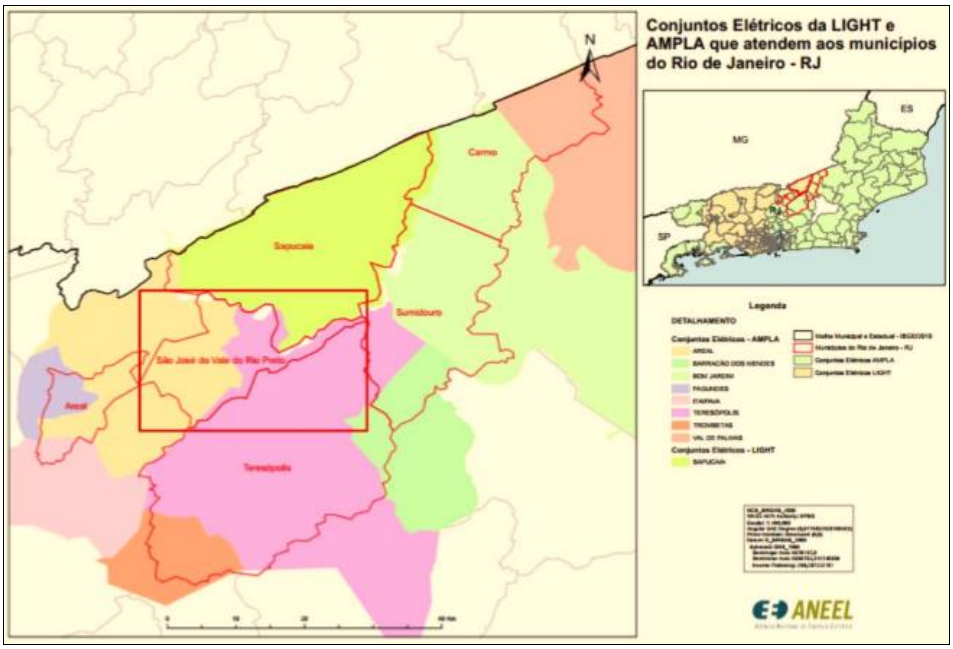
A distribuição de energia elétrica no território do município de São José do Vale do Rio Preto é realizada por dois conjuntos, conforme mostra Tabela 27. A Figura 38 mostra abrangência dos conjuntos em relação aos municípios, entre eles São José do Vale do Rio Preto. Cabe ressaltar que a divisão da ANEEL é por conjunto elétrico e não por município.

Tabela 27 - Conjuntos Elétricos, Códigos e Distribuidora para o Município.

Conjunto elétrico	Código do Conjunto Elétrico	Distribuidora
AREAL	13018	ENEL
TERESÓPOLIS	13090	

Fonte: ANEEL, 2014.

Figura 38 - Mapa de Conjuntos Elétricos (ENEL) no Rio de Janeiro, com Destaque para São José do Vale do Rio Preto.



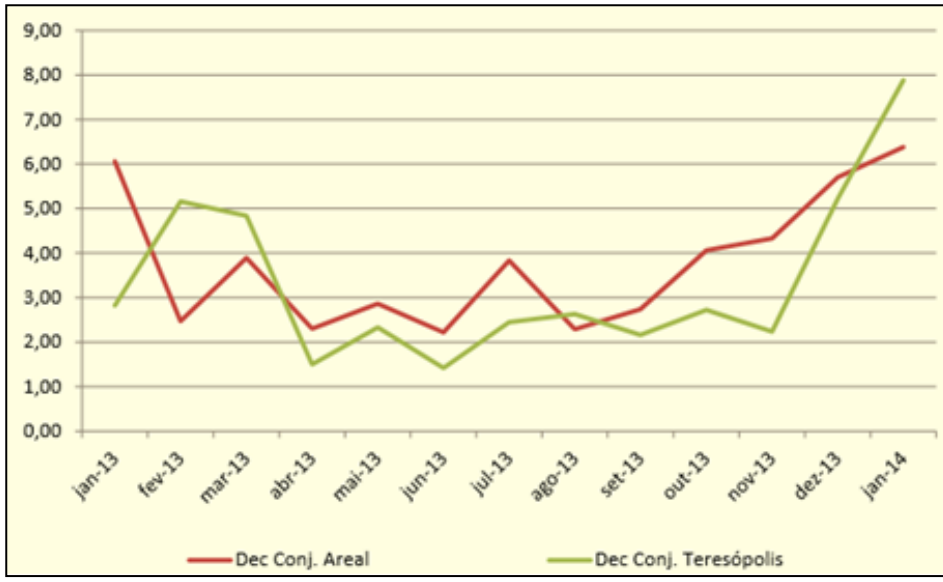
Fonte: ANEEL, 2014.

Os principais indicadores que medem a qualidade do fornecimento de energia elétrica são Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), conceituados da seguinte forma:

- Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC): Intervalo de tempo que, em média, no período de apuração, em cada unidade consumidora do conjunto considerado ocorreu descontinuidade da distribuição de energia elétrica, medido em horas.
- Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC): Número de interrupções ocorridas, em média, no período de apuração, em cada unidade consumidora do conjunto considerado.

Para São José do Vale do Rio Preto, foram encontrados os seguintes valores para o DEC e o FEC, por conjunto elétrico, mostrados nas Figuras 39 e 40, respectivamente.

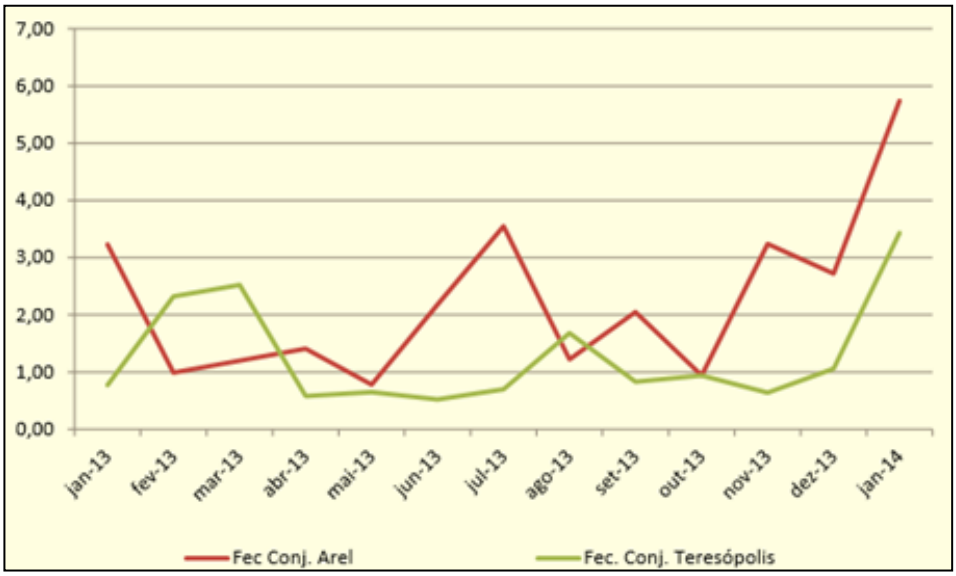
Figura 39 - Valores de DEC por Conjunto Elétrico para o Município de São José do Vale do Rio Preto.



Fonte: ANEEL, 2014.

Observa-se, nos dois gráficos, tendência de elevação das durações e frequências das interrupções, ou seja, a qualidade do serviço para os usuários de São José do Vale do Rio Preto servidos pelos dois conjuntos elétricos está declinando.

Figura 40 - Valores de FEC por Conjunto Elétrico para o Município de São José do Vale do Rio Preto.



Fonte: ANEEL, 2014.

Ressalta-se que uma das reclamações mencionadas nas Reuniões Comunitárias do PDM (junho, 2017) foi, justamente, a interrupção de fornecimento de energia elétrica. Segundo os moradores, basta ventar ou chover moderadamente e já há interrupção no fornecimento de energia.

Importa destacar que está em processo de implantação pela concessionária de energia, numa obra com recursos do Governo Federal, uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH)[10], que terá obras e equipamentos instalados em trecho do Rio Preto, no município de São José do Vale do Rio Preto, no Bairro Poço Fundo.

A PCH Poço Fundo está outorgada, desde novembro de 2015 e a empresa Poço Fundo Energia S.A, em dezembro de 2015, solicitou emissão de documentos para desapropriação das áreas necessárias à implantação dessa usina. Tratava-se da solicitação para emissão de Declaração de Utilidade Públcia (DUP) das áreas de terra necessárias à implantação do canteiro de obras, da casa de força, do reservatório e da Área de Preservação Permanente (APP) da Pequena Central Hidrelétrica Poço Fundo. Contudo, segundo relatos dos moradores locais, depois de iniciadas, por várias vezes as obras foram paralisadas e retomadas, porém, nunca finalizadas. Segundo informações da Prefeitura, a partir da 2017 as obras foram retomadas em definitivo. Foi

10 PCH - Usina Hidrelétrica de Pequeno Porte, que pode ser implantada com baixos impactos ambientais.

repassado pela Prefeitura esboço digital do mapa contendo a abrangência da PCH em SJVRP, contudo não foram repassados maiores detalhes.

Cabe destacar que a Prefeitura não possui cópia dos projetos e licenças para a construção e operação da PCH e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente só conhece as informações que foram repassadas para esse diagnóstico.

Segundo a imprensa regional, pelos projetos apresentados à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 2010, parte da vazão do Rio Preto será direcionada para um túnel subterrâneo que seguirá até a casa de força, evitando assim, o alagamento de grandes áreas, a supressão de vegetação e a remoção de casas. Outra questão mencionada é que a implantação da PCH em SJVRP envolve uma série de programas ambientais para a preservação da fauna, da flora e dos recursos hídricos, principalmente das nascentes. De acordo com os projetos, a capacidade de geração de energia para a PCH Poço Fundo é de 14 MW (Disponível em: http://www.portaltere.com/noticias/noticTere01533_110804.htm. Acesso em: 26. ago.2017).

Por fim, dados como consumo mensal médio por habitante, percentual da população urbana e rural atendida, consumo de energia total da Cidade, entre outras informações foram solicitadas a empresa ENEL, porém, não foram fornecidos.

Iluminação Pública

A Iluminação Pública pode ser definida como o serviço que tem por objetivo prover luz aos logradouros públicos, no período noturno, nos escurecimentos diurnos ocasionais ou, inclusive, aqueles logradouros que necessitem de iluminação permanente no período diurno (Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 456/2000).

A iluminação pública não se trata de serviço público regulado de forma centralizada. Por essa razão, existe grande diversidade de sistemas, tecnologias, níveis de atendimento e de qualidade dos serviços prestados no País.

Segundo a ENEL, o Município possui 3.221 postes com total de 3.248 lâmpadas, distribuídas por especificação conforme a Tabela a seguir:

Tabela 28 - Tipo de Lâmpadas Utilizadas na Iluminação Pública de São José do Vale do Rio Preto.

Tipo de Lâmpadas	Quantidade
Lâmpadas Incandescentes	1
Lâmpadas Mistas	1
Fluorescentes	33
Vapor de Mercúrio	470
Vapor de Sódio	2.667
Vapor Metálico	76
Total	3.248

Fonte: Relatório Ampla - ENEL, 2016.

Pelos dados apresentados na Tabela 28, percebe-se que a maior parte da iluminação pública é prestada por meio de lâmpadas de Vapor de Sódio (82%). Também percebe-se a não utilização de lâmpadas com tecnologia LED (*Light Emission Diode*) na iluminação pública, que proporcionariam economia de energia e maior durabilidade, reduzindo trocas e/ou manutenções.

Ainda, segundo a ENEL, o Município não possui placas luminosas nem semáforos.

COMUNICAÇÃO

Os meios de comunicação existentes nos municípios são ferramentas importantes a serem utilizados para o desenvolvimento social e econômico. Além disso, os meios de comunicação deverão ser utilizados de maneira programada e em situações de emergência e contingência. Nesse sentido, foi feita análise nos meios de comunicação existentes no município de São José do Vale do Rio Preto, com base em pesquisa no Portal da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), cuja competência é a outorga, regulamentação e fiscalização da telecomunicação brasileira.

O acesso à informação no município de São José do Vale do Rio Preto acontece de maneira satisfatória dentro dos padrões brasileiros, por meio de telefonia móvel e fixa, *internet*, comunicação multimídia, televisão e radiodifusão. Além disso, a comunicação é realizada por meios mais tradicionais como jornais impressos e correspondências postais.

Segundo informações repassadas pelos Técnicos da Prefeitura, os meios de comunicação mais utilizados no Município são a Internet, o Diário Oficial Eletrônico, a Emissora de Rádio Local e o Jornal Impresso.

Telefonia Móvel

O Serviço Móvel Pessoal (SMP), ou telefonia celular, é o serviço que permite a comunicação entre telefones celulares ou entre celular e telefone fixo. Tecnicamente, é definido como o serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre estações móveis e de estações móveis para outras estações. Atualmente, em algumas localidades, é utilizado também como forma de acesso à internet em banda larga.

A proporção de moradores com acesso a telefone celular em São José do Vale do Rio Preto, segundo dados do IBGE - 2010, era, no meio urbano 92,2% e no meio rural, 82,3% (IBGE, 2010).

Conforme informação da ANATEL, São José do Vale do Rio Preto conta com cinco operadoras de telefonia móvel, sendo: Claro, Nextel, Oi, Tim e Vivo. Dados fornecidos pela Prefeitura não confirmam a presença da Nextel no Município e salientam que todas as operadoras fornecem serviços com diversas limitações em vários Bairros. Ainda, os celulares não funcionam muito bem na área rural, funcionam melhor nas propriedades que possuem antena específica para a telefonia rural.

Ainda de acordo com a ANATEL, os serviços prestados pelas operadoras têm taxas de conexão de voz e conexão de dados com valores superiores as taxas de referência adotadas para mensurar a qualidade. Porém para serviços de conexão de dados 2G e 3G, nem todas as operadoras apresentam taxas satisfatórias. Já o serviço de conexão de dados 4G não está disponível para a região.

De acordo com pesquisa popular, não existe cobertura de serviço de telefonia móvel em algumas localidades do Município, porém a ANATEL não tem informações sobre este dado.

Telefonia Fixa

O Serviço Telefônico Fixo Computado (STFC), ou telefonia fixa, é o serviço de telecomunicações que, por meio de transmissão de voz e outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia. São modalidades do STFC os serviços Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI). De acordo com dados repassados pela Prefeitura Municipal, o Município conta com duas operadoras de telefonia fixa: Oi e Sumicity.

São José do Vale do Rio Preto possui 131 telefones públicos, sendo 118 acessíveis 24 horas e somente 1 adaptado para deficientes do tipo cadeirantes.

A Figura 41 mostra a localização georreferenciada dos telefones públicos localizados na área urbana de São José do Vale do Rio Preto, que se encontram nas proximidades da Rodovia Bianor Esteves e margeando o Rio Preto. Essa imagem foi gerada por meio do Portal da ANATEL, na ferramenta Fique Ligado, que disponibiliza a localização georreferenciada dos telefones públicos em todo o território nacional, além de outras informações complementares, tais como quantidades instaladas em cada estado e município, características individuais de cada aparelho (número, localização e status de funcionamento).

Figura 41 - Localização dos Telefones Públicos na Área Urbana de São José do Vale do Rio Preto.

Fonte: ANATEL (http://sistemas.anatel.gov.br/sgmu/fiqueligado/), 2017.

Comunicação Multimídia - *Internet* Banda Larga e TV por Assinatura

O Serviço de Comunicação Multimídia é um serviço fixo de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em âmbito nacional e internacional, no regime privado, que possibilita a oferta de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, permitindo inclusive o provimento de conexão à *internet*, utilizando quaisquer meios, a assinantes dentro de uma área de prestação de serviço.

Em conformidade com dados fornecidos por Técnicos da Prefeitura Municipal, as operadores que prestam serviços de *Internet* no Município são: OI Veloz, Sumicity e Global Info (Prefeitura Municipal de SJVRP, abril, 2017). Ainda sobre as empresas prestadoras de serviço de comunicação multimídia foram encontrados os seguintes registros de empresas fornecedoras do serviço para o

município de São José do Vale do Rio Preto: Claro, Oi, Sky e Vivo (ANATEL, 2017).

Cabe destacar que não há pontos públicos que fornecem serviços de Wi-Fi livre no Município. Entretanto, segundo dados fornecidos pela Prefeitura, em 2014 o Município estava pleiteando, junto ao Governo Federal, acesso a programa do Ministério das Comunicações chamado Cidades Digitais, que visa a implantação de rede metropolitana, para que órgãos de governo, instituições públicas e cidadãos possam ter acesso à *internet* de banda larga. Os objetivos específicos desse Projeto são prover infraestrutura que permita acesso, troca e compartilhamento de informações entre órgãos, contribuir para a melhoria da gestão pública municipal, participar ativamente no processo de inclusão digital dos municípios brasileiros, e contribuir para o desenvolvimento econômico local, por meio da implantação da infraestrutura necessária para provimento de serviços de telecomunicações de dados, voz e imagem.

Para São José do Vale do Rio Preto, o projeto previa a implantação de 13 PAGs (Ponto de Acesso Governamentais), 2 PAPs (Ponto de Acesso Público) e 1 PEAS/SGI (Ponto de Enlace e Acesso Social/Solução Gerenciadora de Infraestrutura), só que por motivo de ter unidade montada em local alugado o projeto deveria ser implantado com 12 PAGs, 2 PAPs e 1 PEAS/SGI. Destaca-se que não foram repassadas, pela Prefeitura Municipal, informações atualizadas sobre esse projeto, tampouco informado se esse projeto foi implantado ou não no Município.

Segundo dados do IBGE (2010), em São José do Vale do Rio Preto, no ano 2010, a proporção de moradores urbanos com acesso a microcomputador era naquele ano de 44%, essa proporção diminui para 30,7% se considerado o acesso a microcomputador com *internet*. No meio rural, 25,1% tinham acesso a microcomputador e 15,8% acesso a microcomputador com *internet* (IBGE, 2010).

Em conformidade com informações cedidas pelos Técnicos da Prefeitura Municipal, existe no Município o Programa Banda Larga nas Escolas, programa este lançado pelo Governo Federal tendo como objetivo conectar todas as escolas públicas urbanas à *Internet*.

A ANATEL juntamente com as operadoras de telefonia fixa Oi, Telefônica, Sercomtel e CTBC, assinou Termos Aditivos aos Termos de Autorização de exploração de Serviço de Comunicação Multimídia possibilitando a conexão de todas as escolas públicas urbanas à *Internet*, sendo o serviço mantido de forma gratuita até o ano de 2025. Todas as instituições de ensino público urbanas, cadastradas no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) são elegíveis para receber os benefícios desse programa.

A Tabela 29 mostra a relação de escolas participantes do Projeto Banda Larga nas Escolas, no município de São José do Vale do Rio Preto, a velocidade de conexão, entre outras informações referentes ao projeto.

Tabela 29 - Projeto Banda Larga nas Escolas no Município de São José do Vale do Rio Preto.

Tipo Escola	Escola	Início da Conexão	Velocidade	Empresa	Tecnologia
Municipal	E. M. Barão de Águas Claras	01/03/2011	2 MBPS	TELEMAR	ADSL
Estadual	C. E. Coronel João Limongi	31/12/2008	2 MBPS	TELEMAR	ADSL
Municipal	E. M. São José do Vale do Rio Preto	31/12/2008	2 MBPS	TELEMAR	ADSL
Municipal	Polo UAB de São José do Vale do Rio Preto	31/12/2008	2 MBPS	TELEMAR	ADSL
Municipal	E. M. Irene Lima	Fiação de entrada		TELEMAR	
Municipal	E. M. Santa Isabel	Tubulação/ Fiação de entrada		TELEMAR	
Municipal	E. M. José Affonso de Paula	Tubulação/ Fiação de entrada		TELEMAR	
Municipal	E. M. Vicente Morelli	Tubulação/ Fiação de entrada		TELEMAR	
Municipal	Polo E-TEC E. M. Prefeito Bianor Martins Esteves	Tubulação/ Fiação de entrada		TELEMAR	

Fonte: ANATEL, 2017.

Importa destacar que servidores públicos municipais mencionaram dificuldades com os serviços de *internet* prestados pelas operadoras nos diversos setores da Prefeitura, bem como no Município como um todo. Segundo Técnicos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e

Tecnologia, o sinal oscila muito e, diante de qualquer intempérie (chuva e vento moderados), desconecta.

Radiofusão

A radiodifusão, segundo a legislação brasileira, compreende os serviços destinados a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral e é dividida em radiodifusão sonora (rádio) e radiodifusão de sons e imagens (televisão).

O município de São José do Vale do Rio Preto possui os seguintes canais de radiodifusão: RTV - Canal 16 (Canal e Transmissões Intertv S/A); RTVD - Canal 30 (ainda não outorgado); FM - 101,1 MHz (Rádio Ultra FM Ltda.); e FM - 107,5 MHz (ainda não outorgado).

A Tabela 30 mostra as rádios comunitárias existentes no município de São José do Vale do Rio Preto.

Tabela 30 - Rádios Comunitárias no Município de São José do Vale do Rio Preto.

Entidade	Latitude	Longitude	Endereço sistema irradiante
Associação de Rádio Comunitária do Vale do Rio Preto	22S1119	42W5907	Estrada Silveira da Motta, km 17, loja 6, Posto Jaguarão - Jaguara
Associação Cultural Comunitária Amigos do Amor e Caridade	22S0915	42W5536	Rua José Tomé, 33, Parque Vera Lúcia
Associação de Rádio Comunitária Fonte UFE	22S1128	42W5908	Rua Paschoal Archanjo Morelli, 323, Jaguara
Associação Comunitária e Escola de Rádio São José do Vale do Rio Preto	22S0908	42W5508	Rua Pedro da Silva Machado, 10, Parque Vera Lúcia

Fonte: ANATEL, 2017.

Quanto aos canais de TV abertos de TV, podem ser sintonizados em São José do Vale do Rio Preto os seguintes: SBT, Globo, Record, RedeTV, Band, entre outros. O canal repetidor local é o SJTV. Contudo, cabe destacar que o desligamento do sinal analógico de televisão para o Município está previsto para a data de 29 de outubro de 2017, passando então a ter somente o sinal digital, conforme informa a ANATEL, o que pode reduzir a oferta de canais abertos disponíveis.

Quanto a operadoras de TV por assinatura, segundo informações fornecidas pela Prefeitura Municipal, a cabo existe a GSat e via Satélite existem as seguintes: Oi TV, Claro, SKY e Vivo.

Jornais e Periódicos

Quanto aos jornais e periódicos impressos com circulação em São José do Vale do Rio Preto, há: O Globo, Extra, O Dia, Meia Hora, Tribuna de Petrópolis, o Diário de Teresópolis, sendo estes dos municípios Rio de Janeiro, Petrópolis e Teresópolis. Existem os jornais locai: O Riopretano e Folha Popular de São José, sendo que o último conta com edição impressa e virtual (Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, 2017).

Ainda, o Município possui dois *sites* de notícias, o próprio *Site* da Prefeitura do Município (sjvriopreto.com.br/noticias) e o *site* de notícias regionais denominado Rede Info News. Em ambos são encontradas notícias sobre locais, eventos e outras informações relacionadas a SJVRP.

Correios

Segundo informações dos Correios existe uma agência no município de São José do Vale do Rio Preto, localizada no Bairro Centro, à Rua Professora Emilia Esteves, nº 22, com funcionamento de segunda à sexta, das 9 às 17 horas.

ASPECTOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

SAÚDE

A gestão das ações do setor de saúde de um município é possível mediante a concretização do instrumento de planejamento, o Plano Municipal de Saúde (PMS), que busca atuar de forma articulada, ininterrupta e integrada, processo garantido com a construção dos instrumentos básicos de gestão nele inseridos. Além do Plano, a gestão do setor segue Programações Anuais de Saúde, as quais são avaliadas pelos Relatórios Anuais de Gestão (RAG)/Sistema de Apoio à Construção do Relatório de Gestão (SargSUS).

O SargSUS é uma ferramenta eletrônica desenvolvida pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde em conjunto com o Departamento de Informática do SUS (DATASUS), com o objetivo de apoiar os gestores municipais na elaboração e envio do Relatório Anual de Gestão (RAG) ao Conselho de Saúde. O Relatório de Gestão é o instrumento da gestão do SUS, do âmbito do planejamento, conforme item IV do art. 4º da Lei nº 8.142/1990, referenciado também na Lei Complementar nº 141/2012 e Portaria nº 575/2012, do Ministério da Saúde. Além de constituir-se no instrumento de comprovação da aplicação dos recursos, o relatório tem a finalidade de apresentar os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde, orientar a elaboração da nova programação anual, bem como eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde, nas três esferas de direção do Sistema. É a principal ferramenta de acompanhamento da gestão da saúde no Município, Estado, Distrito Federal e União.

O planejamento é conceituado como um instrumento de gestão que permite administrar o processo de trabalho do setor e ao mesmo tempo, incorporar novas formas de pensar e agir.

É importante ter em mente que:

> Planejar é, antes de tudo, uma tentativa de chegar o mais próximo possível do objetivo proposto. Nesse processo, a meta a ser alcançada deve ser bem especificada. No entanto, o que foi planejado é passível de modificação, em decorrência da possibilidade de erros e/ou de mudanças externas ou internas, que podem influenciar no resultado dos objetivos propostos. Considerando que o planejamento é um processo que vai sendo refinado com o decorrer de seu desenvolvimento, o gerente precisa ser flexível a modificações, quando necessárias, em algo que foi planejado (Ministério da Saúde, 2014).

No âmbito do Sistema de Planejamento do SUS, define-se como Plano de Saúde o instrumento que, a partir de uma análise situacional, apresenta as intenções e os resultados a serem buscados no período de quatro anos, expressos em objetivos, diretrizes e metas. O Plano Municipal de Saúde contempla a descrição dos principais problemas locais de saúde, de operações para o seu enfrentamento, de prazos e de responsáveis, sempre visando a integração de mais de uma área da gestão e o acúmulo histórico de cada setor. Neste relato reforça-se também o caminho previsto e aprovado no Município para a articulação das diversas políticas públicas, no sentido de melhorar a qualidade de vida e saúde da população.

A elaboração do Plano Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto/RJ, com referência ao quadriênio 2014-2017 é uma contingência legal, expressa particularmente nos seguintes documentos normativos, dentre outros:

- Artigos 15 e 36 da Lei nº 8.080, de 19/09/1990 - Lei Orgânica do SUS;
- Artigo 4º da Lei 8.142, de 28/12/1990 - Dispõe sobre a participação da Comunidade na Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Pacto pela Saúde, Portarias nº 399/2006 e nº 699/2006;
- Portarias MS 3085/2006 - Regulamenta o Sistema de Planejamento do SUS;
- Portaria nº 1.580/2012 - Afasta a exigência de adesão ao Pacto pela Saúde ou assinatura do Termo de Compromisso de Gestão, de que trata a Portaria nº 399/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2006, para fins de repasse de recursos financeiros pelo Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios e revoga Portarias;
- Portaria MS 2.135/2013 - Estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Dessa forma, garantir a saúde à população de São José do Vale do Rio Preto de maneira organizada, planejada no tempo e no espaço, com metas e objetivos a serem alcançados e avaliados, na formulação de um Plano de Saúde em âmbito municipal, estadual e nacional é, portanto, uma confirmação do direito à saúde. O processo participativo e ascendente de formulação do Plano de Saúde, além de requisito legal, é um dos mecanismos relevantes para se assegurar o princípio de unicidade do SUS e a participação social. Para o cumprimento da orientação legal, verifica-se, todavia, a dificuldade de se indicar um modelo único aplicável a todas as instâncias, especialmente considerando as peculiaridades e necessidades próprias de cada município, estado e região do País. Dessa forma, o Plano de Saúde, como instrumento referencial básico, deve refletir essas diferentes realidades.

Importa destacar que o município de São José do Vale do Rio Preto é atendido pelos Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS) Serra e Centro Sul Fluminense.

Atenção Básica de Saúde em São José do Vale do Rio Preto

Conforme informações repassadas pelos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto (2017), a reorganização do sistema de atenção básica em rede tem como fator predominante para a diminuição das internações por causas sensíveis à atenção básica, o fortalecimento de todas as ações desenvolvidas dentro de cada território, partindo de princípios éticos, técnicos e científicos, operacionais e de maneira sustentável. A atenção à saúde é a capacidade de um sistema estabelecer as necessidades de uma população sob sua responsabilidade, implementar e avaliar a intervenções sanitárias relativas a essa população e prover cuidado para as pessoas no contexto de sua cultura e de suas preferências, considerando os riscos locais presentes.

O objetivo do Programa Saúde da Família (PSF) é fazer com que a Unidade Básica de Saúde da Família resolva a maior parte dos problemas de saúde de determinada região. Esse serviço foi implantado para dar atenção à determinada comunidade, oferecendo consultas médicas e odontológicas, visitas domiciliares, realizando palestras e atividades em grupos. Quando necessário se utiliza do serviço de referência e contra referência, encaminhando seus pacientes para outras Unidades mais específicas (Secretaria Municipal de Saúde, 2017).

Para o nível de atenção básica o município de São José do Vale do Rio Preto conta atualmente, conforme dados repassados pela Secretaria Municipal de Saúde (2017), com oito equipes do Programa Saúde da Família (PSF), sendo uma ainda não implantada na UBS do Centro, pois aguarda a posse dos convocado por meio de concurso público para depois solicitar oficialmente a implantação. Portanto, sete Unidades de Saúde distintas encontram-se em funcionamento, conforme segue:

Quadro 01 - Unidades Básicas de Saúde - PSF em São José do Vale do Rio Preto.

Unidades Básicas de Atendimento do Programa Saúde da Família	Localização
Unidade de Saúde da Família São Lourenço	Estrada de São Lourenço, s/n, São Lourenço
Unidade de Saúde da Família Barrinha	km 14 da Estrada Silveira da Motta, s/n, Barrinha
Unidade de Saúde da Família Boa Vista	Estrada da Boa Vista - Serra do Capim, s/n, Boa Vista
Unidade de Saúde da Família Roçadinho	rua Afonso Rodrigues Bittencourt, s/n, Roçadinho
Unidade de Saúde da Família Contendas	km 19, Estrada Silveira da Motta, s/n, Contendas
Unidade de Saúde da Família Pouso Alegre	Estrada Amândio Evangelista do Carmo, s/n, Pouso Alegre
Unidade de Saúde da Família Jaguara	km 17, Estrada Silveira da Motta, s/n, Jaguara
Unidade de Saúde da Família Centro	Rua dos Araújos, nº 100, Centro

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2017.

O horário de funcionamento das Unidades de Saúde do PSF é das 8 às 16 horas, de segundas às sextas-feiras.

Cada equipe apresenta, basicamente, a mesma composição: médico clínico geral, enfermeiro, auxiliar ou técnico em enfermagem, dentista e auxiliar de consultório dentário e seus respectivos agentes comunitários de saúde em quantidade relativa ao número de moradores da região, e atua com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, bem como na manutenção da saúde da comunidade abrangida.

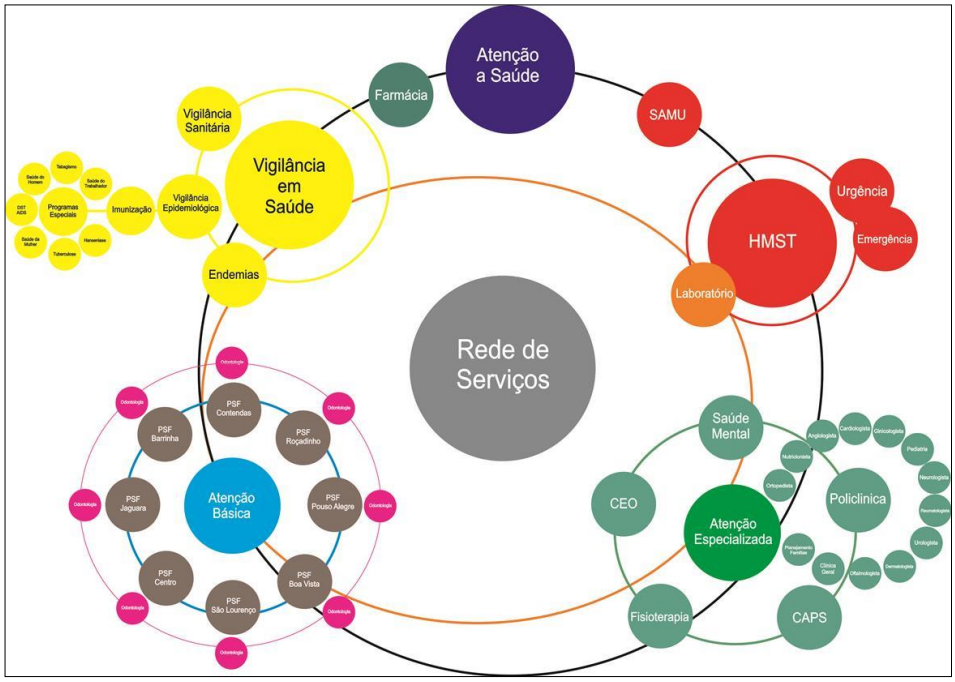
As atividades/intervenções realizadas nestas Unidade Básicas de Saúde do PSF são: Consultas médicas, procedimentos odontológicos, de enfermagem e de auxiliar de enfermagem, visitas domiciliares e atividades normais dos Agentes Comunitários de Saúde.

Unidades de Saúde de São José do Vale do Rio Preto

A Secretaria Municipal da Saúde de São José do Vale do Rio Preto oferta bom atendimento no setor da saúde pública e conta, atualmente, com vários estabelecimentos de saúde pública no território municipal, sendo: sete Unidades de Saúde da Família, todas com Equipe de Saúde Bucal, Policlínica Municipal, Centro Especializado de Odontologia (CEO), Centro de Saúde Mental, Farmácia Municipal, Laboratório de Análises Clínicas (terceirizado), Central de

Regulação de Exames e Consultas, Central de Imunização, Central de Regulação e Internação, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Rede Conveniada para Consultas Especializadas e Exames Complementares, Ambulatório de Fisioterapia, SAMU e Hospital Maternidade Santa Theresinha, o que possibilita melhor qualidade de atendimento à população (Figura 42). Destaca-se que uma Unidade de Saúde da Família, a do Centro, ainda não foi implantada e não possui Equipe de Saúde Bucal.

Figura 42 - Organograma da Distribuição do Atendimento pela Atenção a Saúde em São José do Vale do Rio Preto.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2017.

As Unidades de Saúde da Família são os seguintes:

- Unidade de Saúde da Família de Roçadinho: Figura 43;

Figura 43 - Unidade de Saúde da Família de Roçadinho.

Fonte: Acervo Safra Planejamento e Gestão.

- Unidade de Saúde da Família de São Lourenço;
- Unidade de Saúde de Boa Vista;
- Unidade de Saúde de Pouso Alegre: Figura 44;

Figura 44 - Unidade de Saúde da Família de Pouso Alegre.

Fonte: Acervo Safra Planejamento e Gestão.

- Unidade de Saúde da Família de Barrinha;

- Unidade de Saúde da Família de Jaguara;
- Unidade de Saúde da Família de Contendas;
- Unidade de Saúde da Família Centro: nessa Unidade de Saúde há o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) pois, de fato, ainda não foi implantada;
- Centro de Saúde Mental: nessa Unidade de Saúde são ofertados serviços de profissionais de nível superior (básicos e especializados) e consultas médicas especializadas. O Centro de Saúde Mental funciona de segunda a sexta-feira, das 8 às 16 horas e está localizado no Centro da Cidade, à Rua Professora Maria Emilia Esteves, nº 123. Compõem o quadro do Centro de Saúde Mental os seguintes profissionais: psicólogos, fonoaudiólogos, médico psiquiatra, além do pessoal administrativo, de limpeza e de serviços gerais.
- Centro Médico Integrado (CEMEI): Não faz parte do SUS - Figura 45.

Figura 45 - Centro Médico Integrado de São José do Vale do Rio Preto.

Fonte: Acervo Safra Planejamento e Gestão.

Cabe destacar a existência de dois estabelecimentos de saúde em SJVRP com estrutura ociosa atualmente (abril, 2017): Unidade Básica de Saúde Pedras

Brancas, localizado na área rural, ainda não inaugurada, e Centro Cirúrgico para realização de Cirurgias Oftalmológicas (Catarata), localizado na área urbana.

Todos os equipamentos de saúde estão em razoável ou bom estado de conservação e apresentam capacidade de suporte satisfatória para atender a demanda local, contudo, alguns necessitam de reformas e adaptações, também no que se refere à acessibilidade universal. Há carência de recursos humanos em quase todas as unidades do Setor.

Conforme informações repassadas pelos Técnicos da Secretaria Municipal de Saúde (2017), a Policlínica Municipal encontra-se instalada em imóvel locado situado na rua Engenheiro Fuller Tredget (Parque Vera Lúcia). Parte dos PSFs estão instalados em imóveis próprios, parte em imóveis locados. Há necessidade de estudos para melhoria e/ou readequação das instalações e dos equipamentos desses estabelecimentos de saúde pública.

A Policlínica Municipal (Figura 46) funciona de segundas a sextas-feiras, no horário das 8 às 16 horas e está localizada no Centro da Cidade, à Rua Engenheiro Fuller Tredget, nº 78. Oferta serviços como consultas médicas ambulatoriais básicas e especializadas, exames preventivos, espirometria, teste da orelhinha, eletrocardiograma, eletroencefalograma, endoscopia digestiva, patologia clínica, anatomopatologia e citopatologia, ultrassonografia e pequenas cirurgias ambulatoriais.

Figura 46 - Policlínica Municipal de São José do Vale do Rio Preto.

Fonte: Acervo Safra Planejamento e Gestão.

Possui no seu quadro de pessoal médicos clínicos, ginecologistas, pediatras, cardiologistas, angiologista, reumatologista, ortopedista, urologista, otorrinolaringologista, enfermeira, nutricionista, neurologista, oftalmologista, dermatologista, auxiliares de enfermagem, além dos funcionários da limpeza, recepcionistas, pessoal do setor administrativo e técnicos para realização de exames.

As especialidades oferecidas pela Policlínica Municipal são as seguintes: Clínica Geral, Ortopedia, Ginecologia, Cardiologia, Pediatria, Urologia, Neurologia, Oftalmologia, Dermatologia, Otorrinolaringologia, Reumatologia, Cirurgia Geral; além dos serviços prestados pelas enfermeiras e nutricionistas (Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, Central de Marcação de Consultas e Exames, Secretaria Municipal de Saúde, 2017).

Para que as unidades de saúde atendam às necessidades da população e dos profissionais que ali atuam, mediante um ambiente acolhedor para proporcionar um atendimento de qualidade e humanizado, sugere-se que a revitalização/reforma dessas unidades e dos equipamentos ocorra, pelo menos, a cada três anos e a troca dos equipamentos, pelo menos, a cada cinco anos.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 24 - Abrangência dos Equipamentos Públicos de Saúde de São José do Vale do Rio Preto.

Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)

O CAPS é uma instituição destinada a acolher pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar e apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecendo-lhes atendimento médico e psicossocial. Um dos objetivos do CAPS é possibilitar a organização de uma rede substitutiva ao hospital psiquiátrico no Brasil. Os pacientes são atendidos de acordo com projetos terapêutico singulares, que consistem em um tratamento específico para cada indivíduo, elaborado pela equipe. Além das consultas, o Projeto pode ser composto por diversas atividades, como oficinas terapêuticas e culturais, rodas de conversa e orientações individuais ou em grupo, entre outras. O quadro funcional que compõe esse equipamento está na Tabela 31.

Tabela 31 - Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Profissional	Quantidade	Vínculo
Psicologia	01	Estatutário
Assistente Social	01	Estatutário
Servente	01	Estatutário
Psicopedagoga	01	Estatutário
Auxiliar de Enfermagem	01	Contratado

Fonte: Plano Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2014-2017.

Conforme informações do PMS (2014-2017), São José do Vale do Rio Preto não possui CAPS, porém, a instalação deste é uma das metas do Plano. Entretanto, cabe destacar que, segundo respostas dos servidores aos *checklists* iniciais do PDM, já existe CAPS. Segundo informações posteriores dos Técnicos do Setor, há o CAPS em funcionamento, contudo, o mesmo ainda não recebeu verba específica, pois não está implantado em definitivo por falta de equipe mínima. A nomeação da equipe encontra-se em processo de finalização.

Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) - Clínica da Família

O Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) visa complementar os atendimentos realizados na atenção básica. O NASF dá suporte às Equipes de Saúde da Família (ESF) para qualificar o atendimento ao usuário, realizando atendimentos eletivos, agendados por meio de encaminhamentos escritos ou referenciados por profissional da ESF, sendo a referência necessária no momento do atendimento presencial. O NASF tem como responsabilidade central atuar e reforçar nove diretrizes na atenção à saúde, a saber: a

interdisciplinaridade, a intersetorialidade, a educação popular, o território, a integralidade, o controle social, a educação permanente em saúde, a promoção da saúde e a humanização.

Conforme informações do PMS (2014-2017), São José do Vale do Rio Preto não possui NASF, porém, a instalação desse equipamento trata-se de uma das metas do Plano Municipal de Saúde vigente.

A Odontologia no Município de São José do Vale do Rio Preto

A rede de assistência odontológica do município de São José do Vale do Rio Preto conta com sete equipes de saúde bucal na atenção básica, composta por cirurgião-dentista e auxiliar de saúde bucal, um Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e atendimento no Centro de Saúde da Família do Centro. Cabe destacar, contudo, que tanto o CEO, quanto o Centro de Saúde da Família do Centro encontram-se instalados em imóvel locado situado à Rua dos Araújos.

A estratégia de Saúde da Família tem 86% de cobertura da população, sendo o mesmo percentual atendido pela Equipe de Saúde Bucal, possibilitando o atendimento odontológico aos usuários da área de abrangência, tendo como objetivo, além do atendimento clínico dos indivíduos, possibilitar a diminuição da prevalência das doenças bucais. Para isso, desde o ano de 2013 foi intensificado a promoção e prevenção, na busca de tentar diminuir os efeitos da odontologia assistencialista e mutiladora do passado mediante atividades educativas nas escolas, ensinando técnicas de escovação, palestras, escovação dental supervisionada, aplicação tópica de flúor e, também, atividades em grupos na própria Unidade Básica de Saúde.

Por intermédio do CEO, que conta com sete cirurgiões dentistas, duas auxiliares de saúde bucal e uma técnica em prótese dentária, a população pode ter acesso a serviços de:

- Endodontia;
- Periodontia;
- Odontopediatria;
- Cirurgia Oral Menor;
- Diagnóstico Bucal com Ênfase no Diagnóstico e Detenção de Câncer Bucal;
- Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (Secretaria Municipal de Saúde de SJVRP, 2014-2017).

Os pacientes atendidos no CEO são encaminhados pelas Unidades Básicas de Saúde, visto que necessitam de atendimento especializado. Entretanto, também há atendimento por procura direta.

Atendimentos dos Serviços de Saúde

Em relação ao número de atendimentos, nas diversas unidades de saúde de São José do Vale do Rio Preto e especialidades ofertadas, conforme o Relatório Anual apresentado em 2013, parte integrante do PMS (2014-2017), tem-se os seguintes dados (Tabela 32):

Tabela 32 - Total Atendimentos nas Unidades de Saúde em 2013.

Tipo do Atendimento	Unidades de Saúde da Família							Total
	Barrinha	Roçadinho	Boa Vista	Pouso Alegre	São Lourenço	Contendas	Jaguara	
Visitas Domiciliares	365	145	81	57	346	721	6	1.721
Consultas Médicas	3.742	2.336	2.152	1.823	3.031	5.495	2.977	21.556
Procedimentos Odontológicos	3.008	6.320	4.378	4.070	4.872	4.678	4.157	31.483
Procedimentos de Enfermagem	5.700	3.655	2.147	2.776	4.745	4.422	4.257	27.702
Procedimentos Aux. de Enfermagem	6.895	3.836	2.531	2.698	3.956	6.267	6.001	32.184
Atividades dos Agentes Com. de Saúde	23.836	24.680	12.492	14.619	10.407	33.755	30.915	150.704

Fonte: Plano Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2014-2017.

O Serviço Municipal de Fisioterapia encontra-se localizado à Rua Professora Maria Emília Esteves, nº 123 e funciona de segunda à sexta, das 8 às 16 horas. Tem como objetivo maior a diminuição da demanda reprimida, otimizando o tempo de espera para agendamento do tratamento, evitando a cronicidade das patologias.

Trata-se de ambulatório que oferece à população atendimento em Fisioterapia em Traumato-ortopedia, Neurologia, Neuropediatria e Fisioterapia Respiratória. Nessa Unidade são realizados ainda atendimentos especializados para Desordem Temporomandibulares (DMTs), Oncologia e Reeducação Postural Global (RPG). Além desses, são realizados atendimentos domiciliares e disponibilizado transporte a pacientes de seu domicílio até a Unidade onde

recebem o tratamento. Quando necessário é executado também encaminhamentos com articulação da rede de serviços.

Nos anos de 2013 e 2014 foram realizados vários investimentos para melhoria das instalações do Setor e aquisição de novos equipamentos e materiais, o que resultou em imediata motivação da Equipe e consequentemente melhorais na qualidade do atendimento prestado à população O total de atendimentos fisioterápicos realizados em São José do Vale do Rio Preto em 2013 foi de 10.124 sessões.

Atendimentos de Urgência e Emergência

Com relação às modalidades urgência/emergência, atendimento com observação e internações hospitalares o município de São José do Vale do Rio Preto conta com o Hospital Maternidade Santa Therezinha (HMST), subordinado à Secretaria Municipal de Saúde e que presta serviços à rede SUS para o atendimento da demanda local/regional. Realiza também cirurgias e partos (vaginal e cesáreo) e disponibiliza serviços de gastroenterologia, patologia clínica, ultrassonografia e raios-X, entre outros. O HMST funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana e está localizada no Centro da cidade, à Rua Professora Maria Emília Esteves, nº 617.

O Município trabalha com essa instituição de saúde mediante convênios estabelecidos por meio de contratos. No entanto, dependendo da complexidade do atendimento, tem-se como referência outros hospitais do Estado.

No seu quadro de pessoal constam médicos plantonistas clínicos gerais, pediatras plantonistas, anestesistas, ginecologistas-obstetras, cirurgiões gerais, médico visitador, enfermeiro-chefe, técnicos e auxiliares de enfermagem, técnicos de raios-X, técnicos de imobilização, além do pessoal da limpeza, cozinha, serventes, administrativos, entre outros. Na área administrativa, conta com Administrador Geral, Administrador Médico, Diretor de Serviços de Enfermagem e Responsável pelo Setor de raios-X.

Os serviços prestados pelo HMST em termo de pronto atendimento são os procedimentos de enfermagem em pronto atendimento, atendimentos de urgência geral e em pediatria.

Segundo o PMS (2014-2017) há necessidade de renovação dos mobiliários de urgência do HMST, especificamente sala de hidratação venosa adulto, sala de sutura, sala de trauma e sala de repouso da pediatria.

O sistema de saúde local recebe, frequentemente, população de outros municípios. A porta de entrada dos pacientes de outros municípios (principalmente Teresópolis, Sapucaia, Três Rios, Posse, Petrópolis e Areal) se dá pela Urgência e Emergência Hospitalar, uma vez que São José do Vale do Rio Preto faz divisa com localidades pertencentes a outros municípios, mas que se encontram distantes de seus centros urbanos de referência e mais próximos do HMST. Em conformidade com a Secretaria Municipal de Saúde (abril, 2017), isso ocorre sistematicamente, ao contrário das demandas de Atendimento Primário e Especializado que seguem o fluxo das referências e contra referencias.

Ainda no que se refere aos atendimentos de urgência e emergência, o município de São José do Vale do Rio Preto não conta com uma unidade de Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBM/RJ). Porém, segundo informações do CBM/RJ, a Região Serrana conta com três unidades que atendem as cidades da região, sendo elas: 6° GBM - Friburgo, 15° GBM - Petrópolis e 16° GBM - Teresópolis. No entanto, o Município pode contar com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). O SAMU 192 Região Serrana/RJ, faz parte da Política Nacional de Urgências e Emergências desde 2003 e ajuda a organizar o atendimento na rede pública prestando socorro à população. Trata-se de serviço de abrangência nacional e coordenada regionalmente que associa serviços de resgate e salvamento de urgência e emergência sob regulação médica e com número nacional 192, regulamentado por meio da Portaria GM/MS nº 2.048/2002. O SAMU deverá ser acionado exclusivamente por meio do 192, que é o número com padronização nacional para regulação de chamadas de urgência e emergência.

A Central de Regulação do SAMU da Região Serrana está instalada no município de Petrópolis, onde estão locados a Coordenação Geral, Coordenação de Enfermagem e a Coordenação Médica, juntamente com uma Equipe Avançada (Médico, Enfermeiro e Condutor) e duas Equipes Básicas (Técnico em Enfermagem e Condutor).

São José do Vale do Rio Preto possui uma Base descentralizada, subordinada a Central de Petrópolis, composta por uma Viatura de Suporte Básico, com equipe formada por Técnico em Enfermagem, Condutor por plantão (24x72h) e Coordenadora da base (diarista), totalizando quatro Técnicos de Enfermagem e quatro Condutores. A estrutura da base do SAMU está localizada na Rua Professora Maria Emília Esteves, 617, Centro, no prédio em anexo a Central de Marcações de Consultas da Secretaria Municipal de Saúde, sua Estrutura física possui 46 m² e está subdividida em recepção, copa, cozinha, banheiro, repouso e uma garagem coberta para abrigar a ambulância.

O funcionamento e dinâmica do atendimento do SAMU ocorrem da seguinte forma: o solicitante liga para o 192, onde é atendido por um técnico que identifica a chamada, solicita alguns dados essenciais para a resposta ao chamado e transfere a ligação para um médico regulador, que identifica a chamada e inicia o atendimento orientando o paciente ou a pessoa que fez a ligação. Conforme a situação o médico pode orientar o tratamento por telefone, encaminhar o paciente à Unidade de Saúde mais próximo ou pode enviar ambulância com equipe devidamente capacitada à avaliar o quadro da vítima e se necessário, realizar imediatamente os primeiros atendimentos vitais e em seguida entrar em contato com o médico regulador para receber as orientações sobre os procedimentos a serem realizados com a vítima, que poderá ser atendido no local da ocorrência ou ser encaminhado ao Hospital Maternidade Santa Theresinha ou (em casos onde exige um atendimento de maior complexidade) para o hospitais de referência.

Assistência Hospitalar

De acordo com dados provenientes da Secretaria Municipal de Saúde de SJVRP (2017), o Hospital Maternidade Santa Theresinha (HMST) é uma unidade de saúde que presta serviços pelo SUS, ofertando serviços de atendimento de urgência e emergência e atendimento com observação e internações hospitalares. Encontra-se localizado na Rua Professora Maria Emília Esteves. Segundo informações dos Técnicos da Prefeitura, há a necessidade de desenvolvimento de estudos para verificação se o Hospital necessita de ampliação e/ou readequação. Esses estudos deverão estar em consonância com as normas médicas e legislações sanitárias pertinentes vigentes.

Atualmente (2017), o HMST tem capacidades instalada de 58 leitos, sendo: 6 para Clínica Cirúrgica, 27 para Clínica Médica, 9 para Clínica Ginecológica/Obstétrica, 11 para Clínica Pediátrica, 1 para Tisiologia, 1 para Unidade Intermediária, 1 para Unidade de Isolamento, 2 para Pacientes Crônicos. Possui 3 salas cirúrgicas, aparelho de raios-X, ambiente de urgências em Pediatria, Clínica Médica, Obstetrícia e Anestesiologia, a qual encontra-se em fase de reforma e ampliação, visando proporciona melhor qualidade de atendimento aos munícipes.

Em conformidade com as informações repassadas pela Secretaria Municipal de Saúde (abri, 2017), o número de leitos por habitante está dentro dos padrões ideais, visto que até o momento não há registro de fila de espera por leitos no Hospital Municipal.

Os serviços de internação prestados pelo HMST estão relacionados às especialidades e às Clínicas Médica, Pediátrica, Obstétrica e Cirúrgica. Além dos

pacientes locais, em 2013, foram internado no HMST aproximadamente 121 pacientes de diversos Município da Região, tais como Teresópolis, Sapucaia, Três Rios, Posse, Barra Mansa, Petrópolis e Duque de Caxias.

Serviços em Saúde de Média e Alta Complexidade

Quanto à prestação de serviços em saúde de média e alta complexidade para São José do Vale do Rio Preto, ocorre mediante a Programação Pactuada e Integrada (PPI). Normalmente, os pacientes locais são encaminhados aos municípios polo que possuem atendimento de referência, dependendo do tipo de atendimento, bem como por meio dos Sistemas de Regulação que gerenciam os serviços ofertados pelo Estado ou pelo município do Rio de Janeiro. Alguns dos serviços prestados e suas localidades estão descritos a seguir:

- Hemoterapia - Angra dos Reis, Araruama, Barra Mansa, Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Itaperuna; Macaé, Magé, Mangaratiba, Marica, Miguel Pereira, Miracema, Natividade, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Paracambi, Paraíba do Sul, Parati, Petrópolis, Piraí, Resende, Rio Bonito, Rio de Janeiro, Santo Antônio de Pádua, São Gonçalo, Saquarema, Teresópolis, Valença, Vassouras e Volta Redonda;
- Cirurgias por Radiologia Intervencionista e Diagnósticos e Terapias - Medicina Nuclear - Itaperuna;
- Saúde Auditiva - Natividade;
- Reabilitação Física - Serviços de Referência em Medicina Física e Reabilitação - Niterói;
- Diagnósticos em Cardiologia e Radiologia Intervencionistas - Nova Friburgo;
- Diagnósticos em Medicina Nuclear (Cintilografia) e em Radiologia Intervencionista - Petrópolis;
- Diagnósticos em Medicina Nuclear (Terapias), Densitometria Óssea, Ressonância Magnética, Tomografia; Cirurgias por Radiologia Intervencionista; Oncologia - Quimioterapia e Radioterapia - Rio de Janeiro;
- Bolsas para Ostomizados; Diagnósticos - Ressonância Magnética, Tomografia; Litotripsia; Oncologia Clínica e Quimioterapia - Teresópolis;
- Terapias Renais Substitutivas (TRS) - Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) - Diálise Peritoneal e Hemodiálise - Três Rios;

- Consultas Especializadas, Diagnósticos e Cirurgias não prestadas na atenção básica - Programação Pactuada e Integrada (PPI) - maioria dos serviços prestados em Petrópolis;
- Serviços Prestados por Pactuação - Programação Pactuada e Integrada (PPI) - Diagnósticos/Exames e Terapias - Duque de Caxias (Secretaria Municipal de Saúde de SJVRP, 2017).

Mortalidade

As enfermidades mais frequentes no município de São José do Vale do Rio Preto, de acordo com informações repassadas pelos Técnicos da Secretaria Municipal de Saúde (abril, 2017), são as doenças cardiovasculares, seguidas pelas doenças respiratórias. Em conformidade com os boletins de atendimento, esse fato pode ser explicado devido à população local apresentar fatia expressiva de pessoas na faixa etária acima de 60 anos, público mais suscetível a essas enfermidades.

Quanto aos índices de mortalidade em São José do Vale do Rio Preto, não foi obtida muita informação atualizada junto à Secretaria Municipal de Saúde, principalmente detalhamento sobre as principais causas dos óbitos dos últimos três anos, o que denota a necessidade de ampliação do registro de óbitos, bem como de estudos para identificar meios de preveni-los. Os dados encontrados com a distribuição de óbitos de pessoas residentes em São José do Vale do Rio Preto entre 2005 e 2014, segundo principais causas, têm como fonte o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS (2014) e estão dispostos na Tabela 33.

Tabela 33 - Distribuição de Óbitos de Pessoas Residentes em São José do Vale do Rio Preto, 2005 - 2014.

Causa	Óbitos/Ano									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Causas externas de morbidade e mortalidade	1	0	0	sem dados	0	0	-	-	0	0
Contato com serviços de saúde	0	0	1		0	0	-	-	0	0
Doenças do aparelho circulatório	12	11	17		11	10	18	14	14	7
Doenças do aparelho digestivo	0	0	2		2	2	1	-	4	1
Doenças do aparelho geniturinário	1	0	1		0	3	2	3	2	0
Doenças do aparelho respiratório	16	18	11		11	16	16	17	13	5
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	0	1	6		3	3	12	8	5	2
Doenças infecciosas e parasitárias	0	3	2		9	2	1	4	6	2
Doenças de olhos e anexos	0	0	0		0	0	-	-	0	0
Doenças originadas no período perinatal	1	0	0		0	0	-	-	1	3
Doenças osteomuscular e tecido conjuntivo	0	0	0		0	0	-	-	0	1
Doenças de ouvido e da apófise mastoide	0	0	0		0	0	-	-	0	0
Doenças de pele e do tecido subcutâneo	1	0	0		0	0	-	-	0	0
Doenças de sangue, órgãos hematológicos, transtornos imunitários	0	1	0		0	1	2	1	2	0
Doenças sistema nervoso	3	0	3		0	0	2	2	3	0
Gravidez, parto e puerpério	0	0	0		0	0	-	-	0	0
Lesões, envenenamentos e causas externas	1	0	3		2	0	2	-	3	1
Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	0	0	0		0	0	-	-	0	0
Neoplasias	5	5	7		4	13	1	6	10	7
Sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais	1	0	1		1	0	-	-	1	0
Transtornos mentais e comportamentais	0	0	1		0	0	-	-	2	0
Total	42	39	55		43	50	57	55	66	29

Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS, 2014.

Pode-se verificar na Tabela 33 que os óbitos por doença do aparelho circulatório consistem nas principais causas de óbitos, seguidas por doença do aparelho respiratório e neoplasias. Em relação à mortalidade por gravidez, parto ou puerpério, entre os anos de 2005 e 2014 não houve registro de óbitos em São José do Vale do Rio Preto.

Quanto à mortalidade infantil em SJVRP, têm-se os seguintes dados (Tabela 34):

Tabela 34 - Mortalidade Infantil em São José do Vale do Rio Preto, 2008 - 2014.

Taxa de Mortalidade Infantil em São José do Vale do Rio Preto						
2008	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
12,5	13,94	26,2	4,44	10,91	16,13	23,72

Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 2014.

De acordo com o números da Tabela 34, com relação à mortalidade infantil houve incremento nos últimos anos, considerando o retrospecto a 2012, o que denota a necessidade de ações urgentes para reduzir esse índice.

Os técnicos do Setor de Saúde acreditam que as possíveis razões para o aumento da mortalidade infantil estejam relacionadas à ineficácia do pré e o pós natal. Visando a redução desses índices serão realizados ações voltadas na atenção básica para o pré-natal amplo eficaz e vigilante.

Considerações sobre Mortalidade

O processo de reorganização da atenção básica de saúde estabelece grande desafio a todos os gestores municipais, no sentido de consolidar o Sistema Único de Saúde (SUS) e fortalecer a atenção primária, de modo a ampliar a resolutividade e reduzir internamentos e morbimortalidade por causas sensíveis à atenção básica.

Para tanto, as políticas públicas devem se constituir por meio da construção e da gestão compartilhadas, estabelecendo uma rede de compromissos e corresponsabilidade em favor da vida e da criação de estratégias necessárias para que ela exista.

Sendo assim, o tratamento de pessoas com doenças em fases crônicas e/ou agudas necessita de outra forma de serviço de saúde e, impreterivelmente, de transformações no estilo de vida e administração da saúde. Conclui-se, com isso, que a prevenção, a promoção e a assistência são elementos fundamentais

para o alcance de serviços e resultados efetivos e, consequentemente, redução dos gastos com complicações de doenças crônicas.

Outro estabelecimento importante nas ações de saúde do Município é o NASF. Com a implantação do NASF obter-se-á melhora significativa na resolutividade da Atenção Básica, por meio da participação de equipe capacitada e multidisciplinar.

Vigilância em Saúde

As atividades da Vigilância em Saúde de São José do Vale do Rio Preto são realizadas a partir da sede da Secretaria Municipal de Saúde, localizada no Centro da malha urbana, à rua Professora Maria Emília Esteves, nº 617. O funcionamento desse setor é de segunda à sexta-feira, das 8 às 16 horas. Essa Unidade foi cadastrada para os serviços de Vigilância Sanitária e Epidemiológica do Município e conta com equipe da vigilância sanitária composta por: coordenador, farmacêutico e cinco agentes de endemias; e equipe de vigilância epidemiológica, composta por: enfermeira, como coordenadora, e técnica em enfermagem (imunização).

Vigilância Epidemiológica

A Vigilância Epidemiológica é o Setor responsável pela notificação e investigação de doenças e agravos no município de São José do Vale do Rio Preto, assim como pelo controle de dados vitais e do abastecimento e atualização dos sistemas de informações dos SUS.

Os Programas Especiais desenvolvidos pela Vigilância Epidemiológica são: Imunização, Nutrição, contra o Tabagismo, Tuberculose, Hanseníase, Hiperdia, Saúde da Mulher, Saúde do Idoso, Saúde do Homem, Saúde do Trabalhador, DST/Aids, entre outros. Já os sistemas de informações dos SUS abastecidos e atualizados pela Vigilância Epidemiológica são:

- Sistema de Informação de Mortalidade (SIM);
- Sistema de Informação de Agravos Notificados (SINAM);
- Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINASC);
- Programa Nacional de Imunização (PNI);
- Sistema de Informação Ambulatorial (SAI);
- Sistema de Informação Hospitalar (SIH);
- Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB);
- Sistema de Informação de Vigilância Sanitária e Nutricional (SISVAN);

- Sistema de Acompanhamento de Programa de Imunização no Pré-natal e Nascimento (SISPRENATAL);
- Sistema de Informação do Câncer de Mama e Colo do Útero (SISCAN) (Secretaria Municipal de Saúde de SJVRP, 2017).

Doenças Emergentes e Endemias - Combate à Dengue, Zika e Chikungunya

Esse tipo de programa tem por objetivo estruturar ações de sensibilização/conscientização e de controle do vetor da dengue, agregando a estas, maior envolvimento da população em geral nos cuidados diários, na melhoria de qualidade de vida de suas famílias e das pessoas do seu entorno. Busca fazer dos moradores, agentes permanentes no combate às doenças, assim como fiscais informais para controle e monitoramento da correta destinação dos resíduos no Município.

Em SJVRP não há programas desse tipo. Entretanto, a Vigilância Ambiental realiza campanhas e eventos em parceria com os Agentes Comunitários de Saúde e com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

Doenças de Notificação Compulsória

As doenças de notificação compulsória são classificadas em grupos especiais quanto às medidas de controle adotadas, especialmente quando se considera que este grupo de causas tem sido alvo de ações especificas de prevenção e controle e até mesmo com metas de erradicação/eliminação. Podem ser classificadas em doenças redutíveis por imunização, redutíveis por saneamento básico e redutíveis por programas especiais.

Doenças Redutíveis por Saneamento Básico

Muito já se sabe da relação saneamento e saúde e mais especificamente entre a água e a saúde pública. Embora nem sempre seja fácil mensurar o impacto positivo produzido pelo abastecimento de água e o esgotamento sanitário na ocorrência das doenças de veiculação hídrica, como as diarreias, estudos epidemiológicos, com metodologias diversas, realizados em diferentes contextos, têm apresentado resultados consistentes quanto à existência dessa relação.

No Brasil, a diarreia é a principal doença relacionada ao saneamento inadequado. Fazendo-se hoje uma análise da oferta dos principais serviços de saneamento no Brasil, tem-se que nas últimas décadas houve uma melhora

significativa na cobertura de alguns serviços, sobretudo nas áreas urbanas. No entanto, alguns serviços e áreas continuam relegados ao segundo plano.

As doenças oriundas da falta de saneamento básico são decorrentes tanto da quantidade como da qualidade das águas de abastecimento, do afastamento e destinação adequada dos esgotos sanitários, do afastamento e destinação adequada dos resíduos sólidos, da ausência de uma drenagem adequada para as água pluviais e principalmente pela falta de uma educação sanitária.

A Engenharia Sanitarista classifica as doenças infecciosas em categorias, relacionando-as com o ambiente em que são transmitidas, do seguinte modo:

- Doenças infecciosas relacionadas com a água;
- Doenças infecciosas relacionadas com excretas (esgotos);
- Doenças infecciosas relacionadas com resíduos sólidos;
- Doenças infecciosas relacionadas à habitação.

As doenças infecciosas relacionadas com a água podem ser causadas por agentes microbianos e agentes químicos. As doenças infecciosas relacionadas com excretas (esgotos) são aquelas causadas por patogênicos (vírus, bactérias, protozoários e helmintos) existentes em excretas humanas, normalmente nas fezes. Cabe destacar que muitas doenças relacionadas com as excretas também estão relacionadas a água.

Os resíduos sólidos quando mal dispostos, propiciam a proliferação de moscas, as quais são responsáveis pela transmissão de uma infinidade de doenças infecciosas (amebíase, salmonelose, entre outras). Os resíduos servem ainda como criadouros e esconderijos de ratos que também são transmissores de doenças como: peste bubônica, leptospirose (transmitidas pela urina do rato) e febres (devido a mordida do rato). O lixo também favorece a proliferação de mosquitos que se desenvolvem em água acumulada em latas e outros recipientes abertos, comumente encontrados nos monturos. O homem pode ainda contaminar-se pelo contato direto ou indireto através da água por ele contaminada (Chorume), portanto, essas são algumas das doenças infecciosas relacionadas com os resíduos sólidos.

Por fim, as interações entre habitação e saúde humana são numerosas, destacando-se alguns aspectos, tais como:

- Localização das habitações: deve ser longe dos focos de vetores de doenças (depósitos de lixo, águas estagnadas, entre outros). Assim, doenças como malária e dengue podem ser controladas;

- Instalações hidrossanitárias: o projeto das habitações deve prever a existência de instalações hidrossanitárias de modo que se tenha suprimento de água e afastamento dos esgotos, satisfatoriamente. As instalações hidrossanitárias devem proporcionar adequada higiene pessoal e doméstica. Desse modo, doenças como giardiase, disenteria, diarreia, entre outras, podem ser evitadas;
- Proteção contra doenças infecciosas transmitidas através do ar: as habitações devem ser projetadas de maneira tal que proporcionem adequada ventilação, temperatura e umidade do ar. Pode-se, desta forma, evitar a transmissão de doenças cujos agentes são transportados pelo ar como, por exemplo, meningite, sarampo, difteria, doenças respiratórias, entre outras;
- Proteção contra a instalação de vetores de doenças: neste caso, estão as doenças transmitidas pelos ratos, moscas, baratas, barbeiros, entre outros. Um exemplo clássico é a doença de chagas transmitidas pelo barbeiro. Esse insento procura se alojar nas fendas das paredes das habitações de taipa e, à noite, ao alimentar-se do sangue humano, defeca na pele infectando a pessoa. A Doença de Chagas tem maior incidência em populações rurais de baixa renda, onde são comuns habitações de taipa mal conservadas.

Doenças como a Dengue, Zika e Chikungunya continuam sendo problemas de saúde pública relacionados ao saneamento básico (inexistência de esgotamento sanitário, de redes adequadas para a drenagem da água das chuvas, disposição incorreta de resíduos sólidos) mais evidentes nos municípios brasileiros, pois, envolvem, além das ações relacionadas ao saneamento, mudança comportamental da população.

Doenças Redutíveis por Imunização

Compõem o grupo de doenças redutíveis por imunização as infectocontagiosas, tais como: Rubéola, Influenza, Hepatite A e B, Tuberculose, Meningite, Dengue e Febre Amarela. Esse grupo de doenças tem sido reduzido por meio de intervenções para imunização, ofertada à população mediante a vacinação de rotina, bem como de campanhas anuais e ações de bloqueio, quando necessárias.

Quanto à imunização, o PMS (2014-2017) prevê a implantação do programa de vacinação no Município, que será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde e que visa promover a imunização preventiva e de controle de agravos, sensibilizando e conscientizando a população dos benefícios destas ações. Atualmente (abril, 2017), as principais vacinas e soros

administrados são contra às seguintes doenças, bem como, os principais testes executados são, conforme o Quadro a seguir:

Quadro 02 - Principais Vacinas, Soros Administrados e Testes Executados - Vigilância Epidemiológica - Imunização, 2017.

Vacinas e Soros Administrados e Testes Executados - Imunização
BCG
Hepatite B
Rotavírus Humano
Poliomielite (Oral)
Tetravalente
Tríplice Viral
Tríplice Viral para MIF
Tríplice DTP
Dupla Viral
Dupla Adulto
Contra Raiva em Cultura de Células
Contra Febre Amarela
Antirrábica Humana
Antirrábica Animal
Soro Antibotrópico
Soro Antitetânico
Soro Antiescorpiônico
Soro Antiaracnídico
Soro Antirrábico
Contra Pneumococo 23
Visitas Domiciliares
Busca Ativa
Influenza
Exames do Pezinho

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto - Imunização - Epidemiologia, 2017.

Programa Saúde na Escola

Em SJVRP há ações e atividades relacionadas à saúde pública realizadas nas escolas, são elas:

- Avaliação antropométrica: avaliação do estado nutricional por meio da antropometria, utilizando o Índice de Massa Corporal (IMC);
- Verificação da situação vacinal dos educandos e direcionando o educando para atualização na rede de saúde;

- Saúde Bucal: avaliação do estado de saúde bucal dos educandos e identificação de quais apresentam necessidade de cuidado em saúde bucal;
- Saúde Ocular: verificação com os pais se a criança realizou triagem ocular ("teste do olhinho") na maternidade ou na UBS e anotação do resultado; Verificação se as crianças que apresentaram teste alterado foram encaminhadas para diagnóstico; Realização do teste de Snellen;
- Saúde Auditiva: verificação com os pais ou responsáveis se a criança realizou triagem auditiva ("teste da orelhinha") na maternidade e anotação do resultado; Identificação dos educandos com possíveis sinais de comprometimento auditivo;
- Desenvolvimento de Linguagem: identificação dos educandos com possíveis sinais de alterações de linguagem oral e escrita, tais como trocas fonéticas/fonológicas na fala e grafêmicas na escrita, alterações no fluxo da fala - gagueira, alterações na qualidade vocal;
- Identificação de possíveis sinais relacionados às Doenças Negligenciadas e em Eliminação: observação de possíveis sinais de doenças negligenciadas prevalentes na região (hanseníase, tuberculose, malária, esquistossomose, geohelmintiases, tracoma) considerando indicadores epidemiológicos locais e proposta de medidas de controle e eliminação;
- Identificação de possíveis sinais relacionados às Doenças Negligenciadas e em Eliminação: fortificação com micronutrientes; Educação Alimentar e Nutricional na perspectiva da promoção da alimentação e modos de vida saudáveis;
- Promoção da cultura de paz e Diretos Humanos: Realização de atividades pedagógicas/dialógicas de estímulo;
- Saúde Mental: criação de grupos intersetoriais de discussão de ações de saúde mental no contexto escolar, em articulação com o GTI municipal; criação de grupos de famílias solidárias para encontro e troca de experiência, com mediação da creche/escola e saúde; criação de grupos entre pares para fomento e estímulo ao protagonismo infanto-juvenil a partir de manejo de conflitos no ambiente escolar;
- Saúde e prevenção nas Escolas (SPE): educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/aids: formação de jovens multiplicadores para atuarem entre pares nas temáticas envolvendo saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/aids; realização de atividades abordando as temáticas da saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/Aids e Hepatites Virais no cotidiano escolar;

- Saúde e prevenção nas Escolas (SPE): prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas: Realização de atividades no cotidiano escolar abordando a temática dos riscos e danos do uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas;
- Prevenção de acidentes: realização de atividades de prevenção de acidentes e mapeamento na escola das situações de risco de acidentes;
- Saúde Ambiental: realização de atividades de sensibilização, responsabilização e intervenção do cuidado consigo mesmo e com o ambiente escolar;
- Práticas Corporais e Atividade Física: oferta de práticas corporais, atividade física e lazer orientadas, relacionadas à realidade da comunidade, incluídas no cotidiano escolar.

Vigilância Sanitária

Os programas desenvolvidos pela Vigilância Sanitária são: Cadastramento, Inspeção, Licenciamento, Investigação, entre outros.

No que se refere ao cadastramento, inspeção e licenciamento dos estabelecimentos, são daqueles direcionados à prestação de serviços de alimentação e/ou de interesse à saúde pública, sujeitos à Vigilância Sanitária. No que tange à investigação, as ações são direcionadas a surtos de doenças transmitidas por alimentos ou a infecções em serviços públicos de saúde. Além disso, há o recebimento e o atendimento a denúncias e reclamações dos munícipes quanto aos serviços prestados no Município.

Vigilância Ambiental

Quanto à Vigilância Ambiental os programas desenvolvidos estão relacionados ao controle do mosquito Aedes Aegypti e de roedores, por meio da realização de visitas domiciliares e a pontos estratégicos.

Além disso, há o programa de vacinação contra a raiva animal, por meio de aplicação de doses da vacina e as atividades educativas junto à população em geral e aos setores regulados/fiscalizados, principalmente relacionadas à temática da Dengue.

Por fim, há o acolhimento e o atendimento à denúncias e reclamações diversas.

Notificação Conforme Eventos

Em casos de recebimento de denúncias, dependo do evento, a Vigilância Sanitária e Ambiental de São José do Vale do Rio Preto emiti notificação oficial ao ente denunciado, determinando prazo para o cumprimento das ações de regularização (Secretaria Municipal de Saúde de SJVRP, 2017).

Liberação de Licença

As licenças para funcionamento de diversos estabelecimentos comerciais e de serviços de interesse à saúde, principalmente àqueles relacionadas ao à saúde pública, somente poderão ser emitidas pela Vigilância Sanitária do Município. Em São José do Vale do Rio Preto a liberação das licenças de funcionamento se dá conforme a natureza da atividade descrita e podem ser de baixo ou médio risco (Secretaria Municipal de Saúde de SJVRP, 2017).

Recebimento e Atendimento a Denúncias Recebidas, Inspeções Sanitárias e Emissão de Autos e/ou Termos

Em São José do Vale do Rio Preto todas as denúncias recebidas e registradas são verificadas, para a devida confirmação ou não da veracidade sobre o ato denunciado. Na diligência para a inspeção sobre a denúncia, conforme norma, a Vigilância Sanitária realiza a orientação e/ou emite a notificação ao denunciado, dependendo do evento.

As inspeções sanitárias são realizadas de acordo com a atividade a qual o estabelecimento pertence. Todos os estabelecimentos de saúde e/ou de interesse à saúde são inspecionados para, somente então, obterem a liberação ou não da licença sanitária. Dependendo do estabelecimento, a Vigilância Sanitária local acompanha a inspeção da Vigilância de nível Regional, para o posterior processo de licenciamento.

Os autos e/ou termos são emitidos pela Vigilância Sanitária para as mais diversas situações, tais como: auto de apreensão, inutilização, liberação e infração. Com relação à Dengue, Zika ou Chikungunya, no caso de emissão de auto de infração, nele já estão incluídas as multas a serem aplicadas ao infrator, em conformidade com o disposto no Código Ambiental do Município - Lei nº 127/1991 (Secretaria Municipal de Saúde de SJVRP, 2017).

Profissionais da Saúde em São José do Vale do Rio Preto

Em relação aos profissionais que compõem a Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, assim como todas as Unidades de

Saúde locais, tem-se informação, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (2017) de que o Setor possui mais de 80% dos seus servidores concursados.

Os profissionais que compõem a Secretaria Municipal da Saúde de São José do Vale do Rio Preto, bem como as Unidades de Saúde locais, estão os dispostos nas Tabelas a seguir:

Tabela 35 - Profissionais da Secretaria Municipal da Saúde de São José do Vale do Rio Preto.

Profissional	Quantidade	Vínculo
Secretária da Saúde	1	Cargo Comissionado
Diretor de Saúde	1	Cargo Comissionado
Estagiário	3	Estagiário
Atendente de Saúde	3	Estatutário
Farmacêutico	1	Estatutário
Enfermeiro	2	Estatutário
Auxiliar de Enfermagem	6	Estatutário
Atendente de Saúde	2	Estatutário
Médico Regulador	1	Estatutário
Dentista	2	Estatutário
Nutricionista	1	Estatutário
Agente de Endemias	4	Estatutário
Agente de Endemias	2	FUNASA*
Veterinário	1	Estatutário
Sanitarista	1	Ministério da Saúde
Auxiliar Administrativo	10	Estatutário
Auxiliar Administrativo	1	Contratado
Motoristas	9	Estatutário
Servente	2	Estatutário

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2017.
Nota: * Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

Tabela 36 - Profissionais da Unidade de Saúde da Família São Lourenço - Equipe Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidade I.

Profissional	Quantidade	Vínculo
Médico Clínico Geral	1	Contratado
Enfermeiro	1	Estatutário
Auxiliar ou Técnico de Enfermagem	1	Estatutário
Cirurgião Dentista	1	Contratado
Auxiliar de Saúde Bucal	1	Estatutário
Agente Comunitário de Saúde	3	Estatutário

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2017.

Tabela 37 - Profissionais da Unidade de Saúde da Família Barrinha - Equipe Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidade I.

Profissional	Quantidade	Vínculo
Médico Clínico Geral	1	Contratado
Enfermeiro	1	Contratado
Auxiliar ou Técnico de Enfermagem	1	Estatutário
Cirurgião Dentista	1	Contratado
Auxiliar de Saúde Bucal	1	Estatutário
Agente Comunitário de Saúde	4	Estatutário
Servente	1	Estatutário

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2017.

Tabela 38 - Profissionais da Unidade de Saúde da Família Boa Vista - Equipe Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidade I.

Profissional	Quantidade	Vínculo
Médico Clínico Geral	1	Estatutário
Enfermeiro	1	Estatutário
Auxiliar ou Técnico de Enfermagem	1	Estatutário
Cirurgião Dentista	1	Estatutário
Auxiliar de Saúde Bucal	1	Estatutário
Agente Comunitário de Saúde	1	Estatutário

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2017.

Tabela 39 - Profissionais da Unidade de Saúde da Família Roçadinho - Equipe Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidade I.

Profissional	Quantidade	Vínculo
Médico Clínico Geral	1	Contratado
Enfermeiro	1	Estatutário
Auxiliar ou Técnico de Enfermagem	1	Estatutário
Cirurgião Dentista	1	Estatutário
Auxiliar de Saúde Bucal	1	Estatutário
Agente Comunitário de Saúde	3	Estatutário

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2017.

Tabela 40 - Profissionais da Unidade de Saúde da Família Contendas - Equipe Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidade I.

Profissional	Quantidade	Vínculo
Médico Clínico Geral	1	Programa mais médicos
Enfermeiro	1	Contratado
Auxiliar ou Técnico de Enfermagem	1	Estatutário
Cirurgião Dentista	1	Estatutário
Auxiliar de Saúde Bucal	1	Estatutário
Agente Comunitário de Saúde	6	Estatutário

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2017.

Tabela 41 - Profissionais da Unidade de Saúde da Família Jaguara - Equipe Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidade I.

Profissional	Quantidade	Vínculo
Médico Clínico Geral	1	Contratado
Enfermeiro	1	Estatutário
Auxiliar ou Técnico de Enfermagem	1	Estatutário
Cirurgião Dentista	1	Estatutário
Auxiliar de Saúde Bucal	1	Estatutário
Agente Comunitário de Saúde	4	Estatutário

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2017.

Tabela 42 - Profissionais da Unidade de Saúde da Família Pouso Alegre - Equipe Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidade I.

Profissional	Quantidade	Vínculo
Médico Clínico Geral	1	Estatutário
Enfermeiro	1	Estatutário
Auxiliar ou Técnico de Enfermagem	1	Estatutário
Cirurgião Dentista	1	Estatutário
Auxiliar de Saúde Bucal	1	Estatutário
Agente Comunitário de Saúde	4	Estatutário
Servente	1	Estatutário

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2017.

Tabela 43 - Profissionais da Unidade de Saúde da Família Centro - Equipe Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidade I.

Profissional	Quantidade	Vínculo
Médico Clínico Geral	1	Contratado
Enfermeiro	1	Estatutário
Auxiliar ou Técnico de Enfermagem	1	Estatutário
Agente Comunitário de Saúde	7	Estatutário

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2017.

Tabela 44 - Profissionais da Policlínica Municipal - Equipe Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidade I.

Profissional	Quantidade	Vínculo
Médico Neurologista	1	Estatutário
Médico Oftalmologista	1	Estatutário
Médico Ortopedista	2	Estatutário
Médico Clínico Geral	2	Estatutário
Médico Angiologista	1	Estatutário
Médico Urologista	1	Contratado
Médico Otorrinolaringologista	1	Contratado
Médico Reumatologista	1	Estatutário
Médico Cardiologista	1	Estatutário
Médico Ginecologista	2	Estatutário
Médico Pediatra	2	Estatutário
Médico Nutricionista	1	Estatutário

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2017.

Tabela 45 - Profissionais da Unidade de Fisioterapia.

Profissional	Quantidade	Vínculo
Auxiliar Administrativo de Saúde	1	Estatutário
Auxiliar de Manutenção	1	Estatutário
Fisioterapeuta	5	Estatutário
Motorista	1	
Coordenador	1	

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2017.

Tabela 46 - Profissionais da Unidade de Centro Especializado em Ortodontia (CEO).

Profissional	Quantidade	Vínculo
Cirurgião Dentista	9	Estatutário
Protético Dentário	1	Estatutário
Auxiliar em Saúde Bucal	3	Estatutário
Servente	1	Estatutário

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2017.

Tabela 47 - Profissionais do SAMU.

Profissional	Quantidade	Vínculo
Socorrista	4	Estatutário
Enfermeira Coordenadora	1	Contratado
Motorista	3	Estatutário

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2017.

Tabela 48 - Profissionais da Unidade de Saúde Mental.

Profissional	Quantidade	Vínculo
Psicólogo	05	Estatutário
Fonoaudiólogo	02	Estatutário
Servente	02	Estatutário

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2017.

Tabela 49 - Profissionais do Hospital Maternidade de Santa Terezinha - Setor Administrativo e Outros.

Profissional	Quantidade	Vínculo
Diretor Administrativo	1	Cargo Comissionado
Diretor Médico	1	Cargo Comissionado
Diretor de Enfermagem	1	Cargo Comissionado
Responsável pelo Setor de Raio-X	1	
Assistente Social	1	Estatutário
Auxiliar Administrativo	2	Contratado
Auxiliar Administrativo de Saúde	5	Estatutário
Médico Auditor	1	Ministério da Saúde
Motorista Plantonista (Ambulância)	5	Estatutário
Farmacêutico	1	Estatutário
Nutricionista	1	Estatutário
Cozinheira	8	Estatutário
Servente	13	Estatutário
Servente	1	Contratado
Agente Comunitário de Saúde	1	Estatutário
Médico em Radiologia	1	Estatutário
Técnico em Radiologia	8	Estatutário
Auxiliar de Enfermagem	4	Estatutário
Médico Gastroenterologista	1	Contratado
Médico Cardiologista	1	Estatutário
Técnico em Imobilização	2	Estatutário

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2017.

Tabela 50 - Profissionais do Hospital Maternidade de Santa Terezinha - Setor Enfermagem.

Profissional	Quantidade	Vínculo
Técnico em Enfermagem	23	Estatutário
Enfermeira	7	Estatutário
Técnico em Imobilização	3	Estatutário

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2017.

Tabela 51 - Profissionais do Hospital Maternidade de Santa Terezinha - Médicos Plantonistas - Clínica Médica e Pediatria - Centro Cirúrgico.

Profissional	Quantidade	Vínculo
Médico Clínico	13	Contratado
Médico Clínico	1	Estatutário
Médico Pediatra	3	Contratado
Médico Pediatra	3	Estatutário
Técnico em Enfermagem	2	Estatutário
Médico Obstetra	2	Contratado
Médico Obstetra	1	Estatutário
Médico Cirurgião Geral	1	Contratado
Médico Cirurgião Vascular	1	Contratado
Médico Cirurgião Pediatra	1	Contratado
Médico Cirurgião Ginecologista	1	Contratado
Médico Anestesista	2	Estatutário

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto, 2017.

Frota de Veículos da Secretaria Municipal de Saúde de São José do Vale do Rio Preto e o Transporte de Pacientes

Segundo informações repassadas pelos técnicos do Setor de Saúde de SJVRP, os veículos utilizados pela secretaria e/ou unidades de saúde são: cinco automóveis de passeio Volkswagen Gol e duas Vans para o transporte de pacientes; Há também as viaturas utilizadas para transportes de pacientes para fora do Município, para realização de procedimento de média e alta complexidade, sendo uma Van usada terças, quintas e sábados para hemodiálise no município de Três Rios. Nos outros dias da semana, a mesma Van é utilizada para serviços de média a alta complexidade fora do Município.

Há também uma viatura disponível para vigilância ambiental e sanitária, uma viatura para a atenção básica e uma viatura para os serviços de abastecimento das unidades de saúde.

Conforme relatos dos servidores da saúde, existe a necessidade de aquisição de uma Van, considerando que a disponível hoje não está adequada ao uso, vem apresentando muitos problemas mecânicos, o que acaba por onerar os cofres públicos do setor de saúde.

Gestão Financeira da Saúde Municipal

O Sistema Único de Saúde (SUS) trata-se de uma política que assume e consagra os princípios da universalidade, equidade e integralidade da atenção à saúde da população, garantindo o acesso universal a bens e serviços que

garantam sua saúde e bem-estar, de forma equitativa e integral e, para que este objetivo seja atingido, foi instituído um compromisso solidário entre os três entres (municípios, estados e União), classificando a responsabilidade de cada um, sendo que o encargo maior fica para os municípios. Nos últimos anos, conforme estudo realizado pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), os municípios vêm investindo em média 23% da receita geral destinada à saúde, os estados 12% e a União não passa de 4%.

Cada esfera governamental deve assegurar o aporte regular de recursos ao respectivo fundo de saúde de acordo com a Portaria nº 204/2007 e com a Lei Complementar nº 141/2012, do Ministério da Saúde. As transferências, regulares ou eventuais, da União para estados, municípios e Distrito Federal estão condicionadas à contrapartida destes níveis de governo, em conformidade com as normas legais vigentes (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei do Orçamento Anual - LOA, no Município). Tais transferências buscam atender as principais necessidades de cada ente, principalmente dos Municípios, efetivando as ações da Vigilância em Saúde, Atenção Básica, Média Complexidade, Assistência Farmacêutica e Gestão em Saúde.

No entanto, o custo real dos serviços realizados pelo Município é superior ao repasse Federal e Estadual, que cobre despesas principalmente no atendimento de Média e Alta Complexidade (MAC). Mesmo após o aumento do repasse do Piso de Atenção Básica (PAB) e com o incentivo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ), pouco melhorou o custeio das ações. Com relação à despesa geral para assistência à saúde da população, observa-se que, apesar da responsabilidade solidária entre os três entes, é evidente que a maior responsabilidade fica com o Município.

Nota-se com isso, que o processo de financiamento está entre os principais problemas enfrentados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) desde a sua criação pela Constituição Federal de 1988. Isso porque a instabilidade dos parâmetros sobre gastos em saúde coloca em risco uma das maiores conquistas da sociedade brasileira, comprometendo a prestação de um serviço de qualidade e acessível a todos.

Nos últimos anos, a avaliação dos gastos na saúde pelo Tribunal de Contas vem sendo cada vez mais rigorosa, e o recurso investido nas ações e serviços de saúde deve ser definido por quem trabalha e conhece o setor, para que a aplicação seja eficiente e eficaz, produzindo resultados positivos.

Os problemas administrativos do setor da saúde em SJVRP estão relacionados, primordialmente, ao atendimentos Hospitalares. Em conformidade

com as informações repassadas pelos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde (abril, 2017), pode-se dizer que a principal carência está no déficit de pessoal ou na falta de mão de obra qualificada, o que resulta em sobrecarga dos profissionais ou necessidade de destacar alguns funcionários para executarem serviços extras. Entre outras dificuldades e necessidades do Setor, estão:

- Cobrança de órgãos de fiscalização quanto ao cumprimento da carga horária dos servidores (alguns em específico);
- Necessidade de adequação dos Serviços de Regulação (reestruturação da Central de Regulação);
- Inexistência de regulamentação de alguns serviços ofertados;
- Necessidade de Reposição do Quadro de Servidores, principalmente no que se refere aos Agentes de Endemias, Agentes Comunitários de Saúde, Dentistas, Enfermeiros de PSF e Fiscal de Saúde;
- Inexistência de regulamentação dos Serviços do Médico do Trabalho;
- Necessidade de reestruturação da Farmácia Municipal, com a implantação de Sistemas de Controle de Estoque;
- Necessidade de descentralização de alguns Serviços e Programas de Saúde;
- Necessidade de aquisição de veículos para transporte de Pacientes;
- Necessidade de reposição de Equipamentos da Vigilância Sanitária e Ambiental;
- Necessidade de retomada da obra inacabada da Clínica de Saúde da Família - Águas Claras, com a instalação, nesse local, da Policlínica e da Farmácia Municipal, o que reduziria gastos com aluguel dos prédios que abrigam atualmente tais estabelecimentos (Secretaria Municipal de Saúde de SJVRP, 2017).

Controle Social

O Conselho Municipal de Saúde tem funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, de acordo com a Lei Orgânica do Município e com a Constituição Federal de 1988. É constituído de forma paritária.

As reuniões do Conselho Municipal de Saúde acontecem mensalmente e extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou pela maioria simples de seus membros.

Considerações Finais sobre a Saúde em São José do Vale do Rio Preto

O avanço na infraestrutura física e operacional das Unidades de Saúde de São José do Vale do Rio Preto é indiscutível. No entanto, é necessário um projeto para ampliação de acesso a recursos e aumento dos financiamento para o Setor, para manutenção da estrutura física e dos equipamentos, bem como para o custeio das ações, evitando a deterioração das unidades.

Devido ao aumento de população atendida nos últimos anos em São José do Vale do Rio Preto, será necessária a ampliação de equipes de saúde e dos programas municipais de atendimento e prevenção de doenças (Mapa 24).

Destaca-se que a distribuição equilibrada dos equipamentos comunitários de saúde pelo tecido da Cidade é fundamental para garantir um acesso mais justo da população à estes serviços. Nesse sentido, segue o detalhamento das distâncias máximas recomendadas, em termos de raio de influência, que foram utilizadas para elaborar os mapas da área de abrangência dos equipamentos de saúde de São José do Vale do Rio Preto.

Posto de Saúde

- Orientação e prestação de assistência médico-sanitária à população.
- Localização próxima às áreas residenciais.
- Equipamento de área urbana de baixa densidade populacional (50 hab./ha).
- Uma unidade para cada 3.000 hab.
- Raio de influência máximo: 1.000 m.

Centro de Saúde

- Orientação e prestação de assistência médico-sanitária à população.
- Localização próxima às áreas residenciais, preferencialmente, em centro de bairro com fácil acesso por transporte coletivo.
- Uma unidade para cada 30.000 hab.
- Raio de influência máximo: 5.000 m.

EDUCAÇÃO E CULTURA

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia (SECCT) é a responsável pela administração e desenvolvimento das ações, projetos e programas dos setores educacional e de cultura em São José do Vale do Rio Preto.

O conceito de qualidade da educação decorre de uma construção histórica que admite distintos significados em tempos e espaços diferentes e tem a ver com os lugares de onde falam os sujeitos, os grupos sociais a que dizem respeito, os interesses e os valores envolvidos, os projetos de sociedade que querem construir.

Cabe lembrar aqui, que o município de São José do Vale do Rio Preto, foi emancipado há 30 anos (mediante Lei Estadual nº 1255/1987) e vem, ao longo do tempo, construindo seu espaço educacional.

Para um município, 30 anos é um período considerado curto e, nesse horizonte temporal, foram muitos os desafios para a formação educacional e cultural do povo riopretano, alguns vencidos, outros ainda por serem enfrentados. Para tanto, sabe-se que a estrutura de ensino tem que evoluir, conforme as demandas atuais e necessidades locais, acompanhando tendências mundiais sem esquecer a história e as raízes culturais da sociedade local.

EDUCAÇÃO

Em São José do Vale do Rio Preto, a Lei Municipal nº 1.952/2015 aprovou o Plano Municipal de Educação (PME) para o decênio 2015-2025, em conformidade com os preceitos legais dispostos no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei Federal nº 13.005/2014.

Os objetivos e prioridades do PME 2015/2025 (Lei Municipal nº 1.952/2015) são:

> I. A elevação global do nível de escolaridade da população;
>
> II. A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
>
> III. A redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso na educação pública;
>
> IV. A democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da

> participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar e local em Conselhos escolares ou equivalentes (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 2015).

Ainda em conformidade com essa Lei, o Município deverá promover anualmente a realização do Fórum Municipal de Educação, com o objetivo de avaliar e acompanhar a execução do PME 2015/2025, assim como o Conselho Municipal de Educação articulará e coordenará a realização desse Fórum em conjunto com a SECCT.

A regional administrativa que atende SJVRP é a Diretoria Regional Serrana I, localizada em Petrópolis, presta o apoio educacional e pedagógico ao Município.

Estabelecimentos Escolares

A rede de ensino de São José do Vale do Rio Preto apresenta instituições por dependência administrativa assim distribuídas:

Na Rede Municipal (14 Instituições)

- Uma Creche;
- Uma Escola de Atendimento para os Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental;
- Duas Escolas de Atendimento da Educação Infantil (Pré-escolas) aos Anos Finais do Ensino Fundamental;
- Uma Escola de Atendimento do 4º Ano do Ensino Fundamental à Educação de Jovens e Adultos (EJA) - Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental;
- Nove Escolas de Atendimento para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental com classes de Pré-escolar.

Escola Estadual

- Uma Escola de Ensino Médio - Rede Estadual.

Escola Particular

- Uma Escola Particular de Atendimento da Educação Infantil ao Ensino Médio.

Instituições Filantrópicas

- Uma Creche;
- Um Centro de Capacitação.

Instituição de Educação Especial

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Instituições de Ensino Tecnológico/Superior

- Um Polo Universitário - Universidade Aberta do Brasil (UAB) na Escola Municipal Prefeito Bianor Martins Esteves;
- Um Polo Presencial de Apoio do Ensino a Distância (EAD) - do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janerio (IFRJ).

Os estabelecimentos escolares do Município funcionam nos seguintes turnos, conforme Tabela 52:

Tabela 52 - Turnos de Funcionamento das Escolas Municipais em São José do Vale do Rio Preto.

Turnos	Escola Municipal	Nível de Ensino
Integral	Escola Municipal Prefeito Bianor Martins Esteves	Ensino Fundamental I e II
Matutino	Escola Municipal Maria Euquépia Escola Municipal Domingos José Teixeira	Ensino Fundamental I
Matutino e Vespertino	Escola Municipal Irene Lima Escola Municipal Vicente Morelli Escola Municipal Barão De Águas Claras Escola Municipal Amândio Evangelista Do Carmo Escola Municipal Maria Emília Pereira Esteves	Ensino Fundamental I
Matutino e Vespertino	Escola Municipal Santa Isabel Escola Municipal José Affonso De Paula Escola Municipal Cardeal Dom Sebastião Leme	Ensino Fundamental I e II
Matutino e Vespertino	Escola Municipal Helena Dolianiti De Souza	Creche e Pré-Escola

Fonte: SECCT, 2017.

A distribuição equilibrada dos equipamentos de educação pelos distintos bairros da cidade é imprescindível para garantir o acesso universal das crianças e jovens à escola. Neste sentido, segue o detalhamento das distâncias máximas recomendadas, em termos de raio de influência, que foram utilizadas para elaborar os mapas da área de abrangência dos equipamentos de educação em São José do Vale do Rio Preto.

Centro de Educação Infantil:

- Público Alvo: crianças de 0 até 6 anos;

- Raio de influência máximo: 300 m.

Centro de Ensino Fundamental:

- Público Alvo: adolescentes de 7 a 14 anos;
- Raio de influência máximo: 1.500 m.

Centro de Ensino Médio:

- Público Alvo: adolescentes e adultos;
- Raio de influência máximo: 3.000m.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 25 - Abrangência dos Equipamentos Públicos de Educação da Sede de São José do Vale do Rio Preto.

Aplicando-se os raios dos percursos ideais para crianças em cada faixa etária no mapa das áreas urbanizadas de São José do Vale do Rio Preto, identificam-se as áreas descobertas e, portanto, prováveis à instalação de futuros estabelecimentos de ensino (Mapa 25).

No entanto, sabe-se que apenas a adequada distribuição espacial dos estabelecimentos de ensino para o atendimento a toda a população não assegura uma boa educação, faz parte dessa, mas não garante o êxito total. A qualidade na educação somente poderá ser incrementada por meio de um conjunto de ações articuladas, mediante a realização de programas, projetos e atividades diversas, de processos pedagógicos adequados às necessidades dos alunos e com o auxílio de equipe capacitada e preparada para os desafios cotidianos em sala de aula. Com base nisso, o Município possui, vinculados ao Setor da Educação, os seguintes Conselhos Municipais que auxiliam no processo de qualificação da educação local, com base nos preceitos legais estaduais e federais. São:

- Conselho Municipal de Educação;
- Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (FUNDEB);
- Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE).

Em São José do Vale do Rio Preto, apesar da relatada melhora nos níveis educacionais, há ainda muito o que melhorar. O índice de pessoas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto na ocasião do Censo 2010 do IBGE era bastante alto. Conforme mostra a Tabela a seguir, baseada em dados do IBGE (2010), 57,32% da população total de SJVRP possuía, naquele

ano, nível de escolaridade baixo (sem instrução e fundamental incompleto) e apenas 3,07% possuía ensino superior completo.

Tabela 53 - Nível de Instrução da População de São José do Vale do Rio Preto (2010).

Nível de Instrução	População	%
População Total - Censo 2010	20.251	100%
Sem instrução e Fundamental Incompleto	11.608	57,32%
Fundamental Completo e Médio Incompleto	2.662	13,14%
Médio Completo e Superior Incompleto	2.498	12,33%
Superior Completo	623	3,07%
Não determinado	51	0,25%

Fonte: IBGE, 2010.

Dado positivo é a relação do número de alunos/professor, que se encontra de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério da Educação em quase todas as unidades escolares do Município. De acordo com o Setor de Educação (2017), poucas turmas excedem o número de alunos/professor. Tal situação justifica-se pelo fato de haver somente uma turma de cada ano por unidade escolar, o que gera a impossibilidade de transferir os alunos excedentes para outra turma. Há também o fato de ficar inviável a divisão da classe, visto que a nova turma ficaria com número muito reduzido de alunos, inviabilizando sua existência.

Outro dado considerado importante está relacionado ao nível de formação de professores. Há professores na rede municipal que possuem formação somente pela modalidade de Ensino Médio e outros por graduação e/ou pós-graduação.

A SECCT costuma oportunizar palestras, encontros por áreas de conhecimentos ou por etapa de atuação aos professores municipais.

Nos últimos quatro anos, houve a oferta de formação continuada aos professores do ciclo de alfabetização (1º ao 3º anos), em parceria com os governos estadual e federal (por meio do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC). Em 2017, foram oportunizadas até nove vagas por escola para formação em serviço com a proposta da inclusão (parceria com a Universidade Federal Fluminense - UFF). As escolas e, consequentemente os professores, têm acesso a tais informações via memorando enviados às mesmas. Mesmo assim, há necessidade de ampliar a oferta de capacitação dos docentes municipais, em sistema permanente.

A SECCT possui espaço físico bastante adequado para a prestação dos serviços públicos do Setor Educacional e para o atendimento à população e tem

desenvolvido, ao longo dos anos, muitos programas e projetos com o intuito de qualificar a educação no Município. Contudo, ainda apresenta muitas carências e necessidades estruturais para o pleno funcionamento e para a melhorias dos índices apontados a seguir.

Quanto às necessidades estruturais e operacionais do Setor Educacional (ampliação da contratação de recursos humanos, capacitação profissional, aquisição de equipamentos de informática, *softwares*, instalação e/ou qualificação da *internet*, aquisição de mobiliário, veículos, máquinas, entre outros), bem como dos estabelecimentos educacionais e culturais locais, de acordo com informações repassadas pelos Técnicos da Secretaria Municipal, as principais são:

- Carência de automóveis para o desenvolvimento dos trabalhos de campo. Hoje a Secretaria possui apenas um automóvel reformado e em más condições de uso, que frequentemente é solicitado por outros setores da Prefeitura;
- Ausência de recursos humanos para a parte administrativa da Secretaria e para a manutenção das unidades escolares e de suas dependências externas;
- Ausência de merendeiras para atender as Unidades Escolares devido ao processo de readaptação das mesmas, que muitas vezes ocupam a vaga sem exercer a função;
- Alto número de Rets dos professores. Muitos readaptados, ocupando a vaga de professor sem exercer a função;
- Atendimento para Idade de Creche na rede Municipal;
- Ausência de equipamentos, suporte e estrutura para os trabalhos e atividades na área da Tecnologia de Informação (TI);
- Falta de monitoramento dos estabelecimentos educacionais por meio de câmeras de segurança;
- Otimização das atividades correlatas entre a Secretaria Municipal e as Unidades Escolares.

Também, observa-se como imprescindível a aquisição dos seguintes equipamentos, mobiliário e veículos:

- *Softwares*: sistema completo para Secretaria, Escolas e Professores;
- Vinte e cinco computadores por Escola Municipal, para laboratórios;
- Cinco computadores por Unidade Escolar Municipal para direção, secretarias e sala de professores;

- Um Computador e projetor para cada sala de aula das Escolas Municipais;
- Média de oito *nobreaks* para os laboratórios de cada Escola Municipal;
- Um *switch* de 24 portas, Um *switch* de 16 portas, dois *switchs* de 8 portas e dois roteadores (para cada Escola Municipal);
- Disponibilização de três carros para atender às diversas solicitações e obrigações da Secretaria para com as unidades Escolares, Setor de Cultura e Setor de Ciência e Tecnologia, bem como para o cumprimento da agenda externa ao Município;
- Aquisição de um Caminhão/Caminhonete Baú para atender à necessidade de transporte de material bruto e/ou didático e pedagógico;
- Aquisição de mobiliário completo para laboratório de informática para cada Unidade Escolar Municipal;
- Montagem e Aquisição para quatro Laboratórios de Ciências na Rede Municipal (Escolas Municipais: Bianor; José Affonso; Santa Isabel e Cardeal).

Além disso, a maior parte dos estabelecimentos educacionais do Município (Escolas, Secretaria Municipal e suas Divisões) não estão adequados às questões de acessibilidade universal, ou seja, a maioria dos estabelecimentos não possui rampas e instalações sanitárias em quantidade e dimensões mínimas aos portadores de necessidades especiais e deficientes, faltam muitos itens, o que denota a necessidade de adequação urgente dos prédios e equipamentos educacionais e culturais para possibilitar a inclusão de alunos/pessoas com deficiência e/ou com dificuldades e restrições de mobilidade.

No que se refere à estrutura física dos estabelecimentos escolares municipais de São José do Vale do Rio Preto, encontram-se entre razoável a bom estado de conservação. Entretanto, muitos não atendem à demanda do bairro ou região em que estão implantados. Segundo informações da SECCT nas Escolas Municipais os espaços físicos necessitam de algumas melhorias. Cada escola apresenta necessidades distintas, conforme segue:

- Escola Municipal Amândio Evangelista do Carmo, na localidade Pouso Alegre - construção de quadra poliesportiva e de área recreativa, visto que atualmente há pequeno espaço para as atividades recreativas e esportivas;
- Escola Municipal Nair Eblen Antunes, na localidade Águas Claras;
- Escola Municipal Aurino da Costa Carvalho, na localidade Santa Fé - necessita de reformas e ampliação (processo de reforma licitado e iniciado, porém, interrompido, visto que a empresa vencedora da licitação

abandonou a obra). É real também a necessidade de espaços para recreação e aulas de Educação Física, além de novas salas de aula e departamentos pedagógicos e técnico-administrativos;

- Escola Municipal Cardeal D. Sebastião Leme, na localidade São Lourenço - necessita de construção de banheiros no segundo andar e novos espaços para a dinâmica da unidade;
- Escola Municipal Helena Dolianite de Souza, na localidade Pedras Brancas - necessita de ampliação e construção dos espaços educativos;
- Escola Municipal Irene Lima, na localidade Barrinha - necessita de construção e ampliação do número de salas e setores administrativos;
- Escola Municipal José Afonso de Paula, na localidade Contendas - necessita de reforma em toda a unidade escolar;
- Escola Municipal Maria Emília Pereira Esteves, na localidade Boa Vista - devido ao fato de a unidade ter recebido muitos alunos de duas outras escolas, a mesma encontra-se com carência de salas para dinâmica das oficinas do Programa Novo Mais Educação, para reuniões, encontros, aulas extras, dentre outras demandas;
- Escola Municipal Maria Euquépia, na localidade Roçadinho;
- Escola Municipal Prefeito Bianor Martins Esteves, na localidade Novo Centro;
- Escola Municipal Professor Silvio Leite, na localidade Pinheiros;
- Escola Municipal São José do Vale do Rio Preto, no Centro - necessita de efetiva aquisição de terreno e construção de unidade escolar, visto que o imóvel no qual a mesma funcionava anteriormente foi interditado pela Defesa Civil. O prédio é de propriedade do estado do Rio de Janeiro, que não autorizou sua reforma e ampliação. Atualmente, os alunos estão matriculados em duas outras escolas nas quais havia disponibilidade para recebê-los;
- Escola Municipal Santa Isabel, na localidade de Jaguara;
- Escola Municipal Vicente Morelli, na localidade Parada Morelli;
- Escola Municipal Domingo José Teixeira, na localidade Serra do Capim;
- Escola Municipal Barão de Águas Claras - necessita de reforma e ampliação do número de salas e de setores administrativos.

Outra grande e crescente demanda, inclusive bastante mencionada nas Reuniões Comunitárias do PDM realizadas em diferentes pontos da Cidade, em junho de 2017, refere-se à construção de Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs).

No que se refere ao atendimento à Educação infantil (Pré-escola), segundo informação repassada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia(2017), não há deficiência de vagas, contudo, no que tange às crianças em idade de Creche/CMEI, há número relevante de carência.

Encontra-se em construção um CMEI na localidade de Boa Vista e em processo de reforma/adaptação outras duas Creches, nos Bairros Santa Fé e Parada Morelli. Atualmente, há uma creche em pleno atendimento na localidade de São Lourenço.

Entende-se que, inicialmente, há a necessidade de construção desse tipo de estabelecimento educacional em vários bairros, devido à grande procura e ao número de habitantes, que são: Barrinha, Jaguara, Águas Claras e Centro. Apesar da necessidade ser crescente, acredita-se que tais unidades atenderiam à demanda atual.

Cabe destacar que, de modo geral, as unidades escolares municipais priorizam atender os alunos moradores do bairro de sua localização, oferecendo, inclusive, transporte escolar. No entanto, visando maior integração com a comunidade local, as escolas realizam atividades variadas às comunidades a que pertencem, como reuniões de pais, festas comemorativas, dentre outras. Dessa forma, procuram efetiva participação e interação dos pais/responsáveis na vida escolar do educando.

Programas Educacionais

Os programas educacionais desenvolvidos no município de São José do Vale do Rio Preto atualmente, em parceria com o Governo Federal e outras entidades, são de extrema importância para o processo de qualificação da educação local.

Em conformidade com informações repassadas pela SECCT, os programas em execução em SJVRP são os seguintes:

- Brasil Carinhoso - voltado à primeira infância, tem o seu desenvolvimento integrado com várias vertentes e uma delas é a de expandir a quantidade de matrículas de crianças entre 0 e 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), em creches públicas/CMEIs ou estabelecimentos similares conveniados. Consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento, para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional e garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil;

- Mais Educação - tem como público alvo todos os alunos do 1º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, totalizando 2.772 alunos atendidos no Município. Apresenta atividades como oficinas nos campos das artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional mediante a complementação da carga horária em cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar. Ainda tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes;
- Formação de Educação Inclusiva - tem como propósito a capacitação de professores, coordenadores pedagógicos e professores recursistas, além de representantes de diferentes esferas municipais: Saúde e Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com o objetivo de fortalecer a política pública municipal de inclusão, garantindo a integração e qualidade no processo de inclusão social e escolar;
- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) - esse programa destina-se à capacitação de professores do ciclo de alfabetização (do 1º ao 3º Ano de escolaridade do Ensino Fundamental) e orientadores pedagógicos. Contudo, especificamente no estado do Rio de Janeiro, há a possibilidade de que diretores e professores não pertencentes ao ciclo também sejam capacitados, na condição de ouvintes e, portanto, sem remuneração. As atividades formativas acontecem fora da jornada de trabalho, em uma perspectiva de formação continuada, em unidade escolar da rede municipal. A dinâmica é estruturada, além dos encontros presenciais, com atividades diretamente junto aos alunos. Tem como objetivo alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade.

Educação Para Jovens e Adultos (EJA)

Em São José do Vale do Rio Preto existe a modalidade educacional para jovens e adultos - EJA, com atividades realizadas na Escola Municipal Prefeito Bianor Martins Esteves. Em conformidade com dados repassados pela Secretaria Muncipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, o Município atende atualmente (2017) a 160 alunos no período noturno, com Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais).

Cabe destacar, porém, que em 2014, esse número era maior. Há informações do Censo Escolar do mesmo ano, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pela

SECCT, que apresentam a EJA com turmas em níveis de Ensino Fundamental e Médio para os jovens e adultos riopretanos, conforme apresenta a Tabela 54:

Tabela 54 - Educação de Jovens e Adultos (EJA) de São José do Vale do Rio Preto, 2014.

Ensino Fundamental		Ensino Médio	
Municipal	188	Municipal	0
Estadual	0	Estadual	74
Total	**188**	**Total**	**74**

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - Censo Escolar; Registros Administrativos da SECCT, 2014.

Destaca-se que não foram repassadas informações mais detalhadas sobre o funcionamento da EJA em SJVRP, principalmente quanto à estrutura física da escola que acolhe o programa, material didático utilizado, se os alunos têm acesso ao transporte e à merenda escolar, se têm acesso à biblioteca, laboratório de informática, entre outros, ou se apresentam muitas dificuldades e quais são. Também não foi repassada a situação dos professores quanto à capacitação para a aplicação desse programa.

Levando-se em consideração o perfil dos estudantes da EJA, distinto daqueles que têm oportunidade de estudar na "idade convencional", no que diz respeito à seleção de conteúdo, materiais didáticos e metodologias de ensino e de avaliação, uma vez que esses alunos, em sua maioria, trabalham durante o dia em período integral, torna-se importante fortalecer políticas públicas voltadas a esta modalidade de ensino, iniciando-se com a intensificação da divulgação dos programas da EJA, designação de um(a) coordenador(a) específico(a) para o programa, estabelecimento de parcerias com empresas para que estas incentivem seus funcionários a matricular-se na EJA e possibilidade de abertura de turma da EJA no período diurno, para atender pessoas que não podem frequentar as aulas do período noturno.

Quanto à erradicação do trabalho infantil no Município, a Secretaria de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia não desenvolve atividades diretamente relacionadas ao tema. Entretanto, há informação de que a Secretaria da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação desenvolve (ou desenvolvia) ações neste sentido (2017).

Educação Inclusiva - Especial

A inclusão de alunos com deficiências e/ou necessidades especiais tem sido um desafio nas escolas de todo País, em qualquer nível de ensino e governo. O processo inclusivo exige a aceitação do "diferente" como diferente,

verificando quais as possibilidades do aluno, seus desejos, suas dificuldades e limitações.

Discutir sobre inclusão requer pensar em ações para compreender e aceitar alguém na sua singularidade, é fazer das diferenças oportunidades de aprendizagem, é discutir as dificuldades que surgem ao longo do processo de adaptação dos alunos e todos os aspectos legais e estruturais que o cercam, é rever a relação do professor para com os alunos e suas necessidades especiais.

Ao longo dos tempos, a educação tem buscado acompanhar as transformações que a contemporaneidade exige. Diante dessa perspectiva, o respeito e atendimento à diversidade constituem-se em premissas básicas. Nesse contexto, a inclusão apresenta-se como necessária para que se faça cumprir a Legislação Vigente, que, de acordo com a Constituição Federal em seu Artigo 208, Inciso III, estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino. Para tanto, faz-se necessário a integração plena dos indivíduos com necessidades educacionais especiais (NEE) às classes regulares, fazendo valer, a estes, a oportunidade de usufruir dos seus direitos.

Em conformidade com dados da Prefeitura Municipal de 2015, reafirmados pela SECCT (2017), a Educação Inclusiva no Município de São José do Vale do Rio Preto contava, naquela ocasião, e ainda conta, com 7 Salas de Recursos Multifuncionais e 10 Professoras Recursistas para o Atendimento Educacional Especializado no turno oposto ao da escolarização, com um Núcleo de Atendimento da Educação Municipal para alunos com Deficiência Auditiva, onde os alunos recebem o acompanhamento de Instrutor de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), assim como com a parceria dos profissionais da Saúde Mental - psicólogos, fonoaudiólogos, neurologista e psiquiatra.

Em conformidade com informações repassadas pela SECCT (2017), a educação inclusiva dos alunos com alguma limitação e/ou deficiência continua acontecendo em salas de aula regulares, ou seja, não há classes especiais. A rede municipal atende, atualmente, a 72 alunos especiais com laudos de especialistas. Outros 101 alunos foram encaminhados à consulta especializada (neuropsiquiatria e neuropediatria), contudo, não tiveram o laudo estabelecido devido à falta dessas especialidades no Município. SJVRP conta com atendimento da especialidade neurologia, entretanto, a mesma não dá conta de atender a todos os pacientes da rede escolar para a emissão de laudos comprovadores ou não das possíveis limitações dos alunos. Infelizmente, não há outras instituições, tampouco filantrópicas, para realização desse tipo de serviço no Município.

Não há na rede municipal alunos cegos, mas com baixa visão sim, sendo que estes utilizam metodologias diferenciadas para a aprendizagem, com auxílio de letras em caixa alta, lupas, réguas, entre outras ferramentas pedagógicas. Os deficientes auditivos recebem acompanhamento de professor de LIBRAS também em sala de aula regular. Já os alunos com deficiências físicas são assistidos em escolas que possuem em suas instalações a acessibilidade universal (por meio de rampas, barras nos sanitários especiais, portas acessíveis) e recebem acompanhamento de acordo com suas necessidades (até mesmo acesso a cadeiras de rodas).

Os alunos da educação inclusiva ainda recebem assistência pedagógica individual e atendimento educacional especial nas salas de recursos multifuncionais.

Em relação a saúde desses alunos, o Município continua contando com apoio de psicólogas e fonoaudiólogas, porém ainda não atendem a toda a demanda. Outra dificuldade, já mencionada, quanto ao quesito saúde, é o atendimento por especialistas em neuropediatra e neuropsiquiatria infantil dentro do quadro da municipalidade.

São José do Vale do Rio Preto conta também com o auxílio da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que tem como missão promover o bem-estar biopsicossocial e educacional da pessoa com Deficiência Mental, proporcionando o desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades, respeitando sua individualidade e garantindo seus direitos e cidadania. A APAE, na sua constituição básica, é integrada por pais e amigos de alunos portadores de necessidades especiais e/ou deficientes, contando, para tanto, com a colaboração da sociedade em geral, do comércio, da indústria, dos profissionais liberais, da administração pública, entre outros que acreditam, apostam e lutam pela causa da pessoa com deficiência.

Atualmente, a APAE de SJVRP atende a nove alunos especiais da rede municipal, mediante a realização de oficinas e projetos, disponibilizando sessões de fisioterapia, atendimento psicológico e fonoaudiológico, contudo, ainda há resistência de alguns pais para que seus filhos também sejam atendidos pela APAE, o que demonstra certo desconhecimento sobre a importante atuação dessa instituição no desenvolvimento das crianças e jovens com alguma limitação ou deficiência, entidade esta nacionalmente reconhecida pelo seu sério trabalho.

Nessa parcela da população escolar, entendida como pessoas com necessidades especiais, estão os alunos com deficiências (físicas, sensoriais e mentais), alunos com condutas típicas e superdotados, que necessitam de

acompanhamento especializado após passarem pela avaliação diagnóstica, realizada por profissionais qualificados que orientam o processo de ensino, o atendimento interdisciplinar e as adaptações curriculares necessárias à escolarização, criando, na escola, espaço de possibilidades diante da diversidade.

Para assegurar as condições de aprendizagem desses alunos nas Unidades Escolares, a SECCT está ampliando as discussões com a sociedade, para incrementar investimentos, mudar paradigmas e concepções, a fim de construir um sistema educacional efetivamente inclusivo.

Segundo informações dos servidores do Setor de Educação, seria negligente afirmar que em São José do Vale do Rio Preto não se enfrenta dificuldades em relação à educação inclusiva. Seguem algumas delas:

- Dificuldade da comunidade escolar e da sociedade como um todo em admitir que o princípio fundamental da educação inclusiva e da evolução de qualquer ser humano é a valorização da diversidade;
- Dificuldade da sociedade aceitar o outro sem preconceitos, já que educar é um ato de convivência entre uma criança e um adulto, e esse conviver transforma o aluno espontaneamente;
- Dificuldade em trabalhar a inclusão escolar, diminuindo a exclusão social;
- Dificuldade em ter, na instituição escolar, um ambiente com infraestrutura adequada e adaptada às necessidades especiais dos alunos incluídos;
- Dificuldade em promover cursos de atualização para os profissionais da área, com atividades pedagógicas diferenciadas, que os capacitem para desenvolver um trabalho coletivo, junto à comunidade escolar, no processo inclusivo.

Recursos Humanos

Em relação aos problemas operacionais para educação e cultura, verifica-se a falta de profissional qualificado para exercer a função de Controle Interno dos atos administrativos da própria Secretaria. Ainda que já exista este profissional na Estrutura Magna da Prefeitura, justifica-se esta necessidade devido à própria demanda Administrativa da Secretaria de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia unida aos diversos recursos (Federais, Estaduais e Municipais) que para ela se dispõem.

A Secretaria sempre procura promover a atualização e a qualificação profissional de seus funcionários junto aos diversos órgãos competentes, tais como, Tribunal Estadual de Contas do Rio de Janeiro (TCE/TJ) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), bem como proporcionar a capacitação dos mesmos por meio de participação em seminários e encontros temáticos com especialistas.

Estudantes

A destinação de vagas nas escolas de São José do Vale do Rio Preto, acontecem de acordo com o espaço físico e a estrutura existente em cada uma das unidades de ensino. Nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) as vagas são prioritárias paras as crianças que têm pais inseridos no mercado de trabalho, sendo possível a admissão de outras crianças na existência da vagas.

O número de matrículas realizadas nos estabelecimentos de ensino de São José do Vale do Rio Preto em 2014, segundo dados repassados pela SECCT estão dispostos nas Tabelas a seguir:

Tabela 55 - População Estudantil - Educação Infantil de São José do Vale do Rio Preto.

Creche/CMEI		Pré-Escola	
Municipal	31	Municipal	424
Estadual	0	Estadual	0
Privada	15	Privada	17
ONG	61	ONG	21
Total	107	Total	465

Fonte: INEP - Censo Escolar; Registros Administrativos da SECCT, 2014.

Tabela 56 - População Estudantil - Ensino Fundamental de São José do Vale do Rio Preto.

Anos Iniciais		Anos Finais	
Municipal	1.335	Municipal	1.120
Estadual	0	Estadual	0
Privada	85	Privada	79
ONG	0	ONG	0
Total	1.440	Total	1.199

Fonte: INEP - Censo Escolar; Registros Administrativos da SECCT, 2014.

Tabela 57 - População Estudantil - Ensino Médio de São José do Vale do Rio Preto

Anos Iniciais	
Municipal	0
Estadual	607
Privada	74
ONG	0
Total	681

Fonte: INEP - Censo Escolar; Registros Administrativos da SECCT, 2014.

Tabela 58 - População estudantil - Total por Rede de São José do Vale do Rio Preto

Total Geral da População por Rede	
Municipal	3.118
Estadual	681
Privada	270
ONG	82
Total	4.151

Fonte: INEP - Censo Escolar; Registros Administrativos da SECCT, 2014.

Transporte Escolar

O transporte escolar atende a todas as unidades escolares, abrangendo 90% da clientela estudantil de São José do Vale do Rio Preto. É realizado com veículos próprios desta SECCT e também mediante distribuição de passes escolares.

Prioritariamente, os alunos estudam nas escolas dos seus próprios bairros, sendo o transporte ofertado pelo Município sempre que necessário. Quando o aluno mora em bairro diferente do qual estuda, os pais se responsabilizam pelo transporte até a escola.

Os veículos utilizados no transporte escolar passam por manutenção e reparos periodicamente. Mesmo assim, há a necessidade de reparos e aquisição de novos veículos para substituição daqueles mais antigos e também para melhor atender alguns itinerários que apresentam maior concentração de passageiros, lotando os veículos em utilização (Tabela 59).

Tabela 59 - Veículos do Transporte Escolar Municipal em São José do Vale do Rio Preto, 2017.

Veículos do Transporte Escolar Municipal				
Tipo	**Marca**	**Quantidade**	**Ano**	**Estado de Conservação**
Ônibus	Volkswagen	1	2010/2011	Bom
		1	2010	Ruim
		1	2012/2013	Regular
	Mercedes-Benz	1	2002/2003	Regular
Micro-ônibus	Agrale	2	2010/2011	Regular
		3		Bom
	Iveco	4	2012	Bom
		1	2013	
	Volkswagen	2	2016/2017	Bom
Kombi	Volkswagen	4	2013/2014	Bom

Fonte: SECCT, 2017.

A SECCT ainda possui um carro de passeio da marca Volkswagen, ano 2010/2011 em regular estado de conservação e um caminhão da marca Mercedes-Benz, ano 2014, que se encontra no aguardo da colocação de carroceria para efetivar o emplacamento do veículo.

Quanto ao transporte para o ensino profissionalizante/superior, em atendimento a Lei Municipal nº 1.180/2005, o Município disponibiliza, no turno da noite, o fretamento de dois ônibus para Teresópolis e dois ônibus para Petrópolis, bem como um micro-ônibus próprio que se dirige à cidade de Além Paraíba.

Há também o cartão "RioCard" que beneficia atualmente a 66 estudantes que o receberam, possibilitando-os viajar até outros municípios para cursarem sua graduação no período diurno. O direito ao transporte por meio desse cartão é concedido após o pedido por parte do requerente, desde que o mesmo se enquadre em todas as exigências da Lei Municipal mencionada anteriormente.

Merenda Escolar

A merenda escolar municipal é de responsabilidade da Divisão de Merenda Escolar, da SECCT. Os cardápios são elaborados pela nutricionista efetiva da Secretaria e são encaminhados para as escolas, onde as merendeiras o colocam em prática diariamente. A distribuição dos gêneros alimentícios acontece pelos próprios fornecedores, com entrega agendada e comunicada às unidades escolares.

EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

Compete à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC) - Governo Federal, conforme Art. 13 do Decreto Federal nº 7.690/2012:

- Planejar, orientar, coordenar e avaliar o processo de formulação e implementação da Política de Educação Profissional e Tecnológica;
- Promover o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica em consonância com as políticas públicas e em articulação com os diversos agentes sociais envolvidos;
- Definir e implantar política de financiamento permanente para a Educação Profissional e Tecnológica;
- Promover ações de fomento ao fortalecimento, à expansão e à melhoria da qualidade da Educação Profissional e Tecnológica;
- Instituir mecanismos e espaços de controle social que garantam gestão democrática, transparente e eficaz no âmbito da política pública e dos recursos destinados à Educação Profissional e Tecnológica;
- Fortalecer a Rede Pública Federal de Educação Profissional e Tecnológica, buscando a adequada disponibilidade orçamentária e financeira para a sua efetiva manutenção e expansão;
- Promover e realizar pesquisas e estudos de políticas estratégicas, objetivando o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica;
- Desenvolver novos modelos de gestão e de parceria público-privada, na perspectiva da unificação, otimização e expansão da Educação Profissional e Tecnológica;
- Estabelecer estratégias que possibilitem maior visibilidade e reconhecimento social da Educação Profissional e Tecnológica;
- Apoiar técnica e financeiramente o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica dos sistemas de ensino, nos diferentes níveis de governo;
- Estabelecer mecanismos de articulação e integração com os sistemas de ensino, os setores produtivos e demais agentes sociais no que diz respeito à demanda quantitativa e qualitativa de profissionais, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica;
- Acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;

- Elaborar, manter e atualizar o catálogo nacional de cursos técnicos e o catálogo nacional de cursos de formação inicial e continuada, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica; e
- Estabelecer diretrizes para as ações de expansão e avaliação da Educação Profissional e Tecnológica em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE).

Em conformidade com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia (2017), atualmente, não há em São José do Vale do Rio Preto escolas de ensino profissionalizante, tampouco muitos cursos ofertados por meio de parcerias ou convênios.

Durante bom tempo, o Município contou com cursos ofertados pela Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), entidade estadual responsável pela implementação da política de Educação Profissional e Tecnológica pública e gratuita no estado do Rio de Janeiro, instituição vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, que deu seus primeiros passos em 1997. De acordo com o *site* dessa instituição, atualmente, a Rede atende cerca de 300 mil alunos por ano em mais de 130 unidades de ensino, que somam a oferta no Ensino Técnico de Nível Médio, na Formação Inicial e Continuada/Qualificação Profissional e na Educação Superior. A FAETEC, por intermédio do Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante (CETEP), ofertava, em 2015, os cursos demonstrados na Tabela 60.

Tabela 60 - Ensino Profissionalizante em São José do Vale do Rio Preto - CETEP, 2015.

Curso	Total de Alunos Cursando
Operador de Ambiente Windows I	63
Operador de Ambiente Linux I	35
Operador de Editoração Eletrônica	10
Montagem e manutenção	12
Inglês I	12
Inglês II	11
Inglês III	8
Inglês IV	1
Total	**156**

Fonte: Registros Administrativos da SECCT, 2015.

Entretanto, de acordo com o Setor Municipal de Educação (2017), atualmente a oferta de cursos pela FAETEC foi paralisada devido à crise política e econômica do País e à falta de recursos financeiros do Estado.

De acordo com informações da Prefeitura Municipal (2015), a educação profissionalizante no município de São José do Vale do Rio Preto contava,

naquele ano, com o sistema Rede e-Tec Brasil comum Polo Presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Esse Polo contava com uma Universidade (Fundação Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR) com o curso de Engenharia Ambiental.

Além da graduação, havia também parceria com o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) - Campus Nilo Peçanha/Pinheiral e o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) - Celso Suckow da Fonseca - Maracanã, que visava a oferta de educação profissional e tecnológica à distância e tinha o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre união, estados, distrito federal e municípios. Os números de atendimento por esses cursos e entidades daquela época encontram-se na Tabela 61:

Tabela 61 - Ensino Profissionalizante para São José do Vale do Rio Preto, 2015.

Instituições	Cursos	Nº Alunos
IFRJ	Serviços Públicos	52
	Agente Comunitário de Saúde	5
	Lazer	5
	Secretaria Escolar	50
CEFET	Segurança do Trabalho	32
	Administração	50
UFSCAR	Engenharia Ambiental	4

Fonte: Registros Administrativos da SECCT, 2015.

Em conformidade com dados da SECCT, atualmente (2017) tem-se 52 alunos nos cursos técnicos de Serviços Públicos, Secretaria Escolar, Segurança do Trabalho e Administração. Os encontros acontecem na Escola Municipal Prefeito Bianor Martins Esteves.

Ainda, segundo informação da Prefeitura (2015), o Município contava com o Centro de Capacitação Daschú (Entidade Filantrópica) que, em parceria com o Sistema "S", oferecia cursos profissionalizantes, em diversas áreas, que são: Costura, Pedreiro, Eletricista, Operador de Computador entre outros; atendendo à grande demanda e com a finalidade de preparar as pessoas para atuarem no mercado de trabalho.

É importante destacar que essas iniciativas, por meio de parcerias e convênios com instituições educacionais estaduais e federais, potencializa o processo de capacitação de pessoal no Município, oportunizando acesso a cursos profissionalizantes que preparam os alunos para o mercado de trabalho, em atividades voltadas para as vocações locais. Vê-se como primordial a

retomada dessas parcerias e convênios, contudo, entende-se que o estado do Rio de Janeiro, como tantos outros da Federação, encontra-se em momento de crise econômica e financeira, o que dificulta o estabelecimento dessas parcerias.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Quando se ouve falar na expressão "ensino superior" é comum imaginar uma forma excelente de ensino ou uma forma de ensino quantitativa e qualitativamente acima da média, ou seja, uma forma de ensino que seja modelo para as demais, que as supere, que denota superioridade.

> [...] a expressão e o conteúdo simbólico que ela carrega cristalizaram-se no seio da sociedade de tal maneira que há uma espécie de senso comum em torno do termo, que garante uma mesma expectativa para quem ingressa ou participa, de forma direta ou indireta, desta etapa da formação acadêmica ou escolar (SANTOS, 2002).

Neste sentido, pais, estudantes, professores e outras pessoas que estão interessadas ou envolvidas neste processo esperam e confiam que esta etapa seja aquela decisiva, talvez conclusiva, para o encaminhamento da vida profissional, que com a faculdade cursada as pessoas conquistem um espaço no mercado de trabalho e sua autonomia financeira. Esperam uma colocação quase imediata ou automática no mercado de trabalho após a conclusão do curso. Os estudantes sonham com a carreira de sucesso. Tais expectativas decorrem diretamente de uma ideia generalizada de que o ensino superior é "Superior". Isso traz para o cotidiano da universidade uma série de tensões que podem, tanto contribuir para o processo, quanto servir de obstáculo para o mesmo.

Atualmente, a Universidade Brasileira tem sofrido uma série de críticas e avaliações. Argumenta-se que o ensino superior carece de mais recursos e de maior qualidade, que não prepara o estudante para o mercado de trabalho e que não está em sintonia com a sociedade. As dificuldades das profissões são inúmeras. As habilidades exigidas, por sua vez, apresentam muitos pontos em comum com as demandas do mercado de trabalho como um todo.

Nesse contexto, observa-se como quesito essencial que o professor goste de ensinar, que seja cúmplice do processo de aprendizagem. O professor universitário deve ensinar o aluno a aprender, sobretudo porque a Universidade é um local de pesquisa por excelência. A necessidade de atualização do professor é constante e disso depende a própria validade do que o mesmo

ensina, sendo a pesquisa item fundamental no processo. Entretanto, o despreparo dos alunos, a falta de recursos, a precariedade de condições de trabalho e o grande número de alunos por sala aparecem como sérios problemas a serem enfrentados pelos professores. A baixa remuneração também contribui para que o professor tenha que intensificar sua carga horária, restando menos tempo para pesquisa ou mesmo para a elaboração de aulas mais interessantes.

Além disso, muitas vezes o professor universitário apresenta uma incapacidade de se adaptar às necessidades dos alunos recém-saídos do ensino médio, visto que o corpo docente das universidades, em geral, tem expectativas muito elitistas em relação à sua clientela, demostrando não estar preparado para ajudar a construir a ponte entre o que o aluno precisa saber para aprender o que se ensina e o que o aluno realmente sabe. O professor universitário precisa estar sintonizado com o que o aluno sabe, mas também com todas as necessidades, anseios, crenças, sonhos e medos da sociedade na qual o aluno vive, portanto, todo o saber que produz e transmite precisa estar vinculado a esse conjunto de fatores. O professor deve ter profundo compromisso com as questões emergentes presentes no mundo, pois é fundamental que tenha alta capacidade de compreensão, que se deixe contagiar pelo entusiasmo dos estudantes e, em troca, que os contagie com sua sabedoria.

Considerando essa realidade, deve-se promover discussão ampla para a formulação de um projeto para o Ensino Superior e para a Universidade Brasileira. Sem isso, medidas individuais caem no vazio, atropeladas por um cotidiano que a crise econômica torna nebuloso.

Essa discussão deverá envolver toda a sociedade e ser coordenada pela Secretaria de Educação Superior (SESu), órgão vinculado ao Ministério da Educação - Governo Federal, tendo como base informações, dados e a participação dos envolvidos na Educação Superior (alunos, pais, professores, pedagogos), em todos os níveis da federação (regiões, estados e municípios), resultando em um planejamento nacional para a educação superior.

Destaca-se que a manutenção, a supervisão e o desenvolvimento das instituições públicas federais de ensino superior (Ifes) e a supervisão das instituições privadas de educação superior, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), são de responsabilidade da Secretaria de Educação Superior (SESu), unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior.

Cabe destacar aqui que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realiza, anualmente, o Censo da Educação Superior. Os dados sobre a educação superior são coletados ano a ano com o objetivo de oferecer à comunidade acadêmica e à sociedade em geral informações detalhadas sobre a situação e as grandes tendências do setor.

A coleta dos dados tem como referência as diretrizes gerais previstas pelo Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008. O Censo da Educação Superior reúne informações sobre as instituições de ensino superior, seus cursos de graduação presencial ou a distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa.

Os dados são coletados a partir do preenchimento dos questionários, por parte das Instituições de Ensino Superior (IES) e por importação de dados do Sistema e-MEC. Durante o período de preenchimento do questionário, os pesquisadores institucionais (PIs) podem fazer, a qualquer momento, alterações ou inclusões necessárias nos dados das respectivas instituições. Após esse período, o INEP verifica a consistência dos dados coletados. O sistema do Censo é então reaberto para conferência e validação dos dados pelas IES.

Passado esse período de validação ou correção das informações prestadas pelas IES, o INEP realiza rotinas de análise na base de dados do Censo, para conferir as informações. Após essa fase de conferência, em colaboração com os pesquisadores institucionais, o Censo é finalizado. Os dados são divulgados e a Sinopse Estatística é publicada. Depois disso não pode mais haver alteração nas informações, pois passam a ser estatísticas oficiais.

Tal sistema é de extrema importância para que os candidatos a cursarem o ensino superior, assim como os professores que dele participam, possam avaliar a qualidade dos cursos e das universidades e faculdades existentes, bem como analisar a oferta cursos e de vagas em todo o território nacional.

A Educação Superior em São José do Vale do Rio Preto

Segundo informações da própria Prefeitura (2015), o poder público do Município de São José do Vale do Rio Preto, ao longo dos anos, preocupou-se em investir na formação de seus cidadãos, realizando convênios com instituições de nível superior de municípios vizinhos, tanto na modalidade presencial como na semipresencial.

Em conformidade com SECCT os cursos ofertados aos cidadãos pelas diversas instituições educacionais de ensino superior da região são os seguintes:

Direito (Bacharelado), Pedagogia, Administração, Ciências Contábeis, Educação física, Engenharia Civil, Ciências Biológicas, Fisioterapia, Farmácia (Bacharelado), Arquitetura e Urbanismo, Artes Visuais, Biomedicina, Enfermagem, Letras (Licenciatura), Psicologia, Engenharia de Produção, Nutrição, Estética e Imagem Pessoal, Serviço Social, Ciências da Computação, Engenharia da Computação, História (Licenciatura), Odontologia, Engenharia Mecânica, Marketing, Medicina Veterinária, Engenharia Elétrica, Matemática (Licenciatura), Ciências Econômicas, Filosofia, Gestão de Recursos Humanos, Turismo, Física, Gestão Financeira, Jornalismo (Comunicação Social), Logística, Relações Internacionais, Sistemas de Informação.

Quanto ao quesito formação à distância, acontece apenas com cursos técnicos e/ou profissionalizantes.

A Lei nº 1180/05, instituiu o Programa Especial de Transporte Universitário (PETU) que beneficia estudantes que atendam as especificações desta lei, assegurando-lhes o deslocamento para cidades vizinhas conveniadas. Dentro destes critérios, a Tabela 62 mostra as cidades para onde há transporte de estudantes a partir de São José do Vale do Rio Preto.

Tabela 62 - Transporte de Estudantes do Ensino Superior.

Cidade em que cursam faculdade	Meio de transporte	Número de beneficiários
Teresópolis	2 ônibus	154
Petrópolis	2 ônibus	111
Além Paraíba	1 micro-ônibus	10

Fonte: SECCT, 2017.

Não há agência do trabalhador no Município.

No que se refere a estágios ou primeiro emprego, o Município tem como parceiro o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). Essa parceria acontece para a seleção de candidatos a estágio remunerado nos diversos setores/departamentos da Prefeitura Municipal. Há a realização de processo seletivo e consequente convocação de acordo com a disponibilidade de vagas. Não há agência do trabalhador em SJVRP.

Importa destacar que, depois de formados, dependendo da formação, boa parte dos novos profissionais são obrigados a procurar emprego em outros municípios, devido a limitação de oferta de empregos em São José do Vale do Rio Preto dentro das áreas de formação dos recém formados.

CULTURA

O Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro é um projeto realizado pela Secretaria de Estado de Cultura para mapear e divulgar as principais manifestações culturais dos municípios. Trata-se de portal bilíngue na *internet* contendo informações sobre espaços culturais, festas tradicionais e festivais de cultura, patrimônios materiais e imateriais, além de artistas, personagens e grupos locais.

Em São José do Vale do Rio Preto, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia (SECCT) é a responsável pela administração e desenvolvimento das ações, projetos, programas e atividades do Setor de Cultura.

Destaca-se, conforme informações do Setor, que há necessidade de incrementar o número de servidores para o Setor de Cultura (atualmente - 2017 - apenas um servidor atuando), bem como de intensificar o acesso a cursos de capacitação profissional, portanto, vê-se como necessária a implantação de um sistema permanente para atualização e capacitação não só para o Setor, como também para todos os departamentos e divisões da SECCT.

Além disso, segundo informações dos técnicos da SECCT, há a necessidade de aquisição de equipamentos e mobiliário que serão utilizados para a qualificação dos serviços prestados à população, tais como: equipamento de multimídia *Datashow*, *notebook*, computadores *desktop*, *softwares*, aparelhos de ar condicionado, entre outros.

O sistema de *internet* instalado atualmente nos estabelecimentos educacionais e de cultura (SECCT) nem sempre atende as necessidades dos setores, apresentando muitas oscilações na conexão, segundo Técnicos da Secretaria (2017), o que muitas vezes, dificulta ou inviabiliza a realização de atividades digitais (cursos, capacitações, interações com os alunos, entre outros) junto aos usuários dos estabelecimentos educacionais e culturais.

Outro fato importante é que nem todas as edificações que abrigam os estabelecimentos culturais possuem equipamentos de acessibilidade universal, o que denota necessidade urgente de readequação.

Espaços e Estabelecimentos Culturais

Os principais estabelecimentos culturais de São José do Vale do Rio preto são:

- Cineclube Humberto Mauro - trata-se de sala de exibição de cinema que tem capacidade para acomodar 50 pessoas. O Cineclube funciona em

parceria com a Associação Calçada da Cultura, mediante a realização de sessões de cinema gratuitas duas vezes por semana;

- Centro Cultural Eugênio Ruótolo - localizado na Rua Alfredo Maurício da Silva, trata-se de prédio doado pelo médico Eugênio Ruótulo Neto que abriga acervo de cerca de 20 mil itens históricos e culturais de São José do Vale do Rio Preto, desde antes de sua emancipação política. No sótão de um cartório da cidade foram encontrados documentos cartoriais do Império, como relações de bens de família, escrituras de compra e venda de escravos, documentos que relatavam brigas de terras entre os sesmeiros, mapa geográfico das sesmarias e dos primeiros loteamentos de São José, a história do trem na Cidade, fotos antigas, entre outros, material organizado e resguardado no Centro Cultural;
- Três Bibliotecas - São José do Vale do Rio Preto conta com três estabelecimentos culturais com acervos literários. Com, aproximadamente, seis mil exemplares, a Biblioteca Pública Municipal Doutor James Tubenchlak está em processo de recuperação depois das chuvas que atingiram a região fluminense, em 2011. Além dela, a população conta com os 30 mil volumes da Biblioteca do Colégio Estadual Coronel João Limongi e com os quase 11 mil títulos da Biblioteca do Colégio Cenecista do Vale do Rio Preto.

Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Cultural

A Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto possui material bastante rico sobre o patrimônio material local relacionado às antigas fazendas do Município. Trata-se do Inventário das Fazendas do Vale do Rio Paraíba Fluminense (2013), elaborado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), instituição vinculada à Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro. As fazendas inventariadas no Município (em número de 11) são as seguintes: Águas Claras, Bela Esperança, Bela Riba, Castelo, Córrego Sujo, de Belém, do Calçado, do Roçadinho, Pinheiros, São João do Paquetá e Valverde.

Do inventário constam informações de localização geográfica, sítio, detalhes arquitetônicos das construções e do mobiliário, histórico das formação e das atividades das fazendas, fotos e ilustrações, entre outras informações relevantes histórica e culturalmente.

As Fazendas de Belém, Águas Claras e Bela Esperança tiveram os primeiros telefones do país e são exemplos da nobreza latifundiária, beneficiada pelos ciclos do ouro e do café. A antiga fazenda de Águas Claras é hoje um Bairro do Município, já a Valverde atualmente funciona como hotel.

Destaca-se que a Associação dos Empreendedores em Turismo Rural de São José do Vale do Rio Preto realiza, mediante agendamento prévio, visitações guiadas às fazendas preservadas do Município.

Nessas localidades há também o patrimônio imaterial, como as lendas e causos passados por diversas gerações. Outro patrimônio imaterial de importância em relação às fazendas é o ambiental, já que muitas delas ainda mantêm intactas remanescentes de mata nativa, inclusive do bioma mata atlântica. Cabe destacar que todo esse rico patrimônio - material e imaterial - deve ser estudado, registrado e preservado, mediante ações contundentes dos órgãos municipal e estadual pertinentes. Valorizar e respeitar o passado de um povo, sua trajetória e suas marcas na história é o que garante um futuro com mais qualidade na educação e cultura de uma sociedade.

Patrimônio Material

Destaca-se aqui o patrimônio material das fazendas, como por exemplo, da Fazenda Belém, onde toda a mobília da casa-sede é de época, como as cadeiras vindas da Europa, os móveis esculpidos em madeira vinhático, comum na região, as mesas para 14 lugares, um piano Isidoro Bevilacqua Ronisch, com castiçais para velas, que está há 118 anos com a família proprietária da Fazenda, e um dos primeiros aparelhos de telefone a chegar ao Brasil. Essa fazenda, localizada na Estada do Belém, guarda também documentos de avaliação dos 104 escravos que trabalhavam na lavoura de café, além de troncos de sucupira e outros instrumentos de tortura. A propriedade, de 94 alqueires de terra, conta com uma usina de açúcar e com o antigo beneficiamento de café.

Outro patrimônio material importante é a Capela Nosso Senhor dos Passos, que teve sua construção iniciada em janeiro de 1903, quando a pedra fundamental da Capela foi instalada e foi inaugurada em agosto do mesmo ano. Construída no estilo colonial, conta com telas da morte de Jesus Cristo, entre outras pinturas sacras doadas por fiéis. Foi restaurada recentemente e tem preservado o altar original em madeira.

Igreja Matriz de São José do Vale do Rio Preto (Figura 47), localizada na Praça João Werneck, foi erguida em 1808 em estilo colonial, encontrando-se, até hoje, cercada por casario antigo, pertencente às famílias tradicionais riopretanas. Da construção original, tem-se apenas a primeira torre, nos fundos da igreja, onde se encontrava a porta principal. Além da torre original, foram construídas duas torres novas, numa série de reformas que datam de 1841. Nos fundos, estava instalado um cemitério, que foi transferido para o alto do morro.

Destaca-se que a Praça João Werneck foi identificada como espaço de importância histórica e cultural para SJVRP, observada durante os levantamentos de campo para a elaboração do PDM. Nesse espaço, há anos acontecem festividades comemorativas e folclóricas diversas, adornadas pelo belo patrimônio arquitetônico das edificações da Igreja e do Coreto, assim como pela ambientação paisagística da Praça. Esse espaço ainda é um ponto atrativo em termos de turismo local e área de lazer de destaque para o povo riopretano.

Figura 47 - Igreja Matriz de São José do Vale do Rio Preto.

Fonte: Acervo Safra Planejamento e Gestão.

Por fim, São José do Vale do Rio Preto preserva as trilhas por onde se transportava o ouro, vindo das Minas Gerais e destinado à Capital do RJ. Tratam-se de atalhos feitos por mineradores que não queriam passar pelos centros urbanos. As trilhas eram atravessadas pelo Rio Preto, que corta toda a Cidade. Como é um curso d'água que apresenta trechos de águas rasas, essa rota apresentava-se como alternativa para levar a mercadoria para o Rio de Janeiro, burlando os impostos cobrados pela Coroa Portuguesa. Segundo relatos locais, os caminhos também teriam sido utilizados para fuga de Tiradentes, o mártir da Inconfidência Mineira. A trilha vem da cidade de Sapucaia, passa nas localidades de Calçado, Águas Frias, São Lourenço e Águas Claras, atravessa a BR-134 e vai para Roçadinho e Ventania, onde dá acesso ao município de Teresópolis.

Patrimônio Imaterial

A Sociedade Musical Lira Santa Cecília, fundada em 1945, trata-se de banda que se apresenta no coreto da Praça da Igreja Matriz, em festas, procissões e eventos cívicos. O grupo e sua história são tema de um documentário que está sendo finalizado pelo núcleo de audiovisual da Associação Calçada da Cultura.

As lendas locais compõem parte do patrimônio imaterial de São José do Vale do Rio Preto. Segundo os moradores locais, é preciso ter coragem para passar pelos arredores da fazenda Valverde depois da meia-noite de lua cheia, pois, por lá, ouve-se um arrastar de correntes que os mais velhos atribuem aos fantasmas de um cemitério de escravos. É também à meia-noite (em ponto), que na região de Pedras Brancas sente-se vento forte, como se fosse uma mão batendo no rosto, ao se encontrar com a árvore que chora. E é chorando de medo que o povo fica só de pensar em ter que andar pelas matas de Morro Grande, onde um animal desconhecido chamado de "Mão Pelada" ataca quem perturba seu habitat.

Símbolos Culturais e Históricos de São José do Vale do Rio Preto

A região onde se encontra o Município de São José do Vale do Rio Preto foi alcançada através das antigas trilhas deixadas pelos índios Puris. Os aventureiros brancos chegaram após subirem as veredas íngremes por entre a vegetação nativa na Serra dos Órgãos. O Rio Preto era chamado "Paranaúna", "rio de pedras escuras" em tupi-guarani.

Devido a sua posição geográfica após a Serra dos Órgãos, São José do Vale do Rio Preto era antes conhecida como o Sertão da Serra Acima (EDSR, 2014).

Os primeiros povoados da região do Rio Preto foram constituídos pelas famílias mineiras que atravessavam o Rio Paraíba do Sul em busca de novas terras para a agricultura, depois da queda da atividade de mineração. Também vieram os plantadores de café, trazendo a experiência do plantio realizado em outras regiões da província. Completaria este quadro a presença de colonos portugueses e italianos.

Quanto aos símbolos municipais, tem-se: o Hino Municipal, o Brasão e a Bandeira (Figuras 48 e 49).

Letra do Hino de São José do Vale do Rio Preto

A composição da letra do Hino de São José do Vale do Rio Preto é de Eny Esteves e Ney Machado. O interprete e compositor da melodia é Luiz Ângelo (Zanzo). A seguir, a letra do Hino:

"Entre vales e montanhas, corre o rio sem parar
Nossa história, que gravada na memória vem contar

Da estrela-guia no sertão dos índios bravos
Manchado de sangue de puris e coroados

Rio Preto, Rio Preto, vem passando sem parar
Vem contar a nossa história, vem guardar nossa memória

Dos sesmeiros pioneiros que unidos no amor
Pelas terras riopretanas trabalharam com ardor

Da alegria deste povo, nesta terra tão gentil
São José do Vale do Rio Preto uma parte do Brasil

Rio Preto, Rio Preto, vem passando sem parar
Vem contar a nossa história, vem guardar nossa memória

Levanta a bandeira para a canção da nossa terra
Da vida na Mata Atlântica Que o teu futuro encerra"

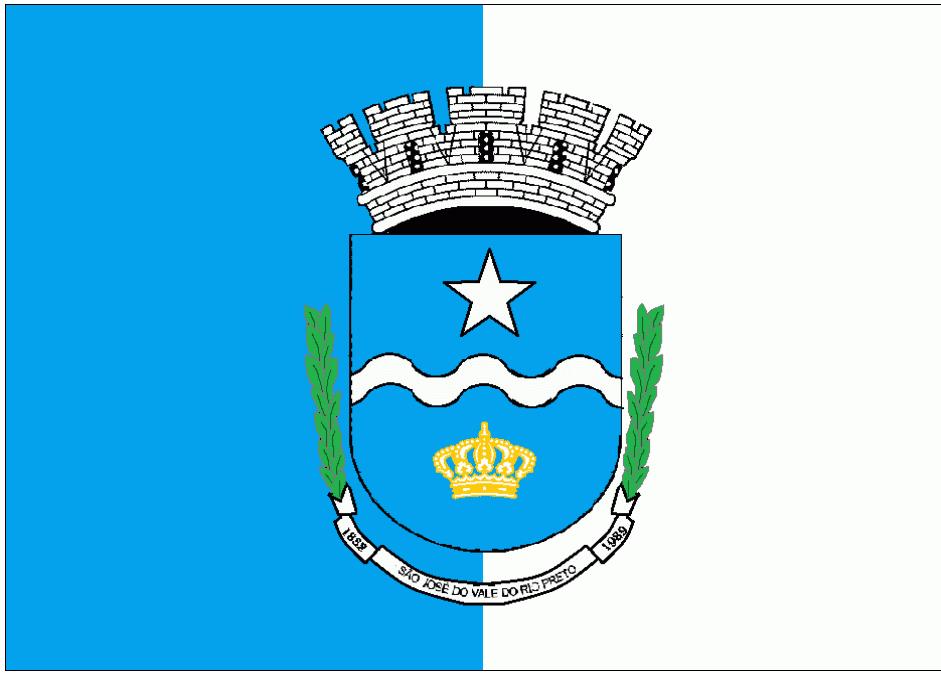
Brasão de São José do Vale do Rio Preto

Figura 48 - Brasão do Município de São José do Vale do Rio Preto.

Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, 2017.

Bandeira de São José do Vale do Rio Preto

Figura 49 - Bandeira do Município de São José do Vale do Rio Preto.



Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, 2017.

Calendário de Eventos

São José do Vale do Rio Preto possui Calendário de Eventos, que registra e disciplina os feriados, as atividades culturais, esportivas e festividades em geral. Segue o Calendário para o ano de 2017/2018:

- 18 a 20 de agosto de 2017 - Festa de Agosto - realizada na Praça João Werneck, no dia de Nossa Senhora da Glória. Um dos mais tradicionais eventos de São José do Vale do Rio Preto, conta com barracas de comidas típicas, leilão de gado e venda de artesanato;
- 15 e 16 de setembro de 2017 - Bye Bye (Moto);
- 1º de outubro de 2017 - Adorai!;
- 21 de outubro de 2017 - Trilhão de Santa Fé;
- 18 de novembro de 2017 - Diversity of Models do Vale;
- 25 de novembro de 2017 - Festival de Música;
- 15 de dezembro de 2017 - Aniversário da Cidade;
- 10 a 14 de fevereiro de 2018 - Carnaval;
- 25 de março de 2018 - Corrida de São José;

- 4 de abril de 2018 - Copa de Velocross;
- 15 de abril de 2018 - Festa do Curato;
- 29 de abril de 2018 - Cavalgada dos Amigos e Passeio Ciclístico;
- 6 de maio de 2018 - Festa das Cruzes;
- 20 de maio de 2018 - Trilhão de Paquetá;
- 3 de junho de 2018 - Cavalgada do Viana;
- 17 de junho de 2018 - Trilhão de Sant'ana;
- 6 a 10 de julho de 2018 - SEMIPA;
- 14 de julho de 2018 - Festival de Inverno;
- 20 a 22 de julho de 2018 - Festa do Milho;
- 29 de julho de 2018 - Trilhão do Vale;
- 29 de julho a 1º de agosto de 2018 - Festa de São Pedro.

As atividades esportivas que ocorrem no Município fazem parte da programação anual da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer. Já as atividades educacionais fazem parte da programação anual da SECCT.

Destaca-se ainda que todas as sextas-feiras a Associação Calçada da Cultura, promove eventos gratuitos na Rua Coronel Francisco Limongi que incluem o batizado dos bonecos produzidos nas aulas, distribuição de comidas típicas, shows musicais e apresentações da banda da Sociedade Musical Lira Santa Cecília. A associação inaugurou o Cineclube Humberto Mauro e o curso, também gratuito, de gravação e edição para cinema. Na sede da entidade, localizada no Bairro da Estação, acontece ainda, quinzenalmente, roda de choro.

No Carnaval a escola de samba Unidos de Santa Fé anima a folia. A agremiação carnavalesca surgiu no Bairro da Santa Fé e desfila há quase cinco décadas, sem concorrência, nos carnavais da cidade. Além dela, a festa conta com a animação dos blocos "Só Vai Quem Bebe" e das "Piranhas".

Programas Culturais Desenvolvidos em São José do Vale do Rio Preto

Os programas culturais desenvolvidos no município de São José do Vale do Rio Preto têm por objetivo oportunizar o acesso gratuito à cultura, mediante a realização de diversas atividades.

O Projeto Novos Horizontes foi criado por jovens que moravam na área rural e deixaram São José do Vale do Rio Preto para estudar. Alguns desses jovens voltaram ao Município e perceberam algumas carências culturais da região, por meio do Projeto, montaram uma Biblioteca Comunitária no Bairro

Morro Grande, que fica a 25 minutos do Centro. Periodicamente, realizam atividades para a comunidade local em parceria com o Colégio Municipal, tais como: grupos de leitura, rodas de capoeira, aulas de ecologia, artesanato, cavaquinho e de poesia, entre outras.

Destaca-se também as atividades artesanais que identificam o Município e geram emprego e renda, caso das duas fábricas de tapetes que, juntas, produzem até 150 metros de tapetes por mês, em seis teares. As peças são vendidas para o Rio de Janeiro, Itaipava, Araras e Cabo Frio. A matéria-prima é diversa: lã, sisal, algodão, juta ou fibra de bananeira. A Casa do Tapete fica na Estrada dos Pinheiros, no Bairro Torrão de Ouro.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social é uma política pública de seguridade social, com ações voltadas a pessoas com risco social, portanto, garantidora de direitos sociais e do dever do Estado. Prestar Assistência Social significa garantir a todos, que dela necessitam ou que se encontrem sem contribuição prévia, a provisão da proteção social. Esta proteção pressupõe conhecer riscos e vulnerabilidades sociais a que os indivíduos estão sujeitos, bem como recursos com que se possa contar para enfrentar tais situações com menor dano social possível.

A política de assistência social é realizada por meio de iniciativas públicas e da sociedade. A atuação por parte da sociedade se dá por intermédio das organizações e entidades de assistência social, que não devem possuir fins lucrativos, mas que devem realizar, de forma permanente, continuada e planejada, atividades de atendimento e assessoramento, para a defesa e garantia de direitos. A maioria dessas entidades recebe contribuições dos cofres públicos a fim de executarem seus serviços.

Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), compete às três esferas de governo o cofinanciamento das ações e serviços prestados aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social. No entanto, aos municípios é atribuída a execução da maioria desses serviços, sendo os próprios municípios e também o estado os responsáveis pelo monitoramento e avaliação da política de assistência social ofertada aos cidadãos (artigos 13, VI e 15, VII da Lei Federal nº 8.742/1993).

A Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação de São José do Vale do Rio Preto tem como objetivo implementar de modo articulado e inter setorial a Política Municipal de Assistência Social, formulada democraticamente com a sociedade, em conformidade com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 7/12/1993, a Política Nacional de Assistência Social (2004), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)/NOB 2005[11] e a Lei Orgânica Municipal, visando a melhoria da qualidade de vida e a promoção da cidadania no Município. É responsável pelo atendimento social do Município abrangendo todo o seu território, perfazendo atendimento às famílias reconhecidamente carentes conforme Cadastro Único.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), organizado de forma descentralizada e participativa, define as ações que têm por objetivo a garantia

11 SUAS - gestão da Assistência social de forma descentralizada e participativa, constituindo-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais (NOB/2005).

da vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos. Possuem como principais destinatários os seguintes grupos de indivíduos:

- Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza;
- Crianças e adolescentes carentes, vítimas de trabalho infantil ou do vício no uso de drogas;
- Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente do precário ou nulo acesso aos serviços públicos;
- Famílias ou indivíduos com vivência de discriminação (étnico-raciais e culturais, etárias, de gênero, por orientação sexual, por deficiência, entre outras);
- Famílias vivendo em contextos de extrema violência (áreas com forte presença do crime organizado, tráfico de drogas, entre outros);
- Famílias que enfrentam o desemprego, sem renda ou renda precária com dificuldades para prover o sustento dos seus membros;
- Idosos e pessoas com deficiência com vínculos familiares fragilizados, sem acesso a serviços de cuidado e apoio, com reduzida capacidade de autonomia ou sem condições de autossustentabilidade;
- Famílias com ocorrência de trabalho infantil, inclusive trabalho infantil doméstico;
- Famílias com ocorrência de trabalho escravo;
- Famílias com ocorrência de alguma ou múltiplas formas de violência (violência doméstica, abuso e exploração sexual, violência contra a mulher, tráfico de seres humanos, entre outras).

O SUAS é ofertado em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica, prestada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Proteção Social Especial (dividido em média e alta complexidade), prestada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Baseado em indicadores a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) organizou os municípios em 5 grandes grupos[12], segundo o total de

12 Pequeno Porte I - com população até 20.000 habitantes; Pequeno Porte II - com população entre 20.001 a 50.000 habitantes; Porte Médio - com população entre 100.001 a 100.000 habitantes; Grande Porte - com população entre 100.001 a 900.000 e Metrópole - com população superior a 900.000 habitantes. Os municípios de pequeno porte I possuem forte presença de população em zona rural, correspondendo a 45% da população total. Na maioria das vezes, possuem como referência municípios de maior porte, pertencentes à mesma região em que estão localizados. Necessitam de uma rede simplificada e reduzida de serviços de proteção social básica, pois os níveis de coesão social, as demandas potenciais e redes socioassistenciais não justificam serviços de natureza complexa. Em geral, esses municípios não apresentam demanda significativa de proteção social especial, o que aponta para a necessidade de contarem com a referência de serviços dessa

habitantes: São José do Vale do Rio Preto faz parte do município de Pequeno Porte II, com 21.114 habitantes (população estimada, IBGE, 2017). Encontra-se no Nível de Gestão Inicial[13].

Considerando as demandas observadas no Município, a Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação conta com pequena a média rede de atendimentos, que têm como foco as famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. Atende, em média, 50 pessoas por dia, considerando toda sua rede de serviços ofertados.

As ações desenvolvidas pela Secretaria abrangem a população urbana e rural nas diversas faixas etárias, por meio de serviços socioassistenciais governamentais e não governamentais de proteção social básica.

Trabalhou-se nesse diagnóstico com dados extraídos de fontes diversas, como o Ministério do Desenvolvimento Social (por meio do CadÚnico - Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php# Acesso em: 19.out.2017), o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (por meio da Secretaria Geral de Planejamento) que desenvolveu os Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (2016) e dados repassados pela Prefeitura Municipal (2017). Cabe destacar que alguns dos dados mencionados podem não refletir a realidade atual da assistência social no Município, visto que já apresentam alguma defasagem temporal.

Equipamentos de Serviços Públicos do Setor de Assistência Social de São José do Vale do Rio Preto

A gestão e todas as atividades e programas da assistência social são desenvolvidos em estabelecimentos específicos (Mapa 26), a seguir:

---

natureza na região, mediante prestação direta pela esfera estadual, organização de consórcios intermunicipais, ou prestação por municípios de maior porte, com cofinanciamento das esferas estaduais e Federal (PNAS, 2004, p. 13; 39).

13 A Norma Operacional Básica (NOB) do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), publicado em 2005, estabelece três níveis de gestão municipal: Inicial, Básica e Plena. Os municípios que se encontram na gestão inicial recebem recursos da União, conforme estabelecido no item "Critério de transferência" desta Norma, por intermédio do Fundo Nacional de Assistência Social. Os requisitos da Gestão Inicial são: a) Atender aos requisitos previstos no artigo 30, e seu parágrafo único da LOAS, acrescido pela Lei nº 9720/98; b) Alocar e executar recursos financeiros próprios no Fundo de Assistência Social para as ações de Proteção Social Básica; c) Municiar e manter atualizadas as bases de dados dos subsistemas e aplicativos da REDE SUAS, componentes do Sistema Nacional de Informação; d) Inserir no Cadastro Único as famílias em situação de maior vulnerabilidade social e risco, conforme critérios do Programa Bolsa Família (Lei Federal 10.836/04); e) Preencher o plano de ação no sistema SUAS-WEB e apresentar o relatório de gestão como forma de prestação de contas. Tem como incentivo: a) Receber recursos para Erradicação do Trabalho Infantil e para Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, conforme critérios estabelecidos nesta norma; b) Receber o Piso Básico de Transição, Piso de Transição de Média Complexidade e Piso de Alta Complexidade I, conforme estabelecido no item "Critério de transferência" desta Norma.

- Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação - órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social;
- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);
- Conselho Tutelar - órgão de defesa dos direitos da criança e do adolescente, órgão vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Há ainda o Centro de Recuperação de Dependentes Químicos, contudo, trata-se de entidade privada.

A Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação encontra-se instalada na antiga Sede da Prefeitura Municipal, ocupando parte do pavimente térreo. Trata-se de imóvel próprio, em bom estado de conservação, situado à Rua Cel. Francisco Limongi. Porém, há a necessidade de reformas, ampliação e readequação para o atendimento da demanda, bem como de aquisição de mobiliário adequado às atribuições do Setor. Essa Secretaria possui diversos veículos próprios, sendo que alguns deles precisam de manutenção imediata.

O Conselho Tutelar de São José do Vale do Rio Preto desenvolve suas atividades atualmente em imóvel alugado, localizado à Rua Cel Francisco, Limongi, nº 22, na Estação. Não há necessidade, no momento, de ampliações ou reformas e o mobiliário atende às demandas do Conselho, contudo, o imóvel é antigo e apresenta instalações precárias que não suportam sequer a utilização de equipamentos como ar condicionado, o que dificulta a realização das tarefas e do cumprimento de algumas atividades do Conselho em dias de muito calor.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 26 - Equipamentos Públicos de Assistência Social de SJVRP.

Serviços Socioassistenciais Governamentais

A Política Nacional de Assistência Social prevê seu ordenamento em rede, de acordo com os níveis de proteção social: básica e especial, de média e alta complexidade, os quais atendem as necessidades sociais das pessoas como cidadãos de direitos. É composta por programas, projetos, serviços e benefícios ofertados pelo município de São José do Vale do Rio Preto, desenvolvidos com recursos próprios e advindos do governo federal e estadual.

A estrutura e o funcionamento da Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação compõem a rede de proteção social básica e especial que busca prevenir situações de risco.

Atualmente, a Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação conta com 14 servidores, sendo distribuídos da seguinte forma: o Secretário Municipal; um Diretor; um auxiliar administrativo/Chefe de Divisão de Habitação e Programas Sociais; um Assistente Social/Coordenador do CRAS; um Assistente Social/Coordenador do CREAS; um Auxiliar Administrativo/Cadastrador do CadÚnico; um Estagiário de Serviço Social; um Estagiário de Psicologia; um Auxiliar Administrativo/Secretária Executiva; dois Psicólogos, um Motorista; dois Serventes.

Há a necessidade de mais recursos humanos (estagiários) e do sistema permanente de capacitação profissional. Uma vez que, frequentemente novas leis, programas e benefícios são criados ou alterados, a capacitação visa manter os servidores permanentemente atualizados (Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação, 2017).

Proteção Social Básica (PSB)

Nos atendimentos da Proteção Básica, as pessoas são encaminhadas para programas que visam desenvolver suas habilidades e fortalecer vínculos familiares e comunitários, promovendo, assim, o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

A porta de entrada para os serviços de Proteção Social Básica do SUAS é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). São José do Vale do Rio Preto possui um CRAS para atender todo o Município, que desenvolve programas, projetos e ações com recursos municipais e federais.

O público alvo dos programas desenvolvidos pelo CRAS são as famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilidade de vínculos de pertencimento e sociabilidade, em especial famílias cadastradas nos programas de transferência de renda e benefícios assistenciais.

Na proteção básica, o CRAS desenvolve as seguintes ações (Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação, 2017):

- Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) - este programa presado pelo CRAS e de caráter continuado, abrange todo o Município e tem por objetivo fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Promove o acompanhamento psicossocial familiar e contribui para o processo de inclusão social das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social em São José do Vale do Rio Preto, atuando de forma integrada com os

programas sociais do Governo Municipal, com vista à garantia de direitos sociais mediante ações socioeducativas e de inserção produtiva, potencializando a rede socioassistencial básica e a organização comunitária para o desenvolvimento local. Segundo dados da Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação de São José do Vale do Rio Preto (2017), o PAIF é executado no Município desde 2006 e, em 2016, foram atendidas pelo Programa 3.500 famílias, com um aporte financeiro do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) de R$ 100.800,00 neste ano;

- Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - em conformidade com dados repassados pela Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação o atendimento por esse serviço ocorre desde 2010 e em 2016 foram referenciados 162 atendimentos, com atendimentos a público prioritário em número de 20, sendo que a capacidade de atendimento de referência era de 200 atendimentos e a meta prevista de público prioritário era de 100, ou seja, realização de atendimento aquém do previsto. Ao longo dos anos de atuação desse serviço em SJVRP (2010-2015) foram repassados pelo MDS mais de 200 mil reais.

Também são executados por meio das ações do CRAS os programas assistenciais relacionados à transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF)[14] e o Benefício de Prestação Continuada (BPC)[15] disponibilizados para as pessoas cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico). O Cadastro Único Municipal funciona atualmente junto à Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação e ao CRAS.

O CadÚnico para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda - aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem às diferentes esferas de governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

Em São José do Vale do Rio Preto, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em setembro de 2017 era de 2.627, e o total de pessoas

14 O Programa Bolsa Família (PBF) trata-se de programa assistencial de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. Possui condicionantes para as famílias beneficiárias, tais como: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; as gestantes precisam fazer o pré-natal.

15 Repassa 1 salário mínimo para pessoas idosas acima de 65 anos ou com deficiência, desde que possuidoras de renda abaixo de ¼ do salário mínimo.

inscritas era de 7.974, distribuídas, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social constantes das três Tabelas a seguir:

Tabela 63 - Famílias Inscritas no Cadastro Único em SJVRP de Acordo com o Relatório de Informações Sociais - CadÚnico - Ministério do Desenvolvimento Social, 2017.

Famílias Inscritas no CadÚnico em SJVRP (2017)		
Total de famílias cadastradas	2.627	Set/2017
Famílias cadastradas com renda *per capita* mensal de R$ 0,00 até R$ 85,00	669	Set/2017
Famílias cadastradas com renda *per capita* mensal entre R$ 85,01 e R$ 170,00	787	Set/2017
Famílias cadastradas com renda *per capita* mensal entre R$ 170,01 e ½ salário mínimo	826	Set/2017
Famílias cadastradas com renda *per capita* mensal acima de ½ salário mínimo	345	Set/2017

Fonte: MDS, 2017.

Tabela 64 - Pessoas Inscritas no Cadastro Único em SJVRP de Acordo com o Relatório de Informações Sociais - CadÚnico - Ministério do Desenvolvimento Social, 2017.

Pessoas Inscritas no CadÚnico em SJVRP (2017)		
Total de pessoas cadastradas	7.974	Set/2017
Pessoas cadastradas em famílias com renda *per capita* mensal de R$ 0,00 até R$ 85,00	2.147	Set/2017
Pessoas cadastradas em famílias com renda *per capita* mensal entre R$ 85,01 e 170,00	2.586	Set/2017
Pessoas cadastradas em famílias com renda *per capita* mensal entre R$ 170,01 e ½ salário mínimo	2.549	Set/2017
Pessoas cadastradas em famílias com renda *per capita* mensal acima de ½ salário mínimo	692	Set/2017

Fonte: MDS, 2017.

Tabela 65 - Atualização Cadastral do CadÚnico em SJVRP de Acordo com o Relatório de Informações Sociais - Ministério do Desenvolvimento Social, 2017.

Atualização Cadastral CadÚnico em SJVRP (2107)		
Total de Famílias com cadastro atualizado	**1.848**	**Set/2017**
Famílias com cadastro atualizado e renda *per capita* até ½ salário mínimo	1.661	Set/2017
Taxa de atualização do total de famílias cadastradas	0,70	Set/2017
Taxa de atualização cadastral até ½ salário mínimo	0,73	Ser/2017

Fonte: MDS, 2017.

Em conformidade com dados do CadÚnico, o PBF beneficiou, no mês de outubro de 2017, 1.214 famílias em SJVRP (Tabela 66)., representando cobertura de 79,8 % da estimativa de famílias pobres no Município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R$ 138,54 e o valor total transferido pelo Governo Federal às famílias atendidas alcançou R$ 168.185,00 no mês (MDS, 2107).

Tabela 66 - Quantidade de Famílias Beneficiárias do PBF em SJVRP de Acordo com o Relatório de Informações Sociais - CadÚnico- Ministério do Desenvolvimento Social, 2017.

Quantidade de Famílias Beneficiárias do PBF em SJVRP (2107)		
Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	1.214	Out/2017
Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias (em Reais - R$)	168.185,00	Out/2017
Quantitativo por Tipo de Benefícios		
Benefício Básico	786	Out/2017
Benefícios Variáveis	1.775	Out/2017
Benefício Variável Jovem (BVJ)	268	Out/2017
Benefício Variável Nutriz (BVN)	39	Out/2017
Benefício Variável Gestante (BVG)	49	Out/2017
Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP)	222	Out/2017

Fonte: MDS, 2017.

Em relação às condicionalidades (Tabela 67), o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de julho de 2017, atingiu o percentual de 91,9%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 1.095 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 1.191. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 77,7%, resultando em 192 jovens acompanhados de um total de 247. Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de julho de 2017, atingiu 95,5 %, percentual equivale a 1.049 famílias do total de 1.099 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do Município (MDS, 2107).

Tabela 67 - Condicionalidades do PBF para SJVRP de Acordo com o Relatório de Informações Sociais - CadÚnico- Ministério do Desenvolvimento Social, 2017.

Público Acompanhamento		
Total de beneficiários com perfil educação (6 a 15 anos)	1.191	Jul/2017
Total de beneficiários com perfil educação (16 e 17 anos)	247	Jul/2017
Total de famílias com perfil saúde (com crianças até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos)	1.099	Jul/2017
Resultados do Acompanhamento		
Total de beneficiários acompanhados pela educação (6 a 15 anos)	**1.095**	**Jul/2017**
Total de beneficiários acompanhados pela educação (16 a 17 anos)	**192**	**Jul/2017**
Total de beneficiários acompanhados com frequência acima da exigida (6 a 15 anos - 85%)	1.042	Jul/2017
Total de beneficiários acompanhados com frequência abaixo da exigida (6 a 15 anos- 85%)	53	Jul/2017
Total de beneficiários com frequência acima da exigida (16 a 17 anos - 75%)	160	Jul/2017
Total de Beneficiários com frequência abaixo da exigida (16 a 17 anos - 75%)	32	Jul/2017
Total de beneficiários sem informação de frequência escolar (6 a 15 anos)	96	Jul/2017
Total de beneficiários sem informação de frequência escolar (16 a 17 anos)	55	Jul/2017
Total de famílias acompanhadas pela saúde	1.049	Jul/2017
Total de gestantes acompanhadas	63	Jul/2017
Total de gestantes com pré-natal em dia	63	Jul/2017
Total de crianças acompanhadas	693	Jul/2017
Total de crianças com vacinação em dia	693	Jul/2017
Total de crianças com dados nutricionais	348	Jul/2017
Total de famílias não acompanhadas pela saúde	47	Jul/2017
Efeitos por Descumprimento de Condicionalidades		
Total de Efeitos por descumprimento das condicionalidades (PBF saúde e educação) (sem BVJ)	**46**	**Set/2017**
Total de advertências	33	Set/2017
Total de bloqueios	5	Set/2017
Total de suspensões	-	-
Total de cancelamentos	0	Set/2017
Total de Efeitos por descumprimento de condicionalidades (BVJ)(16 e 17 anos)	**30**	**Set/2017**
Total de advertências	18	Set/2017
Total de bloqueios	6	Set/2017
Total de suspensões	6	Set/2017

Total de cancelamentos	0	Set/2017
Recursos OnLine Registrados no Sistema de Condicionalidades (SICON)		
Total de recursos cadastrados e avaliados	2	Jul/2017
Total de famílias com recursos avaliados e deferidos	2	Jul/2017
Total de famílias com recursos avaliados e indeferidos	0	Jul/2017
Total de famílias com recursos não avaliados	0	Jul/2017
Acompanhamento Familiar		
Total de famílias em fase de suspensão	9	Maio/2017
Total de famílias com registro de acompanhamento familiar no Sistema de Condicionalidades (SICON)	0	Maio/2017
Total de municípios que utilizam o acompanhamento familiar do Sistema de Condicionalidades (SICON)	-	-

Fonte: MDS, 2017.

As Tabelas a seguir demonstram a evolução do atendimento do PBF em SJVRP de 2006 a 2016 em conformidade com dados repassados pelo Município.

Tabela 68 - Evolução do Atendimento do Programa Bolsa Família no Município de SJVRP, 2006-2016.

Famílias Beneficiárias do PBF				
Ano	**Quantidade de Famílias**	**% da População do Município**	**Valor Total do Benefício Recebido**	**Valor Benefício Médio Mensal**
2006	1.062			
2010	1.364	21%	R$ 1.413.705,00	R$ 86,78
2011	1.445	22%	R$ 1.739.056,00	R$ 110,67
2012	1.630	25%	R$ 2.309.572,00	R$ 143,32
2013	1.646	25%	R$ 2.789.582,00	R$ 137,89
2014	1.818	28%	R$ 3.012.333,00	R$ 143.60
2015	1.663	25%	R$ 2.958.402,00	R$ 137,65
2016	1.352	21%	R$ 2.603.041,00	R$ 138,83

Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação, 2017.

Nota-se, na Tabela 68, que apesar da leve redução de famílias atendidas pelo Bolsa Família em SJVRP, do ano de 2010 para 2016, houve significativo incremento do valor total repassado pelo MDS (54,31%). O percentual de população do Município atendida pelo programa é expressivo devido ao fato de levar-se em conta o tamanho da família brasileira, que em média chega a 3,3 pessoas. O número médio de filhos por família é de 1,6 filhos (IBGE, 2001).

A próxima Tabela demonstra a distribuição das pessoas inscritas no CadÚnico e beneficiárias do PBF por faixas etárias em SJVRP, em conformidade com dados repassados pela Prefeitura Municipal (2011).

Tabela 69 - Número de Pessoas Cadastradas no CadÚnico e Atendidas pelo PBF por Faixa Etária no Município de SJVRP, 2011.

Dados do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família						
Ano	CadÚnico			PBF		
	Nº Crianças e Adolescentes até 17 anos	Nº de Pessoas 18 a 64 anos	Nº Pessoas com 65 anos ou mais	Nº Crianças e Adolescentes até 17 anos	Nº Pessoas 18 a 64 anos	Nº Pessoas com 65 anos ou mais
2011	3.095	3.789	128	2.715	2.942	36

Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação, 2017.

Já a Tabela 70 demonstra a evolução do atendimento e do valor investido no ano por quantidade de pessoas atendidas pelo BPC em SJVRP, de 2010 a 2016.

Tabela 70 - Histórico de Repasse de Recursos do BPC no Município de SJVRP, 2010-2016.

Ano	Pessoas com Deficiência		Pessoas Idosas		Total no Ano	
	Quant.	Valor Pago (R$)	Quant.	Valor Pago (R$)	Quant.	Valor Pago (R$)
2010	214	1.199.518,02	221	1.245.419,22	435	2.444.937,24
2011	235	1.461.499,87	247	1.530.943,37	482	2.992.443,24
2012	256	1819.105,75	294	1.989.166,97	550	3.808.272,72
2013	300	2.225.104,63	338	2.558.256,39	638	4.783.361,02
2014	338	2.734.858,93	395	3.150.079,94	733	5.884.938,87
2015	348	3.279.650,90	453	4.019.281,10	801	7.298.932,00
2016	**343**	**3.331.768,65**	**483**	**4.548.450,43**	**825**	**7.880.219,08**

Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação, 2017.

O CRAS desenvolve suas atividades em prédio alugado, que se encontra em bom estado de conservação, não há necessidade de ampliação, nem de outro CRAS no Município, mas sim, de adequação no prédio já existente para atender os munícipes com necessidades especiais.

Proteção Social Especial (PSE)

Os serviços de Proteção Especial são organizados em Média e Alta Complexidade. Os de Média Complexidade são prestados quando os direitos sociais foram violados, mas os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos; já os de Alta Complexidade, quando ocorre o rompimento dos laços familiares e comunitários - quando os indivíduos se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar ou comunitário.

Os serviços de Proteção de Média Complexidade são desenvolvidos pelo Município com recursos próprios e advindos dos governos federal e estadual, por meio do CRAS e atendem a todo o território municipal (urbano e rural). Têm como foco o acesso a direitos socioassistenciais para a família e para indivíduos em situação de ameaça, violência e violação de direitos, por meio da inclusão em organização de proteção que possa contribuir para a reconstrução da situação vivida. Por meio do PSE, segundo dados repassados pela Secretaria Municipal (2017), são desenvolvidas diversas atividades, tais como:

- Acompanhamento interdisciplinar dos indivíduos e famílias incluídas no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), os quais tenham sofrido algum tipo de violência e/ou violação de direitos - em 2016, 50 famílias foram atendidas por esse programa, conforme dados repassados pela Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação (2017);
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa e suas famílias;
- Acompanhamento interdisciplinar de pessoas incluídas no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias - Centro Dia, as quais tenham sofrido algum tipo de violência e/ou violação dos direitos;
- Serviço de Abordagem Social;
- Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua - Centro POP;
- Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI);
- Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes ou Idosos;
- Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;
- Serviço de Acolhimento para Jovens e Adultos - Residência Inclusiva;
- Inclusão Produtiva - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)/MEC - Brasil Sem Miséria - oferta cursos gratuitos de qualificação profissional com duração mínima de 160 horas para pessoas com mais de 16 anos, prioritariamente inscritas no CadÚnico. Esses cursos são ministrados pelo Sistema "S" (SENAI, SENAC, SENAT e SENAR). De acordo com dados repassados pela Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação (2017), em 2015 foram matriculados 37 alunos no Curso de Formação Inicial Continuada em SJVRP.

Além disso, há em São José do Vale do Rio Preto a escola especial que oferece à pessoa com alguma deficiência condições adequadas para o

desenvolvimento do seu potencial, proporcionando sua integração no meio social. Esta entidade é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). O atendimento da APAE, realizado com recursos municipais, estaduais e federais, abrange todo o Município e tem a gestão e o acompanhamento da SECCT.

Proteção à Criança e ao Adolescente

Quanto à assistência social a crianças, adolescente e jovens, SJVRP apresenta o seguinte perfil de população infanto-juvenil: jovens estudantes do ensino fundamental que, em sua maioria, não dispõem de alternativas de lazer e diversidade de cursos técnicos para o seu aprimoramento. Os principais programas e atendimentos disponibilizados no Município para essas faixas de população são:

- Programa PAEFI, disponibilizado no CREAS, trata-se de serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social;
- Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Bolsa Família.

Proteção ao Idoso

O município de São José do Vale do Rio Preto não possui Centro de Conivência para Idosos, atende os idosos por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertado pelo CREAS.

Serviços Socioassistenciais Não Governamentais

Os serviços socioassistenciais prestados por organizações não governamentais no Município são:

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) - caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla;
- Associação Nova Jerusalém, caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo é a recuperação de usuários dependentes químicos.

Gestão Municipal do Setor de Assistência Social de SJVRP

A área de assistência social foi elencada, em 2013, como tema de maior significância na programação das auditorias do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). O TCE-RJ avaliou a as condições de organização e funcionamento do sistema de assistência social dos municípios, com foco no planejamento e monitoramento das ações e serviços, nas condições da infraestrutura, do funcionamento e das equipes operacionais das unidades de proteção social básica e especializada (CRAS e CREAS), no processo de trabalho dos CRAS e nas entidades e organizações de assistência social. Após o exame da matéria, o Plenário determinou aos municípios sob a jurisdição do TCE-RJ e a órgãos da administração direta e indireta do Estado que elaborem planos de ação para sanar as falhas observadas na operação do sistema.

Cabe destacar que a assistência social integra o sistema de seguridade social do país, juntamente com a saúde e a previdência social. Trata-se de política pública não contributiva por ser dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Seus pilares normativos são a Constituição Federal (1988) e a LOAS (Lei nº 8.742/1993).

Quanto aos índices e indicadores de atendimento do Gestor Municipal aos serviços assistenciais, tem-se o Balanço Social de São José do Vale do Rio Preto, advindo do Cadastramento Único do Governo Federal (CadÚnico), que segue (Tabela 71):

Tabela 71 - Balanço Social do Município de SJVRP, 2017.

Especificação	Quantidade
Total de Habitantes	21.114 Habitantes (IBGE, 2017)
Famílias Carentes no Município	2.282 Famílias com Renda *Per Capita* até 1/2 SM
Famílias Cadastradas	2.627 Famílias Inscritas no CadÚnico
Famílias que Recebem Benefício	1.214 Famílias
Atendimentos Diários	Média de 50 atendimentos por dia

Fonte: MDS, Prefeitura Municipal de SJVRP, 2017.

Além disso, há o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGDSUAS-M), instituído pela Lei Federal nº 12.435/2011, é o instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito dos municípios, e mede o resultado da gestão descentralizada do SUAS com base na atuação do gestor, na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial (TCE-RJ, 2016).

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) é um indicador que mostra a qualidade da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família (PBF), além de refletir os compromissos assumidos pelos estados e municípios na sua adesão ao Programa, como a gestão do Cadastro Único e das condicionalidades. Com base nesse indicador, o MDS repassa recursos a estados e municípios para a realização da gestão do Bolsa Família. Quanto maior o valor do IGD, maior será também o valor dos recursos a serem repassados. Por meio do IGD, o MDS espera incentivar o aprimoramento da qualidade da gestão local do Programa e contribuir para que estados e municípios executem as ações que estão sob sua responsabilidade. A forma de apuração do IGD, os mecanismos de cálculo dos recursos a serem repassados e as sugestões para a utilização adequada dos recursos estão disponíveis no Caderno do IGD-M (município) e no Caderno do IGD-E (estado) (MDS, 2017).

O IGD / IGDSUAS-M varia de 0 (zero) a 1 (um) e é calculado na forma do Anexo I da Portaria nº 337/2011, considerando o Índice de Desenvolvimento do Centro de Referência da Assistência Social - ID CRAS Médio e a execução financeira do Fundo de Assistência Social do Município. Quanto mais próximo de 1, melhor a avaliação da gestão desses processos (TCE-RJ, 2016).

Sendo igual ou superior a 0,2 (dois décimos), o município recebe recursos do IGDSUAS, que poderão ser utilizados para as atividades a seguir relacionadas, sendo vedada a sua utilização para pagamento de servidores públicos (estatutário, celetista e temporário) e gratificações de qualquer natureza:

- Reformas, adaptação, adequação para acessibilidade conforme ABNT, pintura, instalação elétrica e hidráulica, visando a melhoria do ambiente de atendimento;
- Aquisição de equipamentos e materiais permanentes e de consumo necessários ao aprimoramento da gestão;
- Desenvolvimento de sistemas de informática e *software* que auxiliem a gestão dos serviços;
- Realização de capacitações, treinamentos e apoio técnico para os trabalhadores do SUAS;
- Realização de campanhas de divulgação e comunicação dos serviços socioassistenciais (TCE-RJ, 2016).

O IGD leva em consideração os seguintes componentes, entre outros fatores:

- Taxa de Atualização Cadastral (TXAC);

- Taxa de Crianças com Frequência Escolar (TXCFE);
- Taxa de Famílias com Acompanhamento de Agenda em Saúde (TXFAAS) (Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação, 2017).

Os demais fundamentos que compõem o IGDSUAS-M de SJVRP, conforme dados do CadÚnico, estão dispostos na Tabela 72 (2017).

Tabela 72 - Fundamentos que Compõem o Índice de Gestão Decentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGDSUAS-M) em SJVRP (2107)- CadÚnico- Ministério do Desenvolvimento Social, 2017.

Fundamentos que Compõem o IGDSUAS-M em SJVRP (2107)		
1 - Crianças e adolescentes das famílias do PBF com frequência escolar informada	1.308	Jul/2017
2 - Total de crianças e adolescentes das famílias do PBF no município	1.466	Jul/2017
3 - TAFE - Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (item 1 / item 2)	0,89	Jul/2017
4 - Famílias do PBF com condicionalidades de saúde informada	1.263	Jul/2017
5 - Total de famílias com perfil saúde no Município	1.321	Jul/2017
6 - TAAS - Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde (item 4 / item 5)	0,95	Jul/2017
7 - Atualizações de cadastros - Perfil CadÚnico até 1/2 salário mínimo	1.844	Jul/2017
8 - Cadastros de Famílias com Perfil CadÚnico até 1/2 salário mínimo	2.605	Jul/2017
9 - TAC - Taxa de Atualização Cadastral (item 7 / item 8)	0,70	Jul/2017
10 - Fator 1: Operação ((TAFE+TAAS) / 2 + TAC / 2)	0,81	Jul/2017
11 - Fator 2: Adesão ao SUAS	1,00	Jul/2017
12 - Fator 3: Comprovação de Gastos pelo FMAS	1,00	Jul/2017
13 - Fator 4: Aprovação da Comprovação de Gastos pelo CMAS	1,00	Jul/2017
14 - IGD-M (Fator 1 x Fator 2 x Fator 3 x Fator 4)	1	Jul/2017
15 - Estimativa total de famílias de baixa renda no município - perfil CadÚnico	2.608	Jul/2017
16 - Quantidade de famílias consideradas para cálculo do repasse	1.844	Jul/2017
17 - Valor Calculado sem Incentivos (item 14 x R$ 3,25 x item 16)	4.890,29	Jul/2017
18 - Incentivo 1 - Proporção de famílias em fase de suspenção em acompanhamento Familiar	0,00	Jul/2017
19 - Incentivo 2 - Dados da gestão municipal no SIGPBF atualizados há menos de 1 ano	0,00	Jul/2017
20 - Valor Total de Incentivos (item18 + item 19)	0,00	Jul/2017
21 - Valor Calculado com Incentivos (Item 17 + Item 20)	4.890,29	Jul/2017
22 - Teto de repasse do IGD-M	9.323,60	Jul/2017
23 - Valor repassado no mês	4.890,29	Jul/2017
24 - Motivo(s) que impede(m) o repasse		Jul/2017

Fonte: MDS, 2017.

A Tabela 73 contém dados sobre o IGD repassados pela Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação (2017).

Tabela 73 - Fundamentos do IGD de SJVRP, 2017.

Ano	IGD (SUAS)	IGD-M	Valor Repasse Mensal MDS	Valor Repasse Anual MDS	TXAC	TXCFE	TXFAS
2006					1,00	0,75	0,58
2010	0,42						
2011	0,42		R$ 2.516,15				
2012	0,31						
2013	0,13						
2014	0,32			R$ 80.061,84			
2015	0,60	0,84	R$ 5.865,86	R$ 76.968,81			
2016	0,60	0,80	R$ 4.803,38	R$ 59.898,11	0,69%	0,89	0,95

Fonte: Prefeitura Municipal de SJVRP - Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação, 2017.

Na sequência é apresentada Figura 50, com o IGDSUAS-M por município, dado sistematizado pelo TCE-RJ, alcançando São José do Vale do Rio Preto o valor de 0,13.

Figura 50 - Ranking do IGDSUAS-M - Municípios do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

1º - Mendes	0,87	24º - Cabo Frio	0,69	46º - Miracema	0,60	70º - S. Pedro da Aldeia	0,47
2º - Cardoso Moreira	0,85	24º - Eng. Paulo de Frontin	0,69	46º - Rio Bonito	0,60	71º - Cachoeiras Macacu	0,46
3º - Pinheiral	0,84	24º - Natividade	0,69	49º - Macaé	0,59	71º - São José de Ubá	0,46
4º - Laje do Muriaé	0,82	24º - São João da Barra	0,69	49º - Magé	0,59	71º - Seropédica	0,46
5º - Duas Barras	0,80	28º - Mesquita	0,68	51º - Armação dos Búzios	0,58	74º - Paraíba do Sul	0,45
6º - Carapebus	0,78	28º - Niterói	0,68	51º - Itaboraí	0,58	75º - Miguel Pereira	0,44
6º - Tanguá	0,78	28º - Quatis	0,68	51º - Piraí	0,58	75º - São João de Meriti	0,44
8º - B. Jesus do Itabapoana	0,76	28º - Resende	0,68	54º - Japeri	0,57	77º - Silva Jardim	0,43
8º - Santa Maria Madalena	0,76	32º - Campos dos Goytac.	0,67	54º - Rio das Ostras	0,57	78º - Macuco	0,40
10º - Carmo	0,75	32º - Com. Levy Gasparian	0,67	54º - Varre-Sai	0,57	78º - Sumidouro	0,40
11º - Aperibé	0,74	32º - Quissamã	0,67	57º - Barra Mansa	0,56	80º - Valença	0,39
11º - Barra do Piraí	0,74	32º - Vassouras	0,67	57º - Trajano de Moraes	0,56	81º - Paty do Alferes	0,38
13º - Queimados	0,73	36º - Porto Real	0,66	57º - Mangaratiba	0,56	82º - Nova Friburgo	0,37
13º - Rio Claro	0,73	36º - Três Rios	0,66	60º - Duque de Caxias	0,55	83º - Rio das Flores	0,36
13º - São Fidélis	0,73	38º - Araruama	0,65	60º - Itaocara	0,55	84º - Arraial do Cabo	0,33
16º - Casemiro de Abreu	0,72	38º - Itatiaia	0,65	62º - Nova Iguaçu	0,54	84º - Petrópolis	0,33
16º - Paracambi	0,72	40º - Areal	0,64	62º - S. Franc. Itabapoana	0,54	86º - Teresópolis	0,29
16º - São Sebastião do Alto	0,72	40º - Belford Roxo	0,64	64º - Iguaba Grande	0,53	87º - Paraty	0,25
19º - Santo Antônio de Pádua	0,71	40º - São Gonçalo	0,64	64º - Porciúncula	0,53	88º - Italva	0,19
19º - Sapucaia	0,71	43º - Cantagalo	0,62	66º - Nilópolis	0,51	89º - S. José Vale R. Preto	0,13
21º - Angra dos Reis	0,70	43º - Itaguaí	0,62	66º - Maricá	0,51	90º - Cambuci	0,00
21º - Conceição de Macabu	0,70	43º - Volta Redonda	0,62	68º - Bom Jardim	0,49	Cordeiro – sem informação	
21º - Saquarema	0,70	46º - Guapimirim	0,60	68º - Itaperuna	0,49		

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, 2016 - Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) - Secretaria Geral de Planejamento.

Em conformidade com os Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ, 2016), São José do Vale do Rio Preto possui 730 famílias ou indivíduos cadastrados como destinatários dos serviços do

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)[16]. A Figura a seguir aponta as principais características do sistema de assistência social do Município (TCE-RJ, 2016).

Figura 51 - Sistema de Assistência Social de SJVRP, 2016.

Tipo de gestão do sistema	Básica
Porte do município	Pequeno porte
Quantidade de Cras	1
Quantidades de Creas	0
Total de recursos investidos pelo município em assistência social nos últimos 12 meses	R$ 517.440,25
Total de transferências oriundas da União (FNAS) nos últimos 12 meses (somente piso básico fixo e piso básico variável)	R$ 83.118,75
Total de transferências oriundas do estado nos últimos 12 meses	R$ 40.770,00
Total das despesas com remuneração das equipes dos Cras e Creas existentes no município nos últimos 12 meses	R$ 163.859,85

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, 2016 - Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) - Secretaria Geral de Planejamento.

Em relação à Figura anterior, de acordo com informações dos Técnicos do Setor Assistencial de SJVRP (2017), há sim um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no Município.

Em São José do Vale do Rio Preto, os problemas encontrados pela auditoria do TCE-RJ foram os seguintes, conforme a Figura 52 (TCE-RJ, 2016):

16 Formulário 1 - Relação de CRAS e CREAS, entregue pelo gestor em resposta à solicitação da equipe de auditoria do TCE-RJ.

Figura 52 - Problemas no Sistema de Assistência Social de SJVRP, 2016.

Planejamento e monitoramento das ações e serviços de assistência social
Inexistência de planejamento municipal em assistência social
Monitoramento inadequado das ações socioassistenciais
Infraestrutura e funcionameno das unidades de proteção social básica e especializada (Cras e Creas)
Cras sem os ambientes mínimos definidos pelo MDS
Cras sem as condições mínimas de acessibilidade exigidas
Cras com problemas estruturais ou de má conservação
Cras sem os equipamentos, tecnologias e mobiliários mínimos definidos pelo MDS
Atendimento em assistência social fora dos padrões definidos pela normatização
Equipes de proteção social
Admissão irregular de equipe de proteção social básica
Composição irregular de equipes de proteção social básica
Processo de trabalho dos Cras
Não realização de atividades essenciais ao funcionamento dos Cras
Entidades e organizações de assistência social
Habilitação irregular de entidade e/ou organização de assistência social

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, 2016 - Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) - Secretaria Geral de Planejamento.

Instrumentos de Planejamento, Gestão, Controle e Avaliação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

O Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS, previsto na Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS) - 2012, é o instrumento pelo qual se materializam as prioridades e as metas nacionais no âmbito do SUAS, e se constitui em mecanismo de indução do aprimoramento da gestão do SUAS e da qualidade dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda no âmbito da Assistência Social.

O acompanhamento e a avaliação anual do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS tem por objetivo observar o cumprimento de seu conteúdo e a efetivação dos compromissos assumidos entre os entes federados para a melhoria contínua da gestão, dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda no âmbito da Assistência Social, visando a sua adequação gradativa aos padrões estabelecidos nas normativas do SUAS.

O Plano de Monitoramento e Avaliação dos serviços assistenciais desenvolvidos nos municípios é um dos Instrumentos de Planejamento e Controle do Setor de Assistência Social. Outros Instrumento de Planejamento e Controle do setor assistencial são: Plano Municipal de Assistência Social; Lei Orgânica Municipal de Assistência Social; Conselho e Fundo Municipal de Assistência Social. O objetivo desses Instrumentos é monitorar e avaliar os serviços assistenciais desenvolvidos no município, por meio de realizações de visitas periódicas de supervisão às entidades que compõem a rede executora,

com vistas a obtenção de dados que favoreçam significativa melhoria no padrão de atendimento destas entidades.

Por meio desses instrumentos, bem como das auditorias técnicas como a realizada pelo TCE-RJ, anualmente, é possível identificar potenciais, demandas e problemas no sistema municipal de assistência social. Os principais problemas diagnosticados pela auditoria do TCE-RJ (2016) em São José do Vale do Rio Preto são:

- Planejamento e monitoramento das ações e serviços de assistência social:
  - ✓ Inexistência de planejamento municipal em assistência social;
  - ✓ Monitoramento inadequado das ações socioassistenciais.
- Infraestrutura e funcionamento das unidades de proteção social básica e especializada (CRAS e CREAS):
  - ✓ CRAS sem os ambientes mínimos definidos pelo MDS;
  - ✓ CRAS sem as condições mínimas de acessibilidade exigidas;
  - ✓ CRAS com problemas estruturais ou de má conservação;
  - ✓ CRAS sem os equipamentos, tecnologias e mobiliários mínimos definidos pelo MDS;
  - ✓ Atendimento em assistência social fora dos padrões definidos pela normatização.
- Equipes de proteção social:
  - ✓ Admissão irregular de equipe de proteção social básica;
  - ✓ Composição irregular de equipes de proteção social básica.
- Processo de trabalho dos CRAS:
  - ✓ Não realização de atividades essenciais ao funcionamento dos CRAS;
- Entidades e organizações de assistência social:
  - ✓ Habilitação irregular de entidade e/ou organização de assistência social.

É importante ressaltar que esses instrumentos são de extrema importância para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações programadas para o Plano Diretor Municipal.

Por fim, destaca-se que apesar da Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação contemplar responsabilidades relacionadas a programas locais de habitação de interesse social, não foi repassada por esta Secretaria muita informação sobre as questões habitacionais do Município,

exceto que atualmente o Município não dispõe de nenhum projeto de habitação de interesse social em andamento.

Conforme informação repassada pela Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação (2017), em 2011, o Município promoveu doação de terras para o Governo do Estado para a implantação e construção de edificações (apartamentos) que foram entregues aos atingidos pela catástrofe climática do mesmo ano.

Quanto ao benefício aluguel social, atualmente o município não dispõe de regulamentação municipal para esse benefício. Todos os 82 benefícios do Programa Aluguel Social oferecidos aos munícipes de SJVRP são ofertados pelo Governo de Estado, em consequência da catástrofe climática ocorrida em 2011.

A maior parte da informação sobre o sistema habitacional de interesse social de SJVRP disposta nesse diagnóstico é proveniente do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), elaborado em 2011, contudo, ainda não institucionalizado legalmente, o que demonstra falha da gestão municipal no quesito aplicação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, da qual o PLHIS é o principal instrumento.

ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO

As ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer de São José do Vale do Rio Preto visam incentivar à prática de esportes e o lazer, assim como contribuir com o desenvolvimento de atividades esportivas genuinamente municipais além do caráter competitivo que rege o esporte. O objetivo principal dessas ações consiste em trabalhar na perspectiva da prática sócio-educacional - no fortalecimento de valores, de vínculos familiares e comunitários, dos direitos e deveres -, com vistas a auxiliar na formação do cidadão, levando em consideração os sujeitos, suas peculiaridades e especificidades, a realidade local e os aspectos culturais.

Os equipamentos públicos de esportes, lazer e recreação (Mapa 27) do Município de São José do Vale do Rio Preto, atendem tanto a população urbana da Sede quanto a rural - Comunidades Rurais, sendo eles:

- Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer;
- Ginásio de Esportes Municipal Mário Chaves;
- Ginásio da Escola C. Valverde;
- Parque Municipal de Exposições;
- Campo de Futebol Municipal;
- Quadra Poliesportiva Morelli;
- Quadra Poliesportiva Contendas;
- Quadra Poliesportiva da Floresta;
- Quadra Poliesportiva da Estação;
- Quadra Poliesportiva das Pedras Brancas;
- Quadra Poliesportiva Novo Centro;
- Quadra Poliesportiva Boa Vista
- Quadra Poliesportiva Boa Vista;
- Quadra Poliesportiva Pouso Alegre.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 27 - Equipamentos Públicos de Esporte, Lazer e Recreação de São José do Vale do Rio Preto.

Todos os estabelecimentos vinculados à Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer não estão adequados às normas de acessibilidade universal, Alguns dos equipamentos de esporte e lazer possuem rampas de acesso e

alguns banheiros de acesso público para deficientes. mas todos necessitam de adequação a NBR - 9050.

Em relação à capacidade de suporte dos equipamentos ao esporte, lazer e recreação, os técnicos municipais do setor destacaram que as instalações existentes não atendem à demanda do Município, havendo a necessidade de construção de novos estabelecimentos, além da necessidade de execução de reformas nos estabelecimentos existentes para melhor atender à população.

Segundo informações do Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Lazer, o estado de conservação das edificações públicas vinculadas ao setor é de relativa precariedade, com necessidade de reformas e ampliações para melhor atender atletas e frequentadores. Os prédios necessitam de adequação das estruturas para possibilitar a acessibilidade universal e para atender melhor as atividades neles realizadas, proporcionando assim, espaços adequados aos desenvolvimento das crianças, jovens, adultos e idosos.

Há a necessidade imediata de ampliação e reforma completa da Quadra Poliesportiva da Estação, reforma geral do Campo de Futebol Municipal e reforma dos pisos, banheiros, pavimentação do entorno e reparos nas telas e refletores do Ginásio de Esportes Municipal Mário Chaves. Além disso, há a necessidade de construção de novas instalações.

Segundo informações repassadas pelos técnicos do setor, há previsão de construção e instalação de novos estabelecimentos/equipamentos voltados para o esporte e lazer, tais como: academias ao ar livre (com previsão de uma para cada Bairro) e Parque Municipal.

A Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer de São José do Vale do Rio Preto possui um quadro de servidores públicos considerado insuficiente frente à demanda de trabalho, serviços e programas desenvolvidos pelo setor, havendo necessidade de administradores, professores de educação física e profissionais para os serviços gerais, o que reflete a necessidade de reavaliação da estrutura organizacional do setor.

Segundo informações da própria Secretaria, não há capacitação periódica dos servidores, os equipamentos de informática são insuficientes às funções desenvolvidas, há a necessidade de aquisição de novos computadores, mobiliário específico para guarda de equipamentos e materiais esportivos e para o atendimento à população. Além disso, há a necessidade de aquisição de dois veículos para a Secretaria, uma *pick-up* de pequeno porte e um carro de passeio.

O Município ainda conta com Estabelecimentos/Equipamentos Esportivos das Escolas do Município, que podem ser utilizados para o desenvolvimento de atividades, no entanto, esses equipamentos apresentam algumas inadequações para o uso, conforme mencionado no item Educação e Cultura.

As modalidades esportivas mais praticadas em São José do Vale do Rio Preto são o futebol, futsal, vôlei, velocross, atletismo, ciclismo e jiu-jitsu. No entanto, a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer não desenvolve qualquer programa relacionado a prática de esportes nas comunidades rurais de São José do Vale do Rio Preto. Existem iniciativas isoladas em algumas Comunidades Rurais, tais como: prática dos trilhões de motocicleta (nas Comunidades Paquete e Morro Grande); prática de futebol, em campo próprio das localidades; realização de cavalgadas em diversas Comunidades Rurais.

Em São José do Vale do Rio Preto são desenvolvidas, pela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer, algumas atividades direcionadas à população. As principais atividades esportivas realizadas no Município são as corridas de rua, os trilhões de motocicletas, futsal e vôlei. O público atendido por estas atividades tem faixas etárias variáveis. Tais atividades acontecem em todas as comunidades, mas normalmente o ponto foco da realização é o Parque Municipal de Exposições, que atrai pessoas de todos os bairro e comunidades locais. Normalmente, os eventos são realizados pela manhã, entretanto, alguns, se desenvolvem durante o dia todo. Todas as atividades esportivas, de lazer e recreação têm como objetivo incrementar a qualidade de vida da população, promover entretenimento gratuito e de qualidade e estimular a prática de esportes.

O Município possui ainda Seleção de Futsal que participa de competições regionais e estaduais.

Quanto aos projetos de lazer e recreação, o Município realiza alguns eventos de grande porte, que são: Carnaval, Exposição Agroindustrial de São José do Vale do Rio Preto, Festa do Aniversário do Município e Festas de Final de Ano, todas com vasta programação de *shows* com artistas da música sertaneja, renomados nacionalmente, e realização de rodeio profissional, entre outras programações. As estruturas são compostas por diversos equipamentos e atividades, tais como parque de diversões, praça de alimentação e estandes de exposição de produtos. Tais festas normalmente são realizadas no Parque Municipal de Exposições e costumam atrair público local e regional.

A Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer possui planejamento estratégico para realização das atividades e eventos turísticos, esportivos e de

lazer previstos no Município - Calendário de Eventos, conforme descrito no Capítulo referente ao Setor Municipal de Cultura.

Quanto aos espaços para o lazer e recreação, o Município possui uma Área de Proteção Ambiental (APA), uma Estação Ecológica, um Monumento Natural, um Parque Natural e uma Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) com remanescentes de flora e fauna de importância, são eles: APA da Maravilha; Monumento Natural Pedra das Flores; Estação Ecológica Monte das Flores; e Reserva Biológica Dindi, o Parque Natural Municipal Araponga; RPPN Fazenda Miosótis; todos com grande potencial para a prática de esportes radicais, lazer e recreação, bem como para o desenvolvimento de programas de educação ambiental.

Há também o Parque Municipal de Exposições, situado nas proximidades do trecho urbano da BR-492 que, segundo informações dos Técnicos da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer, faz parte do patrimônio do Município. O local possui espaço com grande potencial para desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo e ao lazer.

Outro ponto turístico urbano e de reunião de pessoas, utilizado para o lazer e a recreação é o Shopping da Praça, que conta com praça de alimentação com diversos restaurantes e shows musicais à noite.

SEGURANÇA PÚBLICA

O Instituto de Segurança Pública (ISP), criado pela Lei nº 3.329/1999 trata-se de autarquia vinculada diretamente à Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESEG/RJ). Sua missão é produzir informações e disseminar pesquisas e análises com vistas a influenciar e subsidiar a implementação de políticas públicas de segurança e assegurar a participação social na construção dessas políticas (ISP-RJ, 2017).

Além de divulgar dados relativos à segurança pública, o ISP realiza regularmente análises, projetos e pesquisas. As pesquisas realizadas pelo ISP visam a subsidiar a gestão de segurança pública no Estado e o debate público sobre o tema, com o tratamento científico de seus principais problemas. Também realiza monitoramento acerca de estatísticas criminais para o Estado do Rio de Janeiro com a finalidade de garantir a transparência dos dados relativos à segurança pública praticada pelo Governo do Estado, bem como disponibilizar para pesquisadores, mídia, sociedade civil organizada e população em geral mais uma ferramenta de vital importância para informação e discussão sobre a criminalidade e segurança pública no Rio de Janeiro (ISP-RJ, 2017).

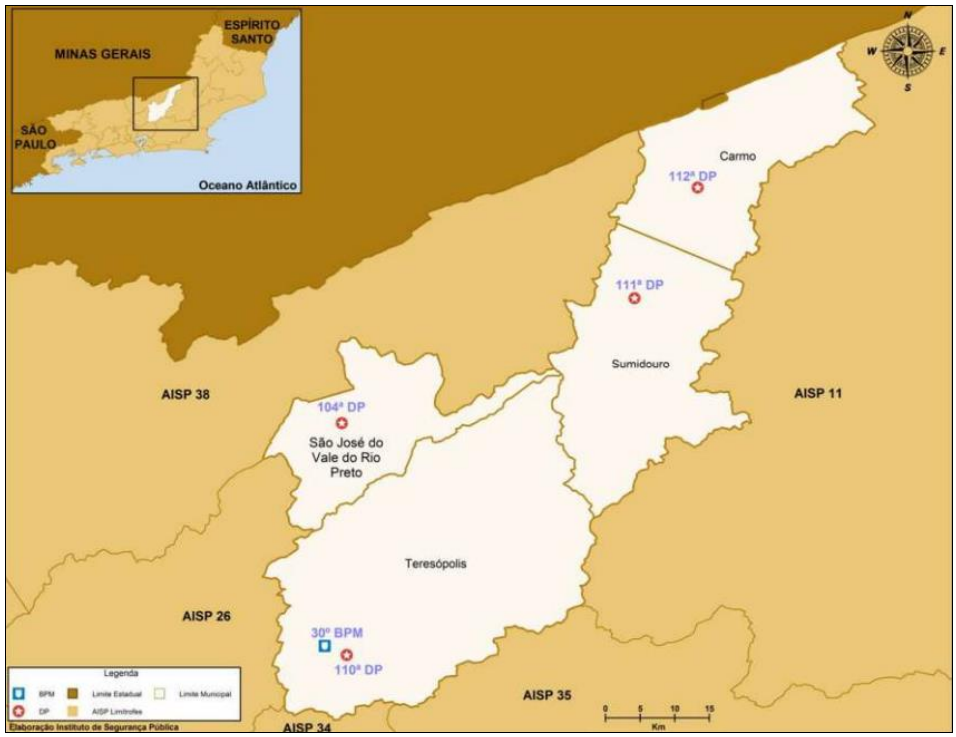
O ISP é o responsável pela Coordenadoria dos Conselhos Comunitários de Segurança, canal de participação social e de comunicação entre a comunidade e os representantes das forças de segurança estaduais em cada região, na busca comum pela redução da violência (ISP-RJ, 2017).

De acordo com o ISP, o município de São José do Vale do Rio Preto possui Conselho Comunitário de Segurança Pública (CCSP) ligado ao 30º Batalhão da Polícia Militar (BPM) e a 104º DP - Delegacia de Policia Civil (Delegacia Legal) (ISP-RJ, 2017). Conforme informação da Prefeitura Municipal, o CCSP realiza reuniões a cada dois meses.

Os CCS são canais de comunicação entre a sociedade civil e as Polícias Civil e Militar do Estado do Rio de Janeiro, agindo como colaboradores voluntários, não remunerados e compromissados com a redução da violência, da criminalidade e com a paz social. Atuam em determinada Área Integrada de Segurança Pública (AISP) e têm as atribuições elencadas segundo Resolução da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SSP/RJ) - SSP nº 781/2005, alterada pelas Resoluções da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESEG/RJ) - SESEG nº 78/2007 e nº 547/2012, que instituíram os regulamentos, finalidades e estruturas dos CCS. Os CCS identificam e analisam os problemas locais, propõem soluções e avaliam as respostas e/ou as soluções dos problemas demandados (ISP-RJ, 2017).

São José do Vale do Rio Preto está inserido na 7ª Região Integrada de Segurança Pública (RISP), que é a RISP da Região Serrana e pertence à AISP 30. A Figura 53 mostra a localização dos equipamentos de segurança pública que atendem a região (ISP-RJ, 2017).

Figura 53 - Equipamentos de Segurança Pública na 7ª RISP da Região Serrana/RJ.



Fonte: ISP-RJ, 2017.

São José do Vale do Rio Preto possui base da Polícia Militar em seu território municipal. Trata-se do Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO) São José do Vale do Rio Preto - 2ª Companhia, subordinada ao Trigésimo Batalhão de Polícia Militar (30º BPM), que é uma Organização Policial Militar (OPM) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) (PMERJ, 2017).

O 30º BPM está subordinado ao Sétimo Comando de Policiamento de Área (7º CPA) e se encontra sediado no município de Teresópolis (onde fica a 1ª Companhia), sendo responsável ainda pelo policiamento da municípios de São José do Vale do Rio Preto (2ª Cia.), Sumidouro (3ª Cia.) e Carmo (4ª Cia.) com abrangência de atendimento de população aproximada de 215.000 pessoas, em área aproximada de 1.565,9 km² (PMERJ, 2017).

Quanto à Polícia Civil, o Departamento Geral de Polícia do Interior (DGPI) tem em São José do Vale do Rio Preto uma base da Delegacia Legal - 104ª Delegacia de Polícia (DP), de pequeno porte, com estrutura física relativamente nova, inaugurada em 2013. Naquela ocasião, o efetivo policial era de 12 profissionais, entre oficiais de cartório e inspetores, sendo necessário dobrar o efetivo para o pleno funcionamento da delegacia. Importa destacar que, no mesmo ano, o efetivo policial da PM no Município era de quatro policiais, necessitando ser ampliado.

Conforme informações de servidores da Prefeitura Municipal, o efetivo policial não é suficiente para o atendimento da demanda local, há a necessidade de ampliação. Além disso, para o pleno atendimento à população, há a necessidade de ampliação no número de veículos para compor a frota de viaturas.

O Município não conta com sistema de patrulhamento rural e escolar e não possui Guarda Municipal, o que demostra carência na área de segurança pública, principalmente associada ao tráfego de veículos no espaço rural e ao trânsito urbano (veículos e pedestres).

Quanto aos serviços de combate e prevenção a incêndios, não há Corpo de Bombeiros Militar em São José do Vale do Rio Preto, quando necessário, as ocorrências são atendidas pelo Comando de Bombeiros de Área 2 (CBA II) - Região Serrana - Petrópolis, subordinado diretamente ao Subcomando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), por meio das Unidades Subordinadas 15º Grupamento de Bombeiro Militar (GBM) Petrópolis (Destacamento do Corpo de Bombeiros de Itaipava) e 16º GBM Teresópolis (Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, 2017; Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.cbmerj.rj.gov.br/. Acesso em: 23.out.2017).

Ainda em conformidade com informações repassadas pela Prefeitura de São José do Vale do Rio Preto, as principais ocorrências urbanas em São José do Vale do Rio Preto estão relacionada ao tráfico e consumo de drogas, furto qualificado (rompimento de móvel ou imóvel) e furto simples (de veículos, roubo de equipamentos, bicicletas, entre outros), contudo, não há registro oficial sobre os principais delitos e infrações, o que denota necessidade de levantamento de estatísticas para possibilitar melhorias no planejamento e na gestão das ações programadas, tanto no PDM quanto para auxiliarem o CCSP local. Cabe destacar que, segundo relatos dos moradores de São José do Vale do Rio Preto, há muitos acidentes de trânsito nas áreas urbanizadas e também nas estradas rurais (Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, 2017).

Quem faz o atendimento da polícia ambiental no Município é a Sétima Unidade de Policiamento Ambiental (7ª UPAm) do Rio de Janeiro, integrante do Comando da Polícia Ambiental (CPAM) da Polícia Militar de Estado do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ, 2017).

A Polícia Militar de São José do Vale do Rio Preto não possui programa específico de educação para o trânsito no Município, contudo, atua nesse sentido sempre que solicitada. Em conformidade com informações repassadas pela SECCT, há atividades educacionais para o tema na semana nacional de trânsito (Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, Secretaria de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, 2017).

DEFESA CIVIL

Quanto à Defesa Civil, trata-se do conjunto de medidas permanentes que visam evitar, prevenir ou minimizar as consequências dos eventos desastrosos e a socorrer e assistir as populações atingidas, preservando seu moral, limitando os riscos de perdas materiais e restabelecendo o bem-estar social. Atua adotando medidas preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, tanto em situações de normalidade, quanto de anormalidade (emergências ou estado de calamidade pública).

Além de São José do Vale do Rio Preto possuir Secretaria Municipal de Defesa Civil e Ordem Púbica, possui também os Planos de Contingências de Proteção e Defesa Civil (PLANCON) para Alagamentos, Deslizamentos, Estiagem, Incêndios Florestais e Inundações, todos elaborados/atualizados pela própria Secretaria no ano de 2015 (Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, 2017).

O Plano de Contingências de Proteção e Defesa Civil (PLANCON) trata-se de documento que registra o planejamento elaborado a partir do estudo de um ou mais cenários de risco de desastre. Estabelece procedimentos a serem adotados por todas os agentes e/ou instituições envolvidas na defesa civil do Município que se fizerem necessárias para as ações de resposta a emergências e desastres naturais quando da atuação direta ou indireta em eventos relacionados a estes desastres, recomendando e padronizando, a partir da adesão dos órgãos signatários, os aspectos relacionados a ações de monitoração, alerta e alarme, resposta ao evento adverso, incluindo as ações de socorro, ajuda humanitária e reabilitação de cenários, a fim de reduzir os danos e prejuízos recorrentes (Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, 2017).

Foram repassadas pela Prefeitura Municipal algumas informações sobre as áreas de risco levantadas e mapeadas no Município, tais como figuras e imagens referentes à Cartografia de Riscos a Escorregamentos em Encostas nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvida pelo Serviço Geológico do Estado do Rio de janeiro (2011) (Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, 2017). Entretanto, esses arquivos não são editáveis e estão desatualizados. Destaca-se que a atualização dessas informações, estruturada em um Sistema de Informações Geográficas (SIG), trata-se de ação primordial para aprimoramento das ações programadas nos planos de contingência da defesa civil local, bem como, para o planejamento e gestão territorial como um todo.

Quanto ao socorro de vítimas de acidentes e incidentes, como desastres naturais, é realizado pelos voluntários da Defesa Civil local e pelos bombeiros das guarnições de Itaipava (Petrópolis) (Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, 2017).

No período de normalidade, a Defesa Civil elabora planos e traça metas para ações emergenciais, atuando na comunidade com atividades preventivas, tais como:

- Levantamentos e mapeamentos das áreas de risco, mais expostas e vulneráveis aos eventos naturais (ventos);
- Características das áreas de vulnerabilidade;
- Mapeamento das vias de acesso;
- Probabilidade de possíveis eventos ou situações emergenciais que podem ocorrer no Município;
- Causas, consequências, época de ocorrência dos eventos;
- Previsões clínicas;
- Cadastramento dos meios de comunicação (correios, emissoras de rádio e TV, clubes de radioamadores); de órgãos públicos (Forças Armadas, Polícia Militar e Civil, Corpo de Bombeiros, INEA, ANA, IBAMA, Concessionárias de Energia); estabelecimentos de saúde (hospitais, pronto-socorro, centros de saúde); entidades particulares (igrejas, escoteiros); clubes de serviços (Lions, Rotary); entidades de classe (Associação Renasce São José, Loja Maçônica, Clube de Dirigentes Lojistas - CDL, Associações de Bairro, Cooperativas e Sindicatos); empresas de transporte (ônibus, caminhões, táxis); locais que possam servir de abrigo e depósito (escolas, estádios, quadras de esportes, templos); estações meteorológicas;
- Fiscalização e execução de obras preventivas (canalizações, esgotos, bueiros, paredões, aterros);
- Campanhas de prevenção.

Importa destacar aqui que São José do Vale do Rio Preto possui levantamento de estabelecimentos e localidades para pontos de apoio em caso de possíveis desastres ou emergências, elaborado pela Secretaria Municipal de Defesa Civil e Ordem Pública, em 2014 (Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, 2017).

Os períodos de anormalidade são desencadeados a partir de eventos ou acontecimentos indesejados. Neste momento, são colocados em prática os planos previamente elaborados. Entram em ação as Subcomissões de relações

públicas, segurança, depósitos, abrigos, saúde, vistorias, transportes, donativos e voluntários, atuando primeiramente com o socorro das vítimas e seus pertences (primeira fase). A fase seguinte é de assistência, triagem dos mais afetados e atendimento aos flagelados. A última fase é a de recuperação dos locais afetados, buscando elevar o moral social da comunidade atingida.

A Defesa Civil encontra-se organizada sob a forma de um sistema que integra ações governamentais e da comunidade. A estrutura deste sistema divide-se em nacional, estadual e municipal.

A estrutura nacional da Defesa Civil compreende:

- Secretaria Especial de Defesa Civil (SEDEC) - órgão subordinado ao Ministério de Integração Nacional que coordena as ações da Defesa Civil em todo o território nacional;
- Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC) - dita as normas e diretrizes de defesa;
- Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC)/Secretaria de Estado de Defesa Civil (SEDEC);
- Coordenadoria Regional de Proteção Defesa Civil (CORPDEC) - elo entre a CEDEC e as Comissões Municipais de Defesa Civil (COMDEC);
- Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC).

A estrutura estadual da Defesa Civil é composta pela Secretaria de Estado de Defesa Civil (SEDEC), associada às unidades operacionais dos grupamentos de bombeiros do Estado que, juntos, coordenam as ações em todo o território estadual. No estado do Rio de Janeiro, tem sede localizada na Capital.

Em conformidade com o Artigo 5º do Decreto Estadual nº 43.599/2012,, que dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Defesa Civil (SIEDEC), no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o SIEDEC será constituído por órgãos e entidades da administração pública estadual e dos municípios, por entidades privadas e pela comunidade, sob a direção do Chefe do Poder Executivo Estadual e a coordenação da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil (SESDEC), representada pela Subsecretaria de Estado da Defesa Civil (SUBSEDEC). O SIEDEC terá a seguinte estrutura:

> I. Órgãos Superior: Conselho Estadual de Defesa Civil (CONEDEC), constituído pelos titulares das Secretarias de Estado do Governo do Estado, mencionados no artigo 6º;
>
> II. Órgão Central: Secretaria de Estado de Defesa Civil (SEDEC) do Governo do Estado do Rio de Janeiro;

> III. Órgãos Regionais: Coordenações Regionais de Defesa Civil (REDEC), da Secretaria de Estado de Defesa Civil (SEDEC);
>
> IV. Órgãos Municipais: Secretarias Municipais de Defesa Civil (SEMDEC), ou órgãos municipais correspondentes;
>
> V. Órgãos Setoriais: os órgãos e entidades de Administração Pública Estadual;
>
> VI. Órgãos de Apoio: entidades privadas, organizações não governamentais (ONGs), clubes de serviços, instituições religiosas, entidades comunitárias, associações, fundações e organizações de voluntários que manifestarem interesse e possam prestar ajuda aos integrantes do SIEDEC (RIO DE JANEIRO, 2012).

A estrutura municipal da Defesa Civil - coordena as ações no território municipal. A estrutura básica é a primeira linha de defesa da comunidade ameaçada por algum desastre, evento adverso ou situação de risco. Composta pela Secretaria Municipal de Defesa Civil (SEMDEC) deve ser integrada por pessoas comprometidas com o bem-estar da sociedade e que tenham condições de planejar e preparar ações voltadas à prevenção dos acidentes ou da minimização dos seus efeitos.

Os fatos adversos que atingem um município são inesperados e, muitas vezes de consequências imprevisíveis. É importante que o sistema municipal de defesa civil esteja adequadamente preparado para ser acionado em qualquer emergência. Para isso existe o Manual de Operacionalização da SEMDEC, documento que se destina a orientar as Prefeituras Municipais na operacionalização do sistema municipal de Defesa Civil, de modo a torná-las agentes ágeis, de permanente atividade e prontidão.

Programas da Defesa Civil do Estado

Em atendimento à política para diminuição dos acidentes evitáveis, a SEDEC vem mobilizando esforços para a prevenção e redução dos incêndios florestais, buscando evitar ou minimizar a destruição dos remanescentes de mata nativa. Além disso, há programas relacionados à fiscalização e pesquisa, congregando diversos órgãos competentes e divulgando as atividades nos meios de comunicação, para conscientizar produtores, transportadores e consumidores de produtos perigosos, alertando também, a comunidade para evitar acidentes com cargas perigosas.

Outro tema importante abordado pela Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro é a energia nuclear. Ações no sentido de evitar acidentes nucleares no Estado em articulação com órgãos e entidades nacionais relacionadas ao tema, seguindo procedimentos e normas padrão, são desenvolvidas pela SEDEC.

A Defesa Civil também atua na prevenção e no combate às pragas e epidemias, como Dengue, Zika e Chikungunya, com ações preventivas de conscientização e orientação da população ou em ações diretas de combate, como dedetização de locais de risco ou focos das doenças.

Outras áreas de risco identificadas no território municipal são as ocupações irregulares às margens dos córregos e rios inseridos no território municipal. A partir da ocupação desordenada, da precariedade da infraestrutura local, das péssimas condições de moradia, do tipo de material das edificações (inflamáveis) e do acúmulo de lixo, o risco de acidentes ou catástrofes como incêndios, e proliferação de doenças (epidemias) é grande nestas áreas.

Legislação relacionada à Defesa Civil

Federal

- Resolução Federal de nº 13/1976 - dispõe sobre a distribuição, o transporte e o comércio do gás liquefeito de petróleo (GLP), exceto do gás canalizado da rua para utilização como combustível;
- Decreto Federal nº 96.044/1988 - aprova o regulamento para o transporte rodoviário de produto perigoso;
- Lei Federal de nº 8.176/1991 - define os crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis;
- Lei Federal nº 8.666/1993 - regulamenta o Artigo 37 da CF/1988;
- Decreto Federal nº 1.080/1994 - regulamenta o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e dá outras providências;
- Resolução Federal nº 2/1995 - Aprova a Política Nacional de Defesa Civil;
- Portaria Federal de nº 27/1996 - estabelece as condições mínimas de segurança das instalações de armazenamento de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo (GLP);
- Lei Federal nº 9.608/1998 - dispõe sobre o serviço voluntário o dá outras providências;
- Decreto Federal de nº 96.044/1998 - aprova regulamento para o transporte rodoviário de produtos perigosos;

- Diretriz Ministerial nº 04/2001 - emprego das Forças Armadas em Defesa Civil, de acordo com o Decreto nº 3.466/2000 que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa à luz da Lei Complementar nº 97/1999, cabendo ao MD emitir diretrizes para a participação das Forças Armadas nas atividades relacionadas com a Defesa Civil;
- Portaria Federal de nº 724/2002 - Portaria do Ministério de Integração Nacional que regula a transferência de recursos federais somente com COMDEC em funcionamento;
- Resolução Federal de nº 420/2004 - Resolução do Ministério dos Transportes que dispõe sobre o Decreto Federal de nº 96.044, aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos;
- Decreto Federal nº 5.113/ 2004 - regulamenta o artigo 20, inciso XVI, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e dá outras providências.
- Decreto s/n /2005 - institui a Semana Nacional de Redução de Desastres, e dá outras providências;

Decreto Federal nº 5.376/2005 - dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) e o Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC); Artigo 8º - atribui ao titular da SEDEC a presidência do Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC) e dá outras providências;

- Lei Federal nº 11.578/2007 - dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) nos exercícios de 2007 e 2008;
- Portaria Federal MI nº 912 A/2008 - Portaria do Ministério da Integração Nacional que regula a transferência de recursos federais somente com COMDEC em funcionamento; condiciona a transferência de recursos federais destinados às ações de defesa civil à comprovação da existência e o funcionamento do órgão municipal de defesa civil - as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDEC) ou correspondente. Estabelece condições e procedimentos para recuperação de estradas vicinais e de obras de arte nelas existentes;
- Portaria MI nº 1.763-A/2008 - delegação para o reconhecimento de situação de emergência e de estado de calamidade pública;
- Portaria nº 1.951/2008 - competência para celebrar convênios, acordos e ajustes e atuar como ordenador de despesas no âmbito da

Secretaria Nacional de Defesa Civil. Nos impedimentos e afastamentos legais pelos substitutos eventuais regularmente nomeados;

- Decreto Federal nº 6.663/2008 - regulamenta a aferição sumária, pelo Ministro de Estado da Integração Nacional, da caracterização do estado de calamidade pública ou da situação de emergência, aliada à impossibilidade de o problema ser resolvido pelo ente da Federação;
- Lei Federal nº 11.775/2008, Conversão da MP 432 - O Artigo 51 estabelece a modalidade de Transferência obrigatória de recursos para ações de Defesa Civil;
- Portaria Federal MI nº 58-A/2009 - fixa percentual mínimo de contrapartida para transferência voluntária destinada às ações de defesa civil e dá outras providências;
- Portaria MI/SEDEC nº 887/2009 - caracteriza as ações de defesa civil como "ação social", sem prejuízo da análise técnica de cada caso;
- Decreto Federal nº 6.885/2009 - altera o artigo 4º do Decreto nº 5.113/2004, que regulamenta o artigo 20, inciso XVI, da Lei nº 8.036/1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Decreto Federal nº 7.505/2010 - altera o Decreto nº 7.257/2010, que regulamenta a Medida Provisória nº 494/2010, convertida na Lei nº 12.340/2010, para dispor sobre o Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC), e dá outras providência;
- Decreto Federal nº 7.257/2010 - atualizado com o decreto 7.505/2011 - Regulamenta a Medida Provisória nº 494/2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências;
- Medida Provisória nº 494/2010 - dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, reestabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 7.257/2010 - regulamenta a Medida Provisória nº 494/2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de

socorro, assistência às vítimas, reestabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências;

- Lei Federal nº 12.340/2010 - dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei Federal nº 12.608/2012);
- Decreto Federal nº 7.505/2011 - altera o Decreto nº 7.257/2010, que regulamenta a Medida Provisória nº 494/2010, convertida na Lei nº 12.340/2010, para dispor sobre o Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC), e dá outras providências;
- Portaria Interministerial nº 507/2011 - regula os convênios, os contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União;
- Portaria MI nº 607/2011 - página 01|página 02- Regulamenta o uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC);
- Lei Federal nº 12.731/2012 - Institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON) e revoga o Decreto-Lei nº 1.809/ 1980;
- Lei Federal nº 12.608/2012 - institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC); dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC); autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nº 12.340/2010, nº 10.257/2001, nº 6.766/1979, nº 8.239/1991, e nº 9.394/1996; e dá outras providências;
- Portaria MI nº 37/2012 - fixa percentual mínimo de contrapartida para transferência voluntária destinada às ações de defesa civil e dá outras providências. Efeitos retroativos a 02/01/2009;
- Instrução Normativa nº 01/2012 - estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências;

- Portaria Interministerial nº 01/2013 - dispõe sobre as diretrizes e procedimentos visando atender a demanda habitacional proveniente da situação de emergência ou de calamidade pública reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional, por meio do Programa Nacional de Habitação Urbana, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV);
- Portaria MI nº 274/2013 - altera a Portaria nº 607/2011, que regulamenta o uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC);
- Medida Provisória nº 631/2013 - altera a Lei nº 12.340/2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas;
- Lei Federal nº 12.983/2014 - altera a Lei Federal nº 12.340/2010, para dispor sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, e as Leis nº 10.257/2001, e nº 12.409/2011, e revoga dispositivos da Lei nº 12.340/2010.

Estadual - Rio de Janeiro

A gestão de risco é a responsabilidade principal da SEDEC. Compreende conjunto de procedimentos voltados para a redução de desastres, sejam eles provocados por processos naturais ou induzidos por atividades humanas. No desenvolvimento dos planos de gestão de risco, a SEDEC apresenta as ações estaduais de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, além de servir de base para elaboração de planos complementares das diversas organizações integrantes do Sistema Estadual de Defesa Civil (SIEDEC), recomendando e padronizando os aspectos relacionados ao monitoramento, alerta, alarme e resposta a fim de reduzir os danos e prejuízos decorrentes de desastres, bem como proteger a sociedade de eventos adversos (Secretaria de e Estado de Defesa Civil - SEDEC. Disponível em: http://www.rj.gov.br/web/sedec/exibeconteudo?article-id=531566 Acesso em: 23.out.2017).

Considerando o histórico dos desastres ocorridos no Estado do Rio de Janeiro, estão estabelecidos eixos para o aprimoramento institucional da Defesa Civil Estadual com o objetivo de conjugar esforços para a redução dos desastres, a saber:

1. Identificar e mapear áreas de risco do Estado;
2. Definir atribuições dos órgãos do Sistema Estadual de Defesa Civil;
3. Apoiar os municípios na gestão de redução de risco de desastres e nos casos de Situação de Emergência (SE) e Estado de Calamidade Pública (ECP);
4. Realizar monitoramentos meteorológicos, hidrológicos e geológicos das áreas de risco, em articulação com a União e os Municípios (Secretaria de e Estado de Defesa Civil - SEDEC. Disponível em: http://www.rj.gov.br/web/sedec/exibeconteudo?article-id=531566. Acesso em: 23.out.2017).

A seguir, lista da legislação estadual pertinente ao tema defesa civil (Superintendência Operacional da Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.suop.defesacivil.rj.gov.br/index.php/biblioteca-virtual/legislacao2. Acesso em: 23.out.2017):

- Portaria nº 724/2002 - Solicitação de recursos federais para ações de defesa civil;
- Decreto Estadual nº 43.599/2012 - Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Defesa Civil (SIEDEC), sem aumento de despesa, e dá outras providências.

SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Sobre os serviços funerários de São José do Vale do Rio Preto, principalmente sobre os cemitérios municipais, foi levantada informação detalhada junto ao Sr. Ivanir Wintter, responsável pela administração dos cemitérios locais por mais de 36 anos, atualmente em processo de aposentadoria, devido a problemas de saúde, assim como junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Wintter, trata-se de figura de importância para SJVRP, já foi presidente da Câmara Municipal, Vice-prefeito, Secretário Municipal e Diretor Geral dos Cemitérios locais, entre outras funções. Seu pai foi o responsável pela administração dos cemitérios locais por aproximadamente 32 anos, antes dele.

Os cemitérios locais são todos muito organizados, bem estruturados e limpos, encontram-se em bom estado de conservação, contudo, segundo informações repassadas por Wintter, estes equipamentos foram colocados em segundo plano pela administração, devido à escassez de funcionários, já que alguns foram remanejados para outras tarefas e/ou secretarias.

Recentemente o órgão responsável pela administração dos serviços funerários era a Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, mas com as novas gestões passou a ser de responsabilidade compartilhada entre as Secretarias Municipais de Obras Públicas, Urbanização e Transportes e de Meio Ambiente, em conformidade com o Decreto Municipal nº 2.498/2015 (declara a responsabilidade sobre os cemitérios municipais e define a competência na manutenção e na administração dos mesmos). Em conformidade com o Artigo 2º deste Decreto:

> Art. 2º. Os cemitérios municipais descritos no artigo anterior estão subordinados à Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes para fins de manutenção e sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para fins de administração (SJVRP, 2015).

O atendimento aos serviços funerários de São José do Vale do Rio Preto atualmente (junho de 2017), realizado mediante parceria recém mencionada, continua tendo seus sepultamentos controlados por meio de livro de registro próprio, dando sequência ao trabalho de Wintter, que possui os registros dos sepultamentos dos quatro cemitérios locais organizados em sua residência,

visto que, até o presente momento, não há estrutura física da Prefeitura para o funcionamento da atividade administrativa dos serviços funerários. Na realidade, os serviços sempre funcionaram dessa maneira, na residência do antigo administrador.

Vê-se como necessidade urgente o arranjo para a transferência dos registros dos sepultamentos para local apropriado, espaço físico que também possibilite a adequada administração dos estabelecimentos funerários e atendimento à população. Até bem pouco tempo (junho de 2017), não havia setor (estabelecimento) público para isso, o atendimento à população também ocorria na casa de Wintter. Inevitavelmente, os documentos do arquivo mantido e atualizado por Wintter serão todos repassados ao setor responsável. Há vasto e rico registro de todos os cemitérios locais, sepultamentos e identificação de covas e sepulturas.

Além disso, as Secretarias Municipais mencionadas são responsáveis pela manutenção geral dos quatro Cemitérios existentes no Município (Mapa 28) e da Capela Velatória (que fica junto ao Cemitério Municipal João Manoel Wintter, localizado na Sede Urbana e que se encontra em bom estado de conservação), bem como pela limpeza da Capela e de todas as demais estruturas, varrição das vias internas, consertos em calçadas, galerias e cruzeiro, manutenção da iluminação e execução de sepulturas e acabamento das covas. Ainda disponibiliza servidores que auxiliam nos sepultamentos.

Os três demais Cemitérios locais são:

- Cemitério Municipal do Córrego Sujo;
- Cemitério Municipal da Irmandade;
- Cemitério Municipal do Cruz - no Bairro Volta do Pião.

Ver Caderno de Mapas:
Mapa 28 - Equipamentos Públicos dos Serviços Funerários da Sede Urbana de São José do Vale do Rio Preto.

Quanto às necessidades operacionais do setor funerário há muitas, a primeira é a própria sede administrativa, seguida pela aquisição de veículo próprio, disponibilização de mais servidores (operários), materiais de limpeza e dedetização, capacitação dos servidores, informatização do sistema de registro dos sepultamentos, entre outras. Não há dedetização dos cemitérios há anos, segundo Wintter.

Ainda de acordo com Wintter, os funcionários dos cemitérios (que até 2016 eram em número de 11) sempre receberam treinamento (fornecido por ele próprio) de como é a melhor forma de realizar os trabalhos envolvidos

(sepultamento, limpeza, manutenção dos cemitérios, questões sanitárias e de disposição final de resíduos sólidos, entre outros). Contudo, de 2016 para cá morreram 4 funcionários, 1 está se aposentando e outros 2 foram destinados à coleta pública de resíduos urbanos, restaram apenas 4 funcionários para a realização de todo o trabalho nos quatro cemitérios, destacando que os cemitérios rurais são bem distantes do Centro da Cidade.

Quando Wintter era o administrador dos serviços funerários, segundo o próprio, não havia horário restrito para os processos funerários (velórios e sepultamentos), os funcionários, quando necessário, eram acionados a qualquer tempo e recebiam horas extras por realizarem os trabalhos emergenciais ou extraordinários, na gestão atual as horas extras foram extintas e, portanto, não há mais como fazer o atendimento a qualquer hora do dia, somente nos horários comerciais.

Quanto à capela velatória, presente no Cemitério Municipal (Central), é dividida em três salas distintas. Necessita de algumas reformas e adaptações, devido a questões sanitárias, como, por exemplo, a substituição dos pisos e revestimentos, atualmente em ardósia, mas que necessitariam ser em material impermeável (porcelanato ou cerâmico), pela facilidade de higienização.

Quanto à questão de regularização estrutural e ambiental dos serviços funerários e cemitérios locais perante o Órgão Responsável pela Fiscalização Ambiental no Estado de Rio de Janeiro, não há qualquer regularização. Segundo Wintter, devido a precauções sanitárias, os processos de sepultamento e exumação sempre foram executados com o máximo possível de controle, porém, sempre houve limitações financeiras, de conhecimento e de treinamento para tanto, além da carência de capacitação técnica para a execução dos serviços funerários dentro dos padrões exigidos em normas de saúde pública e ambientais pertinentes. Certamente os cemitérios locais não têm qualquer aparato de proteção contra a contaminação do solo e/ou de lençol freático.

Entretanto, há bastante tempo, as sepulturas locais já são construídas em alvenaria e concreto (formando uma caixa de retenção do necrochorume), enterradas no solo (não superficiais), equipadas com dispositivo de drenagem, ou seja, para que o necrochorume seja destinado ao solo. De acordo com Wintter, o sistema das sepulturas locais é considerado o melhor do Estado do Rio de Janeiro.

Os rejeitos resultantes dos sepultamentos, roupas, alças de caixão, cabelos, entre outros, continuam sendo destinados à coleta convencional de resíduos. Os resíduos domiciliares são coletados e destinados ao aterro de Paraíba do Sul, segundo Wintter. De acordo com Wintter, há também um

pequeno bota-fora de resíduos localizado no Bairro Águas Claras, próximo ao rio que passa pela região, que corre risco de ser inundado e estourado em chuvas mais fortes ou, até mesmo, levando por enxurradas ou enchentes. Vê-se como ação urgente a extinção desse bota-fora. Destaca-se que o Município já se encontra em processo de estruturação de licitação para contratação de empresa especializada para a elaboração de Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS), o que auxiliará a Gestão Municipal no processo de resolução dos problemas relacionadas à coleta e destinação de resíduos sólidos no Município.

De acordo com informações repassadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (julho de 2017), não houve, até aquela data, qualquer visita, petição e/ou notificação do órgão estadual responsável pela fiscalização ambiental dos cemitérios, que no caso do estado do Rio de Janeiro, é o Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Sequer houve envio de ofício com esse tipo de solicitação. Houve uma petição/notificação do Ministério Público do Estado, enviada via ofício, exigindo o licenciamento ambiental dos cemitérios municipais de SJVRP.

Os cemitérios locais encontram-se com escassez de vagas, já enfrentam problemas para a realização de novos sepultamentos. Segundo Wintter, há mais de 40 mil sepultados no Cemitério Municipal João Manoel Wintter, o que está em pior situação, visto que há 20 anos, já apresentava a necessidade de ampliação. Conforme mencionado por Wintter, ao lado desse Cemitério há área vazia que poderia ser adquirida para ampliação do mesmo, contudo, seria um paliativo, visto que a área não é muito grande. Observa-se urgente e real necessidade de escolha, licenciamento e implantação de novo cemitério, construído dentro das normas e legislações ambientais pertinentes.

A média de sepultamentos por mês gira em torno de 20 a 25, sendo que há os sepultamentos de moradores de SJVRP fora da cidade também. A maior parte dos sepultamentos ocorre no Cemitério Municipal João Manoel Wintter, mas se for sepultamento em cova rasa pode ser executado no Cemitério Municipal do Córrego Sujo.

Em geral não foram constatados conflitos entre os cemitérios e outras atividades urbanas/rurais, contudo, percebe-se que pode haver comprometimento de alguns cursos d'água ou lençol freático devido à contaminação por necrochorume (e até mesmo por metais pesados), visto que não há qualquer tratamento desse efluente nos estabelecimento funerários locais. No caso do Cemitério Municipal João Manoel Wintter, segundo Wintter, não há cursos d'água ou mananciais de abastecimento nas proximidades, o rio mais próximo é o Rio Preto (distância, em projeção horizontal, de cerca de 200

metros), portanto distância bem maior considerando a declividade da área, mas há outros inconvenientes, como incremento do tráfego de veículos na ocasião de velórios e sepultamentos em vias bastante estreitas com vizinhança predominantemente residencial.

Cabe ressaltar, entretanto, que apesar da diferença de cota de nível entre o Cemitério Municipal João Manoel Wintter e Rio Preto ser acentuada, percebe-se conflito de localização desse Cemitério com o corpo hídrico em função do risco de contaminação desse curso d'água por necrochorume. Destaca-se que ações de licenciamento e readequação da estrutura do Cemitério para proteção e preservação do curso d'água em questão terão que ser tomadas, em conformidade com as normas e legislações ambientais pertinentes ao tema.

Por fim, destaca-se que apenas uma empresa privada presta serviços funerários no Município, havia duas funerárias locais, sendo que uma fechou em 2017. Segundo Wintter, não há qualquer atendimento ou auxílio funerário a pessoas carentes. Também não há crematórios em São José do Vale do Rio Preto.

ASPECTOS INSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

De acordo com informações repassadas pelos Técnicos da Prefeitura a Administração Pública do município de São José do Vale do Rio Preto foi reestruturada no ano de 2013 mediante Lei Complementar nº 46, 26 de agosto de 2013, legislação que define os órgãos da administração direta e indireta integrantes da estrutura do Município e os órgãos sem personalidade jurídica, sujeitos à subordinação hierárquica do Poder Executivo Municipal, bem como, que estabelece os procedimentos organizacionais. Apesar de ser recente a mesma já foi objeto de alteração por meio das Lieis Complementares nº 51/2014 e nº 52/2015.

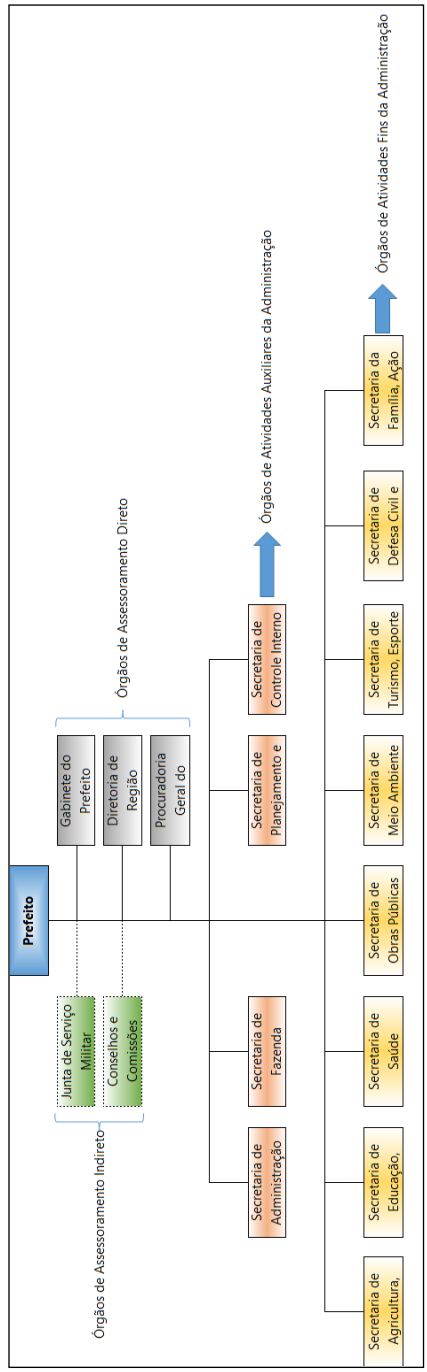
As atribuições relativas ao Plano Diretor são inerentes à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, conforme Leis Complementares nº 46/2013 e nº 47/2013, contudo, a Divisão do Comitê do Plano Diretor está subordinada a Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes. Há necessidade de correção neste quesito.

Os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura se organizam e se coordenam, atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições. Entretanto, considerando a grave crise financeira enfrentada pelos municípios brasileiros, poder-se-á avaliar a possibilidade de redução de secretarias, com a criação de subsecretarias que agregarão algumas das secretarias a serem extintas. Esse processo somente poderá ser concretizado mediante a contratação de empresa especializada para promover a reavaliação da Estrutura Organizacional do Município, ação que será prevista no Plano de Ação e Investimentos do PDM, Etapa III de trabalho.

A Unidade Administrativa para o desempenho de atividade normativa, planejamento, execução, coordenação, acompanhamento, controle e avaliação de planos, programas, projetos e atividades é composta de cinco níveis, assim denominados, conforme Figura 54:

- Nível 1 - Prefeito;
- Nível 2 - Órgãos de Assessoramento Indireto;
- Nível 3 - Órgãos de Assessoramento Direto;
- Nível 4 - Órgãos de Atividades Auxiliares;
- Nível 5 - Órgãos de Atividades Fins da Administração.

Figura 54 - Organograma da Estrutura Organizacional da Prefeitura de SJVRP.



Fonte: Prefeitura Municipal de SJVRP, 2017.

Estrutura Organizacional

Conforme as Leis Municipais mencionadas, que dispõem sobre a Reestruturação da Administração Pública do município de São José do Vale do Rio Preto e estabelecem procedimentos organizacionais, a estrutura administrativa do Município compõe-se dos seguintes órgãos:

1. **Gabinete do Prefeito** - Órgão de Assessoramento Direto:
   - 1.1 Diretoria de Região Administrativa - Órgão de Assessoramento Direto;
   - 1.2 Junta de Serviço Militar - Órgão de Assessoramento Indireto;
   - 1.3 Conselhos Municipais - Órgão de Assessoramento Indireto;
   - 1.4 Comissões Municipais - Órgão de Assessoramento Indireto:
     - 1.4.1 Comissão Permanente de Processo Disciplinar.
   - 1.5 Departamento de Administração Geral:
     - 1.5.1 Divisão de Controle de Prazos.
   - 1.6 Departamento de Comunicação.
2. **Procuradoria Geral do Município** - Órgão de Assessoramento Direto:
   - 2.1 Assessoria Jurídica:
     - 2.1.1 Divisão de Controle de Prazos.
3. **Secretaria Municipal de Administração** - Órgão de Atividades Auxiliares da Administração:
   - 3.1 Secretaria Executiva;
   - 3.2 Departamento de Administração Geral:
     - 3.2.1 Divisão de Patrimônio;
     - 3.2.2 Setor de Arquivo;
     - 3.2.3 Divisão de Compras:
       - 3.2.3.1 Setor de Compras.
     - 3.2.4 Divisão de Almoxarifado;
     - 3.2.5 Setor de Contratos, Convênios, Certidões e Licitações;
     - 3.2.6 Divisão de Recursos Humanos:
       - 3.2.6.1 Coordenação de Controle de Pessoal.
4. **Secretaria Municipal de Fazenda** - Órgão de Atividades Auxiliares da Administração:
   - 4.1 Secretaria Executiva;
   - 4.2 Departamento de Administração Geral:
     - 4.2.1 Divisão de Execução Orçamentária;
     - 4.2.2 Divisão de Liquidação de Despesas;
     - 4.2.3 Divisão de Tesouraria;
     - 4.2.4 Divisão de Receitas:
       - 4.2.4.1 Setor de Fiscalização;
       - 4.2.4.2 Caixa.

4.2.5 Divisão de Dívida Ativa:
4.2.5.1 Coordenadoria Oficial de Intimações.
4.2.6 Divisão de Cadastro.
4.3 Departamento de Contabilidade:
4.3.1 Divisão de Fundos.

5. **Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão** - Órgão de Atividades Auxiliares da Administração:

5.1 Departamento de Administração Geral:
5.1.1 Divisão de Contratos e Convênios SICONV;
5.1.2 Divisão de Processamento de Dados:
5.1.2.1 Setor de Manutenção de Equipamentos.

6. **Secretaria Municipal de Controle Interno** - Órgão de Atividades Auxiliares da Administração:

6.1 Auditoria de Controle Interno:
6.1.1 Ouvidoria.

7. **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia** - Órgão de Atividades Fins da Administração:

7.1 Conselhos Municipais - Órgão de Assessoramento Indireto;
7.2 Fundos Municipais - Órgão de Atividade Complementar;
7.3 Divisão de Projetos;
7.4 Divisão de Educação:
7.4.1 Setor de Educação Inclusiva;
7.4.2 Orientação Educacional;
7.4.3 Orientação Pedagógica;
7.4.4 Gestão de Unidade Escolar:
7.4.4.1 Gestão Adjunta.
7.5 Divisão de Merenda Escolar:
7.5.1 Supervisão de Programa de Nutrição Escolar.
7.6 Divisão de Cultura;
7.7 Divisão de Ciência e Tecnologia;
7.8 Divisão de Manutenção da Frota Escolar.

8. **Secretaria Municipal de Saúde** - Órgão de Atividades Fins da Administração:

8.1 Conselhos Municipais - Órgão de Assessoramento Indireto;
8.2 Fundos Municipais - Órgão de Atividade Complementar;
8.3 Secretaria Executiva;
8.4 Divisão do Fundo Municipal de Saúde;
8.5 Departamento de Administração Geral:
8.5.1 Divisão de Programas de Saúde da Família;
8.5.2 Divisão de Programas de Saúde Pública:
8.5.2.1 Setor de Vigilância Sanitária;
8.5.2.2 Setor de Vigilância Epidemiológica;

8.5.2.3 Setor de Endemias.

8.5.3 Divisão de Atendimento Médico e Odontológico;

8.5.4 Divisão de Atendimento Psicossocial;

8.5.5 Divisão Central de Transferências e Marcação de Exames e Consultas.

8.6 Hospital Maternidade Santa Theresinha:

8.6.1 Administração Médico-Hospitalar:

8.6.1.1 Divisão de Enfermagem;

8.6.1.2 Setor de Radiografias.

9. **Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes** - Órgão de Atividades Fins da Administração:

9.1 Divisão do Comitê do Plano Diretor;

9.2 Departamento de Administração Geral:

9.2.1 Divisão de Manutenção da Frota Municipal;

9.2.2 Divisão de Pavimentação e Manutenção de Logradouros Públicos;

9.2.3 Divisão de Serviços de Eletricidade;

9.2.4 Divisão de Serviços Públicos de Drenagem.

9.3 Departamento Técnico.

10. **Secretaria Municipal de Meio Ambiente** - Órgão de Atividades Fins da Administração:

10.1 Conselhos Municipais - Órgão de Assessoramento Indireto;

10.2 Fundos Municipais - Órgão de Atividade Complementar;

10.3 Secretaria Executiva;

10.4 Divisão de Conservação Ambiental e Fiscalização;

10.5 Departamento de Resíduos Sólidos;

10.6 Departamento de Águas e Esgotamento Sanitário:

10.6.1 Setor de Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água;

10.6.2 Setor de Manutenção do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos.

11. **Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer** - Órgão de Atividades Fins da Administração:

11.1 Conselhos Municipais - Órgão de Assessoramento Indireto;

11.2 Fundos Municipais - Órgão de Atividade Complementar;

11.3 Secretaria Executiva;

11.4 Departamento de Turismo e Lazer;

11.5 Departamento de Esportes.

12. **Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico** - Órgão de Atividades Fins da Administração:

12.1 Conselhos Municipais - Órgão de Assessoramento Indireto;

12.2 Fundos Municipais - Órgão de Atividade Complementar;
12.3 Secretaria Executiva;
12.4 Departamento de Administração Geral.

13. **Secretaria Municipal de Defesa Civil e Ordem Pública** - Órgão de Atividades Fins da Administração:

13.1 Secretaria Executiva;
13.2 Departamento de Administração Geral.

14. **Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação** - Órgão de Atividades Fins da Administração:

14.1 Conselhos Municipais - Órgão de Assessoramento Indireto;
14.2 Fundos Municipais - Órgão de Atividade Complementar;
14.3 Secretaria Executiva;
14.4 Departamento de Administração Geral:
14.4.1 Divisão de Habitação e Programas Sociais.

De acordo com os Técnicos da Prefeitura a estrutura administrativa municipal foi revisada no ano de 2013, resultando na Lei Complementar nº 46, de 26/08/2013. Apesar de relativamente atual, a mesma já foi objeto de alteração por meio das Leis Complementares nº 51/2014 e nº 52/2015.

As atribuições relativas ao Plano Diretor são inerentes à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, conforme Leis Complementares nº 46/2013 e nº 47/2013, contudo, a Divisão do Comitê do Plano Diretor está subordinada à Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, havendo necessidade de correção.

Segundo alguns Servidores Públicos, a estrutura administrativa atual está coerente com a realidade de atuação da Prefeitura, bem como, com as necessidades e demandas da população, entretanto, considerando a grave crise financeira enfrentada pelos municípios brasileiros (2017), poder-se-á avaliar a possibilidade de redução de secretarias, com a criação de Subsecretarias que substituiriam a Secretarias Municipais extintas, o que, possivelmente, enxugaria as despesas com a máquina administrativa.

O órgão da Prefeitura de São José do Vale do Rio Preto que gerencia, aprova, executa e fiscaliza projetos, edificações, implantação de loteamentos e obras públicas é a Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes.

O gerenciamento e a execução dos projetos do setor habitacional são realizados de forma intersetorial, por meio de três Secretarias Municipais, são elas:

- Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação, que se responsabiliza pelo acompanhamento social das famílias beneficiárias dos projetos habitacionais;
- Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, que se responsabiliza pelo acompanhamento dos projetos que envolvem recursos de outras esferas de Governo (Estado e União);
- Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, que se responsabiliza pela execução, acompanhamento e fiscalização dos projetos/obras.

O setor da Prefeitura de São José do Vale do Rio Preto responsável pela captação de recursos estaduais e federais é a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. O planejamento operacional e estratégico no Município, encabeçado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, ocorre mediante reuniões mensais com todos os gestores das diferentes Secretarias Municipais, que traçam metas de execução e acompanhamento das ações programadas por meio do Plano Plurianual, bem como dos respectivos Planos Municipais de Governo (Plano Municipal de Educação, Plano Municipal de Saúde, entre outros). Entretanto, não existe em SJVRP o estabelecimento de indicadores e processos formais de avaliação desse planejamento. Essa deficiência é observada, principalmente, devido a inexistência de um Plano Diretor adequado às necessidades locais, que estabeleça regras e princípios legais para a atuação dos poderes, bem como da sociedade como um todo. Além disso, a inexistência de um PDM forte implica na ineficiência da fiscalização geral das atividades urbanas e rurais.

Condições de Trabalho dos Setores e Secretaria Municipais

Quanto às condições de trabalho dos setores administrativos e das Secretarias Municipais da Prefeitura de São José do Vale do Rio Preto, obteve-se junto aos Servidores Municipais, as informações a seguir.

O Gabinete do Prefeito, as Secretarias Municipais de Planejamento e Gestão, de Fazenda, de Controle Interno, juntamente com a Divisão de Recursos Humanos e a Divisão do Comitê do Plano Diretor estão instalados em imóvel locado exclusivamente para atender a Municipalidade, situado à rua Cel. Francisco Limongi, nº 349, ocupando o pavimento térreo e a sobreloja. As instalações são relativamente boas, porém, não há acessibilidade universal garantida para os departamentos instalados na sobreloja, onde se encontra o Gabinete do Prefeito, a Ouvidoria e a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. Os mobiliários e os equipamentos de informática são em número suficiente aos servidores que lá trabalham. No entanto, somente o Gabinete do

Prefeito e a Fiscalização de Tributos possuem veículos, deixando clara a deficiência de locomoção dos demais setores.

A Procuradoria Geral do Município e a Secretaria Municipal de Administração ocupam o terceiro pavimento do mesmo prédio mencionado anteriormente, que também fora locado exclusivamente para atender a Municipalidade. Apesar de ser composto por diversas salas, verifica-se necessidade de readequação das instalações, pois há diversas salas que possuem ligação entre si, o que ocasiona a dispersão no desenvolvimento das atividades, já que algumas salas tornam-se corredores de acesso para outras. Os mobiliários e os equipamentos de informática também são em número suficiente aos servidores, segundo os Técnicos da Prefeitura.

A Divisão de Patrimônio localiza-se no segundo pavimento do mesmo prédio. Suas instalações precisam ser readequadas. Há necessidade de implantação de *softwares* ou métodos mais atualizados para controle do patrimônio mobiliário e imobiliário.

A Divisão de Almoxarifado encontra-se instalada no pavimento térreo desse mesmo imóvel, voltada diretamente para o logradouro público. Possui espaço amplo, porém, necessita de readequação e modernização. Essa Divisão é o único setor da Secretaria de Administração que possui veículo.

O Setor de Arquivo encontra-se instalado no segundo pavimento da antiga sede da Prefeitura, localizada próximo ao prédio atual. Necessita urgentemente de readequação e modernização. São necessárias ações urgentes para redução do acervo de documentação arquivado, seja por meio de microfilmagem ou por digitalização e arquivamento eletrônico de documentos.

Quanto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, está localizada em imóvel locado exclusivamente para instalação da mesma, situada à Rua Cel. Francisco Limongi (cerca de 200 metros do atual prédio da Prefeitura), o imóvel é composto por térreo e sobreloja. Já as escolas estão instaladas em prédios próprios do Município.

Os mobiliários e equipamentos de informática da SECCT estão em número suficiente para os servidores desenvolverem suas funções. Contudo, tal Secretaria possui somente um veículo que atende à parte administrativa, o que dificulta o atendimento aos demais setores da Secretaria. Os demais veículos de responsabilidade dessa Secretaria Municipal são destinados ao transporte escolar.

No que se refere à Secretaria Municipal de Saúde, possui parte de suas instalações no piso superior da recepção do Hospital Municipal e parte em

imóvel locado em área contígua (Coopervale). Tanto as instalações físicas, quanto o mobiliário e os equipamentos de informática necessitam ser readequados e atualizados para otimização de atividades do setor de saúde. Há necessidade de aquisição de veículos para transporte de pacientes.

Quanto à estrutura dos estabelecimentos de saúde locais, no que se refere ao Hospital Maternidade Santa Theresinha (HMST), encontra-se localizado na Rua Professora Maria Emília Esteves. Segundo informações dos Técnicos da Prefeitura, há a necessidade de desenvolvimento de estudos para verificação se o Hospital necessita de ampliação e/ou reforma/readequação dos espaços físicos. Esses estudos deverão estar em consonância com as normas médicas e legislações sanitárias vigentes.

No que tange ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), está instalado em imóvel locado, situado à Rua Professora Maria Emília Esteves, distante a cerca de 900 metros HMST. Suas instalações e equipamentos necessitam de reforma e readequação. O CAPS possui um veículo para atendimento direto aos pacientes. Há a necessidade de aquisição de novo veículo, segundo os Técnicos do Setor.

Em relação ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e ao Centro de Saúde da Família do Centro da Cidade, ambos estão instalados em imóvel locado situado à Rua dos Araújos. Já a Policlínica Municipal, encontra-se instalada em imóvel locado situado à Rua Engenheiro Fuller Tredget, no Bairro Parque Vera Lúcia.

No que se refere às equipes do Programa Saúde da Família (PSF), parte estão instados em imóveis próprios, parte em imóveis locados. Há necessidade de estudos para melhoria e/ou readequação de instalações e equipamentos dessas estruturas.

Já a Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes (SOPUT) encontra-se instalada em imóvel próprio situado à Rua André Rampini do Carmo (Parque de Exposições). Há necessidade de melhoria e/ou aquisição de equipamentos para os setores técnicos e de manutenção, assim como de veículos administrativos e de carga (caminhões), além de máquinas e equipamentos.

Atualmente, a Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes é o órgão da Prefeitura de São José do Vale do Rio Preto responsável pelo gerenciamento e aprovação dos projetos, execução e fiscalização de obras públicas e edificações e implantação de loteamentos.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 46/2013 e com as informações dos Técnicos da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes há, dentro da estrutura dessa Secretaria, a Divisão do Comitê do Plano Diretor que desemprenha as funções específicas atribuídas ao PDM - planejamento, gestão e monitoramento urbanos -, ou seja, setor que planeja, gerencie, desenvolve e fiscaliza as atividades relacionadas ao Plano. Contudo, como já mencionado anteriormente, as atribuições relativas ao Plano Diretor encontram-se inerentes à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, conforme Leis Complementares nº 46/2013 e nº 47/2013, havendo um conflito de atribuições e responsabilidades, o que evidencia a necessidade de sua revisão e atualização. Esse conflito deverá ser avaliado e solucionado na ocasião da reestruturação organizacional administrativa.

Outra questão relevante sobre essa Secretaria é que, de acordo com os levantamentos promovidos para a Elaboração do PDM de SJVRP, observou-se carência de mão de obra especializada. Apesar dessa Secretaria apresentar bons servidores, a ausência de profissionais na área de planejamento e gerenciamento territorial e ambiental (Arquiteto e Urbanista, Engenheiro Sanitarista/Ambiental, Geógrafo e Advogado das áreas urbanística e ambiental) salienta carência que não se atribui apenas a São José do Vale do Rio Preto, visto que a maior parte dos municípios brasileiros não tem no seu quadro técnico a figura do Geógrafo e do Engenheiro Sanitarista/Ambiental, importantes profissionais para o planejamento e desenvolvimento do território municipal.

Sugere-se, portanto, uma reavaliação da Estrutura Organizacional, principalmente, dessa Secretaria para prever e possibilitar a criação de cargos e a contratação futura desses profissionais, por meio de concurso público. No entanto, cabe destacar que se vê como absolutamente necessária e urgente a reavaliação da Estrutura Organizacional da Prefeitura como um todo, de modo a profissionalizar e otimizar os diversos Setores e processos da gestão municipal.

Quanto ao Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) dos Servidores Públicos Municipais, foi totalmente revisado no ano de 2013, resultando na Lei Complementar nº 47/2013, alterada posteriormente pela Lei Complementar nº 50/2014. Destaca-se porém, que, assim como a Lei que revisou a Estrutura Administrativa (Lei Complementar nº 46/2013), foi atualizada mediante as Leis Complementares nº 51/2014 e nº 52/2015, há a necessidade de promover uma reavaliação e atualização do PCCS, principalmente no que se refere às atribuições dos servidores vinculados às Secretarias Municipais de Planejamento e Gestão e de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, bem como relacionados à aplicação do PDM.

Outro quesito importante a ser avaliado nesse momento de Elaboração do PDM e de toda a estrutura que o mesmo necessita para sua aplicação é o Setor de Fiscalização de Obras. Segundo Técnicos da Prefeitura, há carência no que tange à fiscalização em geral, principalmente de obras privadas e implantação de novos loteamentos. Incrementar a fiscalização é passo importantíssimo para o ordenamento territorial e para a melhoria da qualidade dos assentamentos urbanos, bem como para o incremento da arrecadação municipal.

Vale frisar que, segundo informações repassadas pelos Técnicos do Setor, a fiscalização é desenvolvida, em todos os sentidos, por cargo técnico específico que requer, além de remuneração mais justa, capacitação e especialização dos fiscais em suas respectivas áreas.

É importante destacar que o Município já utiliza o Sistema de Registro Integrado - REGIN, que se trata de sistema informatizado que integra os órgãos públicos envolvidos no Registro de Empresas (Junta Comercial, Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Receita Federal, Secretaria de Fazenda Estadual, Prefeituras) com objetivo de desburocratizar os processos de abertura e alteração de empresas, que possibilita a análise de viabilidade e visa o alvará *online*. Esse sistema servirá para uma dinâmica no setor de fiscalização, por conter todos os dados das empresas do Município e agilizar todo o procedimentos, até mesmo de fiscalização.

Importa salientar que não foram repassados, pelos Técnicos da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, o fluxo dos processos relacionados ao planejamento, atuação, intervenção e gestão da administrativa do setor, para aprovação e fiscalização de obras, loteamentos e conjuntos habitacionais, entre outros, assim como os critérios utilizados para a aprovação e implantação de novos loteamentos, para a definição das áreas institucionais obrigatórias, e exigências infraestruturais ao empreendedor/loteador.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente está instalada em imóvel próprio situado a Rua Andé Rampini do Carmo. Necessita urgentemente de readequação de suas instalações, mobiliários e equipamentos, assim como de veículos, inclusive os destinados a coleta de resíduos sólidos (caminhões compactadores).

Os Setores de Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água e do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos, estão instalados em imóvel locado situado à Rua Coronel Francisco Limongi, próximo a Sede da Prefeitura Municipal. Também têm necessidade urgente de readequação de instalação, mobiliário e veículos.

A Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer encontra-se instalada em imóvel próprio, situado a Rua Dr. Alfredo Jacintho Franco. Essa Secretaria possui um veículo para desenvolvimento de suas atividades, contudo há necessidade de readequação das suas instalações e aquisição de mobiliário para o pleno funcionamento.

Quanto à Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico encontra-se instalada na Rua André Rampini do Carmo, próxima à Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes. Possui diversos veículos próprios, porém alguns deles com necessidade de restauração/recuperação. Há a necessidade de readequação de das instalações físicas, de aquisição de mobiliário adequado às necessidades e demandas da Secretaria e de equipamentos, inclusive para a parte de produção de mudas e sementes (horto).

No que se refere à Secretaria Municipal de Defesa Civil e Ordem Pública, encontra-se instalada em imóvel próprio, situado à Rua Dr. Alfredo Jacintho Franco. Essa importante Secretaria Municipal possui veículo próprio, entretanto, necessitando de manutenção. O prédio, antigas instalações da Delegacia de Polícia Civil, necessita de reforma e readequação, bem como de aquisição de mobiliário adequado às demandas de trabalho.

Já a Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação encontra-se instalada na antiga Sede da Prefeitura Municipal, ocupando parte do pavimente térreo. Trata-se de imóvel próprio, situado a Rua Cel. Francisco Limongi, para o qual há a necessidade de reformas e readequação, bem como de aquisição de mobiliário adequado às atribuições do Setor. Essa Secretaria possui diversos veículos próprios, sendo que alguns deles precisam de manutenção.

Em relação aos estabelecimentos de assistência social no Município, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), situado à Estrada Silveira da Motta, no Centro da Cidade, e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), situado à Rua Santa Fé, encontram-se instalados em imóveis locados pela Prefeitura. Há necessidade de realização de estudos para verificar a compatibilidade dessas instalações e mobiliários com as exigências, normas e legislações assistenciais vigentes.

Não menos importante, é a estrutura da Secretaria Municipal de Fazenda. Segundo a Lei da Estrutura Administrativa atual (Lei Complementar nº 46/2013) e informações repassadas pelos Técnicos do Setor, a estrutura da Secretaria Municipal de Fazenda é composta por sete Divisões.

O Setor de Tributação e Cadastro não atende a demanda fiscal do Município. Existe somente um funcionário atuando nesse Setor. A escala da viatura da Secretaria de Fazenda reserva duas tardes, mais um dia para a fiscalização e também para vistorias da Comissão de Avaliação de Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), cuja fiscal é a Presidente da Comissão. A maior dificuldade encontrada na área de tributação é a falta de servidores, tendo em vista que existe um funcionário no Setor para realizar toda demanda interna e externa.

Conforme dados da Secretaria de Fazenda, a Planta Genérica de Valores (PGV) existente foi aprovada pela Lei Municipal nº 52/1990. Desde então a mesma vem sendo reajustada anualmente de forma genérica, pois os Decretos Anuais reajustam todos os tributos municipais, baseados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Considerando que desde a sua instituição no ano de 1990 a PGV não foi efetivamente atualizada, não há como estimar o percentual de desatualização da mesma, segundo informado pelos técnicos do Setor.

No que se refere ao Cadastro Técnico Imobiliário (CTI), foram elencados os principais problemas pelos servidores do Setor:

- Falta de servidores em número suficiente para atender a demanda territorial;
- Falta de veículo exclusivo para desempenho das atividades externas, tais como vistorias *in loco* e ações multissetoriais de fiscalização e cadastro;
- Perda de todos os Boletins de Cadastro Imobiliário (BCIs) e dos Boletins de Logradouros (BLs) e não recuperação dos mesmos após a tragédia climática de 2011;
- Perda das Plantas de Quadra e demais documentos que possibilitem a localização e identificação imediata dos imóveis cadastrados para fins de tributação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
- Individualização de setores e informações que utilizam informações intersetoriais, tais como aprovação de parcelamentos de solo, legalização de construção, controle de logradouros, avaliação individualizada de imóveis (para fins de ITBI, locação, desapropriação);
- Falta de recadastramento em período não superior a cinco anos ou ações.

No que se refere ao Cadastro de Atividades Econômicas e Fiscalização Tributária, sempre que necessário, precisa-se solicitar suporte ao sistema para que sejam emitidos relatórios, por exemplo, dos alvarás liberados e baixados

nos últimos anos. Não há esse tipo de informação atualizada permanentemente ou, pelo menos, anualmente. Tudo é realizado por meio do sistema informatizado da Custom, porém, o controle não é eficaz por não haver funcionários suficientes para o monitoramento permanente.

Cabe destacar que, de acordo com as informações dos servidores da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, há duas ou três construtoras no Município, entretanto, há muitos empreiteiros autônomos. Além disso, existem três pequenas empresas corretoras de imóveis no Município, sendo que duas comercializam imóveis e uma trabalha só com locação. Não há a cultura de comercialização de lotes/glebas ou mesmo de loteamentos por corretoras/imobiliárias em SJVRP. Os proprietários de áreas/glebas, muitas vezes, compram lotes novos, parcelam por conta (por muitas vezes de forma irregular e clandestina) e comercializam diretamente para os interessados. Dificilmente há quem procure um corretor para a compra de lotes ou imóveis no Município. Não há controle ou fiscalização por parte da Prefeitura quanto às atividades desenvolvidas por estes estabelecimentos.

Em conformidade com informação repassada pela Secretaria de Fazenda a última relação de alvarás emitida somava, aproximadamente, 250 alvarás até a presente data (abril de 2017).

Importa destacar que a PGV e o CTI do Município encontram-se em processo de atualização, entretanto, no momento, apresentam-se desatualizados e com valores para o solo urbano aquém do valor de mercado. É necessário avaliar também questões como a atualização do Código Tributário Municipal (CTM).

O Setor de Tributação possui apenas um computador e, em relação ao sistema de informática utilizado pelo Município para o trato fiscal e tributário, atende precariamente à demanda para a constituição do crédito tributário, bem como para o seu recebimento por intermédio de rede bancária. O sistema informatizado é locado da empresa Custom Sistema, responsável por sua manutenção e suporte. Apesar do suporte e, considerando a necessidade de melhoria das instalações e do sistema de arquivamento e elaboração de banco de dados, principalmente daqueles dados relativos ao setor de cadastro imobiliário, haverá necessidade de adequação futura, sobretudo visando a implantação de cadastro multifinalitário. Ainda, deverão ser realizadas ajustes para promover a fiscalização eficiente, assim como convênios com entidades que disponibilizam informações pertinentes ao Setor, segundo os Técnicos da Prefeitura.

Não há mapeamento dos Vazios Urbanos, assim como não há controle ou banco de dados implantados que possibilitem informar o custo da terra urbana com precisão.

Na Relação do Patrimônio Público, constam do sistema de tributação do IPTU, imóveis públicos nos seguintes bairros:

- Quatro imóveis no Bairro Novo Centro;
- Três imóveis no Bairro Águas Claras;
- Dois, no Bairro Jaguara;
- Dois, no Centro;
- Dois, no Bairro Boa Vista;
- Dois, no Bairro São Lourenço;
- Um, no Parque Vera Lúcia;
- Um, no Bairro Pouso Alegre;
- Um, no Bairro Camboatá.

Conforme os Técnicos do Setor de Tributação, contudo, há necessidade de se verificar junto ao Setor de Patrimônio e à Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transportes se existem outros imóveis públicos que podem não constar no Cadastro Técnico Imobiliário.

Quanto a gestão dos tributos municipais, esta é realizada, principalmente, por intermédio do sistema informatizado locado para controle tributário. Além disso, há a disponibilização mensal, por parte do Cartório de Ofício Único, dos imóveis que foram registrados/escriturados em SJVRP. Já quanto ao controle do pagamento dos impostos, é feito por meio de relatórios obtidos pelo sistema informatizado.

Por fim, diante das demandas criadas a partir da implantação e fiscalização do PDM, vê-se como necessária a reavaliação de todas as estruturas físicas dos setores administrativos, a revisão dos recursos humanos disponíveis e avaliação de quais podem ser realocados e melhor aproveitados, a instalação nos computadores, além dos *softwares* padrão, novos *softwares* para o bom desenvolvimento das atividades das Secretarias Municipais. Algumas sugestões de *softwares* são: *AutoCad* (projetos arquitetônico, complementares, executivos e mapeamentos), *ArcWiew* (desenvolvimento/atualização de SIGs de diversos setores - banco de dados e espacialização de informações), *Topography Softwate*, *TopoEVN* (*softwates* para topografia), *Volare* e/ou TCPO *Modelatto* (*softwares* para orçamentos), entre outros.

Recursos Humanos

Conforme dados repassados pelos Técnicos da Divisão de Recursos Humanos (abril de 2017), da Secretaria Municipal da Administração, o número total de servidores da Prefeitura de SJVRP é de 942, sendo 759 estatutários ativos, 96 contratados, 27 comissionados, 4 efetivos comissionados e 51 estagiários. Cinco são Conselheiros Tutelares. O número de servidores por Secretarias Municipais é:

- Gabinete do Prefeito - 19 + Prefeito e Vice-prefeito;
- Procuradoria Geral do Município - 5;
- Secretaria de Administração - 23;
- Secretaria de Fazenda - 15;
- Secretaria de Planejamento e Gestão - 5;
- Secretaria de Controle Interno - 4;
- Secretaria de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia - 364;
- Secretaria de Saúde - 291;
- Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transportes - 65;
- Secretaria de Meio Ambiente - 54;
- Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer - 4;
- Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico - 21;
- Secretaria de Defesa Civil e Ordem Pública - 3.
- Secretaria de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação - 12.

Quanto ao grau de escolaridade dos servidores a distribuição encontra-se da seguinte maneira: 401 servidores possuem nível superior completo; 385 servidores nível médio; 161, abaixo do nível médio.

O Município não possui política de treinamento dos servidores, sendo que a atualização e a capacitação são realizadas de forma esporádica apenas para alguns setores municipais. Há carência de capacitação, em especial para o quadro operacional e de apoio. Destaca-se que a capacitação dos servidores está vinculada ao desenvolvimento e ao fortalecimento institucional.

Quanto ao regime de previdência, o utilizado pela Prefeitura é a contribuição do servidor para o Regime Geral de Previdência (RGPS).

Em relação aos recursos humanos municipais, os maiores problemas diagnosticados na Prefeitura são a lentidão no repasse de informações entre as secretarias e para a população e o desconhecimento das legislações pertinentes

à atuação do servidor e atendimento à sociedade. Para a Divisão de RH, os principais problemas enfrentados são a falta de infraestrutura, escassez de recursos humanos e financeiros.

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Tomando-se como indiscutível o avanço da Constituição Federal Brasileira e, posteriormente, o Estatuto da Cidade, além de inúmeras outras leis que objetivam ordenar por meio de Planos Estratégicos (como os Planos Diretores Municipais, de Saneamento Básico, Recursos Hídricos, Habitação de Interesse Social, Regularização Fundiária, Mobilidade, Turismo, entre outros) ou legislações específicas dos territórios, em suas diversas escalas, é indispensável aliar a tais políticas de planejamento o fortalecimento institucional.

Entendendo o fortalecimento institucional como um processo de implementação de iniciativas visando fortalecer o posicionamento estratégico da instituição pública por meio de capacitação de recursos humanos, ampliação do controle social e gestão democrática, além de promover a otimização e aprimoramento gerencial e operacional, tais ações devem ser obrigatoriamente implantadas e articuladas com a execução do PDM e demais Planos Setoriais.

Para atingir tais metas, é necessário criar mecanismos de avaliação e monitoramento das ações executadas pelo órgão público e visualizar onde tais ações estão locadas e qual população é de fato afetada por estas.

Para tanto, propõe-se para o município de São José do Vale do Rio Preto o desenvolvimento de fortalecimento institucional para melhor utilizar os recursos humanos e a máquina institucional, identificando as carências técnicas e as formas de suprir tais deficiências.

Cotidianamente as administrações municipais têm enfrentado novos desafios perante uma economia globalizada e competitiva. As cidades tomam uma nova configuração e tornam-se cada vez mais semelhantes a empresas num intenso processo de competição entre si.

Aqueles municípios com caráter dinâmico, democrático, participativo e ainda capazes de reunir políticas públicas que visem o desenvolvimento integrado de todos os setores de seu território, buscando um pleno progresso econômico, social e ambiental tornam-se indubitavelmente atrativos para investimentos e empreendimentos capazes de gerar emprego e renda.

Neste processo, a instituição pública, responsável por gerenciar a relação entre os diferentes atores sociais e seus respectivos interesses, tem se deparado

com diversos desafios para promover seu desenvolvimento de forma igualitária e próspera.

Para tanto, o desenvolvimento e o fortalecimento institucional devem estar extremamente ligados a um processo dinâmico, contínuo, com mudanças planejadas e deliberadas na ótica de uma gestão democrática e com constante treinamento e atualização de seus funcionários, os servidores públicos.

Visando alcançar tais perspectivas, o Poder Público deve extrapolar as fronteiras organizacionais e buscar envolver na tomada de decisões a população, as agências de cooperação e os diversos atores capazes de proporcionar melhor desenvolvimento para o Município.

A partir disso, o fortalecimento institucional é imprescindível para o gestor colocar em prática todas as possibilidades e objetivos contidos nos diversos planos desenvolvidos em prol do Município, buscando um fim comum: o pleno desenvolvimento da população, em todos os seus sentidos, democraticamente.

Cabe destacar aqui que em SJVRP a participação comunitária - Controle Social - ocorre por meio dos Conselhos Municipais e Associações Civis. Outro canal importante no processo do estabelecimento da Gestão Democrática e do Controle Social é garantido por meio do *Site* da Prefeitura (http://www.sjvriopreto.rj.gov.br/), do Diário Oficial e do Portal da Transparência (https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01030-006/recursos.faces), onde o Executivo Municipal fornece à população acesso sobre as diversas informações administrativas. A Prefeitura também possui um canal aberto à população por meio de ouvidoria municipal, acessível pela *internet* (http://www.sjvriopreto.rj.gov.br/ouvidoria). Além disso, sempre que necessário, a Prefeitura Municipal realiza audiências públicas para discussão de temas de interesse da população, garantindo assim, uma gestão mais participativa.

Sistema de Informações

As Geotecnologias têm se firmado cada vez mais como ferramentas essenciais para o planejamento urbano, regional e ambiental. Neste âmbito, as técnicas de Geoprocessamento, que podem ser definidas como o conjunto de tecnologias de coleta, tratamento, desenvolvimento e uso de informações georreferenciadas têm se tornado essencial para as administrações públicas em todos os seus níveis.

Considerando que para o ordenamento e a gestão do território, sejam estes em qualquer escala, a análise espacial é primordial, Simão (1999) aponta que 80% das decisões tomadas por organizações da administração pública e

local envolvem ou devem envolver o componente espacial, direta ou indiretamente.

Nesse sentido, a utilização de imagens de satélite (gratuitas ou pagas) disponíveis em diversas resoluções e, ainda, os dados alfanuméricos (textos ou números) disponíveis muitas vezes gratuitamente em diversas fontes são pontos positivos para os planejadores municipais para o melhor ordenamento e monitoramento do seu município, tendo em vista que as tecnologias geográficas são capazes de atualizar as diversas situações espacializadas quase que em tempo real.

Contudo, muitos municípios brasileiros têm enfrentado dificuldades em nível técnico e de aquisição ou uso adequado das tecnologias geográficas. O uso das Geotecnologias, como o Geoprocessamento é geralmente restrito a municípios de porte médio a grande e, ainda nestes, muitas vezes as técnicas são utilizadas na elaboração de mapas temáticas ao invés de complexas análises e diagnósticos que aquela proporciona.

São José do Vale do Rio Preto não possui experiências utilizando o Geoprocessamento, exceto algum conteúdo dos estudos desenvolvidos pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), entre os anos de 2006 e 2014, do qual não há registros digitais do Sistema de Informações Geográficas (SIG) estruturado, ou seja, o Município detém apenas algumas imagens e/ou figuras contendo informações diversas geradas por meio do sistema, contudo, não possui a base de dados e o mapeamento digital.

O Sistema de Informações Geográficas, conhecido também como SIG ou GIS (do inglês *Geographic Information Systems*) é outra técnica dentro das Geotecnologias que pode atribuir a pontos ou regiões de um mapa, uma tabela de informações (atributos), sejam estas em forma de número ou letras compondo um banco de dados.

No processo de planejamento, a utilização do SIG possibilita, além da espacialização dos dados e geração de mapas, o cruzamento de informações pertinentes para a identificação e localização das principais deficiências e potencialidades do município. Além disso, o SIG proporciona o cruzamento de informações sociais e econômicas e ainda a transposição de dados ambientais, por exemplo.

A utilização das Geotecnologias (SIG, Geoprocessamento) é essencial para a administração municipal, não só para o cruzamento de dados em análises espaciais por métodos estatísticos e matemáticos, mas também na criação de um banco de dados integrado que proporciona ao Poder Público o

direcionamento dos investimentos e a identificação de áreas e localidades vulneráveis e da população mais carente.

As técnicas também poderão ser amplamente utilizadas na área da saúde, da assistência social, da defesa civil e/ou em qualquer outro setor administrativo. Contudo, é essencial que existam recursos humanos capacitados para a administração das informações, pois o estágio atual da tecnologia não proporciona a atualização automática das informações no computador em concomitância com a realidade.

Dessa forma, recomenda-se que o município de São José do Vale do Rio Preto analise a viabilidade de implantação dessa ferramenta de planejamento municipal, bem como da aquisição e instalação do *software* de SIG e capacitação de servidores técnicos municipais para que o planejamento torne-se mais efetivo e capaz de atingir à população na sua totalidade.

Atualmente, não há um sistema integrado de banco de dados, acessíveis a todas as secretarias e setores municipais, os únicos sistemas de informação que o Município faz uso são os sistemas ligados ao governo federal e que são utilizados nos programas sociais incidentes no Município, como o SUS e o CadÚnico.

FINANÇAS PÚBLICAS

É o conjunto de ações e problemas que integram o processo de arrecadação e execução de despesas, pela administração pública e a gestão do patrimônio público. Abrangem todos os atos relativos á arrecadação de tributos, captação de outros recursos, formulação e execução dos orçamentos, realização de compras, fiscalização, controle interno e prestação de contas.

De uma forma geral, a teoria das finanças públicas gira em torno da existência das falhas de mercado que torna necessária a presença do governo, o estudo das funções do governo, da teoria da tributação e do gasto público. O objetivo da análise do perfil das finanças municipais é identificar diferenças e semelhanças dos diversos elementos de receita, despesa, ativo e passivo em diferentes grupos de Municípios.

COMPORTAMENTO DAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, NO PERÍODO DE 2012-2016

A Tabela 74 demonstra as receitas do município de São José do Vale do Rio Preto no período de 2012 a 2016.

As receitas são divididas em dois grupos: receitas correntes e receitas de capital. Contudo, o município em tela, não apresentou registro de receitas de capital entre os anos de 2012 e 2016. Dessa forma, elencam-se apenas as origens das receitas correntes como segue: tributária; contribuições; patrimonial; agropecuária; transferências correntes; e outras receitas correntes.

Tabela 74 - Demonstrativo das Receitas Correntes do Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de 2012-2016.

Receitas	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas Correntes	**66.899.212,24**	**68.860.527,09**	**69.945.284,60**	**63.699.257,32**	**58.118.377,80**
Tributária	4.128.140,07	4.604.524,73	5.259.323,44	4.537.293,92	4.423.947,20
Contribuições	0,00	0,00	245.365,44	305.565,56	315.337,10
Patrimonial	501.189,49	672.157,30	1.244.578,89	1.358.282,43	1.236.575,30
Agropecuária	43.473,27	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	61.634.825,11	62.491.792,64	61.773.235,08	55.984.911,71	50.645.292,30
Outras Receitas	591.584,30	1.092.052,42	1.322.781,74	1.513.203,70	1.497.225,90

Fonte: TCE-RJ (2017). Atualizados pelo IPCA-E a preços de 12/2016.

No ano de 2012, as receitas correntes auferidas pelo município de São José do Vale do Rio Preto foram de R$ 66.899.212,24. Destas, R$ 4.128.140,07 tiveram origem tributária, R$ 501.189,49 origem patrimonial e R$ 2.234.096,98 originadas de receitas agropecuárias. Ainda, a maior fonte de receitas foi originada de transferências correntes, que em 2012, foram responsáveis por 92,13% do total das receitas do município de São José do Vale do Rio Preto, no montante de R$ 61.634.825,11. As outras receitas correntes somaram R$ 591.584,30.

Observa-se que não foram contabilizadas receitas de origens de contribuições em 2012 para o Município em tela.

Ressalta-se que as receitas tributárias foram responsáveis por apenas 6,17% do total das receitas do município de São José do Vale do Rio Preto.

A Tabela 74 permite inferir que as receitas correntes no ano de 2013 aumentaram em 2,93% em relação ao ano de 2012. Assim, o valor ficou em R$ 68.860.527,09. As receitas tributárias aumentaram 11.54% em relação ao ano anterior e atingiram R$ 4.604.524,73.

Das receitas de contribuições e agropecuárias não foram encontrados registros no ano de 2013. Com relação às receitas patrimoniais, no mesmo ano, o município de São José do Vale do Rio Preto auferiu o montante de R$ 672.157,30, o que representou aumento de 34,11% em relação ao ano anterior.

As transferências correntes e as outras receitas correntes auferidas pelo município de São José do Vale do Rio Preto no ano de 2013 foram,

respectivamente, de R$ 62.491.792,64 e R$ 1.092.052,42. Estes valores representaram acréscimo de 1,39% referente às transferências correntes e 84,60% em relação às outras receitas correntes.

A participação percentual das receitas tributárias e das transferências correntes no total das receitas foi, respectivamente, de 6,69% e 90,75%.

No ano de 2014 as receitas do município de São José do Vale do Rio Preto variaram positivamente em 1,58% em relação ao ano de 2013. Assim, o valor alcançado foi de R$ 69.945.284,60. As receitas tributárias, também, aumentaram em relação ao ano de 2013 em 14,22% e atingiram R$ 5.259.323,44. Em 2014, pela primeira vez desde 2012, surgiram receitas de origens de contribuições no valor de R$ 245.365,44. Em relação às receitas patrimoniais o município de São José do Vale do Rio Preto arrecadou em 2014 o montante de R$ 1.344.578,89 que correspondeu a uma variação positiva de 100,04% comparativamente a 2013. Por outro lado, as receitas referentes às transferências correntes recuaram em 1,15% comparadas ao ano anterior e foi arrecadado o montante de R$ 61.773.235,08. Já as outras receitas correntes subiram a uma taxa de 21,13% e fecharam o ano de 2014 com o valor de R$ 1.322.781,74. As transferências correntes representaram, em 2014, 88,32% no total das receitas do Município, enquanto as receitas tributárias, a segunda maior fonte de recursos do município de São José do Vale do Rio Preto, foi de R$ 7,52%.

Já as receitas correntes no ano de 2015 sofreram variações negativas de 8,93% em relação ao ano de 2015 com valores de R$ 63.699.257,43. As receitas tributárias que estavam aumentando até ao ano anterior, sofreram retrações na ordem de 13,73% em único ano e o valor arrecadado foi de R$ 4.537.293,92.

A maior fonte de receitas é originada das transferências correntes e também sofreu redução, em 9,37% no ano de 2015 em relação ao ano anterior. Por outro lado, as receitas de contribuições, receitas patrimoniais e outras receitas correntes, subiram em 2015, respectivamente, em 24,53%, 1,02% e 14,40%. Dessa forma, os valores auferidos foram de R$ 305.565,56 referentes às receitas de contribuições, R$ 1.358.282,43 em relação às receitas patrimoniais e R$ 1.513.203,70 referentes às outras receitas correntes. Neste cenário, a participação percentual das receitas tributárias e das receitas de transferências correntes foi reduzida, respectivamente, para 7,12% e 87,89% no ano de 2015, em relação ao ano de 2014.

No ano de 2016 o total das receitas novamente sofreu retrações em relação ao ano anterior em 9,76% e atingiu R$ 58.118.377,80. Seguindo a tendência, as receitas tributárias reduziram 2,50% em 2016, com arrecadação de

R$ 4.423.947,20. A receita originada das contribuições foi a única que variou positivamente, na ordem de 3,20% e atingiu R$ 315.337,10. A receita patrimonial arrecadada no ano de 2016, no município de São José do Vale do Preto foi de R$ 1.236.575,30, o que correspondeu à taxa negativa de 8,96% em relação a 2015. As receitas de transferências correntes foram de R$ 50.645.292,30, o que correspondeu à retração de 9,54% em relação ao ano de 2015. Já as outras receitas do ano de 2016, também foram reduzidas e os valores arrecadados foram de R$ 1.497.225,90, que equivalem à taxa negativa de 1,06%. A participação percentual das receitas originadas dos tributos no valor total das receitas correntes, no ano de 2016, no município de São José do Vale do Rio Preto foi de 7,61%. Com relação às receitas oriundas das transferências correntes, a sua participação foi reduzida para 87,14%.

Os dados da Tabela 74 permitem inferir que a crise econômica tem afetado duramente o município de São José do Vale do Rio Preto. As receitas totais do Município sofreram retração de 13,13% no período de 2012 e 2016. A maior fonte das receitas do Município originou-se das transferências correntes, mas estas reduziram no mesmo período, 17,83%. Entre os anos de 2013 e 2016, ou seja, entre o ápice e a mínima arrecadação, o valor arrecadado com as transferências reduziu R$ 11.846.500,34, o que correspondeu à retração de 18,96%. Considerando que as despesas não recuam ou, às vezes, até aumentaram, fica difícil para o município de São José do Vale do Rio Preto fechar as contas com equilíbrio financeiro. Uma informação importante que é possível inferir sobre a Tabela 74 é o aumento das receitas tributárias entre os anos 2012 e 2016, de 7,17%, apesar de ter sofrido retração nos anos de 2015 e 2016.

As informações demonstradas na Tabela 74 permitem afirmar que as receitas correntes do município de São José do Vale do Rio Preto foram intensamente prejudicadas com a crise econômica que atingiu o Brasil no ano de 2015 e 2016. Também, é possível aferir que o Município é extremamente dependente dos recursos oriundos das transferências correntes.

O mesmo não acontece com as transferências de capital, não foi encontrado registros sobre estas no período de 2012 a 2016. Como as receitas de capital nos municípios menores geralmente são originadas das emendas parlamentares, observa-se que vale tentar junto ao parlamentar que representa o município e/ou a região para viabilizar algum recurso dessa natureza para o município de São José do Vale do Rio Preto.

Projeção das Receitas para o Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de 2018-2022

O Governo Federal fez a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil para o ano de 2017 na ordem de 0,5%. Para 2018 e 2019, respectivamente, para 2% e 2,5% (IBGE, 2017). Neste cenário, projeta-se crescimento para 2017 de 0,5% nas receitas do município de São José do Vale do Rio Preto em relação às receitas auferidas em 2016. Também, é possível projetar as receitas para os anos de 2018 e 2019 com base na expectativa do Governo Federal. Depois, para os anos de 2020, 2021 e 2022 considerar-se-á que o PIB do país irá incrementar 0,1% ao ano em relação ao anterior. Dessa forma, no triênio 2020-2022, será considerado para projetar as receitas do município de São José do Vale do Rio Preto crescimento do PIB em 2,60%, 2,70% e 2,80%, respectivamente, nos anos de 2020, 2021 e 2022.

Para realizar as projeções não foram consideradas as previsões demonstradas no Plano Plurianual (PPA), visto que o panorama político e econômico ainda é muito instável e já ocorreram mudanças nas expectativas que não foram consideradas na proposta de Lei do PPA que devem ser levadas em consideração na atual conjuntura política e econômica. Vale ressaltar que o cenário ainda é de muita incerteza, pois, depende de aprovação de reformas como a previdenciária. E mesmo que ocorra, deve ser medido o seu impacto efetivo nas contas públicas, pois, o que se tem noticiado é que o Governo Federal tem feito concessões que estão desconfigurando o projeto inicial. Assim, uma reforma apenas para dizer que realizou, ou seja, sem atingir a efetividade do processo, poderá não obter reação positiva pelo mercado.

Outro fator muito importante é o cenário político para as eleições de 2018, pois, ainda segue com indefinições quanto aos candidatos que irão concorrer e quais o perfil ideológico de cada partido que os lançarão. Se despontar candidatos que não coadunam com as expectativas do mercado, isto poderá originar flutuações no ambiente econômico e consequentemente arrefecer o ritmo de crescimento esperado pelo Governo Federal. Em suma, para ratificar as projeções do Governo Federal o crescimento do PIB depende de ações concatenadas que estão submetidas a variáveis que nem sempre são controladas pelo Governo Federal. Dessa forma, as projeções demonstradas na Tabela 75 poderão não ser concretizadas como descritas, por isso, devemos trata-las com certa circunspecção.

Nesse contexto, a Tabela 75 demonstra a projeção das receitas para o período de 2018-2022 no município de São José do Vale do Rio Preto. Nessa Tabela são demonstradas as receitas do Município em tela divididas em receitas

correntes e receitas de capital. Nas receitas correntes foram projetadas as seguintes fontes: tributária; contribuições; patrimonial; agropecuária; transferências correntes e outras receitas correntes. Com relação às receitas de capital foram planejadas as receitas de operações de créditos, alienações de bens e transferências de capital, entre os anos de 2018 e 2022.

Tabela 75 - Demonstrativo das Receitas Projetadas do Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de 2018-2022.

Receitas	2018	2019	2020	2021	2022
Total de Receitas	**60.938.849,08**	**62.462.320,31**	**64.086.340,64**	**65.816.671.84**	**67.650.538,65**
Receitas Correntes	59.617.949,08	61.108.397,81	62.697.216,15	64.390.040,99	66.192.962,14
Tributária	4.534.988,27	4.648.362,98	4.769.220,42	4.897.989,37	5.035.133,07
Contribuições	323.252,06	331.333,36	339.948,03	349.126,63	358.902,17
Patrimonial	1.267.613,34	1.299.303.67	1.333.085,57	1.369.078,88	1.407.413,09
Agropecuária	40.800,00	41.820,00	42.907,32	44.065,82	45.299,66
Transferências Correntes	51.916.489,14	53.214.401,37	54.597.975,80	56.072.121,15	57.642.140,54
Outras Receitas	1.534.806,27	1.573.176,43	1.614.079,01	1.657.659,15	1.704.073,60
Receitas de Capital	1.320.900,00	1.353.922,50	1.389.124,49	1.426.630,85	1.466.576,51
Operações de Créditos	255.000,00	261.375,00	268.170,75	275.411,36	283.122,88
Alienações de Bens	30.600,00	31.365,00	32.180,49	33.049,36	33.974,75
Amortizações de Empréstimos	15.300,00	15.682,50	16.090,29	16.524,68	16.987,37
Transferências de Capital	1.020.000,00	1.045.500,00	1.072.683,00	1.101.645,44	1.132.491,51

Fonte: Dados Trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão.

Assim, as receitas correntes projetadas para o ano de 2018 para o município de São José do Vale do Rio Preto são da ordem de R$ 59.617.949,08. Destas, R$ 4.534.988,27 estão previstas para arrecadar da fonte definida como receitas tributárias. Espera-se arrecadar das receitas de contribuições e patrimoniais, respectivamente, R$ 323.252,06 e R$ 1.267.613,34. Quanto às receitas de origens agropecuárias, está programada a arrecadação de R$ 40.800,00. Com relação às transferências correntes, a maior fonte de recursos, conjectura-se que o município de São José do Vale do Rio Preto arrecade R$ 51.916.489,14, em 2018. Já para as outras receitas correntes espera-se arrecadar, no exercício de 2018, o montante de R$ 1.534.806,27.

As receitas de capital esperadas para o ano de 2018 somam R$ 1.320.900.00. Destas, almeja-se arrecadar R$ 255.000,00 provenientes das operações de créditos. Das receitas de alienações de bens e de amortizações de empréstimos foram projetadas, respectivamente, R$ 30.600,00 e R$ 15.300,00 para o ano de 2018. Já concernente às transferências de capital vislumbra-se que o município de São José do Vale do Rio Preto arrecadará R$ 1.020.000,00 em 2018. As receitas totais, ou seja, as receitas correntes e de capital que se

preveem auferir, em 2018, no município de São José do Vale do Rio Preto são da ordem de R$ 60.938.849,08.

As receitas correntes ilustradas na Tabela 75 para 2019 no município de São José do Vale do Rio Preto são de R$ 62.462.320,31. Deste total, espera-se angariar R$ 4.648.362,98 de receitas tributárias. Com relação às receitas de contribuições é previsto o montante de R$ 331.333,36. Para atingir o valor projetado das receitas correntes espera-se arrecadar com as receitas de origem patrimonial o valor de R$ 1.229.303,67 no exercício de 2019. Quanto às receitas agropecuárias o valor esperado é de R$ 41.820,00. Com relação às fontes oriundas das transferências correntes, o valor projetado é de R$ 53.214.401,37 para o ano de 2019. E com relação as outras receitas correntes espera-se arrecadar R$ 1.573.176,43.

Já com relação às receitas de capital os valores totais previstos para se arrecadar no ano de 2019 são da ordem de R$ 1.353.922,50. A maior fonte de recurso estimada é de origem das transferências de capital, que se configura em R$ 1.045.500,00 no ano de 2019. Com relação às operações de créditos, se vislumbra arrecadar R$ 261.375,00 no ano de 2019 no município de São José do Vale do Rio Preto. Para as receitas originadas nas alienações de bens e amortizações de empréstimos foram projetadas, respectivamente, em R$ 31.365,00 e R$ 15.682,50, para o ano de 2019.

Com relação às receitas correntes do município de São José do Vale do Rio Preto conjecturadas para 2020 são da ordem de R$ 62.697.216,15, conforme ilustrada na Tabela 75. Deste total, estima-se que R$ 4.769.220,42 serão arrecadadas da fonte receitas tributárias, R$ 339.948,03 das receitas de contribuições e R$ 1.333.085,57 das receitas patrimoniais. Ainda, vislumbra-se arrecadar das receitas de origem agropecuária o montante de R$ 42.907,32 no ano de 2020. As receitas de transferências correntes projetadas para o ano de 2020 no município de São José do Vale Rio Preto somam R$ 54.597.975,80. Já a última origem das receitas correntes procede das outras receitas correntes pelas quais se vislumbra obter R$ 1.614.079,01, em 2020.

Com relação às receitas de capital projeta-se para o ano de 2020 a soma de R$ 1.389.124,49. Destas, espera-se arrecadar R$ 268.170,75 fomentadas pelas operações de créditos. Depois, R$ 32.180,49 de alienações de bens e R$ 16.090,25 de amortizações de empréstimos e, por fim, das transferências de capital, na ordem de R$ 1.072.683,00. As receitas totais, ou seja, a soma das receitas correntes e de capital que se vislumbra auferir em 2020 para o município de São José do Vale do Rio Preto é da ordem de R$ 64.086.340,64.

Já as receitas correntes estimadas para o município de São José do Vale do Rio Preto arrecadar em 2021 são da ordem de R$ 64.390.040,99. A segunda maior fonte das receitas correntes são as tributárias, as quais se pretende recolher para o tesouro municipal a quantia de R$ 4.897.989,37. Procurar-se-á também contabilizar o valor de R$ 349.126,63 de receitas de contribuições e R$ 1.369.078,88 de receitas de origens patrimoniais.

Esse estudo ainda faz a previsão de receber R$ 44.065,82 de receitas agropecuárias no ano de 2021. Porém, a maior fonte de receitas correntes que se julga receber, em 2021, para o município de São José do Vale do Rio Preto resulta em R$ 56.072.121,15 e possui origem nas transferências correntes. Já a última fonte de recursos que se conjectura compor receitas correntes no ano de 2021 no município de São José do Vale do Rio Preto possui procedências nas outras receitas correntes com montante de R$ 1.657.659,15. As receitas de capital projetadas para o ano de 2021 correspondem à importância de R$ 1.426.630,85. Deste tipo de receita, prospecta-se arrecadar R$ 275.411,36 com operações de créditos. Também, vislumbra-se angariar recursos provenientes das receitas de alienações de bens e de amortizações de empréstimos, respectivamente, nos montantes de R$ 33.049,36 e R$ 16.524,68. Encerram-se as fontes de recursos, para o ano de 2021, que formam as receitas de capital com estimativa de arrecadar R$ 1.101.645,44 para o município de São José do Vale do Rio Preto provenientes das transferências de capital. Todas essas receitas, ou seja, a soma das receitas de capital e das receitas correntes é da ordem de R$ 65.816.671,84.

Já as receitas correntes consideradas, para 2022, na Tabela 75 no município de São José do Vale do Rio Preto são de R$ 66.192.962,14. Estas receitas tem origem em diversas fontes. A segunda mais importante fonte são das receitas tributárias que foram estimadas para 2022 no valor de R$ 5.035.133,07. Em relação às receitas de contribuições os valores estimados foram na ordem de R$ 358.902,17.

As receitas patrimoniais prognosticadas para o ano de 2022 no Município em tela somam R$ 1.407.413,09. Para o mesmo ano foram estimadas receitas de origem agropecuária no valor de R$ 45.299,66. Com relação às transferências correntes estima-se para 2022 o montante de R$ 57.642.140,54. As outras receitas correntes vislumbradas para o exercício de 2022 somam R$ 1.704.073,60.

Concernente às receitas de capital foram presumidas para 2022 a quantia de R$ 1.704.073,60. Desta quantidade espera-se angariar R$ 283.122,88 das operações de créditos, R$ 33.974,75 de receitas provenientes de alienações de bens e R$ 16.987,37 oriundas de amortizações de empréstimos. Ainda, estima-

se conseguir via transferências de capital, R$ 1.132.491,51 para o município de São José do Vale do Rio Preto, no ano de 2022. A soma das receitas correntes e das receitas de capital que se espera arrecadar em 2022 é da ordem de 67.659.538,65.

A análise da Tabela 74 permite inferir que a crise econômica afetou duramente as receitas do município de São José do Vale do Rio Preto. Quando se compara a projeção das receitas evidenciadas na Tabela 75 com as receitas efetivas demonstradas na Tabela 74 é possível inferir que as receitas totais do município de São José do Vale do Rio Preto não irão se recuperar nos próximos 5 anos para atingir os patamares das receitas arrecadadas nos anos de 2013 e 2014. Isto, ainda porque, foi considerada na projeção uma meta audaciosa para as receitas de capitais que não foram registradas em nenhum momento no período de 2012 a 2016.

Vale lembrar, ainda, que esse cenário depende que as projeções defendidas pelo Governo Federal se concretizem e que nenhum viés ou desvio no período ente os anos de 2018-2022 seja registrado fora da meta estabelecida. Ressalta-se, também, que a vigência da Emenda Constitucional 95/2016 irá dificultar que o município consiga melhorar suas receitas, principalmente, porque o Governo Federal não irá aumentar seus gastos. No mesmo sentido, o estado do Rio de Janeiro passa por grave crise fiscal e não deverá facilitar suas transferências para os municípios nos próximos anos, neste caso São José do Vale do Rio Preto, até que a crise seja superada.

Gastos com Pessoal no Município de São José do Vale do Rio Preto

Nesse tópico, primeiramente, expõe-se a legislação sobre os gastos com pessoal com base na Lei 101/2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Após, avalia-se os gastos com pessoal do município de São José do Vale do Rio Preto, de forma pontual, no ano de 2016 e em seguida no período de 2006 a 2016. Observa-se que os índices de gastos que serão demonstrados originaram-se da relação dos gastos com pessoal e as receitas correntes líquidas do ente público avaliado, neste caso o município de São José do Vale do Rio Preto.

A LRF, dentre outras atribuições, versa sobre os limites destinados aos gastos com pessoal, objeto de estudo deste tópico. A Lei expressa os limites de gastos com pessoal sobre as receitas correntes líquidas[17]. As receitas correntes

17 É o somatório das receitas tributárias, receitas de contribuições, receitas patrimoniais, receitas industriais, receitas agropecuárias, receitas de serviço, receitas de transferências correntes, e outras

líquidas são apuradas somando as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores, excluídas as duplicidades, conforme o art. 2º, § 3, da Lei 101/2000 (SANTOS; BACCHI; NASCIMENTO, 2016).

O artigo 19 da LRF regulamenta o caput do art. 169[18] da Constituição Federal que estabelece os limites percentuais da receita corrente líquida para a União, estados e municípios conforme demonstrado a seguir:

> Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
>
> I - União: 50%;
>
> II - Estados: 60%;
>
> III - Municípios: 60%.

A receita corrente líquida dos 60% destinados aos municípios conforme o inciso III do art. 19 da Lei Complementar 101/2000, 6% destina-se ao legislativo municipal[19] e 54% para o executivo municipal. Não são computadas para cálculo dos limites dos incisos I, II e III do art. 19 da LRF as despesas com indenizações por demissão de servidores ou empregados, as despesas relativas aos incentivos à demissão voluntária, as despesas derivadas da aplicação do disposto no inciso II do §6º do art. 57 da Constituição Federal de 1988[20,] as despesas decorrentes de decisão judicial da competência de período anterior ao

---

receitas também correntes, deduzidos a contribuição dos servidores para custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas da compensação financeira com fundamentação no § 9 do artigo 201 da Constituição Federal de 1988 (Art. 2º, inciso IV, alínea "a" da Lei 101/2000). Também são computados no cálculo da receita corrente. Também são computadas as receitas correntes líquidas os valores pagos e recebidos em decorrências da Lei Complementar nº 87/1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme art.2º, § 2º da Lei 101/2000.

18 A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar, conforme disposto no art. 169 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 19/1998.

19 Câmaras municipais e tribunais de contas municipais.

20 A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante com aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional, conforme redação dada pela Emenda Constitucional nº 50/2006.

da apuração a que se refere o §2º do art. 18 da LRF[21]; despesas com pessoal, do Distrito Federal e dos estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União na forma dos incisos XIII[22] e XIV[23] do art. 21 da Constituição Federal e do artigo 31 da Emenda Constitucional nº 19/1998[24], despesas com inativos, ainda que por intermédio de função específico, custeadas por recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados, da compensação financeira de que trata o §9º do artigo 201 da Constituição Federal[25], das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro, conforme disposto no §1º, incisos I, II, III, IV, V, VI, alíneas "a", "b" e "c" do artigo 19 da Lei 101/2000.

O limite prudencial das despesas com pessoal dos municípios é alcançado quando ultrapassa 95% das despesas máximas permitida para o executivo (54%), ou seja, 51,30%. Quando isto ocorre, fica vedado aos municípios concederem vantagens, aumentos, reajustes ou qualquer outra vantagem, exceto as derivadas de sentença judicial. Também é vedada a criação de cargos, alterações de estrutura de carreira que culminem em aumento de despesas, provimento de cargos públicos, admissão de pessoal, e pagamento de horas extras (SANTOS, 2014).

O inciso II do §1º do artigo 59 da LRF versa que os tribunais de contas alertarão os poderes ou órgãos referidos no artigo 20 quando constatarem que o montante da dívida consolidada e da dívida mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia estiver acima de 90% dos respectivos limites

21 Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como outras despesas com pessoal, conforme § 1º do art. 18 da Lei 101/2000.

22 Compete à União emitir moeda.

23 Compete à União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio, conforme redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998.

24 Os servidores públicos federais da administração direta e indireta, os servidores municipais e os integrantes da carreira policial militar do ex território federal do Amapá e de Roraima que comprovadamente encontravam-se no exercício regular de suas funções prestando serviços àqueles territórios, na data em que foram transformados em estados, os servidores e os policiais militares admitidos regularmente pelos governos dos estados do Amapá e de Roraima no período entre a transformação e a efetiva instalação desses estados em outubro de 1993 e, ainda, os servidores nesses estados com vínculo funcional já reconhecido pela União integrarão, mediante opção, quadro em extinção da administração federal, conforme caput do art. 31 da EC nº 19/1998.

25 Para efeito de aposentadoria é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipóteses em que diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei, conforme redação dada pela Emenda da Constituição nº 20/1998.

(54%). Assim, o limite de alerta permite os gastos com pessoal até no máximo de 48,60% (SANTOS; CREMONEZ, 2017).

A repartição dos limites globais do artigo 19 não poderá exceder os seguintes percentuais: na esfera federal: 2,5% para o legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União (TCU); 6% para o judiciário; 40,9% para o executivo, destacando-se 3% para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do artigo 21 da Constituição e o artigo 31 da Emenda Constitucional 19/1998, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação da LRF; 0,6% para o Ministério Público da União (MPU), conforme dispostos nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do inciso I do artigo 20 da LRF.

Já a repartição dos limites globais do se refere ao artigo 19 não poderá exceder os seguintes percentuais na esfera estadual: 3% para o legislativo, incluído o tribunal de contas do estado; 6% para o judiciário; 49% para o executivo; 2% para o ministério público dos estados, conforme alíneas "a", "b", "c" e "d" do inciso II do artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal. E com relação aos municípios a repartição dos limites global dispostos no artigo 19 não poderá exceder: 6% para o legislativo, incluído o tribunal de contas do município, quando houver; 54% para o executivo, conforme alíneas "a" e "b" do inciso III do artigo 20 da LRF.

Dessa forma, a Tabela 76 demonstra os gastos com pessoal no município de São José do Vale Rio Preto, de forma pontual, no ano de 2016, elencando as receitas correntes líquidas, as despesas totais com pessoal, o limite legal, limite prudencial e limite de alerta e seus respectivos valores e percentuais, em conformidade com a norma jurídica vigente, ou seja, de acordo com a LRF.

Tabela 76 - Demonstrativo dos Gastos com Pessoal do Município de São José do Vale do Rio Preto, no Ano de 2016.

Descrição	Valores em R$	%
Receita Corrente Líquida	58.118.377,80	100,00
Despesa Total com Pessoal	34.482.548,60	59,33
Limite Legal	31.383.924,01	54,00
Limite Prudencial	29.814.727,81	51,30
Limite de Alerta	28.245.531,61	48,60

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e (TCE-RJ, 2017) e Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto (2017).

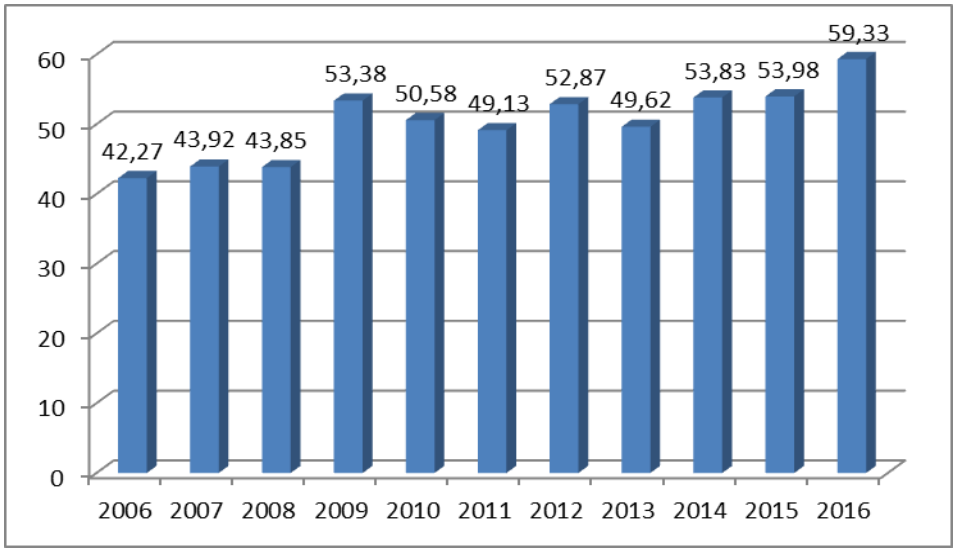
As receitas correntes líquidas auferidas pelo município de São José do Vale do Rio Preto alcançaram R$ 58.118.377,89, no ano de 2016. As despesas

totais com pessoal do Município em tela chegaram ao montante de R$ 34.482.548,60, o que correspondeu a 59,33% do total das receitas correntes líquidas do Município no ano de 2016. As despesas, portanto, excederam os limites de alerta, prudencial e legal que permitiram gastos, respectivamente, de R$ 28.245.531,61, R$ 29.814.727,81, R$ 31.383.924,01, R$ 34.482.548,60.

Em suma, os resultados demostrados na Tabela 76 permitem vislumbrar que, no período avaliado, ou seja, entre janeiro a dezembro de 2016, nenhum índice de gastos respeitou os limites estabelecidos pela LRF. Dessa forma, com as informações demonstradas na Tabela 76 permite inferir, de forma pontual, que os gestores devem olhar com maior cuidado sobre as despesas com pessoal no município de São José do Vale do Rio Preto.

Para não deixar a análise apenas de forma pontual, como a apresentada na Tabela 76, a Figura 55 demonstra o comportamento da evolução do índice de gastos com pessoal no período de 2006 a 2016.

Figura 55 - Evolução do Índice de Gastos com Pessoal, no Período de 2006 a 2016, no Município de São José do Vale do Rio Preto.



Fonte: TCE-RJ (2017) e Prefeitura do Município de São José do Vale do Rio Preto (2017). Valores em porcentagens.

Os dados evidenciados na Figura 55 inicia a série em 2006 com o índice de gastos com pessoal em 42,27% do total das receitas correntes líquidas. Em 2016, ou seja, no último ano da série avaliada neste estudo, conforme já demonstrado na Tabela 76, o índice correspondeu a 59,33% do total das receitas correntes líquidas. No ano de 2006 o índice ficou aquém do limite legal,

prudencial e de alerta, não ocorrendo nenhum empecilho de caráter fiscal no que se refere às despesas com pessoal.

Em 2007, com índice de gastos com pessoal foi da ordem de 43,92% do total das receitas correntes líquidas, sendo que o município de São José do Vale do Rio Preto, novamente, respeitou o limite legal, limite prudencial e de alerta. O mesmo ocorreu no exercício financeiro de 2008 com índice de gastos com pessoal em 43,85% do valor das receitas correntes líquidas. Entretanto, no ano de 2009, o índice de gastos sofreu significativo aumento e superou o limite de alerta e o limite prudencial estabelecidos na LRF. Mesmo assim, ficou abaixo do limite legal por apenas 0,62 pontos percentuais.

Em 2010, o índice sofreu retração e ficou em 50,58% do total das receitas correntes líquidas. Porém, excedeu o limite de alerta. Mas os limites legal e prudencial foram preservados. Em 2011 o índice continuou a regredir e ficou em 49,13% do total das receitas correntes líquidas. Como aconteceu em 2010, os gastos com pessoal superaram o limite de alerta e ficaram aquém dos limites legal e prudencial estabelecidos na LRF. No ano de 2012, novamente, o índice variou de forma positiva e voltou a superar o limite de alerta e o limite prudencial. Mas com 52,87% do total das receitas correntes líquidas os valores ficaram abaixo do limite legal, conforme versa o artigo 19 da LRF. Em 2013, o índice de gastos com pessoal tornou a diminuir e ficou em 49,62% do total das receitas correntes líquidas, ou seja, inferior ao limite legal e prudencial, mas não suficiente para não superar o limite de alerta.

No triênio 2014-2016 ocorreram sucessivos aumentos nos índices das despesas com pessoal em relação às receitas correntes líquidas. Nos anos de 2014 e 2015 os índices ficaram, respectivamente, em 53,83% e 53,98% do total das receitas correntes líquidas. Dessa forma, os limites de alerta e prudencial não foram respeitados pelo município de São José do Vale do Rio Preto. Porém, o limite legal não foi superado nestes dois anos. Como já demonstrado na Tabela 76, os valores das despesas com pessoal ficaram em 59,33% do total das receitas correntes líquidas no ano de 2016, com todos os limites fixados na LRF sendo superados.

Observa-se que, quando as despesas com pessoal ultrapassa o limite prudencial, o Município deverá suspender a concessão de vantagens, aumentos, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título. Também, não poderá criar novos cargos, empregos e funções públicas. Fica ainda vedada a alteração de estrutura de carreiras que ocasione aumento de despesas, provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal, exceto os casos de reposição provenientes de aposentadorias ou falecimento, porém, apenas na

área de educação, segurança e saúde. O Município também, não poderá pagar horas extras aos servidores, exceto nas situações previstas na LDO.

Gastos com Saúde Pública no Município de São José do Vale do Rio Preto

A Constituição Federal de 1988, por meio de seu artigo 196, garante que a saúde é direito de todos e dever do Estado, executada mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução dos riscos de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O texto constitucional prevê a descentralização político-administrativa para a gestão de saúde, composto de rede regionalizada e hierarquizada, todavia, reunidos em sistema único, que têm princípios básicos pautados no atendimento integral, com preferências para as atividades preventivas e aos serviços assistenciais (BRASIL, 1988).

A organização do Estado em forma de federação, como é o caso brasileiro, produz implicações e procedimentos que induzem intensas discussões e negociações na execução de políticas públicas (SANTOS; NASCIMENTO, 2017). Como observou Riani (1997), os gastos públicos são escolhas políticas dos governos no que se refere aos serviços que são prestados à sociedade em cada ente federativo. Assim, surgem conflitos de interesses políticos e econômicos entre as esferas administrativas.

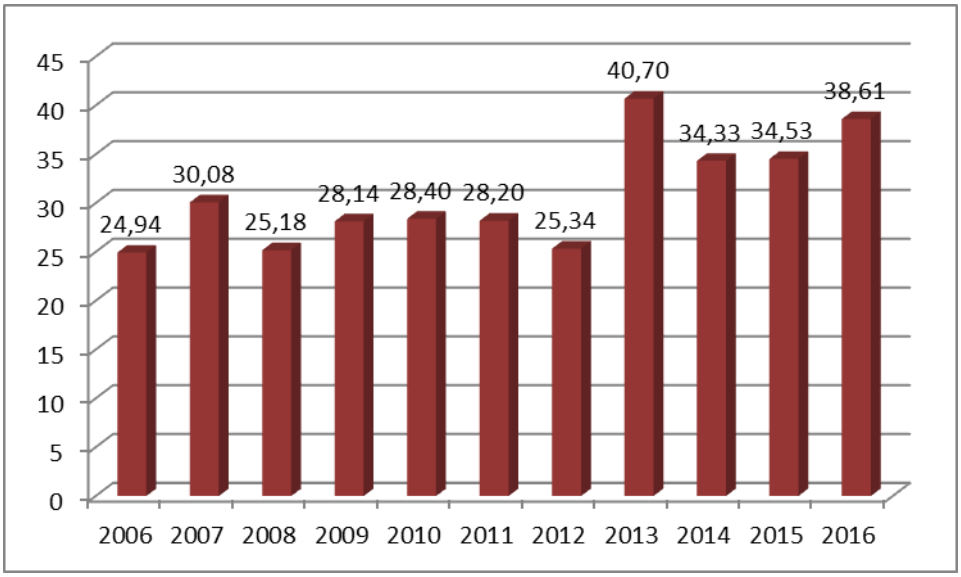
Nesse cenário, um dos últimos atos administrativos de maior relevância no que se refere ao financiamento e à gestão dos serviços públicos de saúde no Brasil foi o Pacto pela Saúde, instituído por meio da Portaria Ministerial nº 399/2006. O Pacto pela Saúde foi concebido na perspectiva de superar as dificuldades apontadas pelos gestores das três esferas de governo com base nos princípios constitucionais e com ênfase nas necessidades da população com o exercício simultâneo de definição de prioridades articuladas em três componentes: Pacto pela Vida; Pacto em Defesa do SUS e Pacto de Gestão do SUS. Em síntese, o Pacto pela Saúde é um conjunto de diretrizes que fundamentam a gestão do SUS nos aspectos da descentralização com responsabilidades compartilhada de custeio, de forma tripartite (SANTOS; NASCIMENTO; SANTINI, 2017).

Assim, este tópico trata das despesas com saúde pública do município de São José do Vale do Rio Preto, pois, segundo a Emenda Constitucional 29/2000 os municípios devem, desde 2004, destinar para financiamento da saúde no mínimo 15% da arrecadação de impostos e das transferências. Todavia, como

observou o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (2015) está ocorrendo, no Brasil, amento na participação dos municípios no financiamento da saúde pública.

Nesta conjuntura, este estudo demonstra por intermédio da Figura 56 a evolução percentual dos recursos destinado ao financiamento da saúde pública no município de São José do Vale do Rio Preto em relação aos impostos e as transferências.

Figura 56 - Evolução do Índice de Gastos com Saúde, no Período de 2006 a 2016, no Município de São José do Vale do Rio Preto.



Fonte: TCE-RJ (2017) e Prefeitura do Município de São José do Vale do Rio Preto (2017). Valores em porcentagens.

Os gastos com saúde, no município de São José do Vale do Rio Preto, no ano de 2006, foram de 24,94% do total arrecadados com impostos e transferências. Este valor, segundo o estabelecido na Emenda Constitucional 29/2000, foi equivalente a 66,27%. No ano seguinte, ou seja, em 2007 esse percentual atingiu 30,08% que corresponde a 100,53% acima do mínimo estabelecido no texto Constitucional. Porém, em 2008 sofreu retração e alcançou 25,18% e, mesmo assim, superou os valores mínimos estabelecidos em 67,87%. Em 2009, novamente, voltou a elevar e os recursos financeiros destinados ao financiamento da saúde pública no município de São José do Vale do Rio Preto atingiram 28,14% do total das receitas de impostos e das transferências.

Nos anos de 2010 e 2011 estes gastos mantiveram-se estáveis e ficaram, respectivamente, em 28,40% e 28,20% do total dos impostos e transferências arrecadadas. No triênio 2009-2011 os valores destinados aos serviços de saúde superaram o mínimo exigido pela EC 29/2000, respectivamente, em 87,60%, 89,60% e 88%, nos anos de 2009, 2010 e 2011.

No ano de 2012 o índice de gastos com saúde em relação às receitas de impostos e transferências recuou e atingiu 25,34%. Todavia, em 2013 o índice de gastos em saúde atingiu o ápice na série do período de 2006 a 2016, com 40,70%. Esse percentual ficou em 171,33% superior ao mínimo constitucional destinado para essa finalidade. Em 2013, o índice recuou para 34,33%, porém 128,87% acima do mínimo constitucional de 15% das receitas de impostos e das transferências

Nos anos de 2015 e 2016 os gastos de saúde aumentaram e atingiram 34,53% e 38,61%. Em 2015, os recursos financeiros destinados ao financiamento da saúde ficaram acima do mínimo constitucional, em 130,20%. Já em 2016, os gastos em saúde do município de São José do Vale do Rio Preto superaram o mínimo estabelecido na EC 29/2000 em 157,40%.

Em síntese o município de São José do Vale do Rio Preto destinou recursos próprios para o financiamento da saúde pública superior ao estabelecido na Emenda Constitucional de 29/2000, em todos os anos no período de 2006 a 2016. Vale ressaltar, que no ano onde ocorreu menor investimento em relação à arrecadação de impostos e transferências, ainda ficou 66,27% acima do mínimo Constitucional. Isto ocorreu em 2006, ou seja, o primeiro ano da série demonstrada na Figura 56.

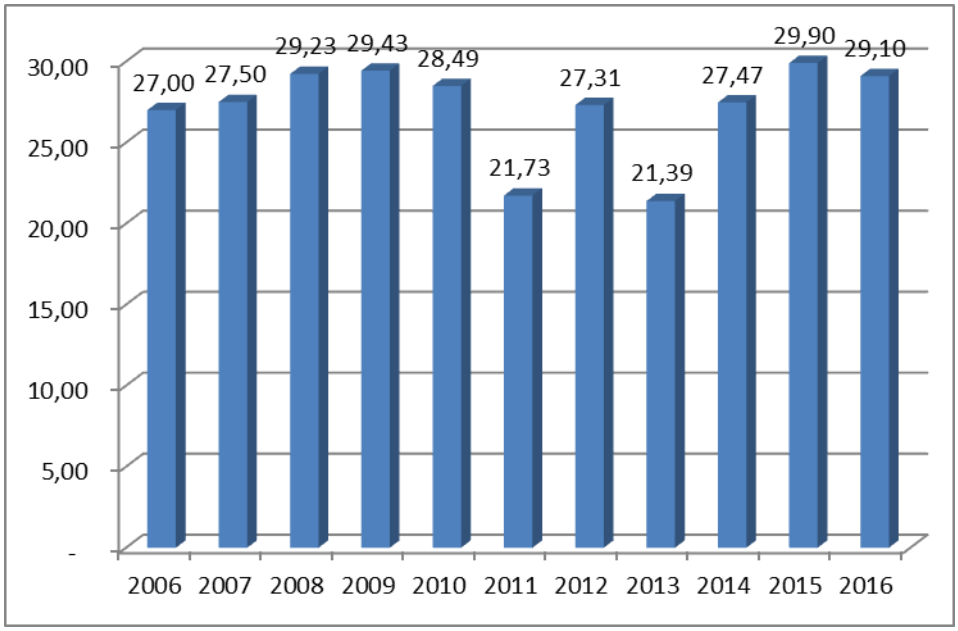
Os gastos do município de São José do Vale do Rio Preto coadunam com a posição do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde, de que os municípios estão sendo responsabilizados pelos recursos financeiros de maneira injusta após a instituição do Pacto pela Saúde em 2006 e, consequentemente, reduzindo a participação do Governo Federal no financiamento da saúde pública no Brasil. Este cenário tende a piorar, pois está em vigor a EC 95/2016 que estabeleceu o teto dos gastos por 20 anos, ou seja, em até 2036. O que mais surpreende é que o Governo Federal trata a questão como se fosse um ato imaginário dos gestores municipais. Assim, entende-se que umas das poucas opções que restaram aos gestores municipais é a de investir na qualidade dos gastos públicos da saúde.

Gastos com a Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino no Município de São José do Vale do Rio Preto

Esse tópico do estudo financeiro demonstra as despesas com educação no município de São José do Vale do Rio Preto, pois, segundo o texto Constitucional, no seu artigo 212, a União, os estados, Distrito Federal e os municípios deverão dispensar, anualmente, no mínimo em 18% das receitas e transferências para a manutenção e o desenvolvimento do ensino. O dispositivo constitucional versa que o percentual que os estados, Distrito Federal e os municípios devem destinar para essa finalidade é de 25% do total das receitas de impostos e das transferências para a manutenção e o desenvolvimento da educação.

Nessas circunstâncias, por meio da Figura 57, demonstra-se a evolução percentual dos recursos aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, no município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 2006 a 2016. Estes gastos, de forma geral, referem-se aos destinados à educação infantil, ao ensino fundamental, à educação de jovens e adultos, à educação especial, às contribuições ao FUNDEB e demais gastos inerentes à educação. Observa-se que nesse estudo, para calcular os índices, foram utilizados os valores totais, ou seja, sintetizados, que o município de São José do Vale do Rio Preto destinou para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Figura 57 - Evolução do Índice de Gastos com Educação, no Período de 2006 a 2016, no Município de São José do Vale do Rio Preto.



Fonte: TCE-RJ (2017) e Prefeitura do Município de São José do Vale do Rio Preto (2017). Valores em porcentagens.

Os recursos financeiros destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino pelo município de São José do Vale do Rio Preto, no ano de 2016 foram na ordem de 27% do total dos impostos e transferências arrecadas. Essa destinação significa que o Município em tela destinou, em 2006, 8% superior ao mínimo estabelecido no texto constitucional. No ano de 2007, esses recursos em relação à base de cálculo foram incrementados em 0,5 ponto percentual e atingiram 27,50%, o que significou gasto de 10% superior do mínimo estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal de 1988, que é de 25%.

Seguindo a tendência de alta, em 2008 e 2009, os índices de gastos com ensino pelo município de São José do Vale do Rio Preto chegaram, respectivamente, a 29,23% e 29,43%. Estes índices superaram o mínimo constitucional, em 16,92% e 17,72% nos anos de 2008 e 2009, respectivamente. No biênio seguinte os índices de gastos com pessoal recuaram e foram destinados para a manutenção e desenvolvimento do ensino 28,49% e 21,73% sobre a base de cálculo estabelecida na Constituição Federal. Em 2010, o índice ficou em 13,96%, acima do mínimo determinado, todavia, em 2011 ficou inferior ao estipulado na Constituição, a uma taxa de 13,08%. No ano de 2012, os gastos com ensino pelo município de São José do Vale do Rio Preto foram de 27,31% da arrecadação dos impostos e das transferências, ou seja, superou o

mínimo estipulado em 9,24%. Entretanto, no ano seguinte, ou seja, em 2013, a destinação de recursos financeiros para a manutenção e desenvolvimento do ensino no município de São José do Vale do Rio Preto sofreu retração e ficou em 21,39% do total das receitas oriundas dos impostos e das transferências, que desta forma, ficou abaixo do mínimo definido no artigo 212 da Constituição Federal em 14,44%. Mas, no biênio 2014-2015 apresentou variações positivas no índice e ficaram em 27,47% e 29,90% sobre a base de cálculo. Em 2014 e 2015 os valores ficaram acima do mínimo exigido, respectivamente, em 9,88% e 19,60% dos 25% fixados no texto Constitucional. E, por fim, no ano de 2016, os valores destinados para a manutenção e desenvolvimento do ensino no município de São José do Vale do Rio Preto superaram o mínimo estabelecido no artigo 212 do texto Constitucional em 16,40% e fecharam o ano em 29,10% do total das receitas oriundas dos impostos e das transferências.

Os dados da Figura 57 demonstram que nos anos de 2011 e 2013 o valor mínimo das receitas oriundas dos impostos e das transferências, que formam a base de cálculo para a destinação de recursos financeiros que são destinados para a manutenção e desenvolvimento do ensino pelo município de São José do Vale do Rio Preto, não foram obedecidos. Porém, no período de 2006 a 2016 os índices de gastos ficaram acima do mínimo constitucional em média de 8,56% ao ano.

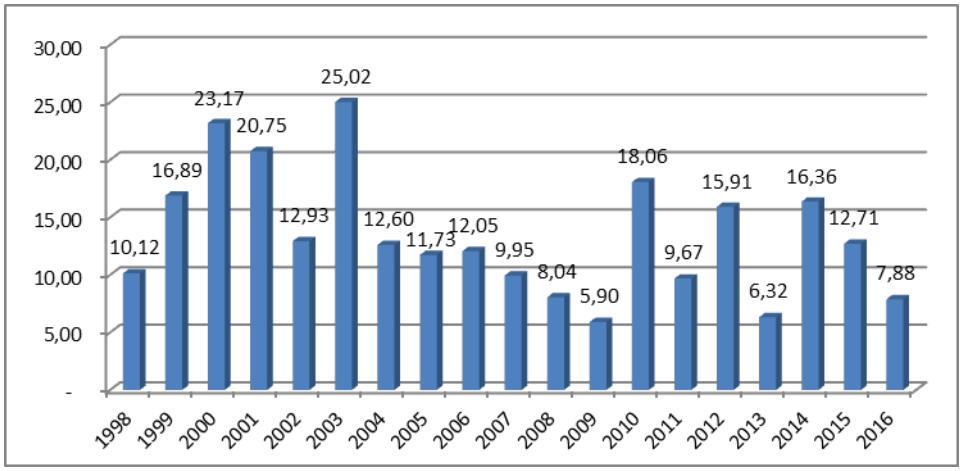
Recursos Destinados às Despesas de Capital

Nesse tópico do estudo financeiro de SJVRP, demonstra as despesas de capital no Município. Esta categoria econômica faz parte do grupo da natureza de despesas com investimentos, que são aquelas compostas por despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis, as aquisições de instalações, equipamentos e materiais permanentes. Também aparece na categoria econômica despesas de capital as inversões financeiras que são as despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização, aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não acarrete em aumento do capital, e constituição ou aumento do capital de empresas. E, por fim, as despesas referentes à amortização da dívida onde são registradas as despesas com o pagamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária (STN, 2012).

Assim, por intermédio da Figura 58, demonstra-se a evolução da participação percentual das despesas de capital no total das despesas do município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 1998 a 2016.

Observa-se que antes de proporcionalizar as despesas elas foram atualizadas pelo IPCA-E a preços de dezembro de 2016.

Figura 58 - Evolução da Participação Percentual das Despesas de Capital no Total das Despesas do Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de 1998 a 2016.



Fonte: STN (2014). TCE-RJ (2017). Prefeitura do Município de São José do Vale do Rio Preto (2017). Valores em porcentagens.

As despesas de capital no ano de 1998 representaram 10,12% do total das despesas do município de São José do Vale do Rio Preto. No ano seguinte a participação percentual destas despesas passou a configurar em 16,89% do total das despesas, o que correspondeu à variação positiva de 66,95% em relação ao ano de 1998. A participação das despesas de capital continuou subindo até o ano 2000 e atingiu 23,17% do total das despesas no município de São José do Vale do Rio Preto. Contudo, no biênio seguinte a participação destas despesas sofreram retrações de 10,46% e 37,69%, respectivamente, em 2001 e 2002, e ficaram em 20,75% e 12,93%. Em 2003, aconteceu forte aumento e atingiu o ápice do período compreendido entre os nos de 1998 a 2016, com 25,02% do total das despesas. Isto correspondeu a aumento de 93,50% em relação ao ano de 2002. No entanto, no biênio subsequente as participações das despesas de capital, do município de São José do Vale do Rio Preto, recuaram-se para 12,60% e 11,73% do total das despesas do Município. Em 2006, a participação das despesas de capital voltou a variar positivamente em 2,73% e ficou em 12,05%. Novamente, as participações das despesas de capital voltaram a sofrer retrações no triênio 2007-2009 e chegaram a 9,95%, 8,04% e 5,90% respectivamente nos anos de 2007, 2008 e 2009.

Vale ressaltar, que no ano de 2009, o Município em tela, apresentou o menor nível das despesas de capital no período de 1998 e 2016. Todavia, em

2010 a participação das despesas de capital voltou a patamares de 2004 e foi responsável por 18,06% do total dos dispêndios do município de São José do Vale do Rio Preto. Este aumento correspondeu à variação positiva, em relação ao ano de 2009, de 206,12%. Porém, em 2011, outra vez, sofreu recuo de 46,45% na participação das despesas de capital, comparativamente, ao ano de 2011 e ficou em 9,67%. Em 2012, voltou a recuperar e atingiu 15,91% do total das despesas. Em 2013 as despesas de capital foram responsáveis por apenas 6,32% do total dos gastos realizados pelo município de São José do Vale do Rio Preto. Isto significa variação negativa de 60,27% em relação ao ano de 2012. Em 2014, a participação das despesas de capital variou 158,80% em relação ao ano de 2013 e alcançou 16,36%. Porém, em 2015 e 2016 as participações das despesas de capital sofreram retrações e ficaram em 12,71% e 7,88%, respectivamente.

Em suma as informações demonstradas na Figura 58 permitem aferir que no período de 1998 a 2016 a média anual das despesas de capital, do município de São José do Vale do Rio Preto, ficou em 13,48% do total das despesas, ou seja, da soma das despesas correntes e das despesas de capital. Este percentual das despesas de capital não é ruim, comparativamente com a maioria dos municípios do Brasil. Todavia, se instituir uma gestão de custos, de forma rígida, principalmente, nas atividades relacionadas à saúde e à educação poderá permitir que o governo municipal ultrapasse os 15% do total das despesas, com despesas de capital de forma perene. Também, com uma gestão de pessoal mais eficiente, buscando maximizar a utilidade da mão de obra do servidor, com recolocação de atividades a fim de reduzir, por exemplo, pagamentos de horas extras. O Município poderá, também, implantar o sistema de gerenciamento matricial de despesas que auxilia na redução dos custos de energia, água, merenda escolar, dentre outras.

Com essas economias, SJVRP poderá melhorar a estrutura física da educação, da saúde e da malha viária do município, dentre outras.

Com relação às atividades relacionadas à educação, poderá o Município investir em ferramentas modernas, como quadros interativos, computadores para os alunos, carteiras escolares com rígido controle técnico e ergométrico que maximize a qualidade de vida dos alunos e dos educadores, pois, como lembraram Bergmiller, Souza e Brandão (1999), o mobiliário escolar é um elemento de apoio ao processo de ensino que gera externalidade positiva proporcionado conforto físico e psicológico do aluno e consequentemente influencia no rendimento de aprendizagem de forma direta.

Com relação à saúde, o Município poderá melhorar as instalações e os imobilizados, com aparelhos modernos, que auxiliem os profissionais de saúde

nos diagnósticos céleres e precisos. Isto acarretará ganhos aos usuários do sistema e, consequentemente, melhorar os indicadores de saúde do município de São José do Vale do Rio Preto.

Comportamento das Receitas *Per Capita* dos Impostos do Município de São José do Vale do Rio Preto com os Demais Municípios da Microrregião Serrana, Após o Início da Crise Econômica

Nesse tópico faz-se a avaliação comparativa entre o município de São José do Vale do Rio Preto e os demais municípios da Microrregião Serrana do estado do Rio de Janeiro, com relação os impactos da crise econômica que atinge o Brasil, desde meados do ano de 2014, na arrecadação *per capita* dos impostos. Para alcançar este objetivo utilizou-se o modelo econométrico de Diferenças em Diferenças com Ajustes de Poligonais, conforme empregado por Nascimento (2008) para medir guerra fiscal dos estados brasileiros. Foi utilizada a base de dados contábeis disponibilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por intermédio dos Dados Contábeis dos Municípios - Finanças do Brasil (FINBRA), do Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios (SISTN), do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e dos balanços orçamentários disponibilizados nas páginas oficiais dos municípios. Observa-se que as informações em reais foram atualizadas pelo IPCA-E a valores de 12/2016.

Para mensurar os resultados, foi adotado o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), através do modelo econométrico de Diferenças em Diferenças com Ajustes de Poligonais. Este modelo é o de Diferença em Diferenças, todavia, com Ajustes de Poligonais. Gujarati (2006) afirma que o método dos mínimos quadrados ordinários (MQO) possui propriedades estocásticas muito atraentes que o tornam um dos métodos de análise de regressão mais poderosos e difundidos.

Observa-se que o modelo de Diferença em Diferença foi exposto por Wooldridge (2001) que utiliza variáveis binárias, com Ajuste de Poligonais especificados em Hoffmann (2006). A utilização do modelo de regressão linear múltipla de Diferenças em Diferenças com Ajuste de Poligonais fez-se necessário para detectar mudanças e tendências das variáveis entre os dois períodos, 2000 a 2014 e de 2015 a 2016 e entre os dois grupos analisados: controle e tratamento.

O modelo de regressão linear múltiplo, conforme utilizado por Nascimento (2008), Santos (2014), Santos e Nascimento (2015), Santos,

Nascimento e Moura (2016), Santos, Bacchi e Nascimento (2016), Santos e Cremonez (2017), Santos, Nascimento e Santini (2017), Santos e Nascimento (2017), Santos, André e Nascimento (2017), dentre ostros, é representado pela equação (1) a seguir:

$$Y_i = \alpha_0 + \beta_0 T + \varphi_0 P_i(T - \Theta) + \alpha_1 L_i + \beta_1 (T \times L) + \varphi_1 P_i (T - \Theta) L_i + \mu_i \quad (1)$$

Em que:

Y_i : é a participação percentual *per capita* da arrecadação de impostos entre os municípios pertencentes à microrregião de Serrana;

P_i : representa a binária que é igual à zero no primeiro período e igual a um no segundo;

T_i : é uma variável de tendência;

Θ : mostra a abscissa do vértice, que neste modelo é o ano que delimita o período anterior (2000-2014) e o posterior (2015-2016). Então, Θ é igual a 2014;

L_i : representa a binária definida como zero para o grupo de controle (São José do Vale do Rio Preto) e um para o grupo de tratamento (Petrópolis e Teresópolis de forma separada);

$\alpha_0, \alpha_1, \beta_0, \beta_1, \varphi_0$ e $\varphi 1$: são os coeficientes;

μ_i : representa o erro aleatório;

i : indica um determinado ano.

O valor esperado de Y_i nas quatro situações distintas será indicado por Y^*_{kh}, com h indicando o período inicial (h = 0) ou final (h = 1) e k indicando o grupo de controle (k = 0) ou o grupo de tratamento (k = 1). Verifica-se que:

a) Valor esperado de Y_i antes da crise econômica no grupo de controle: $Y^*_{00} = E(Y_i \mid T_i = 0, P(T - \Theta)_i = 0) = \alpha_0$;

b) Valor esperado de Y_i no período após a crise econômica no grupo de controle: $Y_{01}^{*} = E(Y_i \mid L_i = 0, P(T-\Theta)_i = 1) = \alpha_0 + \varphi_0$;

c) Valor esperado de Y_i antes da crise econômica no grupo de tratamento: $Y_{10}^{*} = E(Y_i \mid L_i = 1, T_i = 0) = \alpha + \beta_0$;

d) Valor esperado de Y_i após a crise econômica para o grupo de tratamento: $Y_{11}^{*} = E(Y_i \mid S_i = 1, P_i = 1) = \alpha_0, \alpha_1, \beta_0, \beta_1, \varphi_0$ e φ_1.

Nesse modelo verifica-se que o crescimento anual do valor esperado de Y_i é igual a:

a) α_0: media do crescimento anual da participação percentual *per capita* das receitas originadas dos impostos dos dois grupos (controle e tratamento);

b) β_0: no grupo de controle, antes da mudança estrutural;

c) $\beta_0 + \varphi_0$: no grupo de controle, após a mudança estrutural;

d) $\beta_0 + \beta_1$: no grupo de tratamento, antes da mudança estrutural;

e) $\beta_0 + \varphi_0 + \beta_1 + \varphi_1$: no grupo de tratamento, após a mudança estrutural.

Para este estudo, foram utilizados apenas os coeficientes φ_0 e φ_1, respectivamente, das variáveis $P_i(T-\Theta)$ e $P_i(T-\Theta)L_i$. O coeficiente φ_0 mede a taxa média anual da participação *per capita* das receitas de impostos do grupo de tratamento e de controle, no segundo período, ou seja, se houve mudança de comportamento nos dois grupos (controle e tratamento), no período compreendido após 2014, conforme utilizados por Santos e Cremonez (2017), para medir os impactos da LRF na arrecadação do ITBI nos municípios brasileiros. O parâmetro φ_1, estima a diferença na taxa média anual de crescimento o grupo de controle, no segundo período, ou seja, após a crise econômica em relação ao grupo de tratamento, conforme demonstrado por Santos (2014). Entretanto, para aferir os resultados, de acordo com os objetivos da pesquisa é necessário montar o modelo econométrico com todas as variáveis da equação 1.

Observa-se que no diagnóstico do coeficiente do modelo sempre que for mencionada taxa média, trata-se de uma taxa aritmética de variação e não da taxa geométrica. Para o parâmetro φ_1, observa-se que se o sinal for negativo significa que o grupo de controle, neste caso, o município de São José do Vale do Rio Preto, aumentou sua arrecadação de impostos, no período de 2015 a 2016. Por outro lado, se o sinal do coeficiente for positivo significa que o grupo de tratamento (Petrópolis e Teresópolis) aumentaram suas arrecadações de impostos após a crise econômica. Já para o coeficiente φ_0, se o sinal for positivo significa que o grupo de controle e o grupo de tratamento, conjuntamente, aumentaram suas receitas de origens dos impostos, após, a crise econômica. E se o sinal for negativo significa que o grupo de controle e o grupo de tratamento sofreram retrações na arrecadação de impostos após a crise econômica (SANTOS; BACCHI; NASCIMENTO, 2016).

Assim, neste contexto, a Tabela 77 exibe os coeficientes das regressões do município de São José do Vale do Rio Preto em relação aos demais municípios da Microrregião Serrana do estado do Rio de Janeiro, no período de 2000 a 2016, conforme metodologia demonstrada anteriormente.

Tabela 77 - Coeficientes das Regressões do Município de São José do Vale do Rio Preto, em Relação aos Demais Municípios da Microrregião Serrana, no Período de 2000 a 2016.

Municípios	φ_0	Valor-*p*	φ_1	Valor-*p*
Petrópolis	-1,47	0,09	3,06	0,01
Teresópolis	-0,47	0,55*	1,01	0,37*

Fonte: Elaborado pela Consultoria.*Não estatisticamente significativo ao nível de 5% e 10%.

Os dados apresentados na Tabela 77 demostraram que os dois estimadores referentes à regressão entre o município de São José do Vale do Rio Preto e município de Teresópolis não restaram ser estatisticamente significativos ao nível de 0,10%. Todavia, o sinal do coeficiente φ_0 demostrou que existe uma tendência de retração nas receitas oriundas de impostos conjuntamente entre o município de São José do Vale do Rio Preto e o município de Teresópolis após o ano de 2014. O mesmo aconteceu com o estimador coeficiente φ_1 que demonstrou tendência de redução da participação das receitas *per capita* dos impostos do município de São José do Vale do Rio Preto em relação ao município de Teresópolis. Em outras palavras o sinal do estimador demonstra que existem evidências que o município de Teresópolis foi mais eficiente na arrecadação *per capita* dos impostos após o inicio da crise econômica que atingiu o país em meados de 2014. Porém, os resultados das

regressões entre o município de São José do Vale do Rio Preto e o município de Teresópolis, não restaram ser significativos ao nível de 5% e 10%. Entretanto, com significância estatística ao nível de até 10% permite inferir que os municípios de São José do Vale do Rio Preto e de Petrópolis, conjuntamente, sofreram retrações no que tange à arrecadação *per capita* dos impostos após o ano de 2014, com uma taxa média de 1,47% ao ano. Também, é possível concluir que o município de Petrópolis após o ano de 2014, ou seja, após o início da crise econômica, um desempenho melhor na arrecadação *per capita* dos impostos comparado ao município de São José do Vale do Rio Preto a uma média anual de 3,06%.

Limites de Endividamento

Outro aspecto relevante para análise da capacidade econômico financeira são os limites de endividamento o que poderá possibilitar a assunção de dívidas provenientes de operações de créditos, recursos estes que poderão ser direcionados a realização de investimentos.

A Resolução nº 40/2001 do Senado Federal dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em atendimento ao disposto no artigo 52, VI[26] e IX[27], da Constituição Federal.

Neste sentido o artigo 3º da Resolução 40/2001 versa que a dívida consolidada líquida dos estados, do Distrito Federal e dos municípios ao final do 15º exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de publicação da Resolução, não poderá exceder, respectivamente: aos estados e Distrito Federal 2 vezes a receita corrente líquida, definida na forma do artigo 2º; no caso dos municípios a 1,2 vezes a receita corrente líquida definidas na forma do artigo 2º. O art. 2º da Resolução 40/2001 define como receita corrente líquida, o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas[28].

26 Compete privativamente ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados e dos municípios.

27 Compete privativamente ao Senado Federal estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

28 Deduzidas nos Estados as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional; e nos estados e municípios, a contribuição dos servidores para custeio do respectivo sistema de custeio, bem como as receitas provenientes da compensação financeira prevista no §9º do art. 201 da Constituição Federal, conforme estabelecido nos incisos I e II do artigo 2º da Resolução 40/2001.

A Tabela 78 demonstra a dívida líquida consolidada do município de São José do Vale do Rio Preto, em dezembro de 2016, o limite de 120% estabelecido na resolução 40/2001.

Tabela 78 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida em 31/12/2016, no Município de São José do Vale do Rio Preto.

Posição em	Valores em R$
Dezembro de 2016	4.041.868,00
Receita Corrente Líquida	58.118.377,80
Limite Resolução 40/2001	69.742.053,36

Fonte: TCE-RJ (2017) e Prefeitura do Município de São José do Vale do Rio Preto (2017).

A posição da dívida consolidada líquida do município de São José do Vale do Rio Preto, em dezembro de 2016, correspondeu o montante de R$ 4.041.868,00. Assim, visto que o limite fixado na Resolução 40/2001, de 120% do total das receitas correntes líquidas, o município em tela suportaria uma dívida consolidada até R$ 69.742.053,36. A dívida líquida consolidada correspondeu a 6,95% do total do total das receitas correntes líquidas do município de São José do Vale do Rio Preto, em 31 de dezembro de 2016.

Cabe ressaltar que o Município tem uma dívida contratual originária de contribuições sociais no montante de R$ 7.216.288,60. Este valor sofreu variações positivas de 1,31% comparado ao ano anterior que equivale ao acréscimo de R$ 93.246,40. Todavia, no que se refere aos limites estabelecidos na Resolução 40/2001, *ceteris paribus*, vislumbra-se cenário confortável para o município São José do Vale do Rio Preto contrair novos financiamentos.

Operações de Créditos Realizadas

Neste tópico avalia-se o comprometimento da receita corrente líquida com as operações de créditos, conforme estabelecido no artigo 7º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal que versa sobre as operações de créditos internas e externas dos estados, do Distrito Federal, dos municípios. Estes entes da federação deverão se atentar, dentre outras, que o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% da receita corrente líquida prevista no artigo 4º.

O artigo 4º da Resolução 43/2001 ratifica a definição do artigo 2º incisos I e II da Resolução 40/2001 no que tange a definição das receitas correntes líquidas:

> Art. 4º Entende-se por receita corrente líquida, para os efeitos desta Resolução, o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:
>
> I - nos estados, as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional;
>
> II - nos estados e nos municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos 11 meses anteriores, excluídas as duplicidades, conforme previsto no §3º do artigo 4º, redação dada pela Resolução nº 3 de 02 de abril de 2002[29].

Nesse contexto a Tabela 79 demonstra a situação das operações de créditos realizada pelo município de São José do Vale do Rio Preto, no período de janeiro a dezembro de 2016 e os limites de operações em conformidade com a Resolução 43/2001 do Senado Federal.

Tabela 79 - Operações de Créditos Realizadas pelo Município de São José do Vale do Rio Preto, no Período de Janeiro a Dezembro de 2016.

Descrição	Valores em R$
Receita Corrente Líquida	58.118.377,80
Limite da Operação de Crédito Interna e Externa	9.298.940,45
Operação de Crédito Interna e Externa - Realizada	0,00

Fonte: TCE-RJ (2017) e Prefeitura do Município de São José do Vale do Rio Preto (2017).

A Tabela 79 exibe que, no período avaliado, o município de São José do Vale do Rio Preto não realizou operações de crédito[30] e que o limite de 16% estabelecido na Resolução 43/2001 para essa finalidade corresponde ao montante de R$ 9.298.950,45. Dessa forma, o Município em tela possui boa margem para realizar operações de créditos interna e externa.

29 Altera a redação dos artigos 4º, §§ 3º e 4º, 5º, V, 9º, 13, caput e § 3º 15, 16, 18, § 2º, 21 e 23; bem como revoga os artigos 8º e 43, todos da Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal.
30 Interna e Externa.

Comprometimento Anual no Pagamento de Juros, Amortizações e Demais Encargos, Conforme Resolução nº 43/2001

O inciso II do artigo 7º da Resolução 43/2001 versa sobre os limites de 11,5% da receita corrente líquida no comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada inclusive relativa a valores a desembolsar de operações de créditos já contratadas e a contratar. Para efeito de atendimento ao disposto no inciso II do *caput* do artigo 7º, o cálculo do comprometimento anual com amortizações e encargos será feito pela média anual da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano.

São excluídas dos limites de que trata o *caput* do artigo 7 º da Resolução 43/2001 as operações de créditos inerentes às contratadas pelos estados e pelos municípios com a União, organismos multilaterais de crédito ou instituições oficiais federais de crédito ou de fomento, com a finalidade de financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal; contratadas no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (RELUZ), estabelecido com base na Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000; contratadas diretamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ou com seus agentes financeiros credenciados, no âmbito do programa de empréstimo aos estados e ao Distrito Federal de que trata o artigo 9 da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Nesse contexto, a Tabela 80 expõe o valor limite de comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, de 11,5% conforme estabelecido pela Resolução 43/2001 do Senado Federal e o valor efetivo destinado para essa finalidade.

Tabela 80 - Limites e Comprometimento Anual com Amortização, Juros, e Demais Encargos da Dívidas, Posição em 31 de Dezembro de 2016.

Descrição	Valores em R$
Receita Corrente Líquida	58.118.377,80
Compr. com Amort., Juros e Enc. da Dívida Consolidada - 31/12/2016	295.493,20
Limite de Compr. Amort., Juros e Enc. da Dívida Consolidada	6.683.613,45

Fonte: TCE-RJ (2017) e Prefeitura do Município de São José do Vale do Rio Preto (2017).

O município de São José do Vale do Rio Preto empenhou R$ 295.493,20 no ano de 2016 para amortização da dívida, porém, não destinou valores

referentes aos juros e outros encargos da dívida, conforme demonstrado no balanço das despesas. O Município suportaria destinar para amortização da dívida e também para demais encargos da dívida o montante de R$ 6.683.613,45, no ano de 2016, ou seja, 11,5% do total das receitas correntes líquidas.

Diante do exposto, o município de São José do Vale do Rio Preto possui ampla margem para comprometimento das receitas correntes líquidas com amortizações, juros e demais encargos da dívida, sem ultrapassar os limites previstos na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

Garantias e Contragarantias Conforme Resolução 43/2001

O art. 9º da Resolução 43/2001 aborda sobre as garantias concedidas pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios não poderá exceder a 22% da receita corrente líquida na forma do artigo 4º. Esse limite pode ser elevado a 32% da receita corrente líquida, desde que, cumulativamente, quando aplicável, o garantidor não tenha sido chamado a honrar, nos últimos 24 meses, a contar do mês da análise, quaisquer garantias anteriormente prestadas; esteja cumprindo os limites de despesas com pessoal previsto na LRF; e esteja cumprido o Programa de Ajuste Fiscal acordado com a União nos termos da Lei nº 9.496/1997[31].

Assim, a Tabela 81 mostra os limites para garantias em relação às receitas correntes líquidas e as concessões de garantia e contragarantias realizada pelo município de São José do Vale do Preto, no período de janeiro a dezembro de 2016.

Tabela 81 - Limites para Garantias no Período de Janeiro a Dezembro de 2016.

Descrição	Valores em R$
Receita Corrente Líquida	58.118.377,80
Limite Definido pela Resolução 43/2001 - 22%	12.786.043,12
Garantias	0,00
Contragarantias	0,00
% do Total das Garantias Sobre as Receitas Correntes Líquidas	0,00

Fonte: TCE-RJ (2017) e Prefeitura do Município de São José do Vale do Rio Preto (2017).

Visto que o município de São José do vale do Rio Preto não concedeu garantias e contragarantias no período analisado e que o limite definido na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 22%, podendo chegar a 32% em

31 Dispõe sobre critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que específica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

alguns os casos enumerados no primeiro parágrafo deste tópico, o município de São José do Vale do Rio Preto tem elementos financeiros para contrair dívidas junto às instituições de fomento, avaliando, isoladamente os limites de garantias e contragarantias realizadas em 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

A economia do município de São José do Vale do Rio Preto é pautada no setor de serviços, mas conta com importante participação do setor agropecuário no total do VAB. Assim, o VAB-A no período de 1999 a 2014 sofreu uma variação positiva de 205,36%. Com relação ao VAB-I também foi anotada variação positiva no mesmo período, todavia, em patamar muito inferior comparada ao VAB-A e ficou com um crescimento de 23,61%. Já, o VAB-S, que correspondeu, em 2014, por 71,73% do total do VAB do município de São José do Vale do Rio Preto, entre os anos de 1999 e 2014 cresceu a uma taxa de 63,44%. O estudo econômico e financeiro do Município permitiu ainda visualizar que ocorreram reduções nas participações percentuais dos setores de serviços e industrial no total do VAB, entre os anos de 1999 e 2014. Por outro lado, ocorreu significativo incremento na participação do setor agropecuário na participação percentual do VAB do município de São José do Vale do Rio Preto.

Já o PIB do Município em tela cresceu entre os anos de 1999 a 2014 a uma taxa de 82,76%. O desempenho do PIB de São José do Vale do Rio Preto apresentou retração, no ano de 2014, enquanto que o PIB brasileiro ficou praticamente estável com variação positiva de 0,1%.

Com relação ao número de pessoas ocupadas, pessoas assalariadas e seus rendimentos, o estudo demonstrou que o município de São José do Vale do Rio Preto possui excelentes indicadores, apesar do grupo de trabalhadores em regime assalariado ter perdido espaço no montante de rendimentos pagos no Município entre os anos de 2006 e 2015.

O estudo também identificou queda no número de alunos e de professores das escolas públicas, seja de instituição do municipal ou estadual e aumentos de alunos e de professores na rede privada de ensino. Isso permite concluir que o Município pode realizar cortes nas despesas correntes destinadas ao financiamento da educação, dentro do limite previsto no artigo 212 da Constituição Federal e remanejar para despesas de capital, mais especificamente, para despesas com investimentos.

No que tange ao comportamento das receitas é possível concluir que a crise econômica afetou duramente o município de São José do Vale do Rio Preto, com retração de 13,13% entre os anos de 2012 e 2016.

O estudo também permitiu avaliar que o Município é extremamente dependente dos recursos oriundos das transferências correntes. Porém, com relação às receitas de capital isto não acontece.

As receitas projetadas, com base na previsão de crescimento econômico do Governo Federal, não irão se recuperar nos próximos cinco anos no mesmo patamar das receitas auferidas no ano de 2013. Isso ocorrerá mesmo que a meta de crescimento das receitas seja realizada de forma otimista, considerando, por exemplo, as receitas de capital que não foram realizadas no período de 2012 a 2016.

No que se concerne às despesas com pessoal, entre os anos de 2006 e 2015, o Município ultrapassou o limite legal em apenas um ano, ou seja, em 2016. Em cinco oportunidades extrapolou também o limite prudencial no que tange os gastos com pessoal.

Desde o ano de 2014 que o limite de gastos com pessoal não está respeitando o índice fixado pela LRF no que se refere ao limite prudencial. E, por fim, quanto ao limite de alerta previsto na LRF foi excedido em oito exercícios financeiros seguidos, ou seja, entre os anos de 2009 e 2016.

Em suma, o Município não está conseguindo ser eficiente no que tange a deixar as despesas dentro dos limites previstos na LRF. Isso se agravou, logicamente, pela queda das receitas correntes que afetou o município de São José do Vale do Rio Preto, desde o início da crise econômica que arruína o País.

Para deixar os gastos com pessoal dentro dos limites previstos na LRF o Município poderá restringir a possibilidade de realização de horas extras, distribuindo os servidores de forma que permita a maximização da utilidade do seu trabalho. Nesse sentido, poderá ainda efetivar mudanças no funcionamento das repartições públicas como atendimento em apenas um turno, com exceção dos serviços essenciais.

O município tem destinado para o financiamento da saúde muito acima do mínimo previsto no texto Constitucional, inserido pela EC 29/2000. Observa-se que desde 2013 que São Jose do Vale do Rio Preto tem destinado para o financiamento da saúde pública mais do dobro do mínimo legal. O ano que ocorreu menos destinação foi em 2006 com 24,94% do total dos impostos e transferências. Mesmo assim, a destinação do financiamento da saúde pelo Município ficou em 66,26% superior ao mínimo estabelecido na EC/2000. No

ano de 2013, esses valores superaram o mínimo constitucional em 171,33%. Em um cenário, como defende o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (2015), onde está ocorrendo aumento das onerações dos municípios na participação do financiamento tripartite da saúde pública no Brasil, uma das poucas opções que restaram aos gestores municipais é a de investir na qualidade dos gastos públicos da saúde.

Com relação aos valores destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, entre os anos de 2006 e 2016, em duas oportunidades o município de São José do Vale do Rio Preto não destinou o mínimo fixado no artigo 212 do texto constitucional. Estes anos foram 2011 e 2013, onde os percentuais designados para essa finalidade atingiram, respectivamente, apenas 21,73% e 21,39%, do total dos impostos e das transferências. Porém, no período de 2006 a 2016 os índices de gastos ficaram acima do mínimo constitucional, com média anual de 8,56%. Apesar da redução do número de professores e de alunos matriculados na pré-escola e no ensino fundamental, o percentual destinado à manutenção e ao desenvolvimento do ensino no município de São José do Vale do Rio Preto em relação às receitas oriundas dos impostos e transferências está se mantendo alto.

Com relação às despesas de capital do município de São José do Vale do Rio Preto, no período de 1998 a 2016, apresentaram oscilações. A participação mínima ocorreu em 2009, com apenas 5,90% do total dos gastos empenhados pela Prefeitura de São José do Vale do Rio Preto destinados às despesas de capital. No período avaliado neste estudo, conforme demonstrado na Figura 58, em seis ocasiões os percentuais das despesas de capital ficaram abaixo dos 10% do total das despesas. Observa-se que esses seis anos foram registrados no período de 2007 a 2016. As despesas de capital ficaram abaixo dos 15% em doze exercícios financeiros no período de 1998 a 2016, ou seja, houve pouca destinação para investimentos pelo município de São José do Vale do Rio Preto.

Para aumentar essa participação no total das despesas, o Executivo Municipal deve tomar algumas medidas de contenção de custos que possibilite transferências de recursos das despesas correntes para as despesas de capital. Outra forma de aumentar as despesas de capital é buscar recursos financeiros oriundos de emendas parlamentares. O Município ainda poderá tomar a decisão de aumento de impostos, como a alterações de alíquotas concernentes ao ISSQN, revisão frequente da Planta Genérica de Valores (PGV), que reflete na base de cálculo do IPTU e do ITBI. Poderá ainda alterar a alíquota referente ao ITBI, principalmente àqueles imóveis que são adquiridos através de financiamento do sistema de financeiro de habitação. Dessa forma, conseguirá

direcionar mais recursos para os investimentos e, consequentemente, contribuir com o desenvolvimento do Município.

Quando se avalia o comportamento das receitas *per capita* oriundas dos impostos do município de São José do Vale do Rio Preto, comparativamente aos municípios de Petrópolis e Teresópolis, após a crise econômica, o estudo demonstrou que São José do Vale do Rio Preto em conjunto com o município de Petrópolis reduziram suas receitas *per capita* de origem dos impostos. Porém, o município de Petrópolis apresentou desempenho melhor comparativamente ao município de São José do Vale do Rio Preto após o período de crise.

Com relação ao município de Teresópolis não é possível afirmar, pois, não existe significância estatística. Entretanto, possui evidência que as receitas *per capita* dos impostos nos municípios de São José do Vale do Rio Preto, conjuntamente com o município de Teresópolis, sofreram retrações após 2014. Comparando o desempenho entre os dois municípios também existem evidências que o município de Teresópolis superou São José do Vale do Rio Preto após o início da crise econômica.

No que se refere a dívida consolidada líquida, o município de São José do Vale do Rio Preto correspondeu, em 31 de dezembro de 2016, a 6,95% do total das receitas correntes líquidas. Dessa forma, possui ampla margem para aumentar seu endividamento sem atingir o máximo estabelecido na Resolução 40/2001 do Senado, fixada em 120% do total das receitas correntes líquidas.

Observa-se que SJVRP possui uma dívida contratual originária de contribuições sociais e que durante o exercício de 2016 sofreu variações positiva.

Com relação às operações de créditos, o Município não realizou no exercício de 2016. Dessa forma, possui ampla margem para poder realiza-las, pois a Resolução 43/2001 permite realizar operações de créditos em até 16% do total das receitas correntes líquidas.

O comprometimento dos recursos financeiros com amortização da dívida foi de apenas 0,5% e não houve registro de pagamento de juros e outros encargos. Dessa forma, SJVRP possui ampla margem para comprometimento das receitas correntes líquidas com amortizações, juros e demais encargos da dívida, sem ultrapassar os limites de 11,5% previstos na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

São José do Vale do Rio Preto também não apresentou garantias e contragarantias no exercício financeiro de 2016. Dessa forma, com relação aos

limites previstos na Resolução 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal, SJVRP está em situação muito confortável e poderá, se precisar, recorrer às instituições de fomento interna e externa para angariar recursos financeiros para o Município.

LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Após a Constituição Federal de 1988 e posteriormente a promulgação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001) novos horizontes para o planejamento urbano no Brasil foram delineados objetivando o direito da população à cidade.

A seguir são apresentadas informações a respeito da Legislação existente, no âmbito Federal, Estadual e Municipal, pertinentes ou reguladoras das questões relacionadas ao PDM, sem, contudo, tendo o escopo de esgotá-las dado a amplitude do tema e o número de atos regulatórios.

Legislação Federal

- Constituição Federal - 1988 - Artigos 182 e 183 tratam da política urbana, instituem o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e pincela sobre a função social da propriedade urbana e a desapropriação dos imóveis;
- Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257/2001 - Regulamenta os Artigos referentes à política urbana na Constituição Federal, reitera a participação da sociedade em qualquer instância na decisão de ações referentes ao planejamento e gestão urbanos além de instituir instrumentos para execução da política urbana;
- Lei do Parcelamento de Solo Urbano - Lei Federal nº 6.766/1979 - O Capítulo II - Artigo 4º, inciso II - Trata dos requisitos urbanísticos mínimos para loteamentos para fins de habitação de interesse social onde os lotes terão área mínima de 125 m² e frente mínima de 5 metros, salvo quando a legislação estadual ou municipal determinar maiores exigências ou quando o loteamento se destinar à urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes;
- Código Florestal Brasileiro - Lei Federal nº 12.651/2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis Federais nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis Federais nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida

Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001 - Trata das Áreas de Preservação Permanente especificando as áreas destinadas a reserva de mata nativa com o objetivo de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

- Lei Federal nº 9.795/1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Código Civil - Lei Federal Nº 10.406/2002 - No Título III - Da Propriedade, Capítulo IV - Da Perda de Propriedade, o Artigo 1.276 - Prevê que: "O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições". Já em relação ao imóvel rural: "§ 1º O imóvel situado na zona rural, abandonado nas mesmas circunstâncias, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade da União, onde quer que ele se localize";
- Lei Federal nº 11.124/2005 - Institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Conselho Gestor do FNHIS, visando igualar o acesso à moradia e a terra urbanizada à população de menor renda. O Decreto nº 5.796, de 06 de junho de 2006 regulamenta a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005;
- Lei Federal nº 11.445/2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.305/2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências;
- Lei Federal nº 9.433/1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.587/2012.- Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências;
- Lei Federal nº 11.771/2008 - Dispõe Sobre A Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e dá outras providências;

- Estatuto das Licitações - Lei Federal nº 8.666/1993 - No Artigo 17, na alínea "f" o texto prevê "alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública" (redação dada pela Lei nº 11.481/2007);
- Lei Federal n° 11.107/2005 - Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 6.017/2007 - Regulamenta a Lei n° 11.107/2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos;
- Lei Federal nº 11.977/ 2009 - Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências;
- Desapropriação por Utilidade Pública - Decreto-Lei Federal nº 3.365/1941 - Concede o direito de desapropriação a União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios mediante declaração de utilidade pública. No Artigo 5º, alínea "i" considera-se casos de utilidade pública: "a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais" (redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999);
- Política Nacional de Cooperativismo - Lei Federal nº 5.764/1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e reconhece as Cooperativas de Habitação;

Legislação Estadual

- Constituição do Estado do Rio de Janeiro - No seu Título IV - DA ORDEM ECONÔMICA, FINANCEIRA E DO MEIO AMBIENTE - Capítulo III - DA POLÍTICA URBANA, em seu art. 229 estabelece que a política de desenvolvimento urbano será executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tendo por objetivo ordenar o desenvolvimento das funções da cidade e garantir e melhorar a qualidade de vida dos habitantes; e em seu art. 231, estabelece que o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório para as áreas urbanas de mais de vinte mil habitantes e é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante de um processo contínuo de planejamento a ser conduzido pelos municípios,

abrangendo a totalidade dos respectivos territórios e contendo diretrizes de uso e ocupação do solo, sobre a vocação das áreas rurais, defesa dos mananciais e dos demais recursos naturais, sobre vias de circulação integradas, zoneamento, índices urbanísticos, áreas de interesse especial e social, diretrizes econômico-financeiras e administrativas. Ainda, destaca que é atribuição exclusiva dos municípios, a elaboração do plano diretor e a condução de sua posterior implementação, que é garantida a participação popular, por meio das entidades representativas, nas fases de elaboração e implementação do plano diretor, em conselhos municipais a serem definidos em lei (ano 1989);

- Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Rio de Janeiro (nº 7.412/2017) - No Capítulo II, Das Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual, prevê no artigo 2º:

> I - promover a qualidade do serviço público estadual e estimular o crescimento econômico, por meio do fomento da iniciativa privada, elevando o potencial competitivo fluminense;
>
> II - promover a organização e o desenvolvimento dos espaços urbano e rural, aprimorando a infraestrutura e os serviços públicos, melhorando a mobilidade através de estudos e técnicas de planejamento urbano, em consonância com o plano diretor de transportes, de modo que assegurem, plenamente, o direito à qualidade de vida do cidadão, por meio da diversificação e integração dos diferentes modais de transporte;
>
> III - criar condições propícias para que os cidadãos possam desenvolver suas capacidades de forma plena, promovendo a excelência e a universalização do ensino público, fomentando a inovação e a disseminação científica e tecnológica, assegurando o acesso ao lazer e ao esporte, valorizando a diversidade cultural e turística e as diferentes influências e vocações presentes no estado;
>
> IV - promover o bem estar da população, diminuindo as desigualdades e incentivando a equidade, fomentando o mercado de trabalho, com apoio da iniciativa privada, elevando a geração de emprego e renda e reduzindo os conflitos sociais com o enfrentamento pelo poder público das desigualdades sociais, raciais, de sexo, regionais e das violações de direitos;
>
> V - aprimorar a qualidade de vida da população e o fortalecimento de ações públicas preventivas, aprimorando os serviços públicos de saúde, disseminando práticas

> sustentáveis de gestão ambiental e garantindo a atuação do Estado em áreas de risco (RIO DE JANERIO, 2017).

- Lei Complementar nº 106/2003 - Institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Dispõe como atribuição do Promotor de Justiça no artigo 34:

> I. adotar todas as medidas necessárias à defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os seguintes bens, fundamentos e princípios:
>
> a) a soberania e a representatividade popular;
>
> ...
>
> i) a gestão responsável das finanças públicas;
>
> j) a seguridade social, a educação, a cultura, o desporto, a ciência, a tecnologia e a comunicação social;
>
> k) a probidade administrativa;
>
> ... (RIO DE JANEIRO, 2003).

- Decreto-lei Estadual nº 276/1975 - Dispõe sobre o Sistema de Transportes, sobre o Sistema de Trânsito e dá outras providências;
- Decreto Estadual nº 21.580/1995 - Cria, sem aumento de despesa, e vinculado á estrutura da Vice-governadoria, o Conselho de Habitação e Saneamento do Rio de Janeiro;
- Lei Estadual nº 3.239/1999 - Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos; Cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos; Regulamenta a Constituição Estadual, em seu Artigo 261, parágrafo 1º, inciso VII; e dá outras providências;
- Decreto Estadual nº 26.644/2000 - Implementa o Programa Habitar Brasil BID no Âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;
- Decreto Estadual nº 32.225/2002 - Dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, instituído pela Lei Estadual nº 3.239/1999. Segundo Art. 1º desta Lei o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (CERHI), regulamento por este Decreto, é órgão colegiado, no âmbito da Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos, integrante do Sistema Estadual de

Gerenciamento e Recursos Hídricos, com atribuições normativa, consultiva e deliberativa, concernente à gestão de Recursos Hídricos de domínio Estadual;

- Lei Estadual nº 4.191/2003 - Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências;
- Decreto Estadual nº 32.913/2003 - Dispõe sobre o Programa Habitar Brasil BID no Âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;
- Lei Estadual nº 4.962/2006 - Cria o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS) e dá outras providências.

Legislação Municipal

- Lei Orgânica do Município de São José do Vale do Rio Preto - de 05 de abril de 1990 - No seu Título IV - Da Administração Municipal, Capítulo IX - Das Políticas Municipais, Seção VI - Da Política Urbana, artigos 218 a 225 disciplina a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, que tem por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade (acesso de todos aos bens e serviços urbanos, assegurando condições de vida e moradia) e o bem-estar dos seus habitantes, em consonância com as políticas sociais e econômicas do Município. Menciona que o Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política urbana e que fixa critérios para assegurar a função social da propriedade, o uso e a ocupação, respeitada a legislação urbanística, a proteção do patrimônio ambiental natural e construído e o interesse da coletividade. Destaca ainda que o Plano Diretor deverá ser elaborado com a participação das entidades representativas da comunidade, entre outras importantes questões municipais;
- Lei nº 106/1990 - Institui o Código Tributário do Município de São José do Vale do Rio Preto;
- Lei Complementar nº 05/1992 - Institui o Código de Obras e Edificações do Município de São José do Vale do Rio Preto e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 06/1992 - Institui o Código de Posturas do Município de São José do Vale do Rio Preto;
- Lei Complementar nº 07/1992 - Introduz alterações na Lei Complementar nº 05/1992 (Código de Obras e Edificações);

- Lei nº 230/1992 - Dispõe sobe o parcelamento do solo urbano, utilizada para a aprovação de desmembramentos;
- Lei Complementar nº 16/2001 - Acrescenta parágrafo ao artigo 16 da Lei Complementar nº 05/1992 (Código de Obras e Edificações);
- Lei Complementar nº 046/2013 - Dispõe sobre a Reestruturação e a Reorganização Administrativa da Prefeitura do Município de São José do Vale do Rio Preto e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 047/2013 - Dispõe sobre o Regime Jurídico Único e o Plano de Carreira dos Servidores Públicos do Município de São José do Vale do Rio Preto;
- Lei Complementar nº 048/2014 - Introduz parágrafo único ao artigo 60 da Lei Complementar nº 05/1992 (Código de Obras e Edificações);
- Lei Municipal nº 1.836/2014 - Estabelece o Plano Plurianual (PPA) do Município de São José do Vale do Rio Preto para o período de 2014/2017;
- Lei do Orçamento Anual (LOA) nº 1.959/2016 - Estima a Receita e Fixa a despesa do Município de São José do Vale do Rio Preto para o Exercício Financeiro de 2016;
- Lei Municipal nº 1.972/2016 - Dispõe sobre o Orçamento Participativo e dá outras providências;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nº 2.001/2016 - Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2017 e dá outras providências.

Observa-se que a inexistência da Lei do PDM e demais Leis Complementares (Perímetro Urbano, Uso e Ocupação do Solo - Zoneamento Urbano, Parcelamento do Solo Urbano, Sistema Viário) em São José do Vale do Rio Preto, que disponibiliza diferentes ferramentas urbanísticas e que reafirma instrumentos legais estaduais e federais, possibilitando assim, acesso das populações mais carentes às zonas especiais de interesse social, à terra urbanizada, à infraestrutura, ao saneamento básico e aos procedimentos de regularização fundiária, dificulta ou inviabiliza a gestão e o crescimento ordenado do território municipal.

Atualmente, o Município possui apenas Código de Obras e Edificações e Código de Posturas. Entretanto, a carência e/ou ausência de fiscalização das dos procedimentos e ações administrativas, dificulta a aplicação dessas leis e, consequentemente, dificulta ainda mais o controle e o ordenamento territorial.

Com isso, verifica-se que, em muitos casos, não há a aplicação de procedimentos construtivos ou parâmetros urbanísticos específicos para a

implantação de novos loteamentos e para a produção de novas moradias e construções. São utilizados, e quando isso ocorre, padrões exigidos pelos governos federal e estadual, que nem sempre são os mais adequados à realidade de São José do Vale do Rio Preto.

É importante ressaltar que o acesso aos programas estaduais e federais para o desenvolvimento do Município está um tanto comprometido, visto que não há PDM e, consequentemente, um Plano de Ação e Investimentos (planejamento de ações no horizonte de cinco e dez anos - vigência da Lei do PDM).

Atualmente (abril, 2017), o Município possui alguns poucos convênios com o Estado e com a União, com o intuito de incrementar recursos e qualificar a prestação de alguns serviços públicos. É o caso do Convênio Federal - Patrulha Mecanizada e dos três Convênios Estaduais com a Secretaria Somando Forças (Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, 2017).

Mesmo assim, o Município se empenha na busca por recursos para a construção de moradias de interesse social, de infraestrutura e de saneamento básico necessários e para a prestação de serviços públicos adequados à população, nem sempre obtendo sucesso.

Cabe destacar que há significativa dificuldade por parte dos servidores do poder público municipal de São José do Vale do Rio Preto em intervir na questão urbana com a eficiência necessária, muitas vezes gerada pelos próprios empreendedores locais e pelos profissionais da construção civil.

Aplicar regras de disciplinamento territorial/urbano, como o PDM, tem sido o maior desafio para os municípios, principalmente para aqueles de médio e pequeno porte. Isso porque estes municípios são extremamente dependentes de recursos advindos do Estado e da União e, dificilmente, sem uma mudança radical no seu processo de gestão, incrementarão sua receita própria.

De nada adianta o PDM ser aprovado sem que a administração consiga aplicá-lo adequadamente. O PDM é um instrumento de planejamento e gestão territorial, mas apenas sua existência não garante o sucesso do mesmo. É verdade que o acesso a convênios, programas, projetos e recursos federais e estaduais pode ser facilitado com a existência dos planos municipais setoriais. Porém, a simples existência dos Planos não garante a execução dos programas, metas e ações previstas nos mesmos.

O Conselho da Cidade ou Conselho de Desenvolvimento Municipal tem papel fundamental no processo de implantação do PDM e aplicação das Leis,

tanto na fiscalização da execução das ações propostas, quanto na busca de alternativas para a problemática urbanística.

Contudo, para que São José do Vale do Rio Preto consiga elaborar, aprovar e aplicar seu PDM e, a partir daí, implementar sua política municipal de gestão territorial (urbana e rural), é necessário que sejam sanadas as principais dificuldades institucionais e administrativas. A reavaliação e modernização institucional aliada à gestão participativa, junto com os órgãos representativos da sociedade civil organizada (conselhos, associações, sindicatos, entidades de classe, entre outros) podem garantir o desenvolvimento de um Município mais organizado, democrático e sustentável.

Para tanto, existe a necessidade de se identificar quais as principais carências institucionais e administrativas para então promover a modernização e a reestruturação nestas áreas do poder público municipal.

Articular o incremento das receitas próprias, como a ampliação da arrecadação, é passo imprescindível para a execução das ações relacionadas à gestão territorial previstas no PDM e nos demais Planos Setoriais (Plano de Habitação de Interesse Social - PLHIS, de Saneamento Básico - PMSB, de Gestão dos Recursos Hídricos - PMGRH, de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, de Mobilidade Urbana - PMU, de Turismo - PMT, dentre outros), reduzindo assim a dependência dos programas do Estado e da União. Para isso, São José do Vale do Rio Preto necessita promover a atualização da base cartográfica urbana do cadastro técnico imobiliário e econômico, da planta genérica de valores e do código tributário, bem como, a criação e a implantação do SIG Municipal. Além disso, deverá incrementar seu processo de fiscalização, tanto de obras e implantação de novos loteamentos, quanto tributária, imobiliária, fiscal e sanitária.

Atualizar e capacitar os recursos humanos para a aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão é outra tarefa importante para o sucesso do PDM e dos demais Planos Setoriais, porém árdua, já que essa capacitação deve ser permanente, continuada.

Parcerias com a iniciativa privada e organizações ou entidades não governamentais, também podem render bons frutos para o incremento da oferta habitacional, de infraestrutura e de saneamento.

Por fim, a simples existência de marcos regulatórios e de legislações específicas para a gestão territorial do Município não assegura a materialização do direito a cidades mais humanas e democráticas. As autoridades, por meio dos ministérios públicos em todas as instâncias e das entidades de defesa do consumidor, estão cada vez mais atentas e exigentes quanto à aplicabilidade

das leis vigentes, principalmente daquelas relacionadas às questões sociais. Isso gera maior responsabilidade por parte dos gestores municipais nos processos de planejamento municipal e uso do dinheiro público, movimento esse também observado por parte dos governos estaduais e federal que, cada vez mais, atribuem ao Município responsabilidades que outrora eram do Estado ou da União. Contudo, ficar apenas no cumprimento ou na dependência das exigências legais não basta para resolver os problemas de uma sociedade. O Poder Público é obrigado pelas legislações a fazer o que puder para resolver os problemas de um município, porém, a sociedade precisa integrar-se ao processo de planejamento, desenvolvimento e gestão municipal. Além de exigir seus direitos e assumir suas responsabilidades e deveres dentro das relações de uma comunidade, a população deve exigir dos governantes o respeito às leis vigentes, assim como promover o monitoramento e a fiscalização de todos os processos de planejamento e gestão dos recursos públicos.

ATORES SOCIAIS DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO E SUAS CAPACIDADES

As organizações sociais representam uma forma de participação popular na gestão administrativa. Possuem como objetivo principal o desenvolvimento de parcerias junto ao Poder Público para implantação de ações de interesse coletivo.

Mediante à organização em associações e conselhos, os indivíduos discutem e propõem medidas em prol da causa defendida. No contexto municipal, os cidadãos, tanto da área urbana quanto da rural, podem, por meio das associações, constituírem importante força política e social.

Este item considera as formas de organização dos diversos grupos sociais que atuam no município de São José do Vale do Rio Preto e sua capacidade de articulação e atuação em parceria com o poder público.

Em municípios de pequeno porte, como São José do Vale do Rio Preto, a organização da sociedade civil se concentra em torno das associações de bairros - urbanas e rurais - e dos conselhos municipais.

Em São José do Vale do Rio Preto não existem movimentos sociais que tratem exclusivamente da questão habitacional ou da luta pela terra, por exemplo. Segundo dados repassados pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, os grupos sociais estão divididos em organizações não-governamentais/associações de bairros/moradores, que possuem representantes das seguintes comunidades:

- Pouso Alegre, Buracão e Pamital;
- São Lourenço, Pedras Brancas, Grota Funda, Tubatão e Paraíso;
- Boa Vista, Serra do Capim e Poço Fundo;
- Contendas, Petecas, Monte Florido, Sertão, Jaguara, Parada Morelli, Barrinha e Rio Bonito;
- Brucussu, Roçadinho, Glória, Morro Grande, Ventania e Palmeiras;
- Associação de Moradores do Bairro Águas Claras.

As organizações de bairros existentes atuam em parceria com a Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação.

Entretanto, a atuação destas entidades perante o governo municipal se restringe, na maioria das vezes, a solicitações pontuais, como, por exemplo, melhorias nas infraestruturas básicas e nos serviços públicos. Na maioria das vezes, as reivindicações são apontadas pelos moradores para o presidente da associação e/ou do conselho, não havendo reuniões periódicas, pauta de discussão ou organização sistematizada que resultem em documentos reivindicatórios oficiais (Prefeitura Municipal de SJVRP, 2017).

Já os Conselhos de Políticas Públicas são os principais articuladores e viabilizadores da nova ordem social que vem se desenhando e ganhando melhor compreensão da sua real missão com o novo ordenamento jurídico, que tem redefinido a responsabilidade e o conceito de poder público, como sendo o atendimento à demanda do interesse público, que hoje, transcende o limite da responsabilidade estatal.

Os Conselhos de Políticas Públicas ganharam um eficaz instrumento para a efetiva participação da sociedade civil na cogestão das políticas públicas com o Termo de Parceria instituído pela Lei Federal nº 9.790/1999. Os conselhos são considerados necessários para o processo de descentralização/municipalização e para o fortalecimento dos sistemas municipais.

As funções reconhecidas e atribuídas aos Conselhos são: consulta, fiscalização, normatização e deliberação, mas nem todos os conselhos exercem todas essas funções. Em linhas gerais, os conselhos exercem a função de consulta quando emitem opiniões e trazem contribuições a respeito de um determinado assunto. A função de fiscalização ocorre quando os conselhos são incumbidos de fiscalizar as verbas ou recursos de um determinado fundo, projeto ou programa. A função de normatização se refere ao ato de contribuir na criação de novas leis a partir da percepção trazida pelos conselheiros. Um conselho possui a função de deliberação quando tem o poder de tomar decisões, após discutir e refletir sobre determinado tema, em plenária.

O município de São José do Vale do Rio Preto, conta atualmente com diversos conselhos constituídos. A maior parte deles são Conselhos de Políticas Públicas previstos em legislação nacional, tendo caráter obrigatório e cumprem apenas a função de consulta. Fazem parte da implementação de políticas a partir da esfera federal, e sua existência é condição para a transferência de recursos públicos. São eles:

- Conselho Municipal de Turismo (Portaria nº 100/2008);
- Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência (Portaria nº 259/2009);
- Conselho Municipal de Cultura (Portaria nº 204/2011);
- Conselho Municipal de Educação (Portaria nº 205/2011);
- Conselho Municipal de Saúde (Portaria nº 117/2013);
- Conselho de Alimentação Escolar do Município (Portaria nº 187/2013);
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (Portaria nº 354/2013);
- Conselho Municipal de Assistência Social (Portaria nº 097/2014);
- Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) - (Portaria nº 101/2014);
- Conselho Municipal de Meio Ambiente (Portaria nº 151/2014);
- Conselho Municipal de Cultura e do Acervo Histórico (Portaria nº 175/2014);
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) (Portaria nº 202/2014);
- Conselho Municipal Tutelar (Ato do CMDCA);
- Conselho Municipal de Ética (Portaria nº 226/2014);
- Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (Portarias nº 229 e nº 241/2014);
- Conselho Municipal do Idoso (Portaria nº 298/2014);
- Conselho Comunitário de Segurança Pública.

Em São José do Vale do Rio Preto, os Conselhos Municipais têm as seguintes funções e atribuições:

✓ Conselho Municipal de Educação: é um órgão colegiado normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador das políticas municipais para a educação, devendo construir-se em um instrumento de assessoramento, com autonomia e clareza do seu papel, em prol da melhoria da educação pública municipal (MARANHÃO, 2007). Os objetivos deste órgão são:

- Assegurar a participação dos diferentes segmentos da sociedade, como mecanismo de gestão colegiada e democrática;
- Consolidar uma estrutura educacional que assegure a aprendizagem escolar e a participação coletiva no planejamento, monitoramento e avaliação das ações educacionais, nas dimensões administrativa e pedagógica do sistema público municipal;
- Ampliar a capacidade de compreender e interpretar a legislação educacional;
- Participar da formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas municipais, enquanto expressão da vontade da sociedade.

✓ Conselho Municipal de Saúde: é um órgão colegiado permanente e deliberativo com representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais da saúde e usuários. Este órgão atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros. São funções deste órgão (BRASIL, 2010):

- Fiscalizar a aplicação do dinheiro público na saúde;
- Verificar se a assistência à saúde prestada no estado ou no município
- Está atendendo às necessidades da população;
- Verificar se as políticas de saúde orientam o governo a agir de acordo com o que a população precisa.

✓ Conselho Municipal da Assistência Social: é um órgão colegiado deliberativo paritário previsto no art.16 da Lei Federal 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), e tem por finalidade construir e discutir políticas públicas sobre exclusão social, sua origem estrutural e efeitos no município, para poder contribuir com a construção da cidadania, combate à pobreza e desigualdade social. Suas funções são:

- Atuar na formulação e controle da execução da política de Assistência Social;
- Fiscalizar o fundo municipal de assistência social;
- Propor medidas para o aperfeiçoamento da organização e funcionamento dos serviços prestados na área de assistência social;
- Atuar na política de assistência social e não na política partidária;
- Acompanhar e avaliar os serviços prestados, a nível local, na área da assistência social;
- Fiscalizar os órgãos públicos e privados componentes do sistema municipal de assistência social.

✓ Conselho Municipal Tutelar - é um órgão municipal permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

✓ Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social: é um órgão com caráter deliberativo acerca das políticas, planos e programas para produção de moradia e de curadoria dos recursos a serem aplicados no município e compõe o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Deve ser composto paritariamente por entidades do poder executivo e representantes da sociedade civil. Compete ao conselho (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2006):

- Analisar, discutir e aprovar os objetivos, as diretrizes e as prioridades da Política Municipal de Habitação;
- Fiscalizar a aplicação de recursos destinados ao atendimento da demanda, propondo reformulações ou revisões à luz de avaliações periódicas, dentre outras atribuições;
- Estabelecer diretrizes e critérios de alocação dos recursos do FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social), observados a Política e o Plano Nacional de Habitação estabelecidos pelo Ministério das Cidades e as diretrizes do Conselho das Cidades;
- Aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FNHIS;
- Deliberar sobre as contas do FNHIS;
- Dirimir dúvidas.

✓ Conselho Municipal de Meio Ambiente: é um órgão colegiado deliberativo, consultivo e de assessoramento que terá suporte técnico, administrativo e financeiro prestados pela Prefeitura Municipal, inclusive no tocante à instalações, equipamentos e recursos humanos necessários.

Conforme levantamento de informações junto à Prefeitura identificou-se ainda outras organizações sociais civis presentes e atuantes no Município, conforme apresentado a seguir:

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Vale do Rio Preto;
- Sindicato dos Servidores Públicos de São José do Vale do Rio Preto;
- Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RJ) Subseção São José do Vale do Rio Preto;
- Associação Renasce São José;
- Clube de Diretores Lojistas (CDL) de São José do Vale do Rio Preto;

- Esporte Clube São José do Vale do Rio Preto;
- Organizações Não-governamentais/Associações de Bairros/Moradores;
- Cooperativa dos Produtores Rurais Hortifrutigranjeiros do Vale do Rio Preto (Coopervale);
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER-RJ);
- Associação de Produtores Orgânicos;
- Associação dos Agricultores Familiares de São José do Vale do Rio Preto (ASSAF).

Não há Escritório Regional do CAU ou do CREA no Município, a base de ambos mais próxima está localizada em Petrópolis. Não há associação de engenheiros e arquitetos em SJVRP, mas há OAB, junto ao fórum da cidade, porém a base é vinculada a Petrópolis.

Quanto às questões relacionadas à atuação das entidades organizadas da sociedade civil, isso é bastante variável, levando em consideração as necessidades de cada uma e o perfil de seus componentes. De maneira geral todas dialogam com o poder público, sendo algumas mais ativas e próximas. Entretanto, não se descarta a necessidade de incremento dessa prática, que requer constante estímulo.

Em relação aos avanços, os desafios da participação são muitos, é necessário que a sociedade civil se organize, por intermédio de comunidades ou grupos de interesse, de planejamento participativo, de educação para a cidadania ou da cultura como processo de formação da identidade comunitária, e da defesa dos direitos fundamentais, como, por exemplo, o do "direito à moradia", conforme afirma Pedro Pontual (1994):

> "[...] a participação popular pressupõe uma relação de troca entre gestão (municipal) e população, a partir da qual se torna possível construir um conhecimento conjunto sobre a cidade, resultando na elaboração de projetos coletivos [...]" [32]

32 Curso à Distância: Plano Locais de Habitação de Interesse Social. Coordenação geral de Júnia Santa Rosa e Rosane Denaldi. Brasília: Ministério das Cidades. Primeira impressão: Maio de 2009, 216 p.

Assim, ao chamar a população para um processo participativo, o que se está propondo é a divisão/compartilhamento de responsabilidades e, consequentemente, de poder.

ESTRUTURAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PDM

A Elaboração/Revisão do PDM de São José do Vale do Rio Preto deve ser interpretada como um momento e um espaço de organização e participação coletiva, de integração, de construção da cidadania, que oportunize a formação de identidade municipal.

A Elaboração/Revisão do PDM, de acordo com seu caráter participativo, tem como uma de suas prioridades a participação da população. Sendo assim, procurou-se identificar em São José do Vale do Rio Preto, meios de participação, assim como lideranças significativas, com o intuito de capacitá-las para que possam atuar como agentes multiplicadores, visando o repasse das informações junto à comunidade na qual estão inseridas.

Dessa forma, as lideranças identificadas, membros do Núcleo Gestor do Comitê Municipal do Plano Diretor, dos Conselhos Municipais, das Associações, Vereadores, Servidores Públicos, entre outros, se tornaram agentes multiplicadores inseridos na construção do PDM, visando os interesses da coletividade no que tange às principais necessidades cotidianas dos moradores, bem como, ao repasse de informações relevantes à comunidade.

De acordo com o Produto 3 da Etapa I - Proposta Metodológica e Plano de Mobilização Social aprovada pelo Núcleo Gestor do Comitê Municipal do PDM, a metodologia adotada para a mobilização/participação da população nos trabalhos desenvolvidos ficou definida em modo de três Treinamentos Técnicos do Núcleo Gestor, três Audiências Públicas e cinco Reuniões Comunitárias.

Para viabilizar a mobilização social em São José do Vale do Rio Preto optou-se por realizar cinco Reuniões Comunitárias (urbanas e rurais) e três Audiências Públicas, uma para cada principal fase de trabalho. As Reuniões Comunitárias para participação da população foram realizadas com metodologia de fácil entendimento, que explanou sobre as etapas do Plano, suas características e possibilidades de ação.

Para atingir os objetivos da Visão/Leitura Participativa foi usada metodologia que visa à formação de olhar analítico a respeito da situação do planejamento urbano, territorial e regional pela população envolvida na construção do Plano. Isso possibilitou o surgimento de propostas eficazes para

o planejamento dos setores e para a elaboração de instrumentos legais que possibilitem a implementação deste planejamento. Nessas Reuniões, os moradores foram estimulados e instados a apresentar suas reivindicações, opiniões, carências ou outras considerações sobre sua situação em relação ao PDM.

Para que haja a efetiva participação da população nas Audiências Públicas, bem como para atingir os objetivos da Leitura Participativa, nestes eventos também será usada metodologia que visa à formação de olhar analítico a respeito do planejamento e da gestão urbana, territorial e regional, o que permitirá o estabelecimento de maior controle social por parte da Sociedade. Nesses eventos, os moradores serão estimulados a apresentar suas sugestões, opiniões ou outras considerações sobre os produtos resultantes do PDM de São José do Vale do Rio Preto.

Ponto também considerado importante para o sucesso das audiências será a participação de todos os setores administrativos envolvidos, uma vez que os trabalhos contratados irão tratar de assuntos que perpassam várias Secretarias.

Na realização desses eventos, também será preparado pela equipe da Safra, material didático audiovisual compatível com o objeto de cada audiência, contendo informações e conteúdos necessários à compreensão dos participantes, o que os sensibilizará e capacitará para a discussão dos assuntos propostos, buscando a consolidação da visão do grupo, estimulando-os a manifestarem democraticamente sua percepção sobre os temas abordados.

As Audiências Públicas terão os seguintes objetivos:

1ª Audiência Pública:

- Lançar o processo de Elaboração/Revisão do PDM de São José do Vale do Rio Preto e atualização das demais peças legais e instrumentos de ordenamento territorial, esclarecendo informações como: o que são tais instrumentos, para que servem, qual a importância para o Município e para a melhoria da qualidade de vida da população, quais condicionantes e exigências legais, etapas de trabalho, importância da participação e do controle social, entre outros aspectos;
- Sensibilizar e capacitar a Sociedade sobre os temas da Elaboração/Revisão do PDM e demais peças legais e instrumentos de ordenamento territorial;
- Fomentar e promover a participação da Sociedade mediante dinâmica específica;

- Registrar intervenções, considerações e sugestões da população;
- Apresentar, sucintamente, o Produto 3 da Etapa I da Elaboração/Revisão do PDM de São José do Vale do Rio Preto - Proposta Metodológica e Plano de Mobilização Social - para apreciação da Sociedade;
- Apresentar, sucintamente, algumas informações preliminares sobre a Etapa II - Diagnóstico da Realidade Municipal.

2ª Audiência Pública:

- Apresentar à população síntese do processo participativo nas Reuniões Comunitárias e resultado de sua sistematização;
- Apresentar à população síntese das Etapas II e III da Elaboração/Revisão do PDM de São José do Vale do Rio Preto - Diagnóstico Municipal e Plano de Ação e Investimentos (PAI), respectivamente;
- Averiguar se os produtos estão em conformidade com a situação real encontrada no Município;
- Promover debate da população sobre a abordagem dos produtos e, caso necessário, realizar correções nos mesmos;
- Consolidar os produtos em questão.

3ª Audiência Pública:

- Apresentar à população síntese da Etapa IV da Elaboração/Revisão do PDM de São José do Vale do Rio Preto - Legislação Básica;
- Averiguar se os produtos estão em conformidade com a situação real encontrada no Município;
- Promover debate da população sobre a abordagem dos produtos e, caso necessário, realizar correções nos mesmos;
- Consolidar os produtos em questão.
- Apresentar à população síntese de todas as Etapas de Trabalho da Revisão do PDM de São José do Vale do Rio Preto;
- Apresentar síntese do processo participativo da Elaboração/Revisão do PDM;
- Demonstrar os processos de Monitoramento do PDM;
- Orientar na constituição do Conselho do PDM;
- Orientar o Núcleo Gestor do Comitê Municipal do PDM, Conselho do PDM, o Poder Legislativo e a Sociedade sobre o encaminhamento do PDM à Câmara Municipal para a devida aprovação.

Mais voltados ao Núcleo Gestor do Comitê Municipal do PDM e às Equipes do Executivo Municipal são os Treinamentos Técnicos, que ocorrerão no início de cada uma das principais Etapas de trabalho, sendo em número de três. Para realização dos Treinamentos Técnicos para o Núcleo Gestor, será preparado pela equipe da Safra, material didático audiovisual compatível com o objeto de cada treinamento, contendo informações e conteúdos necessários à compreensão dos componentes do Núcleo e demais presentes, o que os sensibilizará para a discussão dos assuntos propostos, os capacitará para a elaboração, assim como, para a aplicação do PDM e demais instrumentos resultantes. Os três Treinamentos Técnicos acontecerão da seguinte forma:

- O 1º Treinamento Técnico - atividade inicial da elaboração/revisão do PDM de São José do Vale do Rio Preto para os membros da administração municipal que comporão o Núcleo Gestor do Comitê Municipal do PDM e demais servidores das diversas Secretarias Municipais, durante todo o trabalho. Principais objetivos: sensibilizar, capacitar e orientar o Núcleo Gestor do Comitê Municipal do PDM e os demais servidores das diversas Secretarias Municipais com temas específicos para a elaboração das Etapas I e II, assim como, sobre sua atuação em todo o processo;
- O 2º Treinamento Técnico - atividade técnica voltada para o Núcleo Gestor do Comitê Municipal do PDM e demais servidores das diversas Secretarias Municipais. Principais objetivos: capacitar e orientar tais participantes com temas específicos para a elaboração da Etapa III;
- O 3º Treinamento Técnico - atividade técnica voltada para o Núcleo Gestor do Comitê Municipal do PDM e demais servidores das diversas Secretarias Municipais. Principais objetivos: capacitar e orientar tais participantes com temas específicos para a elaboração das Etapas IV e V;

Cabe destacar, que apesar de serem atividades técnicas, os Treinamentos Técnicos das Equipes poderão ser abertos a todo e qualquer interessado a participar (membros das secretarias municipais, da sociedade civil organizada, conselhos, entidades não governamentais e da comunidade em geral).

As informações levantadas nas Audiências Públicas, Reuniões Comunitárias e nos Treinamentos Técnicos serão sistematizadas pela Safra com assessoria do Núcleo Gestor do Comitê Municipal do PDM e servirão de subsídio para o processo de consolidação de todas as Etapas do trabalho

O registro da leitura participativa da Elaboração/Revisão do PDM de São José do Vale do Rio Preto virá em relatório separado da leitura técnica (Relatório do Processo Participativo) onde serão detalhadas todas as atividades

desenvolvidas durante o desenvolvimento do trabalho, inclusive as com a sociedade: Treinamentos Técnicos do Núcleo Gestor do Comitê, Reuniões Comunitárias e Audiências Públicas que ocorrerem durante o desenvolvimento do trabalho. Tais informações serão alimentadas frequentemente até o fechamento do produto final.

Relato da Leitura Participativa

Como parte do processo da leitura participativa da Elaboração/Revisão do PDM de São José do Vale do Rio Preto foram definidas três Audiências Públicas e cinco Reuniões Comunitárias para a sensibilização e capacitação da sociedade e discussão dos temas relacionados à elaboração/revisão, aprovação e aplicação do Plano. A primeira audiência, referente à Etapa I - Proposta Metodológica e Plano de Mobilização Social - Lançamento do Processo de Elaboração/Revisão junto à Sociedade; a segunda, à Etapa II - Diagnóstico da Realidade Municipal (Leituras Técnica e Participativa) e Atualização da Planta Cadastral e à Etapa III - Diretrizes, Objetivos, Metas e Ações - Plano de Ação e Investimentos; a terceira, à Etapa IV - Elaboração/Revisão da Legislação do PDM, Leis Complementares e Código Tributário. A última Audiência Pública, trata também do retorno à população sobre todos os produtos provenientes do processo de Elaboração/Revisão do PDM, registro e apresentação de todo o processo participativo e conclusão do trabalho.

A Primeira Audiência Pública do PDM de São José do Vale do Rio Preto foi realizada no dia 11 de maio de 2017, sendo presidida por Arquiteto e Urbanista da Equipe Técnica da Safra Planejamento e Gestão - Gestor do Projeto, com apoio do Núcleo Gestor do Comitê Municipal do PDM. Nessa ocasião, foi esclarecido aos presentes que as audiências e as reuniões comunitárias do Plano Diretor seriam importantes oportunidades para os debates sobre a construção do PDM que planejará e gerenciará o Município a partir de sua institucionalização e aprovação junto à Câmara Municipal. Também foi destacado que a participação popular na construção do Plano possibilita o controle social e a transparência na tomada de decisões sobre os diversos setores públicos de São José do Vale do Rio Preto, mas que a discussão sobre o planejamento e gestão municipal deve ser contínua e permanente.

Ainda foi apresentada, com auxílio de arquivo em *PowerPoint*, breve explanação sobre o que é o PDM e como está sendo construída a sua Elaboração/Revisão; quais seus objetivos; finalidade e importância para o Município; exigências legais; etapas e abrangência, equipes envolvidas e suas atribuições; entre outras informações pertinentes ao tema.

Após a apresentação sobre o PDM, seguiu-se a realização da dinâmica com a população presente na audiência estabelecida na Etapa I - Proposta Metodológica e Plano de Mobilização Social, ou seja, aplicação de questionário junto aos presentes, com três perguntas simples, para a identificação inicial dos principais pontos positivos e a melhorar no Município e de sugestões e propostas para o desenvolvimento local. Estiveram presentes no evento 31 pessoas, que formaram 7 grupos para discussão e anotação dos pontos solicitados no formulário. Foi estabelecido prazo de 15 minutos para a discussão, apontamento e devolução dos formulários preenchidos às equipes de trabalho. A dinâmica mostrou-se estimulante e os membros dos grupos interagiram e registraram pontos positivos e negativos extremamente importantes e propostas relevantes e coerentes à realidade de São José do Vale do Rio Preto. Cabe destacar que muitas dessas questões já haviam sido levantadas mediante os dados oficiais e levantamentos em campo.

Outro meio, não menos importante, de garantir a transparência e a participação popular no processo de elaboração do PDM de SJVRP é o "Espaço PDM", criado em plataforma digital, para possibilitar o acompanhamento do andamento dos trabalhos por qualquer membro da sociedade riopretana. Nesse espaço, o cidadão poderá ter acesso aos produtos elaborados a cada fase de trabalho, às apresentações e relatórios de atividades e, por meio de *e-mail* (safra@safraplanejamento.com.br), poderá enviar suas reivindicações, críticas, sugestões e propostas de soluções para questões específicas do Município, tanto para área urbana, quanto rural.

Há ainda as Reuniões Comunitárias, previstas em número de cinco, realizadas nos principais setores municipais - urbanos e rurais, nas quais foram realizadas dinâmicas em grupos, que serão detalhadas a seguir.

A metodologia utilizada nos eventos foi a exposição dialogada com apresentação em *PowerPoint*, fazendo uso de projetor de imagens e computador. Após a explanação dos técnicos foi aberto espaço à participação da Sociedade. Esta metodologia de mobilização foi adotada pelas Equipes Técnicas (Safra e Município) para a execução dos trabalhos participativos por ser considerada apropriada à realidade de São José do Vale do Rio Preto e suficiente para atingir os objetivos desejados, envolvendo diferentes atores sociais e promovendo a participação efetiva de grupos representativos da sociedade nestas atividades.

As Reuniões Comunitárias foram realizadas no mês de junho, nas noites de 27, 28 e 29/06/2017 (relato completo no Relatório do Processo Participativo) e tiveram como objetivo a capacitação da população presente sobre o PDM, bem como a sensibilização, o estímulo à discussão e o acolhimento de

sugestões e possíveis soluções para os problemas identificados nos diferentes bairros abrangidos, garantindo assim a Gestão Compartilhada e Controle Social.

Para tanto, utilizou-se uma dinâmica participativa, de forma que os presentes foram divididos em grupos para discussão e levantamento de deficiências (Município/Cidade que temos) e potencialidades locais (Município/Cidade que queremos).

No entanto, antes da dinâmica em grupos, os técnicos da Safra apresentaram conteúdo em *PowerPoint* sobre a Etapa II (em desenvolvimento) do PDM: Diagnóstico da Realidade Municipal - Leitura Técnica e Participativa, focando mais nos bairros abrangidos em cada uma das reuniões realizadas.

Nesse sentido e de forma sucinta, foram realizados esclarecimentos acerca do PDM e sua relevância para o Município, a relação deste instrumento com o acesso a recursos estaduais e federais, bem como da responsabilidade dos atores envolvidos nos processos de elaboração e execução do Plano, fundamentação legal, etapas de trabalho, entre outras informações pertinentes. Além disso, foram expostas algumas das informações coletadas, lançadas, já sistematizadas e espacializadas em ambiente SIG (Sistema de Informações Geográficas), sobre a Etapa II - Diagnóstico - Leitura Técnica. A apresentação teve como principal objetivo capacitar os presentes de forma a elucidá-los sobre os mais diversos temas que o PDM aborda e provocar a discussão.

Após o término da apresentação da Safra, foi dado início à dinâmica em grupos - o "Município/Cidade que Temos" e o "Município/Cidade que Queremos". Os presentes foram divididos em grupos por similaridade de interesses ou vizinhança e foi estabelecido tempo de 15 a 20 minutos para a discussão e anotação dos principais problemas, deficiências, dificuldades ou condicionantes observados em seu bairro/rua, no seu cotidiano. Na sequência, foi estabelecido tempo de mais 15 a 20 minutos para que os grupos sugerissem possíveis soluções para os problemas listados na primeira etapa da dinâmica. O final da dinâmica contou com a montagem do Mapa "Município/Cidade que Queremos" com as possíveis soluções dos problemas identificados dispostas em papéis coloridos em mapas físicos com imagens de satélite dos bairros abrangidos em cada uma das reuniões.

Os mapas foram registrados (fotografados) e recolhidos pela equipe da Safra juntamente com as listas de deficiências, para posterior organização, análise, sistematização e espacialização dos dados para inclusão na Etapa II, bem como para subsidiarem o Plano de Ação e Investimentos, produto da Etapa III.

Após a conclusão da dinâmica, foi aberto espaço para questionamentos, dúvidas e colocações dos presentes. Algumas pessoas fizeram perguntas e colocações em apoio às reuniões com a comunidade e à elaboração do PDM.

Por fim, os técnicos das equipes reiteraram sobre a necessidade da participação de todos para a boa elaboração do Plano, adequado às necessidades locais. Destacaram ainda que todos podem e devem participar a qualquer tempo durante a elaboração e a aplicação do PDM, e que essa participação pode ocorrer por meio de contato direto com o Núcleo Gestor do Comitê Municipal do Plano Diretor, na Prefeitura, ou por contato digital, pelo *link* do "Espaço PDM", ou ainda, enviando *e-mails* com sugestões e propostas para os técnicos da Safra e da Equipe Municipal. Foram estabelecidos os meses de julho e agosto para o envio de propostas, principalmente pelo *link* "Espaço PDM" (http://www.safraplanejamento.com.br/sjvrp/index.html).

É importante destacar que os questionários aplicados e/ou possíveis sugestões enviadas mediante o "Espaço PDM", demonstram amostragem da realidade, visto que reúnem a opinião de parcela da população. Os dados provenientes dessa pesquisa, sistematizados e cruzados com as demais informações levantadas, foram analisados pelo Núcleo Gestor do Comitê Municipal do Plano Diretor e pelos Técnicos da Safra.

Sistematização dos Dados do Processo Participativo

Para a realização da leitura participativa foi utilizado inicialmente, na ocasião de realização da 1ª Audiência Pública, formulário aberto e simples com três principais questões para que fossem respondidas pela população: pelo menos, três pontos positivos, três negativos e/ou a melhorar e três propostas para os diferentes setores municipais.

As informações levantadas a partir do preenchimento desses formulários foram utilizadas diretamente no processo de elaboração deste diagnóstico. Contudo, cabe salientar que essas informações são de extrema importância para a elaboração da Etapa III, Objetivos, Diretrizes, Proposições - Plano de Ação e Investimentos.

Os dados levantados a partir dos formulários preenchidos foram organizados e sistematizados pela equipe da Safra, de modo a refletir, por amostragem, a realidade local em diferentes setores. As informações adquiridas por meio dos formulários foram confrontadas com os dados técnicos na ocasião das análises contidas nesse produto.

A seguir têm-se os dados sistematizados que, juntamente com a leitura técnica, serão utilizados para a identificação dos programas projetos e ações,

assim como, das metas e objetivos a serem atingidos, parte integrante da Etapa III da Elaboração/Revisão do PDM (Tabelas 82 a 99 - Figuras 59 a 67.

Tabela 82 - Sistematização dos Formulários - Pontos Positivos - Participação da População na 1ª Audiência Pública da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP.

PONTOS POSITIVOS DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO 1ª AP		
CATEGORIAS	**Nº**	**%**
PAVIMENTAÇÃO	1	2,1%
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	5	10,6%
FACILIDADE NO TRANSPORTE PÚBLICO	2	4,3%
INFRAESTRUTURA GERAL	**8**	**17,0%**
SISTEMA VIÁRIO - FACILIDADE DE ACESSO (VÁRIAS VIAS DE LIGAÇÃO COM A CIDADE)	3	6,4%
ORDENAMENTO TERRITORIAL	**3**	**6,4%**
MEIO AMBIENTE	2	4,3%
BOA COBERTURA VEGETAL/ÁREAS VERDES NOS ARREDORES DAS ÁREAS URBANA E RURAL	5	10,6%
ASPECTOS AMBIENTAIS	**7**	**4,3%**
EDUCAÇÃO - OFERTA DE BOAS ESCOLAS, ÓTIMOS PROFESSORES, QUALIDADE DE ENSINO	9	19,1%
SAÚDE - BONS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE E EQUIPES DE PSF	5	10,6%
SEGURANÇA PÚBLICA - PRESENÇA DE DELEGACIA/BAIXA CRIMINALIDADE	4	8,5%
PRESENÇA DE IGREJAS	1	2,1%
SERVIÇOS PÚBLICOS (BONS EQUIPAMENTOS/ESTABELECIMENTOS SOCIAIS)	**19**	**38,3%**
COMÉRCIO FORTE/EM EXPANSÃO	3	6,4%
PRESENÇA DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS	1	2,1%
ASPECTOS ECONÔMICOS	**4**	**8,5%**
PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA	1	2,1%
ASPECTOS INSTITUCIONAIS	**1**	**2,1%**
BOA LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS - PROXIMIDADE AOS SERVIÇOS ESSENCIAIS/À ZONA URBANA	2	4,3%
BAIRROS EM DESENVOLVIMENTO/CRESCIMENTO URBANO E DE CONSTRUÇÕES	1	2,1%
TRANQUILIDADE DOS BAIRROS (POUCO HABITADOS/EM ZONA RURAL)	2	4,3%
QUALIDADE DE VIDA	**5**	**10,6%**
TOTAL DE ITENS APONTADOS COMO POSITIVOS	**47**	**100,0%**

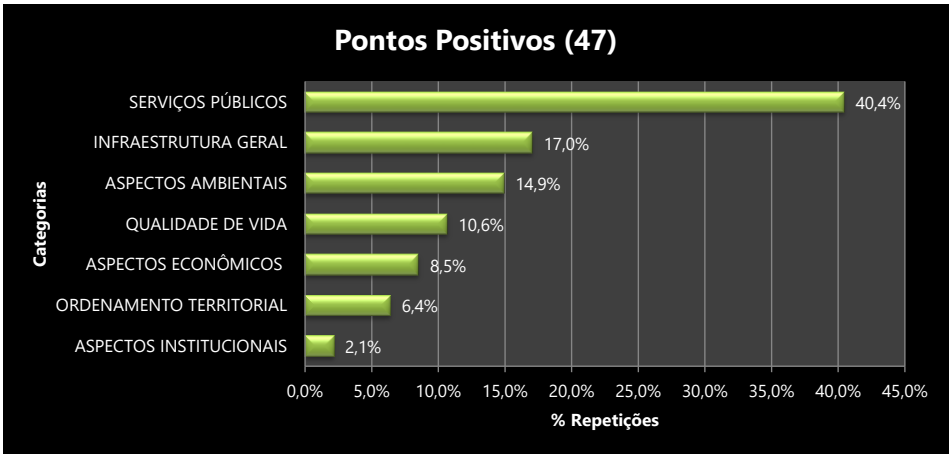
Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Tabela 83 - Síntese dos Pontos Positivos por Categorias Mencionadas - Participação da População na 1ª Audiência Pública da Revisão do PDM de SJVRP.

PONTOS POSITIVOS DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO 1ª AP		
CATEGORIAS	**Nº**	**%**
ASPECTOS INSTITUCIONAIS	1	2,1%
ORDENAMENTO TERRITORIAL	3	6,4%
ASPECTOS ECONÔMICOS	4	8,5%
QUALIDADE DE VIDA	5	10,6%
ASPECTOS AMBIENTAIS	7	14,9%
INFRAESTRUTURA GERAL	8	17,0%
SERVIÇOS PÚBLICOS	19	40,4%
TOTAL DE ITENS APONTADOS COMO POSITIVOS	**47**	**100,0%**

Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Figura 59 - Gráfico com os Pontos Positivos Apontados por Categorias Mencionadas - Participação da População na 1ª Audiência Pública da Revisão do PDM de SJVRP.



Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Tabela 84 - Sistematização dos Formulários - Pontos a Melhorar - Participação da População na 1ª Audiência Pública da Revisão do PDM de SJVRP.

PONTOS A MELHORAR EM SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO 1ª AP		
CATEGORIAS	**Nº**	**%**
TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - POUCOS HORÁRIOS DE ÔNIBUS/DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO DOS MORADORES	3	5,4%
ACESSO E PAVIMENTAÇÃO - FALTA DE MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS	2	3,6%
TELEFONIA CELULAR - COMUNICAÇÃO PRECÁRIA, BAIXO SINAL OU INEXISTÊNCIA DE SINAL	1	1,8%
TRÂNSITO - AUSÊNCIA DE DISCIPLINA, SINALIZAÇÃO, REDUTORES DE VELOCIDADE, RISCO DE ACIDENTES	4	7,1%
SINALIZAÇÃO VIÁRIA - INEXISTÊNCIA DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO/VIÁRIA, DEVERIA TER PELO MENOS NAS VIAS PRINCIPAIS	1	1,8%
PASSEIO PÚBLICO - INEXISTÊNCIA/FALTA DE MANUTENÇÃO	1	1,8%
INFRAESTRUTURA GERAL	**12**	**21,4%**
OCUPAÇÃO DE ÁREAS URBANAS POR ATIVIDADE AGROPECUÁRIA	2	3,6%
CONSTRUÇÕES EM LOCAIS INADEQUADOS	1	1,8%
INEXISTÊNCIA DE ORDENAMENTO URBANO/ZONEAMENTO	4	7,1%
OCUPAÇÃO DESORDENADA E IRREGULAR DO SOLO	2	3,6%
INCREMENTO DE NOVOS LOTEAMENTOS IRREGULARES	4	7,1%
ALGUNS BAIRROS NÃO POSSUEM QUALQUER ESTRUTURA E/OU SERVIÇOS	1	1,8%
ORDENAMENTO TERRITORIAL	**14**	**25,0%**
INEXISTÊNCIA DE ORIENTAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA A DEVIDA CAPTAÇÃO DO ESGOTO SANITÁRIO	2	3,6%
SANEAMENTO BÁSICO - ESGOTAMENTO SANITÁRIO (INEXISTÊNCIA/INSUFICIÊNCIA)	10	17,9%
SANEAMENTO BÁSICO	**12**	**21,4%**
INEXISTÊNCIA DE ÁREAS VERDES	3	5,4%
PRAÇAS EXISTENTES POUCO FUNCIONAIS	3	5,4%
DESMATAMENTO	2	3,6%
CORTE NOS MORROS	2	3,6%
POLUIÇÃO DOS CORPOS HÍDRICOS	3	5,4%
OCUPAÇÃO IRREGULAR/INVASÃO DE APP/FMP	1	1,8%
ASPECTOS AMBIENTAIS	**14**	**25,0%**
EDUCAÇÃO - AUSÊNCIA DE DISCUSSÃO SOBRE PROBLEMAS LOCAIS NAS ESCOLAS	1	1,8%
EDUCAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE ESCOLAS EM ALGUNS BAIRROS	1	1,8%
SEGURANÇA PÚBLICA - INEXISTÊNCIA DE RONDA POLICIAL EM ÁREAS MAIS ISOLADAS DO MUNICÍPIO	1	1,8%
SERVIÇOS PÚBLICOS	**3**	**5,4%**
EXISTÊNCIA/CRESIMENTO DE INDÚSTRIAS INCÔMODAS NA ÁREA URBANA PRÓXIMAS A RESIDÊNCIAS E ESCOLAS	1	1,8%
ASPECTOS ECONÔMICOS	**1**	**1,8%**
TOTAL DE ITENS APONTADOS COMO PONTOS A MELHORAR	**56**	**100,0%**

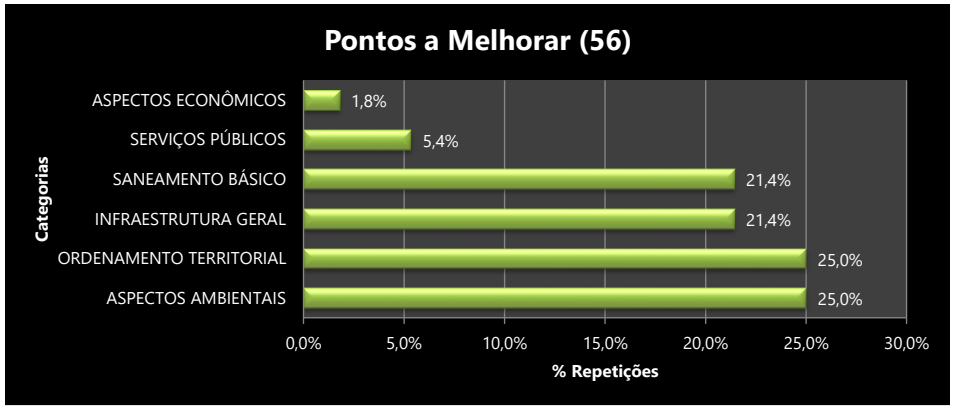
Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Tabela 85 - Síntese dos Pontos a Melhorar por Categorias Mencionadas - Participação da População na 1ª Audiência Pública da Revisão do PDM de SJVRP.

PONTOS A MELHORAR EM SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO 1ª AP		
CATEGORIAS	**Nº**	**%**
ASPECTOS AMBIENTAIS	14	25,0%
ORDENAMENTO TERRITORIAL	14	25,0%
INFRAESTRUTURA GERAL	12	21,4%
SANEAMENTO BÁSICO	12	21,4%
SERVIÇOS PÚBLICOS	3	5,4%
ASPECTOS ECONÔMICOS	1	1,8%
TOTAL DE ITENS APONTADOS COMO NEGATIVOS	**56**	**100,0%**

Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Figura 60 - Gráfico com os Pontos a Melhorar Apontados por Categorias Mencionadas - Participação da População na 1ª Audiência Pública da Revisão do PDM de SJVRP.



Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Tabela 86 - Sistematização dos Formulários - Propostas - Participação da População na 1ª Audiência Pública da Revisão do PDM de SJVRP.

PROPOSTAS PARA SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO 1ª AP		
CATEGORIAS	**Nº**	**%**
SISTEMA VIÁRIO - CRIAÇÃO DE PROGRAMA PERMANENTE DE MANUTENÇÃO E REPAROS NAS ESTRADAS	1	3,3%
ENERGIA ELÉTRICA - MELHORIA NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	1	3,3%
ILUMINAÇÃO PÚBLICA - ALINHAMENTO DOS POSTES EM VIAS PÚBLICAS	1	3,3%
ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CRIAÇÃO DE PROGRAMA PERMANENTE DE INSPEÇÃO PARA REPOSIÇÃO DE LÂMPADAS QUEIMADAS OU COM DEFEITO	1	3,3%
ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CRIAÇÃO DE CANAL DE INFORMAÇÕES PARA A POPULAÇÃO SOBRE A MANUTENÇÃO DO SISTEMA	1	3,3%
SINALIZAÇÃO VIÁRIA - MELHORIA DA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO/VIÁRIA	1	3,3%
ACESSIBILIDADE UNIVERSAL - MELHORIA NOS EQUIPAMENTOS DE ACESSIBILIDADE UNIVERSAL	1	3,3%
TRÂNSITO - REGULARIZAÇÃO/REORGANIZAÇÃO DO TRÂNSITO URBANO	1	3,3%
TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - DESENVOLVIMENTO DE ESTUDO PARA AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS	1	3,3%
INFRAESTRUTURA GERAL	**9**	**30,0%**
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - IMPLANTAÇÃO DE ZONEAMENTO URBANO PARA O DISCIPLINAMENTO DAS ATIVIDADES URBANAS E RURAIS	1	3,3%
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - REGULARIZAÇÃO DOS LOTEAMENTOS (CORTE DE CURVAS) NO BAIRRO POUSO ALEGRE	1	3,3%
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - REGULARIZAÇÃO DOS LOTEAMENTOS CLANDESTINOS/IRREGULARES	1	3,3%
SISTEMA VIÁRIO - READEQUAÇÃO/ALINHAMENTO DAS VIAS	1	3,3%
SISTEMA VIÁRIO - ABERTURA DE VIAS/ESTRADAS ADEQUADAS NO BAIRRO POUSO ALEGRE	1	3,3%
REVITALIZAÇÃO DO BAIRRO PARADA MORELLI (SEGUNDO MORADORES, FALTA TUDO)	1	3,3%
EXECUÇÃO/APLICAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	1	3,3%
ORDENAMENTO TERRITORIAL	**7**	**23,3%**
OBRIGATORIEDADE DE UTILIZAÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS PARA O TRATAMENTO DO ESGOTO DOMICILIAR	1	3,3%
SANEAMENTO BÁSICO	**1**	**3,3%**
PLANTIO DE ÁRVORES EM ÁREAS PÚBLICAS DE LAZER	1	3,3%
IMPLANTAÇÃO/CONSTRUÇÃO DE ÁREAS VERDES/PRAÇAS E JARDINS URBANOS	1	3,3%
INCREMENTO DA ARBORIZAÇÃO URBANA ONDE FOR POSSÍVEL	1	3,3%
ASPECTOS AMBIENTAIS	**3**	**10,0%**

EDUCAÇÃO - SENSIBILIZAÇÃO/CONSCIENTIZAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS SOBRE SEU PAPEL COMO CIDADÃO (EDUCAÇÃO DOS PAIS PELOS FILHOS)	1	3,3%
EDUCAÇÃO - CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS NO BAIRRO PARQUE VERA LÚCIA	1	3,3%
SAÚDE - MELHORIA DO ATENDIMENTO MÉDICO (ESPECIALIDADE PEDIATRIA)	1	3,3%
EDUCAÇÃO - INCREMENTO/IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS/PROGRAMAS EDUCACIONAIS PERMANENTES - DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL; BOMBEIROS MIRINS; SAMUZINHO; ESCOTEIROS; PROERD (PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS), ENTRE OUTROS	1	3,3%
EDUCAÇÃO - PROMOÇÃO DE PALESTRAS EDUCACIONAIS, COM MAIOR FREQUÊNCIA, PARA POSSIBILITAR A SENSIBILIZAÇÃO/CONSCIENTIZAÇÃO DOS CIDADÃOS SOBRE TEMAS VARIADOS DE INTERESSE LOCAL	1	3,3%
EDUCAÇÃO - PROMOÇÃO/REALIZAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES EM PARCERIA COM O SENAC, SEST SENAT, SEBRAE, SESI, ENTRE OUTRAS ENTIDADES	1	3,3%
SEGURANÇA PÚBLICA - IMPLANTAÇÃO DE DESTACAMENTO DE BOMBEIROS EM CONJUNTO COM BRIGADAS DE BOMBEIROS CIVIS, COM O INTUITO DE AMPLIAR O CONTINGENTE	1	3,3%
SERVIÇOS PÚBLICOS	**7**	**23,3%**
INCREMENTO DA FISCALIZAÇÃO GERAL (DE SAÚDE PÚBLICA, SANITÁRIA, AMBIENTAL, TRIBUTÁRIA, POSTURAS E OBRAS, ENTRE OUTRAS)	2	6,7%
CUMPRIMENTO DE TODAS AS LEIS EXISTENTES	1	3,3%
ASPECTOS INSTITUCIONAIS	**3**	**10,0%**
TOTAL DE ITENS APONTADOS	**30**	**100,0%**

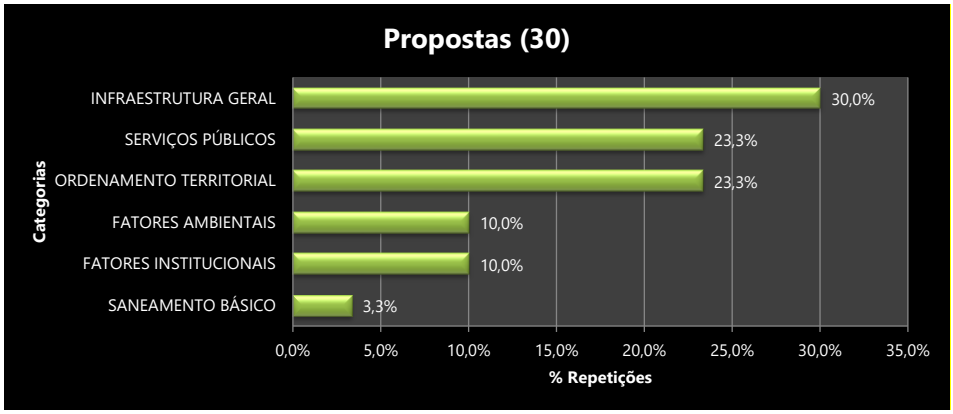
Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Tabela 87 - Síntese das Propostas Sugeridas por Categorias Mencionadas - Participação da População na 1ª Audiência Pública da Revisão do PDM de SJVRP.

PROPOSTAS PARA SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO 1ª AP		
CATEGORIAS	**Nº**	**%**
SANEAMENTO BÁSICO	1	3,3%
FATORES INSTITUCIONAIS	3	10,0%
FATORES AMBIENTAIS	3	10,0%
ORDENAMENTO TERRITORIAL	7	23,3%
SERVIÇOS PÚBLICOS	7	23,3%
INFRAESTRUTURA GERAL	9	30,0%
TOTAL DE ITENS APONTADOS	**30**	**100,0%**

Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Figura 61 - Gráfico com as Propostas Sugeridas por Categorias Mencionadas - Participação da População na 1ª Audiência Pública da Revisão do PDM de SJVRP.



Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

A sistematização dos sete formulários preenchidos na 1ª Audiência Pública resultou em 47 apontamentos considerados positivos, 56, negativos e 30 propostas distintas. Observou-se que as propostas têm ligação com os pontos negativos identificados durante a pesquisa.

As propostas que mais se destacaram foram as relacionadas às seguintes temáticas: infraestrutura geral, serviços públicos, ordenamento territorial, seguidas por fatores ambientais, institucionais e saneamento básico. A única proposta que se repetiu foi a relacionada ao incremento da fiscalização geral, desde a fiscalização de saúde pública, sanitária, ambiental, tributária, até a fiscalização de posturas, obras e implantação de novos loteamentos, na categoria fatores institucionais, o que demonstra preocupação da população quanto a aplicação das normas gerais para o bom andamento do Município como um todo.

Avaliando os dados sistematizados sobre a categoria infraestrutura geral (30,0% das propostas sugeridas), observou-se que há a necessidade de recuperação/manutenção da pavimentação em alguns pontos da sede urbana, bem como da área rural, em estradas de acesso. O fornecimento de energia elétrica e a iluminação pública também foram dois pontos apontados pela população que demonstram necessidade de melhorias, principalmente no que se refere à ampliação das áreas atendidas pelo sistema de energia elétrica, à estabilidade de fornecimento de energia em ocasiões de temporais ou chuvas fortes e ao alinhamento do posteamento nas vias públicas. A inspeção e a manutenção permanentes das lâmpadas queimadas para sua mais rápida

substituição, bem como a criação de canal direto de informações para a população sobre o andamento dos serviços, foram outros quesitos apontados como necessários pelos moradores presentes na 1ª Audiência Pública.

Ainda no quesito infraestrutura, destacaram-se propostas que abordam as questões do trânsito (quanto à necessidade de melhoria no sistema local, possivelmente por meio da elaboração de estudo de trânsito para a Cidade e da implantação de sinalização de trânsito e viária), dos passeios públicos e da acessibilidade universal nas vias de SJVRP, principalmente nas vias dos bairros Centro e Novo Centro (melhoria e incremento de ambos) e do transporte público (desenvolvimento de estudo par ampliação dos serviços locais).

Os serviços públicos (23,3%) de São José do Vale do Rio Preto mostraram-se bastante adequados às necessidades locais, mesmo assim, houve propostas para seu incremento, principalmente no que se refere à educação e à saúde. Propostas, tais como, construção de escolas no bairro Parque Vera Lúcia, promoção de cursos profissionalizantes na cidade em parceria com universidades e órgãos governamentais/não governamentais e realização de palestras educacionais sobre os mais variados temas, que alcancem alunos e seus pais/familiares, como meio de sensibilizar e conscientizar a população sobre seu papel de cidadão, foram apontadas. Projetos e/ou programas educacionais permanentes para as crianças e jovens de SJVRP também foram mencionados em propostas (de reintegração social; bombeiros mirins; Samuzinho; escoteiros; Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD, entre outros).

Nessa mesma categoria, destacaram-se ainda propostas para a saúde (ampliação da oferta de distintas especialidades médicas, especialmente pediatria) e segurança pública (implantação de um destacamento de bombeiros em conjunto com brigadas de bombeiros civis, com o intuito de ampliar o contingente local).

Para a categoria ordenamento territorial (23,3%), os apontamentos mais mencionados foram relacionados ao sistema viário, no que se refere à readequação e realinhamento das vias nas áreas urbanas e à necessidade de abertura de vias e estradas adequadas ao fluxo de veículos no bairro Pouso Alegre.

Nessa temática também foram apontadas propostas para a revitalização do bairro Parada Morelli que, segundo moradores, apresenta carências em todas as áreas, bem como propostas para a promoção de regularização dos loteamentos irregulares no bairro Pouso Alegre. O quesito regularização dos loteamentos clandestinos/irregulares apareceu para mais de um bairro.

A aplicação e execução das Leis do PDM, com a devida implantação de disciplinamento das atividades por meio do Zoneamento Urbano, também foram mencionadas nas propostas da temática ordenamento territorial, o que demonstra a expectativa da população em relação ao que o PDM pode modificar para melhor o cotidiano do Município.

Em relação aos fatores ambientais (10,0%), foram propostas ações para a revitalização das áreas verdes públicas existentes (praças e áreas de lazer) mediante o plantio de árvores e ações reparadoras na estrutura física, para a implantação de novas praças e jardins e para o incremento da arborização urbana nas vias onde haja a possiblidade de plantio nos passeios ou canteiros públicos.

No que se refere aos aspectos institucionais (10,0%) foram sugeridas ações para o incremento da fiscalização geral do Município (sanitária, ambiental, fiscal, tributária, de posturas, de obras, entre outras) e a aplicação/cumprimento das leis existentes.

Por fim, quanto à temática saneamento básico (3,3%), identificou-se que os moradores de São José do Vale do Rio Preto consideram o esgotamento sanitário como o ponto mais crítico para a intervenção mediante o PDM. Proposta para a obrigatoriedade de utilização de fossas sépticas no tratamento do esgoto domiciliar foi mencionada.

Ao analisar as informações sistematizadas dos formulários aplicados na 1ª Audiência do PDM, conclui-se que os novos programas e projetos propostos pelo PDM, para os diversos setores municipais, deverão ser mais bem elaborados no sentido de abordarem todas as necessidades locais, para que sejam obtidos serviços de qualidade e melhor aproveitamento da infraestruturas instalada, ou seja, aspectos como a infraestrutura em pavimentação e iluminação pública, saneamento básico, urbanização dos espaços públicos (ruas, calçadas e áreas de lazer e recreação), acessibilidade a equipamentos comunitários e a serviços públicos deverão ser incorporados nos estudos para escolha dos espaços urbanos a serem ocupados na Sede Urbana.

A seguir têm-se os dados coletados e sistematizados a partir das Reuniões Comunitárias da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP, que também foram analisados juntamente com a leitura técnica e utilizados para a identificação dos possíveis cenários, programas projetos, ações, metas e objetivos a serem atingidos - conteúdo da Etapa III do PDM.

As Reuniões Comunitárias da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP aconteceram em junho de 2017 e essa forma de participação popular foi definida por meio da Etapa I - Proposta Metodológica e Plano de Mobilização

Social e aprovada pelo Núcleo Gestor do Comitê Municipal do PDM, como o meio mais adequado de abordagem dos temas do Plano Diretor junto à sociedade local.

Foi definida a realização de cinco Reuniões Comunitárias distribuídas de forma a considerar as microbacias hidrográficas (unidade de planejamento territorial utilizada pelo Município) e de modo a abranger todo o território municipal (urbano e rural). Essa distribuição visou reunir população de bairros distintos, contudo, com características afins. Os bairros abrangidos por cada uma das Reuniões Comunitárias foram:

- 1ª RC - Rural - reunião agendada para o dia 27 de junho de 2017, na Escola Municipal Barão de Águas Claras, Bairro Águas Claras, a partir das 18h30min:
  - ✓ Rio Bonito;
  - ✓ Albertos;
  - ✓ Quices;
  - ✓ Sertão;
  - ✓ Petecas;
  - ✓ Grotão;
  - ✓ Córrego Sujo;
  - ✓ Iris;
  - ✓ Jaguarita;
  - ✓ Santa Maria;
  - ✓ Palmeiras;
  - ✓ Morro Grande;
  - ✓ Roçadinho;
  - ✓ Glória;
  - ✓ Areis;
  - ✓ Ventania.
- 2ª RC - Urbana - reunião agendada para o dia 27 de junho de 2017, na Escola Municipal Barão de Águas Claras, Bairro Águas Claras, a partir das 19h30min:
  - ✓ Barrinha;
  - ✓ Parada Morelli;
  - ✓ Jaguara;
  - ✓ Camboatá;

- ✓ Contendas;
- ✓ Queiróz;
- ✓ Águas Claras.

▪ 3ª RC - Rural - reunião agendada para o dia 28 de junho de 2017, na Secretaria Municipal de Defesa Civil e Ordem Pública, Bairro Novo Centro, a partir das 18h30min:

- ✓ Felisberto;
- ✓ Poço Fundo;
- ✓ Dirindi;
- ✓ Calçado;
- ✓ Belém;
- ✓ Água Fria;
- ✓ Sossego;
- ✓ Paraíso;
- ✓ São João Paqueta;
- ✓ Boa Sorte;
- ✓ Tubatão;
- ✓ Beleza;
- ✓ Palmital;
- ✓ Grota Funda;
- ✓ Pinheiros.

▪ 4ª RC - Urbana - reunião agendada para o dia 28 de junho 2017, na Secretaria Municipal de Defesa Civil e Ordem Pública, Bairro Novo Centro, a partir das 19h30min:

- ✓ Pouso Alegre;
- ✓ Valverde;
- ✓ Boa vista;
- ✓ Buracão;
- ✓ Centro;
- ✓ Novo Centro;
- ✓ Santa Fé;
- ✓ Floresta Parque Vera Lúcia;
- ✓ Sossego da Vovó;
- ✓ Estação;

- ✓ Cachoeira;
- ✓ Pedras Brancas;
- ✓ São Lourenço;
- ✓ Torrão de Ouro.

▪ 5ª RC - Urbana/Rural - reunião agendada para dia 29 de junho de 2017, no Salão da Igreja Católica, Bairro Vila Pião, a partir das 19 horas:

- ✓ Rio Bahia;
- ✓ Pião;
- ✓ Serra do Capim.

A seguir tem-se a descrição e análise dos resultados de cada uma dessas atividades.

Importa destacar que, em virtude de atraso na abertura dos portões da Escola, a 1ª RC teve início somente no horário da 2ª RC. Devido ao baixo quórum nos horários das reuniões, as equipes de trabalho do Município e da Safra entraram em consenso com as pessoas presentes para realização de apenas uma reunião, abrangendo todos os bairros da 1ª e da 2ª RCs. A população presente não se opôs e a reunião teve continuidade.

A 1ª/2ª Reunião Comunitária do PDM de São José do Vale do Rio Preto foi realizada no dia 27 de junho de 2017, na Escola Municipal Barão de Águas Claras, no Bairro Águas Claras, com início por volta das 19h30min e término por volta das 22 horas. Contou com a presença de 27 pessoas e teve como objetivo a capacitação da população presente sobre o PDM, bem como o estímulo à discussão e o acolhimento de sugestões e possíveis soluções para os problemas identificados nos Bairros abrangidos, firmando assim conceitos e experiências de Gestão Compartilhada e Controle Social. Para tanto, utilizou-se dinâmica participativa realizada logo após à apresentação dos Técnicos da Safra sobre a Etapa II (em desenvolvimento) do PDM: Diagnóstico Municipal - Leitura Técnica e Participativa, focando mais nos bairros abrangidos na presente reunião.

Nesse sentido e de forma sucinta, foram realizados esclarecimentos acerca do PDM e sua relevância para o Município. Além disso, foram expostas algumas das informações coletadas, já sistematizadas e espacializadas em ambiente SIG (Sistema de Informações Geográficas), sobre a Etapa II - Diagnóstico - Leitura Técnica. A apresentação teve como principal objetivo capacitar os presentes de forma a elucidá-los sobre os mais diversos temas que o PDM aborda e possibilitar discussão.

Após o término da apresentação da Safra, foi dado início à dinâmica em grupos - o "Município/Cidade que Temos" e o "Município/Cidade que Queremos". Os presentes foram divididos em 6 grupos por similaridade de interesses ou vizinhança e foi estabelecido tempo de 15 a 20 minutos para a discussão e anotação dos principais problemas, deficiências, dificuldades ou condicionantes observados em seu bairro/rua. Na sequência, foi estabelecido tempo de mais 15 a 20 minutos para que os grupos sugerissem possíveis soluções para os problemas listados na primeira etapa da dinâmica. O final da dinâmica contou com a montagem do "Município/Cidade que Queremos" com as possíveis soluções dos problemas identificados dispostas em papéis coloridos em mapas físicos com imagens de satélite dos bairros abrangidos em cada reunião.

Resultaram dessa dinâmica 41 apontamentos sobre deficiências em 6 categorias distintas, que são: infraestrutura geral, ordenamento territorial, saneamento básico, aspectos ambientais, serviços públicos e aspectos econômicos relacionados a conflitos de uso e ocupação do solo urbano, conforme Tabelas 88 e 89 e Figura 62.

Tabela 88 - Sistematização Material Proveniente da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/ Cidade que Queremos" Aplicada nas Reuniões Comunitárias (RCs) da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 1ª/2ª RC - Deficiências Apontadas por Categorias.

DEFICIÊNCIAS EM SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO 1ª/2ª RC		
CATEGORIAS	**Nº**	**%**
TRANSPORTE PÚBLICO - TRANSPORTE COLETIVO PRECÁRIO; ESCASSEZ DE ÔNIBUS, DEMORA ENTRE HORÁRIOS DOS ÔNIBUS DE CERCA DE 50 MINUTOS (BAIRRO ÁGUAS CLARAS - RUAS SANTA TEREZINHA, DEPUTADO MENEZES CORTÊS, GERALDO CORTES E DOS PINHEIROS)	3	7,3%
ACESSO E PAVIMENTAÇÃO - VIAS E ESTRADAS EM PÉSSIMO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, INCLUSIVE A VIA DE ACESSO (MUNICÍPIO EM GERAL E BAIRROS ROÇADINHO, MORRO GRANDE, VENTANIA - ESTRADAS DO ROÇADINHO MANUEL GONÇALVES FARIA)	4	9,8%
TRÂNSITO - TRÂNSITO CAÓTICO AO LONGO DA VIA PRINCIPAL DA CIDADE (RJ-134); GRANDE FLUXO DE CAMINÕES EM ÁREAS URBANAS, PRINCIPALMENTE NO TRECHO DA RJ-134 QUE CRUZA A SEDE, SEM CONTROLE DE VELOCIDADE (BAIRRO ÁGUAS CLARAS - RUAS SANTA TEREZINHA, DEPUTADO MENEZES CORTÊS, GERALDO CORTES E DOS PINHEIROS)	2	4,9%
ILUMINAÇÃO PÚBLICA - FALTA DE MANUTENÇÃO (BAIRROS ROÇADINHO, MORRO GRANDE, VENTANIA - ESTRADAS DO ROÇADINHO EMANUEL GONÇALVES FARIA; BAIRRO PARADA MORELLI - ESTRADAS SARDINHA E SILVEIRA DA MOTTA, KM 15)	2	4,9%
ENERGIA ELÉTRICA - FALHAS NO SISTEMA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA	1	2,4%
INFRAESTRUTURA GERAL	**12**	**29,3%**
CONSTRUÇÕES EM LOCAIS INADEQUADOS - INEXISTÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES AO LONGO DAS VIAS (BAIRROS ROÇADINHO, MORRO GRANDE, VENTANIA - ESTRADAS DO ROÇADINHO EMANUEL GONÇALVES FARIA)	1	2,4%
LOTEAMENTOS CLANDESTINOS/IRREGULARES EM TODO O MUNICÍPIO, NO BAIRRO ÁGUAS CLARAS (ESTRADA SILVEIRA DA MOTTA)	2	4,9%
INEXISTÊNCIA DE PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DOS LOTEAMENTO EXISTENTES E DE FISCALIZAÇÃO PARA EVITAR A IMPLANTAÇÃO DE NOVOS LOTEAMENTOS IRREGULARES (BAIRRO ÁGUAS CLARAS - RUAS SANTA TEREZINHA, DEPUTADO MENEZES CORTÊS, GERALDO CORTES E DOS PINHEIROS)	1	2,4%
ORDENAMENTO TERRITORIAL	**4**	**9,8%**
SANEAMENTO BÁSICO - COLETA DE RESÍDUOS IRREGULAR, NÃO HÁ LIXEIRAS (EM TODO O MUNICÍPIO E NO BAIRRO PARADA MORELLI - ESTRADA SILVEIRA DA MOTTA, KM 15)	2	4,9%
SANEAMENTO BÁSICO - DISPOSIÇÃO INDEVIDA/IRREGULAR/CLANDESTINA DE RESÍDUOS SÓLIDOS AO LONGO DE CÓRREGO (BAIRRO PARADA MORELLI - ESTRADA SARDINHA AO LADO DO CÓRREGO)	1	2,4%
SANEAMENTO BÁSICO - INEXISTÊNCIA DE COLETA DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL/ENTULHOS (BAIRRO ÁGUAS CLARAS - RUAS SANTA TEREZINHA, DEPUTADO MENEZES CORTÊS, GERALDO CORTES E DOS PINHEIROS)	1	2,4%
SANEAMENTO BÁSICO - ESGOTAMENTO SANITÁRIO (INEXISTÊNCIA/INSUFICIÊNCIA) - INEXISTÊNCIA DE TRATAMENTO DO ESGOTO ANTES DE CHEGAR AO EMISSÁRIO FINAL - RIO PRETO (BAIRRO ÁGUAS CLARAS - RUAS SANTA TEREZINHA, DEPUTADO MENEZES CORTÊS, GERALDO CORTES E DOS PINHEIROS - BAIRRO PARADA MORELLI - ESTRADA JOANA CABRAL MORELLI)	4	9,8%
SANEAMENTO BÁSICO - ESGOTAMENTO SANITÁRIO (BAIRRO PARADA MORELLI - ESTRADA SARDINHA AO LADO DO CÓRREGO)	1	2,4%
SANEAMENTO BÁSICO - FALTA DE ORIENTAÇÃO AOS MORADORES PARA A NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS ALTERNATIVOS PARA O ESGOTAMENTO SANITÁRIO - FOSSAS SÉPTICAS E SUMIDOUROS EM LOCAIS EM QUE A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTAMENTO SEJA INVIÁVEL (BAIRROS ROÇADINHO, MORRO GRANDE, VENTANIA - ESTRADAS DO ROÇADINHO MANUEL GONÇALVES FARIA)	1	2,4%
SANEAMENTO BÁSICO - INEXISTÊNCIA E/OU DEFICIÊNCIA DA MICRODRENAGEM URBANA	1	2,4%
SANEAMENTO BÁSICO	**11**	**26,8%**

INEXISTÊNCIA DE ÁREAS VERDES - PARQUES, PRAÇAS E JARDINS (EM TODO O MUNICÍPIO E NO BAIRRO PARADA MORELLI - ESTRADA JOANA CABRAL MORELLI)	2	4,9%
INEXISTÊNCIA DE CANIL COMUNITÁRIO, COM COTROLE E FISCALIZAÇÃO (BAIRRO ÁGUAS CLARAS - RUAS SANTA TEREZINHA, DEPUTADO MENEZES CORTÊS, GERALDO CORTES E DOS PINHEIROS)	1	2,4%
DESMATAMENTO E EROSÃO DO SOLO (BAIRRO ÁGUAS CLARAS)	1	2,4%
POLUIÇÃO DOS CORPOS HÍDRICOS - DISPOSIÇÃO INDEVIDA/IRREGULAR/CLANDESTINA DE ESGOTOS DOMICILIARES AO LONGO DE CÓRREGO, GERANDO ODORES (BAIRRO PARADA MORELLI - ESTRADA SARDINHA AO LADO DO CÓRREGO); DISPOSIÇÃO INDEVIDA/IRREGULAR/CLANDESTINA DE RESÍDUOS SÓLIDOS AO LONGO DE CÓRREGO (BAIRRO PARADA MORELLI - ESTRADA SARDINHA AO LADO DO CÓRREGO)	2	4,9%
ASPECTOS AMBIENTAIS	**6**	**14,6%**
EDUCAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE CRECHES E CMEIs	1	2,4%
SAÚDE PÚBLICA - FALTA DE MANUTENÇÃO E DE MELHORIAS NO ATENDIMENTO DO POSTO DE SAÚDE, COM DEMORA NA LIBERAÇÃO DO RESULTADO DOS EXAMES E NECESSIDADE DE DESLOCAMENTO DOS PACIENTES PARA AGENDAMENTO DE MÉDICOS VISTO QUE NO POSTO NÃO OCORRE ESSE SERVIÇO (BAIRROS ROÇADINHO, MORRO GRANDE, VENTANIA - ESTRADAS DO ROÇADINHO MANUEL GONÇALVES FARIA)	1	2,4%
SAÚDE PÚBLICA - INEXISTÊNCIA DE POSTO MÉDICO COM DENTISTA (BAIRRO PARADA MORELLI - ESTRADA JOANA CABRAL MORELLI)	1	2,4%
CONFLITO ENTRE ATIVIDADES URBANAS - RESIDENCIAL E DE SAÚDE PÚBLICA - CLÍNICA DE RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS EM LOCAL INADEQUADO E SEM CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO - SEM EQUIPE ESPECIALIZADA E CAPACITADA (BAIRRO ÁGUAS CLARAS - RUAS SANTA TEREZINHA, DEPUTADO MENEZES CORTÊS, GERALDO CORTES E DOS PINHEIROS)	2	4,9%
SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA - MUITOS VEÍCULOS ABANDONADOS NAS VIAS E ESTRADAS DO BAIRRO ÁGUAS CLARAS (RUAS SANTA TEREZINHA, DEPUTADO MENEZES CORTÊS, GERALDO CORTES E DOS PINHEIROS, INCLUSIVE NA RJ-134 TREHCO URBANO)	1	2,4%
INEXISTÊNCIA DE ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO BAIRRO PARADA MORELLI - SÓ TEM ESCOLA (ESTRADA JOANA CABRAL MORELLI)	1	2,4%
SERVIÇOS PÚBLICOS	**7**	**17,1%**
CONFLITO ENTRE ATIVIDADES URBANAS - RESIDENCIAL E INDUSTRIAL - INDÚSTRIA DE RAÇÃO INCÔMODA NA ÁREA URBANA PRÓXIMA A RESIDÊNCIAS E ESCOLAS, OCASIONANDO POLUIÇÃO DO AR E SONORA (BAIRRO ÁGUAS CLARAS)	1	2,4%
ASPECTOS ECONÔMICOS X ORDENAMENTO TERRITORIAL	**1**	**2,4%**
TOTAL DE DEFICIÊNCIAS APONTADAS	**41**	**100,0%**

Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Em relação às deficiências (41 apontamentos), após a discussão inicial da dinâmica "Município/Cidade que Temos" aplicada na 1ª/2ª RC, observa-se predominância daquelas relacionadas à infraestrutura geral - 29,3% das deficiências apontadas (transporte público precário ou inexistente, ausência ou inexistência de pavimentação em algumas vias e de equipamentos que garantam a acessibilidade universal, trânsito caótico, sem controle de velocidade e tráfego intenso de veículos de carga pela via principal da sede - trecho urbano da RJ-134, interrupções de fornecimento de energia e precariedade no sistema de iluminação pública) e ao saneamento básico - 26,8% das deficiências apontadas (inexistência de sistemas de esgotamento sanitário, de drenagem urbana, de coleta seletiva e de disposição correta dos resíduos domiciliares urbanos e rurais).

Os serviços públicos apareceram em terceiro lugar na ordem das deficiências apontadas (17,1%), seguidos por aspectos ambientais (14,6%),

ordenamento territorial (9,8%) e conflitos entre atividades urbanas econômicas e residenciais (2,4%).

Quanto aos serviços públicos, foi mencionada a carência de Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e de Postos de Saúde com atendimento odontológico e outros serviços em alguns pontos da Sede Urbana (Bairros Roçadinho, Morro Grande e Ventania). A questão da segurança pública também foi mencionada nesse quesito, principalmente em relação ao grande número de veículos abandonados pelas vias do Município, muitos deles desde a enchente de 2011, segundo informações fornecidas pelos técnicos da Defesa Civil de SJVRP. Vale destacar que veículos abandonados ao ar livre se deterioram, enferrujam e acumulam água, podendo gerar focos de proliferação de insetos, inclusive os transmissores de doenças graves como a Dengue, Zika e Chikungunya.

Em relação aos aspectos ambientais, carência de áreas verdes urbanas (praças, parques e jardins) e poluição e contaminação dos recursos hídricos do Município foram as deficiências mais destacadas, contudo, preocupação com o desmatamento e com a erosão do solo também foi mencionada (Bairros Parada Morelli e Águas Claras).

Ponto não menos importante foi mencionado como deficiência, a inexistência de canil comunitário que possa abrigar animais abandonados pelas ruas, problema que também afeta a saúde pública (Bairro Águas Claras).

No que se refere ao ordenamento territorial, a maior queixa foi em relação à existência de muitos loteamentos irregulares e clandestinos em alguns Bairros, situação que se repercute em quase todo o Município. Construções irregulares e inexistência de processos de regularização dos lotes e edificações foram mencionadas como deficiências no processo de organização do território urbano. A ineficiência da fiscalização geral também foi mencionada (Bairros Roçadinho, Morro Grande, Ventania e Águas Claras).

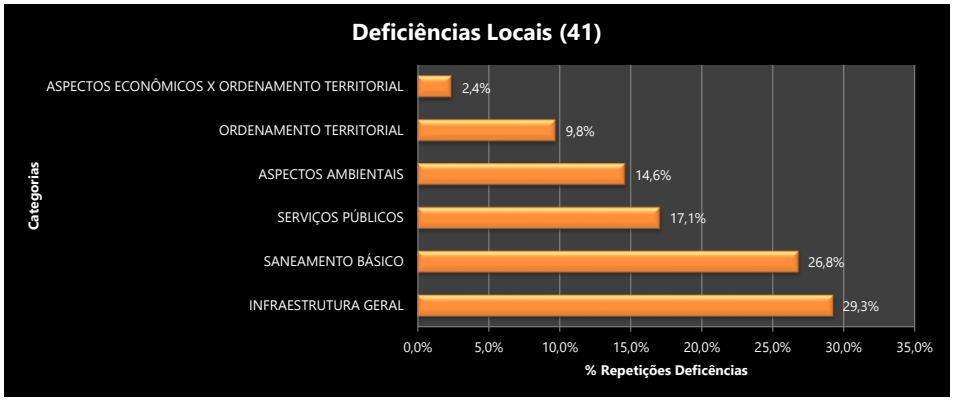
Por fim, conflitos entre atividades urbanas - residencial e industrial -, foram destacados. Indústria considerada incômoda localizada na área urbana próxima a residências e escolas, ocasiona poluição do ar e sonora (Bairro Águas Claras). Destaca-se, entretanto, que a referida indústria foi implantada antes do crescimento do Bairro, mas que esta vem sendo ampliada ao longo dos anos, tomando porte incompatível com a atividade residencial local, gerando poluentes e intensificando o tráfego de veículos, principalmente os de carga, grandes e pesados, o que dificulta manobras, conturba ainda mais o trânsito da região e gera risco de acidentes.

Tabela 89 - Síntese das Deficiências Apontadas por Categorias - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 1ª/2ª RC.

DEFICIÊNCIAS EM SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO 1ª/2ª RC		
CATEGORIAS	**Nº**	**%**
INFRAESTRUTURA GERAL	12	29,3%
SANEAMENTO BÁSICO	11	26,8%
SERVIÇOS PÚBLICOS	7	17,1%
ASPECTOS AMBIENTAIS	6	14,6%
ORDENAMENTO TERRITORIAL	4	9,8%
ASPECTOS ECONÔMICOS X ORDENAMENTO TERRITORIAL	1	2,4%
TOTAL DE DEFICIÊNCIAS APONTADAS	**41**	**100,0%**

Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Figura 62 - Gráfico com Deficiências Apontados por Categorias - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 1ª/2ª RC.



Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Além das deficiências, foram apontadas na 1ª/2ª RC 40 possíveis soluções, distribuídas por 6 categorias distintas (infraestrutura geral, saneamento básico, aspectos ambientais, ordenamento territorial, serviços públicos e aspectos institucionais), indicadas por bairros, conforme Tabelas 90 e 91 e Figura 63.

Tabela 90 - Sistematização Material Proveniente da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 1ª/2ª RC - Possíveis Soluções Apontadas por Categorias e por Bairros.

PROPOSTAS DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA AS DEFICIÊNCIAS LEVANTADAS EM SJVRP - MAPA "MUNICÍPIO QUE QUEREMOS" - 1ª/2ª RC														
POSSÍVEIS SOLUÇÕES POR CATEGORIAS	BAIRROS ABRANGIDOS												TOTAL REPETIÇÕES PROPOSIÇÕES	%
	MORRO GRANDE	ROÇADINHO	GLÓRIA	VENTANIA	PARADA MORELLI	JAGUARA	CAMBOATÁ	CONTENDAS	QUEIRÓZ	ÁGUAS CLARAS	BRUCUSSU		
PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA DA VENTANIA (MANUEL GONÇALVES FARIA)				1									1	2,5%
PAVIMENTAÇÃO - RECAPE DA ESTRADA DO ROÇADINHO		1											1	2,5%
ENERGIA ELÉTRICA - INSTALAÇÃO DE SUBESTAÇÕES DE ENERGIA								1	1				2	5,0%
ENERGIA ELÉTRICA - MELHORIAS NO SISTEMA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA E INCREMENTO DA MANUTENAÇÃO								1	1				2	5,0%
ILUMINAÇÃO PÚBLICA - MELHORIAS NA MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS QUEIMADAS		1			1								2	5,0%
TRANSPORTE COLETIVO - AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE HORÁRIOS OU IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO ALTERNATIVA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO		1											1	2,5%
INFRAESTRUTURA GERAL	**0**	**3**	**0**	**1**	**1**	**0**	**0**	**2**	**2**	**0**	**0**		**9**	**22,5%**
ZONEAMENTO URBANO - DEFINIÇÃO DE ZONA RESIDENCIAL										1			1	2,5%
ZONEAMETNO URBANO - RELOCAÇÃO DE CLÍNICA DE RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS, ATUALMENTE INSERIDA EM ÁREA RESIDENCIAL E CAUSANDO CONFLITOS DE USO DO SOLO										2			2	5,0%
ZONEAMENTO URBANO - IMPLANTAÇÃO DE ZONA INDUSTRIAL											1		1	2,5%
SISTEMA VIÁRIO - DESVIO DO TRÂNSITO DE VEÍCULOS DE CARGA PESADA DA VIA PRINCIPAL DA SEDE URBANA DE SJVRP POR MEIO DE CONTORNO - AÇÃO QUE ATENDERÁ A TODA A SEDE URBANA										1			1	2,5%
SISTEMA VIÁRIO - CONSTRUÇÃO DE VIAS ALTERNATIVAS DE LIGAÇÃO ENTRE OS BAIRROS										1			1	2,5%
ORDENAMENTO TERRITORIAL	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**5**	**1**		**6**	**15,0%**

SANEAMENTO BÁSICO - ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA POSSIBILITAR A UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO									1			1	2,5%
ESGOTAMENTO SANITÁRIO - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS										1		1	2,5%
ESGOTAMENTO SANITÁRIO - CAMPANHA/ESTÍMULO PARA CONSTRUÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS "RIO LIMPO"	1			1								2	5,0%
RESÍDUOS SÓLIDOS - ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PMGIRS PARA TODO O MUNICÍPIO						1						1	2,5%
RESÍDUOS SÓLIDOS - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA SELETIVA						1						1	2,5%
RESÍDUOS SÓLIDOS - IMPLANTAÇÃO DE CONTAINERS PARA COLETA DE RESÍDUOS AO LONGO DO CÓRREGO DA SARDINHA E REGIÃO					1							1	2,5%
DRENAGEM URBANA - LEVANTAMENTO E MAPEAMENTO DOS SITEMAS DE DRENAGEM EXISTENTES PARA POSSIBILITAR O PROJETO E A AMPLIAÇÃO DA REDE E DEMAIS EQUIPAMENTOS										1		1	2,5%
SANEAMENTO BÁSICO	**1**	**0**	**0**	**1**	**1**	**2**	**0**	**0**	**1**	**2**	**0**	**8**	**20,0%**
IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS VERDE - PRAÇAS, PARQUE E JARDINS					1	1	1			1		4	10,0%
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL - CONTROLE DO DESMATAMENTO GERAL E DOS MORROS/ENCOSTAS										1		1	2,5%
CONSERVAÇAO AMBIENTAL - IMPLANTAÇÃO DE CANIL COMUNITÁRIO											1	1	2,5%
CRIAÇÃO DE APA					1							1	2,5%
ASPECTOS AMBIENTAIS	**0**	**0**	**0**	**0**	**2**	**1**	**1**	**0**	**0**	**2**	**1**	**7**	**17,5%**

EDUCAÇÃO - CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE CRECHES/CMEIs						1						1	2,5%
SAÚDE PÚBICA - CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO DE POSTO DE SAÚDE					1							1	2,5%
SAÚDE PÚBICA - MELHORIAS NO SISTEMA DE ENTREGA DE RESULTADOS DE EXAMES		1	1									2	5,0%
SAÚDE PÚBICA - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MARCAÇÃO DE CONSULTAS POR TELEFONE NO POSTO DE SAÚDE		1	1									2	5,0%
SERVIÇOS PÚBLICOS	**0**	**2**	**2**	**0**	**1**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**6**	**15,0%**
DEFINIÇÃO DE BASE LEGAL E INCREMENTO DA FISCALIZAÇÃO PARA CORTES E ATERROS NA IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTOS							1					1	2,5%
INCREMENTO DA FISCALIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO											1	1	2,5%
INCREMENTO DA FISCALIZAÇÃO QUANTO À IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTOS CLANDESTINOS										1		1	2,5%
INCREMENTO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL JUNTO A INDÚSTRIAS QUANTO À POLUIÇÃO DO AR E SONORA										1		1	2,5%
ASPECTOS INSTITUCIONAIS	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**0**	**0**	**2**	**1**	**4**	**10,0%**
TOTAL DE ITENS APONTADOS	**1**	**5**	**2**	**2**	**5**	**4**	**2**	**2**	**3**	**11**	**3**	**40**	**100,0%**

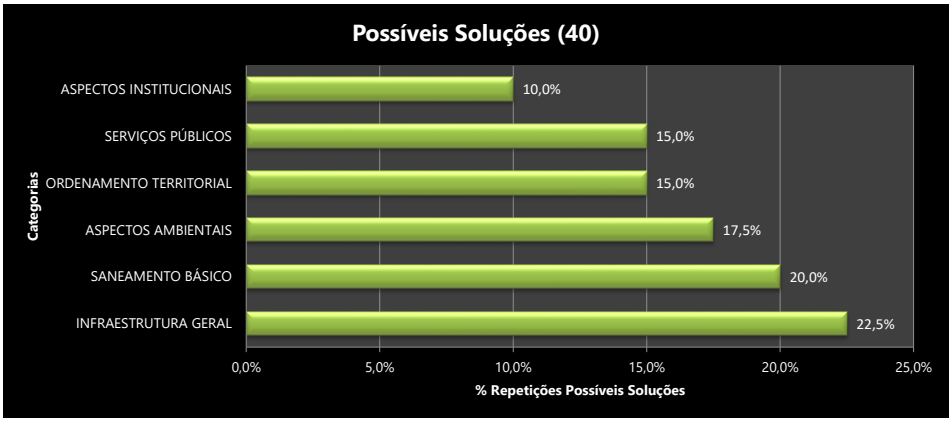
Fonte: Município de SJVRP - Mapa Resultante Dinâmica "Município/Cidade que Queremos".
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Tabela 91 - Síntese das Possíveis Soluções Apontadas por Categorias e por Bairros - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 1ª/2ª RC.

CATEGORIAS	PROPOSTAS DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA AS DEFICIÊNCIAS LEVANTADAS EM SJVRP – MAPA "MUNICÍPIO QUE QUEREMOS" - 1ª/2ª RC												TOTAL REPETIÇÕES	%
	MORRO GRANDE	ROÇADINHO	GLÓRIA	VENTANIA	PARADA MORELLI	JAGUARA	CAMBOATÁ	CONTENDAS	QUEIRÓZ	ÁGUAS CLARAS	BRUCUSSU			
INFRAESTRUTURA GERAL	0	3	0	1	1	0	0	2	2	0	0		9	22,5%
SANEAMENTO BÁSICO	1	0	0	1	1	2	0	0	1	2	0		8	20,0%
ASPECTOS AMBIENTAIS	0	0	0	0	2	1	1	0	0	2	1		7	17,5%
ORDENAMENTO TERRITORIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1		6	15,0%
SERVIÇOS PÚBLICOS	0	2	2	0	1	1	0	0	0	0	0		6	15,0%
ASPECTOS INSTITUCIONAIS	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	1		4	10,0%
TOTAL DE ITENS APONTADOS	**1**	**5**	**2**	**2**	**5**	**4**	**2**	**2**	**3**	**11**	**3**		**40**	**100,0%**

Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Figura 63 - Gráfico com Possíveis Soluções Apontados por Categorias - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 1ª/2ª RC.



Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

As propostas de soluções que mais se destacaram, conforme Gráfico da Figura anterior foram as relacionadas às temáticas infraestrutura geral (22,5% das sugestões de soluções) e saneamento básico (20,0%).

Avaliando os dados sistematizados sobre a categoria infraestrutura geral, observou-se que há a necessidade de recuperação, manutenção e execução da pavimentação em algumas vias urbanas/rurais, caso das estradas dos Bairros Ventania (Manuel Gonçalves Faria) e Roçadinho, ambas mencionadas nas possíveis soluções. Quanto ao fornecimento de energia elétrica e de iluminação pública também foram dois pontos apontados que demonstram necessidade de melhorias, principalmente no que se refere à ampliação das áreas atendidas e à estabilidade de fornecimento de energia em ocasiões de temporais ou chuvas fortes. A inspeção e a manutenção permanentes das lâmpadas queimadas para rápida substituição foi outra solução apontada como necessária pelos moradores presentes na 1ª/2ª RC.

Ainda no quesito infraestrutura, destacou-se possível solução relacionada ao transporte público que aborda a ampliação de oferta de horários dos ônibus e a implantação de sistemas alternativos de transporte público.

Quanto à temática saneamento básico, identificou-se que os moradores dos Bairros abrangidos na 1ª/2ª RC consideram o esgotamento sanitário como o ponto mais crítico para a intervenção mediante o PDM. Sugestão de solução por meio de incentivos à utilização de fossas sépticas no tratamento do esgoto

domiciliar foi mencionada, assim como ampliação de rede coletora e de sistemas de tratamento em locais com viabilidade técnica para tanto.

Ações relacionadas à coleta, manejo e disposição final de resíduos sólidos também foram sugeridas: elaboração e execução de Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS) para possibilitar a implantação de coleta seletiva de resíduos em todo o Município e instalação de *containers* ao longo das vias e cursos hídricos da área urbana.

Ainda na categoria saneamento básico, foi sugerida ampliação dos sistemas de drenagem urbana, mediante levantamento e mapeamento das estruturas existentes e avaliação da capacidade de atendimento das mesmas quanto à coleta de condução da água da chuva. Cabe destacar que SJVRP já passou por diversas inundações e alagamentos, fato bastante associado à ocupação irregular ao longo do Rio Preto, mas também associado à ineficiência ou inexistência de sistemas adequados de drenagem urbana.

Como ocorreu na 1ª Audiência Pública do PDM, os serviços públicos (15,0%) de São José do Vale do Rio Preto foram destacados por serem bastante adequados às necessidades locais, mesmo assim, houve propostas para seu incremento, principalmente no que se refere à educação e à saúde. Solução como a construção de CMEI no Bairro Jaguara foi mencionada. Melhorias nos sistemas de atendimento (liberação de resultado de exames) e na marcação de consultas nos postos de saúde também foram sugeridas, principalmente nos Bairros Roçadinho e Glória.

Em relação aos fatores ambientais (17,5%), foram propostas ações para a implantação de novas áreas verdes públicas (praças, parques, jardins e áreas de lazer). Também foram sugeridas ações para a conservação da mata nativa, por meio da fiscalização e controle do desmatamento em geral e das encostas. Cabe lembrar que o desmatamento das encostas agrava a vulnerabilidade a desbarrancamentos de solo em ocasiões de chuvas mais fortes.

Outra questão relacionada aos aspectos ambientais, abordada com possível solução é a dos animais abandonados nas vias do Município. Foi sugerida ação para a implantação de canil comunitário. Além da conservação da vida animal, essa questão traz à tona a temática saúde pública, relacionada com o abandono de animais domésticos nas vias das cidades, muitas vezes portadores de doenças contagiosas, que podem ser transmitidas para outros animais e, até mesmo, para os humanos.

Outra sugestão, não menos importante, foi a de criação de Área de Proteção Ambiental (APA), nas proximidades do Bairro Parada Morelli. Sendo SJVRP rico em áreas passíveis de preservação, seja pela presença de

remanescentes de mata nativa do bioma Mata Atlântica, de diversos cursos hídricos e suas matas ciliares ou pela presença de morros (APPs), essa sugestão vem ao encontro da necessidade de conservação do potencial ambiental do Município. Existem seis Unidades de Conservação em SJVRP (uma APA, um Monumento Natural, uma Estação Ecológica, uma Reserva Biológica, um Parque Natural Municipal e uma RPPN), no entanto, há inúmeras áreas intocadas em seu território com potencial para a preservação ambiental, mediante a instituição de novas unidades de conservação como a Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN). Cabe destacar que a presença de unidades de conservação em solo municipal potencializam o incremento da arrecadação mediante o recebimento de ICMS Ecológico.

Para a categoria ordenamento territorial (15,0%), as soluções mais mencionadas foram relacionados à instituição de Zoneamento Urbano, definindo áreas específicas para implantação de atividades residenciais, de saúde e industriais. A instalação de um distrito industrial também foi mencionada como sendo ação imprescindível para o desenvolvimento socioeconômico do Município, na geração de empregos e incremento da renda dos trabalhadores.

Ainda na categoria ordenamento territorial, o sistema viário aparece como outro ponto importante para intervenção urgente. A necessidade de abertura de vias e estradas alternativas às existentes para a ligação entre Bairros urbanos e rurais, bem como o desvio do trânsito de carga da via principal urbana (trecho urbano da RJ-134) mostra-se como ação necessária para ser realizada em curto prazo, resolvendo assim, questões de trânsito, segurança pública e poluição do ar.

Por fim, a execução do PDM, com a devida definição de base legal para o disciplinamento de uso e ocupação e parcelamento do solo, também foi solução mencionada nas propostas da temática aspectos institucionais (10,0% das possíveis soluções sugeridas). A instituição de instrumentos legais para a implantação de novos loteamentos e suas estruturas e controle de cortes e aterros, principalmente em morros e encostas, foi solução proposta para o Bairro Camboatá.

Outro quesito institucional mencionado em possíveis soluções foi a fiscalização geral do Município (Bairro Brucussu). Incremento da fiscalização municipal para evitar a implantação de loteamentos clandestinos e irregulares e da fiscalização ambiental (no sentido de controlar a poluição do ar e sonora), foram ações sugeridas para o Bairro Águas Claras, contudo, aplica-se a todo o Município.

Ao analisar as informações coletadas nessa RC e posteriormente sistematizadas, conclui-se que as ações e os projetos propostos pelo PDM, para os diversos setores municipais, deverão ser bem elaborados e abordar as necessidades reais da sociedade, mediante a Gestão Participativa e o Controle Social, para que sejam obtidos serviços de qualidade e melhor aproveitamento da infraestrutura, ou seja, aspectos como pavimentação, fornecimento de energia elétrica e iluminação pública, saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos e da drenagem urbana), urbanização dos espaços públicos (ruas, calçadas e áreas de lazer e recreação), sistema viário e acessibilidade universal e a serviços públicos deverão ser incorporados nos estudos para escolha dos espaços urbanos a serem utilizados para o atendimento das demandas atuais na Sede Urbana. Todos esses dados também servirão de subsídio para justificar alterações no perímetro urbano, na definição de uso e ocupação e do devido parcelamento do solo urbano, respeitadas as exigências e condicionantes ambientais locais.

Para a realização das 3ª e 4ª RCs utilizou-se o mesmo critério da noite anterior, devido ao baixo quórum nos horários pré-estabelecidos para as reuniões, novamente as equipes de trabalho do Município e da Safra entraram em consenso com a plateia presente para realização de apenas uma reunião, abrangendo todos os bairros da 3ª e da 4ª RCs. A população presente não se opôs e a reunião teve continuidade.

A 3ª/4ª Reunião Comunitária do PDM de São José do Vale do Rio Preto foi realizada no dia 28 de junho de 2017, na Secretaria Municipal de Defesa Civil e Ordem Pública, no Bairro Novo Centro, com início por volta das 19 horas e término por volta das 22 horas. Contou com a presença de 22 pessoas e teve como objetivo a capacitação da população presente sobre o PDM, bem como o estímulo à discussão e o acolhimento de sugestões e possíveis soluções para os problemas identificados nos Bairros abrangidos, seguindo os preceitos de Controle Social e Gestão Participativa adotados nas duas primeiras reuniões. Para tanto, utilizou-se a mesma dinâmica participativa aplicada na 1ª/2ª RC, realizada logo após à apresentação dos Técnicos da Safra sobre a Etapa II, focando mais nos bairros abrangidos na reunião. Aqui também foram realizados esclarecimentos acerca do PDM e sua relevância para o Município. Além disso, foram expostas algumas das informações coletadas, já sistematizadas e espacializadas em ambiente SIG sobre a Etapa II - Diagnóstico - Leitura Técnica. A apresentação teve como principal objetivo capacitar os presentes de forma a elucidá-los sobre os mais diversos temas que o PDM aborda e provocar a discussão.

Após o término da apresentação da Safra, foi dado início à dinâmica em grupos - o "Município/Cidade que Temos" e o "Município/Cidade que Queremos". Os presentes foram divididos em 5 grupos, por similaridade de interesses ou vizinhança, e foi estabelecido tempo de 15 a 20 minutos para a discussão e anotação dos principais problemas, deficiências, dificuldades ou condicionantes observados em seu bairro/rua. Na sequência, foi estabelecido tempo de mais 15 a 20 minutos para que os grupos sugerissem possíveis soluções para os problemas listados na primeira etapa da dinâmica. O final da dinâmica contou com a montagem do "Município/Cidade que Queremos" com as possíveis soluções dos problemas identificados dispostas em papéis coloridos em mapas físicos com imagens de satélite dos Bairros abrangidos na reunião.

Resultaram dessa dinâmica 49 apontamentos sobre deficiências locais em 8 categorias distintas, que são: infraestrutura geral, ordenamento territorial, saneamento básico, aspectos ambientais, socioespaciais, econômicos e institucionais, e serviços públicos, conforme Tabelas 92 e 93 e Figura 64.

Tabela 92 - Sistematização Material Proveniente da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 3ª/4ª RC - Deficiências Apontadas por Categorias.

DEFICIÊNCIAS EM SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO 3ª/4ª RC		
CATEGORIAS	**Nº**	**%**
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS (BAIRROS VERA LÚCIA, CENTRO, NOVO CENTRO, SANTA FÉ E VALVERDE)	1	2,0%
ACESSIBILIDADE UNIVERSAL - INEXISTÊNCIA DE PASSEIOS, CALÇADAS IRREGULARES (EM TODA A ÁREA URBANA, BAIRROS CENTRO, NOVO CENTRO, BOA VISTA, POUSO ALEGRE)	3	6,1%
ENERGIA ELÉTRICA - CARÊNCIA DE SUBESTAÇÕES DE ENERGIA	1	2,0%
TRANSPORTE PÚBLICO - FALTA DE REGULAMENTAÇÃO/ORDENAMENTO DO TRASNPORTE COLETIVO (ÔNIBUS), TÁXIS E DE CARGA (BAIRROS CENTRO, NOVO CENTRO, BOA VISTA, POUSO ALEGRE)	1	2,0%
TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - DEFICIÊNCIA/INEXISTÊNCIA (BAIRROS CENTRO, NOVO CENTRO, VERA LÚCIA, SANTA FÉ E VALVERDE)	2	4,1%
TRÂNSITO DESORGANIZADO/NÃO REGULAMENTADO - INEXISTÊNCIA DE HORÁRIOS PARA CARGA E DESCARGA, DE DEMARCAÇÃO PARA ESTACIONAMENTOS E PONTOS DE TÁXIS (EM TODA A ÁREA URBANA, BAIRROS CENTRO, NOVO CENTRO, BOA VISTA, POUSO ALEGRE)	4	8,2%
SINALIZAÇÃO VIÁRIA - INEXISTÊNCIA DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, INFORMATIVA DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E TURÍSTICA (BAIRROS CENTRO, NOVO CENTRO, BOA VISTA, POUSO ALEGRE)	2	4,1%
INFRAESTRUTURA GERAL	**14**	**28,6%**
PERÍMETROS URBANOS - INEXISTÊNCIA DE DEFINIÇÃO DO QUE É URBANO E DO QUE É RURAL (BAIRROS CENTRO, NOVO CENTRO, VERA LÚCIA, SANTA FÉ E VALVERDE)	1	2,0%
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - LOCALIZAÇÃO INADEQUADA DAS UNIDADES HABITACIONAIS AO LONGO DO RIO PRETO NO BAIRRO POÇO FUNDO	1	2,0%
SISTEMA VIÁRIO - INEXISTÊNCIA DE VIAS ALTERNATIVAS À ESTRADA SILVEIRA DA MOTTA (BAIRROS CENTRO, NOVO CENTRO, VERA LÚCIA, SANTA FÉ E VALVERDE)	1	2,0%
ZONEAMENTO URBANO - BAIRRO CACHOEIRINHA NECESSITA SER REGULARIZADO COMO BAIRRO RESIDENCIAL (NOVO CENTRO)	1	2,0%
LOTEAMENTOS HABITACIONAIS IRREGULARES (EM TODO O MUNICÍPIO, BAIRROS BARINHA, VALVERDE	3	6,1%
ORDENAMENTO TERRITORIAL	**7**	**14,3%**
SANEAMENTO BÁSICO - DRENAGEM URBANA DEFICIENTE OU INEXISTENTE (BAIRROS CENTRO, NOVO CENTRO, BOA VISTA, POUSO ALEGRE, VERA LÚCIA, SANTA FÉ E VALVERDE)	2	4,1%
SANEAMENTO BÁSICO - ABASTECIMENTO DE ÁGUA DEFICIENTE/IRREGULAR, FALTA DE ÁGUA (EM TODA A ÁREA URBANA, BAIRROS CENTRO, NOVO CENTRO, VERA LÚCIA, SANTA FÉ E VALVERDE)	2	4,1%
SANEAMENTO BÁSICO - ESGOTAMENTO SANITÁRIO PRECÁRIO/INEXISTENTE (MUNICÍPIO EM GERAL, BAIRROS CENTRO, NOVO CENTRO, BOA VISTA, POUSO ALEGRE, BARRINHA, POÇO FUNDO)	5	10,2%
SANEAMENTO BÁSICO - LIMPEZA PÚBLICA IRREGULAR/INEXISTENTE (BAIRROS CENTRO, NOVO CENTRO, VERA LÚCIA, SANTA FÉ E VALVERDE)	1	2,0%
SANEAMENTO BÁSICO	**10**	**20,4%**

INEXISTÊNCIA DE ÁREAS VERDES - PARQUES, PRAÇAS E JARDINS (BAIRROS CENTRO, NOVO CENTRO, VERA LÚCIA, SANTA FÉ E VALVERDE)	1	2,0%
DESMATAMENTO (EM TODO O MUNICÍPIO)	1	2,0%
INEXISTÊNCIA DE PROGRAMAS DE REFLORESTAMENTO DAS MATAS CILIARES DO MUNICÍPIO	1	2,0%
POLUIÇÃO DOS CURSOS HÍDRICOS - INEXISTÊNCIA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DOS CURSOS D'ÁGUA DO MUNICÍPIO	1	2,0%
POLUIÇÃO SONORA (BAIRROS CENTRO, NOVO CENTRO, BOA VISTA, POUSO ALEGRE)	1	2,0%
ASPECTOS AMBIENTAIS	**5**	**10,2%**
EDUCAÇÃO - CARÊNCIA DE CRECHES E CMEIs (BAIRROS CENTRO, NOVO CENTRO, VERA LÚCIA, SANTA FÉ E VALVERDE)	2	4,1%
EDUCAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE ENSINO SUPERIOR (BAIRROS CENTRO, NOVO CENTRO, VERA LÚCIA, SANTA FÉ E VALVERDE)	1	2,0%
SEGURANÇA PÚBLICA (BAIRROS CENTRO, NOVO CENTRO, BOA VISTA, POUSO ALEGRE, VERA LÚCIA, SANTA FÉ E VALVERDE)	2	4,1%
SERVIÇOS FUNERÁRIOS - LOCAIS PARA SEPULTAMENTOS INSUFICIENTES (BAIRROS CENTRO, NOVO CENTRO, VERA LÚCIA, SANTA FÉ E VALVERDE)	1	2,0%
SERVIÇOS PÚBLICOS	**6**	**12,2%**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS EM TODO O MUNICÍPIO	1	2,0%
CONSTRUÇÕES HABITACIONAIS/OBRAS IRREGULARES EM TODO O MUNICÍPIO	2	4,1%
INEXISTÊNCIA/AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERAL, PARA A IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTOS, PARA A EXECUÇÃO DE CORTES E ATERROS (BAIRROS CENTRO, NOVO CENTRO, BOA VISTA, POUSO ALEGRE)	2	4,1%
ASPECTOS INSTITUCIONAIS	**5**	**10,2%**
DEFICIÊNCIAS NA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA/AVÍCOLA LOCAL	1	2,0%
ASPECTOS ECONÔMICOS	**1**	**2,0%**
CONFLITO ENTRE ATIVIDADES URBANAS - RESIDENCIAL E INDUSTRIAL (ABATEDOUROS E FÁBRICAS) - EM TODA A ÁREA URBANA	1	2,0%
ASPECTOS ECONÔMICOS X ORDENAMENTO TERRITORIAL	**1**	**2,0%**
TOTAL DE DEFICIÊNCIAS APONTADAS	**49**	**100,0%**

Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Na 3ª/4ª RC foram apontadas 49 deficiências após a discussão em grupos realizada na primeira parte da dinâmica "Município/Cidade que Temos". Como na 1ª/2ª RC, observa-se predominância das deficiências relacionadas à infraestrutura geral - 28,6% das deficiências apontadas (transporte público coletivo precário ou inexistente, inexistência de regulamentação para o transporte de carga e táxis, ausência ou inexistência de pavimentação em algumas vias e de elementos de acessibilidade universal, trânsito desorganizado, inexistência de regulamentação de vagas para estacionamento, inexistência de sinalização viária, de trânsito, informativa e turística, carência de subestação de energia) e ao saneamento básico - 20,4% das deficiências apontadas (inexistência de sistemas de esgotamento sanitário – no Município em geral, destacando-se os bairros Centro, Novo Centro, Boa Vista, Pouso Alegre, Barrinha e Poço Fundo -, falhas no abastecimento de água - em toda a

área urbana, principalmente nos Bairros Centro, Novo Centro, Vera Lúcia, Santa Fé e Valverde -, inexistência e/ou ineficiência de sistemas de drenagem urbana, de coleta e disposição correta dos resíduos domiciliares - nos Bairros Centro, Novo Centro, Vera Lúcia, Santa Fé e Valverde), seguidas por ordenamento territorial (14,3%), serviços públicos (12,2%), aspectos ambientais (10,2%), institucionais (10,2%), econômicos (2,0%) e de conflitos entre atividades urbanas (2,0%).

No que se refere ao ordenamento territorial, a maior queixa, como ocorrido na 1ª/2ª RC, foi em relação à existência de loteamentos irregulares e/ou clandestinos em alguns Bairros, situação que se repete por quase todo o território do Município. Construções irregulares e inexistência de sistemas de regularização fundiária e de obras também foram mencionadas como deficiências. Ainda, a falta de definição do que é urbano e do que é rural, por meio da instituição do perímetro urbano oficial, também foi mencionada como deficiência no processo de organização do território urbano (Bairros Barrinha Valverde, Cachoeirinha, Centro, Novo Centro, Parque Vera Lúcia, Santa Fé e Poço Fundo).

Quanto aos serviços públicos, foi mencionada a carência de CMEIs (Bairros Centro, Novo Centro, Vera Lúcia, Santa Fé e Valverde) e a inexistência de ensino superior no Município. O quesito segurança pública também foi mencionado e, não menos importante, apareceu a necessidade de aquisição/implantação de espaço físico para novos sepultamentos (Bairros Centro, Novo Centro, Boa Vista, Pouso Alegre, Vera Lúcia, Santa Fé e Valverde).

Em relação aos aspectos ambientais, carência de áreas verdes urbanas (praças, parques e jardins), poluição e contaminação dos recursos hídricos do Município, poluição sonora, desmatamento e inexistência de programas de reflorestamento foram quesitos destacados como deficiências em SJVRP (Bairros Centro, Novo Centro, Vera Lúcia, Santa Fé, Valverde, Boa Vista e Pouso Alegre).

Quanto aos aspectos institucionais, foram identificadas deficiências na prestação de serviços públicos à sociedade de modo geral. Destaque foi dado à dificuldade da Prefeitura quanto à fiscalização sobre a implantação de habitações irregulares, ou seja, ineficiência dos sistemas de fiscalização municipal em geral, principalmente aquela relacionada à implantação de loteamentos, cortes e aterros nos morros (em todo o Município, principalmente nos Bairros Centro, Novo Centro, Boa Vista e Pouso Alegre).

No que se refere aos aspectos econômicos, foram identificadas deficiências na comercialização da produção agrícola/avícola local.

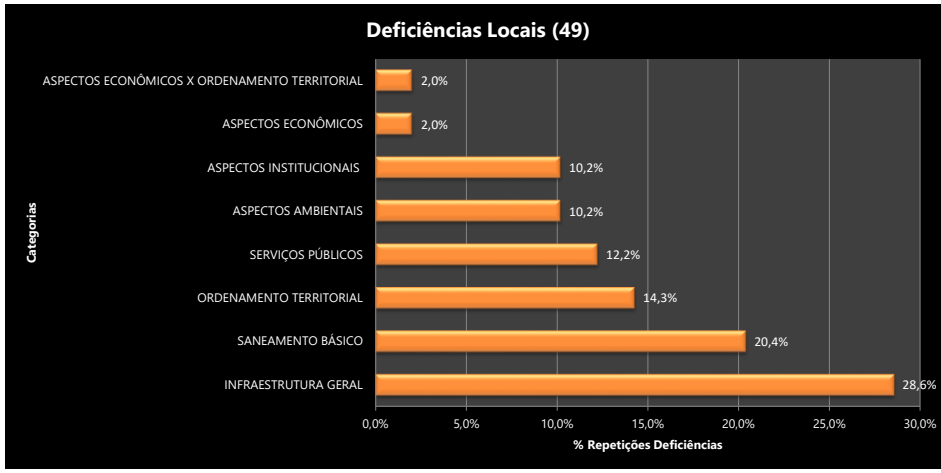
Por fim, novamente apareceram os conflitos entre atividades urbanas - residencial e industrial. Indústrias consideradas incômodas e abatedouros de aves encontram-se localizadas na sede urbana próximas a residências e escolas, ocasionando poluição do ar, dos recursos hídricos e sonora, aumento do tráfego e manobra de veículos de carga, transtornos no trânsito e riscos de acidentes.

Tabela 93 - Síntese das Deficiências Apontadas por Categorias - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 3ª/4ª RC.

DEFICIÊNCIAS EM SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO 3ª/4ª RC		
CATEGORIAS	**Nº**	**%**
INFRAESTRUTURA GERAL	14	28,6%
SANEAMENTO BÁSICO	10	20,4%
ORDENAMENTO TERRITORIAL	7	14,3%
SERVIÇOS PÚBLICOS	6	12,2%
ASPECTOS AMBIENTAIS	5	10,2%
ASPECTOS INSTITUCIONAIS	5	10,2%
ASPECTOS ECONÔMICOS	1	2,0%
ASPECTOS ECONÔMICOS X ORDENAMENTO TERRITORIAL	1	2,0%
TOTAL DE DEFICIÊNCIAS APONTADAS	**49**	**100,0%**

Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Figura 64 - Gráfico com Deficiências Apontados por Categorias - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 3ª/4ª RC.



Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Além das deficiências, foram apontadas na 3ª/4ª RC 78 possíveis soluções, distribuídas por 8 categorias distintas (infraestrutura geral, saneamento básico, aspectos ambientais, socioespaciais, econômicos e institucionais, ordenamento territorial e serviços públicos), indicadas por Bairros, conforme Tabelas 94 e 95 e Figura 65.

Tabela 94 - Sistematização Material Proveniente da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 3ª/4ª RC - Possíveis Soluções Apontadas por Categorias e Por Bairros.

PROPOSTAS DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA AS DEFICIÊNCIAS LEVANTADAS EM SJVRP - MAPA "MUNICÍPIO QUE QUEREMOS" - 3ª/4ª RC																												
	BAIRROS ABRANGIDOS																										TOTAL	
POSSÍVEIS SOLUÇÕES POR CATEGORIAS	BELÉM	GROTA FUNDA	JAGUARA	CONTENDAS	QUIRIÓZ	BRICUSSU	ÁGUAS CLARAS	ROÇADINHO	MORRO GANDE	GLÓRIA	DIRINDI	SANTA FÉ	POUSO ALEGRE	CENTRO	PEDRAS BRANCAS	TORRÃO DE OURO	PARQUE VERA LÚCIA	PINHEIROS	FLORESTA	VALVERDE	CACHOEIRINHA	SÃO LOURENÇO	SERRA DO CAPIM	MUNICÍPIO EM GERAL	REPETIÇÕES PROPOSIÇÕES	%
MANUTENÇÃO DE ESTRADAS - MELHORIAS NAS ESTRADAS URBANAS E RURAIS											1	1													2	2,6%
TRÂNSITO - ELABORAÇÃO DE ESTUDO/PLANO DE TRÂNSITO																								1	1	1,3%
TRÂNSITO - COIBIÇÃO DO TRANSPORTE DE CARGA PESADA NO CENTRO DA CIDADE																				1					1	1,3%
TRÂNSITO - INSTITUIÇÃO DE HORÁRIOS E REGULAMENTAÇÃO PARA ESTACIONAMENTOS DE CARGA E DESCARGA														1											1	1,3%
TRÂNSITO - INSTITUIÇÃO DE MÃO ÚNICA NA VIA PRINCIPAL DA PONTE BRANCA ATÉ A PONTE PRETA												1		1											2	2,6%
ACESSIBILIDADE/TRÂNSITO - CRIAÇÃO DE ÁREAS PARA ESTACIONAMENTO/REGULAMENTAÇÃO DAS VAGAS														1											1	1,3%
TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - AMPLIAÇÃO DA CONCORRÊNCIA NA CONCESSÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO (MAIS UMA EMPRESA)/AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE HORÁRIOS														1	1					1				1	5	6,4%
TRANSPORTE PÚBLICO - REGULAMENTAÇÃO DOS PONTOS DE TÁXI														1											1	1,3%
TRANSPORTE PÚBLICO - CRIAÇÃO DE SISTEMA DE MOTO-TÁXI														1										1	2	2,6%
INFRAESTRUTURA GERAL	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**2**	**0**	**6**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**2**	**0**	**1**	**0**	**3**	**16**	**20,5%**
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	1																								1	1,3%
SISTEMA VIÁRIO - ELABORAÇÃO DE PLANO DE ORDENAÇÃO VIÁRIA PARA O MUNICÍPIO														1										2	3	3,8%
SISTEMA VIÁRIO - CONSTRUÇÃO DE NOVAS ESTRADAS/VIAS ALTERNATIVAS DE LIGAÇÃO ENTRE OS BAIRROS								1	1																2	2,6%
SISTEMA VIÁRIO - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA NO BAIRRO SANTA FÉ												1													1	1,3%
ORDENAMENTO TERRITORIAL	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**1**	**0**	**0**	**1**	**0**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**2**	**7**	**9,0%**

SANEAMENTO BÁSICO - IMPLANTAÇÃO DO PMSB									1	1	1																1	4	5,1%
SANEAMENTO BÁSICO																											1	1	1,3%
ESGOTAMENTO SANITÁRIO - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS																											1	1	1,3%
RESÍDUOS SÓLIDOS - ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PMGIRS															1	1			1									3	3,8%
RESÍDUOS SÓLIDOS - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA SELETIVA															1	1			1									3	3,8%
RESÍDUOS SÓLIDOS - IMPLANTAÇÃO DE NOVA ROTEIRIZAÇÃO PARA COLETA DE RESÍDUOS EM GERAL															1	1			1									3	3,8%
DRENAGEM URBANA - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE MICRODRENAGEM															1	1	1											4	5,1%
SANEAMENTO BÁSICO	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**1**	**1**	**0**	**1**	**4**	**4**	**1**	**3**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**3**	**19**	**24,4%**
IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS VERDES - PRAÇAS			1										1		1	1											1	5	6,4%
ASPECTOS AMBIENTAIS	**0**	**0**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**0**	**0**	**1**	**1**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**5**	**6,4%**
EDUCAÇÃO - CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE CRECHES/CMEIs				1	1																							2	2,6%
EDUCAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE POLO DO CEDERJ (UNIVERSIDADES PÚBLICAS À DISTÂNCIA)									1		1																1	4	5,1%
ESPORTE E LAZER - MELHORIAS NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES															1	1												2	2,6%
CULTURA - FOMENTO A AÇÕES CULTURAIS																											1	1	1,3%
SERVIÇOS FUNERÁRIOS - IMPLANTAÇÃO DE NOVA ÁREA PARA SEPULTAMENTOS																1			1									2	2,6%
SEGURANÇA PÚBLICA															1	1												3	3,8%
SEGURANÇA PÚBLICA - MONITORAMENTO POR CÂMERAS NOS PONTOS PRINCIPAIS DOS BAIRROS									1	1																		2	2,6%
SERVIÇOS PÚBLICOS	**0**	**0**	**0**	**1**	**1**	**0**	**0**	**0**	**2**	**1**	**1**	**0**	**0**	**1**	**2**	**4**	**0**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**2**	**16**	**20,5%**

CONTROLE DO NÚMERO DE MORADORES NO BAIRRO - PARA O CONHECIMENTO DE ONDE VÊM OS NOVOS MORADORES												1									1				2	2,6%
ASPECTOS SOCIOESPACIAIS	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**0**	**0**	**0**	**2**	**2,6%**
IMPLANTAÇÃO DE ÁREA INDUSTRIAL NO BAIRRO SERRA DO CAPIM																							1		1	1,3%
IMPLANTAÇÃO DE POLO INDUSTRIAL						1																			1	1,3%
IMPLANTAÇÃO DE AGÊNCIA BANCÁRIA NO BAIRRO ÁGUAS CLARAS							1																		1	1,3%
ASPECTOS ECONÔMICOS	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**0**	**3**	**3,8%**
APROVAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PDM																								1	1	1,3%
REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS		1					1												1						3	3,8%
REVISÃO DO CÓDIGO DE POSTURAS																								1	1	1,3%
MELHORIAS/INCREMENTO DA FISCALIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO (OBRAS) - FISCALIZAÇÃO MAIS RIGOROSA							1												1					1	3	3,8%
REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS E HABITAÇÕES																				1					1	1,3%
INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL SOBRE A PRODUÇÃO RURAL																		1							1	1,3%
ASPECTOS INSTITUCIONAIS	**0**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**2**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**2**	**1**	**0**	**0**	**0**	**3**	**10**	**12,8%**
TOTAL DE ITENS APONTADOS	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**3**	**1**	**1**	**3**	**3**	**6**	**1**	**8**	**6**	**7**	**6**	**4**	**3**	**3**	**1**	**1**	**1**	**14**	**78**	**100,0%**

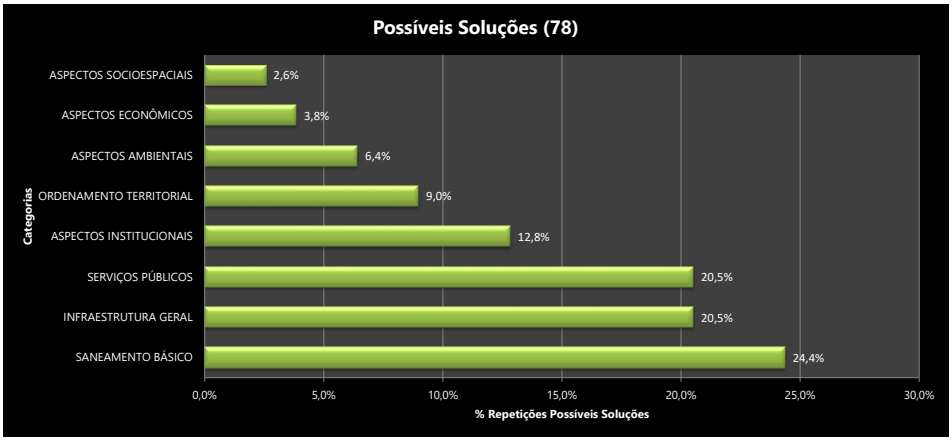
Fonte: Município de SJVRP - Mapa Resultante Dinâmica "Município/Cidade que Queremos".
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Tabela 95 - Síntese das Possíveis Soluções Apontadas por Categorias e por Bairros - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 3ª/4ª RC.

CATEGORIAS	PROPOSTAS DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA AS DEFICIÊNCIAS LEVANTADAS EM SJVRP - MAPA "MUNICÍPIO QUE QUEREMOS" - 3ª/4ª RC																										TOTAL REPETIÇÕES	%
	BEL ÉM	GROTA FUNDA	JAGUARA	CONTENDAS	QUEIRÓZ	BRUCUSSU	ÁGUAS CLARAS	ROÇADINHO	MORRO GANDE	GLÓRIA	DIRINDI	SANTA FÉ	POUSO ALEGRE	CENTRO	PEDRAS BRANCAS	TORRÃO DE OURO	PARQUE VERA LÚCIA	PINHEIROS	FLORESTA	VALVERDE	CACHOEIRINHA	SÃO LOURENÇO	SERRA DO CAPIM	MUNICÍPIO EM GERAL		
SANEAMENTO BÁSICO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	4	4	1	3	0	0	0	0	0	3	19	24,4%
INFRAESTRUTURA GERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	6	1	0	0	0	2	0	0	1	0	3	16	20,5%
SERVIÇOS PÚBLICOS	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2	1	1	0	0	1	2	4	0	1	0	0	0	0	2	16	20,5%
ASPECTOS INSTITUCIONAIS	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0	0	0	3	10	12,8%
ORDENAMENTO TERRITORIAL	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	7	9,0%
ASPECTOS AMBIENTAIS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	5	6,4%
ASPECTOS ECONÔMICOS	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	3,8%
ASPECTOS SOCIOESPACIAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	2,6%
TOTAL DE ITENS APONTADOS	1	1	1	1	1	1	3	1	1	3	3	6	1	8	6	7	6	4	3	3	1	1	1	14	78	100,0%

Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Figura 65 - Gráfico com Possíveis Soluções Apontados por Categorias - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 3ª/4ª RC.



Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

As possíveis soluções sugeridas na 3ª/4ª RC, conforme Gráfico da Figura anterior, estão relacionadas às seguintes temáticas: saneamento básico, infraestrutura geral, serviços públicos, aspectos institucionais, ordenamento territorial, aspectos ambientais, econômicos e socioespaciais.

Avaliando os dados sistematizados sobre a categoria saneamento básico (24,4% das possíveis soluções sugeridas), identificou-se que os moradores dos bairros abrangidos pela 3ª/4ª RC consideram o setor de coleta, manejo e disposição final de resíduos como o ponto mais crítico do saneamento básico para a intervenção mediante o PDM. Ações relacionadas à coleta, manejo e disposição final de resíduos sólidos foram sugeridas, tais como: elaboração e execução de Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS); implantação de coleta seletiva de resíduos em todo o Município; e reorganização da coleta convencional domiciliar (Bairros Pedras Brancas, Torrão de Ouro e Pinheiros).

Dentro do quesito saneamento, sugestão de solução para o esgotamento sanitário por meio de ampliação/implantação de sistemas de coleta e tratamento do esgoto domiciliar foi mencionada para os Bairros Santa Fé, Dirindi, Glória e, também, para todo o território municipal. Ainda nesse quesito, foram sugeridas melhorias nos sistemas de microdrenagem urbana. Novamente, cabe destacar que SJVRP já passou por diversas enchentes e inundações, fato bastante associado à ocupação irregular ao longo do Rio Preto, mas também associado à ineficiência ou inexistência de sistemas adequados de drenagem

urbana, o que justifica intervenções em curto prazo nesse sistema (Bairros Centro, Pedras Brancas, Torrão de Ouro e Parque Vera Lúcia).

Quanto à infraestrutura geral (20,5% das possíveis soluções sugeridas), observou-se que há a necessidade de reestruturação e melhorias nos sistema de transporte público coletivo, com o intuito de ampliar o número de horários e veículos disponíveis à população, em todo o território municipal, especialmente nos Bairros Centro, Pedras Brancas, Valverde e São Lourenço mencionados nessa ocasião. Transportes alternativos também foram sugeridos, com a regulamentação dos serviços de mototáxi e dos táxis convencionais (Centro).

Regulamentação para o trânsito local foi sugerida por meio da elaboração/implantação de Estudo de Trânsito Municipal. Também foram sugeridas ações para o disciplinamento do transporte de carga dentro da malha urbana, com o desvio de veículos pesados do trecho urbano da RJ-134, bem como com a instituição de horários específicos e criação de estacionamentos para carga e descarga, principalmente no Centro da Cidade.

Cabe destacar que o desvio do tráfego de veículos de carga para fora da malha urbana requer a definição e adequação de via alternativa para o transporte comercial, o que implica em ação de implantação de contorno viário, intervenção que depende, basicamente, de recursos estaduais e/ou federais. Vê-se essa ação com urgente e imprescindível para a melhoria da qualidade de vida de toda a população.

Ainda na categoria infraestrutura geral, no quesito trânsito, mudanças em sentido de vias também foram sugeridas com o intuito de promover melhorias no trânsito urbano (Centro). Também foi mencionada ação relacionada a melhoria da qualidade das vias urbanas e rurais, com ampliação dos sistemas de manutenção das mesmas (Bairros Dirindi e Santa Fé).

Quanto à temática serviços públicos, como ocorreu na 1ª/2ª RC, mostraram-se bastante adequados às necessidades locais, mesmo assim, houve propostas para seu incremento (20,5% das possíveis soluções sugeridas), principalmente no que se refere à educação, cultura, esporte e lazer.

Soluções como a construção de CMEIs nos Bairros Contendas e Queiróz e implantação de polo do CEDERJ (universidades públicas à distância que possam atender a todo o Município) foram mencionadas. Melhorias nos sistemas de segurança pública também foram sugeridas, mediante a instalação de câmeras de monitoramento nos pontos principais dos Bairros Glória e Dirindi, e no Município como um todo. Ações relacionadas à cultura, esporte e lazer também foram sugeridas, mediante o fomento a atividades culturais (em todo o Município) e promoção de melhorias e incremento da manutenção do Parque

de Exposições (Bairros Torrão de Ouro e Parque Vera Lúcia). Não menos importante, foi a sugestão de implantação de novo cemitério (Bairros Parque Vera Lúcia e Floresta), ação também relacionada a questões ambientais.

Na sequência, tem-se os aspectos institucionais (12,8%) com sugestão de importantes ações voltadas para a aprovação e execução do Plano Diretor, atualização dos Códigos de Obras e de Posturas, peças normativas constantes da base legal do PDM (no Município como um todo, principalmente, nos Bairros Grota Funda, Águas Claras e Floresta), incremento e maior rigor no sistema de fiscalização geral do Município (no Município como um todo, especialmente nos Bairros Águas Claras e Floresta), instituição de sistema de regularização dos loteamentos e construções (Bairro Valverde) e incremento da arrecadação municipal sobre a produção rural de SJVRP (Bairro Pinheiros).

Para a categoria ordenamento territorial (9,0%), as soluções mais mencionadas foram relacionadas ao sistema viário. Ações para elaboração de Plano Viário Municipal (para o Município como um todo, principalmente, no Centro), abertura de novas vias e incremento na manutenção das vias existentes (no Município como um todo, principalmente nos Bairros Morro Grande e Roçadinho) e construção de passarela para a transposição dos pedestres no Bairro Santa Fé aparecem como pontos importantes para intervenção em curto e médio prazo. A necessidade de abertura de vias e estradas alternativas às existentes para a ligação entre Bairros urbanos e rurais, mostra-se urgente.

Ainda na categoria do ordenamento do território, no Bairro Belém, foi feita sugestão de ampliação de programas para a implantação de habitação de interesse social.

Em relação aos fatores ambientais (6,4%), foi proposta ação para a implantação de novas áreas verdes públicas (praças), o que demonstra a preocupação da população com a reserva de áreas, dentro da malha urbana, que servem tanto para cumprir o papel ambiental de regulação da temperatura (microclima) e da purificação do ar no centro urbano, quanto para oportunizar lazer e recreação (no Município como um todo, principalmente nos Bairros Jaguara, Pouso Alegre, Torrão de Ouro e Parque Vera Lúcia).

Quanto aos fatores econômicos (3,8%), a ampliação de serviços básicos como a implantação de agência bancária no Bairro Águas Claras e a implantação de parque/polo industrial nos Bairros Brucussu e Serra do Capim foram mencionadas como possíveis soluções para o incremento da economia, da oferta de emprego e da renda do trabalhador local.

No que se refere aos aspectos socioespaciais (2,6%), ação peculiar foi sugerida: "controle do número de moradores no bairro - saber de onde vêm os

novos moradores" (Bairros Cachoeirinha e Santa Fé). Acredita-se que essa preocupação esteja ligada a questões socioeconômicas de adensamento populacional.

Ao analisar as informações coletadas na 3ª/4ª RC e posteriormente sistematizadas, novamente ressalta-se que as ações e os projetos propostos pelo PDM, para os diversos setores municipais, deverão ser bem elaborados e abordar as necessidades reais da sociedade, mediante a Gestão Participativa e o Controle Social, com o intuito de melhor aproveitar as estrutura e os recursos públicos municipais disponíveis.

Por fim, a 5ª Reunião Comunitária do Plano Diretor Municipal de São José do Vale do Rio Preto foi realizada no dia 29 de junho de 2017, no Salão da Igreja Católica do Bairro Vila Pião, com início às 19h30min e término por volta das 21h30min.

A reunião contou com a participação de 25 pessoas e teve como objetivo a capacitação da população presente sobre o PDM, bem como o estímulo à discussão e o acolhimento de sugestões e possíveis soluções para os problemas identificados nos Bairros abrangidos, seguindo os preceitos de Controle Social e Gestão Participativa adotados nas RCs anteriores. Para tanto, utilizou-se a realização da mesma dinâmica participativa realizada nas RCs anteriores, aplicada logo após à apresentação dos Técnicos da Safra sobre a Etapa II, focando mais nos bairros abrangidos na reunião.

Aqui também foram realizados esclarecimentos acerca do PDM e sua relevância para o Município. Além disso, foram expostas algumas das informações sistematizadas e espacializadas em ambiente SIG sobre o Diagnóstico - Leitura Técnica. A apresentação teve como principal objetivo capacitar os presentes de forma a elucidá-los sobre os mais diversos temas que o PDM aborda e possibilitar a discussão embasada.

Após o término da apresentação da Safra, foi dado início à dinâmica em grupos - o "Município/Cidade que Temos" e o "Município/Cidade que Queremos". Os presentes foram divididos em 3 grupos por similaridade de interesses ou vizinhança e foi estabelecido tempo de 15 a 20 minutos para a discussão e anotação dos principais problemas, deficiências, dificuldades ou condicionantes observados em seu bairro/rua. Na sequência, foi estabelecido tempo de mais 15 a 20 minutos para que os grupos sugerissem possíveis soluções para os problemas listados na primeira etapa da dinâmica. O final da dinâmica contou com a montagem do "Município/Cidade que Queremos" com as possíveis soluções dos problemas identificados dispostas em papéis

coloridos em mapas físicos com imagens de satélite dos bairros abrangidos na reunião.

Resultaram dessa dinâmica 37 apontamentos sobre deficiências locais em 6 categorias distintas, que são: infraestrutura geral, ordenamento territorial, saneamento básico, aspectos ambientais, serviços públicos e aspectos econômicos, conforme Tabelas 96 e 97 e Figura 66.

Tabela 96 - Sistematização Material Proveniente da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 5ª RC - Deficiências Apontadas por Categorias.

DEFICIÊNCIAS EM SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO 5ª RC		
CATEGORIAS	**Nº**	**%**
DEFICIÊNCIAS/INEXISTÊNCIA DE VÁRIAS INFRAESTRUTURAS URBANAS - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS, TRANSPORTE COLETIVO, COMUNICAÇÃO (BAIRROS PIÃO, RIO BAHIA E SERRA DO CAPIM)	1	2,7%
TRANSPORTE PÚBLICO - POUCA OFERTA DE HORÁRIOS DE ÔNIBUS (RUA JULIO MANOEL PIMENTEL - BAIRRO PIÃO)	2	5,4%
PAVIMENTAÇÃO (BAIRROS PIÃO, RIO BAHIA E SERRA DO CAPIM)	1	2,7%
FALTA DE CONSERVAÇÃO DA VIA ALTERNATIVA DE LIGAÇÃO DO BAIRRO TABOINHAS COM A SEDE URBANA	1	2,7%
FALTA DE CONSERVAÇÃO/PAVIMENTAÇÃO DA VIA QUE LIGA O BAIRRO PIÃO AO LOTEMANETO RESIDENCIAL MEDEIROS (80 LOTES), VIA QUE TAMBÉM ESCOA A PRODUÇÃO DA REGIÃO (BAIRRO TABOINHAS)	1	2,7%
ILUMINAÇÃO PÚBLICA DEFICIENTE/INEXISTENTE (BAIRRO TABOINHAS)	1	2,7%
COMUNICAÇÃO - SEM SINAL DE TELEFONIA CELULAR	1	2,7%
INFRAESTRUTURA GERAL	**8**	**21,6%**
SISTEMA VIÁRIO - NECESSIDADE DE ALARGAMENTO DAS DUAS PONTES DO BAIRRO PIÃO/TABOINHAS	1	2,7%
ORDENAMENTO TERRITORIAL	**1**	**2,7%**
SANEAMENTO BÁSICO - DEFICIÊNCIA/INEXISTÊNCIA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA/POÇO PARA ABASTECIMENTO EM ALGUMAS LOCALIDADES DOS BAIRROS PIÃO, RIO BAHIA E SERRA DO CAPIM	2	5,4%
SANEAMENTO BÁSICO - INEXISTÊNCIA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (BAIRRO PIÃO)	3	8,1%
SANEAMENTO BÁSICO	**5**	**13,5%**
INEXISTÊNCIA DE ÁREAS VERDES - PARQUES, PRAÇAS E JARDINS (BAIRROS PIÃO, RIO BAHIA E SERRA DO CAPIM)	1	2,7%
POLUIÇÃO DOS CURSOS D'ÁGUA DA REGIÃO - INEXISTÊNCIA DE PROCESSOS DE LIMPEZA DOS RIOS E CÓRREGOS (BAIRROS PIÃO, RIO BAHIA E SERRA DO CAPIM)	2	5,4%
ASPECTOS AMBIENTAIS	**3**	**8,1%**
EDUCAÇÃO - CARÊNCIA DE ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS NAS ESCOLAS, NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO (BAIRRO PIÃO/TABOINHAS)	3	8,1%
EDUCAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE CURSOS PROFISSONALIZANTES NO MUNICÍPIO	1	2,7%
EDUCAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE CURSOS SUPERIORES NO MUNICÍPIO, HÁ A NECESSIDADE DE DESLOCAMENTO PARA OUTROS MUNICÍPIOS E/OU ESTADOS PARA CURSAR FACULDADE	1	2,7%
EDUCAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE CRECHES E CMEIs (BAIRRO PIÃO/TABOINHAS)	3	8,1%
ESPORTE E LAZER - CARÊNCIA DE ÁREAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE E LAZER NO BAIRRO PIÃO/TABOINHAS E EM TODO O MUNICÍPIO	3	8,1%
SAÚDE PÚBLICA - INEXISTÊNCIA DE UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS NO BAIRRO PIÃO, GERANDO NECESSIDADE DE DESLOCAMENTO ATÉ A SEDE EM CASO DE EMERGÊNCIAS (BAIRROS PIÃO, RIO BAHIA E SERRA DO CAPIM)	2	5,4%
SAÚDE PÚBLICA - INEXISTÊNCIA DE AMBULÂNCIA (BAIRROS PIÃO, RIO BAHIA E SERRA DO CAPIM)	1	2,7%
SEGURANÇA PÚBLICA	1	2,7%
SERVIÇOS PÚBLICOS	**15**	**40,5%**

BAIXO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA, APESAR DO POTENCIAL PARA TAL ATIVIDADE QUE O MUNICÍPIO APRESENTA	1	2,7%
BAIXA OFERTA DE EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA - POUCAS INDÚSTRIAS NO MUNICÍPIO	2	5,4%
INEXISTÊNCIA DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS, O QUE DIFICULTA AS ATIVIDADES ECONÔMICAS E A VIDA COTIDIANA DOS MORADORES (COMÉRCIO, SERVIÇOS, PAGAMENTO DE CONTAS E SUPORTE À AGRICULTURA - OS BAIRROS DESSA REGIÃO TÊM MUITAS CARACTERÍSTICAS RURAIS E A ECONOMIA É VOLTADA PARA A AGRICULTURA) - (BAIRROS PIÃO, RIO BAHIA E SERRA DO CAPIM)	1	2,7%
INEXISTÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS AGRICULTORES LOCAIS POR PARTE DA PREFEITURA/EMATER (BAIRRO TABOINHAS)	1	2,7%
ASPECTOS ECONÔMICOS	**5**	**13,5%**
TOTAL DE DEFICIÊNCIAS APONTADAS	**37**	**100,0%**

Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Diferentemente das RCs anteriores, na 5ª RC, das 37 deficiências apontadas após a discussão em grupos realizada na primeira parte da dinâmica "Município/Cidade que Temos", houve a predominância daquelas relacionadas aos serviços púbicos (40,5%) e à infraestrutura geral (21,6%), seguidas por saneamento básico (13,5%), aspectos econômicos (13,5%), fatores ambientais (8,1%) e de ordenamento territorial (2,7%).

Quanto aos serviços públicos, foi mencionada a carência de estrutura e equipamentos nas escolas municipais, com necessidade de ampliação física das mesmas e inexistência de CMEIs nos Bairros Pião e Taboinhas. A inexistência de ensino superior no Município também foi destacada como deficiência, o que obriga as pessoas a deslocarem-se para outros municípios e/ou estados vizinhos para cursarem uma faculdade.

No que se refere à saúde pública, a inexistência de unidade de saúde 24 horas no Bairro Pião, gerando necessidade de deslocamento dos pacientes até a Sede em caso de emergências, bem como a inexistência de ambulância para o transporte de urgência nos Bairros Pião, Rio Bahia e Serra do Capim foram apontadas como deficiências.

Ainda na categoria serviços públicos, quanto ao esporte e lazer, há carência de áreas públicas (praças, parques) para o desenvolvimento de atividades esportivas e recreativas nos Bairros Pião, Taboinhas, como em todo o Município. Destaca-se também como deficiência a segurança pública nesses mesmos bairros.

Na categoria infraestrutura geral as deficiências apontadas, nos Bairros Pião, Rio Bahia e Serra do Capim, estavam relacionadas a várias estruturas urbanas, tais como: fornecimento de energia elétrica, iluminação pública, pavimentação das vias e passeios públicos, transporte coletivo e comunicação.

A falta de manutenção de importantes vias de ligação entre estes bairros e a Sede Urbana também foi mencionada como grave deficiência, pois dificulta o acesso do transporte coletivo e escolar e o escoamento da safra. Em relação ao transporte público coletivo, as queixas estão relacionadas a escassez de horários dos ônibus para a Sede Urbana. Já em relação à iluminação pública e à comunicação, são bem deficitárias. Em muitas vias não há iluminação e o sinal da telefonia móvel é extremamente fraco ou inexistente em alguns pontos nessa região do Município.

No quesito saneamento básico, a inexistência de sistemas de esgotamento sanitário e as falhas no abastecimento de água foram os pontos abordados como deficiências. A necessidade de perfuração de poço comunitário também foi mencionada nos Bairros Pião, Rio Bahia e Serra do Capim.

O baixo desenvolvimento da atividade turística, apesar do potencial que o Município apresenta, a baixa oferta de emprego, a dificuldade de geração de renda e a pouca presença de indústrias em SJVRP, foram fatores apontados com deficiência quanto aos aspectos econômicos locais. Ainda, a inexistência de agências bancárias no Bairro Pião dificulta as atividades econômicas e a vida cotidiana dos moradores (comércio, serviços, pagamento de contas e suporte à agricultura). Outra deficiência ligada à questão econômica local, mais voltada à agropecuária, é a inexistência de assistência técnica aos pequenos agricultores por parte da Prefeitura/EMATER (Bairro Taboinhas).

Em relação aos aspectos ambientais, inexistência de áreas verdes (praças, parques e jardins) e a poluição e possível contaminação dos cursos hídricos da região são as principais deficiências apontadas nos Bairros Pião, Serra do Capim, Rio Bahia e Taboinhas. A falta de limpeza nos rios e córregos do Município trata-se de preocupação pungente nessa comunidade.

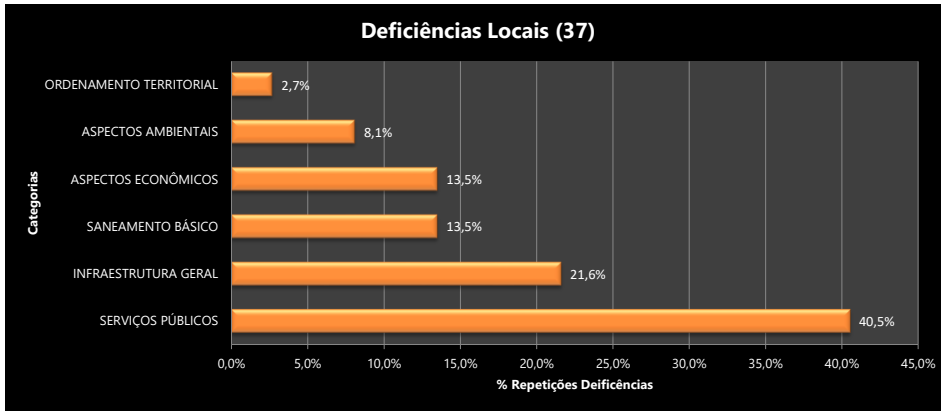
Por fim, no que se refere ao ordenamento territorial nos Bairros Pião, Rio Bahia e Serra do Capim, foi mencionada intervenção necessária no sistema viário local, com o alargamento de duas pontes para facilitar o acesso e o tráfego dos veículos de carga (ônibus e caminhões). Essa ação também permeia a questão de infraestrutura urbana e depende de recursos do estado e/ou da união para ser posta em prática.

Tabela 97 - Síntese das Deficiências Apontadas por Categorias - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 5ª RC.

DEFICIÊNCIAS EM SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO 5ª RC		
CATEGORIAS	**Nº**	**%**
SERVIÇOS PÚBLICOS	15	40,5%
INFRAESTRUTURA GERAL	8	21,6%
SANEAMENTO BÁSICO	5	13,5%
ASPECTOS ECONÔMICOS	5	13,5%
ASPECTOS AMBIENTAIS	3	8,1%
ORDENAMENTO TERRITORIAL	1	2,7%
TOTAL DE DEFICIÊNCIAS APONTADAS	**37**	**100,0%**

Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Figura 66 - Gráfico com Deficiências Apontados por Categorias - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 5ª RC.



Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Além das deficiências, foram apontadas 22 possíveis soluções, distribuídas por 4 categorias distintas, indicadas por bairros, conforme Tabelas 98 e 99 e Figura 67.

Tabela 98 - Sistematização Material Proveniente da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 5ª RC - Possíveis Soluções Apontadas por Categorias e Por Bairros.

PROPOSTAS DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA AS DEFICIÊNCIAS LEVANTADAS EM SJVRP - MAPA "MUNICÍPIO QUE QUEREMOS" - 5ª RC			
POSSÍVEIS SOLUÇÕES POR CATEGORIAS	BAIRROS ABRANGIDOS PIÃO/SERRA DO CAPIM/RIO BAHIA	TOTAL REPETIÇÕES PROPOSIÇÕES	%
INFRAESTRUTURA GERAL	1	1	4,5%
PAVIMENTAÇÃO DAS ESTRADAS DOS BAIRROS (ASFALTO)	2	2	9,1%
ILUMINAÇÃO PÚBLICA - MELHORIAS NA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS NO BAIRRO PIÃO	1	1	4,5%
TRANSPORTE COLETIVO - MELHORIAS NO TRANSPORTE PÚBLICO	1	1	4,5%
COMUNICAÇÃO - INSTALAÇÃO DE TELEFONES PÚBLICOS NO BAIRRO PIÃO	1	1	4,5%
INFRAESTRUTURA GERAL	**6**	**6**	**27,3%**
SANEAMENTO BÁSICO - ABASTECIMENTO DE ÁGUA - PERFURAÇÃO DE POÇO COMUNITÁRIO NO BAIRRO PIÃO	1	1	4,5%
ESGOTAMENTO SANITÁRIO - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS	1	1	4,5%
SANEAMENTO BÁSICO	**2**	**2**	**9,1%**
EDUCAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE CRECHES NO BAIRRO PIÃO	1	1	4,5%
EDUCAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE ESCOLA DE 2º SEGUIMENTO	1	1	4,5%
EDUCAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE ENSINO MÉDIO NO BAIRRO PIÃO	1	1	4,5%
EDUCAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES	1	1	4,5%
EDUCAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE FACULDADE	1	1	4,5%
EDUCAÇÃO - MELHORIAS NO TRANSPORTE ESCOLAR	1	1	4,5%
SAÚDE PÚBICA - CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO DE POSTO DE SAÚDE	1	1	4,5%
SAÚDE PÚBICA - MELHORIAS NA SAÚDE	2	2	9,1%
ESPORTE E LAZER - CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO BAIRRO PIÃO	1	1	4,5%
ESPORTE E LAZER/EDUCAÇÃO - CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NO BAIRRO PIÃO	1	1	4,5%
SERVIÇOS FUNERÁRIOS - AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DO BAIRRO PIÃO	1	1	4,5%
SERVIÇOS PÚBLICOS	**12**	**12**	**54,5%**
IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIAS NO BAIRRO PIÃO	1	1	4,5%
IMPLANTAÇÃO DE AGÊNCIA BANCÁRIA NO BAIRRO PIÃO	1	1	4,5%
ASPECTOS ECONÔMICOS	**2**	**2**	**9,1%**
TOTAL DE ITENS APONTADOS	**22**	**22**	**100,0%**

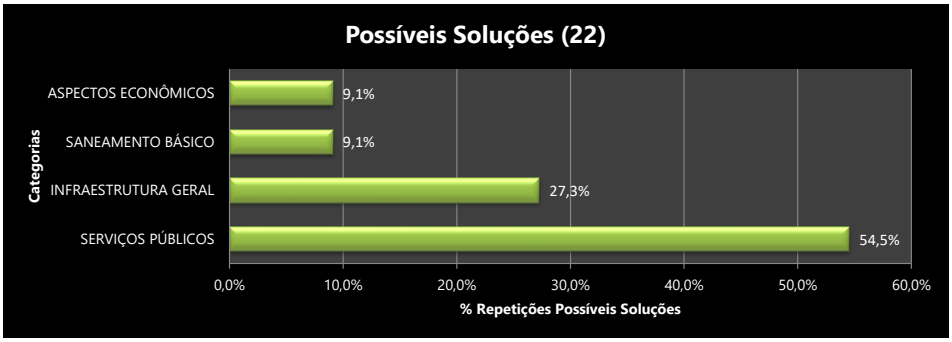
Fonte: Município de SJVRP - Mapa Resultante Dinâmica "Município/Cidade que Queremos".
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Tabela 99 - Síntese das Possíveis Soluções Apontadas por Categorias e por Bairros - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 5ª RC.

S DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA AS DEFICIÊNCIAS LEVANTADAS EM SJVRP - MAPA "MUNICÍPIO QUE QUEREM			
CATEGORIAS	PIÃO/SERRA DO CAPIM/RIO BAHIA	TOTAL REPETIÇÕES	%
SERVIÇOS PÚBLICOS	12	**12**	**54,5%**
INFRAESTRUTURA GERAL	6	**6**	**27,3%**
SANEAMENTO BÁSICO	2	**2**	**9,1%**
ASPECTOS ECONÔMICOS	2	**2**	**9,1%**
TOTAL DE ITENS APONTADOS	**22**	**22**	**100,0%**

Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

Figura 67 - Gráfico com Possíveis Soluções Apontados por Categorias - Sistematização da Dinâmica "Município/Cidade que Temos" e "Município/Cidade que Queremos" Aplicada nas RCs da Elaboração/Revisão do PDM de SJVRP - 5ª RC.



Fonte: Município de São José do Vale do Rio Preto.
Nota: Dados trabalhados pela Safra Planejamento e Gestão, 2017.

As possíveis soluções sugeridas na 5ª RC, conforme Gráfico da Figura anterior, estão relacionadas às seguintes temáticas: serviços públicos, infraestrutura geral, saneamento básico e aspectos econômicos.

Avaliando os dados sistematizados sobre a categoria serviços públicos, a exemplo das RCs anteriores, mostraram-se bastante adequados às necessidades municipais, mesmo assim, houve propostas para incremento (54,5% das possíveis soluções sugeridas), principalmente no que se refere à educação, saúde, esporte e lazer e prestação de serviços funerários.

Possíveis soluções como a construção de CMEIs e implantação de escola de ensino médio no Bairro Pião foram mencionadas. A necessidade de implementação de cursos profissionalizantes e de ensino superior para todo o Município também foi mencionada. Ainda no quesito educação, foram sugeridas melhorias para o transporte escolar.

Em relação aos quesitos saúde pública e esporte lazer, melhorias como a construção/implantação de unidade de saúde, de campo de futebol e de quadra poliesportiva no Bairro Pião, foram sugeridas na 5ª RC. Quanto aos serviços funerários, a sugestão foi para a ampliação do cemitério local.

Quanto à infraestrutura geral (27,3% das possíveis soluções sugeridas), observou-se que há a necessidade de reestruturação e melhorias nas infraestruturas de modo geral no Bairro Pião. Contudo, qualificação do sistema de transporte público coletivo, incremento na manutenção das estruturas existentes, pavimentação das vias de acesso e de estradas rurais e instalação de

telefones públicos, são algumas das ações sugeridas para resolução das principais deficiências apontadas no Bairro.

No que se refere à temática saneamento básico (9,1% das possíveis soluções sugeridas), identificou-se que os moradores dos Bairros abrangidos pela 5ª RC consideram os setores de abastecimento de água e esgotamento sanitário como pontos mais críticos do saneamento para a intervenção mediante o PDM. Ações relacionadas à perfuração de poço comunitário para ampliação do abastecimento de água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário foram sugeridas, o que demonstra a preocupação com a quantidade e com a qualidade da água utilizada pelos moradores do Bairro Pião.

Quanto aos fatores econômicos (9,1%), a ampliação de serviços básicos como a implantação de agências bancárias e a instalação e estruturação de parque industrial no Bairro Pião, foram mencionadas como possíveis soluções para o incremento da economia, da oferta de emprego e da renda do trabalhador local.

Ao analisar as informações coletadas nas 5ª RC e posteriormente sistematizadas, a exemplo das RCs anteriores, ressalta-se que as ações e os projetos propostos pelo Plano Diretor, para os diferentes territórios e setores municipais, deverão ser bem elaborados e abordar as necessidades reais da sociedade, mediante a Gestão Participativa e o Controle Social, com o intuito de melhor aproveitar a estrutura instalada e os recursos públicos municipais disponíveis.

Importa destacar que, na ocasião da realização das Reuniões Comunitárias, ressaltou-se ao público presente que todos poderiam e deveriam participar da construção de um Município melhor, a qualquer tempo, durante a elaboração, a aprovação e a aplicação do PDM, como também em todo e qualquer processo de planejamento e gestão pública, e que essa participação poderia ocorrer por meio de contato direto com o Núcleo Gestor do Comitê Municipal do PDM, na Prefeitura Municipal, ou por contato digital, pelo *link* do "Espaço PDM", ou ainda, mediante envio de *e-mails* com sugestões e propostas para os técnicos da Safra e da Equipe Municipal.

Na ocasião das RCs foram estabelecidos os meses de julho e agosto para o envio de propostas, principalmente pelo *link* "Espaço PDM" (http://www.safraplanejamento.com.br/sjvrp/index.html), entretanto, não foi registrada sequer uma intervenção ou sugestão por parte da população por meio desse espaço, o que demonstra certo despreparo da sociedade com os

dispositivos digitais de participação popular ou, ainda, desinteresse dos moradores com as preocupações e decisões do planejamento e da gestão municipal.

Caberá à Prefeitura ampliar esse processo participativo na gestão democrática e buscar meios de envolver a sociedade nos processos decisórios para a organização e para o desenvolvimento do território municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer a fundo as particularidades do Município em seus diversos setores é uma etapa fundamental para a estruturação daqueles que serão os alicerces de sustentação do planejamento municipal, na forma de Leis tecnicamente embasas que deem conta das atuais demandas e propiciem um desenvolvimento territorialmente ordenado e socialmente justo a médio/longo prazo.

Partindo do conjunto de informações contidas neste documento, fora realizada a sistematização das análises dos temas abordados utilizando a metodologia CDP (Condicionantes, Deficiências e Potencialidades).

METODOLOGIA CDP

A metodologia utilizada na análise e sistematização Diagnóstico Municipal é a CDP (Condicionantes, Deficiências e Potencialidades), desenvolvida na Alemanha, aferida em diversos países, adotada como padrão pelos organismos das Nações Unidas.

A sistemática CDP representa uma metodologia de ordenação dos dados levantados que possibilitará análise de forma sistematizada e compreensível, de fácil visualização. Por meio deste método, uma visão sintética será extremamente eficaz para a definição de estratégias do planejamento.

Na adoção da metodologia CDP, os dados levantados serão classificados em três categorias:

- CONDICIONANTES;
- DEFICIÊNCIAS;
- POTENCIALIDADES.

A Sistemática CDP aplicada na elaboração do Plano Diretor Municipal apresenta basicamente um método de ordenação criteriosa e operacional dos problemas e fatos, resultantes de pesquisas e levantamentos, proporcionando apresentação compreensível, facilmente visualizável e compatível com a situação atual da cidade.

Ela pode orientar o planejamento territorial e todas as fases do processo, baseando-se nos critérios de eficiência, de adequação dos meios e recursos e de controle de resultados, evitando, com isto, os erros de uma simples eliminação de deficiência. A classificação dos elementos da estrutura municipal, segundo Condicionantes/Deficiências/Potencialidades, atribui aos mesmos uma função dentro do processo de desenvolvimento e gestão, isto significa que, as tendências desse desenvolvimento podem ser percebidas com maior facilidade.

Com base na classificação acima, estrutura-se a situação das intervenções no Município.

Condicionantes

Consistem em elementos existentes no ambiente urbano, natural ou construído, além de planos e decisões já instituídos, com consequências futuras no ambiente físico ou na estrutura urbana e rural, que determinam a ocupação e o uso do espaço municipal, e que, pelas suas características e implicações, devem ser levadas em conta, no planejamento e execução de ações. Figuram como restrições, impedimentos e obrigatoriedades como, por exemplo: rios, morros, vales, o patrimônio histórico e cultural, sistema viário, entre outros.

Deficiências

São elementos ou situações de caráter negativo que significam estrangulamentos e declínio na qualidade de vida das pessoas e dificultam o desenvolvimento do Município. Devem ser solucionados mediante ações ou políticas que provoquem e/ou garantam as mudanças desejadas.

As Deficiências podem ter as seguintes características:

- Natural: rios e córregos poluídos, desmatamentos, vales inaproveitáveis, entre outras;
- Técnica: carência ou inadequação de equipamentos ou da infraestrutura existente, sistema viário, entre outras;
- Cultural: patrimônios históricos degradados, entre outras;
- Social: não amparo às classes menos favorecidas, desemprego, analfabetismo, falta de cursos profissionalizantes, entre outras;
- Legal: deficiência, inadequação ou não obediência de legislação urbanística, ocupações irregulares, entre outras;
- Financeira: baixo poder aquisitivo, entre outras;
- Administrativo: excesso de burocracia nos procedimentos administrativos, falta de fiscalização, deficiência na execução e no controle das ações administrativas, entre outras;
- Econômico: baixa produtividade, elevado custo de manutenção, entre outras.

Potencialidades

São aspectos alavancadores existentes no Município que devem ser explorados ou otimizados, resultando em melhoria da qualidade de vida da população.

As Potencialidades podem ter as seguintes características:

- Naturais: áreas adequadas à urbanização, áreas com potencial de implantação de equipamentos de lazer, turístico ou paisagístico, etc.
- Técnicas: infraestrutura e equipamentos existentes ou com capacidade ociosa, etc.
- Culturais: utilização ou otimização do uso de prédios históricos, preservação dos prédios históricos ou dos elementos culturais do Município, etc.
- Sociais: política social integrada, parcerias, aproveitamento de iniciativas comunitárias, etc.
- Legais: terrenos públicos disponíveis, etc.
- Financeiras: aumento da eficiência fazendária na arrecadação municipal, capacidade de endividamento não utilizada, parcerias, etc.
- Administrativas: ações administrativas no sentido de desburocratizar a máquina pública, aumentando sua eficiência com menor custo, etc.
- Econômicas: localização estratégica, recursos naturais possíveis, polo de abrangência, recursos humanos existentes e potenciais (universidades e escolas técnicas), etc.

A utilização da sistemática CDP possibilitará classificar todos os aspectos levantados nas leituras técnicas e comunitárias nestas três categorias, visando a identificação das ações prioritárias e tomadas de decisões.

As informações estão sintetizadas e sistematizadas na Tabela 100, apresentando as principais Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, dentro dos aspectos utilizados no Diagnóstico da Realidade Municipal: Regionais, Ambientais, Socioeconômicos, Socioespaciais, de Infraestrutura, de Serviços Públicos e Institucionais.

Tabela 100 - Sistematização das Propostas Sugeridas por Categorias.

Aspectos	C	D	P	Fatores
Regionais	■		■	Potencial Hídrico Local e Regional
			■	Produção Olerícola - Hortifrutigranjeira
	■			Existência de Associação de Municípios (AMERJ)
			■	A região apresenta potencial turístico
	■		■	Estrutura de ensino superior na região
	■			Lento crescimento populacional da região.
		■		Região com baixos índices de Saneamento Básico
		■		Pouca articulação regional estratégica com os municípios do entorno
	■		■	Proximidade com municípios maiores – Petrópolis e Teresópolis e com a Capital
	■			Dependência Intermunicipal
Ambientais		■		Extensas Áreas Desmatadas
	■			Inexistência de disposição final de resíduos sólidos no Município
		■		Ocupações em Áreas de Risco Ambiental
	■		■	Topografia do Município
	■		■	Rio Preto - potencial turístico e energético
		■		Inexistência de programas municipais de recomposição da mata ciliar
		■		Inexistência de Plano Municipal de Gestão de Recursos Hídricos
		■		Programas Ambientais descontínuos
	■		■	Presença de Unidades de Conservação da Natureza Municipais
	■		■	Forte potencial de Turismo Ecológico
		■		Inexistência ou precariedade da arborização urbana
		■		Carência de áreas verdes urbanas
Socioeconômicos		■		IDH Municipal Baixol (2010)
			■	Número de pessoal ocupado vem crescendo gradualmente na última década
	■			Crescimento da população infantil e idosa
	■			Evolução positiva da Renda *per capita* entre 1991 e 2010
		■		Média salarial da população decrescente entre 2006 e 2012
			■	Produção Olerícola - Hortifrutigranjeira
Socioespaciais	■			Topografia Local

Aspectos	C	D	P	Fatores
				Inexistência de Definição de Perímetro Urbano
				Malha viária urbana linear e descontínua
				Carência/inexistência de passeios públicos
				Déficit habitacional - PLHIS necessitando de revisão
				Inexistência de Política Municipal de Habitação de Interesse Social
				Complexo de Pontes e Tubulações
				Estradas Rurais e Vias Urbanas em más condições de conservação
				Inexistência de Plano Municipal de Mobilidade Urbana
				Estrutura do traçado viário urbano não atende às necessidades viárias quanto ao uso e ocupação do solo e ao porte da cidade
				Trecho urbano da RJ-134 - necessidade de desvio por contorno
Infraestrutura				Necessidade de revisão do PMSB - inclusão do Setor de Drenagem
				Inexistência de Política Municipal de Saneamento Básico
				Atendimento por sistema de abastecimento de água deficiente
				Sistemas inadequados de destinação dos efluentes - inexistência de esgotamento sanitário
				Inexistência de coleta seletiva de resíduos sólidos
				Inexistência de coleta de resíduos domiciliares e seletivos na área rural
				Pontos de despejo de resíduos de forma inadequada/irregular e clandestinos
				Coleta terceirizada de lixo hospitalar
				Iluminação Pública com deficiências
				Inexistência/ineficiência da Drenagem Urbana - necessidade de Elaboração Plano de Macro e Microdrenagem
				Pavimentação das vias em condições ruins ou precária
				Passeios inadequados ao trânsito de pedestres
				Inexistência de Acessibilidade Universal
Serviços Públicos				Relativa à boa localização dos serviços essenciais

Aspectos	C	D	P	Fatores
				Equipamentos de saúde em boas condições para atender à população
				Falta de recursos humanos na área médica especializada
				Os Equipamentos de Saúde e de Educação em geral estão em boas condições de conservação
				Equipamentos de educação e saúde distribuídos na malha urbana
				Deficiência dos espaços físicos de alguns equipamentos de educação e saúde
				Existência de equipamentos de esporte e lazer, porém alguns apresentam deficiências na estrutura
				Carência de CMEI
				Inexistência Plano de Gestão/Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos
				Necessidade de atualização do Plano de Defesa Civil
Institucionais				Baixo poder aquisitivo da população para melhorar a arrecadação municipal
				Gastos excessivos com serviços não taxados/subtaxados para a população - DAES - abastecimento de água
				Dificuldade de fiscalização em todas os setores e áreas
				Falta de autonomia da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
				Necessidade de revisão dos PCCS
				Estrutura Organizacional necessitando de reavaliação
				Código tributário desatualizado
				Baixa arrecadação própria
				PGV em atualização
				Necessidade de atualização do Cadastro Técnico Municipal

Nota: Dados Trabalhados por Safra Planejamento e Gestão, 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD, 2010.

BACCI, D.L.C; LANDIM, P.M.B; ESTON, S.M. Aspectos e impactos ambientais de pedreira em área urbana. São Paulo, p. 47-54, jan/mar.2006.

BERGMILLER, K. H; SOUZA, P. L. P.; BRANDÃO, M. B. A. Ensino fundamental: mobiliário escolar. Brasília, FUNDESCOLA-MEC, 1999.

Boletim de Informações - Ações do MDS

Boletim de Informações - O Brasil Sem Miséria no Seu Município.

BRASIL. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil: Brasília, 05 de out. 1988. Consultado em: 21 de maio de 2015.

_____. Casa Civil. Decreto nº 40/2001, de 20 de Dezembro de 2001. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, dez. 2001. Consultado em: 17 de maio de 2015.

_____. Casa Civil. Decreto nº 43/2001, de 20 de Dezembro de 2001. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, dez. 2001. Consultado em: 06 de maio de 2015.

_____. Casa Civil. Lei Complementar nº 101/2000: Brasília, 05 de mai. 2000. Consultado em: 13 de maio de 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível: www.ibge.gov.br. Consultado em: 19 de maio de 2015.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Disponível em: www.tesouro.fazenda.gov.br: Acesso em: 10 de maio de 2015.

_____. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil: Brasília, 05 de out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Consultado em: 20 de novembro de 2017.

_____. Casa Civil. Decreto nº 40/2001, de 20 de Dezembro de 2001. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, dez. 2001. Consultado em: 11 de maio de 2017.

_____. Casa Civil. Decreto nº 43/2001, de 20 de Dezembro de 2001. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, dez. 2001. Consultado em: 11 de maio de 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível: <www.ibge.gov.br>. Consultado em: 21 de novembro de 2017.

_____. Casa Civil. Lei Complementar nº 101/2000: Brasília, 05 de mai. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Consultado em: 16 de novembro de 2017.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br>: Acesso em: 16 de novembro de 2017.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicados à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional - Subsecretaria de Contabilidade Pública, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicada à Federação, 2012. 5ª ed. 711 p.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE - CONASS. O Financiamento da Saúde. Para Entender a Gestão do SUS. Brasília: CONASS, 2011.

_____. Sistema Único de Saúde. Para Entender a Gestão do SUS. Brasília, CONASS, 2015. Disponível em: <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/A-GESTAO-DO-SUS.pdf>. Acesso em 17 de novembro de 2017.

Estatuto da Cidade: Guia para a implantação pelos municípios e cidades. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de publicação, 2001.

FERRARI, Celso. Dicionário de Urbanismo. São Paulo: Disal, 2004.

GOVERNO FEDERAL - MINISTÉRIO DAS CIDADES, CONSELHO DAS CIDADES. Resolução 25, de 18 de março de 2005.

_____. Decreto nº 5.796, de 06 de junho de 2006. Regulamenta a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

_____. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

GUJARATI, D. N. Econometria Básica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HOFFMANN, R. Análise de regressão: uma introdução à econometria. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

https/mds.gov.br/area_de_imprensa/dados

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2000.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - Censo 2010; atualizações 2014/2015, 2016, 2017.

MASCARÓ, Juan. Infra - estrutura urbana. Porto Alegre: +4, 2005.

MASCARÓ, Juan. Loteamentos urbanos. Porto Alegre: +4, 2005.

NASCIMENTO, S. P. Guerra fiscal: uma avaliação comparativa entre alguns estados participantes. Revista Economia Aplicada. v. 12, n. 4. São Paulo, 2008. Disponível em:< http://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/996>. Acesso em: 29 de novembro de 2017.

Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS São José do Vale do Rio Preto; São José do Vale do Rio Preto/RJ, 2011.

Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB São José do Vale do Rio Preto; São José do Vale do Rio Preto/RJ, 2012.

PONTUAL, Pedro de Carvalho. 1995. Construindo uma Pedagogia Democrática do Poder. La Piragua: Revista Latino Americana de Educación y Política. Santiago, Chile: CEAAL, nº 11, pp. 25-35.

Relatório Bolsa Família - Acompanhamento de Saúde.

Relatório Bolsa Família - Revisão Cadastral.

Relatório de Programas e Ações do MDSA.

Relatório de Proteção Social Básica.

Relatório Pronatec – Matrículas.

Relatório Sobre Bolsa Família e Cadastro Único.

Relatório Sobre Segurança Alimentar e Nutricional.

RI - Pacto de Aprimoramento do SUAS.

RIANI, F. Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

RIO DE JANEIRO. Estado do Rio de Janeiro. Tribunal de Constas do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/relatorios-lrf>. Consultado em: 26 de novembro de 2017.

SANTOS, R. G. A Dinâmica das Receitas dos Impostos Municipais no Paraná, no Período de 1997 a 2011: um olhar sob os impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Londrina, 2014. Disponível em: http://www.uel.br/pos/economia/arq/DISSERTACOES/DISSERTACAO%20ROGELIO%202014.pdf. Acesso em: 24 de novembro de 2017.

SANTOS, R. G.; ANDRÉ, R. F. A. NASCIMENTO, S. P. Os Efeitos do Pacto pela Saúde nas Despesas Destinadas ao Financiamento da Saúde Pública: uma análise dos quinze maiores municípios da macrorregião Sul, Brasil. Revista

Espacios, Caracas, v. 38, n. 47 p. 25. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a17v38n47/a17v38n47p25.pdf>. Acesso em: 4 de dezembro de 2017.

SANTOS, R. G.; NASCIMENTO, S. P. Os Impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal Sobre as Receitas do ITBI no Paraná, no período de 1997 a 2011: uma análise a partir da mesorregião Metropolitana de Curitiba. Revista de Economia, v. 41, p. 1-18, 2015. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/economia/article/view/34496>. Consultado em: 22 de novembro de 2017.

SANTOS, R. G.; CREMONEZ, G. M. Os Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal nas Despesas com Pessoal: uma análise das capitais brasileiras a partir do Município de São Paulo. Revista Espacios, Caracas, v. 38, n. 1 p. 2. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a17v38n01/17380122.html>. Acesso em: 29 de novembro de 2017.

SANTOS, R. G.; CREMONEZ, G. M. Arrecadação do ITBI no Brasil: uma anpalise a partir do estado de São Paulo. Revista Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, v. 48, n. 1 p. 411-433. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/735>. Acesso em: 11 de dezembro de 2017.

SANTOS, R. G.; BACCHI, M. D. A. NASCIMENTO, S. P. Dinâmica dos Gastos com Pessoal em Municípios do Estado de São Paulo: uma análise sob os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Economia & Região, Londrina, v. 4, n. 2 p. 127-139. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/27714/20196>. Acesso em: 20 de novembro de 2017.

SANTOS, R. G.; NASCIMENTO, S. P. Os Gastos com Saúde nos Municípios Pertencentes à Microrregião de Uberlândia. Revista Caribeña de Ciencias Sociales. Brasil, Enero de 2017. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/caribe/2017/01/uberlandia.html>. Acesso em: 5 de dezembro de 2017.

SANTOS, R. G.; NASCIMENTO, S. P.. MOURA, F. K. F. Análise das Receitas do ITBI nos Principais Municípios do Rio Grande do Sul. Revista Economia & Região, Londrina, v. 4, n. q p. 47-81. Disponível em: < http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/24418>. Acesso em: 12 de dezembro de 2017.

SANTOS, R. G.; NASCIMENTO, S. P.; SANTINI, L. F. S. A Dinâmica do Financiamento da Saúde Pública dos Municípios da Microrregião de Canoinhas sob a Égide do Pacto pela Saúde. Observatorio de la Economía Latinoamericana, 2017 Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/17/canoinhas.html>. Acesso em: 30 de novembro de 2017.

SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO. Município de São José do Vale do Rio Preto. São José do Vale do Rio Preto, 2017. Disponível em: <http://www.sjvriopreto.rj.gov.br/> Consultado em: 24 de novembro de 2017.

SIMÃO, A. J. V. Os sistemas de Informação Geográfica na gestão dos Planos Municipais de Ordenamento Territorial. Coimbra: Montemor-o-Velho, 1999.

SPÓSITO, M. E. Rede Urbana do Oeste Paulista. Presidente Prudente, TV Fronteira, 28/08/2015. Entrevista a Heloise Amada.

VALLE, C. E. (2007) Qualidade ambiental ISO 14000. 4 Ed. São Paulo. SENAC, 193 p.

WOOLDRIDGE, J. Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data. Cambridge: The MIT Press, 2001.

www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./urbano/index.html&conteudo=./urbano/arborizacao.html

www.estatutodacidade.org.br/

www.genco.com.br

www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php

www.inep.gov.br/

www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/resultados.htm

www.ipm.org.br/an.php

www.mds.gov.br/bolsafamilia/bolsafamilia01.asp

www.portal.saude.gov.br/portal

www.sidra.ibge.gov.br

Elaboração/Revisão do Plano Diretor Municipal de São José do Vale do Rio Preto/RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Produtos 5, 6 e 7- Etapa II - Diagnóstico Municipal

Bernard de Oliveira Casamasso
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão
Presidente do NG do Comitê Municipal do PDM

Luciana Quevedo Nunes Honda
Safra Planejamento e Gestão
Arquiteta e Urbanista - Especialista em Planejamento Ambiental - Mestra em Geografia - Dinâmica Socioespacial - CAU A29674-0
Coordenadora Geral da Elaboração/Revisão do PDM de São José do Vale do Rio Preto

Fabrício Vergara Mota
Safra Planejamento e Gestão
Arquiteto e Urbanista - Especialista em Geoprocessamento - CAU A32284-9
Gerente de Projeto

São José do Vale do Rio Preto, atualizado em 02 de abril de 2018.